



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

RELATÓRIO DE GESTÃO INTEGRADO **2024**



**MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA
E SEGURANÇA
PÚBLICA**

**RELATÓRIO DE GESTÃO INTEGRADO
2024**

FICHA INSTITUCIONAL

Ricardo Lewandowski

Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública

Manoel Carlos de Almeida Neto

Secretário-Executivo

Angelita da Rosa

Secretária-Executiva Adjunta

Ana Maria Alvarenga Mamede Neves

Chefe de Gabinete do Ministro

Aline Natalie Krucinski Tortelli

Chefe de Gabinete da Secretaria - Executiva

Ronaldo Alves Nogueira

Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno

David de Lima Freitas

Subsecretário de Planejamento e Orçamento

Bruna Ignácio Moreira

Coordenadora-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

Déborah Botelho

Coordenadora de Gestão Estratégica

Zenaide de Freitas Torres Vaz

Chefe da Divisão de Planejamento, Informação e Inovação Institucional

FICHA TÉCNICA

EQUIPE TÉCNICA

Zenaide de Freitas Torres Vaz

Lívia de Paula M. Pereira Frauches

DIAGRAMAÇÃO E ARTE

Equipe DPI/CGGE/SPO

IMAGENS

Canva / Freepik / Ascom/GM/ Equipe CGGE/SPO

COLABORADORES

Aline Rosa Roriz

Bruno de Oliveira Almeida

Cássia Poliana do Amaral Mendes

Juliana Coelho Antero

Maria Eliana de Oliveira Gonçalo

Natália Ferreira da Rocha

Leonardo de Melo Costa

Matheus José Ferraz Fernandes

Ryan Bruno Mendes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica

Visão geral organizacional	14
Ambiente externo	17
Modelo de negócios do MJSP	32
Governança e estratégia do MJSP	33
Materialidade das informações	43
Políticas e programas de governo	46
Cadeia de valor do MJSP	54
Estratégia e alocação de recursos	55

CAPÍTULO 2

Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional

Visão geral do controle interno	64
Comissão de ética	73
Gestão de riscos	76
Atuação Correcional	77
Transparência e relacionamento com a sociedade	79

CAPÍTULO 3

Conformidade e Eficiência da Gestão

Carta do Secretário-Executivo	95
Carta do Subsecretário de Planejamento e Orçamento	98
Carta da Subsecretaria de Administração	102
Carta da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação	104
Principais Resultados da Secretaria-Executiva	105

CAPÍTULO 4

Resultados e Desempenho da Gestão

Objetivos Estratégicos	Promover a segurança pública cidadã e humanizada, com especial atenção às pessoas em situação de vulnerabilidade	262
	Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão, inclusive os digitais e os dados pessoais.....	276
	Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade	304
	Promover uma execução penal justa, que viabilize a reintegração social e a inatividade das lideranças criminosas	326
	Fortalecer a segurança viária e a mobilidade nas rodovias federais	336
	Promover a valorização e a qualidade de vida dos profissionais de segurança pública	343
	Promover a gestão transversal das políticas públicas para a redução do impacto social do álcool e outras drogas	348
	Aprimorar o processo de recuperação de ativos e sua efetiva aplicação em políticas pública	358

CAPÍTULO 5

Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	365
Declaração do Contador	370
Gestão Contábil	371



MENSAGEM DO MINISTRO

Ricardo Lewandowski

Ministro de Estado da Justiça e
Segurança Pública

O objetivo deste relatório é apresentar as ações promovidas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública durante o ano de 2024.

No decorrer do ano passado, esta Pasta se ateve a cumprir as premissas de sua missão em relação a defender a ordem jurídica, coordenar o Sistema Único de Segurança Pública - Susp, garantir os direitos do consumidor, prevenção e combate ao crime organizado transnacional, à lavagem de dinheiro, proteção dos direitos indígenas e dos grupos vulneráveis, além de combater o tráfico de drogas, dentre outros.

No contexto das ações para promoção da justiça, da segurança e da proteção dos direitos da população brasileira, o MJSP destaca a formulação das seguintes políticas públicas, baseadas em três eixos temáticos principais, abaixo descritos:

EIXO 1 – Propostas legislativas e de atos normativos

1. PEC da Segurança Pública

O Governo Federal avançou na construção da Proposta de Emenda à Constituição - PEC da Segurança Pública, que vai reorganizar e fortalecer o sistema de segurança brasileiro. A base da proposição é integrar os entes federados ao conferir status constitucional ao Susp, a fim de garantir maior eficiência nas ações de segurança em todo o País, com diretrizes gerais que considerem as particularidades e a autonomia dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

2. Atualização do decreto n.º 11.034/2022 – Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC

A alteração do decreto n.º 11.034, de abril de 2022, que regulamenta o Código de Defesa do Consumidor, prevê diretrizes e normas sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC. O objetivo é ampliar o atendimento por humano nos canais de comunicação, bem como definir a disponibilidade do serviço pelo período de 24 horas.

3. Proposta legislativa para regulamentação de serviços digitais

O anteprojeto de lei estabelece normas para o funcionamento regular dos fornecedores de serviços digitais, entre eles, redes sociais, comércio eletrônico, ferramentas de busca e lojas de aplicativos. Para tanto, a proposta tem o objetivo de criar um ambiente digital seguro, transparente e confiável, no qual a procedência da informação seja verificável e o debate público

plural, inclusivo e democrático. Ainda prevê os deveres de prevenção, precaução e segurança das empresas em decorrência do risco inerente ao negócio e da tutela dos direitos dos consumidores e interessados.

4. Política e plano nacionais de migrações, refúgio e apatridia

O ano de 2024 foi marcado por debates para a construção da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia, que definirá o papel de cada órgão na promoção de direitos. Foram 119 eventos prévios, de setembro de 2023 a junho de 2024, com a participação de 14 mil pessoas, que culminaram na 2ª Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia - Comigrar, que ocorreu em novembro, em Brasília.

5. Atualização da Lei de Lavagem de Dinheiro

Modernização da legislação para incluir dispositivos que tratem de criptomoedas, metais preciosos e outras atividades exploradas pelo crime organizado, atualmente não contemplados.



EIXO 2 – Política de segurança pública e de combate ao crime organizado

1. Câmeras corporais e qualificação do uso da força

O Ministério da Justiça e Segurança Pública estabeleceu, em maio de 2024, diretrizes sobre o uso de câmeras corporais - Portaria MJSP n.º 648 - direcionadas aos órgãos de segurança pública federais, estaduais e municipais. O repasse de recursos do FNSP e do Funpen para a implementação de projetos de câmeras corporais é condicionado à observação das diretrizes.

Além disso, a licitação de contratação de câmeras corporais pelas forças federais deve ser concluída ainda em 2025, com previsão de início de uso em 2026.

O MJSP também trabalha no projeto Transformação Digital para Segurança Pública, no âmbito do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial - PBIA.

2. Celular Seguro

A nova versão do Celular Seguro disponibilizará a ferramenta “Modo Recuperação”, que dará ao cidadão a opção de desativar a linha telefônica e os aplicativos de instituições financeiras, sem bloquear o aparelho. Essa opção permitirá que as polícias estaduais realizem ações de recuperação dos telefones.



Atualmente, o programa tem 2,3 milhões de CPFs cadastrados.

3. Redes de trabalho integrado de combate ao crime organizado

- **Renorcrim:** Rede Nacional de Unidades Especializadas de Enfrentamento das Organizações Criminosas, cujo objetivo é integrar as instituições, compartilhar conhecimentos e traçar estratégias de inteligência e fiscais para desmantelar organizações criminosas de forma completa e duradoura. Integram a iniciativa representantes das Polícias Civis e dos Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado - Gaecos, dos Ministérios Públicos, das 27 unidades da Federação.
- **Recupera:** Rede Nacional de Recuperação de Ativos é coordenada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp e integrada pela Secretaria Nacional de Justiça - Senajus e pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos - Senad. É uma instância de articulação institucional do Ministério da Justiça e Segurança Pública para fins de identificação, apreensão, administração, alienação e destinação de ativos relacionados à prática ou ao financiamento de infração penal.
- **Renarc:** Rede Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Entorpecentes é composta pela Senasp e pela Senad com o propósito de fortalecer a investigação qualificada contra o tráfico de drogas no país, considerado um financiador de atividades ilícitas e causador de instabilidade social.

4. Portos, aeroportos e fronteiras

Modernização tecnológica para a atuação das forças federais em portos, aeroportos e fronteiras. O plano prevê a ampliação da eficiência no enfrentamento a crimes transnacionais, com investimentos em: ferramentas de inteligência, equipamentos para portos e aeroportos, videomonitoramento com inteligência artificial e bases fluviais.

5. Centros comunitários pela vida (CONVIVE)

Os Centros Comunitários pela Vida - CONVIVE, são equipamentos públicos de prevenção à violência e redução da criminalidade no âmbito municipal, que visam a promoção da cultura de paz e inclusão social em territórios marcados por vulnerabilidade social.

6. Plano Amazônia: Segurança e Soberania - AMAS

Com o AMAS, o governo federal deu um importante passo para o combate a organizações criminosas que atuam no desmatamento ilegal e no contrabando de drogas e armas na região amazônica. Com o projeto, estamos investindo em ações de inteligência para identificar toda a cadeia do crime relacionada à exploração ilegal da região, o que inclui lavagem de dinheiro, grilagem de terras públicas e sonegação de impostos.

O AMAS tem como pilar a integração entre os diversos órgãos que compõem o Sistema Único de Segurança Pública - Susp, além do fortalecimento das forças de segurança federais - Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Força Nacional - e

dos nove estados que compõem a região — Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Tocantins, Pará e Maranhão.

Um dos principais objetivos do AMAS é estruturar e aparelhar o Centro de Cooperação Policial Internacional - CCPI-Amazônia, em Manaus, e reforçar a integração com a Companhia de Operações Ambientais - COA, unidade da Força Nacional especializada em combate ao desmatamento.

Também está prevista a estruturação do projeto Ouro Alvo, iniciativa da Polícia Federal para aumentar a capacidade de rastreamento da origem de minérios extraídos ilegalmente. A identificação do chamado “DNA do ouro” é fundamental para desmantelar organizações criminosas que atuam no comércio ilegal desses minérios.

7. Reestruturação de presídios federais e projeto conexão zero

A Secretaria de Políticas Penais - Senappen prevê que, até 2028, as muralhas nas cinco penitenciárias federais estejam prontas. A obra na Penitenciária Federal em Porto Velho está em andamento. Em Mossoró, o contrato está assinado e a previsão é o início da construção em janeiro de 2025. No ano que vem, também ocorrerão as licitações para as penitenciárias federais em Campo Grande e em Catanduvas.

Além disso, também está em execução o Projeto Conexão Zero, cujo objetivo é impedir todas as formas de comunicação não autorizada nos estabelecimentos prisionais.

EIXO 3 – Justiça e prevenção

1. Estratégia para Eliminação da Violência contra Crianças e Adolescentes

Essa estratégia é fruto de um acordo pioneiro entre o MJSP, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC e o Escritório da Representante Especial do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas - ONU sobre Violência contra Crianças.

2. Ações de enfrentamento da violência contra a mulher

O programa “Antes que Aconteça” é um conjunto de políticas de acesso à justiça, segurança, garantia e promoção de direitos, inovação, pesquisa, produção de dados, inclusão produtiva, formação, autonomia, conscientização e defesa feminina.

Além disso, a Casa da Mulher Brasileira - CMB, tem como objetivo reduzir os índices de violência contra a mulher. É uma parceria do MJSP com o Ministério das Mulheres - Programa Mulher Viver sem Violência - para envio de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública a ser executado via contrato de repasse com a Caixa Econômica Federal.

3. Carteira de Identidade Nacional - CIN

Novo documento de identificação do cidadão, disponível em formato físico ou digital, apresenta número único (CPF) e código QR que garante a segurança dos dados e possibilita a

verificação digital da autenticidade do documento de forma fácil e confiável.

4. Desriminalização do uso de drogas

O MJSP tem o dever de cumprir a decisão do Supremo Tribunal Federal - STF que desriminalizou o porte de maconha para uso pessoal. Nesse sentido, o ministério tem realizados uma série de ações no âmbito da Política Nacional sobre Drogas.

Entre elas, pretende-se implementar, em 2025, pelo menos cem unidades Centros de Acesso a Direitos e Inclusão Social - Cais, em todo país, com equipes multidisciplinares para atendimento a usuários de drogas para além do âmbito da repressão.

5. Trabalho no sistema prisional

Os projetos de trabalho por pessoas privadas de liberdade têm com objetivo a ressocialização e a qualificação profissional, além de ser um importante instrumento para redução da influência das facções criminosas dentro dos presídios.

Um desses projetos acontece no âmbito do Programa de Dignidade Menstrual, do Ministério da Saúde. Estão sendo instaladas fábricas dentro de penitenciárias femininas em todo país para produção de absorventes a um custo menor que o de mercado, a serem distribuídos para mulheres em situação de vulnerabilidade.

Outra importante medida é o Ecovidas, cujo objetivo é a formação de técnicos em reflorestamento para ações reparatórias nas unidades de conservação atingidas pelas queimadas.

6. Plano Pena Justa

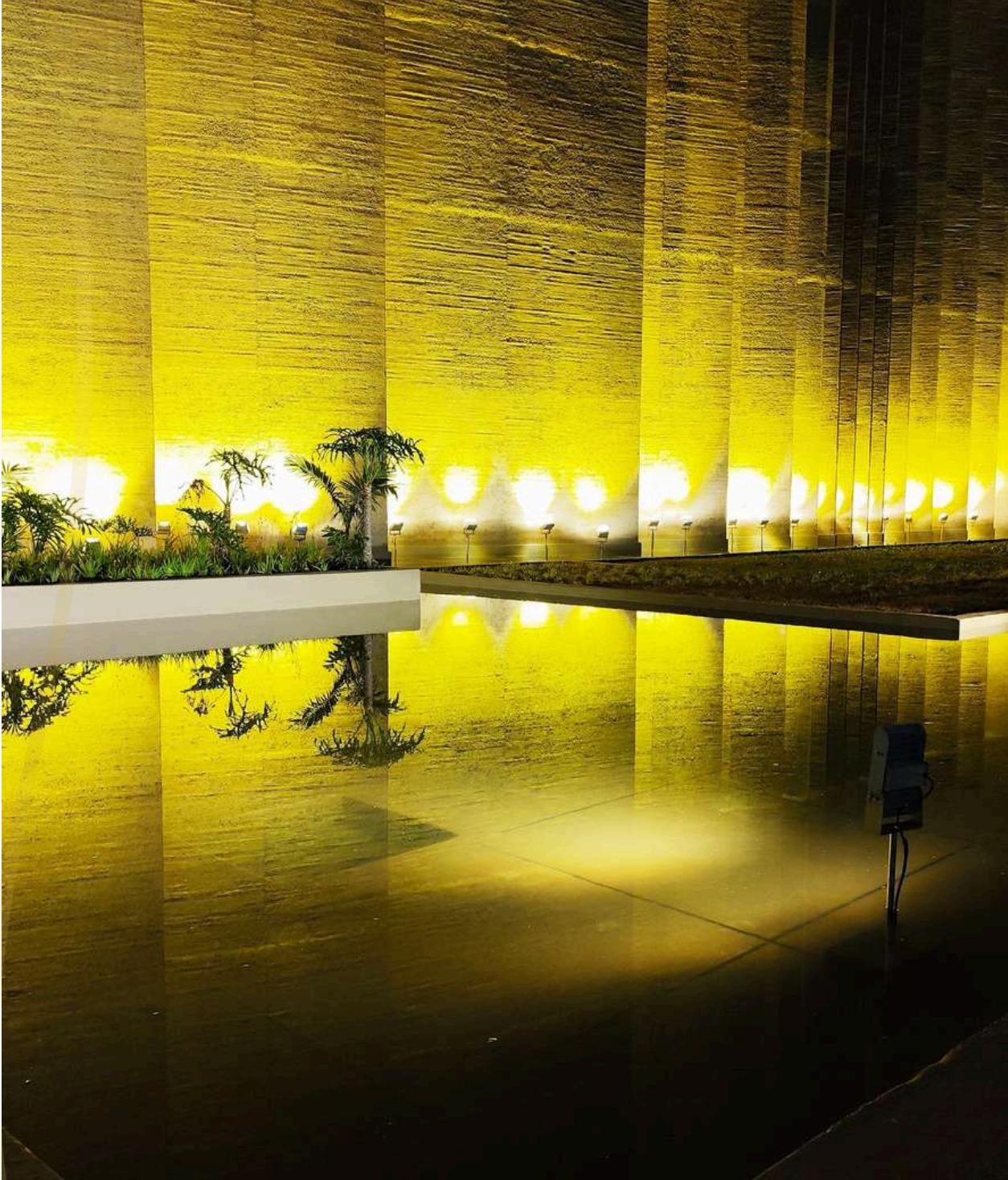
Uma iniciativa do MJSP em parceria com o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, o Pena Justa foi formulado para enfrentar a crise do sistema prisional brasileiro e garantir mais dignidade às pessoas privadas de liberdade, buscando equilibrar segurança pública e respeito aos direitos humanos.

7. Projeto de Restauração do Palácio da Justiça e Anexos

Foi celebrado Protocolo de Intenções entre MJSP, Presidência da República, Ministério da Cultura e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional com o objetivo de restaurar o Palácio da Justiça e seus anexos, a fim de promover a restauração do patrimônio histórico, cultural, nacional, distrital e mundial e a conservação do seu acervo.

Conclusão

Essas e outras ações demonstram que o Ministério da Justiça e Segurança Pública, ao longo de 2024, consolidou avanços expressivos em suas diversas áreas de atuação, reafirmando seu compromisso e o empenho do Governo Federal no aprimoramento e no fortalecimento de políticas públicas voltadas à sociedade, em busca de um País mais seguro, justo e inclusivo.



MINISTÉRIO EM NÚMEROS

+ de
170 mil
pessoas privadas de
liberdade em atividades
laborais

+ de
8 mil
veículos
recuperados

84,7 %
inquéritos
resolvidos
pela PF

+ de
R\$ 364 Milhões
gerados com a receita
de gestão de ativos

+ de
239 Mil
profissionais
capacitados
pelo SUSP

+ de
9 Mil
armas de fogo
apreendidas
pelo MJSP

+ de
1,1 Bilhão
de repasse aos
estados pelo FNSP

+ de
99,2%
de execução
orçamentária

+ de
R\$ 99 Milhões
investidos para geração
de vagas no sistema
prisional

72,71%
de processos resolvidos
pela plataforma
Consumidor.gov

+ de
130%
processos de
naturalização
decididos

CAPÍTULO 1

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E GOVERNANÇA ESTRATÉGICA

Relatório de Gestão Integrado
MJSP 2024

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL

O Ministério da Justiça e Segurança Pública é um órgão da administração pública federal direta que desempenha um papel fundamental na formulação e execução de políticas públicas amplas e diversificadas. Com mais de dois séculos de história, o MJSP foi criado pelo Decreto do Príncipe-Regente Dom Pedro de Bragança (Dom Pedro I) com o nome de Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, o órgão é o mais antigo do Brasil e teve um papel essencial na construção da justiça e da segurança pública no Brasil.

Em 2024, assim como em períodos anteriores, o Ministério enfrentou um cenário político caracterizado por mudanças significativas, o que direcionou seu foco para a concepção, desenvolvimento e execução, dentro de suas competências, de políticas e estratégias nacionais voltadas à segurança pública.

Diante desse contexto, o MJSP atua em políticas de prevenção e repressão à violência, com ações voltadas à garantia de direitos associadas à prevenção da violência, assim como na produção de pesquisas, diagnósticos e ações integradas que desempenham um papel relevante nessa abordagem.

As competências do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, definidas pela Lei n.º 14.600, de 19 de junho de 2023, incluem diversas atribuições, como: a defesa da ordem jurídica; o combate ao tráfico de drogas e crimes correlatos; a proteção da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor; a gestão de temas relacionados à nacionalidade, imigração e estrangeiros; a prevenção e combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, bem como a cooperação jurídica internacional.

Além disso, o MJSP é responsável por coordenar ações de enfrentamento a infrações penais, com foco em corrupção, crime organizado e crimes violentos; pela gestão do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP; pela formulação e administração da política penitenciária nacional; e por atuar em questões de direitos digitais, reconhecimento e demarcação de terras e territórios indígenas.



As competências do Ministério também abrangem aquelas previstas nos §§ 1º e 2º do art. 144 da Constituição Federal, executadas pela Polícia Federal - PF - e pela Polícia Rodoviária Federal - PRF, respectivamente. Outras responsabilidades são delegadas a órgãos vinculados, como o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade, encarregado da defesa da ordem econômica nacional, e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, responsável pelo tratamento de dados pessoais.

Para atender as competências atribuídas ao Ministério, a estrutura regimental do Ministério, prevista hoje no Decreto n.º 11.348, de 1º de janeiro de 2023 é a seguinte:

08 ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA AO MINISTRO

10 ÓRGÃOS ESPECÍFICOS E SINGULARES

02 ENTIDADES VINCULADAS

08 ÓRGÃOS COLEGIADOS

ORGANOGRAMA MJSP E SEUS DIRIGENTES

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

RICARDO LEWANDOWSKI

**ÓRGÃOS DE
ASSISTÊNCIA DIRETA
E IMEDIATA AO
MINISTRO**

GABINETE DO MINISTRO <i>GM</i>	ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO <i>AECI</i>	CORREGEDORIA-GERAL <i>COGER</i>	OUVIDORIA- GERAL <i>Ouv</i>	ASSESSORIA ESPECIAL DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS <i>Asint</i>	ASSESSORIA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DIVERSIDADE <i>Aspad</i>	CONSULTORIA JURÍDICA <i>Conjur</i>	SECRETARIA-EXECUTIVA <i>SE</i>
ANA MARIA ALVARENGA NEVES	RONALDO ALVES NOGUEIRA	ANA HELENA PESSOA	SÉRGIO GOMES VELLOSO	JOÃO ERNESTO CHRISTÓFOLI	ELIZEU SOARES LOPES	VICTOR EPITÁCIO C. TEIXEIRA	MANOEL CARLOS DE ALMEIDA NETO

**ÓRGÃOS ESPECÍFICOS
E SINGULARES**

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA <i>Senajus</i> JEAN KEJJI UEMA	SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR <i>Senacor</i> WADIH NEMER DAMOUS FILHO	SECRETARIA NACIONAL DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS <i>SAL</i> MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA	SECRETARIA DE ACESSO À JUSTIÇA <i>Saju</i> SHEILA SANTANA DE CARVALHO	SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA <i>Senasp</i> MARIO LUIZ SARRUBBO
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS E GESTÃO DE ATIVOS <i>Senad</i> MARTA RODRIGUEZ DE ASSIS MACHADO	SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENais <i>Senappen</i> ANDRÉ DE ALBUQUERQUE GARCIA	POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL <i>PRF</i> ANTÔNIO FERNANDO S. OLIVEIRA	POLÍCIA FEDERAL <i>PF</i> ANDREI AUGUSTO P. RODRIGUES	SECRETARIA DE DIREITOS DIGITAIS <i>Sedigi</i> LÍLIAN MANOELA MONTEIRO DE MELO

ENTIDADES VINCULADAS

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA <i>Cade</i> ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO	AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS <i>ANPD</i> WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JUNIOR
---	--

ÓRGÃOS COLEGIADOS

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À PIRATARIA E AOS DELITOS CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL <i>CNCP</i> Conad	CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO <i>CNIg</i>	CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL <i>CNSP</i>	COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS <i>Conare</i> CNPCP
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS <i>Conad</i>	CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS <i>CFDD</i>	CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA <i>CGFNSP</i>	CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA <i>CNPPC</i>

AMBIENTE EXTERNO

Em 2024, o Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, consolidou sua atuação em um cenário caracterizado por influências externas significativas, decorrentes de ações nos âmbitos nacional e internacional. Demonstrando capacidade de adaptação às dinâmicas externas, o Ministério incorporou essas variáveis na formulação e implementação de políticas públicas, assegurando avanços que impactaram diretamente a sociedade e reforçaram sua atuação estratégica.

No âmbito legislativo, por meio da Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos - SAL, o MJSP desempenhou importante papel no acompanhamento de matérias no Congresso Nacional. Essa atuação incluiu a produção de notas técnicas e informativas, a análise de pareceres das comissões temáticas e a articulação com parlamentares, resultando na aprovação de propostas alinhadas às diretrizes ministeriais. A capacidade de dialogar com diferentes atores no cenário externo do Legislativo permitiu ao Ministério fortalecer sua base normativa e aprimorar a execução de suas políticas públicas.

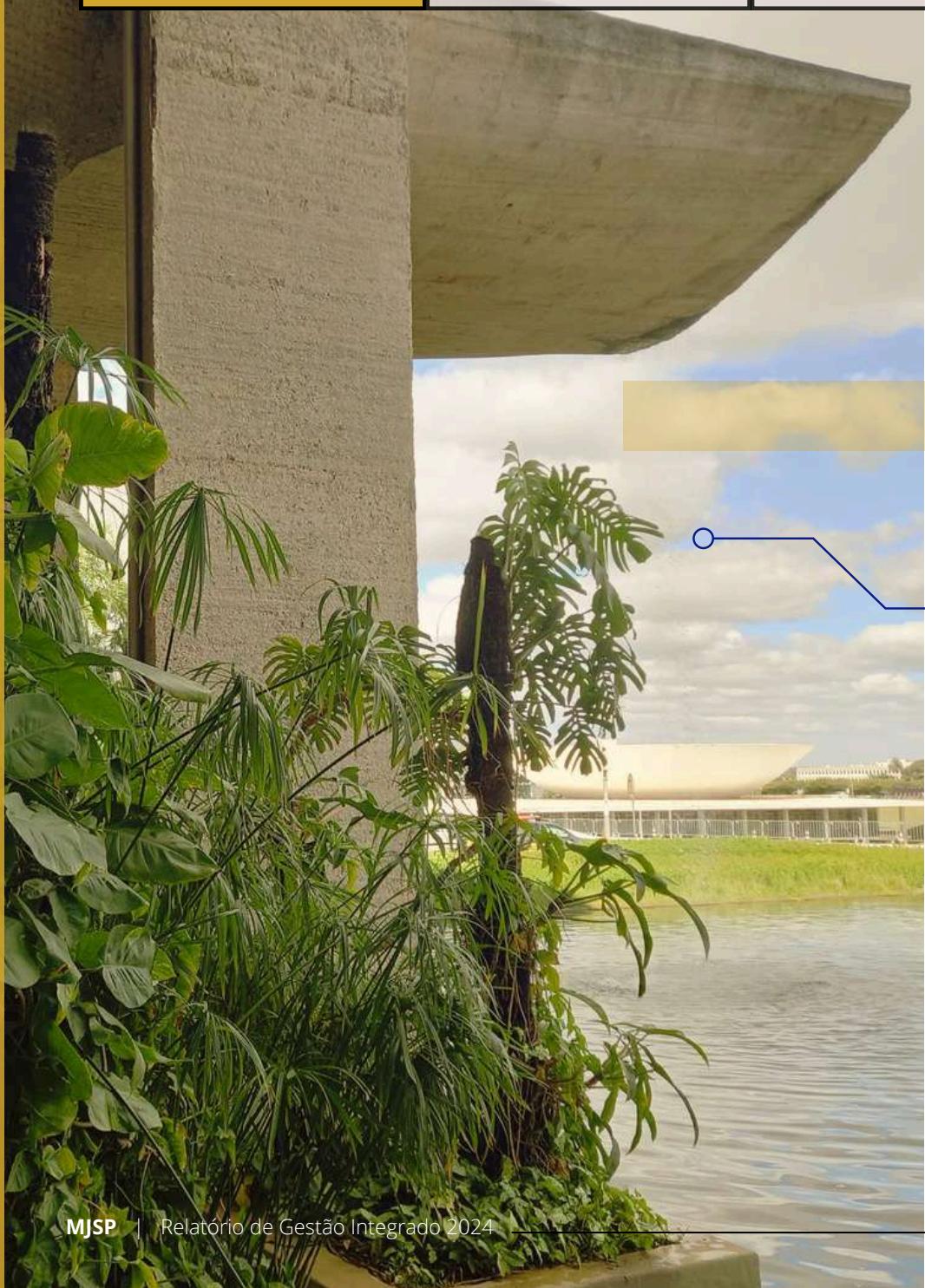
Em nível internacional, o MJSP intensificou sua participação em iniciativas de cooperação multilateral, respondendo a questões globais que impactam diretamente a segurança pública e a justiça no Brasil. Essa abordagem integrada com o ambiente externo internacional contribuiu para o fortalecimento de estratégias inovadoras e alinhadas aos padrões globais, ampliando a credibilidade e a efetividade das ações ministeriais.

Adicionalmente, o MJSP investiu na articulação com estados e municípios, promovendo maior integração entre os entes federativos. Essa colaboração foi fundamental para adaptar políticas às realidades regionais e garantir a aplicação eficiente e transparente dos recursos públicos.

ASSUNTOS LEGISLATIVOS E PARLAMENTARES

No ano de referência, o Ministério evidiou esforços para ampliar e fortalecer a relação entre o Executivo e o Legislativo. Nesse contexto, por meio da Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos - SAL, acompanhou minuciosamente as matérias legislativas, diligenciando sobre as complexidades da tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Esse esforço incluiu a compilação de notas técnicas das unidades do MJSP, a análise de Projetos de Lei em fase de sanção presidencial para subsidiar a Casa Civil da Presidência da República, além da atenção constante nas comissões e nos plenários das Casas Legislativas e do diálogo e articulação com o Poder Legislativo. O objetivo primordial foi assegurar a aprovação de matérias alinhadas às políticas públicas do Ministério.





Além disso, projetos voltados à garantia do acesso à justiça, à defesa da ordem jurídica e do Estado Democrático de Direito, aos direitos políticos, às garantias constitucionais, ao combate às organizações criminosas, à prevenção e ao combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, e à proteção dos vulneráveis em tramitação no Congresso Nacional, foram objeto de maior diligência.

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS

Foram concentrados esforços em projetos emblemáticos voltados ao fortalecimento institucional da Pasta:

CRIMES AMBIENTAIS

O Poder Executivo apresentou o Projeto de Lei - PL n.º 4.000, de 2024, a fim de reforçar sanções penais para condutas lesivas ao meio ambiente. A proposta foi motivada pelas queimadas de 2024 e objetiva dar maior efetividade à repressão dos crimes ambientais, reduzindo a possibilidade de prescrição e proporcionando medidas investigativas mais incisivas para desmantelar a exploração dos biomas brasileiros pelo crime organizado. Ainda neste contexto, também foi apresentado o PL n.º 3.025, de 2023, que regula o controle de origem, compra, venda e transporte de ouro no território nacional. A proposta do Executivo busca conferir maior rastreabilidade e controle do ingresso do ouro no mercado formal, impedindo o "esquentamento" do ouro ilegal extraído de territórios indígenas e/ou unidades de conservação.

PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Acompanhou a tramitação do PL n.º 1.367, de 2024, que pretende criar o **PROTOCOLO BULLYING NÃO É BRINCADEIRA**, elencando mecanismos de acolhimento para crianças e adolescentes vítimas de bullying, violência psicológica, moral e cibernética no ambiente escolar. Com base nas manifestações técnicas das áreas vinculadas ao MJSP, foi possível articular o aprimoramento do texto. No mesmo sentido, um importante salto para a legislação brasileira foi a Lei n.º 14.811, de 12 de janeiro de 2024, que implementa medidas de proteção contra violência em ambientes educacionais, previne o abuso sexual infantil e combate o bullying e o cyberbullying. Outro destaque é o PL n.º 1.676, de 2023, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para priorizar a proteção de estabelecimentos considerados inseguros ou localizados em áreas de risco. A avaliação será feita com base em monitoramentos e no histórico de eventos de violência nesses locais. A SAL desempenhou um papel ativo ao articular melhorias no texto.

LEIS DE PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Tema de grande relevância para o Ministério, como a Lei n.º 15.035, de 27 de novembro de 2024, que introduz mudanças no Código Penal, permitindo a consulta pública de informações sobre condenados por crimes contra a dignidade sexual, enquanto preserva o sigilo do processo e das vítimas e cria o Cadastro Nacional de Pedófilos e Predadores Sexuais. Outro marco foi a Lei n.º 15.032, de 21 de novembro de 2024, que

condiciona a transferência de recursos públicos à adoção de medidas de proteção a crianças e adolescentes contra abuso sexual. Destacam-se também as conquistas da Lei n.º 14.987, de 25 de setembro de 2024, que alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, para incluir o atendimento psicossocial a filhos de vítimas de violência grave ou de pessoas em regime fechado. Outro destaque é a Lei n.º 14.826, de 2024, que trata da parentalidade positiva e do direito de brincar como estratégias intersetoriais de prevenção à violência contra crianças.

PEC DA SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA (SUSP)

Diante do cenário atual e das novas características da criminalidade no país, foi elaborada a PEC da SEGURANÇA PÚBLICA. O texto visa integrar as forças de segurança de todos os entes federados e padronizar protocolos, informações e dados estatísticos com a finalidade de aumentar a efetividade do combate ao crime organizado; atualiza as atribuições das polícias civis da União (Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal); e confere status constitucional para o Sistema Único de Segurança Pública. Atualmente, o texto encontra-se em discussão interna na Presidência da República.

Monitorou-se a tramitação de relevantes proposições legislativas, como o PL n.º 259, de 2022, que garante a transferência direta de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, para os municípios com guarda municipal. No Senado, matéria similar foi alvo de intervenção, como o PL n.º 4.654, de 2023. Matérias que ampliam o escopo do FNSP, foram apoiadas, como o PL n.º 2.519, de 2019, que permite o uso do Fundo para regiões de fronteira, e o PLC n.º 49, de 2018, que autoriza a utilização do FNSP para políticas

de segurança viária. Ambos foram aprovados no Senado e enviados para análise da Câmara. As sugestões de alteração ao PL n.º 5265, de 2023, que estabelece regras para elaboração de planos de defesa contra crimes complexos, foram aprovadas no relatório subsequente na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado - CSPCCO.

Ainda em 2024 foi publicado o Decreto nº 12.338, de 2024, visando regulamentar o indulto Natalino, concedendo clemência a pessoas condenadas ou submetidas a medida de segurança.

Com o objetivo de aprimorar o controle sobre a aquisição e uso de armamentos, foi publicado o Decreto nº 12.345, de 2024, alterando o Decreto nº 11.615, de 2023, que regula a posse, o porte e o registro de armas de fogo no Brasil. Também foi publicada a Portaria Conjunta COLOG/C EX E DPA/PF nº 1, de 2024, que dispõe sobre a aquisição de armas de fogo de uso restrito, de suas respectivas munições e de acessórios para armas de fogo por integrantes das instituições públicas.

COMBATE À VIOLÊNCIA EM TODAS AS ESFERAS

Foram aprovadas leis importantes em 2024, como a Lei n.º 15.047, de 17 de dezembro de 2024, que institui o regime disciplinar para a Polícia Federal e a Polícia Civil do Distrito Federal, após décadas de tramitação no Congresso Nacional. A proposta, que teve contribuições do MJSP para aprimorar sua redação final, representa um avanço significativo para ambas as corporações. Além disso, destaca-se a Lei n.º 14.875, de 31 de maio de 2024, que cria a Polícia Penal Federal e define a carreira de Policial Penal Federal, consolidando avanços esperados desde a Emenda Constitucional n.º 104/2019. Neste sentido, merece atenção o PL n.º 958/2024, que estabelece normas gerais sobre abordagens policiais humanizadas a pessoas em situação de crise de saúde mental.

COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE ATIVOS

Merece destaque o PL n.º 4.568, de 2021, que institui a Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro - Rede-Lab. Esse projeto define objetivos, princípios, diretrizes, coordenação, responsabilidades e fontes de custeio, e sua tramitação é monitorada pela SAL para acelerar sua aprovação. No campo dos jogos eletrônicos, um tema contemporâneo e de grande relevância, foi finalmente criado o marco legal para a indústria, com a promulgação da Lei n.º 14.852, de 03 de maio de 2024, regulamentando o setor de maneira abrangente.

PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A atuação do MJSP foi fundamental para a aprovação de diversas matérias que consolidaram e modernizaram a legislação brasileira. Cabe citar algumas proposições cujos posicionamentos do MJSP foram favoráveis, cabendo à SAL com atualização dos textos, o monitoramento, a compilação de notas técnicas e o diálogo com o Legislativo para garantir a aprovação durante as várias etapas da tramitação. Entre os projetos aprovados nas comissões temáticas das Casas Legislativas, destacam-se:

- (i) PL n.º 2.975, de 2023, que inclui a mulher indígena nas políticas públicas de combate à violência;
- (ii) PL n.º 5.427, de 2023, que aprova o uso de tornozeleira eletrônica para agressores de mulheres;

(iii) PL n.º 702, de 2023, que prioriza o julgamento de crimes de trabalho escravo;

(iv) PL n.º 768, de 2022, que garante participação e representação de mulheres na elaboração de políticas públicas sobre violência contra a mulher;

(v) PL n.º 2.757, de 2019, que veda a substituição de penas restritivas de direitos em casos de violência real ou grave ameaça contra a mulher;

(vi) PL n.º 3.257, de 2019, que inclui violência psicológica, dano moral e risco de dano patrimonial como causas de afastamento do agressor;

(vii) PL n.º 5.609, de 2019, que cria novos mecanismos para coibir violência doméstica e familiar; e

(viii) PL n.º 1.822, de 2019, que estabelece segredo de justiça para processos de violência familiar contra a mulher.

(ix) PL n.º 7.181, de 2017, que permite a criação de um serviço de policiamento especializado (Patrulha Maria da Penha) para o enfrentamento à violência doméstica;

Os esforços resultaram na sanção de leis consideradas marcos no combate aos crimes contra as mulheres, como a Lei n.º 14.994, de 09 de outubro de 2024, que torna o feminicídio um crime autônomo e estabelece penas mais severas; a Lei n.º 14.899, de 17 de junho de 2024, que estabelece planos de enfrentamento à violência doméstica e familiar, além de exigir que estados e municípios apresentem propostas de planos para obter recursos para segurança pública; e a Lei n.º 14.857, de 21 de maio de 2024, que altera a Lei Maria da Penha para garantir o sigilo do nome da vítima em casos de violência doméstica.

CUMPRIMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS HUMANOS

O MJSP também articulou uma série de matérias que visam assegurar o cumprimento de Direitos fundamentais e Direitos Humanos. Merecem atenção os projetos:

(i) PL n.º 5.245, de 2020, que determina que cursos de formação, capacitação e especialização de policiais tenham carga horária mínima para temas de direitos humanos;

(ii) PL n.º 4.438, de 2021, que institui medidas protetivas para idosos e pessoas com deficiência;

(iii) PL n.º 4.186, de 2021, que aumenta o prazo de prescrição de crimes sexuais contra crianças; e

(iv) PL n.º 702, de 2023, que prioriza o julgamento de crimes de trabalho escravo.

Houve articulações em proposições legislativas que visam aumentar e garantir o acesso à justiça, e a proteção de vulneráveis. Entre os projetos tratados estão:

(i) PL n.º 2.878, de 2019, que permite o uso de recursos do Fundo de Direitos Difusos para a Defensoria Pública;

(ii) PL n.º 3.277, de 2021, que garante medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência no acesso à justiça; e

(iii) PL n.º 2.215, de 2023, que institui os Centros Comunitários da Paz (Compaz) em âmbito nacional.

A inclusão social, tema de extrema importância, mereceu atenção especial. Foi sancionada a Lei n.º 14.992, de 03 de outubro de 2024 que estabelece medidas que favorecem a inserção de pessoas com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho.

SEGURANÇA PRIVADA E DA SEGURANÇA DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Outro tema essencial, que tramitava há anos no Congresso Nacional, foi a sanção da Lei n.º 14.967, de 09 de setembro de 2024, que institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras. Essa norma regulamenta a atuação de empresas de segurança privada, transporte de valores e segurança em instituições financeiras, atualizando e consolidando a legislação do setor.

POLÍTICA SOBRE DROGAS E DE GESTÃO DE ATIVOS

A Política sobre Drogas e de Gestão de Ativos também continuam em constante acompanhamento, com destaque para o PL n.º 3.113, de 2019, que obriga a realização de exame toxicológico para concessão de posse de arma, e o PL n.º 2.666, de 2021, que prevê a destinação de equipamentos de informática apreendidos em operação contra o tráfico de drogas à educação básica e infantil.

ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

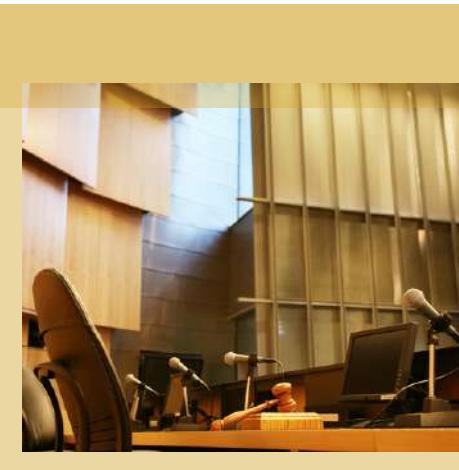
No enfrentamento aos ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS, a SAL acompanha os PLs n.º 3.611, de 2023 e n.º 3.612, de 2023, que propõem, respectivamente, aumentar penas para crimes contra o Estado Democrático de Direito e regulamentar a apreensão de bens e bloqueio de contas bancárias nesses casos.

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E PROJETO DE LEI DE ORÇAMENTO ANUAL

A aprovação de matérias orçamentárias de interesse do Ministério se materializa na apresentação de emendas no Projeto de lei de diretrizes orçamentárias de 2025 (PLDO 2025) e no Projeto de lei de orçamento anual de 2025 (PLOA 2025), e na aprovação integral dos Projetos de Lei do Congresso Nacional como o n.º 38, de 2024, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministério da Justiça e Segurança Pública, para a construção de Unidades Operacionais e Administrativas de Operações de Segurança - Plano Amas - Nacional.

EMENDAS PARLAMENTARES

Em 2024, foram articuladas e aprovadas matérias orçamentárias de interesse do MJSP, em valor superior a R\$ 1 bilhão. Acompanhou-se a destinação e o pagamento de R\$ 839.303.782,70 em emendas parlamentares, com intermediação entre o parlamento e as áreas técnicas do Ministério.



Foi realizada atuação explicativa a parlamentares, convenentes e áreas do Ministério quando das decisões do STF que trataram da suspensão do pagamento de emendas, notadamente de Comissão, e nos procedimentos de ajuste e direcionamento de recursos sendo as novas regras.

Em atendimento às decisões do STF, a SAL apresentou a seleção de programações para execução prioritária de emendas parlamentares, dividida em dois eixos: I) **ACESSO À JUSTIÇA E A DIREITOS**; e II) **PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE**.

Ademais, os programas orçamentários de 2025 foram elaborados em colaboração com as áreas técnicas do MJSP e apresentados aos parlamentares para o direcionamento estratégico de emendas. Entre as ações realizadas, destacam-se a articulação e realização de reuniões com parlamentares, chefes de executivos estaduais e municipais, assessores e dirigentes de órgãos de segurança pública e justiça, para orientações sobre editais, execução e captação de recursos, bem como a orientação às equipes do MJSP sobre o uso de emendas parlamentares para implementar políticas públicas alinhadas à Carteira de Políticas Públicas.

O MJSP garantiu para o exercício de 2025 o montante estimado* de R\$ 1.158.342.437,00, conforme detalhado:

Tipo de Emenda	Exercício 2025
Parlamentar	R\$ 268.341.134,00
Bancada	R\$ 793.826.440,00
Comissão	R\$ 96.174.863,00
TOTAL	R\$ 1.158.342.437,00

* Valor estimado, retirado do Relatório da Área Temática XV, LOA para 2025, PL n.º 26/2024 (21/01/2025)

Além disso, foi realizada interlocução com o parlamento para viabilizar a execução das emendas por meio da modalidade MOD90 (aplicação direta), utilizando a plataforma ComprasSUSP. Também foram realizados contatos técnicos com estados, municípios e parlamentares para ajustes necessários nas funcionais programáticas, modalidade de aplicação, natureza de despesas e remanejamento, a fim de garantir a execução integral dos recursos destinados.

O acompanhamento contínuo incluiu contatos com parlamentares e convenientes para alertas sobre a execução ou não execução de emendas e para solicitações de ajustes e inclusão de documentos na plataforma Transferegov.br. Essas ações permitiram ainda o aprimoramento da gestão de restos a pagar, reduzindo o valor em 50%, de R\$ 52.605.874,45 para R\$ 26.055.420,05.



Entre abril e junho de 2024, a SAL representou o MJSP na 7ª a 10ª edições da Caravana Federativa, uma iniciativa da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República - SRI. As caravanas promoveram a aproximação entre o Governo Federal, estados e municípios, por meio da troca de informações e articulação de ações conjuntas. Durante o evento, foram atendidos municípios com demandas relacionadas à execução de convênios oriundos de emendas parlamentares, captação de recursos para justiça e segurança pública, editais em andamento e informações sobre Acordos de Cooperação Técnica - ACT, vinculados ao Ministério.

ATUAÇÃO INTERNACIONAL

Em 2024, o Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, consolidou a posição do Brasil como importante ator internacional em matéria de segurança pública, cooperação jurídica e policial, transferência de pessoas condenadas e combate ao crime transnacional. Esse resultado foi construído com base na ampliação de parcerias regionais e globais, bem como no desenvolvimento de mecanismos inovadores de cooperação, na celebração de acordos internacionais, no intercâmbio de boas práticas e no diálogo sobre temas estratégicos com parceiros em todas as regiões do mundo.

Com essa finalidade, o Ministro da Justiça e Segurança Pública e seus servidores receberam missões de parceiros externos e participaram, no Brasil e no exterior, de reuniões bilaterais, regionais e multilaterais, bem como de audiências com representantes governamentais de diversos países e organizações internacionais, em demonstração do compromisso contínuo com o fortalecimento das relações diplomáticas com outros Estados na área da justiça e da segurança pública.

SEGURANÇA

A segurança pública e o combate aos crimes transnacionais foram eixos centrais da atuação externa do MJSP ao longo de 2024. Na esfera regional do MERCOSUL, o MJSP teve participação ativa nas Reuniões de Ministros do Interior e Segurança - RMIS - do MERCOSUL, junto às Presidências Pro

Tempore - PPT - do Paraguai, realizada em 7 de junho de 2024, e do Uruguai, em 14 e 15 de novembro de 2024.

Durante a Reuniões de Ministros do Interior e Segurança - RMIS, realizada no Paraguai, foram assinadas a Declaração de Ministros do Interior e de Segurança dos Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados sobre Princípios Migratórios; a Declaração de Assunção de Ministros do Interior e de Segurança dos Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados em Matéria de Segurança sobre a Luta Contra o Tráfico de Pessoas, o Tráfico Ilegal de Migrantes e o Crime Organizado Transnacional; e a Declaração de Ministros do Interior e de Segurança dos Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados de Interesse do Processo Cartagena +40.

Também foram assinadas a Declaração sobre Associação Mutual Israelita Argentina - AMIA, para a Prevenção do Terrorismo; a Declaração de Ministros do Interior e de Segurança dos Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados em Matéria de Plano de Ação Operativo para o Combate ao Roubo, Furto e Comercialização de Aparelhos Celulares; a Declaração de Ministros da Justiça do MERCOSUL e Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados sobre a Importância da Luta Contra o Crime Organizado dentro dos Sistemas Prisionais; e a Guia de Adaptação Regional para a Detecção Precoce de Situações de Tráfico de Pessoas nas Fronteiras do MERCOSUL e Estados Associados.



À margem da RMIS realizada na capital paraguaia, em junho de 2024, foi assinado o Compromisso de Assunção, que trata do combate ao crime organizado, da luta contra a corrupção e lavagem de dinheiro, do tráfico de armas, drogas e pessoas, e foi aprovado o Acordo para a Coordenação de Operações em Matéria de Segurança e Interior dos Estados Partes, destinado ao combate das organizações criminosas.



Em 25 de junho, em Assunção, Paraguai, o MJSP participou da 54ª Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos - OEA - e do Primeiro Diálogo de Alto Nível OEA-Cooperação Andina de Fomento - CAF - sobre Crime Organizado Transnacional, ocasião em que o MJSP foi convidado a assumir a presidência do Grupo de Trabalho sobre Grupos Criminosos (Pandillas Delictivas).

Em março de 2024, no Panamá, o Brasil participou do lançamento do EL PAcCTO 2.0 - Europe Latin America Programme of Assistance against Transnational Organized Crime, programa de cooperação internacional em parceria com a União Europeia com o escopo de contribuir para a segurança e justiça na América Latina, por meio do apoio à luta contra o crime organizado transnacional.

Reuniões de Ministros do MERCOSUL



Lançamento da segunda fase do Programa de Assistência contra o Crime Organizado Transnacional (PAcCTO 2.0).

O Programa EL PAcCTO 2.0 teve seu foco de atuação ampliado e redirecionado para o fortalecimento das capacidades técnicas e operacionais das instituições envolvidas no combate a organizações criminosas no tráfico de drogas e de seres humanos, no comércio ilegal de armas de fogo e bens culturais, na cibercriminalidade e nos delitos ambientais.

Ainda na ocasião do lançamento do EL PAcCTO 2.0, o MJSP formalizou a adesão do Brasil ao mecanismo de cooperação internacional do Comitê Latino-Americano de Segurança Pública - CLASI, que visa fortalecer o alinhamento de políticas públicas estratégicas de combate ao crime organizado, sobretudo o narcotráfico, entre as duas regiões.

No plano bilateral, foram firmados acordos com a Romênia, China, Japão e França, abrangendo desde o combate ao tráfico de drogas até a prevenção de crimes ambientais. Sobressai a celebração do Acordo Técnico relativo à cooperação no âmbito da segurança dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos da França e do Memorando de Entendimento com a Polícia Judiciária de Portugal para o compartilhamento do código fonte do Sistema RAPINA.

Assinatura do
Memorando de
Entendimento com
a Polícia Judiciária
de Portugal para o
compartilhamento
do código fonte do
Sistema RAPINA.



Assinatura
Declaração Conjunta
sobre Cooperação
com o Ministério da
Justiça da Romênia.

Também foram pactuadas a Declaração Conjunta de Intenções para o fortalecimento da cooperação no combate ao crime organizado e tráfico de drogas, firmada com o Ministério do Interior da Alemanha; a Declaração Conjunta sobre Cooperação com o Ministério da Justiça da Romênia; e a Declaração Conjunta assinada com o Ministério da Administração Interna de Portugal, voltada para o reforço da cooperação no domínio da administração interna e da segurança pública.



Assinatura da Declaração Conjunta de Intenções para o fortalecimento
da cooperação no combate ao crime organizado e tráfico de drogas,
firmada com o Ministério do Interior da Alemanha.

A cooperação policial, elemento fundamental na luta contra o crime transnacional no âmbito do MJSP, tem crescido em relevância no atual cenário, em que os desafios associados ao tráfico de drogas, ao crime organizado e a outras ameaças à segurança pública tornam-se progressivamente mais complexos e interconectados.

Por meio da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, o MJSP tem se dedicado a fortalecer suas parcerias internacionais com o objetivo de aprimorar as capacidades operacionais, promover o intercâmbio de informações e coordenar ações em áreas estratégicas, especialmente no que tange ao controle de fronteiras e ao combate a atividades ilícitas transnacionais.

Foram estabelecidas novas parcerias com a celebração de diversos tratados entre o MJSP, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal do Brasil e parceiros internacionais, incluindo Angola, Colômbia, França, Itália, Marrocos, Países Baixos, Reino Unido e Portugal. Destaca-se a celebração do Memorando de Entendimento entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública, a Polícia Federal do Brasil e a Polícia Judiciária de Portugal, cujo objetivo é o compartilhamento do código-fonte do Sistema RAPINA, criado para tratar e gerenciar relatórios oriundos do NCMEC - National Center for Missing and Exploited Children, bem como para o compartilhamento da metodologia investigativa utilizada para a criação do software.

Também foram firmadas novas parcerias com organismos internacionais, incluindo a assinatura do Instrumento de Adesão da Polícia Federal à rede Operational Network, criada pela Agência da União Europeia para a Cooperação Policial – EUROPOL. Foram também concluídas as negociações do Acordo de Cooperação sobre a Troca de Dados Pessoais entre o Brasil e a União Europeia - UE, para o enfrentamento da criminalidade grave e do terrorismo e assinado o Memorando de Entendimento entre a Polícia Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com foco na implementação de ações de segurança e policiamento no combate ao crime organizado e aos delitos ambientais na Bacia Amazônica.



Troca das versões
rubricadas da minuta
do acordo entre a
Agência da União
Europeia para a
Cooperação Policial
(Europol) e as
autoridades brasileiras
para o combate à
criminalidade grave e
ao terrorismo.

Em 7 de novembro de 2024, o delegado da Polícia Federal, Valdecy Urquiza, foi eleito para o cargo de Secretário-Geral pela Assembleia-Geral da INTERPOL e ratificado em sua função durante uma cerimônia na Escócia. Com essa eleição, ele tornou-se o primeiro representante de um país em desenvolvimento a ocupar essa posição em 100 anos de história da organização.



Delegado da Polícia Federal Valdecy Urquiza na esquerda em cerimônia na Escócia.

A contribuição do MJSP na área de segurança cibernética se deu por meio da participação em atividades internacionais voltadas à criação de centros de operações conjuntas, resultando em maior efetividade nas ações de segurança e repressão a crimes transnacionais, no fortalecimento da rede

de cooperação para o combate à desinformação e à cibercriminalidade, além de avanços em tratados de assistência penal e transferência de pessoas condenadas, especialmente nas áreas de tráfico de drogas e crimes cibernéticos.

Destacam-se as seguintes parcerias: a implementação do programa conjunto com a Alemanha tendo como foco o Combate ao Extremismo de Direita e Crimes Cibernéticos, abordando principalmente o discurso de ódio e as ameaças à segurança pública; o aprimoramento do policiamento comunitário, com treinamentos realizados na Guatemala, em colaboração com o Japão; e o desenvolvimento de Protocolos de Assistência Jurídica para casos de Cibercrimes e negociações, com o objetivo de fortalecer a segurança cibernética e a cooperação em estratégias contra o crime organizado, tráfico de drogas e terrorismo em cooperação com a China. Ganha realce, ainda, a participação do MJSP na delegação brasileira que participou do processo negociador da Convenção da ONU contra Crimes Cibernéticos, concluída em 8 de agosto de 2024.

Ainda no tocante a questões relacionadas à segurança cibernética, o Ministério integrou o Grupo de Economia Digital do G20, contribuindo de forma significativa para o fortalecimento da proteção de dados e da segurança digital em escala global.

Na alçada de políticas sobre drogas, destaca-se a participação do Brasil nos programas de Cooperação entre América Latina, Caribe e União Europeia sobre Política de Drogas - COPOLAD. Entre os dias 8 e 10 de outubro de 2024, o MJSP esteve presente no evento "Desafios Compartilhados entre os Países da União Europeia - UE e Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos - CELAC no Campo das Drogas, Reunião Presencial das Agências de Drogas da UE e CELAC", ocorrido em Bruxelas, Bélgica.

Em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foi lançado o Programa Cria, Prevenção e Cidadania, elaborado para promover a prevenção precoce, para mitigar os riscos ligados ao uso de substâncias e para fomentar o bem-estar de crianças e adolescentes.



JUSTIÇA

Na área específica de Justiça, a atuação do MJSP foi marcada pela criação de novos meios de cooperação jurídica internacional com o objetivo estratégico de consolidar e ampliar o papel do Ministério como autoridade central na cooperação jurídica do Brasil com outros países em temas prioritários como extradição e cooperação jurídica nas áreas cível e penal.

Nesse contexto, firmou-se a Declaração de Ministros da Justiça do MERCOSUL e Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados em Matéria de Acesso à Justiça, assinada na Reunião de Ministros da Justiça - RMJ, realizada no Paraguai, a resolução objetiva promover o acesso à justiça, considerando os distintos sistemas de garantias em áreas como defensoria pública e direitos de nacionais estrangeiros.

Na RMJ de novembro de 2024, realizada no Uruguai, foi aprovado o texto final do projeto do Acordo entre os Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados sobre Jurisdição Internacionalmente Competente, Lei Aplicável e Cooperação Jurídica Internacional em Matéria de Matrimônio, Relações Pessoais e Patrimoniais entre Cônjuges, Divórcio, Separação Conjugal e Relações Pessoais, Patrimoniais e Dissolução das Uniões Convivenciais, denominado Acordo de Família do MERCOSUL. O instrumento visa garantir a previsibilidade na área do direito internacional privado no tocante à lei aplicável em questões patrimoniais para famílias e indivíduos com relações jurídicas em mais de um país do bloco.



Visita do Embaixador da França, Emmanuel Lenain, ao MJSP.



Visita do Embaixador do Japão, Hayashi Teiji, ao MJSP.

O MJSP também teve participação ativa no Grupo de Trabalho Anticorrupção do BRICS em 2024, com iniciativas conduzidas pelo Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional - DRCI, e tenciona consolidar sua liderança na cooperação anticorrupção no bloco durante a presidência do Brasil no BRICS em 2025 e no debate, sob a liderança da Secretaria de Direitos Digitais, no recém-criado grupo de trabalho sobre Inteligência Artificial.

No plano bilateral, houve avanços em tratativas sobre instrumentos jurídicos com a República Tcheca com o início de um projeto de modernização das práticas judiciais, com foco na ética judicial e no aprimoramento da transparência no sistema de justiça. Com a Romênia foi pactuado acordo de implementação de programas de reintegração social de dependentes químicos, com ênfase no tratamento e na recuperação de criminosos condenados por crimes relacionados ao tráfico.

Houve também aliança com o Japão no desenvolvimento de tratados de assistência penal e troca de boas práticas para reintegração de pessoas condenadas, com apoio psicológico e programas de reabilitação. Ademais, houve tratativas com a França para a implementação de políticas para garantir maior inclusão social dos prisioneiros, com foco na reabilitação e reintegração de pessoas envolvidas em crimes transnacionais.

Na área de Direitos Humanos, destacam-se importantes iniciativas no contexto dos fluxos migratórios e do instituto do refúgio, com três importantes publicações: o IV Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, para o período 2024 a 2028, desenvolvido pela Secretaria Nacional de Justiça - Senajus, do MJSP com o apoio técnico da UNODC; o Protocolo Operativo Padrão de Atendimento às Vítimas Brasileiras do Tráfico Internacional de Pessoas - POP/TIP, resultado da parceria entre o MJSP e a Agência da Organização das Nações Unidas - ONU para as Migrações (OIM); e o 1º Plano de Ação em Enfrentamento ao Contrabando de Migrantes, desenvolvido pela Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes do MJSP com apoio da Organização Internacional para as Migrações - OIM.

As iniciativas citadas visam melhorar a capacidade do país no enfrentamento ao contrabando de migrantes por meio do desenvolvimento e da implementação de estratégias focadas na prevenção, no aprimoramento da resposta e na redução dos impactos dos crimes relacionados.

O MJSP participou ativamente dos esforços de coordenação e de engajamento do governo brasileiro com o sistema internacional de proteção dos direitos humanos, promovendo a articulação e a compilação de informações relativas a processos que são objeto de monitoramento no âmbito das Nações Unidas e do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (Corte e Comissão). Essa atuação se dá por meio da Senasp e da Saju junto a atores domésticos em nível nacional e subnacional, como a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, polícias civis e militares estaduais.



O MJSP, em coordenação com o sistema internacional de proteção dos direitos humanos, recebeu a visita de membros da Secretaria da Corte Interamericana de Direitos Humanos - CIDH, em maio de 2024, e participou de audiência com o Alto Comissário da ONU para Refugiados - ACNUR, com o objetivo de avaliar a situação humanitária no Brasil, os desafios operacionais na recepção, acolhida e integração de pessoas refugiadas, bem como as possibilidades de engajamento e complementaridade de ações do ACNUR, em dezembro.

Por fim, salienta-se que o Brasil celebrou parceria com a ONU, por meio do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC, ao firmar a carta de intenções para a elaboração da Estratégia Nacional para a Eliminação da Violência contra Crianças e Adolescentes e a implementação da Iniciativa Champs (Serviços de Prevenção Ampliada para e com Crianças e Adolescentes). Com este ato o Brasil reafirmou seu comprometimento e tornou-se pioneiro mundial na celebração de acordo sobre essa matéria.

MODELO DE NEGÓCIOS DO MJSP

INSUMOS

ORÇAMENTO

R\$ 20,86 BI

CUSTOS

R\$ 13,2 BI

FORÇA DE TRABALHO

30.660 SERVIDORES

ESTRATÉGIAS

Promoção da segurança pública
cidadão e humanizada, com especial
atenção a pessoas em situação de
vulnerabilidade

Promoção do acesso à justiça e proteção
dos direitos do cidadão, inclusive os
digitais e os dados pessoais

Fortalecimento da prevenção e o
enfrentamento à criminalidade

Promoção de uma execução penal justa, que
viabilize a reintegração social e a inatividade das
lideranças criminosas

RESULTADOS

+ de
34 Mil
vagas preenchidas em
capacitações
disponibilizadas aos
servidores da
Execução Penal

+ de
171 Mil
presos em
atividades laborais

+ de
R\$ 364 Milhões
de receita da gestão
de ativos

+ de
130%
processos de
naturalização
decididos

+ de
6 Mil
vagas geradas no
sistema prisional

+ de
9 Mil
armas de fogo
apreendidas

+ de
30 Milhões
de registros de
controle migratório
realizados

+ de
212 Mil
Kg de cocaína
apreendidas

IMPACTOS

Prevenção e combate à
corrupção e à lavagem de
dinheiro

Gestão efetiva e eficiente dos
recursos apreendidos do crime
para financiamento de políticas
públicas

Garantia de direitos do cidadão,
do migrante e do refugiado

Proteção e segurança da
sociedade

Defesa do consumidor e ao
ambiente concorrencial
saudável

GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA

Governança Pública é um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade, conforme disposto no Decreto n.º 9.203, de 22 de novembro de 2017. Assim, com o intuito de aprimorar a gestão na condução de suas atividades, o MJSP implementou, em 2019, seu Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública - SG-MJSP, por meio da Portaria nº 86, de 29 de janeiro de 2019.

Atualmente, o Sistema de Governança do MJSP é regulamento pela Portaria n.º 2, de 28 de janeiro de 2022, a qual o caracteriza como o conjunto de práticas gerenciais voltado à entrega de valor público para a sociedade, com a finalidade de estabelecer o modelo de tomada de decisão sobre planejamento estratégico, políticas públicas, integridade, riscos e controles, informação, recursos de tecnologia da informação e comunicação, dados e sistemas de informação, contratações, pessoal e transparência.

O Sistema de Governança do MJSP - SG-MJSP foi idealizado a partir dos princípios, diretrizes e mecanismos definidos na política de governança da administração pública federal e das recomendações provenientes de manuais, guias e resoluções aprovados pelo Comitê Interministerial de Governança - CIG, nos termos do inciso II do art. 9º do Decreto n.º 9.203, de 22 de novembro de 2017.

A instância máxima do Sistema de Governança do MJSP é o Comitê de Governança Estratégica - CGE, e possui a competência de avaliar e aprovar as iniciativas de gestão estratégica, de gestão de riscos e controles internos, de gestão de transparência, de gestão de integridade, de gestão de políticas públicas, de gestão administrativa, de gestão de dados e à tecnologia e segurança da informação.

Dessa forma, para os planos ou políticas de longo prazo e que necessitam de maior controle na sua implementação e monitoramento, o Sistema de Governança do Ministério prevê a possibilidade de criação de Sistemas de Governança Internos - SGIn, compostos por mecanismos de estratégia, de controle e de liderança próprios, coordenados por um Comitê de Governança Estratégica, cuja finalidade específica é avaliar, direcionar e monitorar a gestão e a condução de planos ou políticas públicas específicas, conforme diretrizes do Governo Federal.

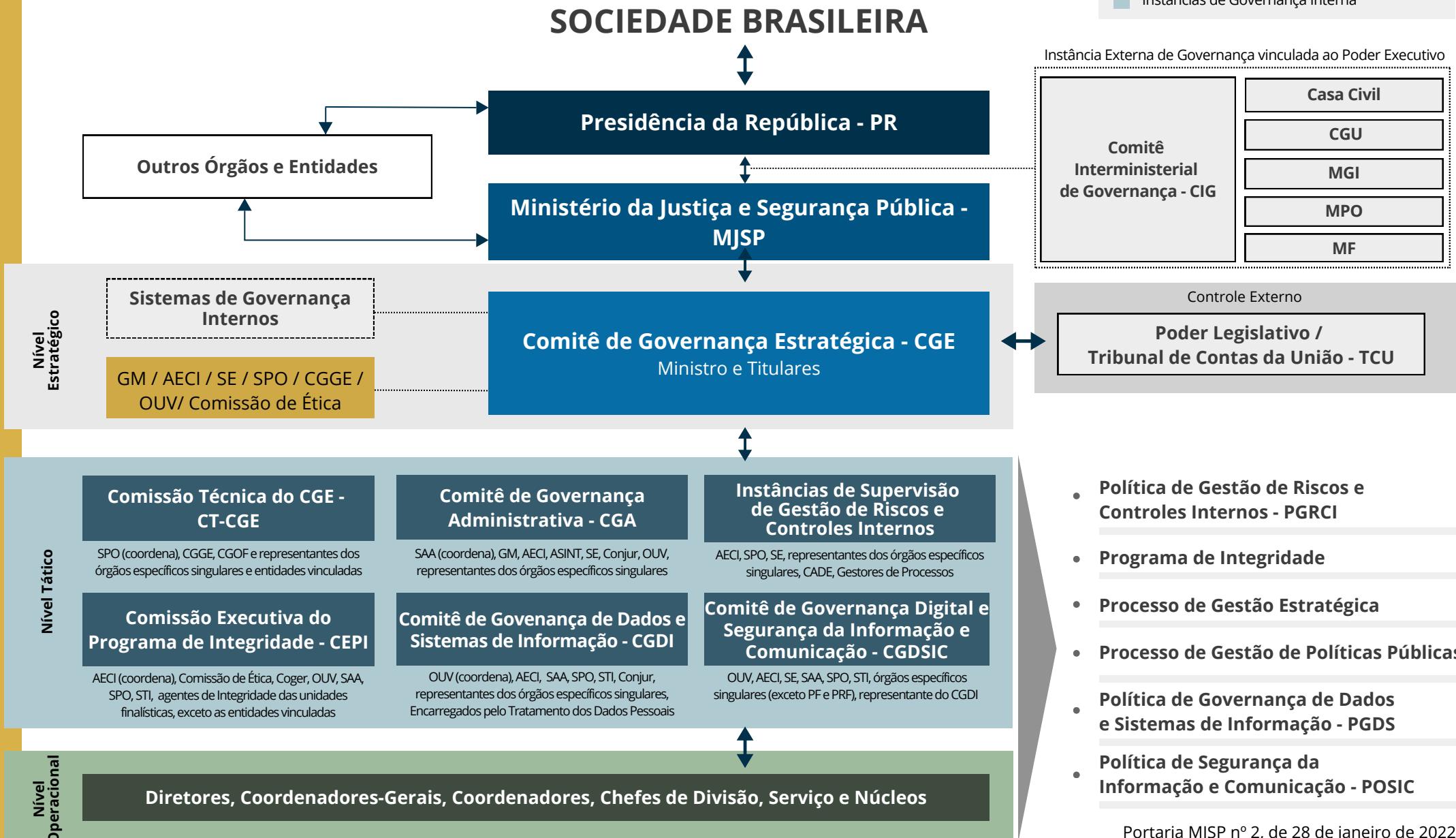


Comitê de Governança Estratégica - CGE



- Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica - CT-CGE
- Comitê de Governança Administrativa - CGA
- Comissão Executiva do Programa de Integridade do MJSP - CEPI
- Comitê de Governança de Dados e Sistemas de Informação – CGDI
- Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação e Comunicação – CGDSIC
- Instâncias de Supervisão de Gestão de Riscos e Controles Internos.

SISTEMA DE GOVERNANÇA DO MJSP



ESTRATÉGIA DO MJSP

O Ministério elaborou o Planejamento Estratégico 2024-2027 de modo conjunto com suas unidades, buscando aprimorar cada vez mais seus mecanismos de governança e alcançar resultados mais efetivos para a sociedade, baseado no processo de gestão estratégica definido no sistema de governança do órgão, conforme Portaria n.º 2, de 2022, para a realização das seguintes etapas de elaboração:

(i) Análise de ambientes: para a análise de contexto do órgão, foram utilizadas as seguintes ferramentas: cadeia de valor — contendo os macroprocessos e processos finalísticos e de governança, gestão e suporte; e Matriz SWOT (em português, forças, fraquezas, oportunidades e ameaças) — identificação dos fatores internos e externos que impactam significativamente a atuação do órgão e, consequentemente, a entrega de valor aos seus clientes.

(ii) Definição de diretrizes estratégicas: o Ministério definiu as diretrizes estratégicas, a partir da análise de ambientes, que consistem em temas orientadores para o desdobramento e para a realização da estratégia. Cumpre registrar que, conforme orientações estabelecidas nos incisos I e II do art. 1º do Anexo I da Portaria n.º 2, de 2022, cabe ao Comitê de Governança Estratégica - CGE a definição das diretrizes estratégicas do Ministério e a promoção do alinhamento e da convergência de seu planejamento com as diretrizes estratégicas.

(iii) Definição da missão, da visão e dos valores: etapa que definiu o propósito da instituição, o que se deseja atingir ou ser a médio e longo prazo e os padrões de conduta que pautam o órgão.

(iv) Desdobramento da estratégia: elaboração dos objetivos estratégicos a serem atingidos pela organização no horizonte de tempo planejado para a definição do mapa estratégico, que contempla também a missão, a visão e os valores, bem como a definição de indicadores e metas e de projetos estratégicos.

Finalizadas as etapas de elaboração do Planejamento Estratégico 2024-2027, o conteúdo foi validado pelos membros do CGE, por meio da Resolução n.º 27, de 19 de junho de 2024, e posteriormente aprovado pela Portaria n.º 714, de 24 de junho de 2024.



**PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO**
2024 · 2027

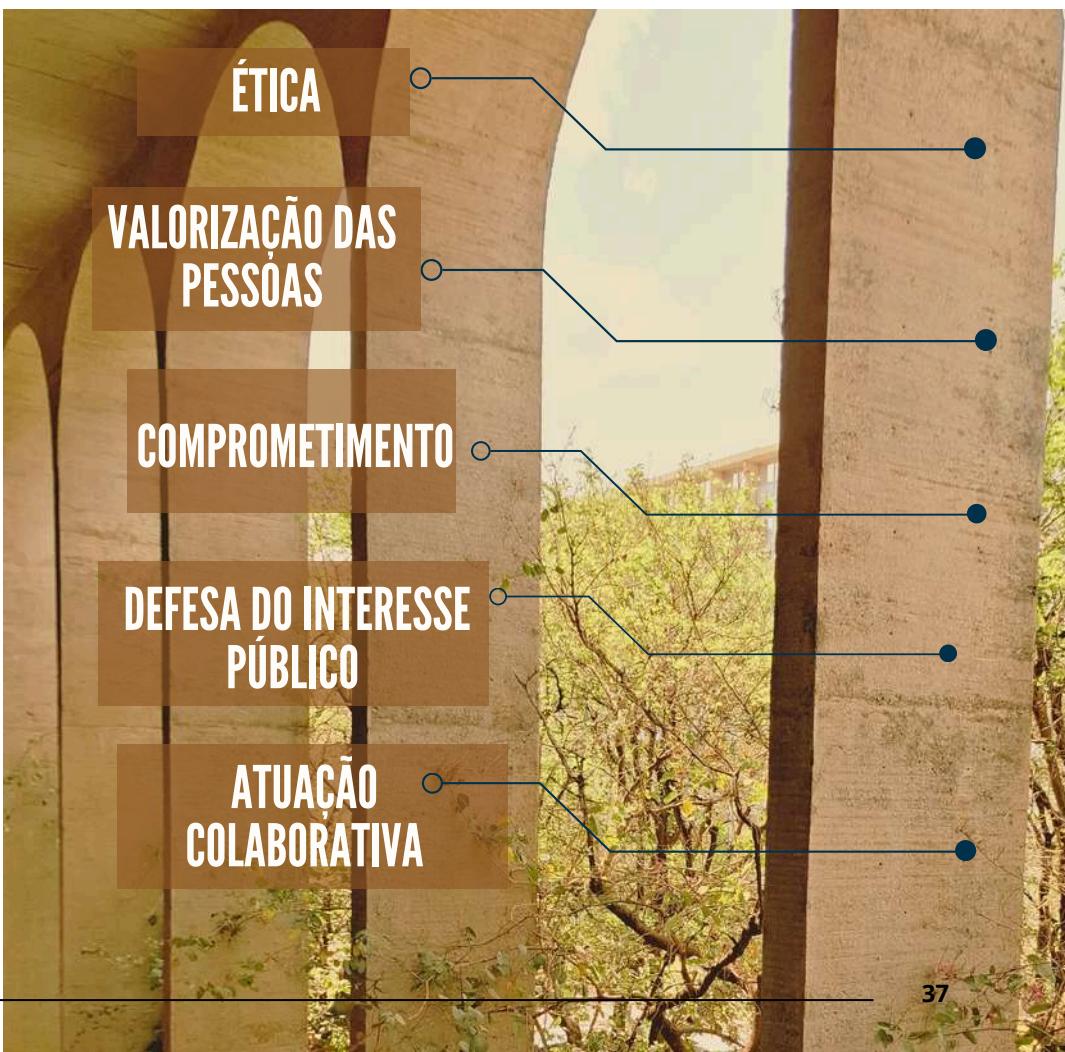
MAPA ESTRATÉGICO E SEU DETALHAMENTO

Com o propósito de assegurar à população a preservação de seus direitos e garantias fundamentais previstos no art. 5º da Constituição Federal de 1988, o Ministério definiu a missão institucional como “Atuar para a consolidação do Estado Democrático de Direito, zelando pela ordem jurídica, pelo cumprimento de garantias constitucionais e pela implantação de uma política de segurança pública cidadã”, por meio da elaboração e da execução de políticas públicas voltadas à segurança pública, ao acesso à justiça e à promoção e à proteção de direitos. Dentre as suas diversas temáticas, o órgão empreende esforços na promoção de uma segurança cidadã e humanizada, no enfrentamento à criminalidade, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento ao terrorismo. Além disso, atua na promoção de políticas de acesso à justiça, na garantia de direitos dos cidadãos, dos migrantes, dos refugiados, na defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor. O Ministério ainda opera na condução de política penal nacional com foco no cumprimento de penas justas, no fortalecimento da segurança viária e mobilidade de rodovias federais, no aprimoramento da gestão de políticas para a redução do impacto social do álcool e outras drogas, bem como de alienação do produto de crimes.

Foi estabelecida também a visão de futuro “Ser reconhecido pela sociedade como protagonista na defesa da democracia e essencial na defesa da cidadania, na proteção de direitos, no fortalecimento do acesso à justiça e na gestão de uma política de segurança pública humanizada, em cooperação com os

entes federados e com os demais Poderes”, expressando a idealização de um futuro desejado, de forma sucinta e inspiradora, alinhada aos temas estratégicos.

Em seguida, foi realizada uma consulta junto aos colaboradores, resultando na identificação dos 5 principais valores institucionais norteadores do MJSP, que representam os padrões de conduta que os integrantes da instituição devem se pautar. São eles:



O Mapa Estratégico do Ministério foi elaborado a partir da metodologia Balance Scorecard - BSC, que consiste na representação visual da estratégia do MJSP, por meio da combinação desses elementos e da integração de 12 objetivos, divididos em três perspectivas: Sociedade e Governo, Foco de Atuação e Pessoas e Infraestrutura.

Com o intuito de direcionar os esforços para o alcance dos objetivos estratégicos, foram estabelecidos indicadores, e suas respectivas metas, a fim de mensurar o progresso do órgão e de identificar pontos de destaque e de melhorias. Além dos indicadores estratégicos, os projetos estratégicos refletem as principais entregas e indicam o grau de êxito na consecução das iniciativas voltadas à transformação exigida pelos respectivos objetivos.

No âmbito da gestão de projetos, o Ministério utiliza a metodologia do Project Management Institute – PMI, adaptada à sua realidade, para o processo de definição e de monitoramento da sua carteira estratégica.

Assim, o Ministério desdobrou sua estratégia em objetivos estratégicos, os quais estão relacionados a **48 indicadores** e a **37 projetos estratégicos**, disponíveis no [link](#).



MAPA ESTRATÉGICO

2024 - 2027

Ministério da Justiça e
Segurança Pública

MISSÃO

Atuar para a consolidação do Estado Democrático de Direito, zelando pela ordem jurídica, pelo cumprimento de garantias constitucionais e pela implantação de uma política de segurança pública cidadã.

VISÃO

Ser reconhecido pela sociedade como protagonista na defesa da democracia e essencial na defesa da cidadania, na proteção de direitos, no fortalecimento do acesso à justiça e na gestão de uma política de segurança pública humanizada, em cooperação com os entes federados e com os demais Poderes.

VALORES

Ética | Valorização das Pessoas | Defesa do Interesse Público | Comprometimento | Atuação Colaborativa

SOCIEDADE E GOVERNO

Promover a segurança pública cidadã e humanizada, com especial atenção a pessoas em situação de vulnerabilidade

Promover o acesso à justiça e proteger os direitos do cidadão, inclusive os digitais e os dados pessoais

FOCO DE ATUAÇÃO

Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade

Promover uma execução penal justa, que viabilize a reintegração social e a inatividade das lideranças criminosas

Fortalecer a segurança viária e a mobilidade nas rodovias federais

Promover a valorização e a qualidade de vida dos profissionais de segurança pública

Promover a gestão transversal das políticas públicas para a redução do impacto social do álcool e outras drogas

Aprimorar o processo de recuperação de ativos e sua efetiva aplicação em políticas públicas

PESSOAS E INFRAESTRUTURA

Promover a valorização, o desenvolvimento, a atração e a retenção de talentos

Otimizar e consolidar a gestão e a governança institucional

Potencializar e aprimorar a estrutura e os serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC

Otimizar a gestão orçamentária e financeira

MONITORAMENTO DA ESTRATÉGIA NO ÂMBITO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA ESTRATÉGICA - CGE

A implementação do Planejamento Estratégico do Ministério é verificada por meio do monitoramento do desempenho dos indicadores e dos projetos relacionados aos objetivos estratégicos.

No âmbito do sistema de governança, de acordo com o art. 3º do Anexo X da Portaria n.º 2, de 2022, os resultados serão avaliados e monitorados periodicamente, no âmbito do CGE, com periodicidade preferencialmente mensal. Esse rito foi estabelecido de modo a integrar as rotinas de gestão das principais entregas das políticas prestadas pelo Ministério, acompanhando a evolução do planejamento estratégico, sendo composto pelos seguintes eventos, a saber:

Ciclos de monitoramento mensal

Oportunidade de titulares ou seus representantes apresentarem os resultados dos indicadores e dos projetos estratégicos afetos a suas unidades. Na ocasião, são discutidos os aspectos de desempenho não esperados e as linhas de tendência, bem como realizadas as considerações gerenciais decorrentes do contexto retratado. Nesse sentido, a reunião mensal permite que os titulares das diferentes áreas tenham contato com os temas e os desafios estratégicos do órgão, de modo a identificar e tratar tópicos, riscos e desafios transversais, que ensejam soluções integradas e sinérgicas.

Reunião de Avaliação da Estratégia - RAE

De preferência quadrienal, tem como foco refletir sobre os grandes resultados da estratégia e sobre a identificação das oportunidades de ajustes em função das variáveis ambientais, com a consequente revisão pontual de seus principais elementos.

Os ciclos de monitoramento foram realizados conforme o previsto para o ano de 2024, com as coletas dos indicadores estratégicos pelas unidades de acordo com a periodicidade, demonstrando o nível de atingimento das respectivas metas de seus objetivos estratégicos. Em relação aos projetos estratégicos, as unidades informaram a situação do andamento de suas entregas, tendo como foco a relação entre o planejado e o executado durante o período.



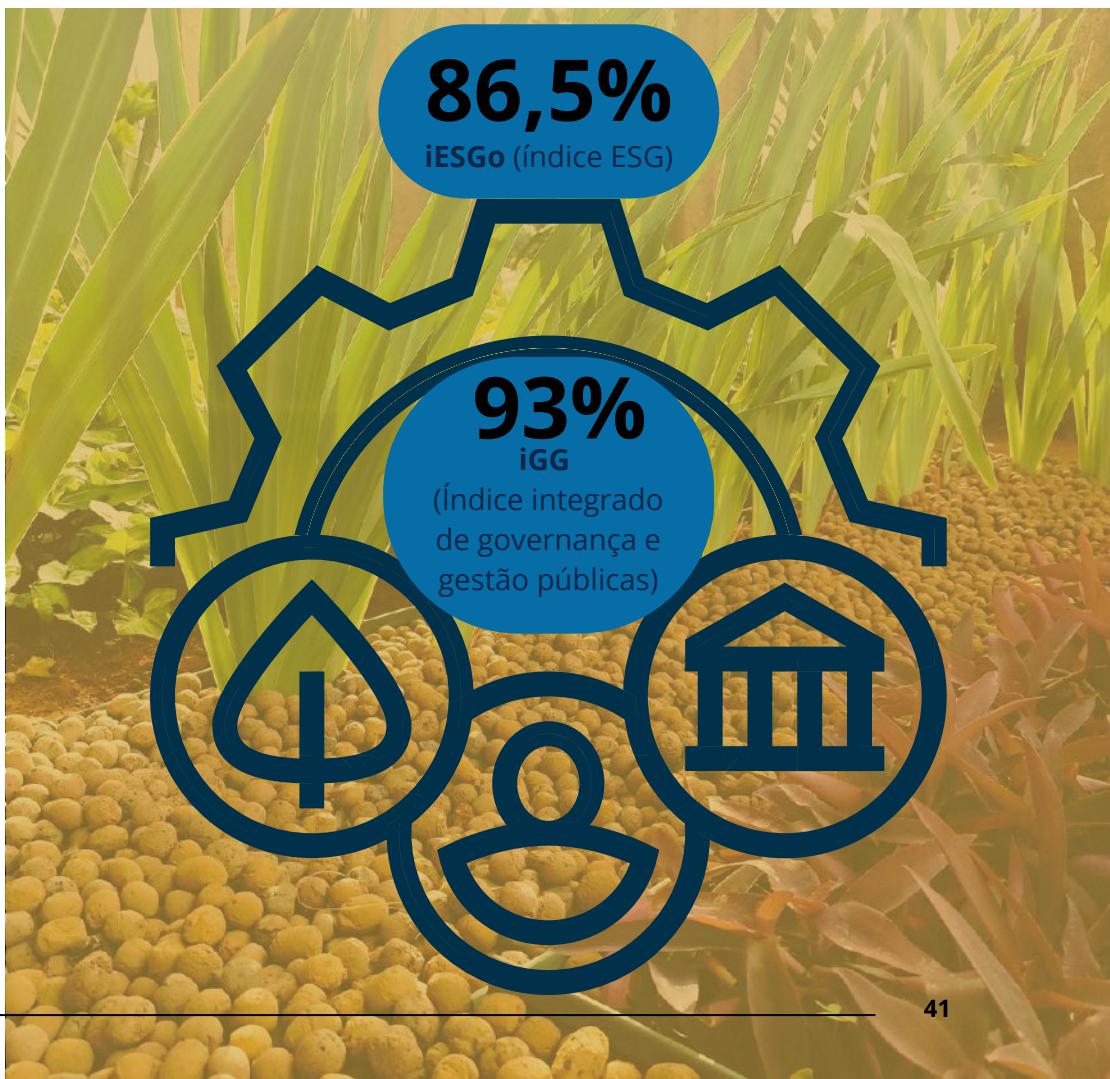
APOIO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA À CAPACIDADE DE GERAR VALOR

A consolidação de uma governança eficiente é determinante para aprimorar a capacidade de atuação de um órgão público. Essa abordagem busca assegurar que o interesse público seja plenamente atendido, com a criação de um ambiente institucional propício à formulação e execução de políticas e serviços que entreguem resultados concretos e relevantes à sociedade.

Nesse sentido, a implementação do modelo de governança no Ministério tem sido percebida como uma ferramenta essencial para embasar decisões estratégicas e fortalecer a gestão. Esse processo tem ocorrido de maneira gradual e consistente, envolvendo a adoção de práticas sistemáticas que elevam a maturidade tanto da governança quanto da gestão no âmbito da Pasta.

Nos últimos anos, o Ministério tem envidado esforços para o fortalecimento contínuo da sua estrutura de governança. Como resultado, o órgão tem apresentado um índice de governança crescente. Ademais, a inclusão de avaliação das práticas de ESG - *Environmental, Social and Governance* na pesquisa realizada no ano de 2024, exigiu maior atenção dos órgãos para a implementação de ações específicas. O objetivo da iniciativa foi incentivar a adoção de boas práticas e a melhoria dos resultados institucionais, inclusive do ponto de vista social e ambiental.

Assim, conforme resultados da avaliação de aderência às práticas de governança, gestão, sustentabilidade ambiental e responsabilidade social nas organizações jurisdicionadas realizada pelo Tribunal de Contas da União - TCU, por meio da pesquisa do Índice de Governança e Sustentabilidade - iESGo, o Ministério alcançou **86,5%**, situando-se no **nível aprimorado**, demonstrando uma elevada maturidade em governança e gestão pública.



HISTÓRICO DA SITUAÇÃO DE GOVERNANÇA NO MJSP

Seguem, abaixo, os índices de maturidade da governança e da gestão no Ministério realizado pelo Tribunal de Contas da União - TCU com base na autoavaliação da Pasta, nos temas de sustentabilidade ambiental e social, governança pública organizacional, de governança e gestão da tecnologia da informação, de pessoas, de contratações e orçamentária.

Indicador	2017	2018	2021	2024
iESGo (índice ESG)	-	-	-	86,5%
iES (índice integrado de sustentabilidade ambiental e social)	-	-	-	44,8%
iGovSustentAmb (índice de governança e gestão da sustentabilidade ambiental)	-	-	-	56,2%
iGovSustentSocial (índice de governança e gestão da sustentabilidade social)	-	-	-	35,5%
iGG - índice integrado de governança e gestão públicas	47%	66%	85%	93,1%
iGovPub - índice de governança pública	40%	68%	97%	94,8%
iGovPessoas - índice de governança e gestão de pessoas	44%	58%	87%	93,9%
iGestPessoas	45%	52%	72%	89,3%
iGovTI - índice de governança de gestão de Tecnologia da Informação - TI	51%	70%	91%	96,4%
iGestTI	47%	70%	86%	93,1%
iGovContrat - índice de governança e gestão de contratações	51%	66%	87%	93,8%
iGestContrat	51%	67%	80%	88,8%
iGovOrcament - índice de governança e gestão orçamentária	-	-	92%	100%
iGestOrcament - índice de capacidade em gestão orçamentária	-	-	86%	100%

MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

Os temas materiais são fruto do processo de identificação, avaliação e priorização das temáticas relevantes que podem impactar a geração de valor do Ministério no curto, médio e longo prazos.

Em 2024, a materialidade foi definida a partir de critérios que refletem a importância institucional do órgão e as entregas de valor à sociedade, resultando na priorização de 37 projetos estratégicos, sendo 35 finalísticos, definidos no âmbito do Planejamento Estratégico para 2024-2027, relacionados aos 12 objetivos estratégicos, e vinculados às 39 Políticas Públicas do Ministério.

12

Objetivos Estratégicos

Definidos no âmbito
do Planejamento
Estratégico 2024-
2027

37

Projetos Estratégicos

Vinculados aos
Objetivos
Estratégicos

39

Políticas Públicas

Relacionadas aos
Objetivos
Estratégicos

PROJETOS PRIORIZADOS

Câmeras policiais para uso na Polícia Rodoviária Federal

Disponibilização do sistema Recall.gov.br

Programa Mulheres Mais Seguras

ABIS - Nacional

Construção ou apoio de Centros Comunitários pela Vida

Aprimoramento de técnicas de investigação com
criptoativos

InovaCiber

Câmeras corporais

Programa Ouro Alvo – POA

Brasil M.A.I.S. - Meio Ambiente Integrado e Seguro

Dinamização da plataforma Consumidor.gov.br com foco
na desjudicialização

Fortalecimento do Sistema Integrado de Educação e
Valorização Profissional - SIEVAP

Promoção de justiça para grupos sociais vulnerabilizados

Qualificação da investigação de homicídios

Fortalecimento da autoridade central para a cooperação
jurídica internacional

Implementação da Política Nacional de Migração,
Refúgio e Apatridia - PNMRA

Programa Nacional de Enfrentamento às Organizações
Criminosas - ENFOC

Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV

Implantação da Estratégia Nacional de Acesso a Direitos
para Mulheres na Política sobre Drogas

Sistema Informatizado de Gestão de Ativos Apreendidos
- SIGAP 2.0

Mapear 2.0

Prometheus

Laboratório Nacional de Isótopos Forenses - LANIF

Estruturação de equipamentos públicos voltados ao
enfrentamento à violência contra mulheres

Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos

Aeromédico

Muralhas do Sistema Penitenciário Federal

Mapa da Segurança Pública

Ampliação do acesso à justiça

Oficinas de trabalho prisional

Ômega

Reestruturação da Rede Nacional de Laboratórios de
Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro - REDE-LAB

Celular seguro

SISDEPEN Indivíduos

Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social
Comunitário - CDESC

POLÍTICAS E PROGRAMAS DE GOVERNO

Visando o cumprimento de sua missão institucional, o MJSP tem pautado sua atuação na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas ao atendimento das necessidades e anseios da sociedade brasileira. As políticas desenvolvidas pelo Ministério buscam cumprir as determinações previstas nos normativos que especificam suas competências e atribuições, como órgão da administração pública federal e estão alinhadas às políticas e programas do Governo Federal, a exemplo da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSPDS, do Plano Nacional de Políticas sobre Drogas - PLANAD, do Plano Nacional de Consumo e Cidadania - PLANDEC e do Plano Plurianual - PPA. Além disso, guardam alinhamento com os demais instrumentos de gestão do Ministério, como o Planejamento Estratégico, a Cadeia de Valor e a Lei Orçamentária Anual - LOA.

O processo de gestão das políticas públicas, no âmbito do MJSP, é realizado por meio da Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica - CT-CGE, instância de apoio executivo do Comitê de Governança Estratégico - CGE do MJSP, regulamentado pela Portaria MJSP n.º 02, de 28 de janeiro de 2022. Esse processo envolve a estruturação das políticas públicas do órgão em uma Carteira, visando a realização do seu monitoramento, da sua avaliação e da alocação

orçamentária de seus recursos pela alta gestão com o objetivo de contribuir para a tomada de decisão baseada em evidências, para a melhoria da qualidade do gasto, para a racionalização do uso de recursos públicos e para a difusão da cultura da transparência, sendo vedada a realização de transferências voluntárias ou obrigatórias de despesas finalísticas, sejam quais forem os instrumentos, como a abertura de programas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal - SICONV, a celebração do Termo de Execução Descentralizada - TED, a celebração de contrato em benefício de terceiros ou a publicação de editais de chamamento, sem a respectiva vinculação à política pública.

A Carteira de Políticas Públicas contém informações gerais das políticas sob responsabilidade das unidades finalísticas do MJSP e, após a publicação do Decreto n.º 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprova nova estrutura regimental do MJSP, o documento foi revisado pelas unidades finalísticas do órgão. Este trabalho foi realizado no âmbito da Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica - CT-CGE, com objetivo de revisar e aprimorar as políticas públicas vigentes conforme a nova estrutura e competências do Ministério, a fim de aperfeiçoar o instrumento. As unidades trabalharam na revisão dos objetivos, problemas, causas, público-alvo, entregas e indicadores das políticas, além de novas proposições.

Em junho de 2024, foi aprovada pela Resolução do Comitê de Governança Estratégica CGE n.º 26, de 10 de junho de 2024, a

carteira atual do MJSP e encontra-se disponível no site, podendo ser acessada por meio do seguinte [link](#).

PLANO PLURIANUAL - PPA

O Plano Plurianual - PPA, regulamentado pelo artigo 165 da Constituição Federal de 1988, é um dos principais instrumentos de planejamento governamental, orientando a ação pública para atender os fundamentos e objetivos da República. Com vigência de quatro anos, o PPA define políticas públicas, programas e diretrizes, além de detalhar os recursos e métodos necessários para alcançar suas metas.

O atual PPA, instituído pela Lei n.º 14.802, de 10 de janeiro de 2024, abrange o período de 2024 a 2027 e traz uma abordagem inovadora, com foco em atender de maneira integrada às demandas da população. Ele combina recursos orçamentários e não orçamentários com objetivos e metas específicos, promovendo um planejamento mais eficiente e orientado para resultados. Essa metodologia permite à alta administração do Governo Federal uma atuação mais assertiva, facilitando a identificação e resolução de problemas.

Além de seu papel no planejamento estratégico do governo, o PPA também é essencial para nortear a formulação da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual LOA. No corrente ano, por meio da lei n.º 14.822 de 22, de janeiro de 2024, foi instituída a LOA 2024, que estimou as receitas e fixou as despesas da União para o ano de 2024. É por meio dela que os órgãos atuaram em suas respectivas pastas e colocam em prática as ações estabelecidas no PPA durante o exercício 2024.

Após processo de planejamento e elaboração em 2023, o ano de 2024 foi o primeiro ano de vigência do novo PPA. Nesse plano, foram definidas as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal, contemplando os programas, objetivos, indicadores e metas a serem alcançadas para o período de 2024-2027. A partir da implementação da nova diretriz buscou-se a melhoria de programas, indicadores e metas estabelecidos anteriormente.

Assim, PPA 2024-2027 foi estruturado da seguinte maneira:



Dentre os principais atributos aprovados na lei do PPA 2024-2027 estão:

- Os **programas** expressam os propósitos que o órgão deseja atingir com as ações do PPA. Neles constam a descrição do problema, a causa e informações complementares.
- O **Objetivo Geral** expressa a mudança na realidade social que o programa visa promover ao enfrentar o problema.
- Os **objetivos específicos** detalham e limitam o objetivo geral do programa. Ele comunica cada resultado esperado para o alcance do objetivo do programa, decorrente da entrega de bens ou serviços.
- Os **indicadores** são instrumentos que permitem medir objetivamente o alcance do objetivo planejado. É usado para medir quais mudanças ocorreram (resultados).
- As **entregas** que comunicam os bens e serviços relevantes a serem entregues diretamente à sociedade para o alcance do objetivo específico ao qual está vinculada.
- O **indicador da entrega** é um instrumento que permite medir o alcance da entrega. É usado para medir os recursos que usamos e como os utilizamos (desempenho) e/ou o que foi feito (entregas e produtos finais).

Além desses atributos, o PPA 2024-2027 possui outros instrumentos que são utilizados como ferramentas de planejamento. São eles:

- **Meta:** declara o valor esperado para o indicador no período a que se refere. Considera o montante de recursos disponíveis e a capacidade operacional das instituições envolvidas na execução do programa. A meta está tanto no objetivo específico quanto na entrega.
- **Regionalização da meta:** fornece informações relacionadas à distribuição das metas estipuladas para o programa no território.
- **Investimentos plurianuais:** investimentos que possuem data de início e término e impactam o programa finalístico em mais de um exercício financeiro.
- **Medidas Institucionais e Normativas:** são atividades normativas de caráter regulatório, de melhoria de ambiente de negócios ou de gestão, relevantes para a sociedade.

Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica	Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional	Conformidade e Eficiência da Gestão	Resultados e Desempenho da Gestão	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
---	--	-------------------------------------	-----------------------------------	--

O Ministério da Justiça e Segurança Pública já realizou o monitoramento parcial, referente ao primeiro semestre de 2024. No monitoramento são coletadas informações das camadas legais e gerenciais dos programas. Os dados são preenchidos respeitando os indicadores e metas acordados anteriormente no planejamento do PPA. Nesse processo, para auxiliar as unidades no preenchimento é disponibilizado o Manual de Gestão do PPA, documento enviado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento que auxilia as unidades no monitoramento. O monitoramento serve para o acompanhamento dos compromissos firmados entre à Administração Pública e a Sociedade. O primeiro ciclo de monitoramento do PPA vigente será encerrado em fevereiro de 2025, após a coleta dos dados do exercício 2024.

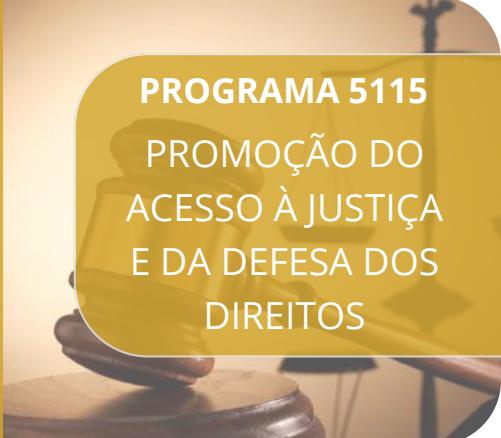
Durante o processo de monitoramento algumas unidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública sinalizaram a intenção de modificar alguns dos atributos do PPA para melhor enquadrar os indicadores as metas no atingimento dos objetivos do Plano. Conforme orientação do Ministério do Planejamento e Orçamento será possível realizar alterações e atualizações em alguns atributos. Essa janela de oportunidade está prevista para acontecer em março de 2025. No momento oportuno serão ofertadas as unidades do Ministério da Justiça e Segurança Pública a possibilidade de revisão.



O MJSP participou dos eventos em que foram apresentados relatórios sobre as agendas transversais de gênero, indígena, mulheres, além do monitoramento de entregas do Plano de Contratações Anual - PAC, alinhamento do orçamento entre outros. Esses eventos foram iniciativas do Governo Federal para alinhamento de diretrizes e apresentação de resultados das entregas que foram feitas ao longo do exercício 2024.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública integra o PPA em dois Programas: O 5115 – Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos e o 5116 – Segurança Pública com Cidadania. Além deles, devido a transversalidade das pautas de atuação, o MJSP atua junto ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania – MDH em temáticas sobre o Direito da População em Situação de Rua e referente a Demarcação de Território Indígena. Estes programas transversais também participaram do ciclo do monitoramento do MJSP.

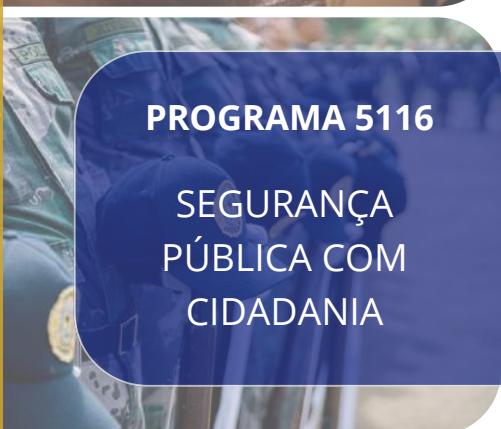
Os Programas do Ministério da Justiça e Segurança Pública são:



PROGRAMA 5115

PROMOÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA E DA DEFESA DOS DIREITOS

No âmbito deste objetivo, o Ministério da Justiça e Segurança Pública busca ressaltar a relevância de aperfeiçoar o acesso à justiça, bem como fomentar e salvaguardar os direitos das pessoas, com uma atenção especial àqueles que se encontram em situações de vulnerabilidade. Este esforço visa estabelecer um ambiente mais inclusivo, equitativo e imparcial tanto na sociedade em geral quanto no sistema legal específico.



PROGRAMA 5116

SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

O objetivo desse programa é o fortalecimento da prevenção e do enfrentamento à violência e à criminalidade, com foco na promoção da segurança pública cidadã, humanizada e integrada, e com atenção especial à proteção de grupos sociais vulneráveis, é uma medida de extrema importância para construir um futuro mais seguro, igualitário e justo para todos os cidadãos. Através da integração entre governos, colaboração com a sociedade e um foco na proteção dos mais vulneráveis, busca-se alcançar um ambiente onde todos os cidadãos possam viver com tranquilidade e dignidade.

Dessa forma, a relação entre as políticas públicas desenvolvidas pelo Ministério e as temáticas do programa pode ser visualizada a seguir:

PROGRAMA 5115

PROMOÇÃO DO
ACESSO À JUSTIÇA
E DA DEFESA DOS
DIREITOS

**POLÍTICAS PÚBLICAS
DO MJSP
VINCULADAS À
TEMÁTICA DO
PROGRAMA**

01 Política de Proteção de Dados Pessoais

02 Política de Defesa da Concorrência

03 Política de Acesso à Justiça e Promoção de Direitos

**04 Política de Integração e Fortalecimento do Sistema
Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC**

**05 Política de Prevenção e Combate à Pirataria e aos
Delitos contra a Propriedade Intelectual**

**06 Política de Proteção e Defesa de Direitos Difusos e
Coletivos**

07 Política de Regulação e Fiscalização de Consumo

**08 Política do Ciclo Virtuoso da Gestão de Ativos
Apreendidos**

**09 Política sobre Drogas – Reconstrução com ênfase em
Grupos Vulneráveis**

**10 Política de Classificação Etária de Conteúdos
Audiovisuais e Espetáculos Públicos - Classificação
Indicativa**

11 Política de Cooperação Jurídica Internacional

12 Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

**13 Política de Proteção aos Direitos das Pessoas
Migrantes, Refugiadas e Apátridas**

**14 Política de Qualificação de Organizações da Sociedade
Civil de Interesse Público e Organizações Estrangeiras
- OEs**

PROGRAMA 5116

SEGURANÇA
PÚBLICA COM
CIDADANIA

POLÍTICAS PÚBLICAS DO MJSP VINCULADAS À TEMÁTICA DO PROGRAMA

01 Política de Aparelhamento e Modernização da Polícia Federal

02 Política de Polícia Administrativa

03 Política de Polícia Judiciária

04 Política de Enfrentamento à Criminalidade nas Rodovias Federais

05 Política de Segurança Viária nas Rodovias Federais

06 Política de Fortalecimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

07 Política de Mobilidade nas Rodovias Federais

08 Política de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

09 Política de Assistência Social no Sistema Penal

10 Política de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional

11 Política de Atenção Integral à Saúde no Sistema Penal

12 Política de Educação da Pessoa Privada de Liberdade

13 Política de Enfrentamento ao Superencarceramento

14 Política de Fortalecimento de Ouvidorias e Corregedorias do Sistema Penal

15 Política de Fortalecimento do Sistema Penal

16 Política de Trabalho no Sistema Penal

17 Política de Aperfeiçoamento da Atividade de Inteligência de Segurança Pública

18 Política de Educação para os Profissionais de Segurança Pública

19 Política de Enfrentamento da Criminalidade Violenta

20 Política de Enfrentamento das Organizações Criminosas

21 Política de Gestão e Inovação em Segurança Pública

22 Política de Integração de Dados e Informações de Interesse da Segurança Pública

23 Política de Promoção da Cultura de Paz e Segurança Cidadã

24 Política de Segurança Pública e Meio Ambiente, Questões Indígenas e Fundiárias

25 Política de Valorização dos Profissionais de Segurança Pública



CADEIA DE VALOR DO MJSP

A Cadeia de Valor do MJSP é o documento essencial que integra o planejamento estratégico do órgão, conforme Portaria MJSP n.º 2, de 28 de janeiro de 2022. Ela é uma ferramenta de diagnóstico e gestão que permite representar uma organização como um conjunto de subsistemas (atividades), com entradas (insumos), processos de transformação e saídas (produtos), segundo o Guia Técnico de Gestão Estratégica - TransformaGov, da Secretaria de Gestão - SEGES, do então Ministério da Economia, atual Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

A forma como as atividades da Cadeia de Valor do MJSP é organizada e executada, determina os custos e afeta os resultados e entregas da organização. Este instrumento é utilizado para auxiliar na gestão de processos, proporcionando uma visão sistêmica de processos, operações e entregas de valor pelo Ministério à sociedade.

A Cadeia de Valor é uma importante ferramenta de gestão que impacta diversos instrumentos tais como:

- Planejamento Estratégico;
- Relatório de Gestão;
- Modelo de Custos;
- Estrutura Regimental;
- Planejamento Orçamentário;
- Plano Diretor de TIC;
- Políticas Públicas;
- Gestão de Riscos;
- Integridade;
- Dimensionamento da Força de Trabalho;

É importante destacar que, com a nova estrutura regimental do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, instituída pelo Decreto n.º 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que redefiniu a estrutura e as competências do órgão, a Cadeia de Valor foi atualizada. Essa atualização foi formalizada pela Resolução do Comitê de Governança Estratégica - CGE n.º 27, de 19 de junho de 2024, que aprovou o Planejamento Estratégico do MJSP para o período de 2024 a 2027, ajustando o instrumento à nova estrutura organizacional.

Conforme o mencionado Decreto, foram excluídas as unidades do Arquivo Nacional - AN e da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, devido à saída dessas da estrutura deste Ministério. As competências da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares e Assessoria Especial de Assuntos Legislativos foram recepcionadas pela Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos - SAL - e as competências da Secretaria de Operações Integradas - Seopi - e da Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública - Segen, foram incorporadas na Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp. Vale destacar também a mudança de nomenclatura do Departamento Penitenciário Nacional - Depen, para Secretaria Nacional de Políticas Penais Senappen.

- Mapeamento e Redesenho de Processos;
- Carta de Serviços; e
- Programa de Gestão e Desempenho.

Além dessas atualizações, foram acrescentados os processos das unidades: Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD; Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos - SAL; Secretaria de Direitos Digitais - Sedigi; e Assessoria de Participação Social e Diversidade - ASPAD.

As informações detalhadas da Cadeia de Valor atual podem ser acessadas [clicando aqui](#).



Atualmente a Cadeia de Valor do MJSP é composta por:

07 CADEIAS

6 Finalísticas
1 de Governança,
Gestão e Suporte

26 MACROPROCESSOS

20 Finalísticos
6 de Governança,
Gestão e Suporte

122 PROCESSOS

83 Finalísticos
39 de Governança,
Gestão e Suporte

**55 PROCESSOS
ESTRATÉGICOS**

47 Finalísticos
8 de Governança,
Gestão e Suporte

Para a priorização dos processos estratégicos foram utilizados os seguintes critérios:

- Associação da finalidade dos indicadores e dos projetos estratégicos com os produtos ou serviços dos processos elencados na arquitetura de processos (trata-se de um documento que permite um maior detalhamento dos processos da Cadeia de Valor). Para os projetos estratégicos e indicadores que impactam mais de um processo, predominou o critério de maior proximidade entre esses elementos;
- O processo será considerado estratégico caso tenha pelo menos 1 (um) projeto estratégico ou 1 (um) indicador associado;
- Em relação aos processos finalísticos, o alinhamento foi realizado com projetos estratégicos e indicadores associados aos objetivos estratégicos da perspectiva de sociedade e governo; e
- Em relação aos processos de governança, gestão e suporte, o alinhamento foi realizado com projetos estratégicos e indicadores associados aos objetivos estratégicos da perspectiva de pessoas e infraestrutura.

ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

O Ministério da Justiça e Segurança Pública tem envidado esforços no sentido de alinhar seus instrumentos de gestão, permitindo uma visão mais clara do direcionamento dos recursos do órgão e propiciando maiores subsídios para a tomada de decisão da alta administração.

É possível identificar os montantes destinados a cada macroprocesso da cadeia de valor do Ministério através da sincronização com as rubricas orçamentárias. Esse alinhamento permite a clara distinção entre despesas Finalísticas e despesas de Governança, Gestão e Suporte.

A regra de negócio utilizada para apuração dos valores que integram essa seção envolve o recorte dos indicadores de resultado primário: RP 2 – despesas discricionárias, RP 6 – Emendas Individuais, RP 7 – Emendas de Bancada, RP 8 – Emendas de Comissão e RP 9 – Emendas de Relator, bem como, dotações do Fundo Penitenciário Nacional e do Fundo Nacional de Segurança Pública classificados como recursos RP 1 – obrigatórios, exceto valores de despesas de pessoal e crédito extraordinário. Os macroprocessos da Cadeia de Valor guardam vinculação com os objetivos estratégicos do Ministério, conforme figura a seguir:



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



CADEIA DE VALOR



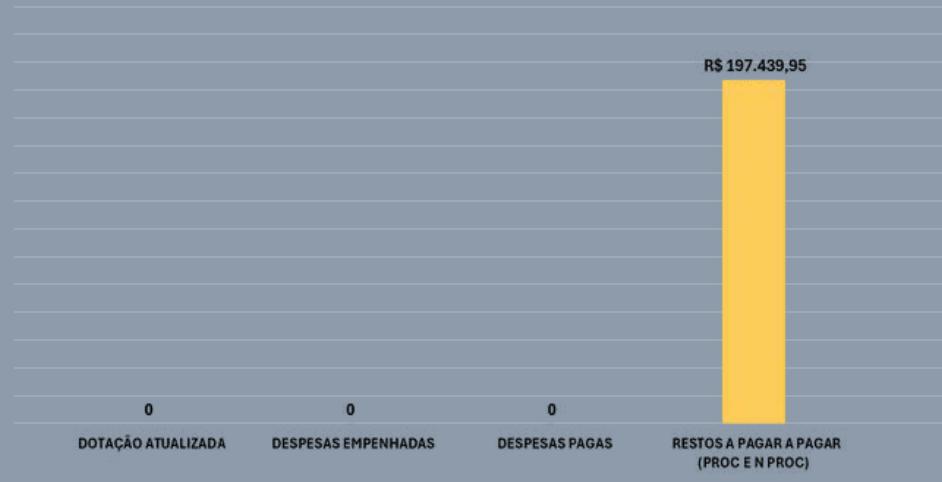
MACROPROCESSO



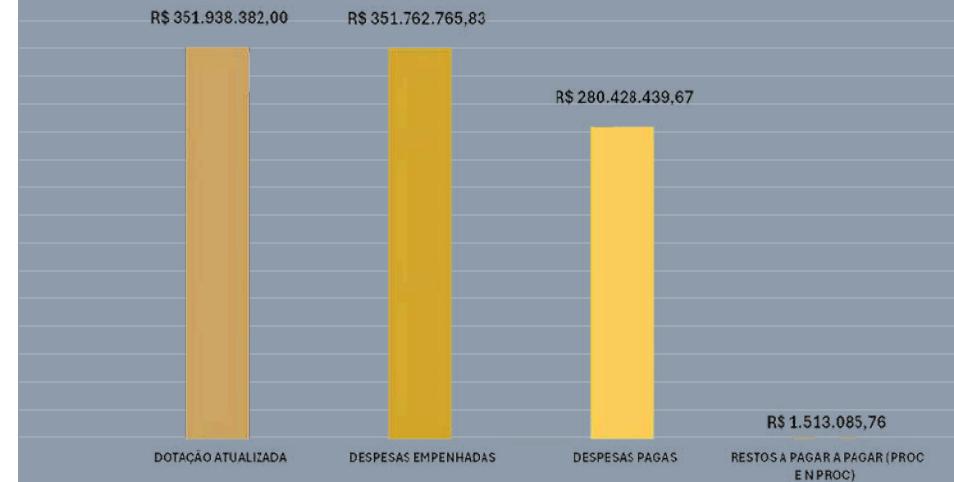
ORÇAMENTO
POR MACROPROCESSO

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DISCRICIONÁRIO POR MACROPROCESSO DA CADEIA DE VALOR

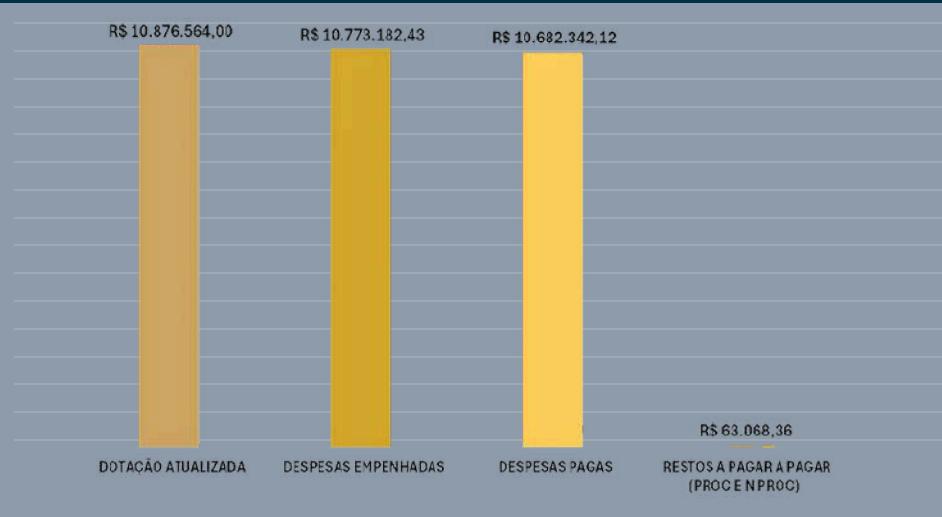
Acreditação e Fiscalização de Atividades Afetas à Segurança Pública



Controle Migratório e Polícia Aeroportuária, Marítima e de Fronteiras



Articulação Internacional



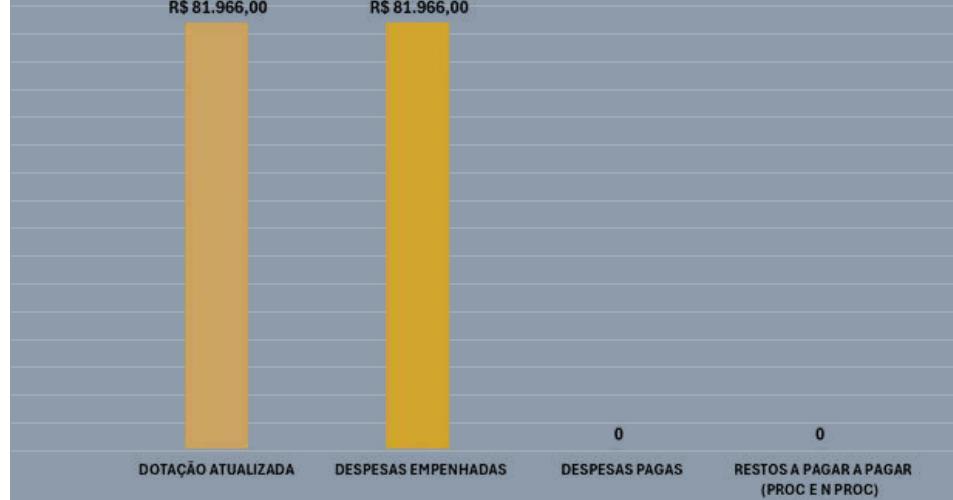
Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública



Defesa do Consumidor



Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente



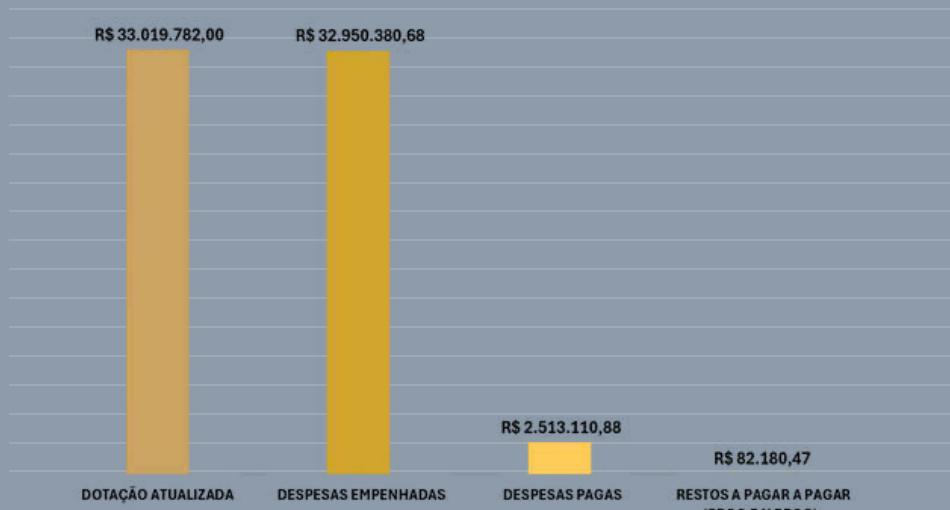
Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas



Garantia dos Direitos da População Prisional



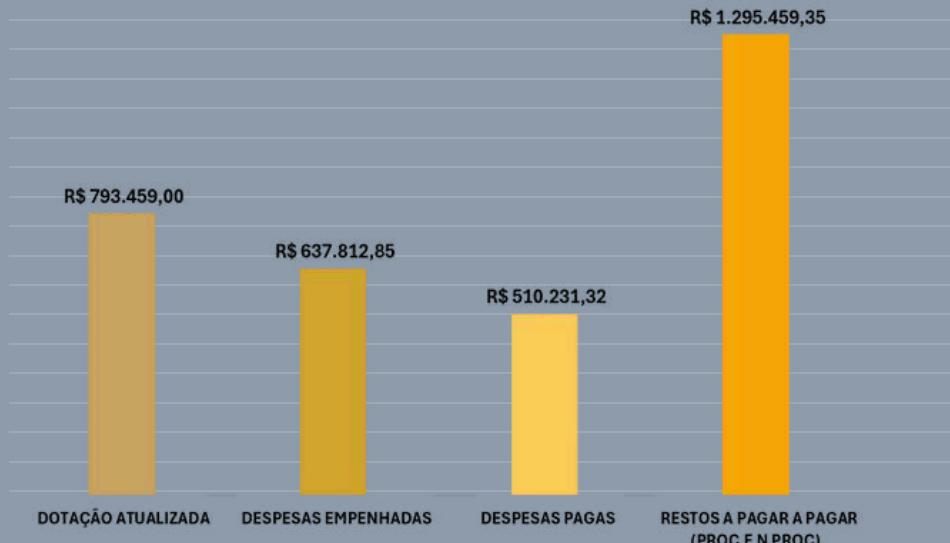
Garantia dos Direitos dos Migrantes e Refugiados



Gestão de Ativos e Efetivação da Arrecadação



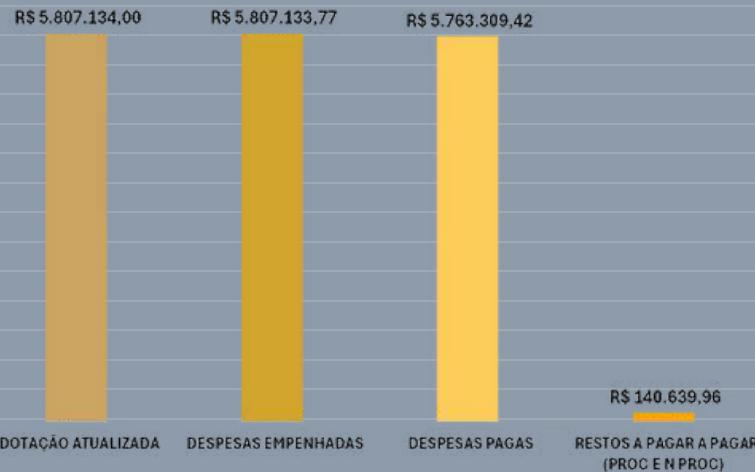
Gestão da Política de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro



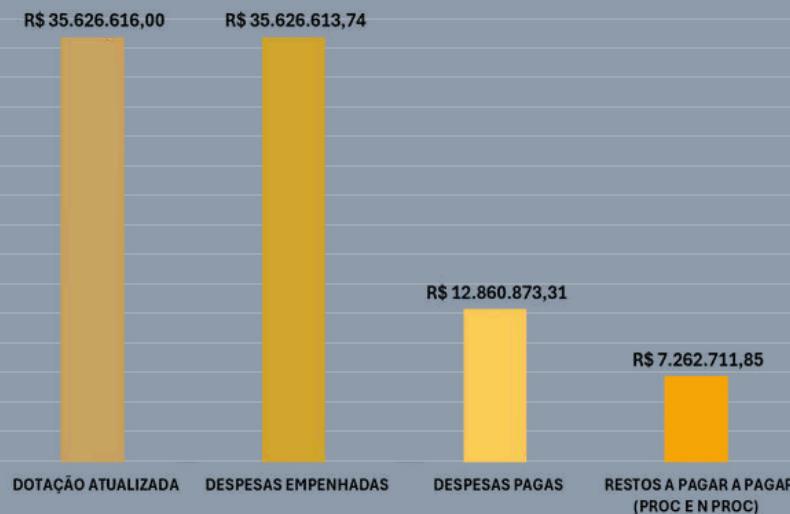
Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública



Gestão de Segurança Viária



Gestão e Articulação da Política sobre Drogas



Gestão do Conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais



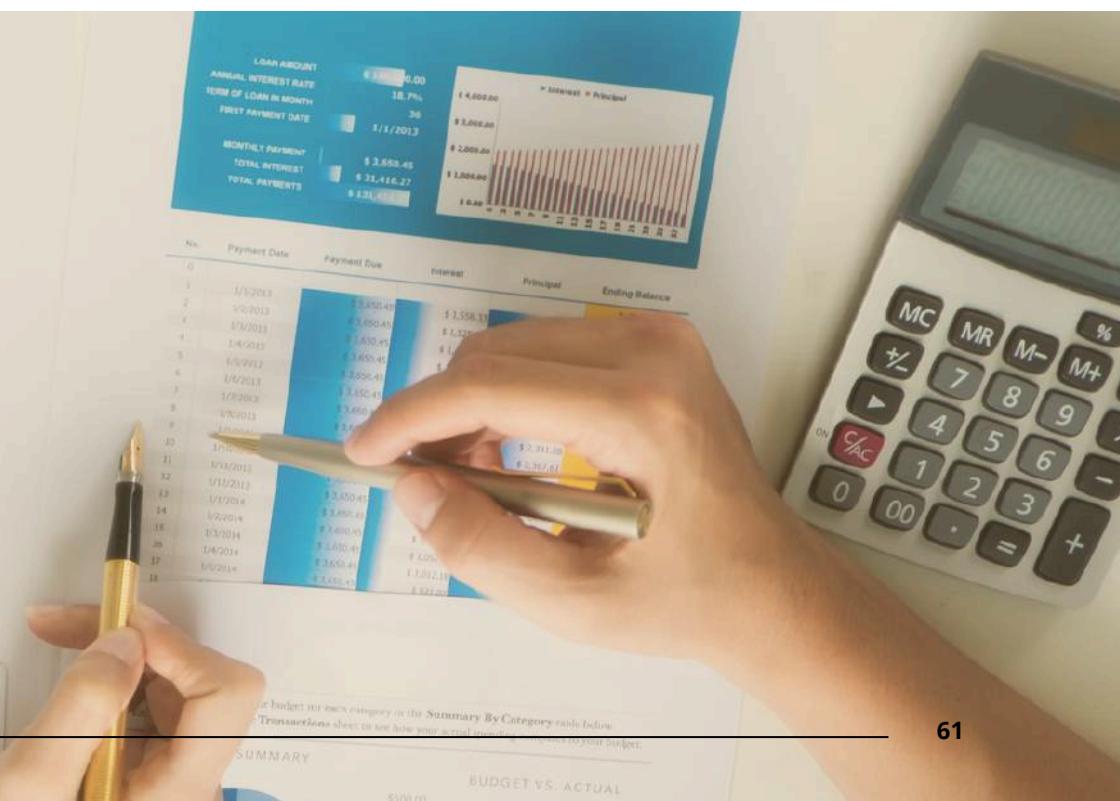
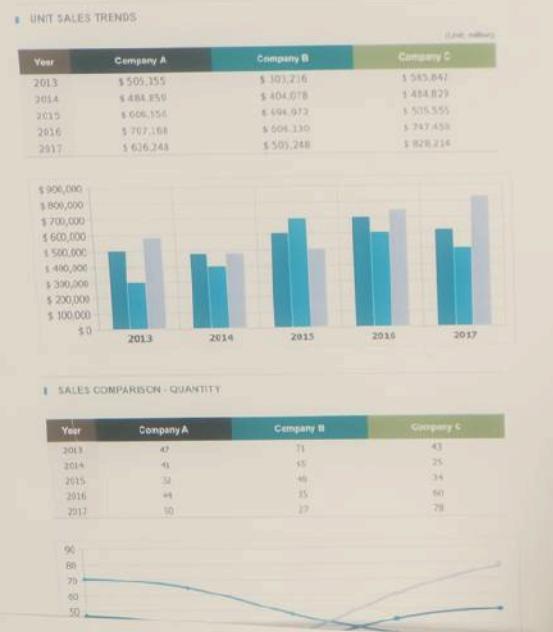
Proteção dos Direitos do Cidadão



Proteção dos Direitos dos Cidadãos quanto ao Tratamento de seus Dados Pessoais



Total Geral da Execução do Orçamento Discricionário por Macroprocesso da Cadeia de Valor



Registre-se que 55,36% do montante direcionado para despesa Finalísticas referem-se à Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública. E que 89,81% do montante direcionado para despesas de Governança, Gestão e Suporte referem-se à Gestão da Logística.

Execução do Orçamento Discricionário por Macroprocesso da Cadeia de Valor MACROPROCESSO DE APOIO

Valores	Gestão da logística	Gestão de pessoas	Gestão e Controle Institucional	Governança da tecnologia da informação e comunicação	Total Geral
DOTAÇÃO ATUALIZADA	1.659.432.266,00	112.803.851,00	71.527.449,00	3.896.853,00	1.847.660.419,00
DESPESAS EMPENHADAS	1.655.440.906,57	111.875.024,85	71.413.849,61	3.896.852,99	1.842.626.634,02
DESPESAS PAGAS	1.119.059.928,34	101.220.545,27	48.044.175,10	3.369.033,29	1.271.693.682,00
RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC E N PROC)	329.413.458,06	26.669.060,37	37.777.505,70	772.558,10	394.632.582,23
Total Geral	4.763.346.558,97	352.568.481,49	228.762.979,41	11.935.297,38	5.356.613.317,25

CAPÍTULO 2

INTEGRIDADE, ÉTICA, GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E ATUAÇÃO CORRECCIONAL

VISÃO GERAL E CONTROLE INTERNO

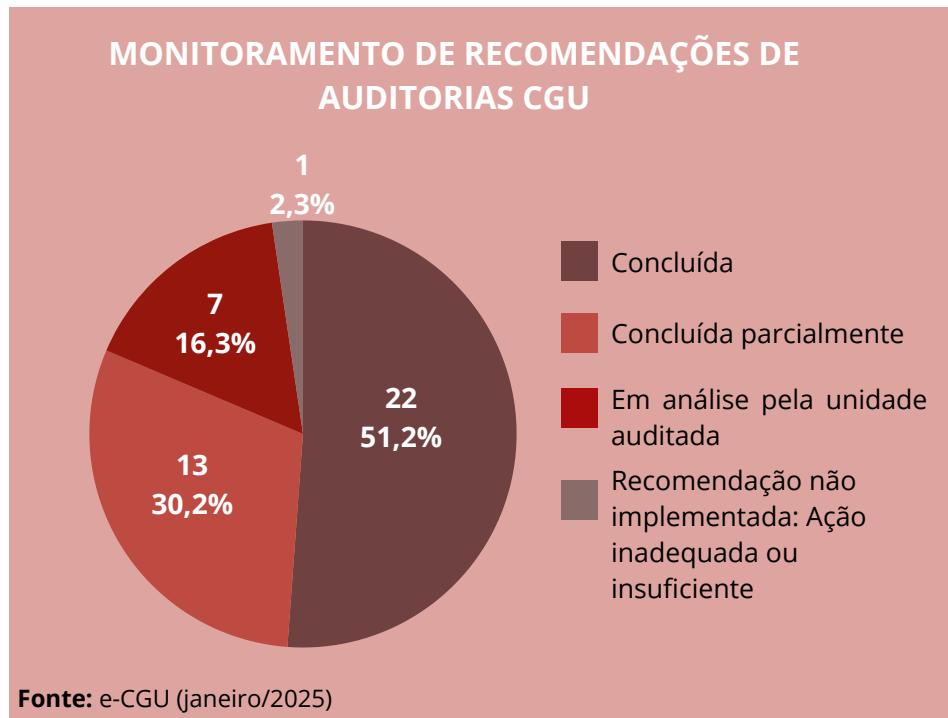
O Ministério da Justiça e Segurança Pública possui uma rede de unidades de controle interno que trabalha para atender todas as demandas de órgãos de controle interno e externo com excelência. Essa rede auxilia os gestores na mitigação de riscos e no aprimoramento dos processos internos, buscando garantir que as deliberações do Tribunal de Contas da União - TCU e recomendações da Controladoria-Geral da União - CGU se traduzam em melhorias contínuas.

A rede é composta pela Assessoria Especial de Controle Interno - AECI do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Assessoria de Gestão de Riscos e Assuntos Estratégicos - Agrae da Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen; Coordenação de Análise Técnica e Integridade da Secretaria Nacional de Segurança Pública - Cati/Senasp; Coordenação-Geral de Controle Interno da Polícia Federal - CGCI/PF; e Coordenação de Controle Interno, da Polícia Rodoviária Federal - CCIN/PRF.

Em 2024, essas unidades acompanharam as ações de órgãos de controle, bem como a implementação das recomendações oriundas das auditorias da CGU e das deliberações do TCU, relacionadas aos órgãos do MJSP.

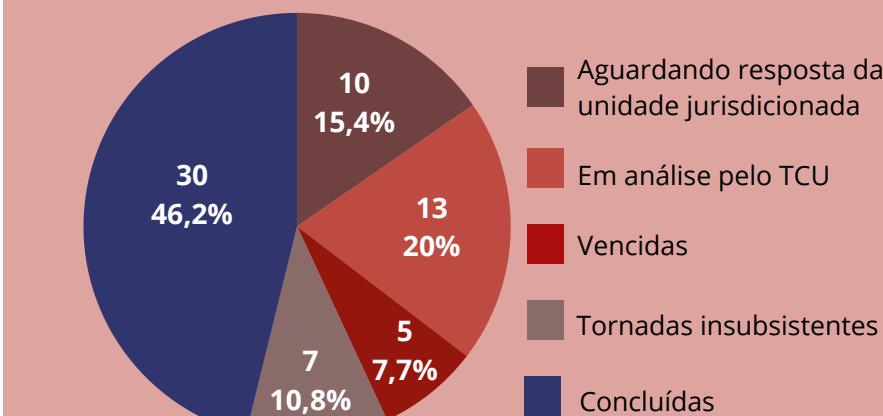


O sistema e-CGU da Controladoria-Geral da União registrava 43 recomendações em monitoramento no MJSP, em 31 de dezembro de 2024, sendo: 22 concluídas, 7 em análise pela Unidade Auditada, 13 implementadas parcialmente, e 1 não implementada.



Em relação às deliberações do Tribunal de Contas da União - TCU, em 31 de dezembro de 2024, havia 19 acórdãos em monitoramento, que correspondem a 65 recomendações ou determinações ao MJSP em andamento, sendo: 10 aguardando resposta da unidade jurisdicionada, 13 em análise pelo TCU, 5 vencidas, 7 tornadas insubstinentes e 30 concluídas.

RECOMENDAÇÕES OU DETERMINAÇÕES AO MJSP EM ANDAMENTO



Fonte: ConectaTCU (janeiro/2025)

Ações de Controle e Integridade na PRF

A Polícia Rodoviária Federal - PRF, em 2024, realizou o Encontro de Análise Técnica e Rede de Controle Interno da PRF. O evento teve como objetivo central capacitar 240 servidores em todo o Brasil na aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos, seguindo as recomendações do TCU.

Por meio da Coordenação de Controle Interno, acompanhou 20 auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas da União e 752 demandas da Controladoria-Geral da União - CGU, no âmbito da PRF.

A PRF também promoveu campanhas de enfrentamento ao assédio, fortalecimento da diversidade, entre outros temas de integridade.



Na Gestão de Riscos adotou a metodologia prescrita na PGR-PRF e na ISO31000 para priorizar ações de avaliação em áreas críticas, como contratações, segurança orgânica, segurança dos ativos informacionais e temas correlatos às auditorias ESG previstas pelo TCU.

Implementou medidas robustas para identificar e mitigar riscos institucionais que podem impactar na imagem institucional e na confiança da sociedade na instituição.

Entre as ações, destaca-se a proposta de capacitação em gestão de projetos, voltada para qualificar gestores em práticas modernas de planejamento e execução estratégica. Essa iniciativa buscou prevenir riscos críticos, como atrasos em entregas e descumprimento de prazos contratuais, enquanto promove o fortalecimento institucional e a conformidade normativa.

A PRF tem trabalhado ainda na sensibilização dos gestores quanto ao valor "Integridade" e na atuação preventiva para minimizar impactos negativos na confiança pública e na reputação institucional, como a adequada classificação dos processos para o controle social.

Plano de Integridade

Em junho de 2024, a AECI apresentou à Comissão Executiva do Programa de Integridade o levantamento consolidado das ações propostas para integrar o plano de integridade do órgão, destacando a metodologia para o levantamento realizado, inclusive aquelas ações advindas do Programa Federal de Ações Afirmativas.

Foram abordados os desafios enfrentados e as etapas para a consolidação e aprovação do plano de integridade da pasta, que será submetido a aprovação do Comitê de Governança Estratégica.

Na mesma ocasião, a PRF apresentou seu novo Plano de Integridade, visando o combate à corrupção e a promoção de ambiente de trabalho inclusivo.

O plano da PRF vai além da tradicional agenda de combate à corrupção. A publicação abrange o combate ao assédio, ao racismo, à desigualdade, a responsabilidade socioambiental e busca um ambiente de trabalho seguro, fomentando valores e princípios que sustentem a confiança da sociedade, a credibilidade e a reputação institucional, fundamentais para a construção de um ambiente organizacional íntegro e ético.

O documento é a concretização de um compromisso com a melhoria contínua, alinhado ao Plano Estratégico para os anos de 2023 a 2028, conforme Portaria DG/PRF n.º 245, de 30 de junho de 2023, e surge como uma resposta proativa às transformações sociais que elevam a expectativa da cidadania por uma administração pública transparente e eficaz.

A PRF também institui uma estrutura robusta de integridade, com foco na prevenção, detecção e resposta a desvios de conduta e práticas antiéticas e desviadas do interesse social. Para isso, o plano detalha medidas para fortalecer a integridade nas interações da PRF com setores diversos da sociedade, enfatizando a prevenção de conflitos de interesse e a promoção de uma cultura de respeito aos direitos humanos.



Registra-se ainda que em 2024, a AEI publicou sete "Boletins de Integridade" do Programa de Integridade do Ministério da Justiça e Segurança Pública - IntegrijUSP, que trazem um panorama detalhado e abrangente das iniciativas, regulamentações, campanhas e avanços implementados ao longo do ano. As publicações cobrem áreas como ética, transparéncia, governança, prevenção de conflitos de interesse, enfrentamento de assédio e discriminação, e promoção da integridade organizacional. Este documento busca apresentar uma visão completa das principais ações discutidas nas edições mensais, detalhando cada aspecto relevante e destacando o impacto dessas medidas na administração pública.



Destaca-se, também, o desenvolvimento de ações que visaram estimular o uso de ferramentas digitais, como o sistema e-Agendas, instituído pelo Decreto n.º 10.889, de 2021, e o e-Patri, regulamentado pelo Decreto n.º 10.571, de 2020. Essas ferramentas não apenas promovem a transparéncia, mas também aumentam a confiança pública nas instituições governamentais.

Dessa forma, houve incremento significativo de conformidade na divulgação das agendas das autoridades, que pode ser verificado no gráfico a seguir, elaborado pela CGU.

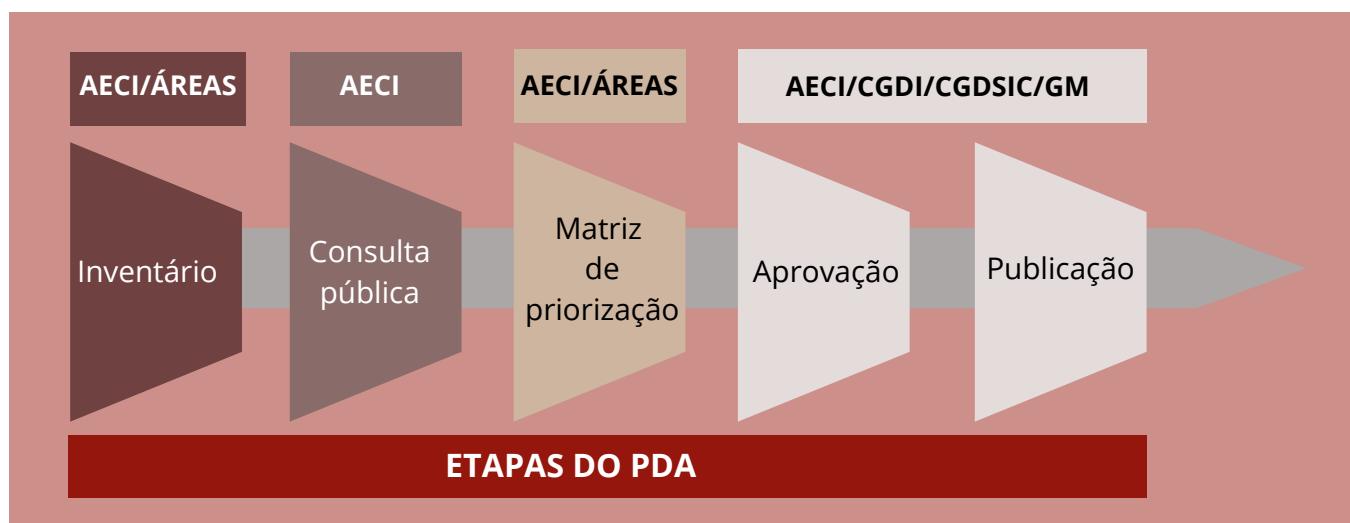


Plano de Dados Abertos (PDA 2024-2026)

O Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, elaborou o novo Plano de Dados Abertos - PDA, que visa ampliar a política de dados abertos, a transparéncia e o acesso às informações públicas sob sua responsabilidade.

O objetivo do PDA é facilitar o acesso da sociedade a informações de interesse público, promovendo uma gestão mais transparente e eficiente. Também, contou com um diagnóstico dos planos anteriores, uma fase de elaboração do inventário de bases do MJSP, em que as bases de dados gerenciadas pelo Ministério foram sendo catalogadas e organizadas.

Após a validação do PDA 2024-2026 pelo Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação e Comunicação - CGDSIC, o plano será encaminhado ao Ministro da Justiça e Segurança Pública para aprovação por meio da publicação de Portaria.



Transparência Ativa

Em 2024, o MJSP e a PRF alcançaram um marco significativo ao conquistar a liderança no Painel de Transparência Ativa, atendendo a 100% dos itens de transparência ativa. Esta conquista reflete o compromisso com a transparência, conforme estabelecido pela Lei de Acesso à Informação - LAI e os princípios de governança pública.

Destaca-se ainda que em 2024, o Ministério não teve pedidos de acesso à informação ou recursos atendidos fora do prazo legal estabelecido.



Este documento estratégico orientará a promoção e implementação da Política de Dados Abertos no âmbito do MJSP, reforçando o compromisso com a transparência, a acessibilidade e a participação social.

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Categoria do órgão: Administração Direta

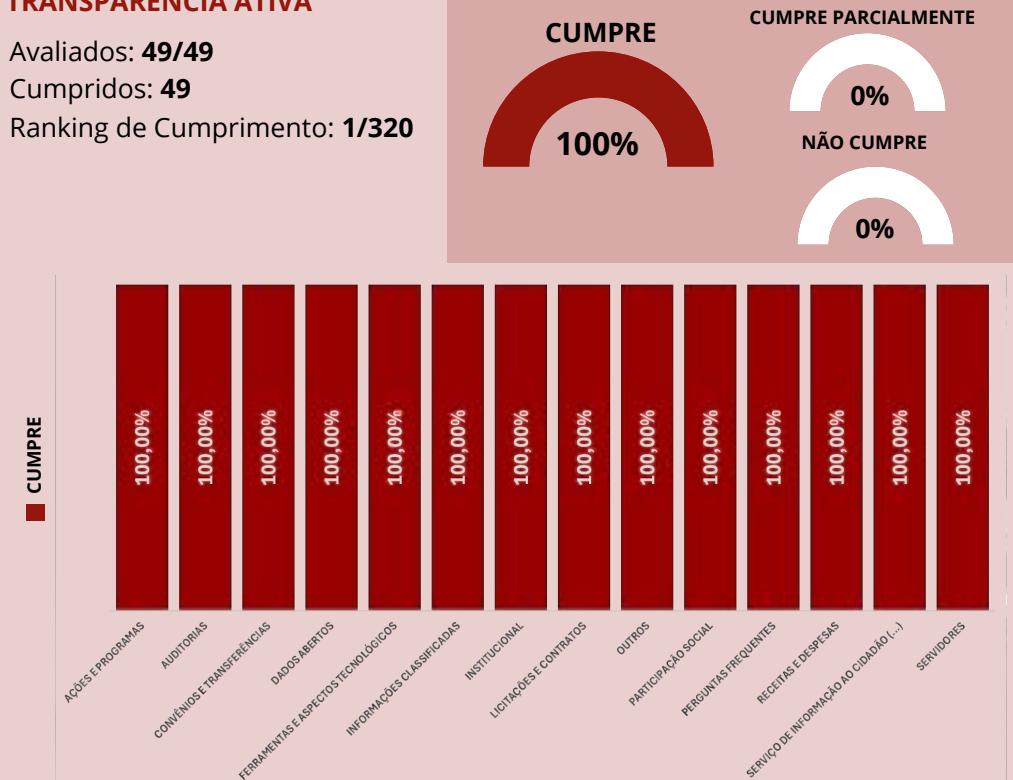
TRANSPARÊNCIA ATIVA

Avaliados: **49/49**

Cumpridos: **49**

Ranking de Cumprimento: **1/320**

Itens de Transparência Ativa Avaliados



Cumprimento de itens de Transparência Ativa

Classificação	Órgão	Cumpridos
1º	MJSP - Ministério da Justiça e Segurança Pública	49

Cumprimento de itens

Governo Federal

88,19%

Cumprido
Total avaliado: 15.669

Cumprimento por categoria

Categoria do órgão:
Administração Direta

88,03%

Cumprido
Total avaliado: 3.332

Cumprimento por órgão

Órgão: MJSP - Ministério da Justiça e Segurança Pública

100%

Cumprido
Total avaliado: 49

Fonte: CGU

Colaboração Interinstitucional

Em 24 de abril de 2024, o Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP sediou a 3ª Reunião Ordinária do **Fórum das Assessorias Especiais de Controle Interno (Fórum das Aeci)**.

O colegiado tem o objetivo de debater questões comuns aos órgãos sobre controle interno, gestão de riscos, transparência, integridade e governança.

Obteve-se como resultado do encontro de Aeci:

→ Proposta para a construção setorial da política de integridade dos órgãos da administração federal; e

→ Apresentação do painel de informações gerenciais para o acompanhamento das recomendações e planos de providências dos respectivos ministérios.

O MJSP, em parceria com a CGU, contribuiu ativamente para a elaboração da **Estratégia Nacional de Governo Aberto**.

A iniciativa, que visou fortalecer de forma significativa os mecanismos de transparência e a participação social no governo, é parte de um esforço mais amplo para consolidar práticas de governança que promovam dimensões estratégicas e que trabalhadas com a sociedade, tragam

diretrizes e prioridades gerais a serem seguidas por todos os órgãos do poder executivo federal, por meio de um plano federal para desenvolvimento de políticas de Governo Aberto.

O MJSP realizou o **encontro “Governança e Proteção de Dados no MJSP”** que contou com a presença de autoridades e especialistas renomados e serviu para aprofundar o debate sobre a importância desse tema para as atividades do Ministério. Por meio de palestras e debate, o MJSP promoveu um panorama abrangente dos desafios e oportunidades relacionados à governança e proteção de dados, que subsidiará a construção de um ambiente mais seguro e transparente na gestão da informação.

A Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação ressaltou o papel do Órgão como membro no Comitê Central de Governança de Dados e em seu Subcomitê Técnico destacou o compromisso do Ministério com a gestão e proteção dos dados sob sua responsabilidade.



Evento Governança e Proteção de Dados no MJSP.

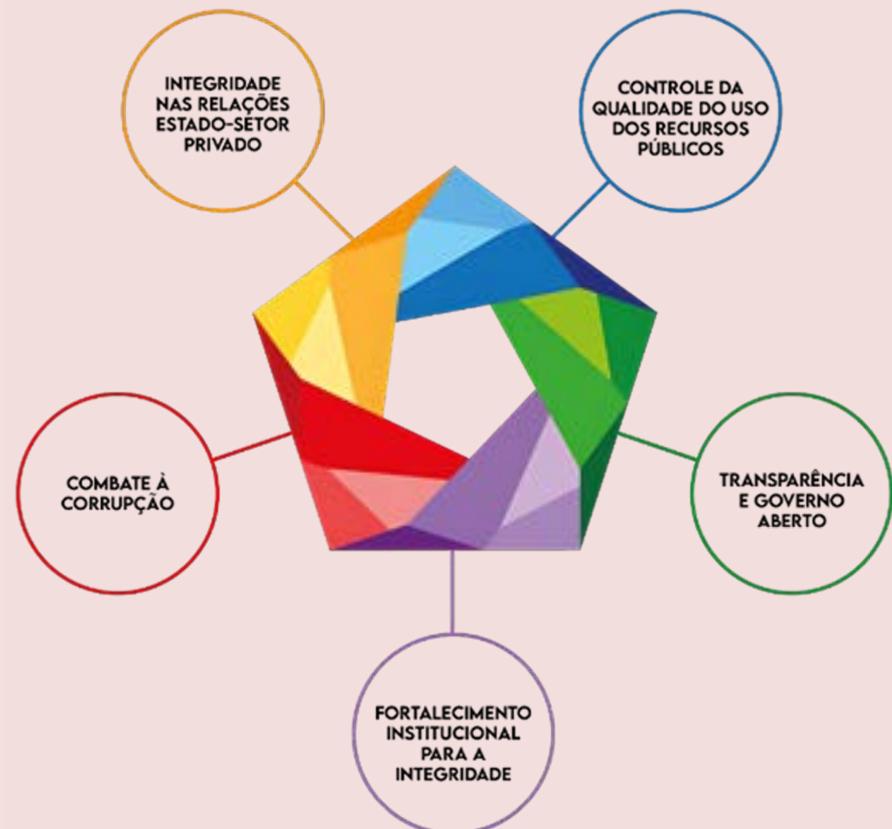
Plano de Integridade e Combate à Corrupção

O MJSP compõe o Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção - CTICC e o Comitê Interministerial de Combate à Corrupção - CICC, que são órgãos consultivos e deliberativos vinculados à Controladoria-Geral da União.

Entre 2023 e 2024, foi elaborado o Plano de Integridade e Combate à Corrupção 2025-2027, no qual o MJSP contribui com ações relacionadas aos cinco eixos temáticos:

Em dezembro de 2024, o CICC aprovou o Plano de Integridade e Combate à Corrupção 2025-2027 ([Resolução CICC n.º 5, de 13 de dezembro de 2024](#)), que conta com ações de diversos órgãos e entidades do MJSP, como Senad, Senasp, Senajus, PF, Cade e ANPD.

A colaboração se deu pelo empenho de ações por parte dos órgãos do MJSP e reforça a importância do compromisso político e da articulação interinstitucional para o enfrentamento desta tarefa desafiadora e fundamental que é a promoção da integridade e o combate à corrupção.



COMISSÃO DE ÉTICA

A Comissão de Ética do Ministério da Justiça e Segurança Pública desempenhou um papel essencial na disseminação de práticas éticas entre os seus servidores. Para isso, foram adotadas diversas iniciativas destinadas a reforçar a cultura ética e a prevenir condutas inapropriadas. Essas ações visam não apenas o cumprimento da legislação, mas também a promoção de um ambiente de trabalho mais justo e harmonioso.

As principais iniciativas educacionais incluem:

Materiais educativos

Cartilhas e cards educativos que abordam temas como comunicação assertiva, empatia e prevenção de condutas antiéticas. Esses materiais foram amplamente distribuídos e adaptados para diferentes públicos-alvo.



Campanhas contra assédio

Foram intensificadas ações de combate ao assédio moral, sexual e discriminação, com destaque para o uso do Fala.BR como canal oficial de denúncias. A campanha também incluiu palestras e workshops voltados para conscientização e treinamento de gestores.



Palestra: Assédio: Uma violência silenciosa.

Pílulas Éticas

Mensagens mensais que abordam temas relacionados à conduta ética no ambiente de trabalho, enfatizando a importância de uma comunicação clara, respeitosa e eficiente. Essas mensagens foram amplamente divulgadas em meios digitais e presenciais, atingindo todos os níveis da organização.



Palestra: Setembro Amarelo - Autocuidado e Valorização da vida.

Como resultado dessas ações educacionais foram divulgados pela Comissão de Ética em 2024:

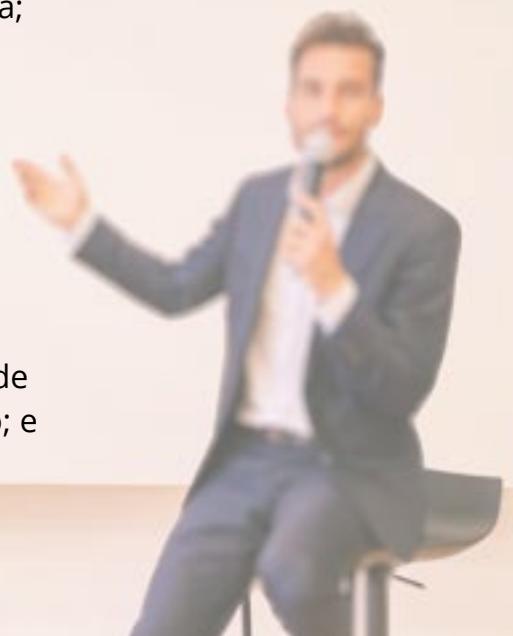
12 Minutos da ética

11 Pílulas da ética

8 Dicas Éticas

No segundo semestre de 2024, foram realizadas 07 palestras, sendo 04 no âmbito do MJSP e 03 ofertadas para outros órgãos públicos (Colégio Militar de Brasília, Universidade Federal de São João del Rei - UFSJ e Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB). As palestras versaram sobre as seguintes temáticas:

- Comunicação não violenta;
- Código de ética;
- Autocuidado e Valorização da vida;
- Assédio, uma violência silenciosa;
- Como identificar formas de violência na comunicação; e
- A importância da ética no ambiente de trabalho.



Além disso, foram realizadas 10 reuniões ordinárias e 4 extraordinárias com os membros da Comissão e a Secretaria-Executiva para tratar dos processos e assuntos de interesse da comissão.

Vale destacar que o trabalho da Comissão de Ética nas ações educacionais, com caráter pedagógico e preventivo, é de suma

importância para a disseminação e assimilação dos princípios de integridade nas relações interpessoais e contribui para a agenda mais ampla de Responsabilidade Social.

No que diz respeito às ações de apuração dos processos éticos, foram recebidos no Fala.BR **33 processos** em 2024, sendo que dentre estes, **13 foram arquivados, 20 estão em andamento e 14 processos são oriundos de anos anteriores**, o que totaliza 47 processos. As ações da Comissão de Ética estão sintetizadas a seguir:

AÇÃO	QUANTIDADE
Consultas diversas	12
Processo de Apuração Ética em andamento	19
Processo de Procedimento Preliminar em andamento	1
Processos Arquivados	13
Processo de Procedimento Preliminar anos anteriores	14
Consulta de Conflito de Interesses respondidos	6

Fonte: Secretaria-Executiva da Comissão de Ética.

GESTÃO DE RISCOS

O MJSP utiliza o Sistema Agir (Aplicativo de Gestão da Integridade e Riscos) que é uma solução tecnológica desenvolvida para o gerenciamento de riscos, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

A solução é baseada em frameworks de gestão de riscos, como o COSO - Committee of Sponsoring Organizations) e a norma ISO 31000. Esses frameworks fornecem estruturas e modelos para a gestão de riscos, garantindo a sua eficácia e eficiência.

Em 2024, o Sistema Agir foi inserido no VitrineGov do Governo Federal, espaço para compartilhamento de boas práticas em gestão e inovação de órgãos e entidades da Administração Pública. Essa iniciativa permitiu a outros órgãos conhecer e solicitar a ferramenta.



Com essa iniciativa, o Agir pôde ser conhecido por outras instituições públicas, o que resultou na celebração de um Acordo de Cooperação Técnica com o Governo do Estado de Rondônia por intermédio da Superintendência Estadual de Tecnologia da Informação, bem como na celebração de um

Acordo de Cooperação com a Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Os citados instrumentos disponibilizaram o sistema Agir aos respectivos órgãos, sem custos.



ATUAÇÃO CORRECIONAL

A Corregedoria-Geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP possui sua estrutura regulamentada pelo Decreto n.º 11.345, de 1º de janeiro de 2023, vinculando-se diretamente ao Gabinete Ministerial. Cabe à unidade de correição, a competência exclusiva para instauração de processos correcionais no âmbito do Ministério.

Como integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal - Siscor, a Corregedoria atua como unidade setorial, conforme os dispositivos do Decreto n.º 5.480, de 30 de junho de 2005, atualizado pelo Decreto n.º 10.768, de 13 de agosto de 2021. Suas atribuições incluem a prevenção e apuração de ilícitos administrativos cometidos por servidores públicos, além da responsabilização administrativa de pessoas jurídicas.

Alinhada à Portaria Normativa CGU n.º 27, de 2022, a Corregedoria também participa ativamente do sistema de integridade pública, promovendo o aprimoramento da gestão administrativa. Adicionalmente, integra a Comissão Executiva do Programa de Integridade do MJSP, conforme estabelecido pela Portaria Ministerial n.º 2, de 2022.

Durante o ano de 2024, a COGER recebeu 51 denúncias de irregularidades, das quais 38 pelo Sistema de Ouvidorias, Fala.Br e 13 por outros meios (Ofícios externos, comunicações internas, denúncias presenciais). Destas denúncias, 38 foram concluídas e 13 estão em processamento.

Principais assuntos abordados:



Fonte: COGER/ MJSP

Para além das denúncias recebidas ao longo de 2024, procedimentos que tiveram início em anos anteriores e foram concluídos somam: 16 Análises Iniciais de Admissibilidade, 13 Investigações Preliminares Sumárias e 4 Processos Administrativos Disciplinares.

As ações consideradas exitosas no âmbito do MJSP, incluem iniciativas voltadas à gestão de denúncias e à prevenção de riscos. Nesse contexto, mesmo que determinadas denúncias, após análise em sede de Juízo de Admissibilidade, sejam arquivadas por ausência de materialidade, são realizadas reuniões com a Assessoria Especial de Controle Interno - AEI, para analisar os problemas identificados como recorrentes e, assim, desenvolver estratégias internas voltadas à mitigação de riscos e ao fortalecimento da integridade institucional.



Outra ação bem-sucedida, foi a realização de duas campanhas de prevenção aos assédios: moral e sexual, amplamente divulgadas no portal interno do MJSP. Essas campanhas abriram o diálogo entre as instâncias de integridade e os servidores, resultando em um aumento na busca pela Corregedoria para acolhimento e orientação sobre os procedimentos de denúncia.

O canal de acolhimento e orientação também se destacou como uma ferramenta fundamental para assegurar aos servidores que não estão sozinhos, além de reafirmar o compromisso do MJSP em combater a normalização de práticas abusivas e garantir que casos de assédio sejam tratados de forma justa, por meio de processos correcionais adequados.

Em 2024, visando atender à necessidade de implementação de um programa voltado à prevenção e enfrentamento ao assédio e à discriminação no serviço público federal, foi publicado o Decreto n.º 12.122, de 30 de julho de 2024, instituindo o Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação - PFPEAD, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

O PFPEAD tem como objetivo prevenir e combater todas as formas de violência no ambiente de trabalho, com foco no enfrentamento ao assédio moral, assédio sexual e à discriminação. O programa é estruturado em dois níveis de planejamento e execução:

- **Plano Federal:** Define diretrizes para ações integradas de prevenção, acolhimento, apuração, responsabilização e autocomposição de conflitos, promovendo a construção de ambientes de trabalho saudáveis e livres de práticas abusivas.
- **Planos Setoriais:** Devem ser elaborados por cada órgão e entidade do Poder Executivo Federal, assegurando uma abordagem integrada entre diferentes áreas para implementação e monitoramento das ações.

A Corregedoria-Geral exerce papel estratégico nesse contexto, atuando como membro titular no Comitê Gestor do PFPEAD, reforçando o compromisso institucional com a promoção de ambientes de trabalho inclusivos, éticos e livres de discriminação.

TRANSPARÊNCIA E RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

O Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, tem atuado em conformidade com o princípio da transparência e da disponibilidade de informações à sociedade, com o objetivo de garantir que os cidadãos possam acompanhar e fiscalizar as entregas de produtos e serviços realizadas pelo órgão. Nesse contexto, esforços contínuos têm sido direcionados ao aprimoramento das ferramentas de comunicação, tornando-as mais abrangentes e acessíveis.

No que se refere ao relacionamento com a sociedade, o Governo Federal estabeleceu diretrizes que posicionam a mobilização social como um elemento essencial para fortalecer a aproximação com a população e as organizações da sociedade civil. Essa estratégia busca assegurar uma participação efetiva no processo de construção de políticas públicas que atendam às reais necessidades do povo brasileiro.

Dessa forma, no âmbito do MJSP, a Assessoria de Participação Social e Diversidade - ASPAD, cumpre esse papel de articular, fortalecer e promover o diálogo entre a administração pública e a sociedade civil, alinhada às diretrizes estabelecidas pelo Decreto n.º 11.348, de 2023.

Suas competências incluem fomentar a participação social, promover a igualdade de gênero, étnica e racial, proteger direitos humanos e enfrentar desigualdades sociais e regionais.



Em 2024, destacam-se as seguintes ações que impactaram os diversos públicos com os quais a organização se relaciona:



Diversidade e Inclusão

No âmbito de diversidade e inclusão, foram realizadas diversas ações em 2024, como a promoção de eventos temáticos, destacando-se o "Justiça e Promoção da Igualdade Racial" ocorrido em novembro. Além disso, foi elaborada Nota Técnica com o objetivo de incluir dados de diversidade em cargos comissionados, fortalecendo políticas de equidade. A participação ativa em órgãos colegiados e Grupos de Trabalho - GTs, voltados à promoção da igualdade também marcou o compromisso com a agenda de inclusão.



Prevenção ao Assédio e à Discriminação

No campo da prevenção ao assédio e à discriminação, a ASPAD contribuiu para a elaboração do Plano Federal de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e Discriminação, além de promover ações orientativas e palestras educativas voltadas para conscientização e fortalecimento de práticas de respeito e equidade.



Participação Social

No âmbito da participação social, a ASPAD realizou 29 reuniões com entidades da sociedade civil e esteve representada em eventos nacionais e internacionais, incluindo congressos,

seminários e outras atividades relevantes voltadas ao fortalecimento do diálogo e da cooperação entre a administração pública e a sociedade.



Eventos de Destaque

Entre os eventos de destaque promovidos pela ASPAD em 2024, destacam-se a apresentação do Plano Nacional de Enfrentamento ao Estado de Coisas Inconstitucional no Sistema Prisional durante a Cúpula Social do G20, e a comemoração do Dia da Consciência Negra, juntamente com a celebração dos 12 anos da Lei de Cotas, que contou com mesas de debate e palestras temáticas.

Em termos quantitativos, a unidade conduziu diversas ações e atividades relevantes ao longo do ano. Foram realizadas 29 reuniões específicas da ASPAD, além de 92 reuniões internas e externas voltadas às pautas de participação social e diversidade.

Ademais, a ASPAD marcou presença em 46 eventos de grande relevância, incluindo congressos, fóruns, seminários, webinários, audiências públicas, ciclos, rodas de conversa, lançamentos, oficinas, conferências e atos solenes. A unidade promoveu 18 palestras educativas e informativas, além disso, participou ativamente de 13 órgãos colegiados, grupos de trabalho, equipes técnicas e conselhos estratégicos.



OUVIDORIA

A ouvidoria pública, é uma ferramenta autêntica e indispensável à democracia, por ser essencial no exercício da cidadania e por constituir um espaço de acolhimento e participação social. Ela dá voz aos anseios dos usuários dos serviços públicos, funcionando como um canal direto entre esses cidadãos e o Estado, contribuindo para uma gestão mais efetiva. Assim, configura-se como um poderoso instrumento de transformação social.

Nesse contexto, a Ouvidoria-Geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro, atua de forma imparcial como uma importante interlocutora de participação e controle social, contribuindo para a melhoria dos serviços públicos ofertados à sociedade.

A Ouvidoria desempenha um papel essencial na gestão da integridade e da transparência do órgão, sendo responsável, entre outras ações, pelo tratamento das manifestações apresentadas pelos cidadãos. Essas demandas estão relacionadas à participação, proteção e defesa dos usuários. Nesse sentido, destaca-se que compete à Ouvidoria receber, analisar e encaminhar as respostas das manifestações aos usuários, no que se refere a pedidos de acesso à informação e demandas típicas de ouvidoria: elogios, sugestões, solicitações, reclamações e denúncias; sendo, inclusive, a unidade exclusiva para o recebimento destas últimas.



Destaca-se, que a Ouvidoria tem o dever de agir com presteza, compromisso e imparcialidade no atendimento das demandas recebidas, contribuindo para a efetividade da participação popular no aprimoramento dos serviços públicos prestados. Ademais, preserva os direitos dos usuários desses serviços e previne litígios contra a Administração Pública. Observa-se, ainda, que o acesso à Ouvidoria é ágil, prático e amplamente utilizado, tanto pelo público interno quanto pelo externo ao Ministério.

Além disso, a unidade desempenha suas funções supervisionando atividades de ouvidoria e ações relacionadas aos sistemas federais de transparéncia e acesso à informação no âmbito da Pasta. A Ouvidoria-Geral integra, também, o Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal.

De acordo com as informações do “Painel Resolveu?”, Da Controladoria-Geral da União - CGU, disponível em (<https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/resolveu>), no ano de 2024, a Ouvidoria-Geral recebeu **mais de 15 mil** manifestações típicas de ouvidoria, conforme o seguinte:

TOTAL DE MANIFESTAÇÕES

15.374

9,41
Tempo Médio (dias)

12.251
Respondidas

3.123
Encaminhadas para outros órgãos

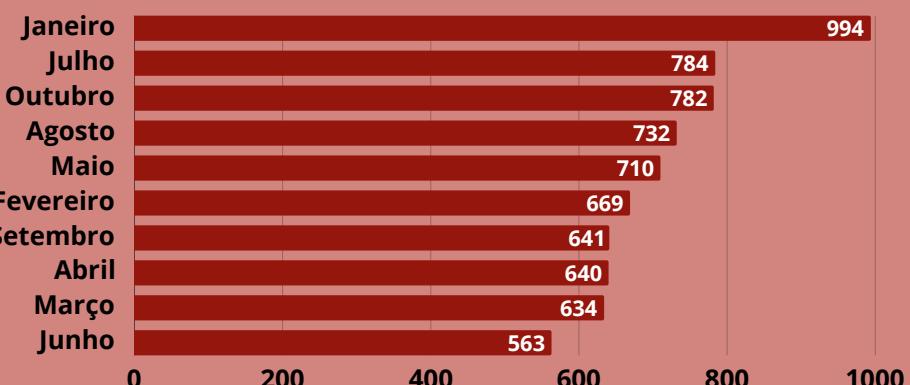
100%
Dentro do prazo

99,45%
Grau de resolutividade

Fonte: OUV/ MJSP

MJSP | Relatório de Gestão Integrado 2024

MANIFESTAÇÕES POR MÊS



Fonte: OUV/ MJSP

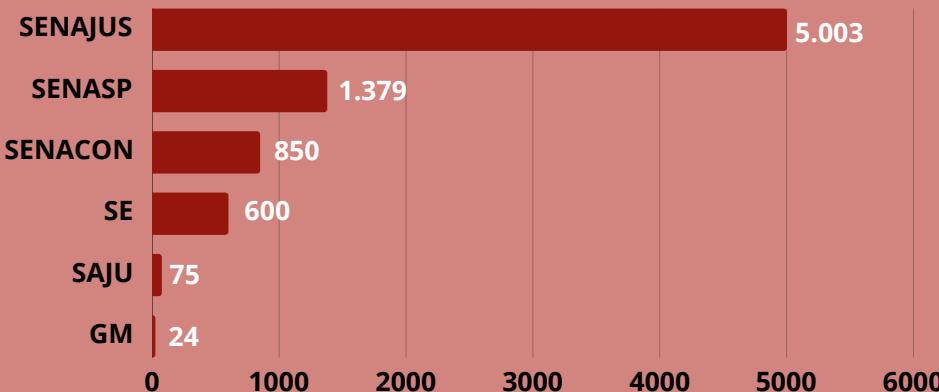
Importante registrar que, todas as manifestações são analisadas de forma individual, o que requer ação dos analistas de ouvidoria. Neste sentido, a Ouvidoria realiza uma análise prévia (triagem) de todas as manifestações recebidas, resultando em uma das seguintes ações: tramitação para alguma unidade do MJSP; arquivamento; ou encaminhamento ao órgão competente. Em determinados casos, a competência recai sobre órgãos que não aderiram ao Fala.BR – Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação. Diante disso, realiza-se uma pesquisa para verificar se o órgão responsável possui ouvidoria, permitindo que o(a) cidadão(ã) entre em contato diretamente.

Desde dezembro de 2024, a Plataforma Fala.BR passou a permitir o encaminhamento externo de manifestações, o que possibilita direcioná-las a órgãos não aderentes à plataforma. Atualmente, a Ouvidoria-Geral realiza pesquisas para

identificar se o órgão competente disponibiliza, em seu site oficial, um endereço eletrônico da ouvidoria. Havendo tal informação, procede-se ao encaminhamento externo e elabora-se uma resposta conclusiva ao(a) cidadão(ã), contendo detalhes sobre o envio.

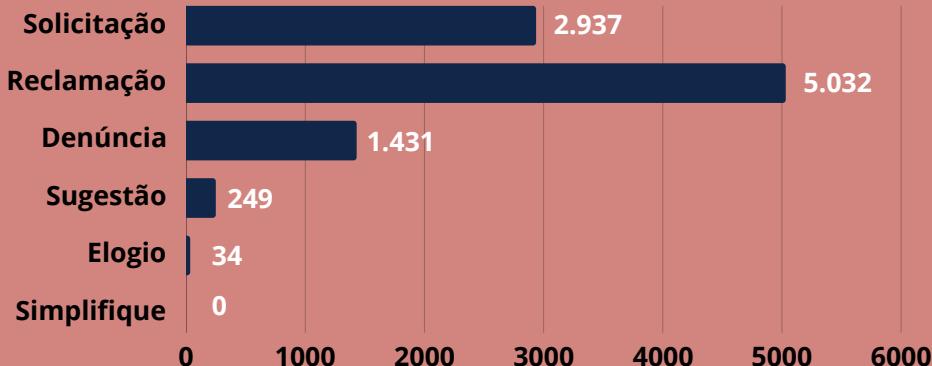
Segue abaixo o levantamento detalhado referente às manifestações tramitadas para as unidades centrais, excluídas aquelas tratadas diretamente pela Ouvidoria, arquivadas ou ainda encaminhadas a outros órgãos.

TRAMITADAS PARA AS UNIDADES



Fonte: OUV/ MJSP

TIPOS DE MANIFESTAÇÃO



Fonte: OUV/ MJSP

Em conformidade com o contido na Portaria CGU n.º 116, de 18 de março de 2024, desde 2022, a Ouvidoria-Geral utiliza exclusivamente a Plataforma Fala.BR para tratar as manifestações de ouvidoria. Assim, as manifestações recebidas por outros canais, como e-mail, carta ou via SEI – Sistema Eletrônico de Informações, são imediatamente cadastradas na Plataforma.

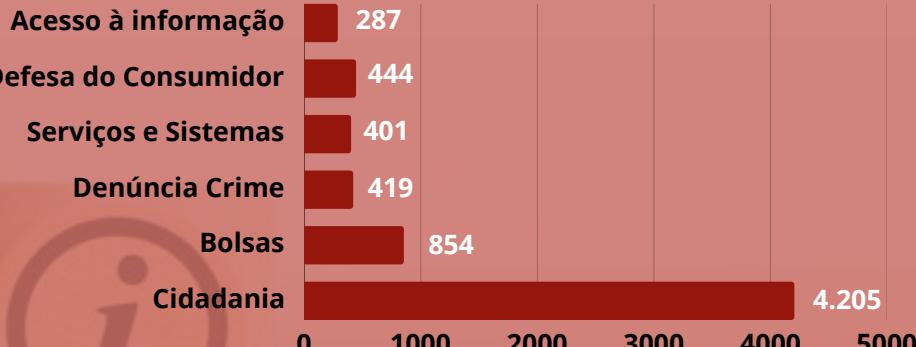
A Ouvidoria também realiza atendimentos presenciais do público externo ou interno do MJSP, nos quais, com o consentimento do(a) cidadão(ã), são registrados no Fala.BR no momento do acolhimento. Nesse contexto, destaca-se que, no referido exercício, foram realizados 86 atendimentos.

Quanto à assistência por telefone, a equipe da Ouvidoria recebe diariamente inúmeras ligações, nas quais orienta-se a pessoa a protocolar sua manifestação diretamente nos meios disponíveis. Em casos de dificuldade, sugere-se o envio de correspondência eletrônica para o e-mail (douv@mj.gov.br), para prosseguimento do acesso ao sistema de ouvidoria. Ressalta-se, entretanto, que por razões de segurança, em decorrência da ausência de equipamentos próprios que assegurem o exato registro do relato oral do(a) interessado(a), tais demandas não são registradas no sistema de ouvidoria.

Motivos das manifestações

Ao realizar uma análise gerencial dos principais motivos das manifestações, observa-se que os mais recorrentes são: reclamações relacionadas ao atraso na análise dos processos de naturalização; reclamações envolvendo relações de consumo; e solicitações ou reclamações referentes ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI. Esses temas estão sob a responsabilidade, respectivamente, da Secretaria Nacional de Justiça - Senajus, da Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon e da Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp que apresentam o maior número de manifestações registradas, conforme indicado no gráfico.

PRINCIPAIS ASSUNTOS



Fonte: OUV/ MJSP

Comparativo das manifestações recebidas

O gráfico a seguir apresenta um comparativo, em relação aos anos anteriores, das manifestações encaminhadas para as unidades centrais, desconsiderando aquelas tratadas diretamente pela Ouvidoria, arquivadas ou redirecionadas para outros órgãos.



ANÁLISE DOS PONTOS RECORRENTES

Entre os pontos mais citados, destacam-se: a Insatisfação dos cidadãos com a morosidade na publicação dos processos de naturalização no Diário Oficial da União - DOU; reclamações sobre a instabilidade do site e-certidão, utilizado para emissão de certidões positivas e negativas de naturalização; reclamações relacionadas às relações de consumo, especialmente envolvendo empresas de turismo; e dúvidas e reclamações recorrentes durante a abertura do ciclo de inscrições para o programa Bolsa Formação do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP. Muitas vezes, os interessados perdem o prazo de inscrição ou não cumprem as exigências do edital, o que leva a um aumento significativo nas manifestações encaminhadas à Ouvidoria.

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NAS SOLUÇÕES APRESENTADAS

Em resposta às reclamações sobre o atraso na publicação dos nomes dos naturalizados no Diário Oficial da União, a Senajus organizou uma força-tarefa para acelerar a análise dos processos de cidadania, visando oferecer um serviço mais ágil e eficiente.

Quanto à instabilidade do site e-certidão, a Senajus, em parceria com a Secretaria-Executiva - SE, implementou correções no sistema e atualizações no aplicativo para melhorar o atendimento ao público. Paralelamente, a Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STI vem trabalhando continuamente no aprimoramento de um aplicativo móvel seguro.

Destaca-se ainda que, a Senajus adotou o uso da Inteligência Artificial para agilizar o checklist da análise inicial dos processos de naturalização e mantém os dados disponíveis no “Senajus na palma da mão”, acessível em: [https://bit.ly/senajus-na-palma-da-mão](https://bit.ly/senajus-na-palma-da-mao)

Em relação às reclamações sobre as relações de consumo, a Senacon orienta os cidadãos a registrarem as ocorrências no portal Consumidor.gov e utiliza esses dados para definir indicadores e ações sancionatórias. Essas iniciativas foram acompanhadas pela Ouvidoria-Geral, que utiliza as manifestações dos cidadãos como base para orientar as áreas técnicas na busca por um serviço público de maior qualidade.

Pedidos de acesso à informação - Rede SIC

O Serviço de Informação ao Cidadão - SIC é a unidade responsável por atender os pedidos de acesso à informação feitos ao Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, com base na Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

O SIC-CENTRAL é uma unidade de serviço que pertence à Ouvidoria-Geral do Gabinete do Ministro e possui as seguintes atribuições:

- Atender e orientar o público quanto ao acesso às informações
- Conceder o acesso imediato à informação disponível
- Informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades
- Outras atribuições elencadas na Portaria n.º 681, de 5 de dezembro de 2019, do Ministério da Justiça e Segurança Pública



Compete ao SIC disponibilizar ao (à) requerente a informação pleiteada, de forma clara e precisa, ou indicar o local em que se possa buscar a informação, caso já esteja disponível no gov.br/mj (portal oficial), e tem a responsabilidade de responder ao(à) cidadão(ã) no prazo da LAI – Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527, de 2011), conforme o Decreto n.º 9.690, de 2019.

No MJSP, este serviço está disponível para atendimento ao público, sendo realizado das seguintes formas:



Atendimento Presencial

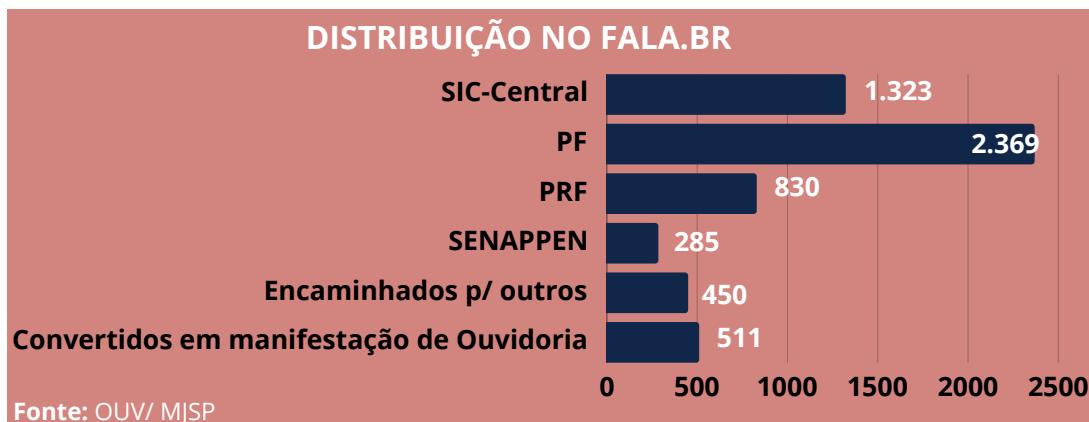
Acesso eletrônico ao Formulário concedido pelo Fala.BR

Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação



É importante frisar que todos os pedidos possuem prazos, e seus estágios passam pelo SIC-Central da Ouvidoria-Geral, com um destaque especial para os Recursos em Segunda Instância, os quais possuem análise minuciosa por parte do Ouvidor-Geral, e são enviados em sede recursal ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, para decisão.

No âmbito do Fala.BR foram registradas **5.768** manifestações, distribuídos da seguinte forma:



Também se registra que o SIC-CENTRAL realiza triagem dos pedidos, os quais são de competências de outros órgãos e precisa garantir o encaminhamento correto, incluindo os pedidos iniciais de suas unidades com autonomia PF, PRF e Senappen, além de converter aquelas as quais não fazem parte do escopo da Lei de Acesso à Informação e se enquadram como manifestações de ouvidoria.

Observa-se uma melhora no tempo médio de respostas: No ano de 2024, o prazo para as respostas foi de 16,54 dias, enquanto no ano de 2023 era de 19,47 dias.

Por fim, cumpre esclarecer que não estão computados os dados relativos às autarquias vinculadas Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, uma vez que os recursos em 2^a Instância são respondidos diretamente pelas respectivas autoridades máximas, nos termos da Portaria GM-MJ n.º 681, de 5 de dezembro de 2019.

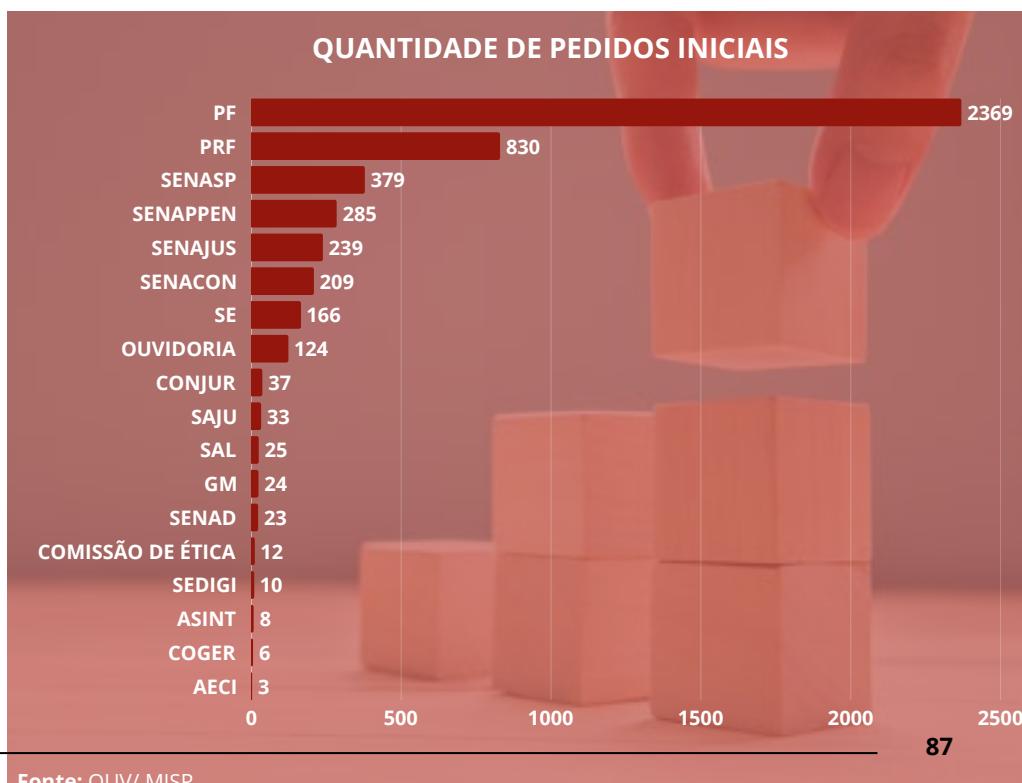
No gráfico ao lado, referente aos pedidos iniciais e recursais, percebe-se que as unidades que possuem o maior número de pedidos são as responsáveis pelas políticas de Segurança Pública, na seguinte ordem de mais demandadas: PF, PRF, Senasp e Senappen.

Importa ressaltar que não estão computados os dados relativos às autarquias vinculadas CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica e ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados, uma vez que os recursos em 2^a Instância são respondidos diretamente pelas respectivas autoridades máximas, nos termos da Portaria GM-MJ nº 681, de 5 de dezembro de 2019.

Pontua-se que a Polícia Federal - PF, a Polícia Rodoviária Federal - PRF e a Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN possuem autonomia para responder diretamente aos pedidos iniciais e recursos destinados aos chefes hierárquicos, o que quer dizer que o SIC-Central não tem acesso aos pedidos iniciais em tempo de análise.

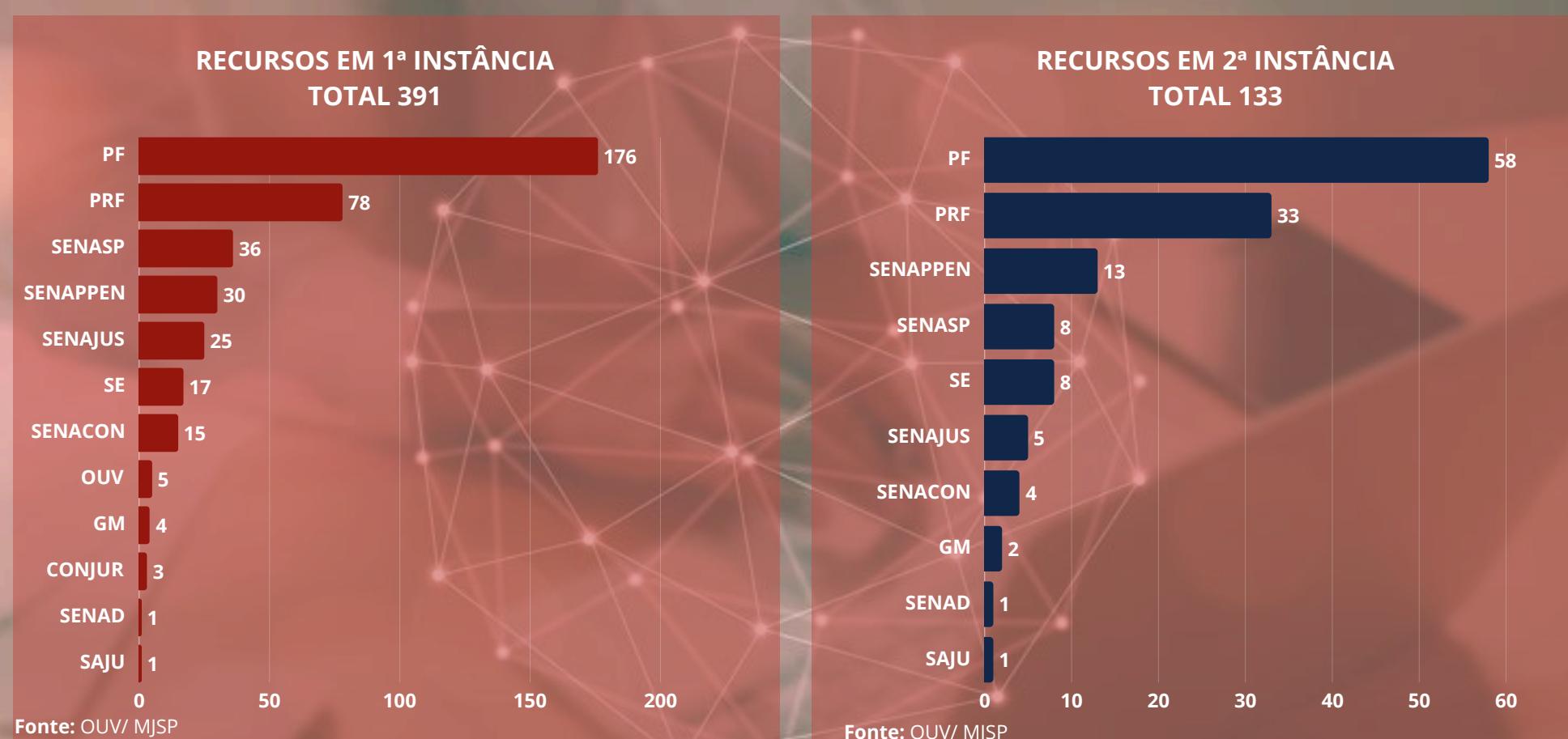
Entretanto, é importante destacar que o Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública responde a todos os recursos em 2^a Instância destinados a essas unidades.

Das unidades do órgão central do MJSP, isto é, sem autonomia para responder aos recursos em 2^a Instância, percebe-se que a SENASP é a mais demandada, e em sequência a SENAJUS, a SENACON, a SE e a Ouvidoria-Geral.



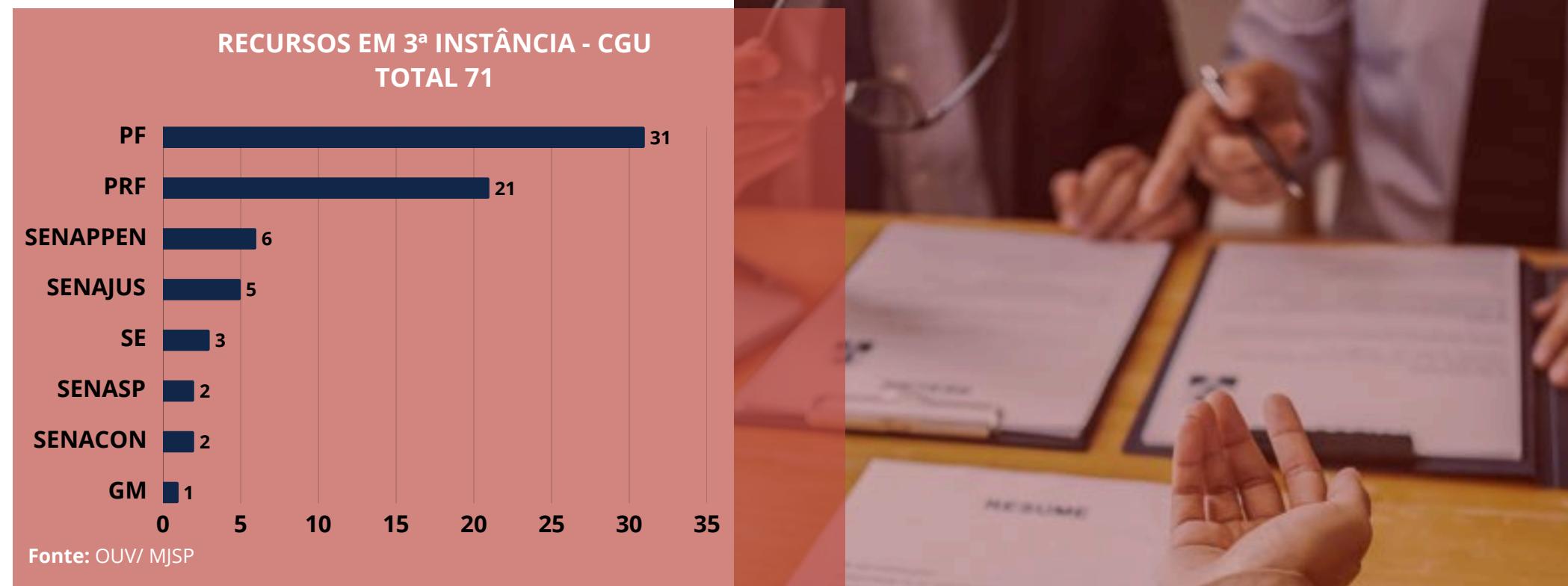
Abaixo as unidades mais recorridas em **1^a Instância**, decisões em grau de recurso pelos chefes hierárquicos das respectivas unidades do MJSP, também são as unidades responsáveis pelas temáticas relacionadas à Segurança Pública, e constam computados os tipos de decisão registrados no âmbito do SIC-Central. A Saju, Senad, Conjur, GM e a Ouvidoria estão entre as unidades que possuem menos recursos.

O Total de recursos em **2^a instância** somam 133 recursos. As unidades mais recorridas, as quais são decididas pelo Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, também são as responsáveis pelas temáticas relacionadas à Segurança Pública, e constam computados os tipos de decisão registrados no âmbito do SIC-Central. As 05 unidades que apresentaram mais recursos são: PF, PRF, Senappen, Senasp e Senajus. Veja abaixo:



Os recursos de **3^a instância**, que tramitaram perante a Controladoria-Geral da União - CGU, totalizaram 71 recursos, destinados às seguintes unidades: PF, PRF, Senappen, Senajus, SE, Senasp, Senacon e GM.

A maior parte dos pedidos está relacionada às informações sobre inquéritos policiais, dados estatísticos sobre armas, multas de trânsito e o Sistema Penitenciário Federal.



A Comissão Mista de Reavaliação de Informações - CMRI, instituída pela Lei n.^o 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), é um órgão colegiado não remunerado, composto pelos titulares de dez ministérios e presidido pelo titular da Casa Civil da Presidência da República.

A CMRI atua como última instância recursal para análise das negativas de acesso à informação por órgãos do Poder Executivo federal, atendendo a pedidos formulados por pessoas físicas ou jurídicas.

No que se refere aos recursos de **4^a instância** apresentados à CMRI, foram tratados na última instância da Lei de Acesso à Informação 536 recursos, dos quais 24 referentes a órgãos do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Desses, 11 recursos relativos à Polícia Federal, 7 referentes à Polícia Rodoviária Federal, 6 do MJSP.



Canais de Comunicação

Com relação aos canais de comunicação do Ministério, destaca-se o Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação, disponível em <https://falabr.cgu.gov.br>, utilizado pela Ouvidoria-Geral, por meio da qual são registradas as manifestações dos cidadãos.

O Fala.BR foi desenvolvido pela CGU e constitui-se de um canal integrado para registro de manifestações de ouvidoria (denúncias, reclamações, solicitações, sugestões, elogios e simplifique) a órgãos e entidades do poder público, bem como para protocolar os pedidos de acesso à informação.

A Ouvidoria-Geral integra a Rede de Ouvidoria do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (SisOuv) e é o canal apropriado para o recebimento de manifestações relativas aos serviços públicos prestados pelas unidades centrais do MJSP, nos termos da Lei n.º 13.460, de 2017 (Lei de Defesa do Usuário do Serviço Público).

Nesse sentido, em 2024 a Ouvidoria-Geral reforçou as orientações para que todas as manifestações de ouvidoria que eventualmente sejam recebidas por outras unidades do Ministério sejam encaminhadas à Unidade para o adequado registro na Plataforma Fala.BR.

A referida plataforma centraliza, também, todos os pedidos de acesso à informação dirigidos ao Poder Executivo Federal, suas entidades vinculadas e empresas estatais amparados pela Lei n.º 12.527, de 2011 - Lei de Acesso à Informação.

Além desse canal eletrônico — indicado preferencialmente para o registro de manifestações — o cidadão pode encaminhar cartas, mensagens eletrônicas (e-mail: douv@mj.gov.br, para manifestações de Ouvidoria) ou realizar suas manifestações presencialmente, com ou sem agendamento prévio, a critério do(a) cidadão(ã).

Canais de Comunicação para Denúncias

O recebimento de denúncia, objeto de atribuição exclusivo da Ouvidoria, consoante inciso II, do art. 3º, do Decreto n.º 9.492, de 5 de setembro de 2018, é o “ato que indica a prática de irregularidade ou de ilícito cuja solução dependa da atuação dos órgãos apuratórios competentes”. Portanto, refere-se a ato que indique prática de ilegalidade como referência a prestação de serviços públicos das unidades do MJSP e/ou à conduta de seus agentes públicos (servidores, contratados ou estagiários). Deve ser direcionada, preferencialmente ao Fala.BR, e as recebidas pelos demais canais são imediatamente registradas no mencionado sistema de ouvidoria e seguem o fluxo da análise prévia.



No âmbito dos canais de comunicação do órgão, destaca-se o trabalho da Assessoria de Comunicação - ASCOM, que liderou a divulgação das pautas prioritárias do Ministério, promovendo informações relevantes para a sociedade, mantendo interlocução constante com a imprensa e alimentando as redes sociais com conteúdo de valor.

Em 2024, a ASCOM produziu e coordenou a comunicação de programas essenciais para a sociedade.

WEB DIGITAL - MJSP

Produção de conteúdo para redes sociais

 Facebook	647
 Twitter/X	679
 Instagram	1.126
 Flickr/ Google Fotos	7.654
 Youtube (ao vivo)	70
 Coletivas e eventos (redes)	185
 Hotside/páginas (Gov.br)	34

Fonte: ASCOM/ MJSP

PRODUÇÃO GRÁFICA/ PUBLICIDADE

TOTAL

Produção gráfica (cartaz, folder, banner, apresentações, infográfico)

779

Produção e Edição de vídeos institucionais

230

Cards redes sociais

2.176

Fonte: ASCOM/ MJSP

ASSESSORIA DE IMPRENSA

TOTAL

Atendimento à imprensa

4.738

Produção de release

830

Audiorelease

115

Fonte: ASCOM/ MJSP

CAPÍTULO 3

CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO

Relatório de Gestão Integrado
MJSP 2024

A conformidade e a eficiência na gestão do Ministério da Justiça e Segurança Pública serão apresentadas em alinhamento à Decisão Normativa do TCU n.º 198, de 2022 e Instrução Normativa TCU n.º 84, de 2020.

Serão expostos os resultados da atuação do Ministério em áreas sob a responsabilidade da Secretaria-Executiva, cuja gestão e acompanhamento são essenciais para o desempenho da governança institucional, contribuindo diretamente para a efetividade da administração pública.

Entre os temas abordados, destacam-se: a) gestão orçamentária e financeira; b) gestão de custos; c) gestão de licitações e contratos; d) gestão patrimonial e infraestrutura; e) gestão de pessoas; f) sustentabilidade ambiental; e a g) gestão da tecnologia da informação.

Para cumprir suas atribuições, a Secretaria-Executiva conta com três Subsecretarias em sua estrutura: a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO e a Subsecretaria de Administração - SAA, que operam como órgãos setoriais dos sistemas estruturantes, e a Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STI, responsável pela gestão da informação institucional.

Vale salientar que, como os temas de gestão estratégica e contabilidade possuem capítulos específicos neste Relatório Integrado, a SPO abordará, neste capítulo, apenas os resultados relativos à gestão orçamentária e financeira e à gestão de custos.



CARTA DO SECRETÁRIO-EXECUTIVO



MANOEL CARLOS DE ALMEIDA NETO

Em 2024 a atuação da Secretaria-Executiva teve como propósito fortalecer as iniciativas já em andamento e, simultaneamente, impulsionar novas propostas alinhadas à sua missão institucional. Para isso, buscou promover a coordenação e a integração entre todas as unidades e órgãos que compõem a estrutura do Ministério, assegurando, ainda, que as políticas públicas que demandam esforços conjuntos fossem implementadas de forma coesa e equilibrada.

Durante o exercício, a Secretaria-Executiva dedicou-se à preservação do Palácio da Justiça como patrimônio histórico e no bem-estar de servidores e visitantes. O Palácio da Justiça é um dos marcos arquitetônicos e históricos mais relevantes do país, reconhecido como patrimônio mundial pela UNESCO e tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pelo Governo do Distrito Federal. Sua preservação vai além da conservação de um edifício; trata-se da salvaguarda de um símbolo da democracia, da justiça e da memória institucional brasileira.

Além do valor histórico, a conservação do Palácio reflete o compromisso do órgão com a sustentabilidade e a responsabilidade pública. A manutenção adequada do edifício não apenas protege sua estrutura e elementos arquitetônicos, mas também assegura que ele continue a ser um ambiente funcional e adequado para as atividades ministeriais e eventos institucionais.

Foram revisados contratos administrativos para aprimorar serviços essenciais, como vigilância, recepção e gestão

documental, além de capacitações para melhorar o atendimento. A governança de contratações gerenciou 2.188 procedimentos, totalizando R\$ 4,7 bilhões, sempre priorizando critérios de sustentabilidade.

Outro importante projeto coordenado pela Secretaria-Executiva do Ministério é o Programa Celular Seguro, criado como resposta estratégica ao crescente problema de roubo e furto de dispositivos móveis no Brasil. O aplicativo oferece aos cidadãos uma plataforma eficiente para reportar incidentes e bloquear imediatamente o aparelho e os aplicativos parceiros vinculados ao Programa, impedindo o uso indevido dos dados pessoais.

Em 2024, o Programa passou por novas expansões, incluindo funcionalidades adicionais, como a possibilidade de verificar se um aparelho está bloqueado antes da compra. Além disso, foram ampliadas as ações do Celular Seguro, por meio do fortalecimento de parcerias estratégicas com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), instituições financeiras e entidades privadas. Essas parcerias foram essenciais para garantir que a proteção dos dispositivos e aplicativos ocorresse de forma rápida e segura, imediatamente após o aviso do usuário.

O Programa também foi integrado às forças de segurança e operadoras de telefonia, aprimorando o sistema de proteção e recuperação de dispositivos móveis. A troca de informações em tempo real sobre celulares roubados facilitou a identificação de quadrilhas especializadas e a recuperação dos aparelhos.

A iniciativa tem sido fundamental para fortalecer a segurança digital e patrimonial dos cidadãos brasileiros, combatendo de forma eficaz os crimes de roubo e furto de dispositivos móveis. Desde o lançamento do Programa, em 2023, até dezembro de 2024, as bases de dados do aplicativo registraram mais de 2,3 milhões de usuários, cerca de 1,9 milhões de telefones cadastrados, em torno de 46 mil alertas para proteção contra roubo, 32 mil por furto e 16,3 mil por perda.

Para garantir o acompanhamento dos resultados do órgão, a Secretaria-Executiva envidou esforços no sentido de monitorar os indicadores e projetos previstos no Planejamento Estratégico referente ao ciclo 2024-2027. Paralelamente, foi monitorado o andamento das políticas públicas do Ministério, no âmbito da Comissão Técnica do Comitê de Gestão Estratégica – CT-CGE, que integra o Sistema de Governança do MJSP. O acompanhamento sistemático desses indicadores possibilita a identificação de gargalos, a otimização de recursos e a tomada de decisões baseadas em dados concretos, contribuindo para a melhoria contínua da gestão pública, promovendo a inovação e a entrega de serviços de maior qualidade à população.

Ainda com vistas a estimular a cultura de planejamento institucional e promover a gestão orientada para resultados, a Secretaria-Executiva retomou o Programa de Gestão no âmbito do Ministério, substituindo a verificação de presença do servidor pelo seu comprometimento com metas e resultados. Ademais implementou o Dimensionamento da Força de Trabalho para otimizar a distribuição de servidores e o

Programa Movimenta MJSP, voltado à promoção da saúde e do bem-estar.

O programa “Movimento MJSP”, oferece diversas atividades gratuitas aos seus servidores, com foco na saúde física, mental, social e ocupacional, de forma multidimensional e inclusiva. O programa demonstra o compromisso do órgão com a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida dos seus colaboradores.

No que tange à execução orçamentária, o Ministério alcançou um índice de 99,4% em 2024, resultado do esforço conjunto de todos os seus órgãos, sob a coordenação da Secretaria-Executiva. Este desempenho demonstra o compromisso do Ministério com a otimização contínua de seus processos de gestão, garantindo que os recursos sejam utilizados de maneira otimizada para a implementação de ações que beneficiam a sociedade. A gestão orçamentária eficaz é crucial para o sucesso das políticas públicas.

Ainda em 2024, a Secretaria-Executiva liderou internamente a elaboração da Estratégia Brasil 2050 (EB2050), instituída pela Portaria GM/MPO 244, de 7 de agosto de 2024, sob a responsabilidade do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO). Esse planejamento de longo prazo visa desenvolver soluções para os desafios atuais, considerando os impactos futuros e orientando o desenvolvimento do país até 2050. O trabalho foi desenvolvido de forma participativa e colaborativa, a partir das discussões provenientes de oficinas realizadas com as equipes técnicas do órgão, nas quais foram debatidas as principais questões relacionadas ao tema da segurança pública.

Ante o exposto, **DECLARO** o cumprimento satisfatório das metas contidas nos planos para o exercício, a legalidade dos atos e a eficácia, eficiência e economicidade da gestão para viabilizar e concretizar o plano estratégico institucional.

CARTA DO SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

DAVID LIMA FREITAS

A Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO, vinculada à Secretaria-Executiva, é o órgão setorial responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão das atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento e orçamento, organização e inovação institucional, contabilidade e informação de custos, e administração financeira no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP.

Suas competências regimentais estão estabelecidas no Decreto n.º 11.348, de 1º de janeiro de 2023, e na Portaria MJSP n.º 542, de 27 de novembro de 2023. No exercício de suas atribuições, a SPO mantém articulação contínua com as unidades internas do MJSP e com os órgãos centrais desses sistemas, aos quais se reporta para fins de orientação normativa e supervisão técnica.

A atuação da SPO está alinhada aos objetivos estratégicos de "Otimizar e consolidar a gestão e a governança institucional" e "Otimizar a gestão orçamentária e financeira", sendo

responsável, no âmbito do MJSP, pelo planejamento e coordenação da elaboração do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA.

A Subsecretaria também desempenha papel central na governança institucional do Ministério, atuando diretamente nos processos de gerenciar estratégia, prestar contas da gestão, gerenciar processos organizacionais, gerenciar políticas públicas, gerenciar estrutura organizacional, gerenciar o portfólio de programas e projetos, gerenciar informações de custos, gerenciar transferências públicas, gerenciar programação financeira, gerenciar contabilidade, gerenciar emendas parlamentares e gerenciar o orçamento.

Além disso, a SPO exerce função estratégica no sistema de governança do MJSP, contribuindo para o aprimoramento da gestão de políticas públicas, o fortalecimento da governança institucional, a implementação de medidas de integridade, controle e riscos e a coordenação da elaboração de Relatórios Governamentais. Sua atuação impacta diretamente a eficiência, transparência e integração dos processos administrativos e orçamentários do Ministério, garantindo maior racionalidade e aprimoramento contínuo na alocação e execução dos recursos públicos.

Em 2024, a SPO atuou na condução interna da elaboração da Estratégia Brasil 2050 - EB2050, um instrumento de planejamento de longo prazo coordenado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO, por meio da Secretaria Nacional de Planejamento - SEPLAN/MPO. A iniciativa, regulamentada pela Portaria GM/MPO n.º 244, de 7 de agosto

Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica	Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional	Conformidade e Eficiência da Gestão	Resultados e Desempenho da Gestão	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
---	--	-------------------------------------	-----------------------------------	--

de 2024, tem como objetivo integrar e harmonizar planos setoriais e regionais, promovendo maior previsibilidade na atuação governamental, melhoria do ambiente de negócios e aumento da transparéncia.

No âmbito do Ministério, a EB2050 foi desenvolvida com o tema "Fortalecimento da Governança e Integração do Sistema Único de Segurança Pública para a Prevenção e Redução da Criminalidade no Brasil".

A construção do estudo contou com a realização de oficinas com pontos focais das unidades internas do MJSP e de Ministérios colaboradores, nas quais foram debatidos aspectos conceituais, levantados estudos e compartilhadas informações e sugestões relevantes.

Ainda em 2024, a SPO coordenou o processo de aprovação do novo Planejamento Estratégico do órgão para o período de 2024–2027, documento construído de forma participativa a partir da colaboração da alta administração e dos servidores e colaboradores da Pasta. Para conseguir avaliar o alcance dos objetivos estabelecidos no mapa estratégico, foram definidos indicadores e metas de resultado, pelos quais se avalia o sucesso da estratégia. Já os projetos estratégicos contribuem para o alcance dos objetivos propostos e são gerenciados pelas unidades integrantes do Ministério, com o intuito de garantir o sucesso da estratégia.

Por meio da análise de indicadores, relatórios gerenciais e reuniões periódicas com as unidades responsáveis, a Subsecretaria avalia o desempenho das metas, identifica

desafios e propõe ajustes necessários para aprimorar a efetividade das estratégias. Em 2024 foram acompanhados 24 objetivos específicos e 57 indicadores de resultado.

Na gestão de políticas públicas a Carteira de Políticas Públicas do MJSP é um instrumento estratégico que organiza e sistematiza todas as políticas sob a responsabilidade das unidades finalísticas do Ministério, promovendo maior transparéncia, eficiência na alocação de recursos e alinhamento estratégico das ações governamentais. Sua versão mais recente, aprovada pela Resolução CGE nº 26, de 10 de junho de 2024, está estruturada de forma setorial, vinculando cada política à unidade responsável por sua execução. Atualmente, a Carteira reúne 39 políticas detalhadas, descritas em formulários elaborados no âmbito da CT-CGE, conforme as diretrizes do manual ex-ante de avaliação de políticas públicas e monitoradas por meio de 119 indicadores.

No âmbito da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSPDS, instituída pela Lei n.º 13.675, de 2018, destaca-se a importância da transferência de recursos na modalidade fundo a fundo, viabilizada por meio do repasse do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, para fundos estaduais e distrital de segurança pública. Os recursos do FNSP, conforme disposto no inciso I do art. 7º da Lei n.º 13.756, de 2018, são destinados ao financiamento e apoio de projetos, atividades e ações voltadas à segurança pública e ao combate à violência. Para assegurar a alocação eficiente desses recursos, a Portaria n.º 685, de 16 de maio de 2024, estabelece diretrizes e define

áreas temáticas prioritárias, garantindo que os investimentos estejam alinhados às necessidades estratégicas do setor. Em 2024, o FNSP empenhou R\$ 1,2 bilhão em favor dos Fundos Estaduais e Distrital de Segurança Pública, visando fortalecer ações estratégicas, como a redução das mortes violentas intencionais, o enfrentamento ao crime organizado, o combate à violência contra a mulher e a melhoria da qualidade de vida dos profissionais de segurança pública.

Nesse contexto, o MJSP tem avançado na otimização da gestão dos recursos, garantindo maior eficiência e conformidade na execução orçamentária. Esse esforço se reflete na elevação do índice de execução financeira, que atingiu 99,44% em 2024, demonstrando o compromisso com a aplicação responsável e estratégica dos recursos disponíveis.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA MJSP



Fonte: SPO/MJSP Evolução da execução do MJSP de 2018 a 2024

Ainda no que tange aos aspectos orçamentários, a SPO coordenou o processo de elaboração da Cartilha de Emendas Parlamentares do MJSP para 2025, documento que congrega os principais programas e projetos do Ministério e tem o condão de apresentar ao Congresso Nacional um cardápio de políticas passíveis de financiamento a partir da alocação de emendas ao orçamento.

No desempenho de suas funções como órgão setorial contábil, a Subsecretaria prestou atendimento e suporte técnico a 107 Unidades Gestoras Executoras - UGs de despesa pública, distribuídas da seguinte forma: 8 pertencentes ao Núcleo Central do MJSP, 35 à Polícia Rodoviária Federal, 35 à Polícia Federal, 2 à Autoridade Nacional de Proteção de Dados, 15 à Secretaria Nacional de Políticas Penais, 6 à Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2 à Secretaria Nacional do Consumidor, 1 à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos e 1 ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica. No exercício de 2024, foram enviadas 402 mensagens pelo sistema SIAFI, contendo alertas e orientações às Unidades Gestoras.

Com fundamento no processo de Conformidade Contábil, são elaboradas trimestralmente as Notas Explicativas - NEs, às Demonstrações Contábeis - DCOns do MJSP. Quatro Notas Explicativas foram elaboradas em 2024, sendo a primeira referente ao exercício encerrado de 2023 e as demais, relativas ao primeiro, segundo e terceiro trimestres de 2024.

Destaca-se também o papel fundamental desempenhado pela SPO na gestão dos processos de Tomada de Contas Especial -

Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica	Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional	Conformidade e Eficiência da Gestão	Resultados e Desempenho da Gestão	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
---	--	-------------------------------------	-----------------------------------	--

TCE. Em 2024, foram efetuados 80 registros contábeis referentes a processos de TCE, abrangendo o reconhecimento de valores relativos à apuração do dano ao erário pelos agentes responsáveis identificados na instauração da TCE, os valores a serem recebidos após julgamento do Tribunal de Contas da União - TCU e a baixa contábil decorrente do recebimento ou cancelamento da dívida.

No âmbito do MJSP, a SPO também é responsável pelo atendimento e gestão de acessos aos sistemas estruturantes do Governo Federal, garantindo o suporte técnico necessário às unidades do Ministério. Entre os sistemas gerenciados, destacam-se. Obrasgov.br - Cadastro Integrado de Projetos de Investimento do Governo Federal - CIPI; Cadin - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público; Comprasgov.br – Portal de Compras do Governo Federal; Contratosgov.br; Inscreve Fácil; Reuse.gov; SENHA-REDE; SIADS - Sistema Integrado de Gestão Patrimonial; SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais; SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal; HE/SIAFI - Sistema de Homologação Externa; STA/SIAFI - Sistema de Transferência de Arquivos; Tesouro Gerencial – TG/SIAFI; e Transferegov.br. No ano de 2024, foram realizados 13.988 atendimentos relacionados à habilitação de usuários e cadastradores nos sistemas estruturantes do Governo Federal.

Ainda no âmbito de sua competência, a Subsecretaria tem desempenhado um papel fundamental nos processos de reorganização da estrutura do MJSP, destacando-se na elaboração de propostas de reestruturação de áreas estratégicas sob sua responsabilidade. Entre as iniciativas em

andamento, destaca-se a reestruturação das unidades responsáveis pelo controle de armas na Polícia Federal, cuja competência está definida pelo Decreto n.º 11.615, de 21 de julho de 2023, e pela cláusula quinta do Acordo de Cooperação Técnica n.º 9, de 2023 (25495013).

No que se refere à transparência e à consolidação dos relatórios governamentais sobre as atividades do MJSP, cujo objetivo é demonstrar os resultados da gestão dos órgãos integrantes da estrutura ministerial, destaca-se o desenvolvimento e disponibilização do Painel Business Intelligence - BI, ferramenta visual que permite a análise e o monitoramento de dados por meio de indicadores interativos. Esse painel, constantemente atualizado, disponibiliza informações sobre planejamento e gestão do Ministério, incluindo objetivos estratégicos, metas, indicadores e resultados alcançados no período e acumulados no exercício, além de dados sobre execução orçamentária e financeira, convênios, transferências, licitações, contratos, pessoal e demonstrações contábeis, entre outros.

Dessa forma, esta declaração evidencia os esforços empreendidos para o aprimoramento das atribuições desempenhadas pela SPO, com a implementação de boas práticas de governança, visando garantir o suporte necessário para a entrega de resultados à sociedade, por meio da prestação eficiente de serviços e da execução eficaz das políticas públicas sob responsabilidade do MJSP.

Concluindo, **DECLARO** que os padrões de gestão do MJSP atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste Relatório, no que concerne às competências desta Subsecretaria.

CARTA DA SUBSECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

DÉBORA DE SOUZA JANUÁRIO

A Subsecretaria de Administração - SAA integra a estrutura da Secretaria-Executiva - SE, do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, tendo entre suas principais competências, supervisionar e coordenar a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de pessoal civil, de serviços gerais e de gestão de documentos e arquivo, no âmbito do Ministério, atuando como órgão setorial e promovendo a articulação com os respectivos órgãos centrais. Dada a relevância desta atuação, o direcionamento estratégico da unidade está devidamente alinhado ao Mapa Estratégico e à Cadeia de Valor do Ministério. Suas rotinas administrativas, em contínuo processo de aprimoramento, estão fortemente balizadas pelas melhores práticas de governança, gestão e controle estabelecidos internamente e vêm atendendo tempestivamente aos órgãos de controle interno e externo.

Mantendo a gestão eficiente e com a devida transparência, as ações em 2024 concentraram-se em dois pontos solicitados pelo Ministro Ricardo Lewandowski: o cuidado com o Palácio da Justiça, patrimônio mundial reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO e tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Portaria n.º 314, de 1992) e pelo Distrito Federal (Decreto n.º 10.829, de 1987); e o cuidado com as pessoas, abrangendo servidores, colaboradores e visitantes dos espaços físicos do Ministério. Nesse sentido, diversas ações foram planejadas pelas unidades da SAA, algumas já implementadas, outras iniciadas e algumas ainda em fase de projeção.

No âmbito dos Serviços Gerais, os contratos administrativos foram revisados visando melhorias na qualidade dos serviços prestados, incluindo a adequação da quantidade de postos em contratos como jardinagem, copeiragem, recepção e secretariado, vigilância e gestão documental. Também foram realizadas reuniões com gestores contratuais e representantes das empresas, além de capacitações com prestadores de serviços, visando aprimorar o atendimento ao público interno e externo, destacando-se o acolhimento e a qualidade dos serviços.

Projetos voltados à valorização e ao acolhimento dos servidores e colaboradores foram implementados, tais como: Projeto Biblioteca Compartilhada, que promove a troca de livros, estimulando leitura, conhecimento e interação; inauguração de um novo Espaço do Servidor para momentos de descanso; Feira de Orgânicos; parceria com o Ministério da Saúde para oferta de vagas em creches; salas destinadas a

Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica	Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional	Conformidade e Eficiência da Gestão	Resultados e Desempenho da Gestão	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
---	--	-------------------------------------	-----------------------------------	--

consultas online e aleitamento materno; e o Projeto Papo de Mulher, que incentiva diálogos com as mulheres da Pasta, dentre outras ações.

A SAA também participou do esforço do Ministério para formalizar parceria com a Presidência da República e a Câmara dos Deputados para composição de uma Comissão Consultiva de Curadoria, destinada a apoiar e orientar a recuperação, restauração e modernização do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural do Palácio da Justiça e seus anexos, trabalho atualmente em andamento e considerado um grande desafio para os próximos anos.

Na área de Arquitetura e Engenharia iniciaram-se projetos e ações integradas à restauração do Palácio da Justiça e seus anexos, destacando-se: limpeza e manutenção da fachada e do jardim de inverno; impermeabilização de áreas específicas do espelho d'água; revisão da iluminação interna e externa; melhorias nos estacionamentos; contratação do projeto para reestruturação dos jardins de Burle Marx, incluindo a instalação de bancos; instalação de elevador plataforma no Anexo II para acessibilidade; e a revisão de mais de 5 mil metros quadrados em layouts internos de escritórios e áreas comuns, integrando a estratégia de readequação dos espaços físicos das unidades do Ministério.

A Governança de Contratações do MJSP, instituída pela Portaria n.º 405, de 20 de novembro de 2020 e coordenada pela Secretaria-Executiva, estabelece o planejamento e monitoramento obrigatórios das contratações realizadas pelas seis microunidades administrativas: SE, Senasp, PF, PRF,

Senappen e ANPD. Em 2024, essas unidades realizaram 2.188 procedimentos de contratação, totalizando aproximadamente R\$ 4,7 bilhões, e geriram 4.629 contratos administrativos ou instrumentos semelhantes, alcançando cerca de R\$ 8,3 bilhões, conforme demonstrado no presente relatório.

Quanto à gestão de pessoas no núcleo central do MJSP, destaca-se o retorno do Programa de Gestão e a conclusão na maioria das Secretarias, do dimensionamento da força de trabalho, essencial para a alocação de servidores provenientes do Concurso Público Nacional Unificado - CPNU e novos processos seletivos.

Merece destaque também o Programa Movimenta, voltado para a qualidade de vida, saúde e bem-estar dos servidores e colaboradores, oferecendo atividades nas áreas física, mental, social e ocupacional, tais como Taekwondo, Jiu-jitsu, Muay Thai, meditação, dança, teatro e massagens.

Ressalta-se, ainda, a nomeação de novos servidores para as carreiras penitenciárias federais, reforçando a capacidade operacional do órgão, e a autorização para contratação temporária de profissionais destinados às obras e serviços de engenharia e políticas públicas.

Por fim, mais que uma simples declaração, este documento evidencia os esforços contínuos para superar desafios, promover excelência na gestão, melhorar o desempenho organizacional e desenvolver parcerias com foco em resultados que atendam à sociedade.

Concluindo, **DECLARO** que os padrões de gestão do MJSP atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste capítulo.

CARTA DA SUBSECRETÁRIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

SOLANGE BERTO DE MEDEIROS

A Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI), unidade integrante da estrutura da Secretaria-Executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), desempenha um papel central na gestão dos recursos de tecnologia da informação, promovendo soluções inovadoras que sustentam as políticas públicas do Ministério.

Entre as atribuições da STI estão o planejamento, a coordenação e a supervisão das atividades do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, bem como o desenvolvimento, a implantação e a manutenção de sistemas de informação e infraestrutura tecnológica. A equipe da STI está comprometida com a governança de TIC, com a segurança cibernética e com a inovação, sempre buscando integrar novas tecnologias para enfrentar os desafios da administração pública e melhorar os serviços prestados à sociedade.

O ano de 2024, representou um marco significativo na atuação da STI, com avanços importantes que impactaram diretamente a eficiência operacional relativa às atividades de tecnologia da informação e comunicação no MJSP. Entre as principais entregas realizadas, destacam-se: a implantação de uma nova fábrica de software, a retomada do desenvolvimento de produtos, a implementação de ações estratégicas do Programa de Privacidade e Segurança da Informação - PPSI e a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC - MJSP 2024-2027, entre outras iniciativas essenciais.

Em 2025, a STI seguirá impulsionada por metas estratégicas que ampliarão seu impacto na modernização da gestão pública, com foco no fortalecimento das unidades finalísticas. Entre as prioridades, destacam-se a adoção de inteligência artificial, a expansão da governança de dados e informações, o fortalecimento da segurança cibernética e a modernização contínua da infraestrutura tecnológica.

Ao longo dessa trajetória, a STI reafirma seu compromisso em atuar como um agente transformador, promovendo soluções inovadoras que não apenas suportem as políticas públicas, mas também as potencializem. As entregas de 2024, estabeleceram bases sólidas para avanços ainda mais expressivos em 2025, sempre com o propósito de aprimorar os serviços prestados aos servidores, colaboradores e à sociedade brasileira.

Concluindo, **DECLARO** que os padrões de gestão do MJSP atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste Relatório, no que concerne às competências desta Subsecretaria.

PRINCIPAIS RESULTADOS DA SECRETARIA-EXECUTIVA

I - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Lei Orçamentária Anual - LOA, de 2024 destinou, inicialmente, ao Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, órgão 30000 (administração direta e órgãos específicos singulares), ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade, órgão 30211, e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, órgão 30212, um orçamento total de R\$ 20,88 bilhões. No entanto, houve um cancelamento de R\$ 19,05 milhões, resultando em um orçamento final de R\$ 20,86 bilhões para o exercício de 2024, conforme ilustrado na figura abaixo.

A análise orçamentária desconsiderou os valores da reserva de contingência e os recursos recebidos de outros ministérios por meio de transferências voluntárias. Por outro lado, foram incluídas as informações orçamentárias e financeiras do Cade e da ANPD, em conformidade com a Decisão Normativa-TCU n.º 128, de 23 de março de 2022.

Adicionalmente, os valores referentes ao Arquivo Nacional - AN e à Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai, foram excluídos da base de dados, uma vez que essas entidades não integram mais a estrutura do MJSP, conforme estabelecido pelo Decreto n.º 11.348, de 1º de janeiro de 2023.



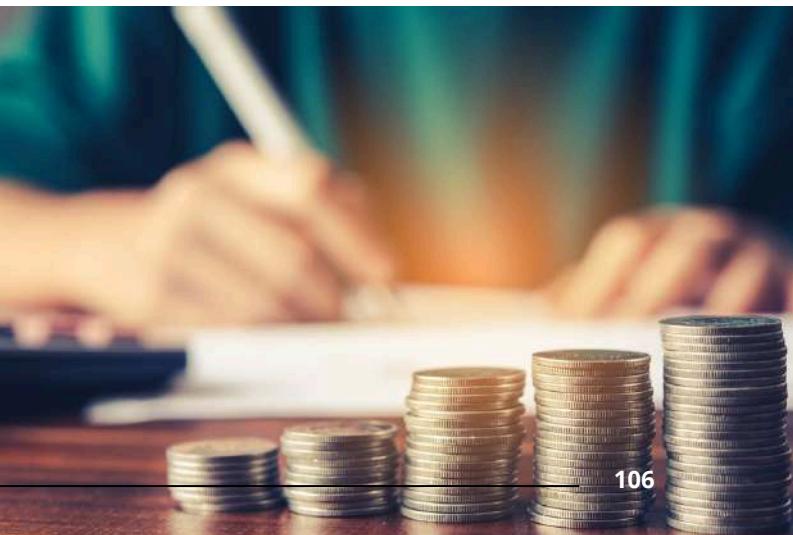
EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DO MJSP 2018 A 2024

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DO MJSP 2018 A 2024 (Valores em R\$ 1,00)							
ATRIBUTO	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Dotação atualizada	15.077.291.948,00	16.546.350.492,00	17.100.159.360,00	16.885.551.070,00	17.758.767.099,00	19.816.379.200,00	20.855.478.005,00
Despesas empenhadas	14.176.470.883,89	15.911.617.023,40	16.880.311.843,34	16.753.574.857,31	17.557.787.979,71	19.706.157.682,36	20.738.574.238,45
Despesas liquidadas	12.468.281.977,09	13.161.843.199,50	14.489.467.098,43	14.674.177.728,17	15.877.842.418,82	17.449.693.103,58	8.179.647.686,93
Despesas pagas	11.766.719.869,22	12.388.982.353,18	13.747.342.323,05	13.846.617.161,44	14.943.315.934,05	16.519.492.295,24	6.980.918.645,33
Restos a pagar pagos	1.101.302.503,85	1.768.727.605,36	2.461.660.578,23	2.759.602.761,06	2.699.762.759,40	2.430.879.298,46	2.884.196.126,59
% de Execução (Despesas Empenhadas/ Dotação Atualizada)	94,03%	96,16%	98,71%	99,22%	98,87%	99,44%	99,44%

Fonte: Tesouro Gerencial, inclusive: valores de despesas de pessoal, emendas individuais RP 6, emendas de bancada RP 7, emendas de comissão RP 8 e emendas de relator geral RP 9; exclusive: crédito extraordinário; reserva de contingência; valores relativos ao AN por não pertencer mais à estrutura do Ministério, e à Funai por não ser mais vinculada ao MJSP.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, tem se dedicado continuamente à eficiente aplicação dos recursos públicos, garantindo a observância dos princípios que regem a execução orçamentária e financeira.

Esse compromisso reflete-se na evolução dos percentuais de execução (Despesa Empenhada/Dotação Atualizada) ao longo dos últimos anos, com um desempenho crescente no período de 2018 a 2024. Destaca-se, em especial, o índice apurado para 2023 e 2024, que alcançou 99,44%, evidenciando uma gestão orçamentária cada vez mais eficiente e consolidando a trajetória de aprimoramento na execução dos recursos do MJSP.



EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS E DO FNSP E FUNPEN

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DO MJSP E DO FNSP E FUNPEN-2018 A 2024 (Valores em R\$ 1,00)							
ATRIBUTO	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Dotação atualizada	4.224.691.885,00	5.364.329.266,00	5.426.790.413,00	4.944.501.777,00	5.417.674.917,00	6.346.569.968,00	6.691.845.734,00
Despesas empenhadas	3.504.717.868,21	4.841.824.849,79	5.280.865.646,65	4.915.491.592,33	5.243.369.916,81	6.292.054.381,61	6.638.084.221,30
Despesas liquidadas	1.826.968.137,96	2.108.776.586,77	2.909.815.504,49	2.846.205.141,04	3.583.239.666,46	4.075.958.072,54	4.150.052.415,13
Despesas pagas	1.811.995.947,60	2.074.691.411,63	2.891.884.666,03	2.770.370.745,11	3.445.425.817,64	4.026.252.899,52	4.030.666.902,41
Restos a pagar pagos	1.084.166.398,14	1.070.213.582,45	1.695.678.894,62	2.021.385.627,43	1.942.272.233,74	1.626.201.213,15	1.985.201.534,92
% de Execução (Despesas Empenhadas/Dotação Atualizada)	82,96%	90,26%	97,31%	99,41%	96,78%	99,14%	99,20%

Fonte: Tesouro Gerencial, inclusive: valores de despesas de pessoal, emendas individuais RP 6, emendas de bancada RP 7, emendas de comissão RP 8 e emendas de relator geral RP 9; exclusive: crédito extraordinário; reserva de contingência; valores relativos ao AN por não pertencer mais à estrutura do Ministério, e à Funai por não ser mais vinculada ao MJSP.

Para a elaboração do quadro de evolução da execução orçamentária do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, bem como dos fundos sob sua gestão, incluindo o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP e o Fundo Penitenciário Nacional - Funpen, foram considerados também os valores das emendas individuais (RP 6), de bancada (RP 7) e de comissão (RP 8). Por outro lado, foram excluídas as despesas com pessoal, créditos extraordinários, reserva de contingência, além dos valores referentes ao Arquivo Nacional, que deixou de integrar a estrutura do MJSP, e à Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai, que não é mais vinculada ao Ministério. Com base nesses critérios, o índice de execução orçamentária apurado foi de 99,20%.

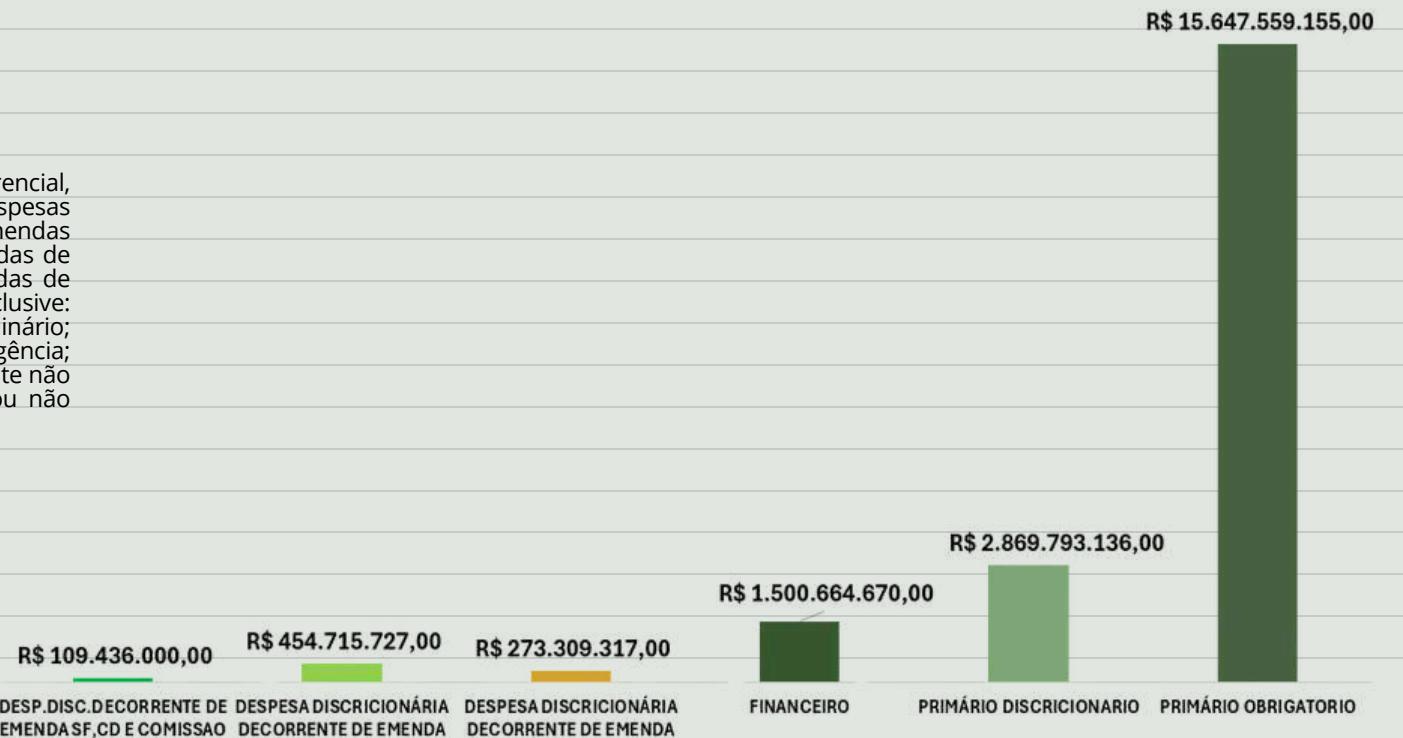
Destaca-se, ainda, que em 2023, ao desconsiderar os R\$ 40.836.716,66 não empenhados pelo FNSP devido à frustração de arrecadação na fonte de loterias, o índice de execução alcançou 99,78%.

Adicionalmente, observa-se que o FNSP vem cumprindo sua obrigação de repasse aos fundos estaduais e distrital de segurança pública. Em 2019, foram transferidos R\$ 765,4 milhões, enquanto em 2020 o valor repassado foi de R\$ 755,1 milhões. Em 2021, o montante chegou a R\$ 782,3 milhões, aumentando para R\$ 1,00 bilhão em 2022 e R\$ 1,16 bilhão em 2023. Já em 2024, os repasses totalizaram R\$ 1,17 bilhão.

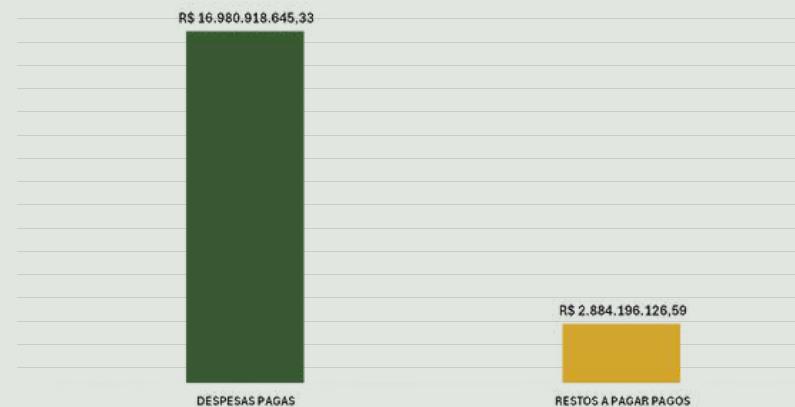
Esse crescimento nos repasses evidencia o fortalecimento do financiamento da segurança pública e a prioridade conferida ao setor nos últimos anos.

No que se refere ao Fundo Penitenciário Nacional - Funpen, os repasses ao longo dos últimos anos apresentaram variações significativas. Em 2019, foram transferidos R\$ 94,5 milhões, enquanto em 2020 o montante foi de R\$ 36 milhões. No ano de 2021, os repasses cresceram para R\$ 137,2 milhões, seguido de R\$ 88,4 milhões em 2022. Em 2023, houve um expressivo aumento, totalizando R\$ 190,8 milhões. Já em 2024, o total repassado foi de R\$ 44,7 milhões.

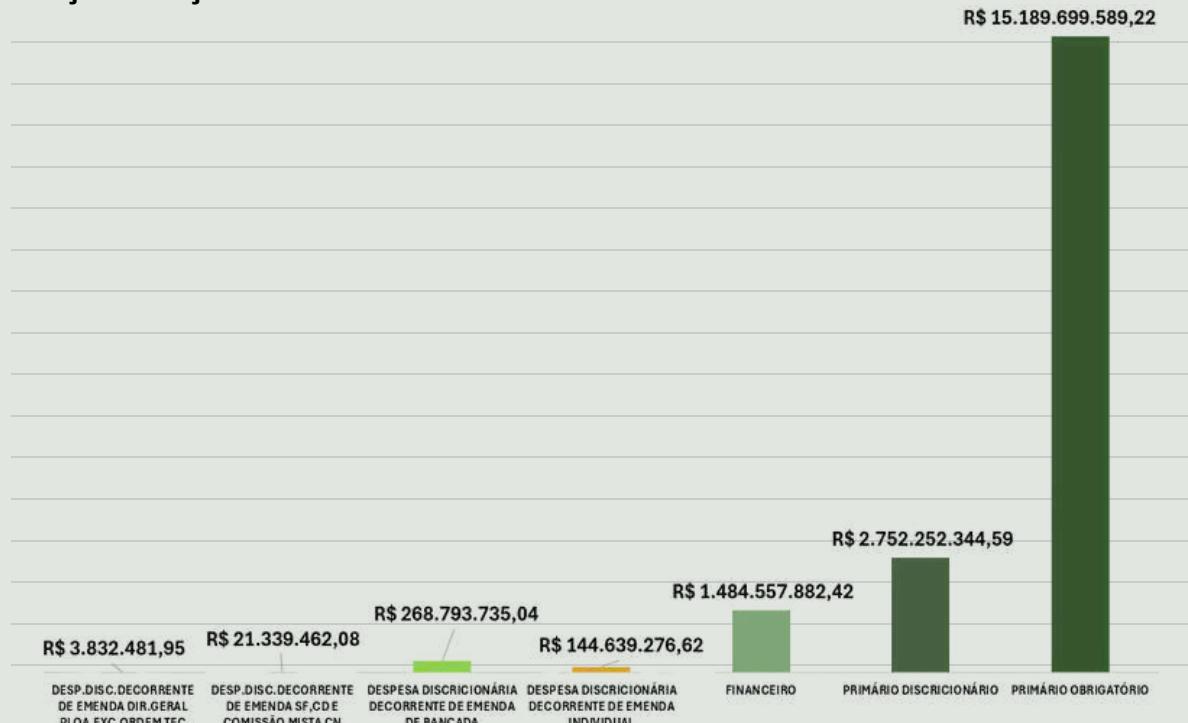
DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO POR RESULTADO PRIMÁRIO (em R\$) - 2024



Fonte: Tesouro Gerencial, inclusive: valores de despesas de pessoal, emendas individuais RP 6, emendas de bancada RP 7 e emendas de comissão RP 8; exclusive: crédito extraordinário; reserva de contingência; unidades que atualmente não integram a estrutura ou não são vinculadas ao MJSP.

VALORES TOTAIS PAGOS PELO MJSP EM 2024 (em R\$)

Fonte: Tesouro Gerencial, inclusive: valores de despesas de pessoal, emendas individuais RP 6, emendas de bancada RP 7 e emendas de comissão RP 8; exclusive: crédito extraordinário; reserva de contingência; unidades que atualmente não integram a estrutura ou não são vinculadas ao MJSP.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR RESULTADO PRIMÁRIO – VALOR PAGO EM 2024

Fonte: Tesouro Gerencial, inclusive: valores de despesas de pessoal, emendas individuais RP 6, emendas de bancada RP 7 e emendas de comissão RP 8; exclusive: crédito extraordinário; reserva de contingência; unidades que atualmente não integram a estrutura ou não são vinculadas ao MJSP

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA TOTAL

Em 2024, o Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, contou com uma dotação orçamentária de R\$ 20,85 bilhões, refletindo o compromisso com a execução de políticas públicas essenciais para a segurança, a justiça e a gestão administrativa do órgão. Até dezembro, desse total, foram empenhados R\$ 20,73 bilhões, liquidados R\$ 18,17 bilhões e pagos R\$ 16,98 bilhões, resultando em um elevado índice de execução orçamentária de 99,44% (despesa empenhada/dotação atualizada).

Os recursos alocados permitiram a implementação e manutenção de seus principais programas, entre eles o Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo, responsável pelo suporte administrativo e operacional do Ministério; o Programa de Segurança Pública, Combate à Corrupção e ao Crime Organizado, que concentra esforços no fortalecimento das políticas de segurança, no aprimoramento das forças policiais e no enfrentamento de ilícitos; e o Programa Justiça, voltado à promoção da cidadania, do acesso à justiça e da modernização do sistema judiciário.

Dado o caráter multifacetado das atividades desempenhadas pelo MJSP e sua estrutura regimental complexa e diversificada, ressalta-se que uma parcela significativa do orçamento é destinada a despesas obrigatórias, especialmente à folha de pagamento de pessoal.

Esse cenário evidencia a importância da gestão eficiente dos recursos discricionários para garantir a execução de projetos estratégicos e a continuidade das ações ministeriais.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

No que diz respeito à execução financeira de 2024, que abrange tanto as despesas do exercício quanto os pagamentos de restos a pagar, destaca-se que o valor total pago foi de R\$ 19,86 bilhões. A maior parte desse montante foi destinada ao cumprimento de despesas obrigatórias.

Dentro desse total, estão inclusas as despesas com a folha de pessoal, benefícios assistenciais aos servidores, e o cumprimento de sentenças judiciais, bem como as despesas relacionadas ao Fundo Penitenciário Nacional - Funpen e ao Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP.

Essas últimas, em razão das decisões do Supremo Tribunal Federal nas ações de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental — ADPF 347 e Ação Civil Ordinária — ACO 3.329, passaram a ser tratadas como despesas obrigatórias, conforme previsto no Anexo III da Lei n.º 14.791, de 23 de dezembro de 2023 — Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024, sendo expressamente mencionadas como valores que não sofreram limitação de empenho.

O segundo maior grupo de despesas refere-se às despesas discricionárias, que contemplam a execução das políticas públicas atribuídas ao MJSP, além de financiar todos os contratos que sustentam tanto as ações meio, quanto as finalísticas do Ministério. Tais despesas incluem, entre outras, a manutenção e o aprimoramento dos serviços essenciais, o suporte às ações de segurança pública e a implementação de projetos estratégicos voltados para a justiça e a cidadania.

Esse panorama evidencia o esforço contínuo do MJSP, em garantir o cumprimento das suas obrigações financeiras, ao mesmo tempo, em que busca otimizar o uso de recursos para a implementação de políticas públicas fundamentais para o funcionamento do sistema de segurança, justiça e administração pública.

ALOCAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - FINALIDADE DOS RECURSOS

A Lei Orçamentária Anual - LOA, de 2024, alocou ao Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, uma dotação orçamentária abrangente, incluindo emendas individuais e coletivas, para atender às diversas despesas do órgão. Essas despesas podem ser agrupadas em duas grandes categorias.

A primeira refere-se às Despesas de Governança, Gestão e Suporte, que englobam os custos necessários para a manutenção e operação do MJSP em suas atividades meio, como despesas com pessoal, contratos, tecnologia da informação, reformas, aquisições, manutenções e outras ações de suporte à estrutura administrativa do Ministério, a segunda categoria diz respeito às Despesas Finalísticas que está diretamente associada à implementação das políticas públicas do MJSP, contemplando os gastos voltados para as ações estratégicas do Ministério em áreas como segurança pública, justiça e cidadania.

Essa organização orçamentária reflete o equilíbrio necessário para garantir tanto o funcionamento eficiente das atividades internas do MJSP, quanto a execução eficaz de seus programas voltados ao atendimento das demandas da sociedade.

DESPESAS DE GOVERNANÇA, GESTÃO E SUPORTE

- **Gestão de Pessoas:** retrata os principais processos de gestão de pessoal, desenvolvimento de pessoas e clima organizacional, aqui estão inseridos os gastos com auxílios (transporte, alimentação, pré-escolar, funeral), benefícios, indenizações e ajudas de custo, despesas de pessoal e encargos sociais, além dos gastos com capacitação de servidores;
- **Comunicação:** retrata a gestão da comunicação institucional, comunicação interna e relacionamento com a imprensa, envolvendo conteúdos audiovisuais, divulgação na internet e intranet, campanhas publicitárias, entre outros;
- **Gestão da Logística:** retrata os principais processos de gestão de suprimentos, patrimônio e segurança institucional e gestão de eventos, diárias e passagens, gestão de contratos e projetos de arquitetura e engenharia nos quais estão contemplados os gastos com prestação de serviços e manutenção organizacional, obras, reformas, aquisição de equipamentos, materiais e serviço de apoio às atividades finalísticas;
- **Governança da tecnologia da informação:** retrata os principais processos para gerenciar a estratégia de TIC, desenvolvimento, operações e desempenho de serviços de TIC, em que estão inseridos gastos com manutenção e aprimoramento de sistemas, aquisição de equipamentos de TIC, que são fundamentais às atividades Finalísticas e de Governança, Gestão e Suporte;

- Gestão e controle institucional:** retrata os principais processos de gestão interna do Ministério, dando suporte e direcionamento para que os processos finalísticos possam ser executados, como gerenciar a estratégia, estrutura organizacional, custos processos e projetos, riscos, controles internos, políticas públicas e transferências públicas. Além de realizar atos de correição, prestar contas da gestão, promover a transparéncia, o acesso à informação e o controle social. Inclue também prover a consultoria jurídica, gerenciar ouvidoria e prover assessoria legislativa, parlamentar e federativa, entre outros;
- Gestão Orçamentária e Financeira:** retrata a gestão orçamentária e financeira do Ministério, além da gestão de contabilidade e de emendas parlamentares.

DESPESAS DE GOVERNANÇA, GESTÃO E SUPORTE - DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO POR MACROPROCESSO (EM R\$) - 2024

R\$ 14.276.436.122,00



Fonte: Tesouro Gerencial, valores de despesas de pessoal, emendas individuais RP 6, emendas de bancada RP 7, emendas de comissão RP 8 e emendas de relator geral RP 9; exclusive: crédito extraordinário; reserva de contingência; unidades que atualmente não integram a estrutura ou não são vinculadas ao MJSP.

DESPESAS FINALÍSTICAS

- **Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública:** conjunto de processos que envolvem a gestão de inteligência, em segurança pública e do sistema penitenciário, a gestão de dados e informações, a estratégia em operações, a estruturação de instituições, a gestão dos estabelecimentos penais federais, a produção de informações, a indução e a disseminação de ações de prevenção e a gestão e integração de bancos de dados associados à segurança pública;
- **Gestão do Conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais:** conjunto de processos executados pelo Ministério, cujo enfoque está na produção, fomento e disseminação de conhecimentos e doutrina específicos em Segurança Pública, valorização de pessoal de segurança pública, proporcionando maior transparência para a sociedade e contribuindo para a capacitação de agentes com atuação nesta temática no país;
- **Acreditação e Fiscalização de Atividades Afetas à Segurança Pública:** retrata o trabalho do Ministério no fortalecimento do controle de empresas privadas que atuam na segurança pública em atividades de segurança privada e de segurança de trânsito, bem como na movimentação de armas de fogo e precursores químicos no país;
- **Controle Migratório e Polícia Aeroportuária, Marítima e de Fronteiras:** retrata o trabalho do Ministério no que tange ao controle das fronteiras brasileiras, aeroportuária, marítima e à atuação em conjunto com outras pastas para garantir segurança à sociedade e ao direito de ir e vir dos cidadãos brasileiros e estrangeiros;
- **Gestão de Segurança Viária:** retrata os processos relacionados a segurança e fiscalização das rodovias federais, bem como ao atendimento a vítimas de acidentes e à promoção da educação no trânsito, para propiciar rodovias seguras e de livre circulação;
- **Gestão de investigações e operações em segurança pública:** retrata os processos que envolvem o suporte e a execução de operações de segurança pública e em rodovias federais, gestão de investigações criminais e atividades criminalísticas e ações de inteligência. Além das operações da Força Nacional, segurança de dignatários e autoridades e proteção a testemunhas e seus colaboradores;
- **Garantia dos direitos da população prisional:** retrata os processos que visam garantir os direitos às pessoas privadas de liberdade e fomentar sua reintegração à sociedade. Incluindo o incentivo à aplicação de alternativas penais, controle e participação social na execução penal, ampliação de vagas e modernização no sistema prisional, em articulação com os estados. Além da valorização dos trabalhadores dos serviços penais;

Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica	Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional	Conformidade e Eficiência da Gestão	Resultados e Desempenho da Gestão	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
---	--	-------------------------------------	-----------------------------------	--

- **Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente:** retrata os processos que envolvem a fiscalização da adoção internacional de crianças e adolescentes e a gestão da política de classificação indicativa para obras audiovisuais;
- **Proteção dos direitos do cidadão:** retrata os processos que envolvem a proteção dos direitos difusos, aprimoramento das políticas de justiça, a promoção do acesso à justiça, a proteção de vulneráveis e a articulação de ações para solução de conflitos fundiários;
- **Articulação entre poderes e setores:** compreende a execução de processos relacionados analisar atos para sanção ou veto presidencial, elaboração normativa, em articulação com atores do poder público e da sociedade, além de instruir e opinar sobre processos de provimento e vacância de membros do Poder Judiciário;
- **Gestão e Articulação da Política Sobre Drogas:** retrata os processos que envolvem a articulação com diversos integrantes da política de drogas, bem como o fomento à sua implementação por meio da elaboração de estudos e pesquisas e da capacitação de agentes envolvidos;
- **Articulação internacional:** compreende a atuação do Ministério em processos afetos à cooperação jurídica internacional em matéria civil e penal, inclusive em assuntos de prestação internacional de alimentos, subtração internacional de crianças, adoção internacional, extradição, transferência de pessoas condenadas e transferência da execução da pena e recuperação de ativos;
- **Defesa do Consumidor:** compreende a gestão de processos associados à Gestão da Política Nacional de Relações de Consumo, o monitoramento e a defesa dos direitos do consumidor junto aos órgãos federais, agências reguladoras e mercado de consumo, a produção de conhecimento no tema e a disseminação dessa temática junto à sociedade. Além da fiscalização do cumprimento de normas e aplicação de sanções em âmbito nacional;
- **Garantia dos Direitos dos Migrantes e Refugiados:** retrata a atuação do Ministério no que tange à promoção e à garantia dos direitos dos migrantes, refugiados e apátridas, incluindo a gestão de processos de naturalização, de nacionalidade, de expulsão e de residência laboral, além da produção de conhecimento na temática migratória;
- **Gestão da Política de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro:** retrata a atuação do Ministério no planejamento e execução de políticas públicas de prevenção e enfrentamento da corrupção, da lavagem de dinheiro e do crime organizado, incluindo a gestão da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro;
- **Enfrentamento ao tráfico de pessoas:** retrata a atuação do Ministério da Justiça e Segurança Pública na coordenação da política nacional e no plano de enfrentamento ao tráfico de pessoas, gestão de redes de núcleos e postos, bem como na produção e disseminação de conhecimentos na temática;

- Gestão de Ativos e efetivação da arrecadação:** gestão de processos que envolvem a custódia, alienação e destinação de ativos (bens, valores e direitos) perdidos em favor da União ou custodiados cautelarmente. Além disso, envolvem processos associados à articulação e a atualização normativa sobre o tema e ao estabelecimento de acordos e parcerias;
- Gestão dos Direitos e das Garantias Constitucionais em Ambiente Digital:** trata-se da promoção e proteção dos direitos em ambientes digitais, além da articulação de ações e políticas para a proteção e das garantias constitucionais em ambiente digital;
- Proteção dos Direitos dos Cidadãos quanto ao Tratamento de seus Dados Pessoais:** trata da estruturação do ambiente normativo e promoção da cultura de proteção de dados no país, além da articulação com parceiros e sociedade; e
- Gestão da Defesa da Concorrência:** envolver processos de planejar e monitorar a gestão da defesa da concorrência, de promover a orientação e educação na temática, o controle preventivo e repressivo de infrações à ordem econômica e o julgamento de decisões.

DESPESAS FINALÍSTICAS - DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO POR MACROPROCESSO (EM R\$) - 2024



Fonte: Tesouro Gerencial, exclusive: valores de despesas de pessoal; crédito extraordinário; reserva de contingência; emendas individuais RP 6, emendas de bancada RP 7 e emendas de comissão RP 8; unidades que atualmente não integram a estrutura ou não são vinculadas ao MJSP.

ORÇAMENTO DISCRICIONÁRIO DO MJSP E FNSP E FUNPEN



ORÇAMENTO DISCRICIONÁRIO DO MJSP, DO FNSP E DO FUNPEN DE GOVERNANÇA, GESTÃO E SUPORTE (EM R\$) - 2024



Fonte: Tesouro Gerencial, inclusive:
valores de despesas de pessoal;
exclusive: emendas individuais RP 6,
emendas de bancada RP 7,
emendas de comissão RP 8 e
emendas de relator geral RP 9;
crédito extraordinário; reserva de
contingência; unidades que
atualmente não integram a
estrutura ou não são vinculadas ao
MJSP.

O orçamento do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, foi classificado sob o indicador de resultado primário 2 — Despesas Discricionárias, incluindo também os recursos destinados ao Fundo Penitenciário Nacional - Funpen e ao Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, que são classificados como Despesas Obrigatórias.

Para a elaboração dos gráficos, seguiu-se a regra de negócios que soma o orçamento discricionário do MJSP, com os orçamentos do FNSP e do Funpen, a fim de apresentar uma visão consolidada do total de recursos alocados. Em 2024, o orçamento total consolidado foi de R\$ 5,85 bilhões. Desse valor, R\$ 1,85 bilhão foi destinado a Despesas de Governança, Gestão e Suporte, que englobam gastos essenciais com comunicação, tecnologia da informação, logística e gestão de pessoas, fundamentais para a manutenção das operações internas do MJSP, garantindo a eficiência e continuidade das atividades administrativas que apoiam a execução das políticas públicas do Ministério.

DESPESAS FINALÍSTICAS (EM R\$ 1,00) - 2024

Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública | R\$ 2.206.335.901,00

Gestão de investigações e operações em segurança pública | R\$ 738.440.208,00

Controle Migratório e Polícia Aeroportuária, Marítima e de Fronteiras | R\$ 351.938.382,00

Garantia dos direitos da população prisional | R\$ 275.931.484,00

Gestão do conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais | R\$ 234.735.358,00

Proteção dos direitos do cidadão | R\$ 113.620.061,00

Gestão e Articulação da Política Sobre Drogas | R\$ 33.826.616,00

Articulação internacional | R\$ 10.876.564,00

Gestão de Ativos e Efeitação da Arrecadação | R\$ 10.754.540,00

Proteção dos Direitos dos Cidadãos quanto ao Tratamento de seus Dados Pessoais | R\$ 9.616.530,00

Gestão da Defesa da Concorrência | R\$ 6.662.690,00

Gestão de Segurança Viária | R\$ 5.807.134,00

Defesa do Consumidor | R\$ 3.659.933,00

Garantia dos direitos dos migrantes e refugiados | R\$ 3.249.820,00

Gestão da Política de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro | R\$ 793.459,00

Enfrentamento ao tráfico de pessoas | R\$ 390.025,00

Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente | R\$ 81.966,00

Gestão e Controle Institucional | R\$ 3.600,00

Fonte: Tesouro Gerencial, exclusive: valores de despesas de pessoal; crédito extraordinário; reserva de contingência; emendas individuais RP 6, emendas de bancada RP 7 e emendas de comissão RP 8; unidades que atualmente não integram a estrutura ou não são vinculadas ao MJSP

Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica	Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional	Conformidade e Eficiência da Gestão	Resultados e Desempenho da Gestão	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
---	--	-------------------------------------	-----------------------------------	--

Em relação às despesas finalísticas, foram alocados R\$ 4,01 bilhões, distribuídos entre as diversas políticas do Ministério, as quais estão mapeadas de acordo com os Macroprocessos do MJSP, conforme apresentado no quadro anterior. O macroprocesso com maior alocação de recursos foi o de Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública, com R\$ 2,06 bilhões, seguido pelo macroprocesso de Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública, que recebeu R\$ 738 milhões.

Em termos de distribuição dessas despesas por Programa de Governo, os valores foram os seguintes: R\$ 4,1 bilhões foram alocados para o Programa de Segurança Pública com Cidadania; R\$ 229,3 milhões para o Programa de Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos; R\$ 90,1 milhões para o Programa de Operações Especiais: Outros Encargos Especiais; R\$ 1,3 bilhões para o Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo; e R\$ 10 milhões para o Programa de Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais.

Esses valores refletem a prioridade dada a áreas essenciais para a segurança pública, a justiça e a integração nacional, demonstrando um esforço contínuo do MJSP para implementar políticas públicas estratégicas e eficazes em diferentes frentes, com ênfase na segurança, na gestão de operações e no fortalecimento das instituições envolvidas.

DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO MJSP EM 2024 E 2023 POR INDICADOR DE RESULTADO PRIMÁRIO

Resultado Primário	2024 (em R\$)					2023 (em R\$)					Variação R\$ (K)=d-i	Variação R\$ (I)=d/i
	Dotação atualizada (A)	Empenhado (B)	Liquidação (C)	Pago (D)	RP Pago (E)	Dotação atualizada (F)	Empenhado (G)	Liquidado (H)	Pago (I)	RP Pago (J)		
DESP.DISC. DECORRENTE DE EMENDA DIR. GERAL PLOA, EXC. ORDEM TEC	-	-	-	-	3.832.481,95	0,00	0,00	0,00	0,00	27.183.987,41	-	0,00%
DESP.DISC.DECORRENTE DE EMENDA SF,CD E COMISSAO MISTA CN	109.436.000,00	107.435.999,20	-	-	21.339.462,08	117.700.000,00	117.672.483,50	1.976.556,47	1.970.630,75	2.815.876,88	1.970.630,75	0,00%
DESPESA DISCRICIONARIA DECORRENTE DE EMENDA DE BANCADA	454.715.727,00	454.498.151,27	16.709.772,28	16.709.772,28	252.083.962,76	270.991.510,00	270.440.122,10	4.805.000,00	4.805.000,00	317.750.781,32	11.904.772,28	347,76%

Resultado Primário	2024 (em R\$)						2023 (em R\$)						Variação R\$ (K)=d-i	Variação R\$ (l)=d/i
	Dotação atualizada (A)	Empenhado (B)	Liquidação (C)	Pago (D)	RP Pago (E)	Dotação atualizada (F)	Empenhado (G)	Liquidado (H)	Pago (I)	RP Pago (J)				
DESPESA DISCRICIONARIA DECORRENTE DE EMENDA INDIVIDUAL	273.309.317,00	272.220.301,43	50.301.559,13	50.205.644,69	94.433.631,93	107.418.832,00	106.322.510,64	2.865.078,12	2.249.194,00	101.291.314,28	47.956.450,69	2232,16%		
FINANCIERO	1.500.664.670,00	1.488.434.269,12	1.487.412.627,96	1.482.998.493,06	1.559.389,36	1.462.137.305,00	1.455.849.215,64	1.450.989.790,95	1.450.989.790,95	732.031,61	32.008.702,11	102,21%		
PRIMARIO DISCRICIONARIO	2.869.793.136,00	2.863.795.247,78	2.152.892.815,36	2.043.915.310,56	708.337.034,03	2.912.771.562,00	2.907.325.480,92	2.078.836.734,01	2.033.799.746,79	570.614.900,96	10.115.563,76	100,50%		
PRIMARIO OBRIGATORIO	15.647.559.155,00	15.552.190.269,65	14.472.330.912,20	13.387.089.424,74	1.802.610.164,48	14.945.359.991,00	14.848.547.869,56	13.910.219.944,03	13.025.677.932,75	1.411.654.999,89	361.411.491,99	102,77%		
Total Geral	20.855.478.005,00	20.738.574.238,45	18.179.647.686,93	16.980.918.645,33	2.884.196.126,59	19.816.379.200,00	19.706.157.682,36	17.449.693.103,58	16.519.492.295,24	2.432.043.892,35	461.426.350,08	102,79%		

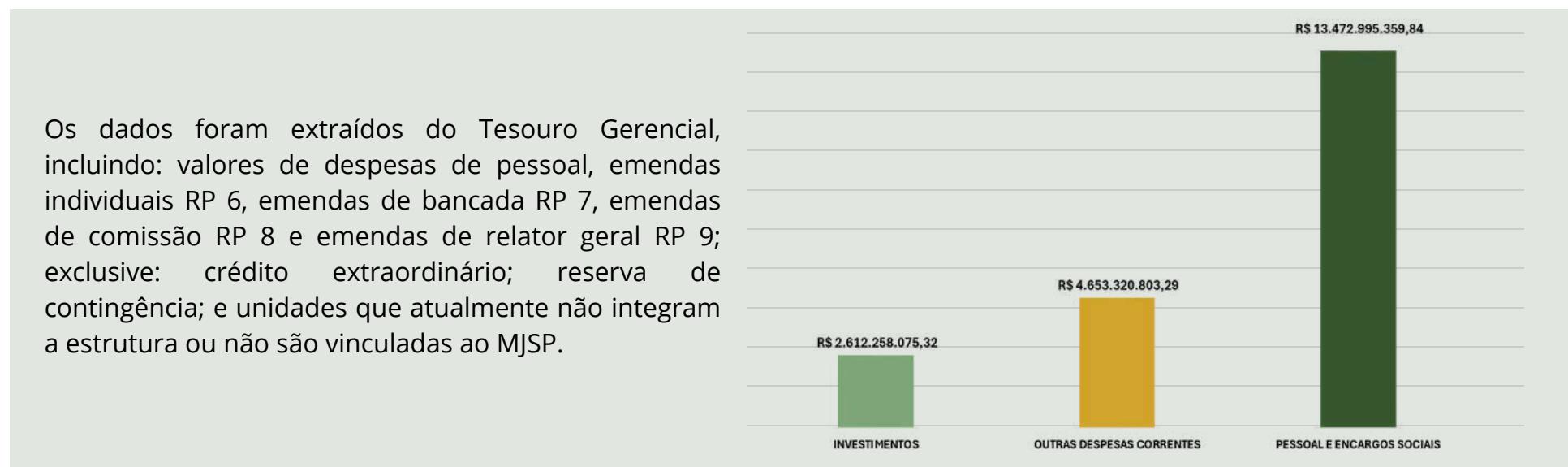
Fonte: Tesouro Gerencial, inclusive: valores de despesas de pessoal, emendas individuais RP 6, emendas de bancada RP 7, emendas de comissão RP 8 e emendas de relator geral RP 9; exclusive: crédito extraordinário; reserva de contingência; e unidades que atualmente não integram a estrutura ou não são vinculadas ao MJSP.

EXECUÇÃO POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Destaca-se que o Grupo de Natureza de Despesa - GND, é uma classificação que agrupa os elementos de despesa com características semelhantes em relação ao objeto do gasto. O elemento de despesa, por sua vez, corresponde à classificação detalhada dos itens dentro de cada GND, como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados, entre outros gastos utilizados pela administração pública para atingir seus objetivos.

Nesse contexto, é importante ressaltar que o Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, executou R\$ 2,65 bilhões em Investimentos, R\$ 4,68 bilhões em Outras Despesas Correntes e R\$ 13,52 bilhões em Pessoal e Encargos Sociais.





COMPARAÇÃO DA DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO MJSP ENTRE 2024 E 2023 POR GRUPO DE DESPESA

EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO MJSP EM 2024 E 2023 POR GRUPO DE DESPESA:

Grupo de Despesas	2024					2023					Variação R\$ (K)=d-i	Variação R\$ (I)=d/i
	Dotação atual (A)	Empenhado (B)	Liquidado (C)	Pago (D)	RP Pago (E)	Dotação atual (F)	Empenhado (G)	Liquidado (H)	Pago (I)	RP Pago (J)		
INVESTIMENTOS	2.653.506.097,00	2.612.258.075,32	1.048.406.594,25	1.023.587.617,41	1.280.369.860,65	2.571.395.621,00	2.541.368.187,92	1.088.596.813,90	1.085.087.946,17	1.125.195.845,35	- 61.500.328,76	94,33%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.678.869.361,00	4.653.320.803,29	3.719.402.985,90	3.565.734.311,57	750.866.379,93	4.273.577.196,00	4.235.543.985,10	3.460.770.595,50	3.376.469.496,33	539.258.888,20	189.264.815,23	105,61%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.523.102.547,00	13.472.995.359,84	13.411.838.106,78	12.391.596.716,35	852.959.886,01	12.971.406.383,00	12.929.245.509,34	12.900.325.694,18	12.057.934.852,74	767.589.158,80	333.661.863,61	102,77%
Total Geral	20.855.478.005,00	20.738.574.238,45	18.179.647.686,93	16.980.918.645,33	2.884.196.126,59	19.816.379.200,00	19.706.157.682,36	17.449.693.103,58	16.519.492.295,24	2.432.043.892,35	461.426.350,08	102,79%

Fonte: Tesouro Gerencial, inclusive: valores de despesas de pessoal, emendas individuais RP 6, emendas de bancada RP 7, emendas de comissão RP 8 e emendas de relator geral RP 9; exclusive: crédito extraordinário; reserva de contingência; e unidades que atualmente não integram a estrutura ou não são vinculadas ao MJSP.

EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO MJSP EM 2024 POR ELEMENTO DE DESPESA:**GND - 1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

ELEMENTO DE DESPESA	VALOR EMPENHADO (R\$ 1,00)	VALOR PAGO (R\$ 1,00)
11-VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	6.919.482.099,78	6.243.639.222,26
01-APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	3.618.510.567,64	3.355.324.934,73
13-OBRIGACOES PATRONAIS	1.494.950.823,82	1.488.169.556,93
03-PENSOES	1.287.754.282,29	1.194.151.345,28
DEMAIS ELEMENTOS	152.297.586,31	110.311.657,15
TOTAL	13.472.995.359,84	12.391.596.716,35

Fonte: Tesouro Gerencial, inclusive: valores de despesas de pessoal, emendas individuais RP 6, emendas de bancada RP 7 e emendas de comissão RP 8; exclusive: crédito extraordinário; reserva de contingência; e unidades que atualmente não integram a estrutura ou não são vinculadas ao MJSP.

GND - 3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

ELEMENTO DE DESPESA	VALOR EMPENHADO (R\$ 1,00)	VALOR PAGO (R\$ 1,00)
39-OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORG.	1.145.160.543,93	819.646.288,32
14-DIARIAS - PESSOAL CIVIL	595.632.409,93	594.576.096,52
41-CONTRIBUICOES	559.628.482,71	394.361.663,57
37-LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	448.162.946,55	371.702.701,99
DEMAIS ELEMENTOS	1.904.736.420,16	1.385.447.561,16
TOTAL	4.653.320.803,29	3.565.734.311,57

Fonte: Tesouro Gerencial, inclusive: valores de despesas de pessoal, emendas individuais RP 6, emendas de bancada RP 7 e emendas de comissão RP 8; exclusive: crédito extraordinário; reserva de contingência; e unidades que atualmente não integram a estrutura ou não são vinculadas ao MJSP.

GND - 4 - INVESTIMENTOS

ELEMENTO DE DESPESA	VALOR EMPENHADO (R\$ 1,00)	VALOR PAGO (R\$ 1,00)
41-CONTRIBUICOES	1.306.038.001,35	769.449.923,98
52-EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	910.632.418,93	135.521.991,75
51-OBRAS E INSTALACOES	249.868.621,92	49.899.961,04
42-AUXILIOS	60.248.621,15	45.146.852,90
DEMAIS ELEMENTOS	2.697.728.487,29	1.047.156.505,15
TOTAL	5.224.516.150,64	2.047.175.234,82

Fonte: Tesouro Gerencial, inclusive: emendas individuais RP 6, emendas de bancada RP 7 e emendas de comissão RP 8; exclusive: valores de despesas de pessoal, crédito extraordinário; reserva de contingência; e unidades que atualmente não integram a estrutura ou não são vinculadas ao MJSP.

COMPARAÇÃO DA DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO MJSP ENTRE 2024 E 2023 POR GRUPO DE DESPESA

EXECUÇÃO DAS DESPESAS DO MJSP EM 2024 E 2023 POR PROGRAMA DE GOVERNO

Grupo de Despesas	2024					2023					Variação R\$ (K)=d-i	Variação R\$ (I)=d/i
	Dotação atual (A)	Empenhado (B)	Liquidado (C)	Pago (D)	RP Pago (E)	Dotação atual (F)	Empenhado (G)	Liquidado (H)	Pago (I)	RP Pago (J)		
0032 - PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO	15.418.822.429,00	15.352.425.966,92	15.015.362.719,64	13.896.596.049,44	1.088.847.358,98	14.668.983.423,00	14.612.110.196,27	14.331.845.612,28	13.444.457.155,05	979.415.911,16	452.138.894,38	103,36%
0750 - APOIO ADMINISTRATIVO						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	0,00%
0909 - OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	177.959.705,00	176.254.263,45	167.055.220,40	156.874.869,65	30.086.871,55	212.416.238,00	210.062.517,64	192.865.494,74	175.491.209,91	19.880.914,96	18.616.340,26	89,39%
0910 - OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS E	10.032.116,00	10.021.193,00	10.021.193,00	10.021.193,00		8.518.826,00	8.362.825,53	8.362.825,53	8.362.825,53	0,00	1.658.367,47	119,83%
2081 - JUSTICA, CIDADANIA E SEGURANCA PUBLICA					27.891.912,31	0,00	0,00	0,00	0,00	68.335.356,60	-	0,00%
2112 - PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO MINISTERIO DA JUSTICA E S						0,00	0,00	0,00	0,00	2.253,19	-	0,00%
2201 - BRASIL MODERNIZA					777.980,71	4.484.674,00	4.484.673,00	3.383.847,22	3.367.421,06	1.138.593,89	3.367.421,06	0,00%
5015 - JUSTICA					96.136.945,92	207.461.056,00	206.892.295,96	85.712.844,93	83.589.925,87	96.226.579,16	83.589.925,87	0,00%
5016 - SEGURANCA PUBLICA, COMBATE A CORRUPCAO, AO CRIME ORGANIZADO					1.638.705.012,87	4.711.434.486,00	4.661.179.682,71	2.826.769.333,88	2.803.470.612,82	1.267.018.283,39	2.803.470.612,82	0,00%
5032 - REDE DE SUPORTE SOCIAL AO DEPENDENTE QUIMICO: CUIDADOS,PREVE					1.750.044,25	3.080.497,00	3.065.491,25	753.145,00	753.145,00	0,00	753.145,00	0,00%

Grupo de Despesas	2024					2023					Variação R\$ (K)=d-i	Variação R\$ (I)=d/i
	Dotação atual (A)	Empenhado (B)	Liquidado (C)	Pago (D)	RP Pago (E)	Dotação atual (F)	Empenhado (G)	Liquidado (H)	Pago (I)	RP Pago (J)		
5115 - PROMOCAO DO ACESSO A JUSTICA E DA DEFESA DOS DIREITOS	398.161.855,00	394.548.480,73	96.445.015,45	93.631.920,29							93.631.920,29	0,00%
5116 - SEGURANCA PUBLICA COM CIDADANIA	4.850.501.900,00	4.805.324.334,35	2.890.763.538,44	2.823.794.612,95							2.823.794.612,95	0,00%
Total Geral	20.855.478.005,00	20.738.574.238,45	18.179.647.686,93	16.980.918.645,33	2.884.196.126,59	19.816.379.200,00	19.706.157.682,36	17.449.693.103,58	16.519.492.295,24	2.432.017.892,35	461.426.350,08	102,79%

Fonte: Tesouro Gerencial, inclusive: valores de despesas de pessoal, emendas individuais RP 6, emendas de bancada RP 7, emendas de comissão RP 8 e emendas de relator RP 9; exclusive: crédito extraordinário; reserva de contingência; e unidades que atualmente não integram a estrutura ou não são vinculadas ao MJSP.



GESTÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES

A Lei Orçamentária Anual - LOA, de 2024, inicialmente consignou à Administração Direta do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Órgão 30000 — MJSP) uma dotação orçamentária de emendas parlamentares no total de R\$ 1.559.056.431,00.

No entanto, ocorreram cancelamentos de dotações no valor de R\$ 721.595.387,00, o que resultou em uma redução do orçamento de emendas de 2024 para R\$ 837.461.044,00. Vale destacar que os dados analisados excluíram os valores recebidos de outros Ministérios por meio de Termos de Execução Descentralizada.

É importante ressaltar que as emendas seguem um procedimento específico de execução, uma vez que os valores são priorizados pelos parlamentares e podem ser ajustados a cada nova divulgação do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias.

De acordo com o art. 82, inciso II e art. 84, inciso I, da Lei n.º 14.791, de 29 de dezembro de 2023, e os arts. 7º, 30 e 37 da Portaria Conjunta entre os Ministérios da Fazenda, do Planejamento e Orçamento, da Gestão e Inovação em Serviços Públicos e a Secretaria de Relações Institucionais do Presidente da República n.º 1, de 1º de abril de 2024, os autores das emendas devem indicar os beneficiários específicos e a ordem de prioridade para a aplicação dos limites de execução das programações.

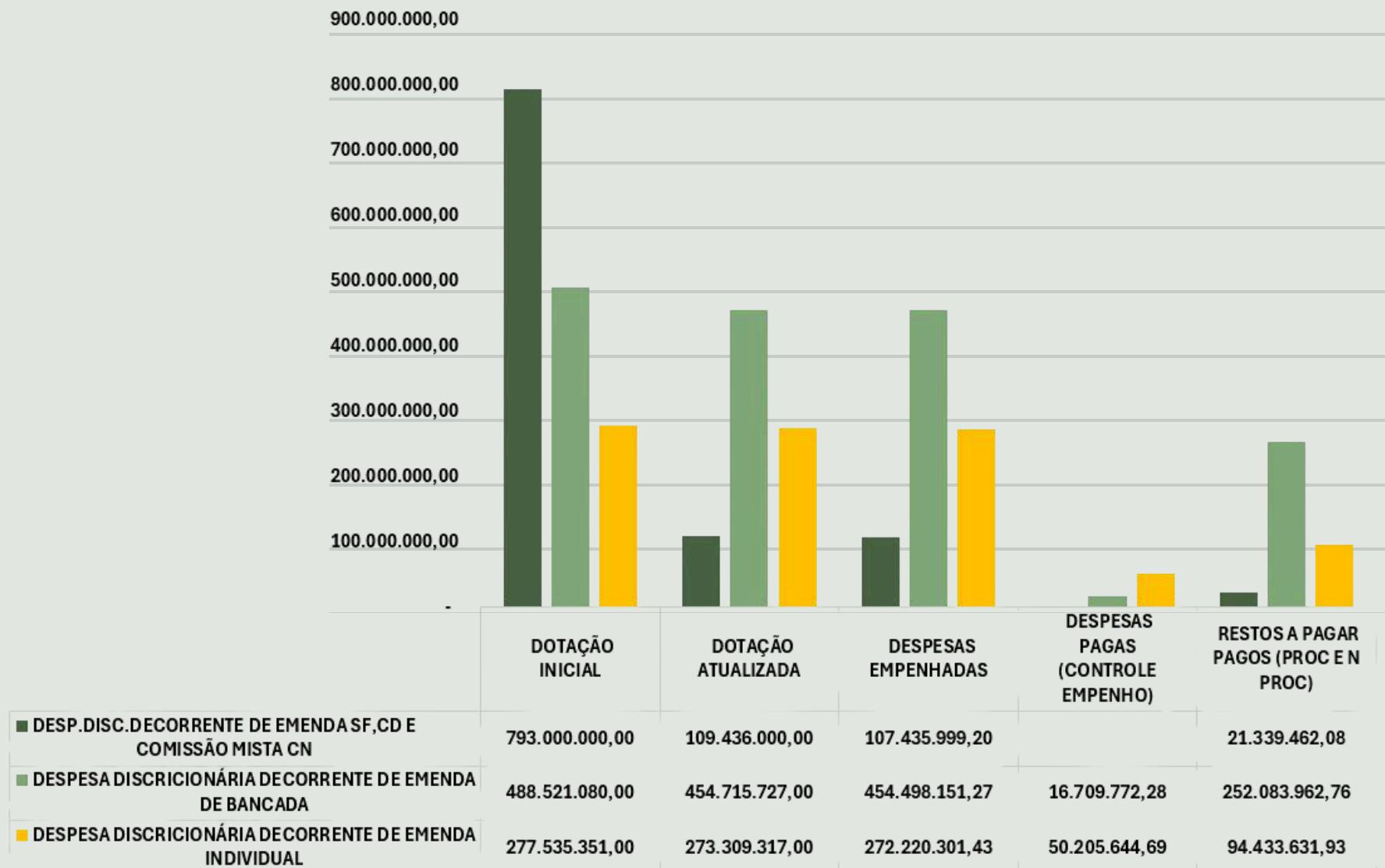
O limite de emendas individuais corresponde a 2% da receita corrente líquida, conforme o § 9º do art. 166 da Constituição Federal. Nesse contexto, dos R\$ 273.309.317,00 foram alocados para emendas emendas classificadas com indicador de resultado primário RP 6 – emendas individuais, R\$ 272.220.301,43 foram efetivamente empenhados, o que representa uma execução de 99,60%.

Da mesma forma, no que se refere às emendas classificadas com indicador de resultado primário RP 7 – emendas de bancadas estaduais, dos R\$ 454.715.727,00 autorizados, R\$ 454.498.151,27 foram empenhados, resultando em um índice de execução de 99,95%.

Por fim, em relação às emendas classificadas com indicador de resultado primário RP 8 – emendas de comissão, dos R\$ 109.436.000,00 autorizados, R\$ 107.435.999,20 foram empenhados, atingindo uma execução de 98,17%.

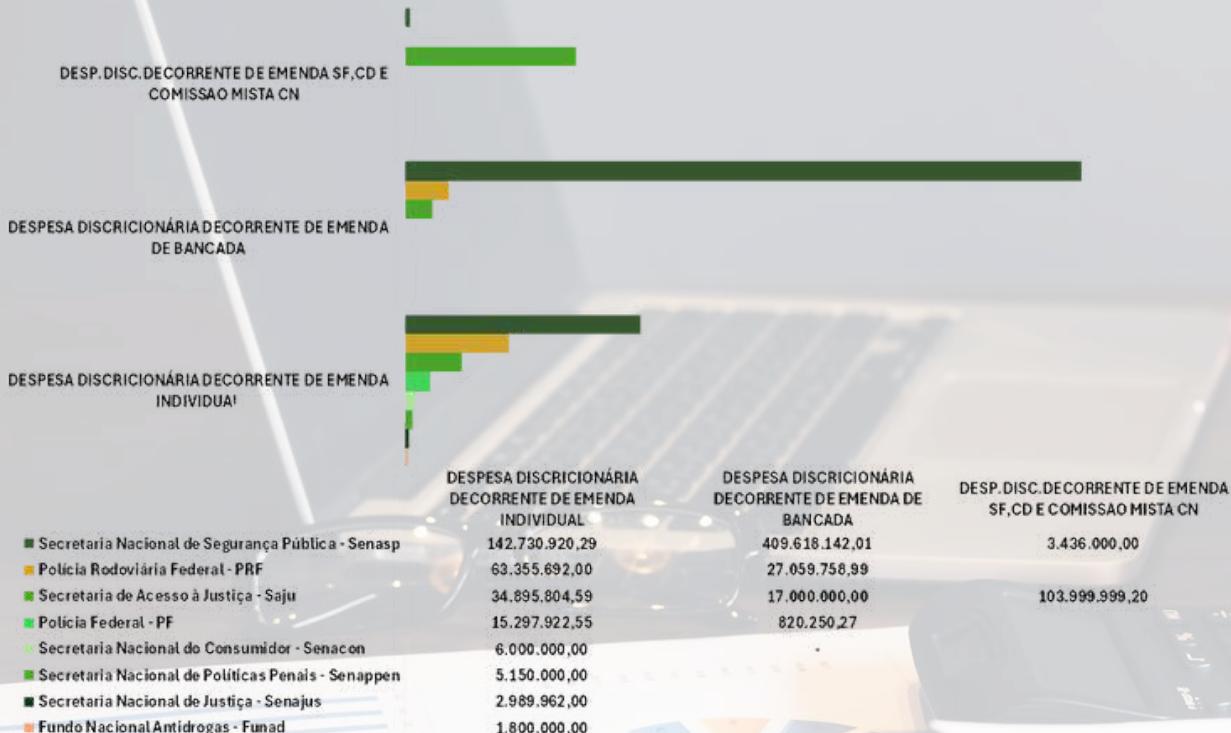
Nesse sentido, seguem-se abaixo os demonstrativos e infográficos que refletem a situação das emendas no âmbito do MJSP:



EXECUÇÃO DE EMENDAS INDIVIDUAIS - RP 6, DE BANCADA - RP 7 E DE COMISSÃO - RP 8 EXERCÍCIO E RAP (em R\$ 1,00)

Fonte: Tesouro Gerencial, exclusive: unidades que atualmente não integram a estrutura ou não são vinculadas ao MJSP.

VALORES EMPENHADOS DE EMENDAS INDIVIDUAIS - RP 6, DE BANCADA - RP 7 E DE COMISSÃO - RP 8 POR UNIDADE (em R\$ 1,00)



Fonte: Tesouro Gerencial, exclusive: unidades que atualmente não integram a estrutura ou não são vinculadas ao MJSP.

VALORES PAGOS EM EMENDAS DE RP 6, 7 E 8 PELO MINISTÉRIO EM 2024



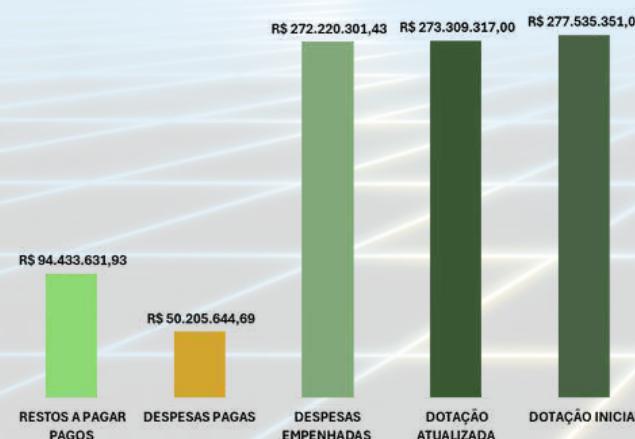
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE EMENDAS

Durante o exercício de 2024, o Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, atingiu 99,61% de execução das despesas empenhadas em relação à dotação orçamentária atualizada para as emendas Individuais, de Bancadas e de Comissão, totalizando R\$ 834,15 milhões. Conforme apresentado no gráfico “Execução de Emendas RP 6, RP 7 e RP 8”, foram realizados pagamentos de restos a pagar (processados e não processados) no valor de R\$ 367.857.056,77.

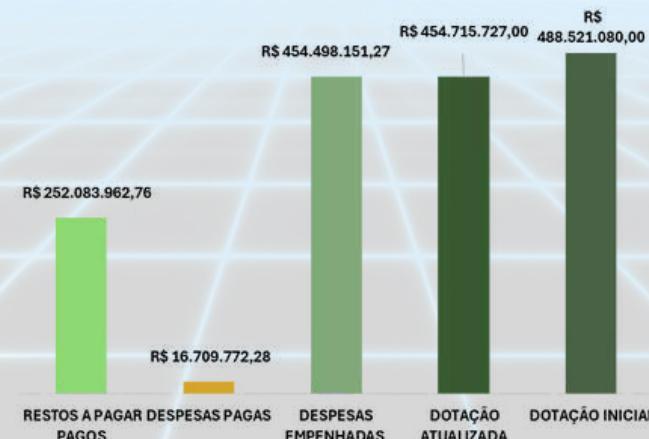
No ano de 2024, o MJSP recebeu 313 emendas individuais (RP 6) relacionadas às unidades que compõem este relatório de gestão. Ressalta-se que todas as emendas foram devidamente priorizadas, uma vez que os parlamentares alocaram limite de empenho para possibilitar sua execução.

Assim, dos R\$ 273.309.317,00 priorizados, R\$ 272.220.301,43 foram empenhados, o que representa uma execução de 99,68%. Além disso, o Ministério recebeu 25 emendas de bancada (RP 7) e 3 emendas de comissão (RP 8), com índices de empenho de 99,95% e 98,17%, respectivamente.

EXECUÇÃO DE EMENDAS INDIVIDUAIS (RP 6) EXERCÍCIO E RESTOS A PAGAR (em R\$ 1,00)



EXECUÇÃO DE EMENDAS DE BANCADA (RP 7) EXERCÍCIO E RESTOS A PAGAR (em R\$ 1,00)



EXECUÇÃO DE EMENDAS DE COMISSÃO (RP 8) EXERCÍCIO E RESTOS A PAGAR (em R\$ 1,00)



Fonte: Tesouro Gerencial, exclusive: unidades que atualmente não integram a estrutura ou não são vinculadas ao MJSP.

GESTÃO DE RESTOS A PAGAR

Cabe ressaltar que o Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, desenvolve o projeto “Mapeamento e Análise da Integridade dos Restos a Pagar - RAP”, com o objetivo de aprimorar a eficiência e a transparência na gestão dos recursos públicos.

Esse projeto busca garantir o equilíbrio fiscal, evitando a responsabilização de agentes públicos pela inscrição e/ou manutenção indevida de empenhos em restos a pagar. A proposta do projeto visa avaliar a conformidade do ato de inscrição dos empenhos com as diretrizes previstas no Decreto n.º 93.872, de 23 de dezembro de 1986, além de fornecer orientações técnicas às unidades do Ministério sobre a gestão de restos a pagar. Esse esforço contribui para a redução do comprometimento do limite de pagamento no exercício subsequente.

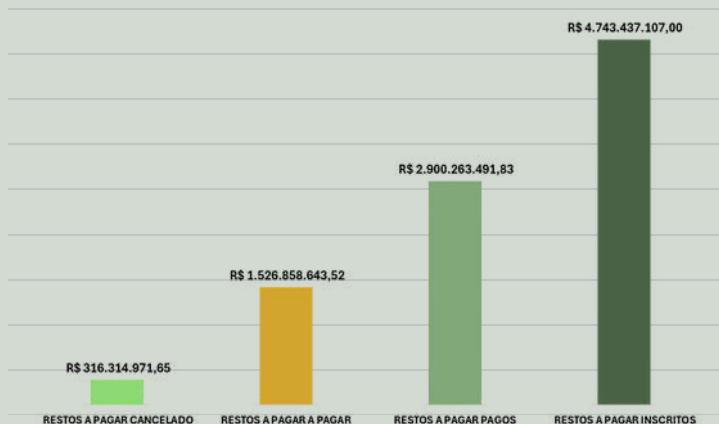
Desde 2020, o MJSP implementa um plano de ação focado na análise da integralidade dos restos a pagar inscritos. A execução desse plano está alinhada às melhores práticas de gestão fiscal e busca promover uma gestão pública mais responsável e transparente.

No início de 2024, o MJSP registrou um total de R\$ 4.743.437.107,00 em Restos a Pagar, valor que exclui os recursos recebidos de outros Ministérios e que está relacionado ao órgão orçamentário 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública. Vale ressaltar que este montante inclui todos os valores atrelados às unidades vinculadas diretamente ao MJSP, exceto aquelas que atualmente não fazem parte da estrutura do Ministério ou que não estão vinculadas ao mesmo.

Esse processo contínuo de mapeamento e análise dos Restos a Pagar é essencial para garantir a regularidade e a transparência na execução orçamentária do Ministério, além de otimizar o uso dos recursos públicos disponíveis, garantindo maior eficiência na aplicação das verbas públicas e no cumprimento das metas fiscais estabelecidas.

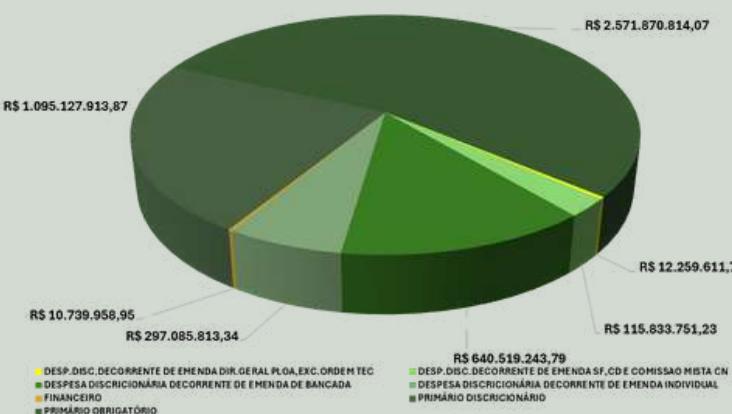


ESTOQUE DE RESTOS A PAGAR (PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS) ATÉ 2024 (em R\$)



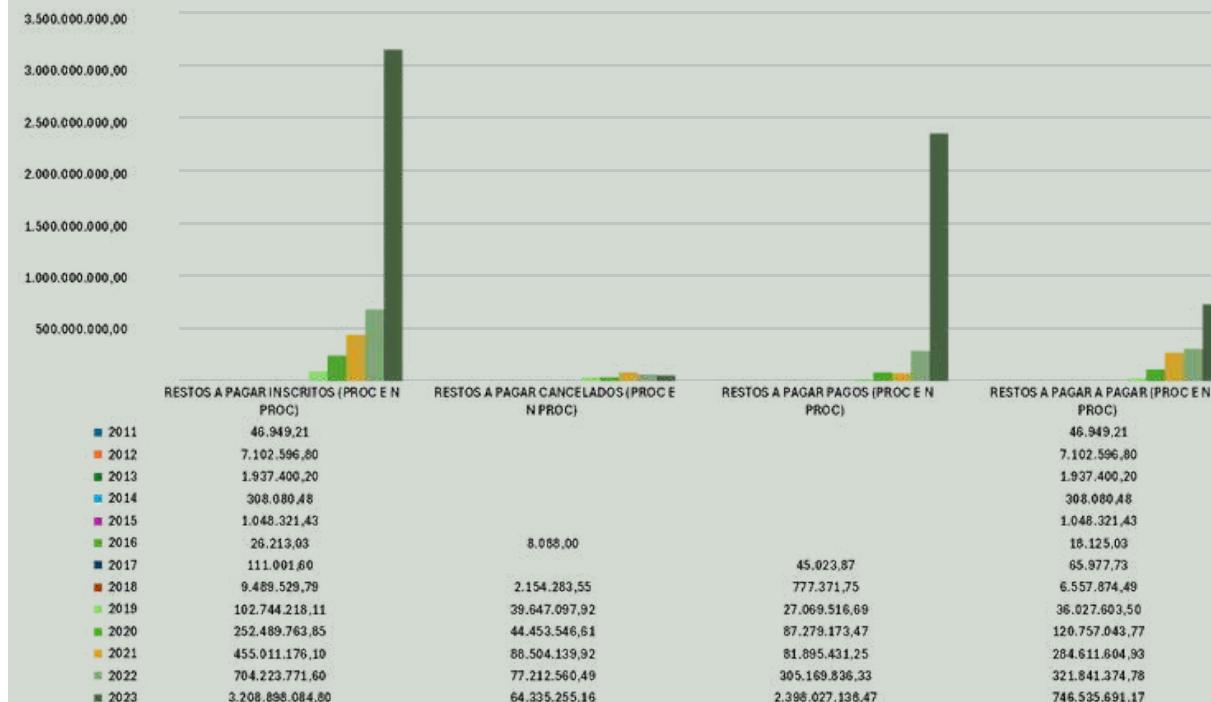
Fonte: Tesouro Gerencial, inclusive: valores de despesas de pessoal, emendas individuais RP 6, emendas de bancada RP 7, emendas de comissão RP 8 e emendas de relator RP 9; exclusive: unidades que atualmente não integram a estrutura ou não são vinculadas ao MJSP.

RESTOS A PAGAR INSCRITOS POR RESULTADO (em R\$)



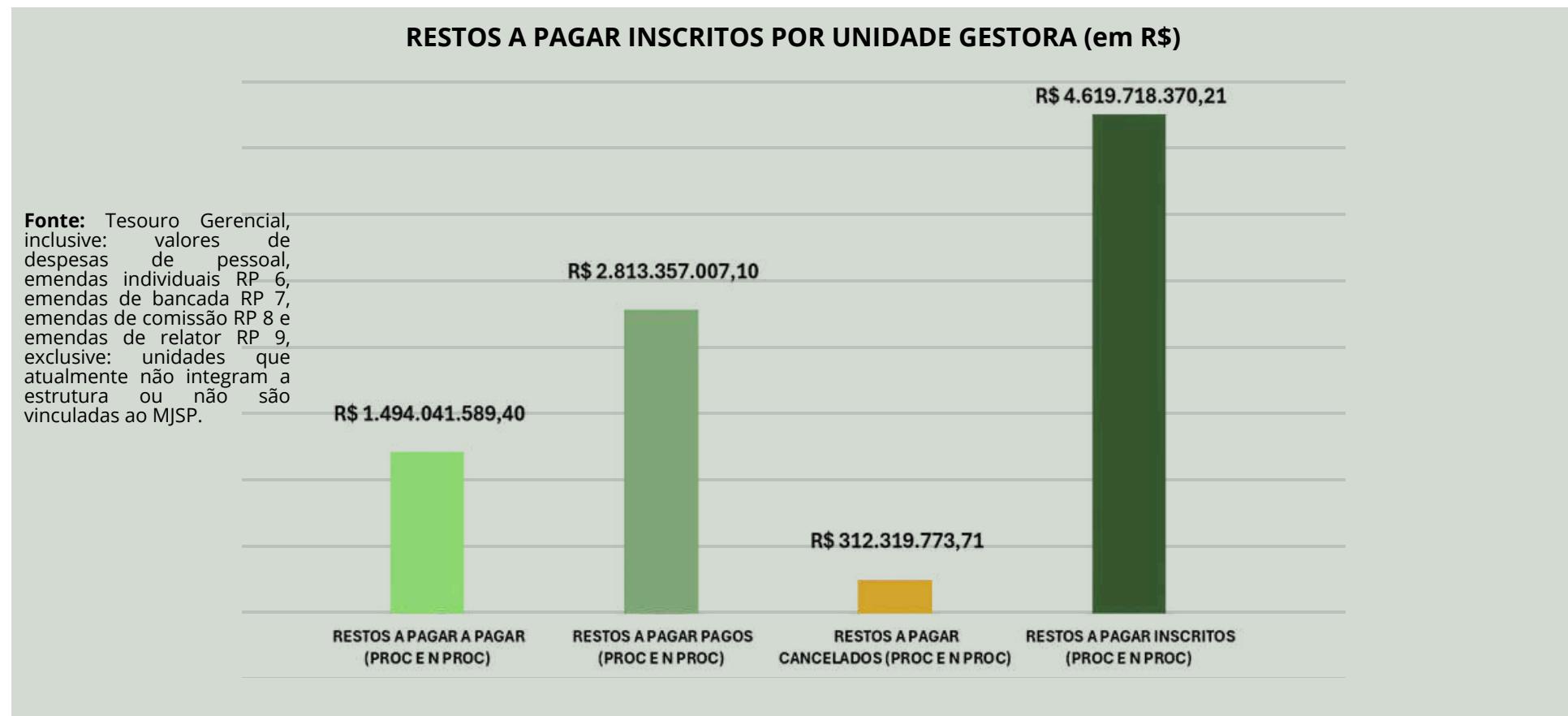
Fonte: Tesouro Gerencial, inclusive: valores de despesas de pessoal, emendas individuais RP 6, emendas de bancada RP 7, emendas de comissão RP 8 e emendas de relator RP 9, exclusive: unidades que atualmente não integram a estrutura ou não são vinculadas ao MJSP.

RESTOS A PAGAR POR ANO DE INSCRIÇÃO (em R\$)



Fonte: Tesouro Gerencial, inclusive: valores de despesas de pessoal, emendas individuais RP 6, emendas de bancada RP 7, emendas de comissão RP 8 e emendas de relator RP 9, exclusive: unidades que atualmente não integram a estrutura ou não são vinculadas ao MJSP.

O quadro abaixo ilustra a inscrição de Restos a Pagar - RAP, nas unidades gestoras e executoras do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP. Vale destacar que o valor de RAP registrado é inferior ao montante total de orçamento do MJSP inscrito em RAP, devido ao fato de que parte do orçamento do Ministério é repassado, por meio de Termos de Execução Descentralizada - TED, para execução por outros Ministérios. Esses repasses visam atender a programas, projetos e atividades de interesse mútuo, dentro de um regime de colaboração interinstitucional. A execução descentralizada é uma prática fundamental para a implementação de políticas públicas que exigem a colaboração entre órgãos da administração pública, permitindo ao MJSP, participar de ações conjuntas com outros Ministérios. Isso assegura uma maior integração e otimização dos recursos destinados a diversas áreas de atuação, como segurança pública, justiça e cidadania.



CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO PARA DESINTRUSÃO DE TERRAS INDÍGENAS (ADPF 709)

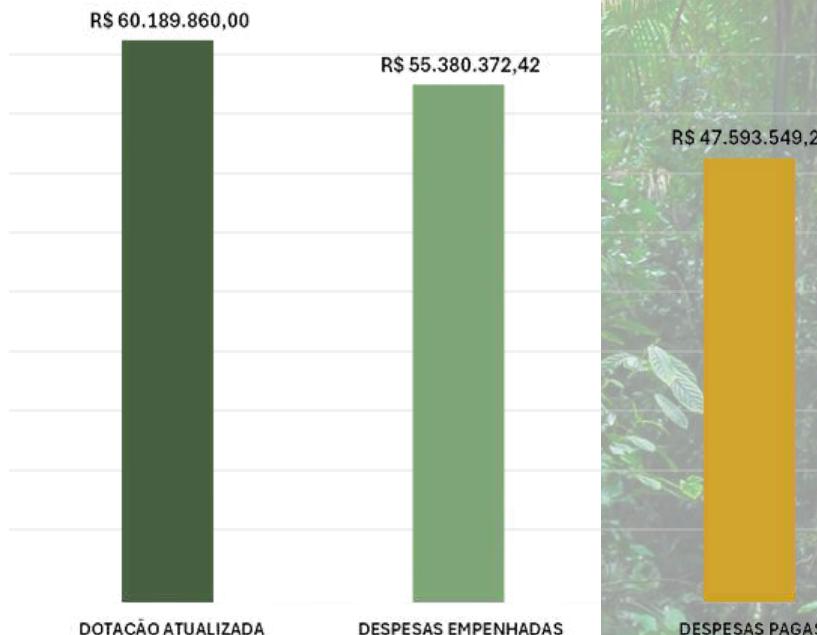
O Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, foi contemplado com a edição da Medida Provisória n.º 1.209, de 12 de março de 2024, convertida na Lei n.º 14.922, de 11 de julho de 2024, que abriu crédito extraordinário no valor de R\$ 60.189.860,00, destinado ao Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP, à Polícia Rodoviária Federal - PRF e à Polícia Federal - PF. Esse crédito visou atender as medidas emergenciais necessárias para a proteção da vida, saúde, desintrusão de garimpos ilegais, como também, a segurança das comunidades em estado de emergência, em especial no território indígena Yanomami. As ações emergenciais foram pautadas pela decisão monocrática do Senhor Ministro Luís Roberto Barroso na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF, n.º 709, de 2023, no contexto da desassistência sanitária enfrentada pelas populações indígenas.

O crédito extraordinário teve como objetivos principais: a) cobertura de despesas com diárias e passagens aéreas para o deslocamento de servidores da Força Nacional e logística, incluindo abastecimento e manutenção de viaturas, além do apoio aéreo prestado pela Força Aérea Brasileira; b) custeio de despesas da Polícia Rodoviária Federal - PRF, com mobilização regional e nacional, incluindo diárias, Indenização de

Flexibilização de Repouso Remunerado - IFR, apoio aéreo (combustíveis das aeronaves), transporte de materiais e viaturas para as diversas localidades de operação, além do abastecimento e manutenção das viaturas e mobilização de efetivo; e a c) realização de despesas pela Polícia Federal - PF, para o deslocamento de efetivo, manutenção e aquisição de combustíveis para as aeronaves da PF, transporte de pessoal e equipamentos para áreas remotas.

A execução do crédito extraordinário está especificada no gráfico e na tabela a seguir:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO (ADPF 709)



Fonte: Tesouro Gerencial, exclusive: valores de despesas de pessoal; reserva de contingência; e unidades que atualmente não integram a estrutura ou não são vinculadas ao MJSP.

ENCHENTES OCORRIDAS NO RIO DE JANEIRO

Medida Provisória n.º 1.210, de 19 de março de 2024, convertida na Lei n.º 14.923, de 11 de julho de 2024:

Destinada ao atendimento de medidas emergenciais, esta Medida Provisória se destina a Polícia Rodoviária Federal - PRF e tem como objetivo a aquisição de bens e a contratação de serviços necessários para o restabelecimento das condições operacionais da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Estado do Rio de Janeiro - SPRF-RJ. A medida foi adotada em resposta aos danos significativos causados pelas enchentes ocorridas em janeiro de 2024, que resultaram no submergimento de instalações, viaturas e equipamentos, afetando gravemente a capacidade de operação do órgão.

CALAMIDADE PÚBLICA OCORRIDA NO RIO GRANDE DO SUL

Medida Provisória n.º 1.218, de 11 de maio de 2024,

convertida na Lei n.º 14.962, de 5 de setembro de 2024, e a **Medida Provisória n.º 1.223, de 23 de maio de 2024** – Ações para atendimento às consequências derivadas de eventos climáticos no Estado do Rio Grande do Sul:

Medida Provisória n.º 1.218, de 11 de maio de 2024: Esta Medida Provisória destinou recursos para as seguintes ações:

- Polícia Rodoviária Federal - PRF: Alocação de recursos para o pagamento de diárias, passagens, combustível, manutenção da frota de veículos e aeronaves, além de indenizações pela flexibilização voluntária do repouso, com mobilização por um período de 1 mês, a partir de 10 de maio de 2024.

- Polícia Federal - PF: Recursos para despesas relacionadas à mobilização de centenas de policiais federais, viaturas, embarcações, helicópteros e aviões, além de fundos para aquisição de materiais essenciais, dada a escassez de recursos no momento crítico da crise.

- Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP: Pagamento referente a 30 dias de operações da Força Nacional de Segurança Pública, com o envio de 350 profissionais para a região afetada.

Medida Provisória n.º 1.223, de 23 de maio de 2024: Esta Medida Provisória destinou recursos para as seguintes ações:

- Polícia Rodoviária Federal - PRF: Alocação de recursos para o pagamento de diárias e passagens para 120 policiais rodoviários federais, além de despesas com combustível, manutenção da frota de veículos e aeronaves, e indenização pela flexibilização voluntária do repouso, no período de 90 dias de mobilização.
- Polícia Federal - PF: Recursos para as despesas com a mobilização de centenas de policiais federais, incluindo pagamento de passagens, abastecimento de viaturas e aeronaves, e manutenção das aeronaves.
- Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP: Alocação de recursos para o pagamento das operações da Força Nacional de Segurança Pública, com o envio de 350 profissionais mobilizados, incluindo o pagamento de diárias, abastecimento e manutenção de viaturas, além de cobertura de plano de saúde para os envolvidos.

MEDIDAS PROVISÓRIAS PARA ATENDIMENTO À ADPF 743 - COMBATE AO DESMATAMENTO E INCÊNDIOS NA AMAZÔNIA E PANTANAL

A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 743 - ADPF 743, ajuizada em 2020 no Supremo Tribunal Federal - STF, questionava a omissão do Governo Federal no combate ao desmatamento e aos incêndios na Amazônia e no Pantanal. A ação alegava violação de preceitos constitucionais relacionados ao meio ambiente. O STF determinou que o governo adotasse medidas emergenciais para conter os incêndios e o desmatamento, reafirmando a responsabilidade do poder público em garantir a proteção ambiental, com a atuação coordenada entre os entes federativos.

As seguintes Medidas Provisórias foram adotadas em cumprimento à ADPF 743:

Medida Provisória n.º 1.241, de 11 de julho de 2024: Destinada ao cumprimento da ADPF 743, essa Medida Provisória foi focada nas ações para prevenção e combate aos incêndios no Pantanal, com os seguintes recursos:

- Polícia Federal - PF: Recursos para despesas com diárias, passagens aéreas, suprimento de fundos, abastecimento e manutenção de viaturas e aeronaves. A mobilização envolveu centenas de policiais federais, com veículos diversos (caminhonetas, caminhões, carretas), embarcações de variados tipos, geradores de energia

embarcações de variados tipos, geradores de energia elétrica, helicópteros e aviões. Além disso, foram adquiridos materiais essenciais e escassos nesse momento de crise.

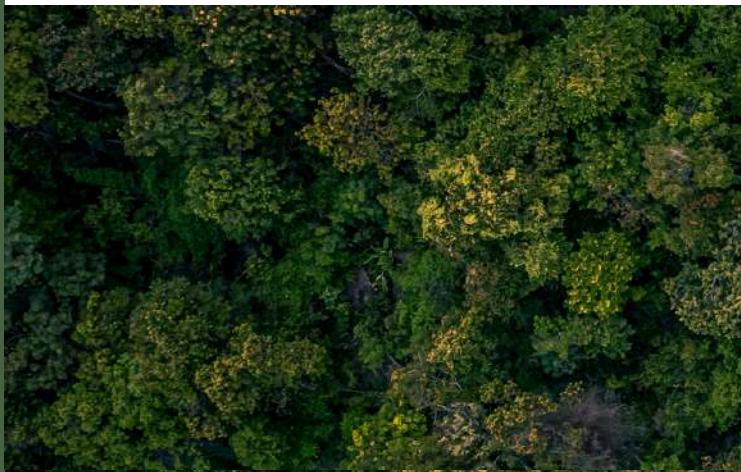
- Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP: Recursos para despesas com diárias, passagens aéreas, abastecimento e manutenção de viaturas, com 80 profissionais mobilizados por 60 dias de operação no Estado de Mato Grosso do Sul, em apoio ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio no enfrentamento dos incêndios.

Medida Provisória n.º 1.258, de 18 de setembro de 2024: Destinada ao atendimento da ADPF 743, esta medida alocou recursos para as seguintes ações:

- Polícia Federal - PF: Recursos para despesas com a equipe policial para diligências "in loco", investigação e incursões em campo, incluindo a coleta de vestígios para perícias, análise de dados e imagens de satélite, e a colaboração com órgãos ambientais, polícias militares, bombeiros e demais autoridades. Também foram previstas a análise de ocorrências anteriores, perícias técnicas especializadas e verificação de licenças de queima emitidas sem observância de requisitos técnicos e meteorológicos. As despesas incluíram manutenção de viaturas e abastecimento.
- Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP: Recursos para as operações da Força Nacional de Segurança Pública, com o envio de 180 profissionais mobilizados por 100 dias de operação. As despesas incluíram diárias, abastecimento e manutenção de viaturas, além de plano de saúde.

Medida Provisória n.º 1.268, de 22 de outubro de 2024: Destinada a fortalecer as operações integradas de segurança pública, esta Medida Provisória garantiu:

- Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP: Complementação de recursos para suportar as operações da Secretaria Nacional de Segurança Pública, com foco na proteção da flora, fauna e patrimônio no âmbito dos Biomas da Amazônia Legal e do Pantanal. A medida previu o fortalecimento das operações da Força Nacional de Segurança Pública, com a atuação de 120 profissionais mobilizados por 100 dias no combate aos incêndios florestais e às queimadas ilegais.



UNIDADE/MEDIDA PROVISÓRIA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC E N PROC)
Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP	83.515.319,00	67.236.244,19	65.378.985,09	
MEDIDA PROVISORIA N. 1.209, DE 12 DE MARCO DE 2024	29.917.906,00	25.205.387,03	24.627.684,96	
MEDIDA PROVISORIA N. 1.218, DE 11 DE MAIO DE 2024	5.517.415,00	5.515.754,39	5.515.748,48	
MEDIDA PROVISORIA N. 1.223, DE 23 DE MAIO DE 2024	13.497.400,00	8.689.765,51	8.300.487,34	
MEDIDA PROVISORIA N. 1.241, DE 11 DE JULHO DE 2024	1.971.661,00	1.842.159,90	1.799.086,53	
MEDIDA PROVISORIA N. 1.258, DE 18 DE SETEMBRO DE 2024	6.725.854,00	5.098.473,77	4.813.918,50	
MEDIDA PROVISORIA N. 1.268, DE 22 DE OUTUBRO DE 2024	25.885.083,00	20.884.703,59	20.322.059,28	
Polícia Federal - PF	38.229.163,00	33.594.781,42	21.090.206,99	12.458.244,00
MEDIDA PROVISORIA N. 1.168, DE 3 DE ABRIL DE 2023				12.458.244,00
MEDIDA PROVISORIA N. 1.209, DE 12 DE MARCO DE 2024	10.559.522,00	10.523.241,52	10.165.487,71	
MEDIDA PROVISORIA N. 1.218, DE 11 DE MAIO DE 2024	5.845.520,00	5.412.325,48	3.602.701,40	
MEDIDA PROVISORIA N. 1.223, DE 23 DE MAIO DE 2024	16.430.129,00	12.477.922,55	3.464.040,95	
MEDIDA PROVISORIA N. 1.241, DE 11 DE JULHO DE 2024	3.756.550,00	3.665.470,35	2.495.939,39	
MEDIDA PROVISORIA N. 1.258, DE 18 DE SETEMBRO DE 2024	1.637.442,00	1.515.821,52	1.362.037,54	
Polícia Rodoviária Federal - PRF	80.802.532,00	79.554.923,06	60.997.816,03	2.956.538,61
MEDIDA PROVISORIA N. 1.168, DE 3 DE ABRIL DE 2023				2.956.538,61
MEDIDA PROVISORIA N. 1.209, DE 12 DE MARCO DE 2024	19.712.432,00	19.651.743,87	12.800.376,54	
MEDIDA PROVISORIA N. 1.210, DE 19 DE MARÇO DE 2024	30.157.034,00	30.105.202,47	23.123.874,18	
MEDIDA PROVISORIA N. 1.218, DE 11 DE MAIO DE 2024	10.617.126,00	10.617.126,00	8.781.787,98	
MEDIDA PROVISORIA N. 1.223, DE 23 DE MAIO DE 2024	20.315.940,00	19.180.850,72	16.291.777,33	
MEDIDA PROVISORIA N. 1.209, DE 12 DE MARÇO DE 2024	19.712.432,00	19.651.743,87	12.800.376,54	
Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp				652.582,63
MEDIDA PROVISORIA N. 1.168, DE 3 DE ABRIL DE 2023				652.582,63
Total Geral	202.547.014,00	180.385.948,67	147.467.008,11	16.067.365,24

GESTÃO DE FUNDOS

O Ministério da Justiça e Segurança Pública se utiliza de cinco fundos públicos como fontes de recursos para o financiamento de suas atividades, a saber:

Funapol

Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal. Instituído pela Lei Complementar n.º 89, de 18 de fevereiro de 1997, e regulamentado pelo Decreto n.º 2.381, de 12 de novembro de 1997, que tem por finalidade proporcionar recursos e meios destinados a aparelhar a Polícia Federal — PF e a manter suas atividades essenciais e competências típicas. Fundo esse gerido e utilizado pela PF.

Funad

Fundo Nacional Antidrogas: instituído pela Lei n.º 7.560, de 19 de dezembro de 1986, tem seus recursos destinados ao desenvolvimento, à implementação e à execução de ações, programas e atividades de repressão, de prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social de dependentes de substâncias psicoativas. Gerido pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos - Senad, sendo parcela da arrecadação destinada aos órgãos de segurança pública federais, estaduais e distrital.

FNSP

Fundo Nacional de Segurança Pública: instituído pela Lei n.º 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, tem como objetivo apoiar projetos na área de segurança pública e de prevenção à violência, enquadrados nas diretrizes do plano de segurança pública do Governo Federal. Com a publicação da Lei n.º 13.756, de 12 de dezembro de 2018, e alterações posteriores, que direcionaram fontes específicas de receita para o Fundo, bem como previu o repasse obrigatório de parte dos recursos para os Estados e o Distrito Federal, ocorreu uma otimização do processo de execução e um fortalecimento do orçamento do Fundo, que é gerido e é utilizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp.

FDD

Fundo de Defesa de Direitos Difusos: instituído pela Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985, tem por finalidade promover ações de reparação e de prevenção de danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica; à ordem urbanística; à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos; ao patrimônio público e social e a outros interesses difusos e coletivos. O Fundo de Direitos Difuso - FDD é gerido pelo Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon e apoia os projetos apresentados por órgãos públicos e entidades civis, selecionados por editais de chamamento.

Funapen

Fundo Penitenciário Nacional: instituído pela Lei Complementar n.º 79, de 07 de janeiro de 1994 e regulamentado pelo Decreto n.º 1.093, de 23 de março de 1994, tem por finalidade proporcionar recursos e meios destinados a financiar e apoiar as atividades e os programas de modernização e aprimoramento do sistema penitenciário brasileiro. O referido fundo é gerido e utilizado pela Secretaria Nacional de Políticas Penais – Senappen.

EVOLUÇÃO DA RECEITA ARRECADADA POR UNIDADE (2018 a 2024)

R\$ 3.000.000.000,00

R\$ 2.500.000.000,00

R\$ 2.000.000.000,00

R\$ 1.500.000.000,00

R\$ 1.000.000.000,00

R\$ 500.000.000,00

R\$ -

2018

2019

2020

2021

2022

2023

2024

■ FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - FNSP	R\$ 380.391.246,48	R\$ 1.500.917.846,81	R\$ 1.573.847.303,87	R\$ 1.745.857.265,20	R\$ 1.026.901.015,41	R\$ 2.207.100.301,37	R\$ 2.556.347
■ DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	R\$ 605.242.145,81	R\$ 1.172.225.160,24	R\$ 1.071.587.696,58	R\$ 1.362.850.291,54	R\$ 560.894.233,50	R\$ 1.047.280.835,42	R\$ 1.254.411
■ FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS	R\$ 629.167.495,03	R\$ 633.502.846,75	R\$ 436.603.519,50	R\$ 555.240.422,47	R\$ 369.328.693,41	R\$ 602.526.248,89	R\$ 1.934.470
■ CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA	R\$ 34.542.564,57	R\$ 38.233.212,35	R\$ 39.390.353,75	R\$ 55.464.663,61	R\$ 24.151.134,54	R\$ 50.842.450,86	R\$ 62.734,5
■ DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	R\$ 750.927.806,06	R\$ 721.430.056,88	R\$ 341.994.125,15	R\$ 516.513.358,36	R\$ 333.915.777,69	R\$ 746.387.937,11	R\$ 938.619
■ FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS	R\$ 45.228.201,97	R\$ 92.038.133,84	R\$ 138.558.416,18	R\$ 142.413.772,10	R\$ 82.173.377,72	R\$ 299.023.401,90	R\$ 292.284
■ FUNDO PENITENCIÁRIO NACIONAL - FUNPEN	R\$ 343.586.699,52	R\$ 347.456.492,88	R\$ 315.465.820,04	R\$ 463.924.450,00	R\$ 213.102.394,39	R\$ 374.024.941,67	R\$ 540.362

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

O ano de 2024, foi marcado por desafios significativos para o Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, que enfrentou diversas situações emergenciais, exigindo a abertura de créditos extraordinários. Entre essas situações, destaca-se a implementação de medidas emergenciais voltadas para a proteção da vida, da saúde e da segurança das comunidades indígenas. Tais ações foram adotadas em atendimento à decisão proferida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal - STF, reafirmando o compromisso do MJSP com a garantia dos direitos fundamentais dessas populações.

A execução orçamentária e financeira, no âmbito do MJSP, ocorre de forma descentralizada, refletindo a diversidade de temas e áreas de atuação da Pasta. Essa descentralização demanda uma gestão assertiva e ágil, com conhecimento técnico especializado em cada área, o que é essencial para o cumprimento das entregas de forma eficaz. O Ministério tem se empenhado em assegurar que todas as ações sejam conduzidas dentro dos parâmetros legais e com a devida celeridade, buscando sempre a otimização dos recursos e a transparência na aplicação dos mesmos.

Em consonância com as exigências de aprimoramento contínuo da gestão, o MJSP tem dado continuidade a diversas iniciativas para melhorar sua aderência às normas vigentes. O Ministério tem se mostrado comprometido com o cumprimento das recomendações dos órgãos de controle,

tanto internos quanto externos, e se empenhado na evolução constante de seus processos. A transparência, em particular, tem sido um pilar central da gestão. Para garantir essa transparência ativa, o Ministério implementou o Painel Business Intelligence - BI, de monitoramento da estratégia do órgão, sendo uma ferramenta constantemente atualizada que disponibiliza informações cruciais sobre o planejamento e gestão do MJSP.

Este painel integra dados sobre objetivos estratégicos, metas, indicadores e os resultados alcançados ao longo do exercício, quanto acumulado ao longo do período de vigência do planejamento estratégico (2024-2027). Além disso, apresenta informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira, convênios, transferências, licitações, contratos, pessoal e demonstrações contábeis. Com isso, busca-se assegurar uma fiscalização contínua e promover o controle social, permitindo o acesso democrático às informações, em plena conformidade com a Instrução Normativa - TCU n.º 84, de 22 de abril de 2020, e a Decisão Normativa - TCU n.º 198, de 23 de março de 2022, que orientam a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis pela gestão pública federal.

Dentre as ações implementadas, destacam-se as edições das seguintes portarias:

- Portaria SPO/SE/MJSP n.º 15, de 15 de março de 2024: Estabelece as diretrizes e prazos para o processos orçamentários e financeiros de 2024.

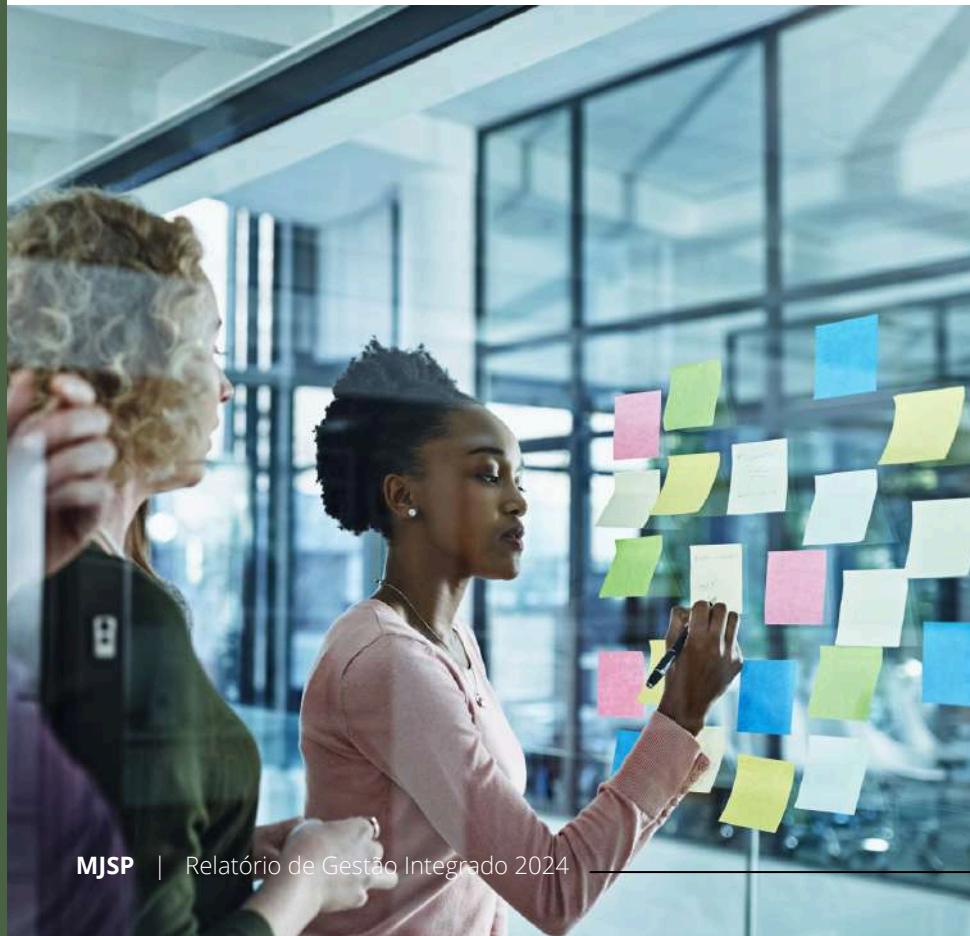
- Portaria n.º 16, de maio de 2024: Regula as atividades e ajustes orçamentários necessários para o cumprimento das metas do exercício fiscal.
- Portaria n.º 17, de 28 de agosto de 2024: Disciplina os prazos e procedimentos para as atividades orçamentárias no âmbito do Ministério, reforçando o alinhamento das ações com as diretrizes federais.

Essas portarias têm sido fundamentais para balizar as atividades orçamentárias nas unidades orçamentárias do MJSP, garantindo que todos os processos ocorram de maneira transparente, eficiente e dentro dos prazos estabelecidos.

DESAFIOS

- **Alinhamento Orçamentário à Cadeia de Valor e Políticas Públicas:** Aprimorar o alinhamento das rubricas orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual - LOA à Cadeia de Valor, aos macroprocessos e à carteira de políticas públicas do MJSP é um desafio constante. Isso exige uma maior integração entre as áreas e a definição clara das prioridades orçamentárias, de modo a garantir que os recursos sejam alocados de forma estratégica e eficiente, atendendo às necessidades mais urgentes e relevantes para a população e para o Sistema Único de Segurança Pública - SUSP.
- **Consolidação da Cultura de Uso de Painéis Gerenciais:** A consolidação da cultura de utilização dos painéis gerenciais, como o Painel do Orçamento do MJSP, Painel de Custos do MJSP e outras ferramentas de apoio à tomada de decisão, é uma das principais iniciativas para melhorar a gestão no Ministério. A utilização dessas ferramentas pelos gestores é fundamental para o monitoramento em tempo real da execução orçamentária, identificação de desvios e melhorias na alocação de recursos. Essa prática deve ser intensificada, garantindo que todas as áreas do MJSP, adotem uma abordagem mais informada e estratégica na gestão dos recursos.
- **Redução do Estoque de Restos a Pagar:** A continuidade na redução do estoque de restos a pagar inscritos é uma prioridade para o MJSP. Este estoque impacta diretamente no fluxo de pagamento do exercício corrente e, portanto, deve ser gerido com o objetivo de eliminar pendências e otimizar o processo de liquidação de despesas. A gestão eficaz dos restos a pagar contribui para o aprimoramento do equilíbrio fiscal e para o cumprimento das obrigações financeiras dentro do exercício, refletindo uma gestão responsável e transparente.
- **Manutenção da Eficiência na Execução Orçamentária:** Manter o elevado índice de execução orçamentária do MJSP, focando sempre na eficiência alocativa, é fundamental. A execução orçamentária deve ser orientada para a entrega de resultados efetivos, respeitando as prioridades estabelecidas no planejamento estratégico do Ministério. A eficiência na execução dos recursos não só garante o cumprimento das metas estabelecidas, mas também assegura que os recursos públicos sejam aplicados da forma mais eficaz possível, evitando desperdício e maximizando os resultados para a sociedade.

- **Compras Eficientes no Sistema Único de Segurança Pública:** Garantir a realização de compras e aquisições de bens e serviços de forma eficiente, por meio do Programa de Compras Eficientes para o Sistema Único de Segurança Pública – ComprasSUSP, é outro desafio importante para o MJSP. A agilidade e a eficiência na aquisição de materiais e serviços são essenciais para apoiar as atividades das instituições de segurança pública e garantir a continuidade das operações, especialmente em situações emergenciais.
- **Execução dos Recursos Repassados pelo Fundo Nacional de Segurança Pública e pelo Fundo Penitenciário Nacional:** A melhoria dos índices de execução dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Segurança Pública aos fundos estaduais e distrital é crucial. Esses recursos são fundamentais para o fortalecimento das instituições de segurança pública e para a valorização dos profissionais de segurança pública, além de contribuírem para a implementação de políticas públicas voltadas à segurança e defesa social. Intensificar a fiscalização e a assessoria técnica aos gestores estaduais e distrital será essencial para melhorar o uso desses recursos e garantir que cheguem efetivamente onde são mais necessários.



- **Relação com o Congresso Nacional:** Intensificar a relação com o Congresso Nacional, com o objetivo de garantir a destinação de emendas parlamentares para as políticas públicas prioritárias do MJSP, é um desafio estratégico para o Ministério. As emendas são uma importante fonte de recursos adicionais para a execução de programas prioritários, e o fortalecimento dessa relação é fundamental para a ampliação de investimentos em áreas como segurança pública, justiça e defesa social.
- **Aperfeiçoamento da Classificação da Receita:** O aperfeiçoamento da classificação da receita do MJSP, é uma medida necessária para garantir maior clareza e precisão na identificação da origem dos recursos. A melhoria nessa classificação permitirá uma análise mais detalhada das fontes de receita, facilitando o controle financeiro e a prestação de contas, além de contribuir para um planejamento orçamentário mais robusto e alinhado às necessidades da Pasta.

AÇÕES

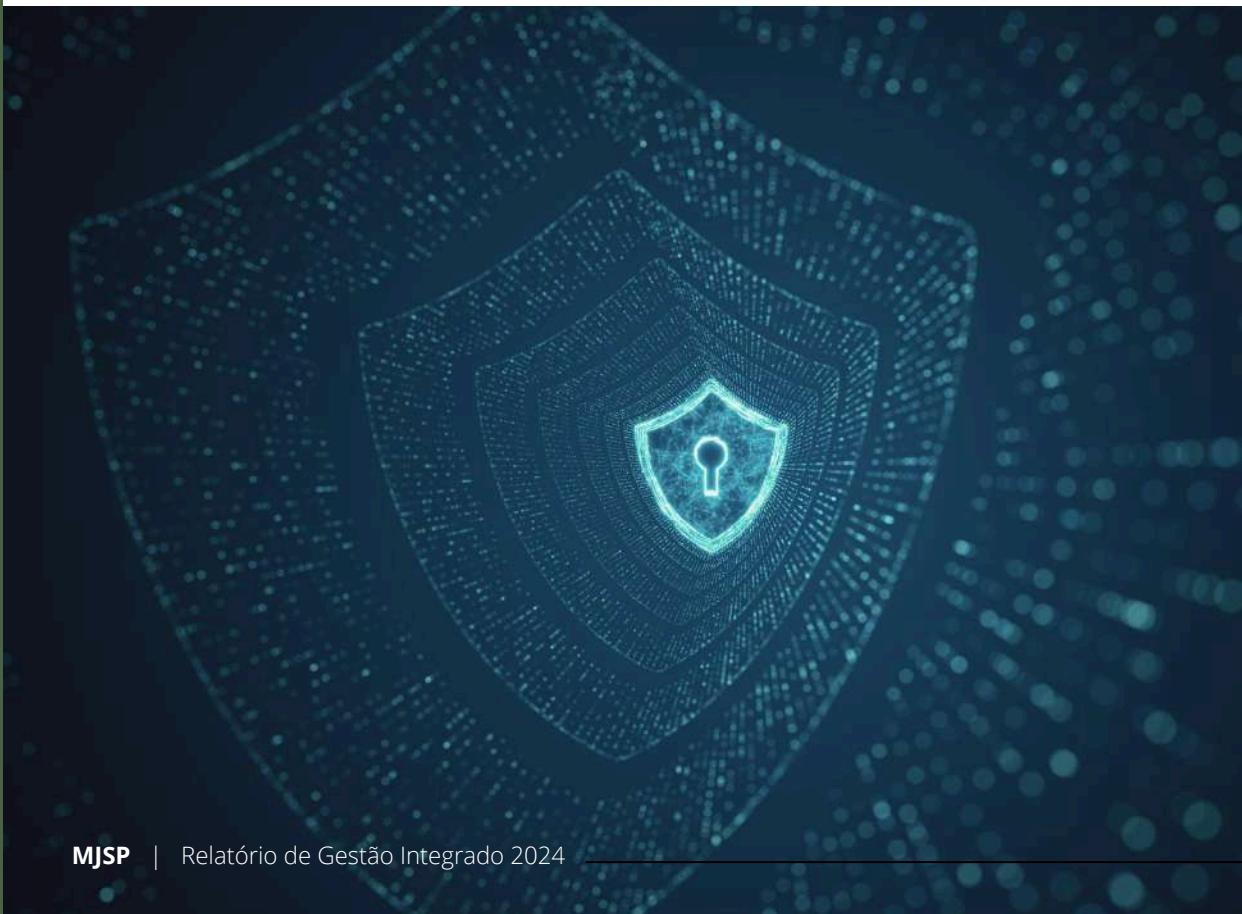
- Aperfeiçoar continuamente os Painéis Business Intelligence - BI, com foco em inteligência preditiva e análise de tendências, permitindo que os gestores não apenas monitorem dados passados, mas também antecipem necessidades e gargalos operacionais;
- Fortalecer o processo de capacitação dos servidores com foco não apenas nas ferramentas orçamentárias e financeiras, mas também em novas metodologias de gestão pública e inovações tecnológicas;
- Incrementar a integração entre as áreas do MJSP, estabelecendo um processo colaborativo mais estruturado entre as diferentes áreas do Ministério;
- Aperfeiçoar a Cartilha de Emendas Parlamentares para destacar os principais programas e projetos prioritários do MJSP, relacionados ao fortalecimento das instituições de segurança pública, a valorização dos profissionais de segurança, a implementação de políticas públicas voltados ao consumidor, migrante, de acesso à justiça dentre outras sob responsabilidade do MJSP;
- Aperfeiçoar o Módulo da Plataforma Digital do ComprasSusp, ferramenta de aquisição de equipamentos e contratação de serviços afetos aos órgãos de segurança pública que possibilita a realização de compras públicas com ganhos de escala e de qualidade, gerando economia de tempo e de recursos humanos, materiais, técnicos e financeiros no âmbito das instituições e órgãos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública - Susp;
- Dar continuidade ao processo de Mapeamento e Análise da Integridade dos Restos a Pagar; e
- Intensificar os esforços para a racionalização de despesas e ampliação de resultados.



PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESAS SOCIAL (PNSPDS)

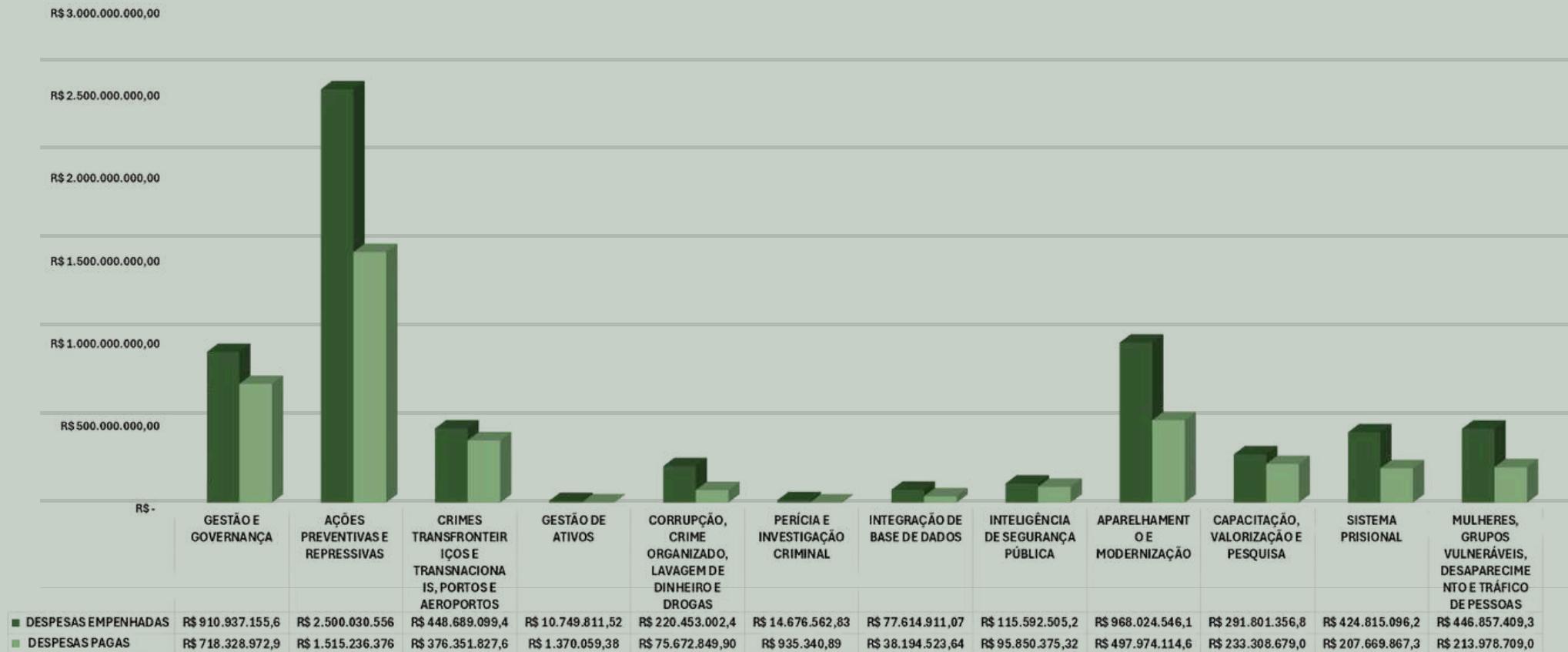
No Brasil, a Segurança Pública avançou significativamente em 2018 com a aprovação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSPDS e a criação do Sistema Único de Segurança Pública - Susp, pelo Congresso Nacional. Essa medida definiu princípios, diretrizes, objetivos, instrumentos e mecanismos de implementação, estabelecendo claramente os entes participantes e promovendo maior coordenação entre os órgãos de segurança.

O Decreto n.º 10.822, de 2021, que regulamenta o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSPDS (2021–2030), instituiu um sistema de governança para avaliar, direcionar e monitorar a execução da política pública. As ações estratégicas do Plano estão alinhadas aos objetivos da PNSPDS e orientadas para o cumprimento de metas concretas, reforçando a necessidade de gestão eficiente e governança estruturada.



O Plano abrange ações integradas de prevenção e repressão à criminalidade, fiscalização e atuação em áreas de risco, integração operacional e tecnológica, gestão de ativos ilícitos, combate à corrupção, ao crime organizado, às drogas ilícitas e à lavagem de dinheiro. Também prevê o fortalecimento da inteligência de segurança pública, modernização das instituições, capacitação e valorização dos profissionais, aprimoramento do sistema penal, além da prevenção e repressão à violência contra mulheres e grupos vulneráveis. Essas diretrizes visam fortalecer a atuação do Estado na promoção da segurança e da justiça para toda a sociedade.

DESPESAS EMPENHADAS E PAGAS EM 2024
PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL (em R\$ 1,00)



Fonte: Tesouro Gerencial, exclusive: valores de despesas de pessoal; emendas individuais RP 6, emendas de bancada RP 7 e emendas de comissão RP 8; crédito extraordinário; reserva de contingência; unidades que atualmente não integram a estrutura ou não são vinculadas ao MJSP.

II - GESTÃO DE CUSTOS

A preocupação com os gastos públicos e seu controle é uma pauta recorrente entre gestores há muitos anos. O acompanhamento e monitoramento dos custos do Governo Federal têm se mostrado temas centrais tanto no Brasil quanto em outros países, envolvendo legisladores e gestores comprometidos com a eficiência na administração dos recursos públicos.

Desde a sanção da **Lei n.º 4.320, de 1964** — conhecida como a **“Lei dos Orçamentos Públicos”** — a apuração e o controle de custos são tratados como obrigações da administração pública. Essa necessidade está claramente prevista nos **artigos 85 e 99**, reforçando a importância de uma gestão responsável e transparente:

Art. 85. Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

Art. 99. Os serviços públicos industriais, ainda que não organizados como empresa pública ou autárquica, manterão contabilidade especial para determinação dos custos, ingressos e resultados, sem prejuízo da escrituração patrimonial e financeiro comum.”

A questão de custos foi tratada também no Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da administração pública:

Art. 25. A supervisão ministerial tem por principal objetivo, na área de competência do Ministro de Estado: (...) IX - Acompanhar os custos globais dos programas setoriais do Governo, a fim de alcançar uma prestação econômica de serviços. (...)

Art. 30. Serão organizadas sob a forma de sistema as atividades de pessoal, orçamento, estatística, administração financeira, contabilidade e auditoria, e serviços gerais, além de outras atividades auxiliares comuns a todos os órgãos da Administração que, a critério do Poder Executivo, necessitem de coordenação central. (...)

§ 3º É dever dos responsáveis pelos diversos órgãos competentes dos sistemas, atuar de modo a imprimir o máximo rendimento e a reduzir os custos operacionais da Administração. (...)

Art. 79. A contabilidade deverá apurar os custos dos serviços de forma a evidenciar os resultados da gestão. (...)

Art. 94. O Poder Executivo promoverá a revisão da legislação e das normas regulamentares relativas ao pessoal do Serviço Público Civil, com o objetivo de ajustá-las aos seguintes princípios: (...)

XI- instituição, pelo Poder Executivo, de reconhecimento do mérito aos servidores que contribuam com sugestões, planos e projetos não elaborados em decorrência do exercício de suas funções e dos quais possam resultar aumento de produtividade e redução dos custos operacionais da administração. (...).

Art. 95. O Poder Executivo promoverá as medidas necessárias à verificação da produtividade do pessoal a ser empregado em quaisquer atividades da Administração Direta ou de autarquia, visando a colocá-lo em níveis de competição com a atividade privada ou a evitar custos injustificáveis de operação, podendo, por via de decreto executivo ou medidas administrativas, adotar as soluções adequadas, inclusive a eliminação de exigências de pessoal superiores às indicadas pelos critérios de produtividade e rentabilidade.

A **Lei Complementar n.º 101 de 2000** — conhecida como a **Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF** — reforçou a importância e a necessidade de apuração e controle de custos pelos gestores públicos, ao estabelecer diretrizes que identificam as necessidades e impõem responsabilidades no uso dos recursos públicos:

Art. 4º. A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição: (...) e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos; (...)

§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes: (...)

§ 3º A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Além disso, a partir do ano 2000, todas as Leis de Diretrizes Orçamentárias Anuais passaram a tratar da temática de custos. A Lei n.º 14.791, de 29 de dezembro de 2023, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024, dispõe:

Art. 16. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2024 e nos créditos adicionais e a sua execução deverão:
I - atender ao disposto no art. 167 da Constituição e aos limites individualizados de despesas primárias de que trata a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023;
II - propiciar o controle dos valores transferidos conforme o disposto no Capítulo V e dos custos das ações;

III - quando for o caso, considerar informações sobre a execução física das ações orçamentárias e os resultados de avaliação e monitoramento de políticas públicas e programas de Governo, em observância ao disposto no § 16 do art. 165 da Constituição; e

IV - indicar a localização geográfica da despesa no nível mais detalhado possível, por meio do subtítulo, sem prejuízo de outras formas de regionalização do gasto, de que trata o § 2º.

§ 1º O controle de custos de que trata o inciso II do caput será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos e permitir o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

Para atender a legislação em vigor e à demanda pela modernização da gestão, o Ministério incorporou a competência de custos, no âmbito das atribuições da Secretaria-Executiva, em regimento interno, por meio da Portaria MJSP n.º 1.370, de 15 de agosto de 2014, posteriormente revogada pela Portaria n.º 1.222, de 21 de dezembro de 2017. Porém, apenas no ano de 2016, com a publicação da Portaria MJSP n.º 492, de 27 de abril de 2016, foi instituído a setorial do Sistema de Custos do Governo Federal, no Ministério.

No referido normativo, a Secretaria-Executiva foi designada como responsável por atuar como órgão setorial do Sistema, com as seguintes atribuições:

I- apurar os custos dos projetos e atividades, de forma a evidenciar os resultados da gestão, considerando as informações financeiras da execução orçamentária e as informações detalhadas sobre a execução física, nos termos do art. 137, § 1º, do Decreto n.º 93.872, de 23 de dezembro de 1986;

II - prestar apoio, assistência e orientação na elaboração de relatórios gerenciais do Sistema de Informações de Custos - SIC, das unidades administrativas do Ministério da Justiça e entidades a ele vinculadas;

III - apoiar o órgão central do Sistema de custos do Governo Federal;

IV - elaborar e analisar relatórios oriundos do SIC;

V - elaborar relatórios analíticos com o uso de indicadores de custos, tendo por base os relatórios do SIC;

VI - subsidiar os gestores do órgão com informações gerenciais, a partir do SIC, com vistas a apoiá-los no processo decisório;

VII-promover, quando necessário, conferências ou reuniões técnicas, com a participação das unidades administrativas do Ministério da Justiça e entidades a ele vinculadas;

VIII - elaborar estudos e propor melhorias com vistas ao aperfeiçoamento da informação de custo;

IX-solicitar, ao órgão central, acesso ao SIC;

X - promover a disseminação das informações de custos nas entidades vinculadas ao Ministério da Justiça;

XI - prestar informação e apoio na realização de exames de auditorias que tenham por objeto os custos dos projetos e atividades a cargo do Ministério da Justiça;

XII - comunicar a autoridade responsável sobre a falta de informação da unidade administrativa gestora a respeito da execução física dos projetos e atividades a seu cargo, nos termos do art. 137, § 2º, do Decreto n.º 93.872 de 1986; e

XIII - elaborar os relatórios de análise de custos que deverão compor o Relatório de Gestão, a Prestação de Contas do Presidente da República, conforme normativos e orientações dos órgãos de Controle Interno e Externo.

Parágrafo único. A Secretaria Executiva exercerá as atividades de que trata este artigo por intermédio da Divisão de Custos, Planejamento e Monitoramento da Coordenação Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (DCPLAM/CGGE/SPO/SE/MJ).

Com a criação da Setorial de Custos, identificou-se a necessidade de implementar um modelo sistemático de apuração de custos que abrangesse todas as atividades realizadas. O objetivo era proporcionar informações com a precisão necessária, abrangendo os resultados do Ministério de forma integrada.

Nesse contexto, com a atualização do Planejamento Estratégico, aprovado pelo Ministro de Estado por meio da Portaria n.º 1500, de 16 de setembro de 2015 (posteriormente revogada pela Portaria n.º 675, de 14 de agosto de 2017, e atualmente regulamentada pela Resolução CGE n.º 27, de 19 de junho de 2024), foi mapeada e instituída a Cadeia de Valor do Ministério. Essa Cadeia de Valor reflete os processos e macroprocessos dos órgãos que compõem o MJSP, estruturados em duas grandes vertentes:

Cadeia Finalística: mapeia as principais entregas destinadas à sociedade e ao próprio Governo;

Cadeia de Governança, Suporte e Gestão: reúne as ações de apoio à cadeia finalística.

A instituição da Cadeia de Valor possibilitou assegurar a unicidade, integridade e equivalência das informações gerenciais em todas as unidades do Ministério. Para consolidar esse avanço, o MJSP editou a Portaria n.º 34, de 11 de janeiro de 2017, que estabeleceu o Modelo de Apuração de Custos, fundamentado na Cadeia de Valor do órgão, conforme descrito a seguir:

Art. 1º. Estabelecer o Modelo de Apuração de Custos do Ministério da Justiça e Cidadania, baseado na Cadeia de Valor, na forma descrita no Manual de Apuração de Custos do Ministério da Justiça e Cidadania, aprovado por este instrumento.

§ 1º O modelo tratado no caput é baseado na utilização de centros de custos, estabelecidos de acordo com a Macrofunção SIAFI 021133 - Centro de Custos;

§ 2º O Detalhamento de custos é utilizado para indicar o atributo para o qual será efetuada a marcação gerencial, visando a obtenção de informações parametrizadas segundo a necessidade do modelo, e é identificado por um código composto por até onze posições alfanuméricas, assim

definidas:

I- as seis primeiras posições do código indicarão os atributos definidos pelo modelo, conforme consta no Manual de Apuração de Custos desta;

II - as sétima, oitava, nona, décima e décima primeira posições poderão receber codificações de livre escolha

III - dos órgãos e entidades vinculadas que compõem a Estrutura Organizacional do Ministério da Justiça e Cidadania.

Art. 2º A utilização dos centros de custos e as rotinas de trabalho inerentes à implementação e desenvolvimento do modelo, são de aplicação obrigatória no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, seus órgãos e entidades vinculadas.

Art. 3º A coordenação dos trabalhos de implantação e consolidação do modelo de apuração de custos no âmbito do Ministério da Justiça e Cidadania será exercida pela Divisão de Custos, Planejamento e Monitoramento - DCPLAM/CGGE/SPO/SE/MJ, em consonância com o estabelecido na Portaria MJC n.º 492, de 27 de abril de 2016.

Parágrafo único. O início da utilização dos centros de custos nas unidades ocorrerá de forma paulatina, de acordo com cronograma a ser estabelecido pela DCPLAM, em comum acordo com os diversos órgãos e entidades vinculadas.

Os trabalhos desenvolvidos pela Setorial de Custos têm demonstrado um progresso contínuo e significativo a cada ano, refletindo o compromisso com a melhoria da gestão e a precisão das informações relacionadas à administração pública.

A publicação do Decreto n.º 11.348, de 1º de janeiro de 2023, que aprovou a nova Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, trouxe um novo cenário para a Setorial de Custos ao reorganizar os cargos e funções no âmbito do Ministério.

Essa reestruturação evidenciou a necessidade de realizar uma atualização detalhada na distribuição de pessoal por unidade. O principal objetivo dessa ação foi identificar com exatidão as lotações dos servidores e alinhar suas atividades às etapas da Cadeia de Valor do Ministério, fortalecendo a eficiência organizacional e assegurando maior alinhamento com os objetivos institucionais.

Com isso, no exercício de 2024, o Ministério realizou importantes avanços no modelo de custos, buscando adequá-lo às demandas atuais do órgão. Entre as principais iniciativas destaca-se a revisão dos custos com o pessoal ativo em todas as unidades. Esse processo foi conduzido considerando a nova estrutura organizacional, garantindo que as informações de custos fossem ajustadas às realidades específicas de cada unidade administrativa, assegurando maior precisão, transparência e racionalidade na alocação de recursos.

Outro marco importante foi a atualização do manual de custos, alinhando-o às diretrizes da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica e do Setor Público (NBC TSP 34/2021), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A adoção dessa norma reforça as práticas contábeis no setor público,

promovendo maior uniformidade nas metodologias de apuração e controle de custos. Essa atualização também fortalece a conformidade com as melhores práticas contábeis, promovendo maior clareza e confiança na gestão dos recursos públicos.

Para complementar essas iniciativas, o painel de custos foi totalmente modernizado e transformado em uma ferramenta interativa. Esse aprimoramento visa facilitar o acesso e a compreensão das informações sobre os custos gerais do órgão.

Essa incorporação tecnológica amplia a compreensão dos dados, facilitando análises mais precisas e embasadas, o que resulta em decisões mais assertivas. As melhorias aplicadas reforçam o planejamento, garantindo uma gestão pública mais eficiente e o uso responsável dos recursos destinados aos diversos órgãos administrativos.

Os painéis de custos são atualizados mensalmente com dados provenientes de fontes oficiais e confiáveis, como o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal - SIC, integrado ao Tesouro Gerencial, e o Data Warehouse - DW do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE. Após a atualização, as informações são disponibilizadas aos servidores, auxiliando na análise e na tomada de decisões.

As iniciativas da Setorial de Custos demonstram um compromisso contínuo com a modernização da gestão pública, consolidando sua relevância estratégica para o Ministério da Justiça e Segurança Pública. A revisão da estrutura organizacional, somada à atualização de métodos de apuração

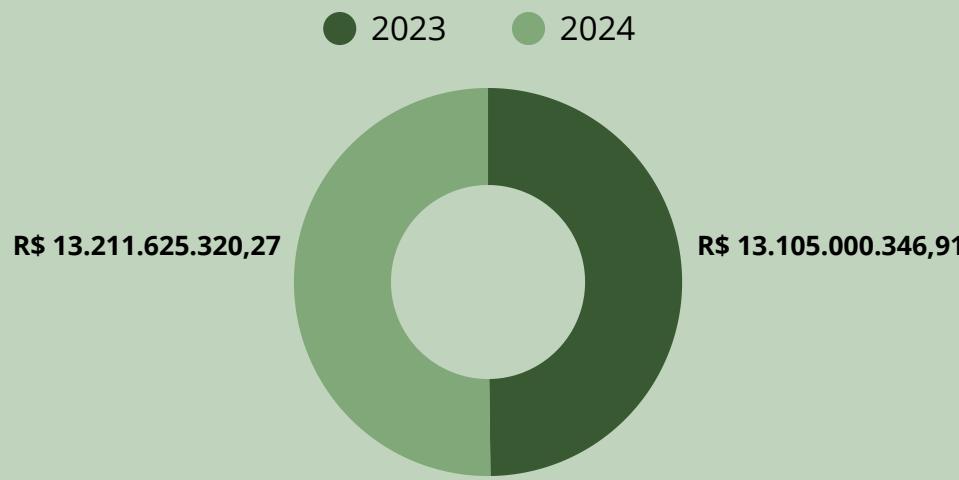
de custos, revela a busca por maior precisão, transparência e alinhamento com as melhores práticas contábeis.

Com a modernização do painel de custos e a adoção de tecnologias avançadas, o Ministério aprimorou suas capacidades de análise, contribuindo para o fortalecimento do planejamento e da gestão dos recursos disponíveis. Esses avanços garantem uma administração pública mais eficaz e transparente, reforçando o compromisso com a otimização dos recursos públicos e com a entrega de resultados que beneficiem a sociedade.

ESTIMATIVA DE CUSTOS NO MJSP

Para fins comparativos, serão demonstrados os custos totais do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, entre os anos de 2023 e 2024, organizados nas categorias Cadeia Finalística e Governança, Gestão e Suporte, com o objetivo de evidenciar como os recursos foram distribuídos.

Ressalta-se que a categoria "Não informado" abrange custos relacionadas à folha de pagamento do Ministério, que, até então, não haviam sido devidamente mapeadas. Entretanto, em 2024, a equipe do Ministério da Justiça e Segurança Pública realizou um esforço de reestruturação, mapeando esses custos de acordo com a nova organização regimental. Esse processo permitiu a revisão e atualização da distribuição de custos entre as unidades do Ministério, reduzindo significativamente o volume registrado como "não informado", que atualmente corresponde a apenas 0,85% do total de custos da instituição.

CUSTO TOTAL (de 2023 a 2024)**CUSTO POR ÁREA DE ATUAÇÃO (em %)****CUSTO POR ÁREA DE ATUAÇÃO (em R\$)****CUSTO POR NATUREZA DA DESPESA (2024)**

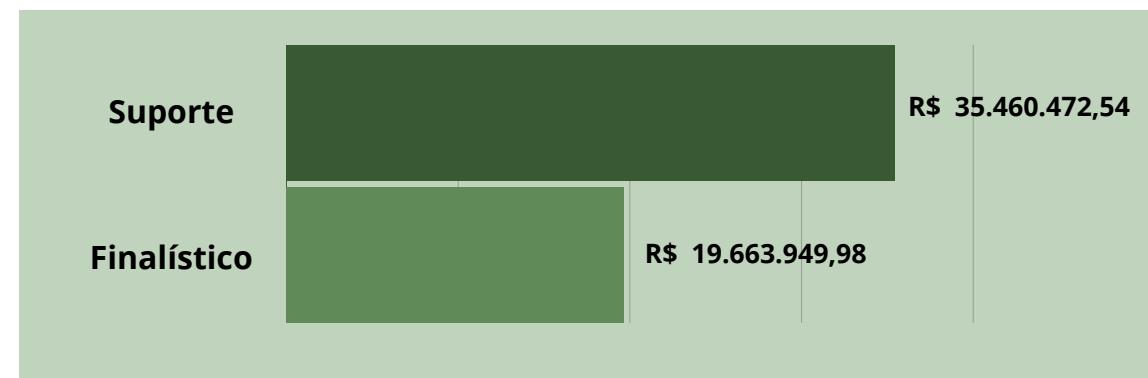
ESTIMATIVA DE CUSTOS POR PROGRAMA GOVERNAMENTAL, DEMONSTRANDO EM QUE MEDIDA ELES CONTRIBUEM E SE RELACIONAM COM O ALCANCE DA MISSÃO INSTITUCIONAL DA UPC

O Plano Plurianual - PPA, previsto no artigo 165 da Constituição Federal, é o instrumento que orienta a atuação do setor público, visando concretizar os fundamentos e objetivos da República. Para o período de 2024 a 2027, foi instituída a Lei n.º 14.802, de 10 de janeiro de 2024, que estabelece as políticas e ações governamentais a serem implementadas ao longo de quatro anos.

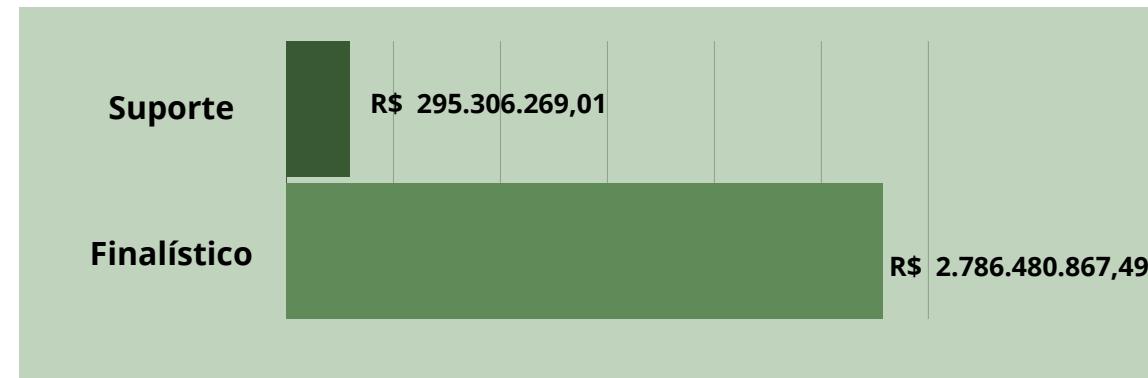
Com a aprovação do PPA (2024-2027), o Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, passou a operar por meio de dois programas principais: Programa 5115 – Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos e Programa 5116 – Segurança Pública com Cidadania. Esses programas abrangem todas as unidades do Ministério, distribuídas nas cadeias de valor finalísticas e de suporte.

Nos gráficos a seguir, são apresentados os custos relacionados a esses dois programas sob responsabilidade do MJSP, categorizados conforme as cadeias de valor mencionadas.

CUSTO DO PROGRAMA 5115 (em 2024)



CUSTO DO PROGRAMA 5116 (em 2024)



PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS PARA ALOCAÇÃO MAIS EFICIENTE DE RECURSOS E MELHORIA DA QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS

A apuração de custos na administração pública enfrenta desafios significativos, principalmente no que se refere à precisão e à integração das informações em uma estrutura organizacional complexa. A falta de padronização nos processos, as mudanças constantes nas unidades administrativas e a necessidade de adequar sistemas de controle às melhores práticas contábeis tornam essa atividade uma tarefa contínua e desafiadora.

Entre os principais desafios está a necessidade de consolidar dados de diferentes unidades e áreas do Ministério, garantindo que as informações sobre custos sejam completas, confiáveis e atualizadas. Essa apuração precisa ir além do mero registro financeiro, buscando associar os custos diretamente às ações e programas executados, de modo a permitir uma análise mais detalhada sobre o uso dos recursos públicos.

Nesse contexto, as ações futuras devem se concentrar em aprimorar os mecanismos de coleta, consolidação e análise de custos, fortalecendo as práticas de controle interno e garantindo maior transparência na gestão pública. Investir em capacitação da equipe, modernizar sistemas tecnológicos e adotar metodologias que assegurem maior precisão no mapeamento dos custos são passos essenciais para superar esses desafios.

Além disso, é fundamental ampliar a cultura da gestão baseada em custos, demonstrando sua relevância como ferramenta estratégica para apoiar a tomada de decisões importantes. Informações precisas sobre os custos permitem identificar ineficiências, priorizar ações, otimizar o uso dos recursos e garantir que os investimentos realizados pelo Ministério gerem o maior impacto possível para a sociedade.



O **Painel de Custos 2024** foi completamente remodelado e atualizado visando atender de forma mais eficiente os servidores e gestores do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Além de contar com dados atualizados, o painel

passou por melhorias significativas em seus indicadores, incluindo informações detalhadas sobre **Custos Totais, Custo com Pessoal, Custo Mensal**, entre outros.

Essa ferramenta, de uso interno, está disponível a todos os servidores do Ministério, permitindo uma visualização clara e acessível dos custos institucionais. A atualização das informações é realizada mensalmente pela equipe da Setorial de Custos, garantindo que o painel continue a oferecer dados atualizados para subsidiar a gestão e a tomada de decisões estratégicas.

O **novo Manual de Custos do MJSP**, foi atualizado conforme as mais recentes normas e diretrizes da área, consolidando-se como um importante instrumento de apoio para servidores e colaboradores envolvidos na gestão de custos. O material abrange desde conceitos fundamentais até as técnicas mais modernas utilizadas no Governo Federal e aplicadas no Ministério, proporcionando uma base sólida para o aprimoramento das práticas internas.

Essa atualização representa mais uma entrega da Setorial de Custos, que busca fortalecer continuamente a eficiência na gestão do Ministério. Com o Manual, os servidores responsáveis por demandas relacionadas à apuração e controle de custos terão à disposição uma ferramenta prática para consulta, que contempla temas como a evolução normativa na área de custos, métodos de custeio, sistemas de acumulação de custos, além de códigos e atualizações dos centros de custos, entre outros assuntos relevantes.



MANUAL DE APURAÇÃO DE CUSTOS

2024

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA



III - GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

As Instruções Normativas, da estrutura legal e boas práticas relacionadas aos procedimentos de contratações, são frequentemente temas de análises internas e workshops realizados entre as equipes do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP. Resultado de um trabalho iniciado em 2006, a governança e a gestão das contratações no âmbito do MJSP, está instituída na Portaria n.º 405, de 2020, na qual qualifica e uniformiza os processos de contratações de bens, serviços, obras, soluções de tecnologia da informação e comunicação, além de promover o compartilhamento e centralização das contratações dentro do MJSP. A referida Portaria ainda estabelece os processos de trabalho de gestão de contratações e determina a necessidade de elaboração do Plano de Contratações Anual - PCA, e do Plano de Contratações Compartilhadas- Pccom, com diretrizes relacionadas a sua execução, sendo parte de suas rotinas e fluxos a realização de ações de acompanhamento e monitoramento desses planos.

Tal dispositivo interno trata, ainda, das medidas de gestão de riscos e integridade na gestão das contratações, o que se concretiza plenamente nas atividades licitatórias do MJSP pela observação do princípio da segregação de funções, refletido nos procedimentos de designação dos agentes para atuarem como integrantes de equipes de planejamento, fiscais, agentes de contratações, autoridades homologadoras e ordenadores de despesas.

As unidades do MJSP, possuem em suas equipes agentes públicos responsáveis para atuarem na gestão de contratações, nos papéis de unidade requisitante, unidade licitante e gestão e fiscalização, mesmo enfrentando os desafios de escassez de pessoas, que são comuns aos órgãos da administração pública. Como implementação da política de gestão por competências, esses agentes apresentam, anualmente, suas demandas de capacitações, que são materializadas pelo Plano de Desenvolvimento de Pessoas. Mesmo com recursos limitados de força de trabalho, as unidades desenvolvem de forma qualificada as funções essenciais de gestão das contratações.

Ademais, os processos de contratações são instruídos em estrita observância aos princípios da licitação, dentre os quais destacam a legalidade, imparcialidade, publicidade, eficiência, planejamento, transparência, eficácia, e a segregação de funções. Para assegurar a transparência de suas contratações, esta pasta Ministerial realiza a divulgação de todos os documentos e atos relacionados ao processo de contratação, tanto no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, quanto em sua página eletrônica.

Como medida adicional de gestão, foram instituídos fluxos e cronogramas para cada processo de contratação, que preveem as atividades de análise da unidade licitante, pela qual se observa, dentre outros, o cumprimento de requisitos relacionados às competências dos agentes e autoridades, bem como a legislação relacionada à sustentabilidade e seus pilares.

CONFORMIDADE LEGAL

Para as contratações efetuadas pelo MJSP, as principais legislações aplicadas são: Lei n.º 8.666, de 1993, para os casos de credenciamento, Lei n.º 14.133, de 2021, Decreto n.º 10.024, de 2019, Decreto n.º 10.947, de 2022, Decreto n.º 11.430, de 2023, Decreto n.º 11.246, de 2022, Decreto n.º 11.462, de 2023, bem como as Instruções Normativas editadas pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Internamente, destacam-se as Portarias MJ n.º 405, de 2020 e n.º 449, de 2021, que tratam, respectivamente, dos procedimentos para o planejamento e o gerenciamento de contratações de bens, serviços, obras, soluções de tecnologia da informação e comunicação, e para o compartilhamento e centralização de contratações no âmbito do MJSP e dos procedimentos e diretrizes para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços, no âmbito dos órgãos e das entidades vinculadas ao Ministério.

DETALHAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

Tendo em vista a capilaridade de sua estrutura, o MJSP conta com 5 unidades de gestão responsáveis pelas contratações e pela gestão orçamentária e financeira dos contratos administrativos, são elas:

- **Secretaria-Executiva - SE**

(UASG 200005 e 200006): Atende ao Gabinete do Ministro, à própria Secretaria-Executiva - SE, à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO, à Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STI, à Secretaria Nacional do Consumidor - Senaçon, à Secretaria Nacional de Justiça - Senajus, à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos - Senad, à Secretaria de Direitos Digitais – Sedigi, à Secretaria de Acesso à Justiça - Saju, além das Assessorias Especiais e Coordenações-Gerais da Subsecretaria de Administração: Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP; Coordenação-Geral de Arquitetura e Engenharia - CGAE; Coordenação-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais – CGDS e Coordenação-Geral de Licitações e Contratos – CGL.

- **Secretaria Nacional de Políticas Penais – Senappen**

(UASG 200323, 200324, 200326, 200327, 200600, 200601, 200602, 200603, 200604);

- **Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp**

(UASG 200331);

- **Polícia Rodoviária Federal – PRF**

(UASG 200109, 200110, 200111, 200112, 200113, 200114, 200115, 200117, 200118, 200119, 200120, 200121, 200122, 200123, 200124, 200125, 200126, 200127, 200128, 200129, 200130, 200131, 200139, 200141, 200232, 200233, 200235);

• Polícia Federal – PF

(UASG 200334, 200338, 200340, 200342, 200344, 200346, 200350, 200352, 200354, 200356, 200358, 200360, 200364, 200366, 200370, 200372, 200374, 200376, 200378, 200380, 200382, 200384, 200386, 200388, 200390, 200392, 200393, 200394, 200396, 200398, 200402, 200404, 200406, 200615, 300250)

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, entidades vinculadas ao MJSP, terão seus dados demonstrados de forma apartada.

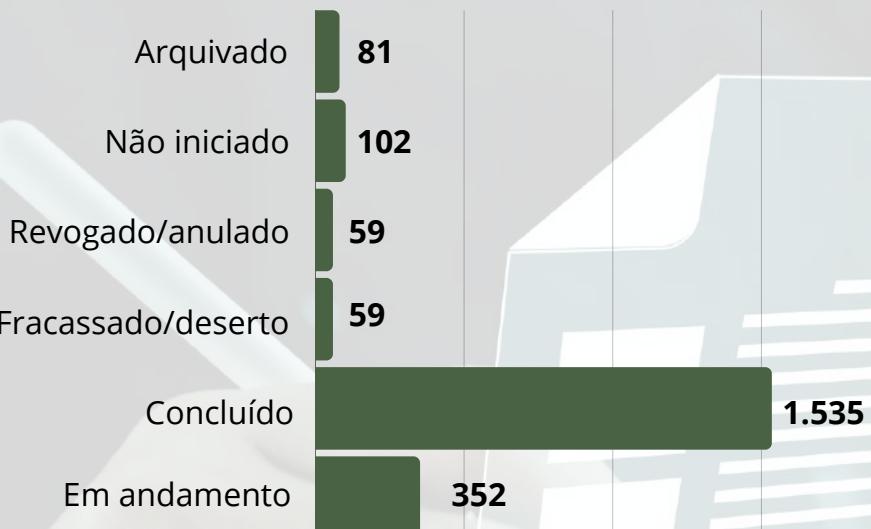
GESTÃO DE LICITAÇÕES

Processos de Contratações em 2024: **2.188** procedimentos conduzidos

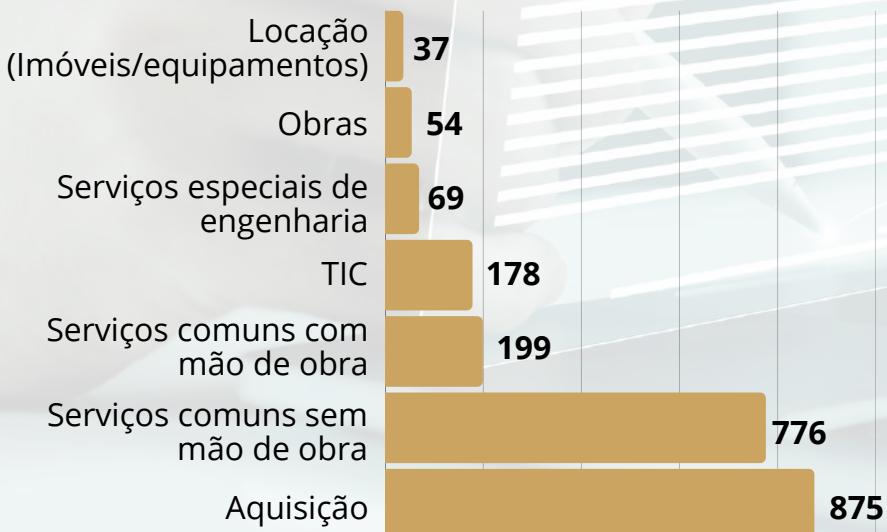
Unidade	Quantidade	Percentual	Valor
SE	81	4%	R\$ 79.830.346,61
SENASP	95	4%	R\$ 1.772.273.835,98
PRF	763	35%	R\$ 619.453.313,59
PF	1117	51%	R\$ 1.906.262.891,88
SENAPPEN	125	6%	R\$ 405.829.516,19
SAJU	6	0%	R\$ 3.248.800,00
SENACON	1	0%	R\$ 0,00
Total	2188	100%	R\$ 4.786.898.704,25

Situação em 31/12/2024

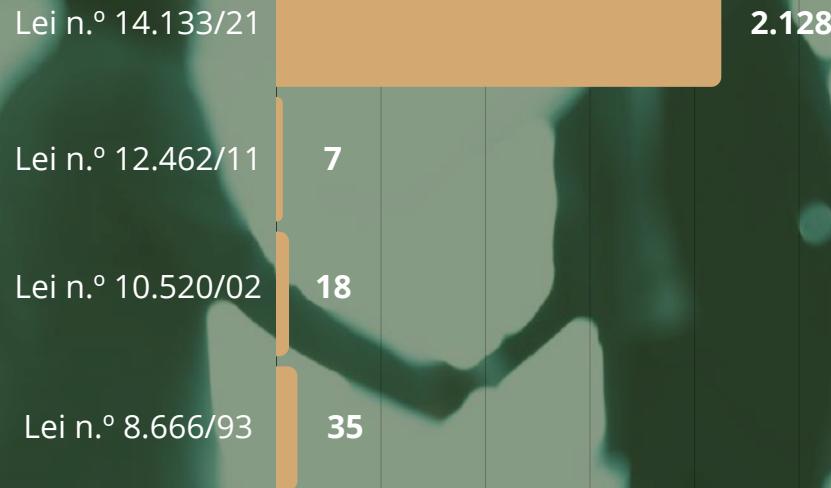
STATUS DAS CONTRATAÇÕES DO MJSP



CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO



LEGISLAÇÃO APLICADA NOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO



LEGISLAÇÃO APLICADA NOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO



PRINCIPAIS ENQUADRAMENTOS DAS CONTRATAÇÕES DIRETAS:

Enquadramento	Qtde	%	R\$ (concluídos)
Art. 24, I e II (Lei n.º 8.666, de 1993)	7	1%	R\$ 185.335,70
Art. 24, demais incisos (Lei n.º 8.666, de 1993)	6	1%	R\$ 5.589.732,79
Art. 25, caput (Lei n.º 8.666, de 1993)	11	1%	R\$ 0,00
Art. 25, I (Lei n.º 8.666, de 1993)	0	0%	R\$ 0,00
Art. 25, II (Lei n.º 8.666, de 1993)	1	0%	R\$ 22.809,06
Art. 25, III (Lei n.º 8.666, de 1993)	0	0%	R\$ 0,00
Art. 74, caput (Lei nº 14.133, de 2021)	27	2%	R\$ 22.627.754,70
Art. 74, I (Lei nº 14.133, de 2021)	250	21%	R\$ 743.795.622,03
Art. 74, II (Lei nº 14.133, 2021)	6	1%	R\$ 250.861,05
Art. 74, III (Lei nº 14.133, de 2021)	82	7%	R\$ 3.060.888,79
Art. 74, VI (Lei nº 14.133, de 2021)	30	3%	R\$ 811.968,35
Art. 74, V (Lei nº 14.133, de 2021)	11	1%	R\$ 1.153.480,44
Art. 75, I e II (Lei n.º 14.133/21)	662	56%	R\$ 11.216.128,58
Art. 75, demais incisos (Lei n.º 14.133/21)	86	7%	R\$ 31.209.434,76
Lei n.º 12.850, de 2013	0	0%	R\$ 0,00
Total	1.179	100%	R\$ 819.924.016,25

GASTOS POR FINALIDADE DOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO:

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS (DESPESAS FINALÍSTICAS/IMOBILIZADO/ PUBLICIDADE INSTITUCIONAL)	TOTAL
R\$ 486.739.262,13	R\$ 1.407.167.963,36	R\$ 2.892.991.478,76	R\$ 4.786.898.704,25
(10%)	(29%)	(61%)	(100%)

PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO DE MAIOR RELEVÂNCIA, CONSIDERANDO SOMENTE AQUELES DO VALOR IGUAL OU SUPERIOR A R\$ 10.000.000,00 (DEZ MILHÕES DE REAIS):

SECRETARIA EXECUTIVA - MJSP		
OBJETO RESUMIDO	VALOR TOTAL (R\$)	JUSTIFICATIVA DA RELEVÂNCIA
Serviços continuados de prevenção e combate a princípio de incêndio e pânico, e de elaboração e atualização de Plano de Prevenção, Combate a Incêndio e Abandono - PPCIA, por meio de Brigada de Incêndio Particular, nas edificações do MJSP e suas unidades localizadas em Brasília-DF, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.	R\$ 17.281.310,40	Contratação essencial à manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do órgão.
Fábrica de Software	R\$ 36.358.728,00	Contratação essencial para o desenvolvimento e suporte dos projetos de tecnologia da informação do órgão.

POLÍCIA FEDERAL - PF		
OBJETO RESUMIDO	VALOR TOTAL (R\$)	JUSTIFICATIVA DA RELEVÂNCIA
Comunicação Crítica Nacional - Tetra.	R\$ 218.026.926,21	Contra de Alto valor e relevância para área-fim operacional da PF.
Licenças Microsoft de software, aplicativos e sistemas operacionais, destinados aos equipamentos, estações de trabalho e servidores de rede da PF, incluindo suporte técnico e garantia de atualização das versões pelo período inicial de até 36 meses.	R\$ 164.792.809,22	Contratação de Alto valor e relevância para a infraestrutura da TIC da PF.
Software Cellebrite.	R\$ 120.790.799,98	Contratação de Alto valor e relevância para o desenvolvimento e manutenção de sistemas das áreas finalística da PF.
LOCAÇÃO DE IMÓVEL na modalidade BUILT TO SUIT (locação sob demanda), com facilities, para uso institucional da sede da Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia (SR/PF/RO), em imóvel adaptado com área construída de 6.998,00 m ² , englobando salas corporativas/escritórios, setor técnico científico (incluindo laboratórios), centro de articulações operacionais, centro de treinamento, estande de tiro, canil, áreas de circulação, guaritas, lava-jato, áreas técnicas, entre outros, acrescido de área de estacionamento e pátio de veículos apreendidos, em um terreno com área mínima de 9.000,00 m ² , por um período de 180 meses.	R\$ 80.541.381,60	Contratação de Alto valor e relevância para o funcionamento administrativo da PF.
Desenvolvimento de Software Grupo 2.	R\$ 69.657.500,00	Contratação de Alto valor e relevância para o desenvolvimento e manutenção de sistemas das áreas finalística da PF.
Aquisição de Munições Letais 08200.003046/2024-11.	R\$ 68.863.792,00	Contratação de Alto valor e relevância para estratégia e estrutura da PF.

OBJETO RESUMIDO	VALOR TOTAL (R\$)	JUSTIFICATIVA DA RELEVÂNCIA
Construção da nova Sede de Polícia Federal no Piauí.	R\$ 63.318.000,00	Contratação de Alto valor e relevância para o funcionamento administrativo da PF.
Sistema antídron 08200.001993/2024-78.	R\$ 59.117.851,00	Contratação de Alto valor e relevância para estratégia e estrutura da PF.
Storage Objeto.	R\$ 56.040.825,95	Contratação de Alto valor e relevância para a infraestrutura da TIC da PF.
Nova Fábrica de SW (G1).	R\$ 55.885.500,00	Contratação de Alto valor e relevância para o desenvolvimento e manutenção de sistemas das áreas finalística da PF.
Aquisição de viaturas blindadas.	R\$ 51.457.740,00	Contratação de Alto valor e relevância para estratégia e estrutura da PF.
Serviços continuado de locação de veículos Executivos blindados. 08200.012053/2024-12	R\$ 40.799.966,95	Contratação de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do órgão.
Serviços de digitação, a ser executado com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.	R\$ 37.952.428,08	No dia 21 de julho de 2023, foi publicado o Decreto n.º 11.615 que previu a migração de competências relacionadas ao Colecionador, Atirador e Caçador - CACs, do Exército Brasileiro para a Polícia Federal (PF). A Licitação busca viabilizar a referida migração quanto ao provimento de mão de obra para operacionalizar a nova competência da PF.
Nova Rede WAN/MPLS - Multiserviços.	R\$ 32.465.895,68	Alto valor, infraestrutura de rede para todas as unidades da PF.
Sistema de Registro Preços -SRP mobiliário para SR/PF/RS e Participantes.	R\$ 28.038.583,90	Mobiliário e material permanente para suprir as Unidades e substituir os bens inservíveis, em razão do aumento do efetivo, da obsolescência ou desgaste pelo uso e decurso do tempo. Melhoria no ambiente de trabalho permitindo ao público interno e externo.

OBJETO RESUMIDO	VALOR TOTAL (R\$)	JUSTIFICATIVA DA RELEVÂNCIA
Serviços de Limpeza, Asseio, Conservação Predial e Copeiragem, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com vigência de 40 meses.	R\$ 25.162.470,11	Contratação relevante ao funcionamento e manutenção da infraestrutura administrativa da PF.
Aquisição de módulos de estocagem móvel e fixo, com acessórios, para suprir estruturação de depósitos de drogas e bens apreendidos, armas, munições, provas materiais, materiais de escritório e outros, para a Superintendência Regional de Polícia Federal em Minas Gerais e Órgãos participantes.	R\$ 23.487.190,32	Aquisição relevante à infraestrutura de estocagem em depósitos sensíveis das Superintendências Regionais da PF no Brasil.
Contratação de Empresa para construção da Nova Sede do Ini/Drex/PF. 08203.000763/2023-81	R\$ 21.638.986,00	Contratação estratégica e estruturante para a PF.
Assistente Administrativo.	R\$ 20.962.962,90	Contratação relevante ao funcionamento e manutenção da infraestrutura administrativa da PF.
Contratação de empresa especializada de Engenharia para execução da obra de construção da nova Delegacia de Polícia Federal no Oiapoque/AP (DPF-OPE-AP).	R\$ 17.098.168,22	Alto valor e relevância. Construção de novo prédio da Delegacia de Polícia Federal em Oiapoque/AP.
Desenvolvimento e sustentação de sistemas informatizados (Fábrica de Softwares - Grupo 01).	R\$ 16.276.950,00	Alto valor e relevância. Desenvolvimento e manutenção de sistemas da área finalística da PF.
Serviços com dedicação de mão de obra exclusiva de manutenção predial para a SR e demais unidades da PF na Bahia, por vigência de 5 anos.	R\$ 16.204.089,29	Alto valor e relevância. Manutenção predial para edificações da PF.
Desenvolvimento e sustentação de sistemas informatizados (Fábrica de Softwares - Grupo 02).	R\$ 16.097.700,00	Alto valor e relevância. Desenvolvimento e manutenção de sistemas da área finalística da PF.
Serviço de fornecimento de peças e componentes para aeronave.	R\$ 14.918.796,00	Contratação estratégica e estruturante para a PF.
Serviços contínuos de vigilância armada patrimonial para a Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul - SR/PF/MS e suas unidades descentralizadas no estado, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.	R\$ 14.748.789,31	Essencial para manter a segurança das instalações.

Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica	Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional	Conformidade e Eficiência da Gestão	Resultados e Desempenho da Gestão	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
---	--	-------------------------------------	-----------------------------------	--

OBJETO RESUMIDO	VALOR TOTAL (R\$)	JUSTIFICATIVA DA RELEVÂNCIA
Contratação de empresa especializada em Engenharia e Arquitetura para execução da construção da Delegacia de Polícia Federal em Araguaína - TO, localizado no terreno da União, com área de 9.998,46m ² .	R\$ 14.135.000,00	Processo destinado à construção da nova sede da Delegacia de Polícia Federal em Araguaína - TO.
Contratação de serviço de transporte nacional de cargas em geral.	R\$ 13.411.488,66	Contratação de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do órgão.
Administração de dados.	R\$ 12.903.680,00	Contratação de Alto valor e relevância para o desenvolvimento e manutenção de sistemas e Gestão de dados das áreas finalística da PF.
Obra da Delegacia de Tabatinga – AM.	R\$ 12.776.426,46	Projeto estratégico da Superintendência da Polícia Federal em Amazonas - SR-PF-AM.
Vigilância Patrimonial Armada para SR e descentralizadas - mão de obra COM dedicação exclusiva.	R\$ 12.656.268,00	Essencial para manter a segurança das instalações.
Microscópio eletrônico de transmissão com fonte de emissão de campo - MET-FEG, modelo Talos F200X e Super-X EDS integrados e Dispositivo de alta resolução para caracterização e análise de materiais 2D e 3D - MEV-FIB-TOF SIMS - complementar ao microscópio eletrônico de transmissão ouro alvo à Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal - DITEC-PF.	R\$ 11.066.587,92	Programa AMAS - Amazônia, Segurança e Soberania - A aquisição do equipamento Focused Ion Beam - FIB com sensores especiais acoplados é crucial para aprimorar a capacidade de análise detalhada e precisa de materiais geológicos no SEPGEOP. Este equipamento permite a preparação de amostras em alta resolução, possibilitando a realização de cortes finos e específicos em materiais minerais.
Pacote de equipamentos de imageamento 3D para perícias em locais de degradação ambiental e garimpo ilegal - scanners laser, georadares - Projeto ouro alvo DITEC-PF.	R\$ 10.965.568,49	Programa AMAS - Amazônia, Segurança e Soberania - equipamento de perícia para melhor equipagem do programa.
Contratação de serviços de Copeiragem, de Carregadores, de Garçom, de Encarregado Geral, de Auxiliar de Encarregado e de Assistente Administrativo.	R\$ 10.618.165,00	Contratação de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do órgão.

Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica	Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional	Conformidade e Eficiência da Gestão	Resultados e Desempenho da Gestão	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
---	--	-------------------------------------	-----------------------------------	--

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - PRF		
OBJETO RESUMIDO	VALOR TOTAL (R\$)	JUSTIFICATIVA DA RELEVÂNCIA
Contratação integrada de empresa para elaboração de projeto básico e executivo de engenharia; execução de todas as etapas e ações necessárias, bem como cumprimento de todas as obrigações e condicionantes, incluindo todos os licenciamentos em especial o ambiental e execução das obras de construção da UNIPRF em Brasília-DF.	R\$ 43.312.053,65	Contratação de Alto valor e relevância para estratégia e estrutura da PRF.
Aquisição de arquivo deslizante.	R\$ 23.147.104,00	Contratação de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do órgão.
Aquisição de mobiliário corporativo, incluindo entrega e montagem	R\$ 52.091.177,27	Contratação de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do órgão.
Aquisição de Dispositivo de Condução de Energia - DCE também conhecidos como Arma Eletroeletrônica de Incapacitação Neuromuscular.	R\$ 191.701.833,35	Contratação de Alto valor e relevância para área-fim operacional. Equipagem policial com poder menos letal.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - SENASP		
OBJETO RESUMIDO	VALOR TOTAL (R\$)	JUSTIFICATIVA DA RELEVÂNCIA
Serviço para efetivação e gestão de transferências de recursos OGU por meio de Contratos de Repasse para realização de obras e serviços de engenharia.	R\$ 20.000.000,00	Viabilizar a contratação e entrega de obras e serviços de engenharia aos órgãos de segurança pública, por meio de contrato repasse junto à Caixa Econômica Federal.
Aquisição de meios de transporte aquáticos, sendo estas lanchas e motos aquáticas.	R\$ 49.500.000,00	Aparelhamento de órgãos segurança pública mediante entrega de bens e execução de programa de unidade finalística.
Veículos caracterizados do tipo Auto Bomba Tanque e Salvamento - ABTS tipo 1 e Auto Bomba Tanque e Salvamento - ABTS tipo 2.	R\$ 748.818.940,00	Equipagem de veículos Auto Bomba Tanque e Salvamento dos tipos 1 e 2 aos Corpos de Bombeiros no Brasil para o Combate a Incêndio.

OBJETO RESUMIDO	VALOR TOTAL (R\$)	JUSTIFICATIVA DA RELEVÂNCIA
Arma de Incapacitação Neuromuscular.	R\$ 813.139.684,42	Equipagem dos órgãos integrantes do Susp no que tange aos Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo, especificamente em relação a Arma Eletroeletrônica de Incapacitação Neuromuscular - AINM. Demanda da Senasp para cumprir e fomentar o cumprimento da legislação vigente.
Aquisição de Lanchas de Fiscalização Fluvial e acessórios.	R\$ 752.261.200,00	Equipagem para atendimento ao Decreto n.º 11.614, de 2023, que instituiu o Plano Amazônia: Segurança e Soberania - Plano Amas, parte da ação prioritária "Implantar a Companhia de Operações Ambientais da Força Nacional de Segurança Pública" vinculado ao Eixo 1 - "Aparelhamento e Modernização".
Aquisição de Veículo Auto Bomba Tanque e Salvamento ABTS Tipo 1 e Tipo 2/Veículo tipo Auto Bomba Tanque Florestal 4x4 - ABTF (Caracterizado).	R\$ 742.574.919,47	Equipagem em face precariedade operacional dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, no que tange a viaturas de combate a incêndio, com base em estudos e fundamentado no relatório técnico de demandas do grupo de trabalho integrado LIGABOM. Licitação em Complementação de processo realizado (08020.008305/2024-19).
Registro de Preços para aquisição de Carabina calibre 5,56 x 45 mm, com 5 carregadores e 01 bandoleira- DFNSP.	R\$ 672.474.085,40	Equipagem de armamento em cumprimento da Lei n.º 11.473, de 2007.
Aquisição de Munição Química - IMPO.	R\$ 207.856.509,09	Para atender as demandas da Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública – DFNSP; Diretoria do Sistema Único de Segurança Pública - DSUSP, além de demandas contidas na Cartilha de Emendas Parlamentares 2024.

Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica	Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional	Conformidade e Eficiência da Gestão	Resultados e Desempenho da Gestão	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
---	--	-------------------------------------	-----------------------------------	--

OBJETO RESUMIDO	VALOR TOTAL (R\$)	JUSTIFICATIVA DA RELEVÂNCIA
Abastecimento de aeronave.	R\$ 109.937.008,88	Para que não seja comprometida a atividade operativa da aeronave da Força Nacional com possíveis interrupções, bem como atender o Plano Amazônia: Segurança e Soberania - Plano Amas.

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENais - SENAPPen		
OBJETO RESUMIDO	VALOR TOTAL (R\$)	JUSTIFICATIVA DA RELEVÂNCIA
Aquisição de 50 semirreboques e 50 cavalos mecânicos, e demais itens acessórios.	R\$ 114.911.625,00	Contratação essencial à manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do órgão.
Elaboração dos estudos, projetos Básico e Executivo de engenharia e execução da obra da Academia Nacional da Polícia Penal – ANPP.	R\$ 106.405.632,98	Contratação de Alto valor e relevância para estratégia e estrutura da Senappen.
Aquisição de 206 Veículos tipo SUV blindados para futuras aquisições para doação aos estados e ao Distrito Federal, bem como para uso próprio da Senappen - MJSP.	R\$ 50.341.014,00	Contratação de Alto valor e relevância para estratégia e estrutura da Senappen.
Aquisição de máquinas e equipamentos específicos para a serralheria, como máquinas de corte, dobra, solda, furadeiras, lixadeiras e bancadas de trabalho.	R\$ 49.305.114,96	Contratação essencial à manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do órgão.
Aquisição, via sistema de registro de preços, de Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo - IMPO, visando atender as necessidades das Penitenciárias Federais (Catanduvas-PR, Campo Grande-MS, Mossoró-RN, Brasília-DF e Porto Velho-RO), da Sede da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Brasília-DF), de instrução e treinamento desempenhados pelo Grupo de Ações Especiais Penitenciárias - GAEP, bem como previsão de utilização em possíveis eventos específicos nas unidades penitenciárias estaduais, por meio da Força de Cooperação.	R\$ 45.032.916,34	Contratação de Alto valor e relevância para o funcionamento administrativo da Senappen.

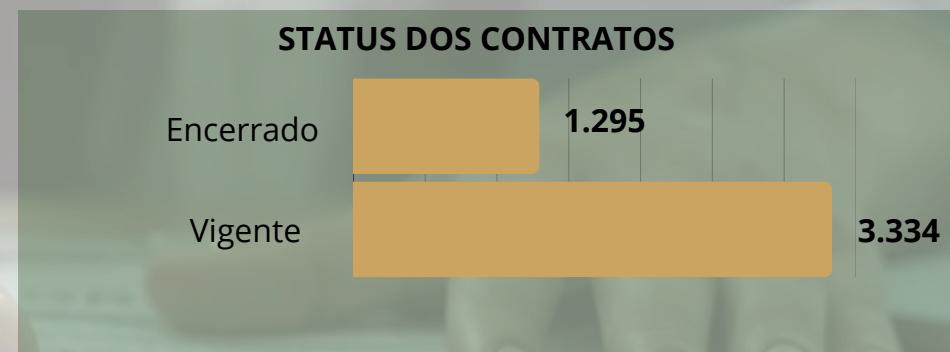
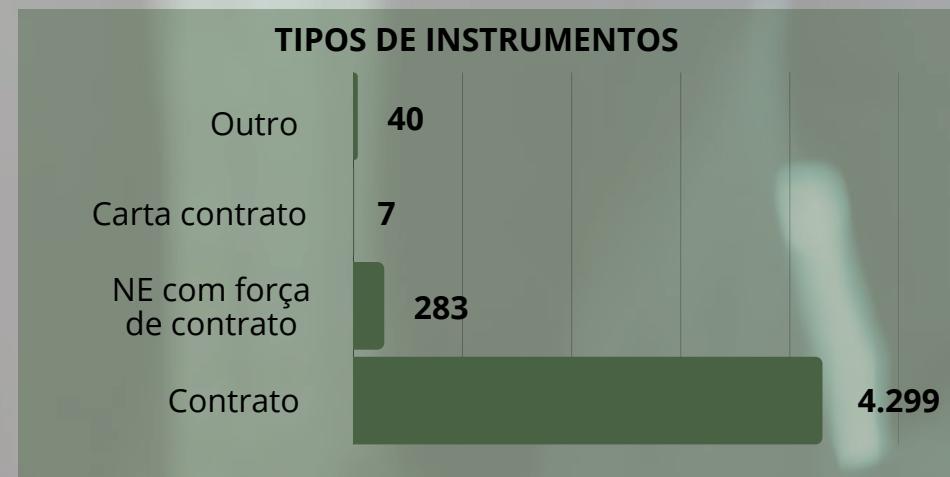
OBJETO RESUMIDO	VALOR TOTAL (R\$)	JUSTIFICATIVA DA RELEVÂNCIA
Aquisição de coletes de proteção balística Nível III A e placas de proteção balística nível III - plus (stand alone).	R\$ 43.986.344,71	Contratação de Alto valor e relevância para o funcionamento administrativo e Segurança operacional da Senappen.
Execução de obras para o Reforço da Segurança Externa (Muro, Passarela, Torres de Vigilância, Casa de Força e Posto de Controle), com fornecimento de materiais, mão-de-obra e nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências, equipamentos, da Penitenciária Federal em Mossoró-RN.	R\$ 28.587.383,66	Contratação de Alto valor e relevância para estratégia, estrutura e segurança da Senappen.

GESTÃO DE CONTRATOS

Contratos ou outros instrumentos congêneres: **4.629** instrumentos geridos em 2024.

Unidade	Quantidade	Percentual	Valor
SE	289	6%	R\$ 360.016.788,63
SENASP	247	5%	R\$ 1.155.330.851,56
PRF	2.208	48%	R\$ 2.151.043.591,34
PF	1.622	35%	R\$ 4.195.642.543,40
SENAPPEN	263	6%	R\$ 527.110.443,93
Total	4.629		R\$ 8.389.144.218,86

Situação em 31/12/2024



GASTOS POR FINALIDADE DOS CONTRATOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS (DESPESAS FINALÍSTICAS/IMOBILIZADO/ PUBLICIDADE INSTITUCIONAL)	TOTAL
R\$ 995.151.334,48	R\$ 4.481.000.034,80	R\$ 2.912.992.849,58	R\$ 8.389.144.218,86
(12%)	(53%)	(35%)	(100%)

CONTRATOS VIGENTES DE MAIOR RELEVÂNCIA

SECRETARIA EXECUTIVA – MJSP			
Nº DA CONTRATAÇÃO	OBJETO RESUMIDO	VALOR TOTAL (R\$)	JUSTIFICATIVA DA RELEVÂNCIA
16/2024 (SAA/SE)	Apoio administrativo (Assistente Administrativo, Secretário Executivo, Secretário Executivo Bilíngue, Técnico em Secretariado e Motoristas Executivos.	R\$ 41.753.090,70	Contrato de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do órgão.
15/2024 (SAA/SE)	Apoio administrativo (Repcionista, Apoio Administrativo Nível I, Almoxarifes, Carregadores e Encarregado.	R\$ 38.056.077,30	Contrato de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do órgão.
17/2024 (STI/SE)	Fábrica de Software (itens 1 a 13).	R\$ 33.975.600,00	Contrato de Alto valor e relevância para o desenvolvimento e manutenção de sistemas das áreas finalísticas do Órgão.
15/2023 (SAA/SE)	Manutenção predial.	R\$ 16.598.367,88	Contrato de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do Órgão.

Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica	Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional	Conformidade e Eficiência da Gestão	Resultados e Desempenho da Gestão	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
---	--	-------------------------------------	-----------------------------------	--

Nº DA CONTRATAÇÃO	OBJETO RESUMIDO	VALOR TOTAL (R\$)	JUSTIFICATIVA DA RELEVÂNCIA
20/2021 (STI/SE)	Subscrição de Softwares Microsoft.	R\$ 14.783.635,03	Contrato de Alto valor e relevância para a infraestrutura da TIC do Órgão.
40/2019 (STI/SE)	Service Desk (TIC).	R\$ 11.376.903,04	Contrato de Alto valor e relevância para a infraestrutura da TIC do Órgão.

POLÍCIA FEDERAL			
Nº DA CONTRATAÇÃO	OBJETO RESUMIDO	VALOR TOTAL (R\$)	JUSTIFICATIVA DA RELEVÂNCIA
40/2022 (CGAD/DLOG/PF)	Prestação de serviço de emissão e personalização de documentos de viagem eletrônicos passaporte comum, passaporte de estrangeiro e laissez-passer), incluindo a sua confecção, distribuição e entrega.	R\$ 292.802.521,23	Contrato de alto valor, cujo objeto é a emissão dos passaportes/documentos de viagem para todos os brasileiros e brasileiras.
21/2023 (DTI/DF)	Software Cellebrite.	R\$ 120.790.799,98	Contrato de Alto valor e relevância para o desenvolvimento e manutenção de sistemas das áreas finalísticas do Órgão.
22/2023 (SR/PF/MG)	Construção da Nova Sede da Superintendência de Polícia Federal de Minas Gerais - SR/PF/MG, em Belo Horizonte/MG.	R\$ 95.812.107,21	Contrato de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do Órgão.
03/2024 (SR/PF/MG)	Serviços contínuos de técnico em secretariado, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas unidades da Superintendência Regional de Minas Gerais – e Delegacias descentralizadas.	R\$ 72.182.177,68	Contrato de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do Órgão.
24/2024 (DTI/DF)	Desenvolvimento de Software Grupo 2.	R\$ 69.657.500,00	Contrato de Alto valor e relevância para o desenvolvimento e manutenção de sistemas das áreas finalísticas do Órgão.

Nº DA CONTRATAÇÃO	OBJETO RESUMIDO	VALOR TOTAL (R\$)	JUSTIFICATIVA DA RELEVÂNCIA
18/2020 (DITEC/PF)	Serviços de natureza continuada, sem dedicação exclusiva de mão de obra, de Licenciamento e fornecimento de imagens diárias de resolução 3 metros, ou melhor, ortorretificada e dados de satélite (...).	R\$ 64.649.771,31	O contrato sustenta o coração do Programa Brasil MAIS do MJSP, maior programa de monitoramento operacional por sensoriamento remoto do país. A capacidade única de gerar alerta diários e semanais com alta precisão e tempestividade permite apoiar planejamento operacional, ações de campo e de inteligência, tanto de órgãos operacionais do SUSP, quanto órgãos de fiscalização ambiental e de controle, com resultados que já ultrapassam R\$ 16 bilhões, representando um retorno de mais de 8.000%, sobre o investimento realizado. Essa contratação permite ao Estado Brasileiro, por intermédio de mais de 500 instituições públicas federais, estaduais, distritais e municipais, promoverem a máxima efetividade da Constituição da República, em busca da proteção ambiental e do desenvolvimento sustentável. São mais de 100.000 agentes públicos e militares que passaram a ter acesso a informações essenciais para uma atuação eficaz e eficiente.

Nº DA CONTRATAÇÃO	OBJETO RESUMIDO	VALOR TOTAL (R\$)	JUSTIFICATIVA DA RELEVÂNCIA
14/2024 (SR/PF/PI)	Obra de construção da nova sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Piauí.	R\$ 63.318.000,00	Contrato de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do órgão.
03/2024 (DTI/PF)	Nova Rede WAN/MPLS - Multiserviços.	R\$ 32.465.895,68	Contrato de Alto valor e relevância para a infraestrutura da TIC do órgão.
24/2022 (SR/PF/SP)	Fornecimento de serviços continuados de vigilância armada e desarmada à Superintendência Regional de Polícia Federal em São Paulo.	R\$ 31.418.989,80	Contrato de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do órgão.
04/2020 (SR/PF/SP)	Fornecimento de serviços contínuos de manutenção predial preventiva, corretiva, preditiva, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de peças e materiais, para atender as necessidades das unidades da Polícia Federal em São Paulo.	R\$ 26.882.098,80	Contrato de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do órgão.
18/2024 (SR/PF/SP)	Contratação de serviços contínuos de Limpeza, Asseio, Conservação Predial e Copeiragem, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.	R\$ 25.162.470,11	Contrato de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do órgão.
09/2023 (SR/PF/MS)	Construção da nova sede da Delegacia de Polícia Federal de Ponta Porã/MS	R\$ 24.024.725,67	Contrato de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do órgão.
03/2023 (SR/PF/SP)	Prestação de serviços de recepcionistas de portaria, carregadores e encarregados administrativos, para a Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de São Paulo (sua sede e unidades descentralizadas)	R\$ 23.788.562,04	Contrato de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do órgão.

Nº DA CONTRATAÇÃO	OBJETO RESUMIDO	VALOR TOTAL (R\$)	JUSTIFICATIVA DA RELEVÂNCIA
08/2024 (DLOG/PF)	Contratação de serviço integrado de captação e registro de dados voltada à emissão de Carteiras de Registro Nacional Migratório - CRNM e Documentos Provisórios de Registro Nacional Migratório - DPRNM, com todos os insumos e equipamentos próprios necessários para capturar, coletar, processar e produzir esses documentos	R\$ 22.500.000,00	Contrato de Alto valor e relevância para área-fim operacional da PF. Permite a identificação especialmente de refugiados de forma célere e segura.
05/2024 (DPF/FIG/PR)	Construção da nova Delegacia de Cascavel.	R\$ 20.662.121,57	Contrato de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do Órgão.
01/2022 (DTI/PF)	Licenças de software (Subscrição de softwares Microsoft 365 e outros).	R\$ 20.116.262,87	Contrato de Alto valor e relevância para a infraestrutura da TIC do Órgão.
01/2022 (SR/PF/RJ)	Fornecimento de água da Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio de Janeiro e Delegacia de Polícia Federal em Nova Iguaçu-RJ	R\$19.907.206,20	Contrato de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do Órgão.
07/2024 (DTI/PF)	Exadata.	R\$ 19.790.330,02	Contrato de Alto valor e relevância para a infraestrutura da TIC do Órgão.
13/2022 (SR/PF/MG)	Locação dos imóveis Edifício Raja Quik e Edifício Tuma – Localizados em Belo Horizonte-MG.	R\$ 18.480.000,00	Contrato de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do Órgão.
03/2020 (DTI/PF)	Desenvolvimento e sustentação de sistemas informatizados (Fábrica de Softwares - Grupo 01).	R\$ 16.276.950,00	Contrato de Alto valor e relevância para o desenvolvimento e manutenção de sistemas das áreas finalísticas do Órgão.
02/2020 (DTI/PF)	Desenvolvimento e sustentação de sistemas informatizados (Fábrica de Softwares - Grupo 02).	R\$ 16.097.700,00	Contrato de Alto valor e relevância para o desenvolvimento e manutenção de sistemas das áreas finalísticas do Órgão.

Nº DA CONTRATAÇÃO	OBJETO RESUMIDO	VALOR TOTAL (R\$)	JUSTIFICATIVA DA RELEVÂNCIA
02/2024 (SR/PF/MS)	Desenvolvimento e sustentação de sistemas informatizados (Fábrica de Softwares - Grupo 02).	R\$ 16.097.700,00	Contrato de Alto valor e relevância para o desenvolvimento e manutenção de sistemas das áreas finalísticas do Órgão.
02/2024 (SR/PF/MS)	Reforma e ampliação da Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul	R\$ 16.055.653,01	Contrato de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do Órgão.
02/2023 (DTI/PF)	Administração de dados.	R\$ 12.903.680,00	Gestão de dados de sistemas essenciais para a PF.
24/2024 (DTI/PF)	Construção da nova Delegacia de Polícia Federal em Oiapoque/AP (DPF/OPE/AP).	R\$ 12.825.000,00	Contrato de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do Órgão.
01/2024 (SR/PF/RO)	Prestação de serviços de secretariado e auxiliar administrativo bilíngue, para atender às necessidades da Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia e de suas unidades descentralizadas pelo prazo de 60 meses.	R\$ 12.443.017,20	Contrato de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do Órgão.
17/2024 (SR/PF/PR)	Prestação de serviços de Recepcionistas e telefonistas da Superintendência Regional e descentralizadas.	R\$ 10.593.720,48	Contrato de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do Órgão.
03/2022 (SR/PF/MA)	Aluguel do imóvel usado como sede da Superintendência de Polícia Federal no Maranhão, em São Luís	R\$ 10.336.560,00	Contrato de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do Órgão.

SENASA

Nº DA CONTRATAÇÃO	OBJETO RESUMIDO	VALOR TOTAL (R\$)	JUSTIFICATIVA DA RELEVÂNCIA
94/2022 (DGI)	Solução de tecnologia da informação e comunicação de provedor de serviços estratégicos de tecnologia da informação.	R\$ 92.160.143,85	Efetividade na operacionalização de todos os módulos que compõe o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas - SINESP, em atendimento à Política Nacional de Segurança Pública, objetivando a estruturação e aparelhamentos dos órgãos que integram o Sistema Único de Segurança Pública.
139/2022 (DFNSP)	Aquisição de Lancha de Fiscalização Fluvial - LFF com carreta de transporte rodoviário.	R\$ 21.810.945,60	Aparelhamento de órgãos de segurança pública mediante entrega de bens e execução de programa de unidade finalística.
31/2023 (DFNSP/DIOP)	Gerenciamento da Frota Automotiva.	R\$ 10.575.795,70	Garantir o deslocamento dos integrantes em operações desenvolvidas em todo o território nacional, mediante uso de veículos, visando cumprir as missões e os programas correlatos a segurança pública.
16/2024 (DFNSP)	Administradora de Benefícios, a fim de disponibilizar Plano de Saúde.	R\$ 20.272.452,00	Garantir apoio médico constante e ininterrupto aos agentes de segurança pública da Força Nacional de Segurança Pública, em cumprimento aos normativos pertinentes e ao desígnio das atividades de segurança.
28/2024 (DGFNSP)	Aquisição de veículos policiais especiais.	R\$ 36.606.000,00	Aquisição de veículos destinados a beneficiários de segurança pública para atender a Emenda Parlamentar impositiva.

Nº DA CONTRATAÇÃO	OBJETO RESUMIDO	VALOR TOTAL (R\$)	JUSTIFICATIVA DA RELEVÂNCIA
29/2024 (DGFNSP)	Aquisição de Caminhonete descaracterizada 4x4, cabine dupla, de apoio operacional.	R\$ 10.521.100,00	Aquisição de veículos destinados a beneficiários de segurança pública para atender Emenda Parlamentar impositiva.
30/2024 (DGFNSP)	Serviços comuns de agenciamento de viagens para aquisição de passagens aéreas nacionais.	R\$ 37.205.615,10	Atendimento das demandas de deslocamento de agentes públicos, realização de eventos e operações finalísticas.
32/2024 (DGFNSP)	Aquisição de Caminhonete/SUV caracterizada de grande porte com proteção balística nível III-A parcial.	R\$ 18.824.000,00	Aquisição de veículos destinados a beneficiários de segurança pública para atender Emenda Parlamentar impositiva.
54/2024 (DGFNSP)	Aquisição de veículos policiais especiais.	R\$ 17.372.000,00	Aparelhamento de órgãos de segurança pública mediante entrega de bens e execução de programa de unidade finalística.
59/2024 (DGFNSP)	Serviço para efetivação e gestão de transferências de recursos OGU por meio de Contratos de Repasse para realização de obras e serviços de engenharia.	R\$ 20.000.000,00	Viabilizar a contratação e entrega de obras e serviços de engenharia aos órgãos de segurança pública, por meio de contrato, repasse junto a Caixa Econômica Federal.
79/2024 (DFNSP)	Aquisição lanchas e motos aquáticas.	R\$ 49.500.000,00	Aparelhamento de órgãos de segurança pública mediante entrega de bens e execução de programa de unidade finalística.

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL				
Nº DA CONTRATAÇÃO	OBJETO RESUMIDO	VALOR TOTAL (R\$)	JUSTIFICATIVA DA RELEVÂNCIA	
26/2022 (SPRF-CE)	Obras de construção para a realização de reforma e ampliação da Sede da Superintendência da PRF no Ceará.	R\$ 23.135.670,88	Contrato de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do órgão.	
01/2021 (SPRF-BA)	Construção civil para a execução de obra para construção da nova sede da Superintendência de Polícia Rodoviária Federal na Bahia - SPRF/BA.	R\$ 34.817.037,34	Contrato de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do órgão.	
03/2022 (SPRF-SP)	Locação da sede.	R\$ 15.907.644,60	Contrato de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do órgão.	
02/2019 (SPRF-RS)	Elaboração de projeto básico, projeto executivo e execução do Retrofit da Nova Sede da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Rio Grande do Sul - SPRF-RS.	R\$ 33.136.726,72	Contrato de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do órgão.	
21/2020 (SPRF-RS)	Fornecimento de combustíveis, óleos, filtros lubrificantes, serviços de lavagens e de borracharia, de manutenção preventiva, corretiva e de danos, com fornecimento de peças/materiais, mediante intermediação, junto a rede credenciada de estabelecimentos, para atender todas as máquinas, equipamentos e veículos do Superintendência da PRF do Rio Grande do Sul.	R\$ 10.871.158,40	Contrato de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do órgão.	
13/2020 (SRPF-MT)	Serviços de recolhimento, depósito e guarda de veículos da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Mato Grosso - PRF-MT Diamantino/Rondonópolis/Sorriso - DEL 01/02/06.	R\$ 22.496.747,89	Contrato de Alto valor e relevância para área-fim e operacional do órgão.	
03/2023 (SPRF-GO)	Serviços de Guarda e Recolhimento de Veículos.	R\$ 16.105.579,52	Contrato de Alto valor e relevância para área-fim e operacional do Órgão.	

Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica	Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional	Conformidade e Eficiência da Gestão	Resultados e Desempenho da Gestão	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
---	--	-------------------------------------	-----------------------------------	--

Nº DA CONTRATAÇÃO	OBJETO RESUMIDO	VALOR TOTAL (R\$)	JUSTIFICATIVA DA RELEVÂNCIA
08/2023 (SPRF/MA)	Construção da sede nova da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Maranhão.	R\$ 21.682.209,24	Contrato de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do Órgão.
10/2021 (SPRF-AP)	Realização de obras para Reforma com Ampliação da Sede da Superintendência da Polícia Rodoviária Federa do Amapá.	R\$ 10.962.403,49	Contrato de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do Órgão.
09/2020 (SPRF-RN)	Obras para reforma e construção da sede da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal do Rio Grande do Norte.	R\$ 27.278.887,82	Contrato de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do Órgão.

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIS - SENAPPEN			
Nº DA CONTRATAÇÃO	OBJETO RESUMIDO	VALOR TOTAL (R\$)	JUSTIFICATIVA DA RELEVÂNCIA
17/2020	Concurso.	R\$ 13.751.553,50	Contrato de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do Órgão.
37/2020	Repasso de Recursos.	R\$ 15.589.400,00	Repasso de recursos buscando a melhoria dos estabelecimentos federais
31/2021	Repasso de Recursos.	R\$ 23.996.662,74	Repasso de recursos buscando a melhoria dos estabelecimentos federais
35/2021	Aluguel.	R\$ 45.246.888,60	Contrato de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do Órgão.
08/2022	Apoio Administrativo.	R\$ 12.277.425,27	Contrato de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do Órgão.

Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica	Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional	Conformidade e Eficiência da Gestão	Resultados e Desempenho da Gestão	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
---	--	-------------------------------------	-----------------------------------	--

Nº DA CONTRATAÇÃO	OBJETO RESUMIDO	VALOR TOTAL (R\$)	JUSTIFICATIVA DA RELEVÂNCIA
43/2022	Reforma muralha.	R\$ 45.032.111,87	Contrato de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do Órgão.
20/2023	Aquisição de Veículos.	R\$ 12.393.000,00	Contrato de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do Órgão.
36/2023	Viagens.	R\$ 16.260.952,50	Contrato de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do Órgão.
36/2023	Aquisição de Raio X.	R\$ 16.390.000,00	Contrato de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do Órgão.
43/2023	Alimentação.	R\$ 16.434.000,00	Manutenção da dignidade humana do interno e cumprimento da lei de execução penal.
66/2023	Aquisição de Veículos.	R\$ 12.898.200,00	Renovação de frota e reforço veicular para Senappen e Estados, como doação
67/2023	Aquisição de Veículos.	R\$ 16.714.200,00	Renovação de frota e reforço veicular para Senappen e Estados, como doação.
33/2024	Apoio Administrativo.	R\$ 12.580.685,40	Contrato de Alto valor e relevância para a manutenção da infraestrutura e da gestão administrativa do Órgão.
85/2024	Repasso de Recursos.	R\$ 14.562.500,00	Repasso de recursos buscando a melhoria dos estabelecimentos federais.
100/2024	Reforma muralha.	R\$ 28.587.383,66	Reforço da segurança externa com viés de evitar fugas.
102/2024	Serralheria.	R\$ 13.415.962,00	Atender a lei de execução penal fornecendo trabalho aos internos.

PRINCIPAIS DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS

A gestão das contratações traz alguns desafios que sempre estão presentes na busca de processos mais eficientes, não sendo diferente neste ano de 2024, quais sejam:

- a) Domínio aprofundado da Lei n.º 14.133, de 2021 sobre Licitações e Contratos, tanto em sua teoria quanto, na prática, incluindo a operacionalização das novas normas e a adaptação às versões atualizadas dos sistemas estruturantes.
- b) Fortalecimento da etapa de planejamento e elaboração dos artefatos da contratação, visando maior eficiência nos processos, redução do tempo médio das licitações, cumprimento do calendário anual de contratações e aprimoramento da comunicação entre os agentes envolvidos na gestão de contratos.

Além disso, há a necessidade de reforço da força de trabalho para a gestão das contratações, mitigação da evasão de servidores e manutenção do interesse dos profissionais atuantes na área. Destaca-se, também, a importância da ampliação de capacitações especializadas em licitações e contratos, bem como a melhoria da gestão da informação, diante da ausência de um sistema centralizado. Por fim, enfrentam-se desafios decorrentes das restrições orçamentárias, que impactam diretamente a execução e a otimização desses processos.

Em 2025, o Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, pretende concentrar esforços no aprimoramento dos processos de trabalho relacionados às licitações e contratos, com foco em maior eficiência, controle e governança. Para isso, estão previstas ações como o aprimoramento da governança das contratações, fortalecendo o controle e a gestão das informações; a revisão dos normativos internos sobre planejamento da contratação, visando otimizar a aplicação da legislação na rotina de trabalho; e a antecipação do envio de processos à unidade de compras, garantindo o cumprimento do calendário anual de contratações. Além disso, busca-se o estabelecimento de um programa de gestão e incentivos para servidores que atuam na área de licitações e contratos, a promoção de capacitação especializada, garantindo a atualização contínua dos profissionais, e a adoção de normativo para aplicação de sanções, reforçando o cumprimento das regras contratuais.

Também estão previstas a alocação de mais servidores para aumentar a eficiência nas contratações, na gestão e na fiscalização contratual, a expansão das contratações compartilhadas ou centralizadas, visando maior racionalização de recursos, e a atualização da Trilha de Capacitação em Licitações e Contratos, assegurando a formação contínua dos servidores. Essas iniciativas procuram otimizar os processos, reduzir prazos, garantir maior segurança jurídica e aprimorar a gestão contratual no MJSP.

IV - GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

No âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a maioria das unidades utiliza o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - Siads, para controlar seus bens, a exemplo da Secretaria-Executiva - SE, e Secretaria Nacional de Políticas Penitenciárias - Senappen. Já a PF utiliza o sistema e-LOG, enquanto a PRF utiliza o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos - SIPAC.

De forma geral, constatou-se substancialmente avanço na gestão e regularização patrimonial em todos os órgãos que compõem a estrutura do MJSP, com esforços significativos para incrementar e capacitar as equipes que atuam na gestão patrimonial, o que possibilitou a redução de passivos não localizados, assim como expressivos desfazimentos, seja por melhor gestão, doação ou descarte de inservíveis.

No âmbito da Secretaria-Executiva, por exemplo, o inventário patrimonial de 2024 demonstrou que os bens não localizados caíram de 1.771 em 2023, para 45 apenas. Também houve em 2024 uma robusta atuação da Unidade de patrimônio no sentido de regularização de contas, intangíveis, bem como desfazimento de bens inservíveis.

Na Secretaria Nacional de Políticas Penais, no exercício de 2024, foram realizadas mudanças e desmobilizações significativas no âmbito da gestão patrimonial, com foco na modernização e na eficiência administrativa. A contratação de novos profissionais, incluindo analistas contábeis e de patrimônio, reforçou a gestão técnica e estruturada dos ativos, melhorando os controles e a qualidade dos processos. Entre as ações realizadas, destaca-se o desenvolvimento de ferramentas como o Sistema de Gestão Patrimonial - SGP e o Sistema de Gestão de Frota - SGF, que automatizaram processos e aumentaram a precisão no controle de bens. Além disso, foi promovido o desfazimento de bens inservíveis, priorizando práticas ambientalmente responsáveis e alinhadas às normas vigentes.



A Polícia Federal destacou como entregas relevantes na gestão patrimonial uma série de ações voltadas à eficiência, modernização e controle de bens. Entre os avanços, destaca-se a finalização dos registros de imóveis em uso pendentes junto à Secretaria de Patrimônio da União - SPU no Amazonas, garantindo regularização e segurança jurídica. Para aprimorar a infraestrutura tecnológica, houve a aquisição de equipamentos para ampliar a capacidade de armazenamento de dados produzidos pela instituição. Além disso, foi implementado um controle mais preciso e atualizado de bens móveis, imóveis e materiais de consumo, com melhorias no sistema de controle patrimonial.

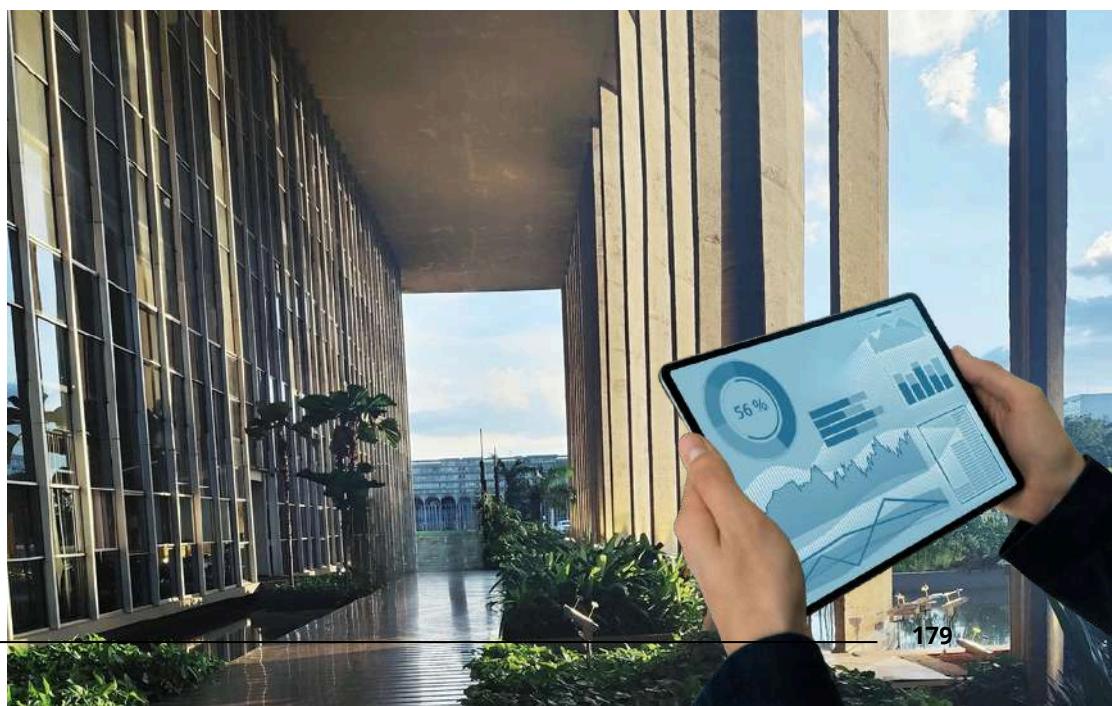
A gestão patrimonial também priorizou a manutenção preventiva de equipamentos e estruturas físicas, visando evitar custos elevados decorrentes de desgastes e falhas. No entanto, desafios como recursos financeiros limitados para aquisição de novos bens ou modernização da infraestrutura exigiram maior eficiência na alocação dos ativos. Para fortalecer a cultura patrimonial, foram adotadas estratégias de conscientização e engajamento dos servidores nos procedimentos de gestão de bens.

Entre as iniciativas de reorganização patrimonial, destaca-se a realização do desfazimento de bens inservíveis, a doação de materiais substituídos pela nova contratação de mobiliário em 2024 e o tombamento e disponibilização de móveis e equipamentos para o Centro de Treinamento no Tocantins - TO, inaugurado em maio de 2024. Além disso, foram feitas a disponibilização de móveis e equipamentos para o

estacionamento da Superintendência Regional do Tocantins - SR/TO e a transferência de mobiliário antigo para a nova delegacia, incluindo o recebimento e instalação de novos móveis e acessórios no Amapá - AP.

No campo da modernização, foi implementado um sistema de inventário utilizando etiquetas Radio Frequency Identification - RFID em Pernambuco - PE, otimizando o rastreamento e controle dos bens patrimoniais. Também foram realizadas ações logísticas emergenciais no Rio Grande do Sul - RS, em resposta às enchentes de 2024 e medidas preparatórias para a COP30 em Belém - PA, garantindo suporte operacional e infraestrutura para o evento.

Essas iniciativas fortaleceram a organização patrimonial e contribuíram para o alinhamento às diretrizes estratégicas do órgão, promovendo maior eficiência e sustentabilidade na gestão dos recursos públicos.



QUANTIDADE E VALOR DE BENS ATIVOS (MÓVEIS, IMÓVEIS E INTANGÍVEIS)

No contexto de gestão patrimonial, o MJSP faz gestão de bens no valor aproximado de R\$ 9.610.688.198,37 (nove bilhões, seiscentos e dez milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, cento e noventa e oito reais e trinta e sete centavos), os quais são distribuídos conforme tabela abaixo:

Unidade	Classificação	Quantidade	Valor
SE	Móveis	55.193	R\$ 133.985.663,06
	Imóveis	4	R\$ 206.786.500,44
	Intangíveis	46	R\$ 82.579.941,11
SUBTOTAL		55.243	R\$ 423.352.104,61
SENASP	Móveis	10.945	R\$ 179.040.271,21
	Imóveis	0	R\$ 0,00
	Intangíveis	0	R\$ 5.427.771,10
SUBTOTAL		10.945	R\$184.468.042,31
SENAPPEN	Móveis	31.337	R\$ 96.385.572,67
	Imóveis	7	R\$ 449.031.679,62
	Intangíveis	0	R\$ 1.519.922,00
SUBTOTAL		31.344	R\$546.937.174,29
PRF	Móveis	313.432	R\$ 1.806.542.733,21
	Imóveis	0	R\$ 2.429.122.114,58
	Intangíveis	1466	R\$ 2.328.396,25
SUBTOTAL		314.898	R\$ 4.237.993.244,04
PF	Móveis	494.468	R\$1.445.770.929,77
	Imóveis	251	R\$ 2.813.763.737,94
	Intangíveis	46.318	R\$ 142.871.007,72
SUBTOTAL		541.037	R\$ 4.402.405.675,43
Total MJSP		942.522	R\$ 9.610.688.198,37

Fonte: CGDS/SAA/SE. Informações de 31/12/2024

DESFAZIMENTO DE BENS

A Administração Pública Federal - APF, adquire bens visando oferecer serviços e atingir metas que surgem das necessidades públicas. Contudo, fatores como obsolescência, ociosidade ou irrecuperabilidade dos recursos, fazem com que esses bens deixem de representar expectativas de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços para o órgão. Assim, em respeito aos princípios da legalidade e da economicidade, previstos no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e conforme estabelecido no Decreto n.º 99.658, de 30 de outubro de 1990, a APF promove a reutilização, movimentação, alienação e outras formas de desfazimento desses bens, providências que afetam as demonstrações contábeis, em especial o balanço patrimonial do Órgão.

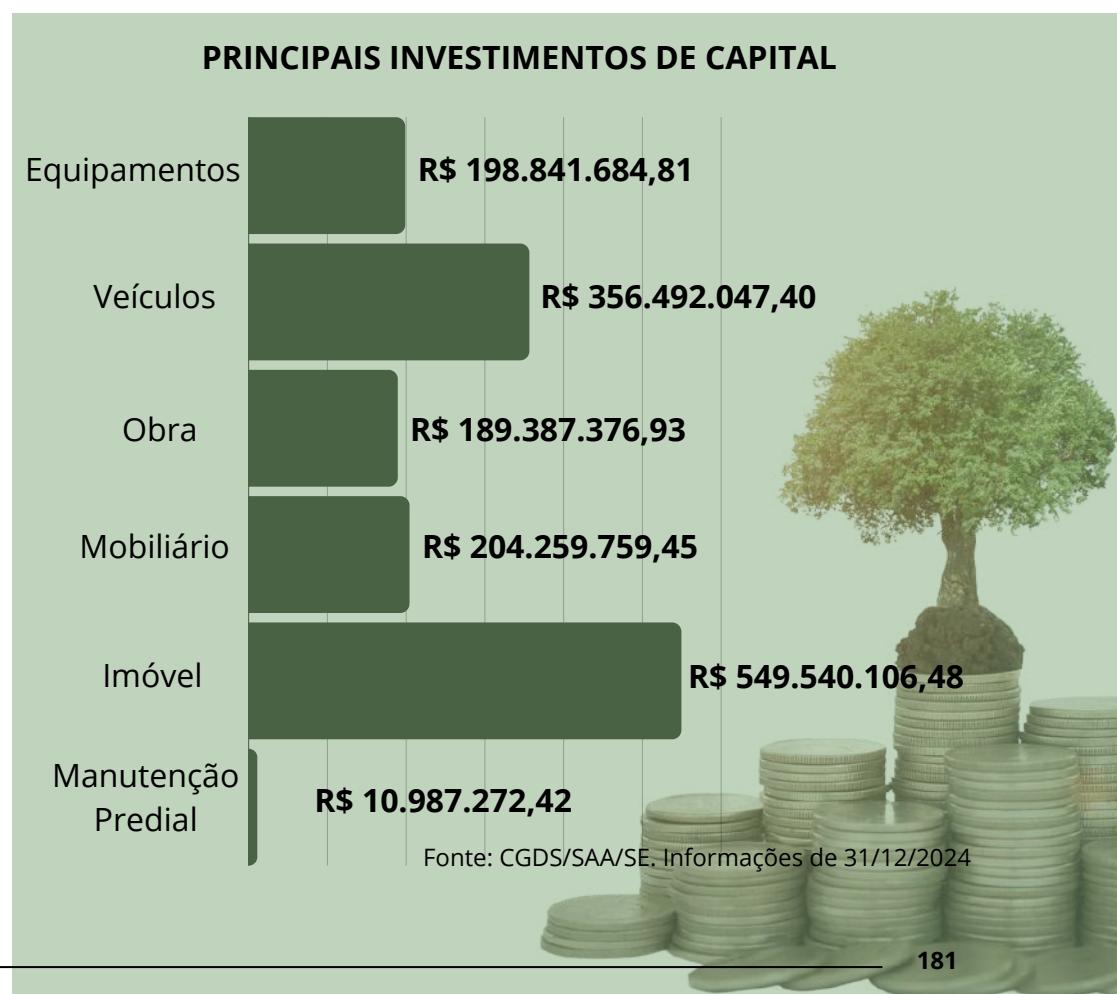
Abaixo, quadro demonstrativo dos desfazimentos realizados no ano de 2024:

Unidade	Quantidade	Valor
SE	2.626	R\$ 4.362.223,18
SENASP	55.103	8.996.948,09
SENAPPEN	1.102	R\$ 1.631.287,59
PRF	27.533	R\$ 23.769.238,38
PF	95.769	R\$ 95.035.493,37
Total	182.133	R\$133.765.190,61

Fonte: CGDS/SAA/SE. Informações de 31/12/2024

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE CAPITAL

Em 2024, os investimentos mais relevantes de capital realizados pelas unidades administrativas foram de R\$ 1.226.376.381,08 (um bilhão, duzentos e vinte e seis milhões, trezentos e setenta e seis mil, trezentos e oitenta e um reais e oito centavos), sendo distribuídos entre os seguintes tipos de despesas:



LOCAÇÃO DE IMÓVEIS EM GERAL

Em 2024, o custo de locações foi de R\$ 81.618.845,40 (oitenta e um milhões, seiscentos e dezesseis mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e quarenta centavos), com imóveis alugados para o desenvolvimento das atribuições institucionais da Pasta, sendo:



R\$ 6.705.030,00 (seis milhões setecentos e cinco mil e trinta reais) por parte da **Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen**;



R\$ 13.656.779,30 (treze milhões seiscentos e cinquenta e seis mil, setecentos e setenta e novo reais e trinta centavos) por parte da **Policia Rodoviária Federal - PRF**; e



R\$ 61.257.036,10 (sessenta e um milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, trinta e seis reais e dez centavos) por parte da **Policia Federal - PF**.

PRINCIPAIS DESAFIOS

Dentre os principais desafios relacionados à gestão patrimonial e de infraestrutura, no âmbito do MJSP, pode-se destacar a adequação da gestão à implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS, conforme determina a Portaria ME n.º 232, de 2 de junho de 2020,

visando atender as peculiaridades das atividades desenvolvidas por este Ministério, considerando que desde sua implantação houve necessidades de alinhamentos com o órgão central para a revisão de ferramentas no sistema, de retrabalhos para adequação das bases de dados e de capacitações constantes das equipes de trabalho.

Para a Secretaria Nacional de Políticas Penais – Senappen, e para a Secretaria-Executiva, outro desafio é a regularização patrimonial e a busca pela equalização dos controles contábil, patrimonial e de inventário. A regularização patrimonial, neste contexto, é um passo crucial para assegurar que os registros estejam atualizados e consistentes, proporcionando informações fidedignas que subsidiem o processo decisório para melhorar a transparência nos processos de gestão.

Para a Polícia Rodoviária Federal - PRF, a gestão de infraestrutura em prédios públicos enfrenta desafios como orçamentos limitados, envelhecimento das estruturas, falta de manutenção preventiva, e a necessidade de conformidade com normas e regulamentações. Da mesma forma, a gestão patrimonial necessita de mudança de paradigma no tocante ao olhar de todo o ciclo de vida dos materiais e bens públicos, bem como a fragilidade, a falta de atratividade da área e a necessidade de sanear o acervo existente. A modernização gradual e o uso estratégico de recursos são cruciais para alcançar uma gestão eficiente e sustentável.



MUDANÇAS E DESMOBILIZAÇÕES RELEVANTES

A Polícia Rodoviário Federal – PRF apontou a construção da nova sede Regional da Superintendência do Estado da Bahia, a reforma e ampliação da sede da Superintendência do Estado do Rio Grande do Norte e a reforma da sede Superintendência do Estado do Pará.

A Polícia Federal – PF lista abaixo as principais mudanças e desmobilizações:



Mudança de sede da Superintendência Regional de Minas Gerais, passando de um único prédio para dois edifícios em endereços distintos, com reaproveitamento de bens provenientes da antiga sede da Polícia Federal em Brasília, além da movimentação de bens que não seriam utilizados para o depósito;



Construção da nova delegacia de Pacaraima em Roraima;



Locação de imóvel para abrigar a Sede do Centro de Cooperação Policial Internacional - CCPI Amazônia, na Zona Centro-Oeste na cidade de Manaus;



Mudança da base Grupo Especial de Investigações Sensíveis para a nova sede em Mato Grosso, fazendo a entrega do imóvel alugado na sede antiga;



Projeto e construção das Delegacias de Sinop - MT e Rondonópolis - MT, além do Posto de Atendimento de Rondonópolis;



Implantação da Central de Atendimento ao Público da PF no Shopping Paralela, na Bahia com grande mobilização de mobiliário;



Instalação da sala da PF no Edifício Latife Salomão, em Roraima;



Mudança da Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos, Delegacia de Controle de Segurança Privada, Delegacia de Polícia de Migração para a região central de Brasília, próximo ao Edifício Sede da Polícia Federal;



Construção da sede própria da Superintendência no Piauí;



Reforma interna (layout e sistemas prediais), externa (cobertura, fachada e entorno) e do auditório do edifício da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação; e a



Transferência dos depósitos do almoxarifado para novo local, reforma do refeitório e aquisição de móveis e equipamentos no Tocantins.

PRESERVAÇÃO DO PALÁCIO DA JUSTIÇA: PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E SUSTENTABILIDADE

Durante o exercício de 2024, esforços foram concentrados na preservação do Palácio da Justiça, não apenas como um edifício histórico, mas como um símbolo da identidade institucional do país. Considerado um dos marcos arquitetônicos mais importantes do Brasil, o Palácio foi projetado por Oscar Niemeyer e integra o conjunto urbanístico de Brasília, reconhecido como Patrimônio Mundial pela UNESCO. Além disso, está protegido pelo tombamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e pelo Governo do Distrito Federal, o que reforça sua relevância para a história e a cultura nacional.

A preservação desse patrimônio transcende a conservação física do prédio. Trata-se da salvaguarda da memória institucional e da democracia, garantindo que as futuras gerações tenham acesso à história da Justiça e do Estados brasileiros. O Palácio da Justiça não é apenas um espaço administrativo, mas um local de representação do Poder Público, onde decisões estratégicas e ações de grande impacto são concebidas e executadas. Manter sua integridade estrutural significa assegurar a continuidade dessas funções em um ambiente que reflete sua importância.



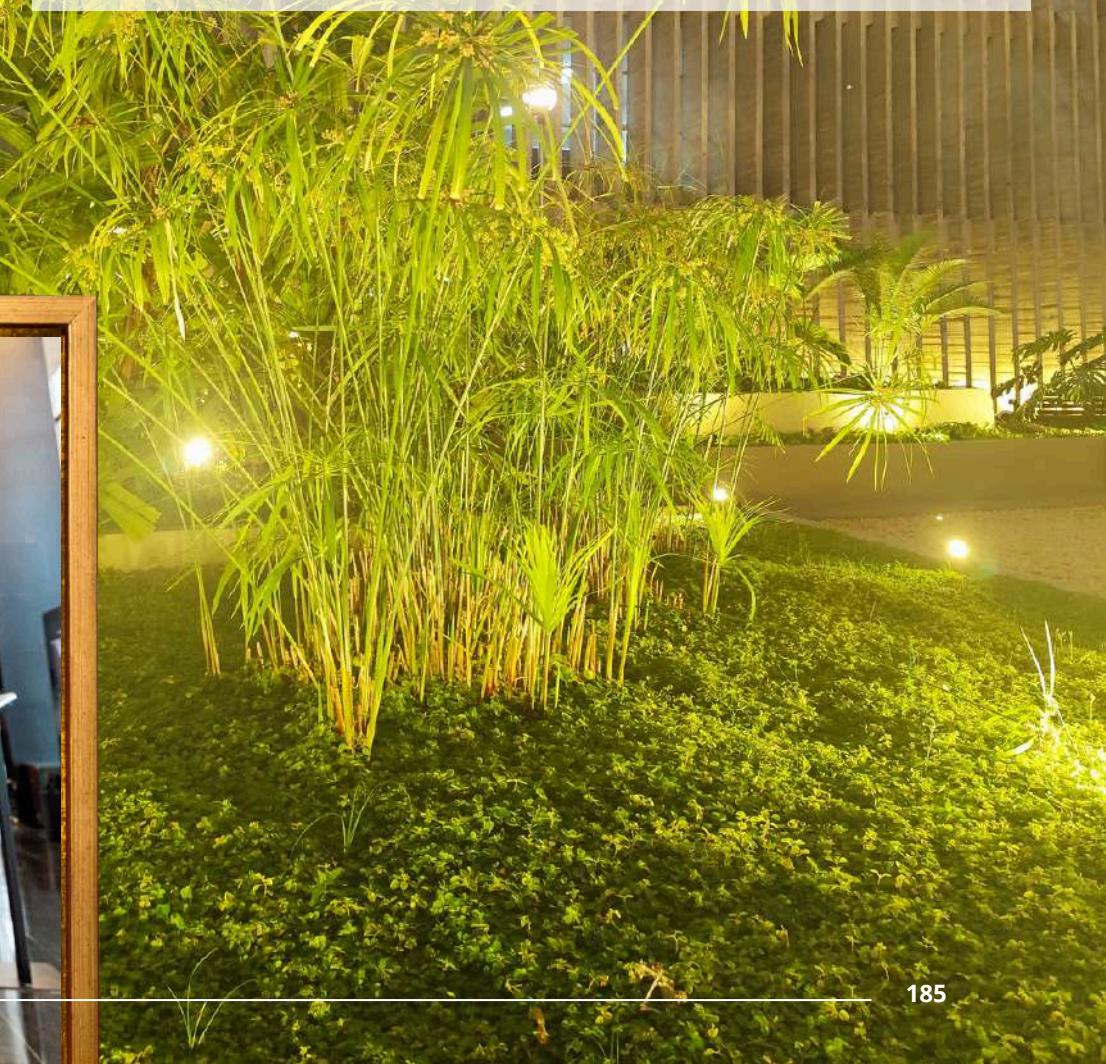
Além do valor histórico e simbólico, a conservação do Palácio da Justiça reflete o compromisso da administração pública com a sustentabilidade. A manutenção adequada do edifício contribui para a eficiência energética, a redução de desperdícios e o uso consciente de recursos naturais.

O "Projeto de Restauração do Palácio da Justiça" envolve estudos, pesquisas, prospecção, restauração das edificações, dos jardins de Burle Marx, do mobiliário histórico, de obras de arte e a organização de um Centro de Memória do MJSP, além da modernização dos espaços visando à sustentabilidade, respeitando as diretrizes de preservação patrimonial, ao mesmo tempo, em que garante um espaço mais funcional e acolhedor para servidores e visitantes. O projeto conta com a parceria da Presidência da República, da Câmara dos Deputados e do Ministério da Cultura, por meio do , pactuado em evento com o Ministro de Estado Ricardo Lewandowski, ocorrido em agosto de 2024.

No ano de 2024, foram empreendidos esforços na melhoria da manutenção predial do Palácio com implementação de novos fluxos de cuidado, realizada limpeza geral de fachada da edificação, impermeabilizações pontuais, pequenas intervenções, revisão da iluminação e de instalações elétricas, hidráulicas e lógicas, contratações de projetos como o dos projetos executivos (retrofit, restauro e recuperação) de todos os sistemas e subsistemas das edificações, e da restauração dos Jardins de Burle Marx, cuja execução já se encontra em andamento. Foi instituída a Comissão Consultiva de Curadoria para apoiar e orientar na recuperação, restauro e modernização do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural do Palácio da Justiça e seus Anexos, trabalho que está em andamento, e é considerado um grande desafio para os próximos anos.



Dessa forma, o cuidado com o Palácio da Justiça não se limita à sua estrutura, mas envolve uma visão estratégica de governança e responsabilidade institucional. O respeito à sua história, aliado à implementação de práticas inovadoras de conservação, reforça o compromisso do Órgão com a valorização do patrimônio público e o aprimoramento contínuo dos espaços destinados à administração da Justiça no Brasil.



V - GESTÃO DE PESSOAS

LEGISLAÇÃO APLICADA

O Ministério da Justiça e Segurança Pública, observa as diretrizes da Constituição Federal e da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, bem como o conjunto de regras e normativos estabelecidos ou referendados pelo Governo Federal. Nesse sentido, as áreas de gestão de pessoas do MJSP, acompanham a legislação publicada, bem como as orientações expedidas pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI, por meio da Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP - órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC.

NORMAS E LEGISLAÇÕES 2024 - 162 ATOS



Fonte: CGGP/SAA/SE, Senappen, PF e PRF. Informações de 06/02/2025.

INDICADORES DE CONFORMIDADE

A conformidade nos processos de Gestão de Pessoas é avaliada por meio de indicadores, garantindo a observância das normas e o cumprimento dos procedimentos específicos.



Controle e acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Renda.



Controle e acompanhamento dos registros de admissão, desligamento e concessões no Sistema E-Pessoal.



Atendimento das determinações e recomendações dos Órgãos de Controle.

Fonte: CGGP/SAA/SE, Senappen, PF e PRF. Informações de 06/02/2025.

Em 2024, todos os servidores do MJSP entregaram a Declaração de Bens e Rendas ou autorizaram seu acesso, conforme dispõe a Lei n.º 8.730, de 10 de novembro de 1993. Além disso, todos atos de admissão/desligamento e de concessão de aposentadoria/pensão civil, foram registrados no Sistema E-Pessoal, conforme a Instrução Normativa TCU n.º 78, de 21 de março de 2018.

As determinações e recomendações dos Órgãos de Controle serão apresentadas em item específico deste Relatório de Gestão.

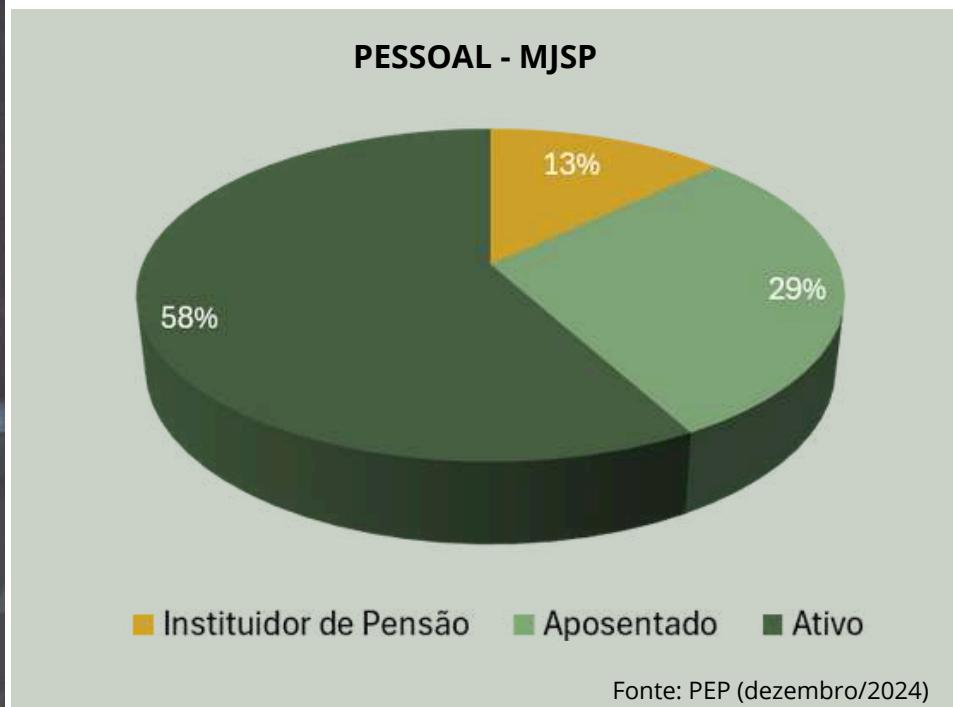
AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A força de trabalho do Ministério da Justiça e Segurança Pública é constituída por servidores em exercício nos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado e nos órgãos singulares específicos, a saber:

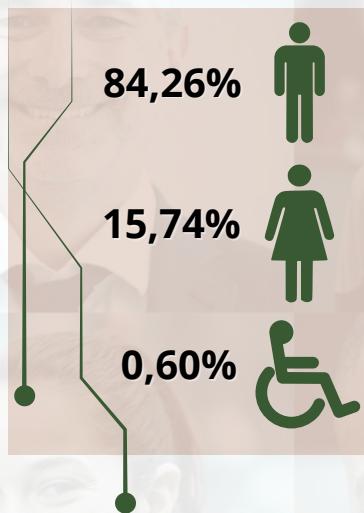
- Assessoria Especial de Controle Interno - AEI;
- Assessoria Especial de Assuntos Internacionais – Asint;
- Assessoria de Participação Social e Diversidade – Aspad;
- Corregedoria-Geral – Coger;
- Ouvidoria-Geral – OUV;
- Gabinete do Ministro - GM;
- Secretaria-Executiva - SE;
- Consultoria Jurídica - Conjur;
- Secretaria Nacional de Justiça - Senajus;
- Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon;
- Secretaria Nacional de Polícias sobre Drogas e Gestão de Ativos - Senad;
- Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp;
- Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos - Sal;
- Secretaria de Acesso à Justiça - Saju;
- Secretaria de Direitos Digitais - Sedigi;
- Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen;
- Polícia Federal – PF; e a
- Polícia Rodoviária Federal - PRF.

Em razão da necessidade de imprimir celeridade nas atividades administrativas, a Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen, a Polícia Federal – PF e a Polícia Rodoviária Federal – PRF, receberam delegação de competências para execução das atividades de gestão de pessoas, dentre outras temáticas. Já as demais unidades são gerenciadas pela Secretaria-Executiva - SE. Assim, o Ministério conta com 4 Unidades de Gestão de Pessoas, sendo a unidade setorial do Sistema de Pessoal Civil - SIPEC vinculada à SE.

Conforme dados extraídos do Painel Estatístico de Pessoal - PEP, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, administra **53.137 pessoas**, distribuídas da seguinte forma:



Com relação ao Pessoal Ativo, ou seja, servidores e empregados públicos em atividade, o MJSP conta com um total de **30.660 pessoas** distribuídas da seguinte forma:



Etnias	Porcentagem
Amarela	1,59%
Branca	55,89%
Indígena	0,15%
Parda	36,45%
Preta	5,56%
Não informado	0,36%

Fonte: PEP (dezembro/2024)

A distribuição do Pessoal Ativo do MJSP, por situação funcional, conforme os dados extraídos do Painel Estatístico de Pessoal - PEP:

Situação funcional	Total
Ativo Permanente	29.185
Ativo em outro órgão	479
Exercício (§ 7º, art. 93 da Lei n.º 8.112, de 1993)	340
Cedido/Requisitado para o MJSP	390
Sem vínculo	194
Contrato Temporário	68
Excedente a Lotação	3
Natureza Especial	1
Total	30.660

Fonte: PEP (dezembro/2024)

Envelhecimento do Quadro de Pessoal Ativos do MJSP

Segue a distribuição, por faixa etária, do quadro de servidores ativos apresenta índice preocupante, uma vez que 26,18% dos profissionais, ou seja, 8.027 servidores estão com idade acima de 50 anos. Destaca-se, ainda, no que tange especificamente à gestão de pessoal da PF e PRF, que seus quadros são compostos em sua maioria por policiais, que têm regra de aposentadoria especial, sendo um dos requisitos ter idade igual ou superior a 53 anos.

Idade dos servidores ativos		
Idade	Quantitativo	%
Até 30	2.162	7,05%
31 a 40	8.439	27,52%
41 a 50	12.032	39,24%
51 a 60	6.230	20,32%
Acima 60	1.797	5,86%

Fonte: PEP (dezembro/2024)

Quadro de Pessoal Efetivo do MJSP

O quadro de pessoal efetivo do MJSP, em razão de seu papel institucional, é formado por 5 carreiras, voltadas para as áreas finalísticas da organização, e 3 planos para as atividades administrativas e de suporte:

5
Carreiras

- Carreira da Polícia Penal Federal;
- Carreira de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal;
- Carreira de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal;
- Carreira Policial Federal; e a
- Carreira de Policial Rodoviário Federal.

3
Planos

- Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE;
- Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal – PEC-PF; e o
- Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - PEC-PRF.

Registre-se, ainda, que os cargos efetivos, de nível superior, de Engenheiro, Arquiteto, Economista e Estatístico, integrantes do PGPE, do PECPF e do PECPRF, têm estrutura remuneratória especial, instituída pela Lei n.º 12.277, de 30 de junho de 2010.

Os 29.667 servidores ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do órgão estão distribuídos da seguinte forma:

Carreira/Plano de Cargos	Servidores
Carreira Policial Federal	12.751
Carreira Policial Rodoviário Federal	12.422
Carreira Policial Penal Federal	1.566
Carreira de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal	78
Carreira de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal	31
Plano Especial de Cargos da Polícia Federal - PECPF	1.919
Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE	475
Plano Especial de Cargos da Polícia Rodoviária Federal - PECPRF	380
Estrutura Remuneratória Especial de Cargos Específicos - ERCE	42
Plano de Classificação de Cargos - PCC (remanescente)	3
Total Geral	29.667

Fonte: PEP (dezembro/2024)

Já para os cargos do PGPE, PEC-PF e PEC-PRF não houve provimento nos últimos anos, agravando-se, assim, o déficit de servidores nas outras unidades finalísticas deste Ministério, bem como nas áreas administrativas e de suporte.

Previsão de Aposentadorias

O quadro de pessoal efetivo do MJSP é composto por servidores públicos federais, cujas regras observam o disposto nas Emendas Constitucionais - EC n.º 20/98, EC n.º 41, de 2003 e EC n.º 103, de 2019, as quais estabelecem o tempo mínimo de contribuição, idade mínima ou condições especiais para aposentadoria dos servidores públicos.

Conforme o Painel Estatístico de Pessoal – PEP, verifica-se que, até dezembro de 2024, 3.027 servidores encontram-se percebendo abono de permanência, ou seja, já cumpriram os requisitos para um algum tipo de aposentadoria.

Para evidenciar a situação da projeção de aposentadorias para os próximos exercícios, há previsão de que 6.491 servidores do MJSP se aposentem até o final do ano de 2028, uma vez que já completaram ou estão prestes a completar os requisitos necessários para isso.

Até o final do ano de 2025, a previsão é de que 4.573 servidores completem os requisitos para aposentadoria. Embora, a possibilidade dessas aposentadorias acontecerem na totalidade seja reduzida, cada vez que um servidor se aposenta, agrava mais a situação do déficit de pessoal, uma vez que não há a reposição de imediato.

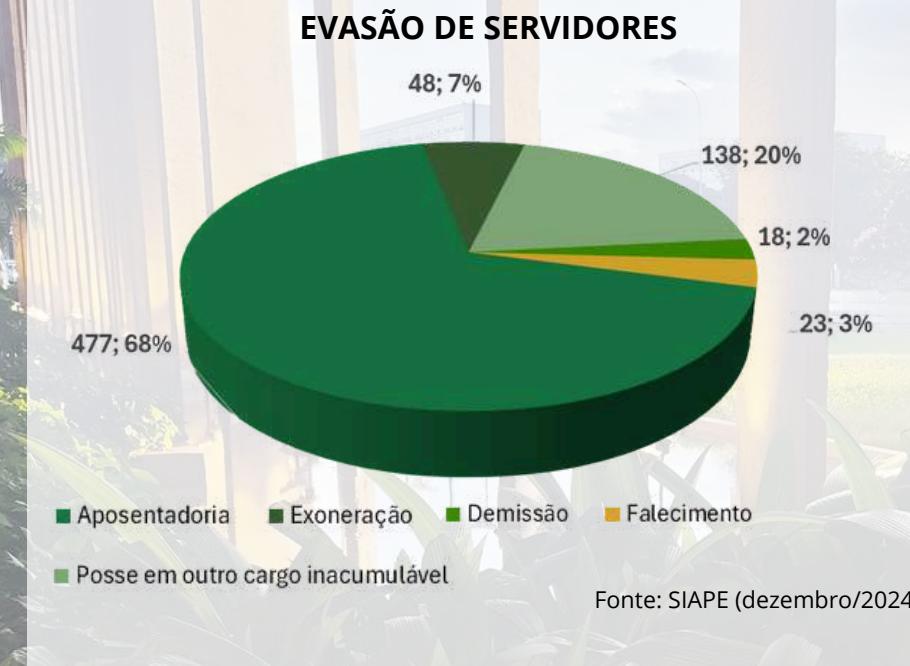
Aposentadorias - Previsão (2025 a 2028)

Ano	2025	2026	2027	2028	Total
Total	4.573	612	664	642	6.491

Fonte: PEP (dezembro/2024) e SIAPE.

Evasão dos Servidores

A evasão de servidores efetivos do MJSP ocorre, principalmente, em função de aposentadorias, conforme demonstrado no gráfico a seguir:



ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

Necessidade de Pessoal

O provimento de cargos efetivos é feito por meio de concurso público, conforme a Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990. No ano de 2024, as respectivas unidades de gestão de pessoas da PF e da PRF, instruíram processos individualizados, solicitando autorização para realização de concurso público.

Pedidos de Concurso Público - 2024			
Carreira/Plano	Órgão	Situação	Quantitativo de cargos
Carreira Policial Federal	PF	Em análise no MPO	1.810
Plano Especial de Cargos da Polícia Federal	PF	Autorizado	192
Plano Especial de Cargos da Polícia Rodoviária Federal	PRF	Em análise no MGI	235
Total			2.237

Fonte: SEI (Janeiro/2025)

Recomposição da Força de Trabalho (Concurso Público)

No ano de 2024, com referência aos cargos policiais, a PRF obteve a autorização para o provimento de 473 cargos de Policial Rodoviário Federal, de concurso público autorizado no ano de 2020.

Em relação ao provimento dos cargos administrativos, a PF obteve autorização para realização de concurso público para o provimento de 192 cargos do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal – PEC-PF.

Autorizações de Provimento de Cargos - 2024			
Carreira/Plano	Órgão	Autorização	Quantitativo de cargos
Carreira de Policial Rodoviário Federal	PRF	Decreto n.º 12.306, de 2024	473
Plano Especial de Cargos da Polícia Federal	PF	Portaria MGI n.º 9.363, de 2024	192
Total			665

Fonte: SEI (Janeiro/2025)

Seleção e Recrutamento de Pessoas

Outros processos de recrutamento e seleção são realizados com frequência, no âmbito interno e externo ao Ministério, com oportunidades para servidores efetivos para fins de movimentação para compor força de trabalho, remoção, percepção de gratificações e funções, respeitando os normativos aplicáveis e utilizando editais e canais institucionais de comunicação.

No ano de 2024, o Núcleo Central do MSJP, realizou 70 processos para diversos postos de trabalho, com base na metodologia “Competências”, por meio de perfis técnicos, comportamentais e gerenciais para os postos de trabalho ofertados.

Nº	Unidade	Função/Gratificação
1	CGCONTAB/SPO/SE	SEM FUNÇÃO
2	SENAJUS	FCE 4.03
3	CGAE/SAA/SE/MJSP	GSISTE
4	CGAE/SAA/SE/MJSP	GSISTE
5	CGAE/SAA/SE/MJSP	SEM FUNÇÃO
6	CGGE/SPO	GSISTE
7	COGER	SEM FUNÇÃO
8	DIOF/COEFIN/CGL	GSISTE
9	SEREF/DIF/CGIF/CG GP/SAA/SE	FCE 1.05
10	SENAJUS	SEM FUNÇÃO
11	SENAJUS	FCE 1.02
12	SENAJUS	FCE 4.03
13	SAJU	FCE 4.03
14	CGCONTAB/SPO/SE	SEM FUNÇÃO
15	CE	SEM FUNÇÃO
16	CGAE/SAA/SE/MJSP	SEM FUNÇÃO
17	SENAJUS	FCE 4.03
18	CGAE/SAA/SE/MJSP	SEM FUNÇÃO
19	CGL/SAA/SE	GSISTE
20	SMA/ASCOM	FCE 4.03
21	DIENG/CGAE	SEM FUNÇÃO
22	DIENG/CGAE	SEM FUNÇÃO
23	SENASA	SEM FUNÇÃO
24	SAJU	FCE 1.07
25	DIARQT/CGAE	SEM FUNÇÃO
26	SEDIG	SEM FUNÇÃO

Nº	Unidade	Função/Gratificação
27	DIACO/CGCONTAB/ SPO	SEM FUNÇÃO
28	CE	SEM FUNÇÃO
29	CGISE/STI	FCE 4.03 e FCE 4.06
30	SAL	PGD PARCIAL
31	DIARQT/CGAE	SEM FUNÇÃO
32	SENACON	SEM FUNÇÃO
33	DPLAN/CGGE/SPO	GSISTE
34	CGAE	CCE 1.10
35	CGIF/CGGP/SAA/SE	SEM FUNÇÃO
36	SENACON	FCE 1.07
37	SENACON	FCE 4.04
38	CGAE	SEM FUNÇÃO
39	SESAD/CCONT/CGL	SEM FUNÇÃO
40	DIQVI/CDHO/CGGP	SEM FUNÇÃO
41	DISPE/CDHO/CGGP	SEM FUNÇÃO
42	CDHO/CGGP	GSISTE
43	DIARQT/CGAE	SEM FUNÇÃO
44	DIACO/CGCONTAB/ SPO	SEM FUNÇÃO
45	ASCOM	FCE 4.03
46	DIARQT/CGAE	SEM FUNÇÃO
47	COPEOP/CGGP/SAA /SE	GSISTE
48	SENASA	FCE 1.10
49	DIPIN/CGGP	SEM FUNÇÃO

Nº	Unidade	Função/Gratificação
50	DIENG/DIMP- COMP/CGAE	SEM FUNÇÃO
51	DILEP/CGGP	FCE 4.04
52	DIPS/CDHO/CGGP/ SAA/SE	SEM FUNÇÃO
53	SENAD	FCE 1.05
54	DISPE/CDHO/CGGP /SAA/SE	SEM FUNÇÃO
55	DIQVI/CDHO/CGGP	SEM FUNÇÃO
56	SENACON	SEM FUNÇÃO
57	SENACON	FCE 1.05
58	SEAP/CGIF/CGGP/S AA/SE	SEM FUNÇÃO
59	SEDIM/CGIF/CGG	SEM FUNÇÃO
60	SLP/COEFIN/CGL	GSISTE
61	DIMP-COMP/ CGAE	SEM FUNÇÃO
62	SENACON	FCE 1.13
63	DIQVI/CGGP	FCE 1.07
64	SAA/CGGAB/GM	GSISTE
65	DIQVI/CDHO/CGGP/ SAA/SE	SEM FUNÇÃO
66	DISPE/CDHO/CGGP	SEM FUNÇÃO
67	DIACO/CGCONTAB/ SPO	SEM FUNÇÃO
68	DAMD	GSISP
69	CONJUR	SEM FUNÇÃO
70	SLP/COEFIN/CGL	GSISTE

Fonte: SEI (Janeiro/2025)

Processos seletivos - Contratos Temporários - 2024



Contratação de até **130 profissionais temporários** de obras e serviços de engenharia destinados à construção, à reforma, à ampliação e ao aprimoramento de estabelecimentos penais da Senappen. A referida contratação foi autorizada nos termos da Portaria Conjunta MGI/MJSP n.º 62, de 18 de dezembro de 2023; e atualmente, o Processo Seletivo Simplificado encontra-se em andamento.



Contratação de até **76 profissionais temporários** para implementação de novas políticas públicas voltadas às atividades-meio, atividades finalísticas e ao desenvolvimento de ações que promovam o crescimento, aparelhamento e aperfeiçoamento do sistema prisional brasileiro. A referida contratação foi autorizada pela Portaria Conjunta entre o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos e o Ministério da Justiça e Segurança Pública n.º 20, de 11 de abril de 2024, o processo de contratação da banca organizadora para realização do certame encontra-se em fase de instrução.



Contratação de até **66 profissionais temporários** para o desenvolvimento de atividades inerentes à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos – Senad. A referida contratação foi autorizada pela Portaria Interministerial ME/MJSP n.º 4.386, de 16 de abril de 2021. Em dezembro de 2024 havia 36 profissionais contratados.



Contratação de até **35 profissionais temporários** para o desenvolvimento de atividades inerentes ao Projeto SINESP Big Data e Inteligência Artificial. A referida contratação foi autorizada pela Portaria ME/MJSP n.º 7.937, de 29 de outubro de 2019. No mês de dezembro de 2024, havia 8 profissionais contratados.

Liberação de servidores do MJSP para outros órgãos (cessão/requisição)

No âmbito do MJSP, há 479 servidores cedidos/requisitados para outros órgãos da administração pública (alguns por requisição, casos que prescindem da concordância do órgão de origem). Desse total, 332 (67,21%) são para órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, o restante distribui-se entre os demais Poderes da União e entes subnacionais.

Liberação de Servidores		
Órgão	Total	%
Presidência da República	45	9,39
Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos	32	6,68
Fundação Nacional dos Povos Indígenas	20	4,18
Advocacia-Geral da União	19	3,97
Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania	18	3,76
Controladoria-Geral da União	17	3,55
Câmara dos Deputados	16	3,34
Ministério da Fazenda	9	1,88
Ministério do Planejamento e Orçamento	9	1,88
Governo do Estado do Rio de Janeiro	9	1,88
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	8	1,67
Defensoria Pública da União - DPU	8	1,67
Governo do Distrito Federal	8	1,67
Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal	8	1,67
Superior Tribunal de Justiça	8	1,67
Ministério da Defesa	7	1,46
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	7	1,46
Fundação Escola Nacional de Administração Pública - ENAP	6	1,25
Governo do Estado da Bahia	6	1,25
Agência Brasileira de Inteligência	5	1,04
Governo do Estado do Espírito Santo	5	1,04
Outros	209	43,64
Total	479	100

Fonte: SIAPE e SEI (dezembro/2024)

Detalhamento da Despesa de Pessoal

Conforme dados extraídos do Painel Estatístico de Pessoal - PEP, conforme situação funcional do vínculo, as despesas de pessoal do MJSP do exercício de 2024 totalizaram o montante superior a R\$ 13 bilhões:

Situação funcional	Despesas Detalhadas	%
Ativo	R\$ 8.487.357.104,65	63,37
Aposentado	R\$ 3.617.210.203,75	27,01
Instituidor de Pensão (Benefícios)	R\$ 1.288.396.369,41	9,62
Total Geral	R\$ 13.392.963.677,81	100

Fonte: PEP (dezembro/2024)

Observado o detalhamento com o pessoal por elemento de despesa, temos:

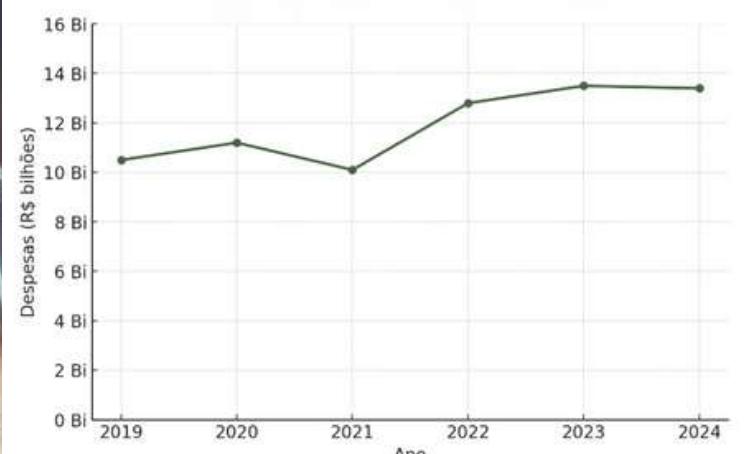
Elemento de Despesa	Despesa anual
Vencimentos e Vantagens Fixas	R\$ 6.883.353.505,05
Aposentadorias	R\$ 3.613.212.249,55
Obrigações Patronais	R\$ 1.491.171.374,23
Pensões	R\$ 1.285.629.561,62
Contribuições de Entidades Fechadas de Previdência	R\$ 56.239.689,30
Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	R\$ 37.234.685,40
Sentenças Judiciais	R\$ 12.091.540,00
Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 9.482.683,13
Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	R\$ 4.548.389,53
Total Geral	R\$ 13.392.963.677,81

Fonte: PEP (dezembro/2024)

Evolução dos Gastos com Pessoal

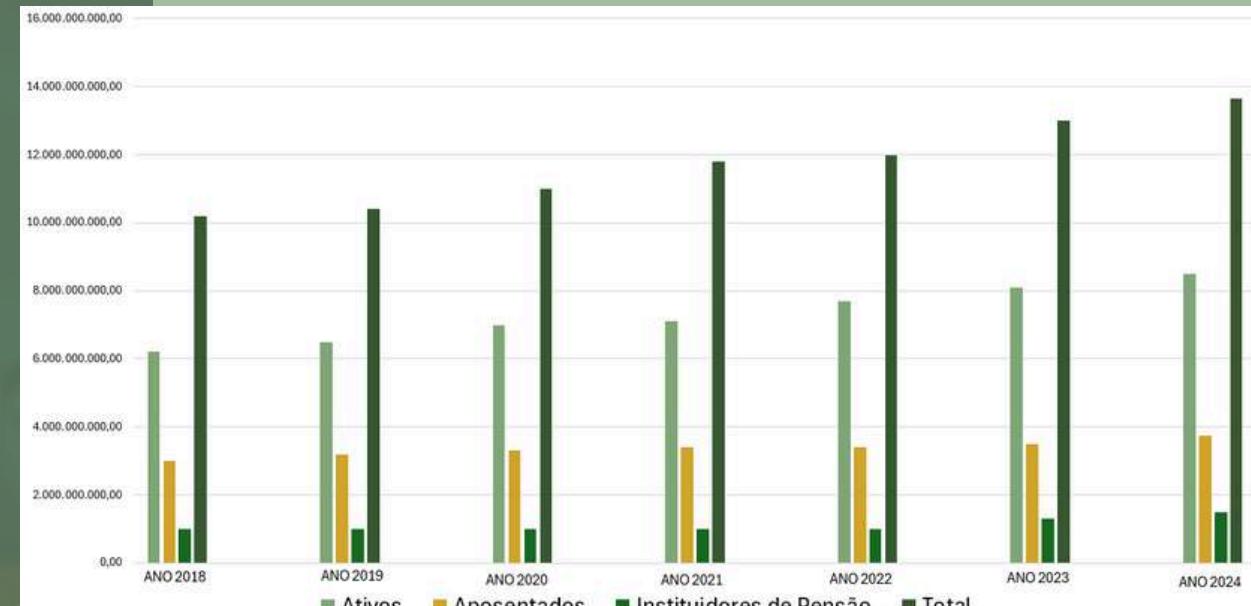
Conforme dados extraídos do Painel - PEP, tem-se a seguinte evolução das despesas com pessoal do MJSP, consideradas as despesas com aposentadorias e pensões:

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ANUAIS



Fonte: PEP (Janeiro/2025)

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS POR VÍNCULO



Fonte: PEP (Janeiro/2025)



Verifica-se que, no período de 2019 a 2024, houve aumento das despesas com os servidores ativos, em razão de ingressos de novos profissionais habilitados em concurso público para as carreiras policiais e dos reajustes concedidos aos servidores públicos federais do Poder Executivo, Autarquias e Fundações. Já com relação aos inativos e pensionistas, houve acréscimo em razão de novas aposentadorias e pensões concedidas nos exercícios de 2019 a 2024. De igual, as despesas do exercício de 2024 superaram as despesas dos anos anteriores.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E REMUNERAÇÃO

Avaliação de Desempenho

Para cada tipo de carreira ou plano existente, no âmbito do MJSP, há uma sistemática específica de avaliação de desempenho, para fins de gratificação de desempenho; promoção e progressão; e avaliação do estágio probatório.

Gratificação de Desempenho

O desempenho dos servidores (integrantes do PGPE, do PEC-PF e do PEC-PRF) é aferido anualmente por meio de processo de avaliação de desempenho, que utiliza como referência as metas de desempenho individual somadas ao cumprimento das metas de desempenho institucional definidas para cada ciclo avaliativo.

A avaliação de desempenho individual dos servidores é realizada anualmente visando verificar o seu desempenho no exercício das atribuições do cargo ou função para o alcance dos objetivos organizacionais e impacta diretamente na remuneração.

O servidor do MJSP, conforme o cargo efetivo que ocupa, faz jus à Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE, Gratificação de Desempenho de Cargos Específicos - GDACE, Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas - GDM, Gratificação de Desempenho de Atividade de Assistência Especializada e Técnico-Administrativa do Departamento Penitenciário Nacional – GDAPEN,

Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo à Polícia Federal - GDATPF e Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo à Polícia Rodoviária Federal – GDATPRF.

Para evidenciar, apresentam-se os dados dos servidores do MJSP:

Avaliação de Desempenho - 2024	
Servidores Avaliados	9.488
Pedidos de Reconsideração	1
Recursos	2

Fonte: SIAPE/SEI (Janeiro/2025)

Promoção e Progressão funcional

Para o desenvolvimento do servidor, é necessário o preenchimento de determinados requisitos, previstos nas leis específicas de cada carreira ou plano, podendo ter como base critérios de antiguidade ou merecimento, mediante o instituto de “promoção” e “progressão”. Destaca-se, ainda, que cada regulamento disciplina o interstício, o período de avaliação, além dos critérios e dos efeitos financeiros aplicáveis.

No instituto da “promoção”, ocorre a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe imediatamente superior, ou seja, mudança de classe. Já na “progressão”, ocorre a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior em uma mesma classe.

No caso do PGPE, em razão da não regulamentação do instituto da promoção para o exercício de 2024, a mudança de classe/padrão observou o disposto no Decreto n.º 84.669, de 29 de abril 1980, conforme determinado no art. 72 da Lei n.º 11.357, de 19 de outubro de 2006. Dessa forma, a mudança de padrão dentro da mesma classe ocorre por “progressão horizontal”, enquanto a mudança de classe por “progressão vertical”.

Nesse sentido, apresentam-se os números das avaliações processadas pelo MJSP:



Fonte: SIAPE/SEI (Janeiro/2025).

Estágio Probatório

No ano de 2024, 825 servidores concluíram o estágio probatório, adquirindo a estabilidade:

Estágio Probatório	
Carreira/Plano	Quantitativo
Carreira de Policial Federal	280
Carreira de Policial Rodoviário Federal	545
Total	825

Fonte: SIAPE/SEI (Janeiro/2025).

Composição Remuneratória dos Servidores do MJSP

Com exceção de algumas categorias específicas, basicamente a remuneração dos servidores efetivos ocupantes dos cargos de níveis superior, intermediário e auxiliar do PGPE, do PEC-PF e do PEC-PRF, é composta por Vencimento Básico e Gratificação de Desempenho - GDPGPE, GDATPF ou GDATPRF, com valores fixados em lei.

Dentre os cargos específicos, a remuneração dos servidores dos cargos de Arquiteto, Economista e Engenheiro é composta pelas parcelas: Vencimento Básico e Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos - GDACE, cujos valores são superiores ao da GDPGPE.

Já com referência aos servidores ocupantes do cargo de Médico, por meio da Lei n.º 12.702/2012, foi instituída a Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas - GDM-PGPE, GDM-PECCPF ou GDM-PECPRF, com valores superiores e não acumuláveis com a GDPGPE.

No caso de cargo de nível auxiliar, ainda há o pagamento da Gratificação Específica de Atividades Auxiliares estabelecida em cada Plano (Gratificação Específica de Atividades Auxiliares do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GEAAPGPE, GEAAPF ou GEAAPRF).

Destaca-se que, às remunerações são acrescidas as vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei (adiconal por tempo de serviço, dentre outras).

O MJSP, também, conta com servidores das carreiras de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal e de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal, cuja remuneração é composta por Vencimento Básico e Gratificação de Desempenho (GDAPEN).

Já as carreiras de Policial Federal, Policial Rodoviário Federal e Policial Penal Federal são remuneradas por meio de subsídio.

Carreira/Plano	Remuneração Inicial (R\$)	Remuneração Final (R\$)
Carreira Policial Federal – Delegado e Perito Criminal.	26.300,00	34.732,87
Carreira Policial Federal – Agente, Escrivão e Papiloscopista.	13.900,54	20.940,36
Carreira Policial Rodoviário Federal.	11.114,60	18.583,31
Estrutura Remuneratória Especial de Cargos Específicos – Arquiteto, Economista e Engenheiro.	6.804,55	14.371,42
Carreira Policial Penal Federal	8.160,18	15.965,69
Carreira de Especialista em Assistência à Execução Penal	6.420,59	9.937,87
PECPF – NS	5.561,09	9.728,20
PECPRF – NS	5.555,49	9.728,20
PGPE – NS	5.488,70	9.728,38
Médico do PECPF – NS (20 horas)	4.780,29	7.982,20
Médico do PECPRF – NS (20 horas)	4.780,29	7.982,20
PECPF – NI	4.635,48	5.775,44
PECPRF – NI	4.635,48	5.775,44
Médico do PGPE (20 horas)	4.407,90	7.477,38
Carreira de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal	4.062,68	6.169,42
PGPE – NI	3.727,83	4.920,30
PECPF – NA (*)	***	3.579,79
PECPRF – NA (*)	***	3.579,79

(*) Considerando que todos os cargos de nível auxiliar foram extintos ou estão em extinção, não há previsão de remuneração inicial para essa categoria funcional.

Fonte: Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais e dos Ex-Territórios n.º 84.

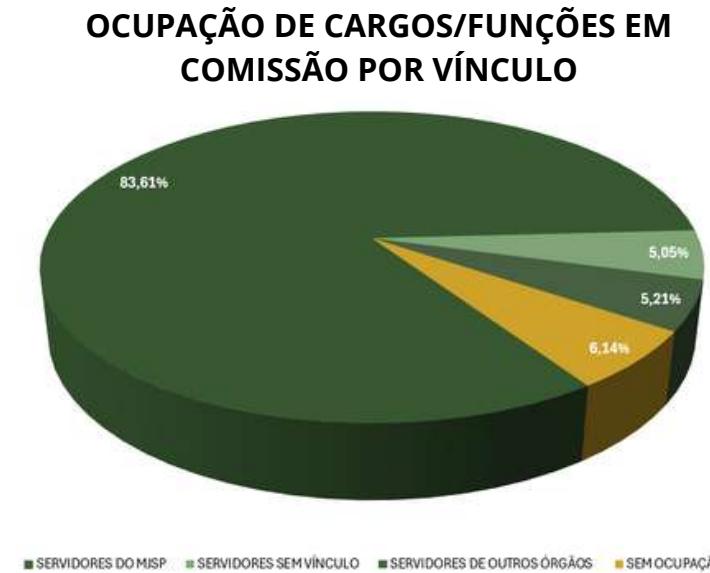
Cargos Gerenciais Ocupados por Servidores com vínculo

Dados do Painel Estatístico de Pessoas - PEP indicam um total de 3.765 cargos ou funções, distribuídos nas unidades da estrutura do MJSP. Segue distribuição, conforme tipo de cargo ou função:

Cargo/Função	Quantitativo
Função Comissionada Executiva- FCE	3.486
Cargo em Comissão Executiva - CCE	279
Total	3.765

Fonte: PEP (dezembro/2024)

No escopo da gestão de pessoas, 88,82% dos cargos/funções em comissão (CCE e FCE) são ocupados por servidores efetivos, sendo 83,61% do Quadro de Pessoal do MJSP e 5,21% de outros órgãos, conforme demonstrado no gráfico a seguir:



CAPACITAÇÃO

Estratégia e números

As ações de capacitação do Ministério, compreendem o Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP, alinhado às principais diretrizes e normativos que regulamentam as ações de desenvolvimento de servidores da administração pública federal, ou seja, à Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP.

No âmbito do “Núcleo Central” do MJSP, para a elaboração do PDP 2024, foram considerados os apontamentos realizados pelas unidades do Ministério e pelos servidores, como também por meio da análise das lacunas (*gaps*) de competências técnicas, comportamentais e gerenciais dos postos de trabalho respectivos.

Além disso, a Polícia Federal - PF, por meio da Academia Nacional de Polícia - ANP, realiza a formação e capacitação de seus servidores, e também de público externo, por meio de ações de capacitações presenciais e a distância (ead.pf.gov.br). Promove, também, a oferta de cursos de pós-graduação específicos e credenciados junto ao Ministério da Educação - (MEC), em temas da área de Ciência Policial e convênios específicos com as unidades brasileiras, para formação em programas de mestrado.

Já no âmbito da Polícia Rodoviária Federal - PRF, a Universidade Corporativa promove a qualificação de servidores nas mais variadas áreas, com destaque especial aos

cursos nas áreas de inteligência policial e operações especializadas e ao Curso de Formação Profissional, gerando importantes incrementos na força de trabalho do órgão.

O quadro a seguir demonstra os números consolidados relativos à capacitação de servidores do MJSP, no exercício:

Capacitação 2024	
Dados	Total
Servidores capacitados	30.997
Horas de capacitação	4.203.518
Investimento	R\$ 31.152.459,37

Fonte: CGGP/SAA/SE, Senappen, PF e PRF

Dentre as ações de capacitação, destacam-se as seguintes:

Ações de Capacitação				
Ação	Órgão	Descrição	Capacitados	
Termo de Execução Descentralizada com Universidade de Brasília	SE	Turma exclusiva de Mestrado Profissional em Gestão Pública.	21	
Termo de Execução Descentralizada com Universidade de Brasília	SE	Turma de Mestrado Profissional em Engenharia Elétrica, na área de concentração "Segurança Cibernética".	8	
EaD Competências - Trilhas de Aprendizagem do MJSP	SE	Conjunto de módulos integrados de aprendizagem relacionados a um tema central com objetivo de desenvolver determinada(s) competência(s) requerida(s) pelo Ministério.	344	
Programa de Incentivo Educacional – Proeduc	SE	Reembolso parcial das despesas decorrentes da participação do servidor em cursos e programas de idioma estrangeiro, graduação e pós-graduação.	86	
Programa de Incentivo de Idiomas	Senappen	Reembolso integral ou parcial das despesas decorrentes da participação em cursos, programas de idioma estrangeiro, para incentivar o desenvolvimento de competências.	154	



Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica	Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional	Conformidade e Eficiência da Gestão	Resultados e Desempenho da Gestão	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
---	--	-------------------------------------	-----------------------------------	--

Ação	Órgão	Descrição	Capacitados
Programa de Incentivo Educacional	Senappen	Incentivo educacional para graduação, especialização e pós-graduação stricto sensu.	255
Curso de Liderança de Alta Performace	PF	Curso voltado para o processo de desenvolvimento de lideranças quanto ao autoconhecimento, comunicação, ferramentas de gestão e liderança.	218
Mentoria Individual Executiva para os Diretores da Polícia Federal	PF	Mentoria executiva para Diretores ministrada pela Dale Carnegie Training, com o objetivo de desenvolver habilidades comportamentais em prol do aprimoramento das competências necessárias à consecução da estratégia da PF.	15
Curso de Primeiros Socorros em Saúde Mental (PSSM)	PF	Curso de técnicas de acolhimento, encaminhamento para ajuda especializada (psicólogos e assistentes sociais) e abordagem em situações de crises, visando aumentar a eficácia no acolhimento e fortalecer a rede de apoio institucional.	182
Pós-graduação em "Gestão Emocional nas Organizações - Cultivating Emotional Balance"	PF	O curso ministrado pela Fundação Albert Einstein capacitou voluntários do Programa Rosa dos Ventos, oferecendo ferramentas para gerenciamento eficaz de emoções próprias e de terceiros. A capacitação visou atender à demanda crescente do Programa, alçado como projeto prioritário da Polícia Federal.	40
Pós-graduação "II Curso de Especialização em Gestão Policial - com Foco em Gestão Inovadora e Qualidade de Vida no Trabalho"	PF	O curso abordou políticas de saúde, diagnóstico organizacional, Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), prevenção de burnout e transformação cultural, visando competências em análise, desenvolvimento de estratégias, liderança e gestão de equipes, dirigido a servidores públicos interessados em gestão de pessoas.	31
Desenvolvimento de Trilhas de Aprendizagem para Aperfeiçoamento e Percurso de Progressão Funcional	PF	Desenvolvimento de 4 trilhas nas principais áreas (imigração, produtos e serviços, polícia marítima e identificação humana) da PF que serviram de base para o programa de desenvolvimento dos servidores policiais, desde a 3ª classe até a 1ª – Cursos de Aperfeiçoamento e Classe Especial – Percurso de Progressão Funcional para a Classe Especial. Ainda para o corpo funcional administrativo do PEC, foram construídas junto às áreas temáticas e aguardam validação as seguintes trilhas de aprendizagem para servidores administrativos: passaportes; registro de migrantes; alerta e restrições; segurança aeroportuária; controle migratório; controle de armas; controle de segurança privada; controle de produtos químicos e administração e logística.	639

Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica	Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional	Conformidade e Eficiência da Gestão	Resultados e Desempenho da Gestão	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
---	--	-------------------------------------	-----------------------------------	--

Ação	Órgão	Descrição	Capacitados
Curso de Pós-Graduação	PF	Novos cursos até então inovadoras no roll de atividades da PF: Antropologia, Contabilidade Forense, Eleitoral, Ambiental e de Segurança Pública Contemporânea, Criminalidade Cibernética, Inteligência de Segurança Pública.	219
Curso Avançado de Direitos Humanos – CADH	PRF	Capacitação dos servidores da PRF para atuar como representantes, gestores, operadores e disseminadores dos conhecimentos em Direitos Humanos.	36
Curso Básico de Operações Correcionais – CBOC	PRF	Capacitação dos agentes de corregedoria, nas áreas de investigação e operação correcionais.	23
Curso de Desenvolvimento em Gestão Estratégica – CDGEST	PRF	Curso de Desenvolvimento em Gestão Estratégica - CDGEST tem como finalidade a introdução ao campo do planejamento estratégico e gestão estratégica aos gestores da PRF.	160
Curso de Gestão em Tecnologia da Informação e Comunicação – CGTIC	PRF	Curso	35
Curso para Gestores de Educação Corporativa – CNEC	PRF	Curso	39
Curso de Processo Administrativo Disciplinar – CPAD	PRF	Curso	30
Curso de Procedimentos de Inteligência – CPI	PRF	Curso	160
Curso de Aperfeiçoamento Pedagógico da Matriz de Formação – CAPMF	PRF	Curso	1.051
Curso de Formação de Motociclista – CFMT	PRF	Curso	76
Curso de Atualização em Atendimento Pré-Hospitalar – AAPH	PRF	Curso	27
Curso de Atualização Profissional – CAP	PRF	Curso	8.848
Curso de Condução Veicular Operacional - CCVO - IBAMA	PRF	Curso	157

Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica	Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional	Conformidade e Eficiência da Gestão	Resultados e Desempenho da Gestão	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
---	--	-------------------------------------	-----------------------------------	--

Ação	Órgão	Descrição	Capacitados
Curso de Formação de Instrutores – CFI	PRF	Curso	23
Curso Internacional de Segurança Viária - CISV Colômbia	PRF	Curso	50
II Curso Internacional de Segurança Viária - CISV II - Colômbia, Paraguai e Bolívia	PRF	Curso	47
Curso de Operações Especiais - III COEsp	PRF	Curso	13
Curso de Piloto Policial de Aeronave de Asa Fica - CPPAF	PRF	Curso	3
Curso de Técnicas de Autoproteção - CTAP (IBAMA)	PRF	Curso	120
II Curso Básico de Enfrentamento ao Crime - II CBEC (Receita Federal)	PRF	Curso	30
III Curso Básico de Enfrentamento ao Crime - III CBEC (Receita Federal)	PRF	Curso	23
IV Curso Básico de Enfrentamento ao Crime - IV CBEC (Receita Federal)	PRF	Curso	21
Curso de Habilitação de Instrutores - CHI-TASER 10	PRF	Curso	24
Curso de Direitos Humanos - CDH (Lúmen)	PRF	Curso	9.816
Workshop da Rede de Educação Corporativa da PRF	PRF	Curso	35
Curso de Condutores de Veículos de Emergência - CVE/EAD	PRF	Curso	542

Fonte: CGGP/SAA/SE, SENAPPEN, PF e PRF

Ações voltadas para valorização/reconhecimento dos servidores

No âmbito do MJSP, há a prática de registro de elogio nos assentamentos funcionais, bem como a concessão de medalhas. Dentre as ações de valorização/reconhecimento dos servidores, destacam-se as seguintes:

Ações de Valorização/Reconhecimento				
Ação	Órgão	Descrição	Quantitativo	
Reconhecendo conquistas - PDP	SE	Divulgação de títulos de graduação e pós-graduação de servidores em exercício no MJSP, os quais foram promovidos ou apoiados (via reembolso) pelo Ministério, bem como link para os respectivos trabalhos, teses ou similares.	5	
Semana da Mulher	SE	Ações de comunicação educativa, palestras e oficinas alusivas à comemoração do Dia Internacional da Mulher.	157	
Reconhecimento de servidores e colaboradores	SE	Alunos de Jiu-Jitsu do MJSP são medalhistas no Brasília Winter PRO 2024.	3	
Dia do Servidor Público	SE	Ações de comunicação educativa, palestras e oficinas alusivas à comemoração do Dia do Servidor Público.	235	
Dia da Consciência Negra	SE	Ações de comunicação educativa e palestras alusivas ao Dia da Consciência Negra.	162	
Evento de Fim de Ano	SE	Celebração de fim de ano e valorização dos servidores e colaboradores do MJSP pelos serviços prestados em 2024.	63	
2ª Cerimônia Graduação Alunos de Jiu-jitsu	SE	Cerimônia de passagem de faixa.	27	
Elogio	SE	Elogio recebido pelos servidores registrados nos assentamentos funcionais digitais – AFD.	141	
Elogio	PRF	Elogio em razão, dentre outras, de destacada atuação que implicou em ganhos institucionais para a PRF.	85	
Medalha Herói das Estradas	PRF	Concedida aos servidores que no exercício de suas funções, em razão delas ou para além de suas atribuições regulamentares, tenham se ferido gravemente.	394	

Fonte: CGGP/SAA/SE, SENAPPEN, PF e PRF

Ações voltadas para o bem-estar no contexto organizacional e das condições de trabalho

Destacam-se as seguintes iniciativas:

Ações para Bem-estar Organizacional			
Evento	Tipo de Ação	Órgão	Participantes
Janeiro Branco – Conscientização sobre a saúde mental e emocional	Campanha (e-mail marketing).	SE	Ampla divulgação
1ª coleta da Campanha Doação de Sangue MJSP	Campanha.	SE	82
Semana da Mulher	Campanha, palestras e oficinas alusivas à comemoração do Dia Internacional da Mulher.	SE	157
Dia do Desafio	Campanha, incentivos de prática de atividades físicas e esportivas em espaços e instituições públicas e privadas, por ao menos 15 minutos, possibilitando o convívio saudável entre as pessoas.	SE	87
Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo	Campanha (e-mail marketing).	SE	Ampla divulgação
2ª coleta da Campanha Doação de Sangue MJSP	Campanha.	SE	96
Setembro Amarelo	Campanha (e-mail marketing).	SE	Ampla divulgação
Papo de Mulher	Palestras e Rodas de Conversa.	SE	133
3ª coleta da Campanha Doação de Sangue MJSP	Campanha.	SE	86
Dia do Servidor	Palestras, oficinas, circuito saúde, feira de orgânicos.	SE	Ampla divulgação
Espaço de Convivência	Lançamento do Espaço de Convivência.	SE	Ampla divulgação
Dia das Crianças	Evento comemorativo.	SE	41
Assistência Materno Infantil – Acordo de Cooperação Técnica	Berçário.	SE	4

Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica	Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional	Conformidade e Eficiência da Gestão	Resultados e Desempenho da Gestão	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
---	--	-------------------------------------	-----------------------------------	--

Evento	Tipo de Ação	Órgão	Participantes
Programa Movimenta	Aulas de atividade física e mental.	SE	150
Salas para Consulta On-line e Extração de Leite Materno	Disponibilização de espaço físico, mediante agendamento, para saúde do servidor.	SE	Ampla divulgação
Exames Médicos Periódicos	Formalização de Convênio entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública e a GEAP - Autogestão em Saúde.	SE	293
Vacinação contra a Gripe	Campanha e espaço físico para saúde do servidor.	SE	898
Campanha de Doação de Sangue	Campanha.	SE	264
Evento de Fim de Ano	Feira de orgânicos e atração musical.	SE	Ampla divulgação
2ª Cerimônia Graduação Alunos de Jiu-jitsu	Cerimônia de passagem de faixa.	SE	27
Intervenção Pós Suicídio	Rodas de conversa, com apoio de psicólogas, para oferecer suporte emocional em momentos de crise na Penitenciária Federal em Mossoró.	Senappen	Servidores da unidade PFMOS
Publicação do Edital de Credenciamento n.º 24/2024	Credenciamento de clínicas/profissionais de Psicologia e Psiquiatria, para triagem, tratamento psicológico, avaliação para porte de arma e consultas psiquiátricas aos servidores da Senappen.	Senappen	Todos os servidores
Acolhimento de servidores em crise	Encaminhamento de servidores em crise para atendimento específico do Programa de Atenção à Saúde Mental.	Senappen	Todos os servidores
Campanha de Vacinação	Realizada em 07/2024, em cooperação com SES-DF e OPAS/OMS.	Senappen	Todos os servidores
Campanha Outubro Rosa	Círculo de saúde, com aferição de pressão arterial, medição de glicose, bioimpedância, entre outros serviços. Palestra sobre prevenção e diagnóstico precoce de câncer de mama e colo do útero.	Senappen	Todos os servidores
Campanha Novembro Azul	Roda de Conversa em 11, de 2024 sobre prevenção e diagnóstico precoce do câncer de próstata, reforçando recomendações do Ministério da Saúde.	Senappen	Todos os servidores
Ginástica Laboral	Disponibilização de atividade física laboral.	Senappen	Todos os servidores

Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica	Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional	Conformidade e Eficiência da Gestão	Resultados e Desempenho da Gestão	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
---	--	-------------------------------------	-----------------------------------	--

Evento	Tipo de Ação	Órgão	Participantes
Patrulha da Saúde - PS	Ação.	PRF	11.624
Boas Práticas em Saúde Mental Ocupacional	Ação.	PRF	60
Atuação da CAAS na Tragédia Climática do RS	Ação.	PRF	847
Teste de Aptidão Física – TAF	Ação.	PRF	7.383
Central de Acolhimento e Acompanhamento em Saúde – CAAS	Programa de Saúde Mental.	PRF	13.774
Programa Vida PRF - ProVIDA-PRF	Programa de Saúde Mental.	PRF	7.048
Atuação dos Operadores de Saúde em Grandes Operações	Ação.	PRF	80
Treinamento em Prevenção ao Suicídio nos estados Sergipe, Bahia, Ceará, Minas Gerais e Rio Grande do Sul	Treinamento.	PRF	150
Treinamento em Educação Financeira - Módulo I do Programa de Preparação para a Aposentadoria – PPA	Treinamento.	PRF	Todos os servidores
Parceria com o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos - MGI para a análise dos resultados da Pesquisa Diagnóstica em Qualidade de Vida no Trabalho - QVT, no âmbito da PRF	Ação.	PRF	Todos os servidores
Treinamento para gestores da SPRF/MG sobre Gestão Humanizada, Comunicação Assertiva e Desenvolvimento de Equipes	Treinamento.	PRF	60
Promoção da Qualidade de Vida no Trabalho por meio de palestras e oficinas para difusão dos temas Inteligência Emocional, Segurança Psicológica, Comunicação Assertiva e Relacionamento Interpessoal na SPRF-GO	Ação.	PRF	80
Treinamento direcionado aos Gestores da SPRF/AM nos temas Gestão Humanizada, Inteligência Emocional, Comunicação Assertiva e Desenvolvimento de Equipes, como intervenção para melhoria da Qualidade de Vida no Trabalho - QVT	Treinamento.	PRF	20

Fonte: CGGP/SAA/SE, Senappen, PF e PRF

Teletrabalho e demais ações voltadas para a maximização do desempenho e da eficiência no contexto em que o órgão atua

No âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública (com exceção da Senappen, da PF e da PRF), o Programa de Gestão e Desempenho – PGD, foi instituído pela Portaria SE/MJSP n.º 1.575, de 18 de novembro de 2022, que ficou suspensa pela Portaria do Ministro n.º 58, de 2022 desde 01 de abril de 2022. Todavia, o Programa foi retomado no ano de 2024.

Na implementação do PGD, este Ministério optou por utilizar o aporte metodológico do modelo referencial de gestão do Dimensionamento da Força de Trabalho, que possibilitou maior assertividade do processo de planejamento, gerenciamento e aferição de resultados da iniciativa. Assim, as demais unidades organizacionais estão em fase de implementação de tal metodologia para se tornarem aptas à adesão do Programa.

A Secretaria Nacional de Políticas Penais por intermédio, da Portaria GABSEC/SENAPPEN/MJSP n.º 411, de 31 de outubro de 2024, também implementou o PGD, adotando diretrizes que incentivam a otimização dos recursos humanos e tecnológicos, promovendo maior flexibilidade sem prejuízo ao cumprimento das metas institucionais.

A Polícia Federal, atualmente, conta com 500 servidores em PGD, e já identificou diversos benefícios (como, por exemplo: redução de custos operacionais, energia elétrica, manutenção de espaços físicos e outros insumos). Registra-se que a PF disponibiliza aos participantes do Programa, as condições necessárias para desempenho das atividades (como a disponibilização de suporte na área de TI e de Gestão de Pessoas para solução de entraves e problemas sistêmicos na plataforma que suporta o PGD).

Na Polícia Rodoviária Federal, o PGD se destacou como uma iniciativa essencial para maximizar a produtividade, o desempenho e a eficiência da instituição. O projeto-piloto foi implementado em três unidades: a Superintendência de Goiás, a Diretoria de Gestão de Pessoas e a Diretoria de Tecnologia da Informação.

No ano de 2024, com a publicação da Instrução Normativa PRF n.º 137, de 26 de setembro de 2024, a participação no PGD foi expressamente vedada para o cargo de Policial Rodoviário Federal, salvo em situações específicas sujeitas



a processo de habilitação. Já para os servidores do Plano Especial Cargos, regidos pela Lei n.º 11.095, de 13 de janeiro de 2005, e aos servidores e empregados públicos cedidos de outros órgãos para a PRF, é possível aderir ao PGD em regime de execução de teletrabalho parcial.

Além disso, a PRF utiliza a ferramenta de gestão Banco Nacional de Talentos – BNT, cujo objetivo é a alocação eficiente da força de trabalho, respaldada pelas diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa da Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos n.º 31, de 9 de novembro de 2023, norma de procedimentos gerais emitida pelo órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, e instituído pela Instrução Normativa PRF n.º 119, de 17 de novembro de 2023, no âmbito da PRF.

A atuação do BNT vincula-se a demandas e necessidades da Sede Nacional da PRF, derivadas de projetos ou ações previstas nos instrumentos oficiais de planejamento do órgão, em especial, os Planos Diretores instituídos pelo Plano Estratégico da PRF. Os servidores do BNT atuam em demandas específicas, as quais são pautadas pelos padrões, processos e diretrizes técnicas estabelecidas pelas unidades requisitantes, sobretudo em atividades de gerenciamento, execução e acompanhamento de projetos ou ações e supervisão e gerenciamento de equipes alocadas nos projetos ou ações. Atualmente, a PRF conta com 96 policiais alocados no Banco Nacional de Talentos.

PRINCIPAIS ENTREGAS

No âmbito do Núcleo Central do MJSP, destaca-se o Dimensionamento da Força de Trabalho - DFT, cuja aplicação da metodologia alcançou 50% de implementação em 2024. Restam poucas Secretarias a serem dimensionadas, e o trabalho segue em andamento. Já foram dimensionados as áreas da Assessoria Especial do Controle Interno, Corregedoria-Geral, Ouvidoria-Geral, Subsecretaria de Administração, Subsecretaria de Tecnologia e Informação e Comunicação, Consultoria Jurídica, Secretaria Nacional de Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos e Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos.

Com relação às iniciativas de capacitação e educação, no ano de 2024, 86 servidores foram beneficiados pelo Programa de Incentivo Educacional – Proeduc, que tem por objetivo o aprimoramento das competências da força de trabalho do órgão. Além disso, 2 servidores adquiriram o título de Mestre, por meio do Programa de Mestrado Profissional em Gestão Pública, promovido por turma exclusiva junto à Universidade de Brasília. Também teve início a turma de Mestrado Profissional em Engenharia Elétrica, com início das aulas em 28 de outubro de 2024.





Destaca-se, ainda, que em 2024 foi firmado Acordo de Cooperação Técnica, estabelecendo atendimento do Serviço de Assistência Materno Infantil e Puericultura - SAMIP - aos dependentes dos servidores do MJSP, por meio da parceria com Ministério da Saúde, fortalecendo as ações de qualidade de vida e de promoção à saúde. A importância do acordo tem reflexo direto na qualidade de vida no trabalho dos servidores do MJSP, possibilitando a prestação de assistência pré-escolar, na forma de berçário, para possibilitar o aleitamento materno, assim como estimular o desenvolvimento integral da criança.

Na Senappen, destaca-se a condução do curso de formação profissional, culminando na nomeação de 96 novos servidores para as carreiras penitenciárias federais, reforçando a capacidade operacional do órgão; implementação do Programa de Gestão e Desempenho, obtenção de autorização para a contratação temporária de até 130 profissionais para obras e serviços de engenharia, e de até 76 profissionais para a implementação de novas políticas públicas, ambos fundamentados na Lei n.º 8.745, de 1993 e autorizados por Portarias Conjuntas entre o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos e do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

No âmbito da Polícia Federal - PF, foram implementadas ações estratégicas para o aprimoramento da gestão e desenvolvimento institucional. Destaca-se a integração de mais de 30% do efetivo ao Programa Lidera PF, promovendo capacitação e desenvolvimento de gestores e servidores.

Adicionalmente, foi desenvolvida uma estratégia para a institucionalização da identificação e do reconhecimento de mulheres líderes, resultando na publicação da Política de Equidade de Gênero e Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens. Paralelamente, avançou-se na modernização e automação de processos internos, promovendo ganhos de eficiência e aprimoramento na estruturação de dados.

No campo da qualidade de vida, houve uma ampliação de 38% no número de beneficiários do PF Saúde, com índice de satisfação de 81%. No âmbito da saúde mental, o Programa Rosa dos Ventos realizou 11.259 ações de prevenção ao adoecimento mental e ao suicídio em diversas unidades da PF, enquanto o Serviço Biopsicossocial efetuou 4.323 atendimentos de pronto-socorro psicológico para servidores. Além disso, foram fortalecidos os instrumentos normativos voltados à proteção e qualidade de vida das famílias dos servidores da PF.



Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica	Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional	Conformidade e Eficiência da Gestão	Resultados e Desempenho da Gestão	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
---	--	-------------------------------------	-----------------------------------	--

Na gestão administrativa e jurídica, registrou-se a análise de 3.791 processos administrativos e o acompanhamento de 2.251 ações judiciais. Foram aprovados cinco Pareceres Referenciais - PRs, para orientar as unidades de gestão de pessoas, visando padronização e maior agilidade processual. Atualmente, a PF conta com 14 PRs, com outros 12 em fase de elaboração ou análise.

A Polícia Rodoviária Federal fortaleceu, ampliou e atuou com estratégia no quadro de Operadores de Atendimento Pré-Hospitalar - APH, que passou a contar com 195 operadores; e lançou o Livro de Saúde Mental e Qualidade de Vida no Trabalho, importante iniciativa desenvolvida pela central de acolhimento e acompanhamento em saúde - CAAS. O livro pretende promover a conscientização sobre a importância da saúde mental no ambiente de trabalho, oferecendo orientações práticas e estratégias para o cuidado com o bem-estar dos servidores.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Dentre os principais desafios para 2025, destaca-se a implementação e atualização do Dimensionamento da Força de Trabalho - DFT, em todas as unidades organizacionais do Ministério, tendo como objetivo maximizar o processo de planejamento e aplicação da força de trabalho, e também robustecer a Governança em Gestão de Pessoas da Pasta.

Além disso, visa-se o aperfeiçoamento do Portal CGGP com a disponibilidade de painéis de monitoramento e acompanhamento (Business Intelligence - BI) relacionados à temática Gestão de Pessoas.

Pretende-se implementar o processo de compensação previdenciária em aposentadorias e pensões civis sob responsabilidade do MJSP, com fundamento no Decreto n.º 10.188, de 20 de dezembro de 2019, e em cumprimento as orientações do Órgão Central do SIPEC.

Esta Pasta aguarda a conclusão do Concurso Público Nacional Unificado - CPNU, para o provimento de 100 cargos de Analista Técnico-Administrativo do Quadro de Pessoal deste Ministério, com objetivo de reduzir o déficit da força de trabalho, bem como solicitar viabilidade de adicional a fim de atender a real necessidade da demanda do órgão.



A Secretaria Nacional de Políticas Penais pretende firmar convênio com o SAMIP Creche Narizinho, instituição vinculada ao Ministério da Saúde, para assistência pré-escolar na modalidade direta (berçário) aos dependentes dos servidores públicos do Senappen lotados e em exercício em Brasília-DF; contratar empresa especializada em perícias médicas e saúde ocupacional, em conformidade com o disposto na Lei n.º 8.112/1990; e criar espaço de convivência para lactantes destinado as suas servidoras e colaboradoras.

A Polícia Federal pretende implementar programa de preparação para aposentadoria; prover serviço de psicoterapia para servidores ativos; implementar programa de mentoria para líderes; ampliar a oferta de produtos relacionados ao Programa Lidera PF; desenvolver modelos de competências por função; avançar na estruturação de dados e na melhoria e automação de processos por meio do desenvolvimento de soluções de TI; preparar processos críticos para automação por inteligência artificial; aplicar pesquisa de clima organizacional; realizar estudos para mecanismos de reconhecimento; aplicar modelo típico de dimensionamento da força de trabalho e avançar no desenvolvimento de modelo atípico; realizar concurso para o Plano Especial de Cargos – PEC-PF; e obter autorização para realização de concurso público para os cargos policiais.

A Polícia Rodoviária Federal estabelece como metas expandir o Dimensionamento da Força de Trabalho para todas as unidades da PRF; continuar a atualização dos instrutores da PRF e dos servidores capacitados em cursos que necessitam de atualização periódica; fomentar a capacitação dos servidores que trabalham nas unidades de gestão de pessoas da PRF; elaborar os regulamentos da Política de Atenção à Saúde Integral dos servidores da Polícia Rodoviária Federal - Saúde PRF (Preparação para aposentadoria; Exames Complementares - EMP); Programa de Qualidade de vida no trabalho - PQVT; implementação das iniciativas da Política de Saúde Integral dos Servidores; fomentar o desenvolvimento de competências dos servidores nas unidades desconcentradas da PRF.



VI - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Durante o exercício de 2024, as contratações realizadas no âmbito do MJSP, seguiram as normas e diretrizes aplicáveis às contratações públicas no que tange aos critérios de sustentabilidade, utilizando as normas gerais, quais sejam, a Instrução Normativa n.º 01, de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG, para contratações de aquisição e serviços, e o Decreto n.º 7.746, de 2012, aplicável a compras, serviços e obras. Ademais, os processos de contratação são instruídos e executados priorizando os critérios e resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como as unidades utilizam o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis elaborado pela Advocacia Geral da União - AGU.



Todos os editais de licitação que tratam de aquisições, serviços e obras são elaborados visando a economia da manutenção e operacionalização nas edificações, redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, diminuindo com isso a produção de poluentes.

Nesse sentido, os critérios explicitados no art. 4º do Decreto n.º 7.746, de 2012 são observados, minimamente, nas aquisições e contratações:

Aquisições

São exigidos o fornecimento de bens que sejam constituídos por material reciclado, atóxico, biodegradável – conforme orientações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT; que as empresas observem os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO sobre produtos sustentáveis; que os produtos sejam acondicionados em embalagem individual adequada, como menor volume possível e que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS.

Contratações

É exigida a observância do uso de produtos de limpeza e conservação que atendam às classificações e especificações da ANVISA, bem como a garantia do fornecimento dos equipamentos de segurança necessários para a execução dos serviços. Além disso, deve ser realizado o treinamento dos empregados com o objetivo de reduzir o consumo de energia elétrica e água, bem como minimizar a geração de resíduos sólidos. Também é obrigatória a separação dos resíduos recicláveis descartados e a adoção de medidas para a redução do ruído gerado pelo funcionamento dos equipamentos utilizados.

Uma das práticas adotadas no âmbito da Secretaria-Executiva - SE, é o descarte dos resíduos sólidos gerados nos serviços de manutenções prediais de forma coerente e condizente com as legislações vigentes sobre as regras de proteção ambiental: Lei n.º 6.938, de 1981 e Lei n.º 9.605, de 1998, além da Resolução CONAMA n.º 10, de 1988 e Resolução CONAMA n.º 237, de 1997, alinhado com a empresa de manutenção predial, bem como o Termo de Cooperação com Cooperativa de Materiais Recicláveis, em atenção ao Decreto n.º 10.936, de 12 de janeiro de 2022.

A Polícia Rodoviária Federal - PRF considera como critérios de decisão para contratações e licitações, em geral, além da análise de necessidade e viabilidade, do preço e da qualidade do produto ou serviço, parâmetros de eficiência energética, eficiência hídrica, redução de emissões de gases, redução na geração de resíduos. Além disso, a instituição promove, sempre que possível, a substituição de fontes poluentes e/ou tóxicas e a logística reversa. Ademais, as contratações prezam pela conformidade dos produtos e serviços com os regulamentos técnicos pertinentes em vigor, dando preferência a produtos com maior durabilidade.

ACÕES PARA REDUÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS

Quantidade de resmas de papel consumidas em 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024:

UG	2020	2021	2022	2023	2024
SE	10.156	12.427	2.425	4.323	5.311
PF	26.226	23.230	19.328	17.013	58.769
PRF	6.538	6.538	2.852	5.017	6.415
SENAPPEN	300	250	315	430	1.100
TOTAL	43.220	42.445	24.945	26.883	71.595

Verifica-se que houve uma variação referentes ao consumo de resmas de papel, onde as médias anuais tiveram uma redução entre 2021/2020 e 2022/2021, e um aumento entre 2024/2023.



Consumo de energia elétrica (em R\$ e kWh) 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024:

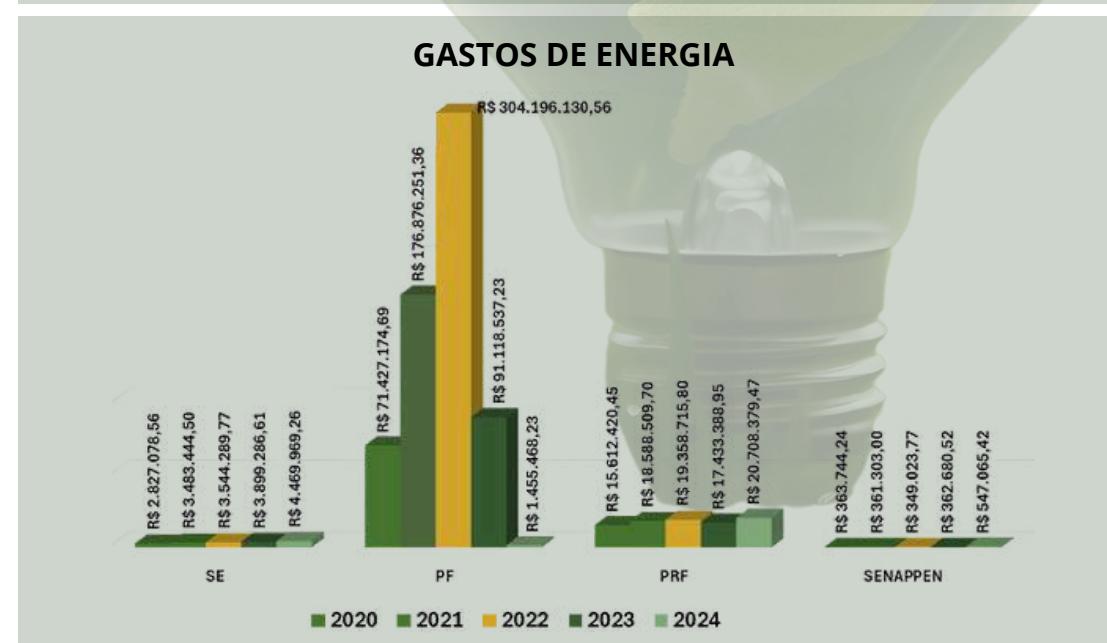
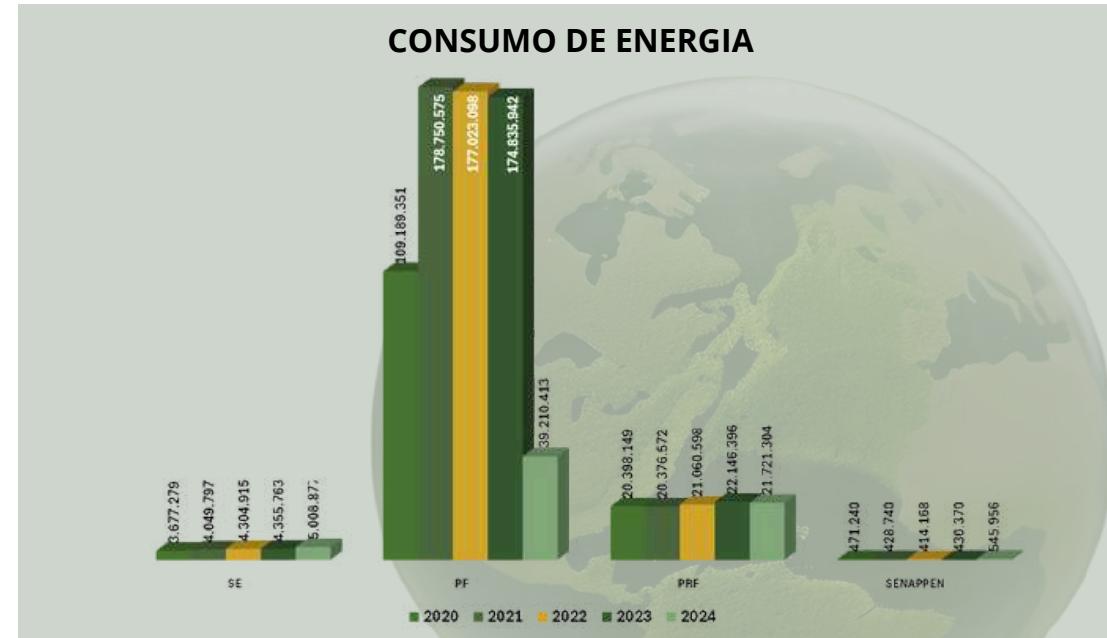
Secretaria-Executiva					
Ano	2020	2021	2022	2023	2024
KWh	3.677.279	4.049.797	4.304.915	4.355.763	5.008.877
R\$	2.827.078,56	3.483.444,50	3.544.289,77	3.899.286,61	4.469.969,26

Secretaria Nacional de Políticas Penais					
Ano	2020	2021	2022	2023	2024
KWh	471.240	428.740	414.168	430.370	545.956
R\$	363.744,24	361.303,00	349.023,77	362.680,52	547.065,42

Polícia Rodoviária Federal					
Ano	2020	2021	2022	2023	2024
KWh	20.398.148,82	20.376.573,15	21.060.596,94	22.146.396,44	23.867.479,00
R\$	15.612.420,45	18.588.509,70	19.358.715,80	17.433.388,95	21.488.217,16

Polícia Federal					
Ano	2020	2021	2022	2023	2024
KWh	109.189.351,42	178.750.574,63	177.023.097,63	174.835.941,95	39.210.412,66
R\$	R\$ 71.427.174,69	R\$ 176.876.251,36	R\$ 304.196.130,52	R\$ 91.118.537,23	R\$ 41.455.468,23

Segundo a Polícia Federal, a redução significativa do consumo de energia elétrica decorre da implementação de diversas iniciativas, incluindo a instalação de usinas fotovoltaicas em suas unidades, a adesão a programas de eficiência energética em parceria com concessionárias de energia elétrica, a modernização dos sistemas de climatização e a realização de campanhas de conscientização voltadas à economia de energia.



É importante considerar que o consumo de energia elétrica nas edificações possui variáveis complexas, sendo impactado pelo modo como os usuários utilizam as instalações físicas das edificações, bem como a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, promove aumentos tarifários regulamentados, resultando em valores maiores a cada evento.

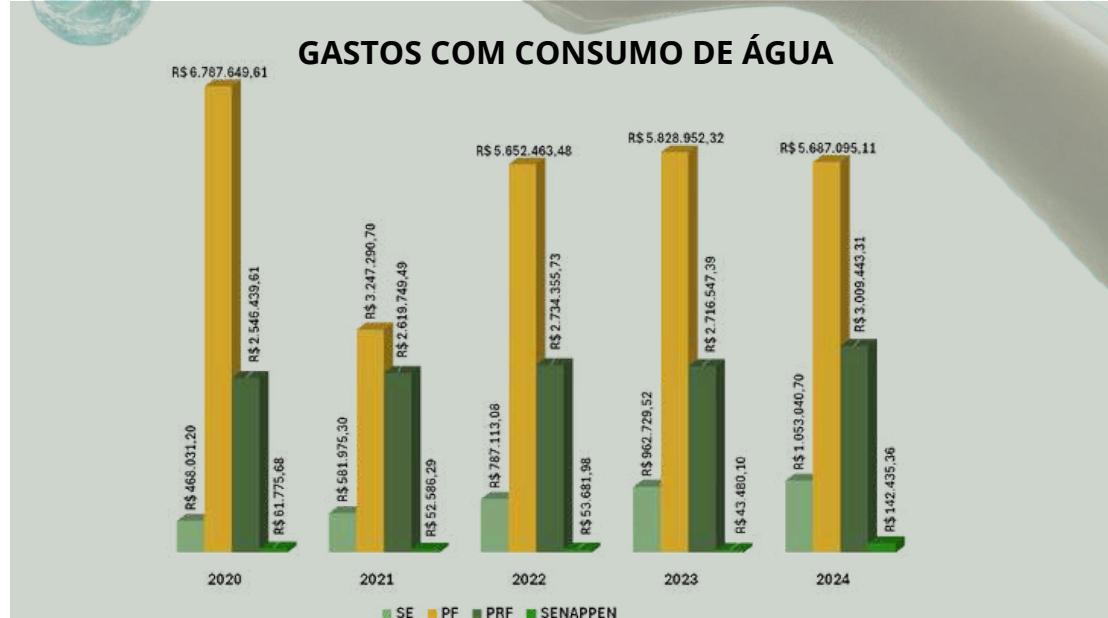
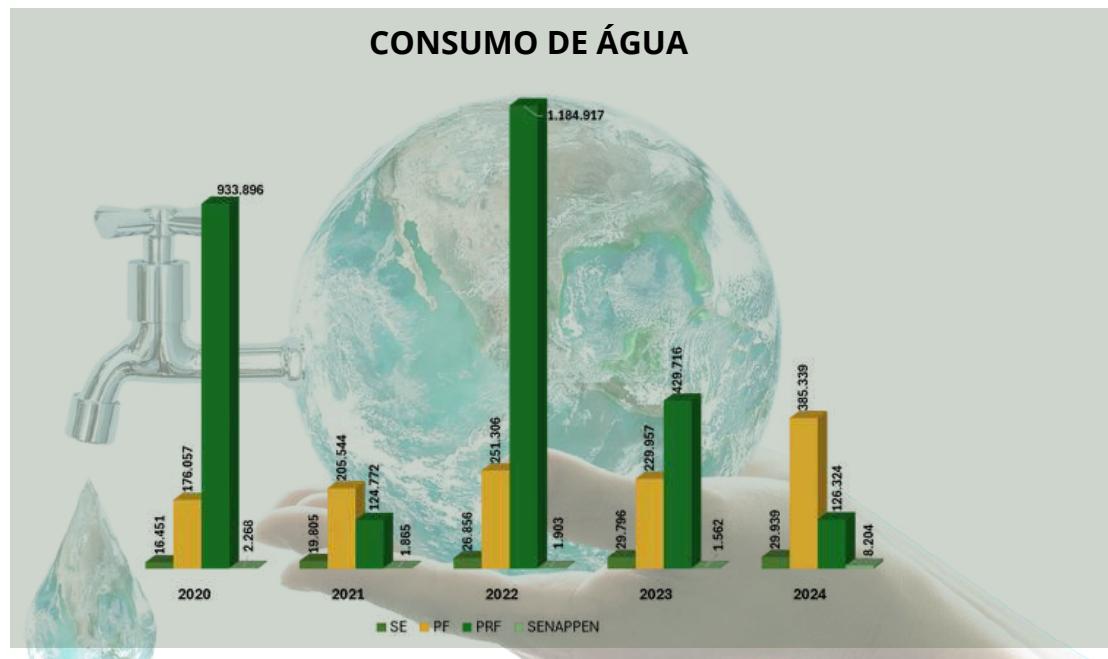
Consumo de água (em R\$ e m³) 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024:

Secretaria-Executiva					
Ano	2020	2021	2022	2023	2024
M ³	16.451	19.805	26.856	29.796	29.939
R\$	468.031,20	581.975,30	787.113,08	962.729,52	1.053.040,70

Polícia Federal					
Ano	2020	2021	2022	2023	2024
M ³	176.057,20	205.544,04	251.305,61	229.956,96	385.339
R\$	6.787.649,61	3.247.290,70	5.652.463,48	5.828.952,32	5.687.095,11

Polícia Rodoviária Federal					
Ano	2020	2021	2022	2023	2024
M ³	993.896,00	124.772,00	1.184.917,00	429.716,00	126.324,00
R\$	2.546.439,61	2.619.749,49	2.734.355,73	2.716.547,39	3.009.443,31

Secretaria Nacional de Políticas Penais					
Ano	2020	2021	2022	2023	2024
M ³	2.268	1.865	1.903	1.562	8.204
R\$	61.775,68	52.586,29	53.681,98	43.480,10	142.455,36



O consumo de água tratada está diretamente relacionado ao modo de utilização das instalações físicas pelos usuários e à necessidade de manutenções frequentes nos sistemas prediais. Além disso, os valores faturados sofrem reajustes regulamentados pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal - ADASA, resultando em aumentos progressivos das tarifas.

REDUÇÃO DE RESÍDUOS POLUENTES



Em 2024, a Secretaria-Executiva implementou ações significativas para a redução de resíduos poluentes, destacando-se a coleta seletiva especializada, a reciclagem de materiais descartáveis e a diminuição do uso de copos descartáveis. Essas medidas, aliadas à conscientização interna e ao aprimoramento dos processos de descarte, contribuíram para a diminuição dos impactos ambientais e promoveram a integração da sustentabilidade.

Durante a execução do contrato de manutenção predial, a SE promoveu as substituições de lâmpadas para os modelos mais eficientes (lâmpadas de LED).

Ademais, foram manutenidas e melhoradas as instalações físicas das edificações da pasta para tornar os sistemas prediais mais eficientes, como a substituição de tubulações hidráulicas de ferro fundido por PVC, ações visando a melhoria nas instalações elétricas para promover a redução do consumo de energia, dentre outras.

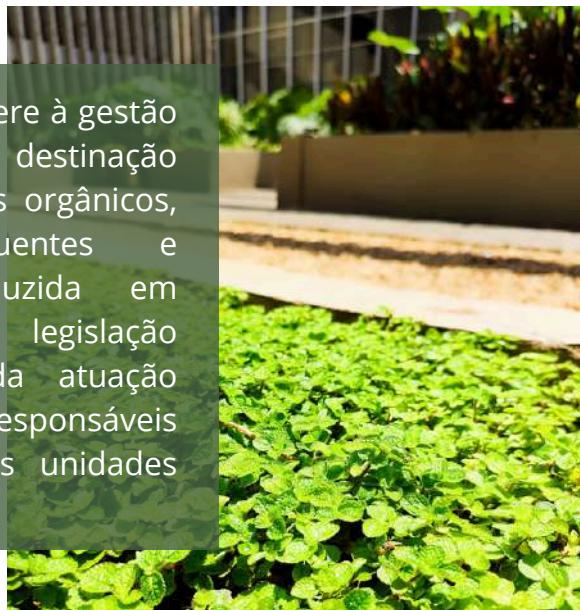
A Polícia Federal adota medidas sistemáticas e permanentes para a redução de resíduos poluentes, incluindo a separação de resíduos em suas instalações conforme a natureza de sua composição, como orgânicos, metais, plásticos e papéis, além da implementação de uma política de separação e reutilização de materiais recicláveis. Também mantém uma rotina adequada para o descarte de produtos perigosos, como pilhas, baterias, celulares e demais produtos eletrônicos, e promove a atualização contínua de bens e materiais, substituindo-os por produtos similares de menor impacto ambiental.

No âmbito da Polícia Rodoviária Federal, diversas ações são promovidas para a redução da emissão de carbono na atmosfera, incluindo a captação e geração de energia limpa para a realização de obras e utilização das instalações físicas, o desenvolvimento de projetos que especifiquem a execução de obras e a aplicação de insumos e produtos certificados sob o aspecto ambiental, além da adequação das edificações em uso para a obtenção da certificação do selo Procel de energia.

Também são adotadas medidas como a execução de obras com produção mínima de resíduos, o desenvolvimento de projetos e execuções cada vez mais padronizadas para otimizar métodos construtivos e processos de contratação pública, bem como a implementação de soluções tecnológicas nas edificações que permitam a integração com outros equipamentos e fontes ambientalmente renováveis.

A Secretaria Nacional de Políticas Penais, pela diversidade de sua atuação logística, gera variados tipos de resíduos, desde domésticos a hospitalares. Por esta razão, a gestão dos resíduos produzidos tem a finalidade de diminuir a quantidade de materiais e incentivar o seu reaproveitamento consistindo na adoção de um conjunto de ações adequadas nas etapas de coleta, armazenamento, transporte, tratamento, destinação final e disposição final ambientalmente adequada, visando ainda à preservação da saúde pública e a qualidade do meio ambiente.

Portanto, no que se refere à gestão de resíduos sólidos, a destinação adequada dos resíduos orgânicos, indiferenciados, poluentes e recicláveis foi conduzida em conformidade com a legislação vigente, por meio da atuação eficiente das equipes responsáveis pelas contratações nas unidades desta pasta.



PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

No âmbito da Secretaria-Executiva, entre os desafios enfrentados, destaca-se a necessidade de ampliar a adesão dos colaboradores às práticas de separação de resíduos e o aprimoramento da logística de coleta em todas as áreas. Como ações futuras, pretende-se investir em campanhas educativas, implementar pontos de coleta estratégicos e consolidar novas parcerias com cooperativas para ampliar o reaproveitamento dos resíduos recicláveis.

A utilização de fontes de energia renováveis ainda é um desafio no que diz respeito aos prédios localizados na Esplanada, razão pela qual, está em andamento o processo de adesão da pasta ao projeto Esplanada Solar, sendo sua implementação uma das ações futuras da SE em relação à sustentabilidade dos prédios de sua responsabilidade.

Outro desafio no âmbito da SE é a elaboração dos projetos executivos de retrofit das instalações prediais do Ministério para modernização dos sistemas prediais, com foco na utilização de alternativas sustentáveis para a melhoria no uso, consumo e conservação das instalações. Para as ações futuras, podem ser citadas: a substituição das tubulações dos sistemas prediais; a padronização das instalações envolvendo consumos de energia elétrica; e a modernização de equipamentos que demandam os sistemas prediais, além da atuação contínua nos Planos de Logística Sustentável – PLS do MJSP.

Em relação à Polícia Federal, se encontra em avançada fase de estudo e implementação o Plano de Logística Sustentável – PLS, que abrange práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços. Além disso, o plano contém previsão de ações voltadas à capacitação e conscientização dos servidores e colaboradores sobre o uso, consumo e aquisição de materiais de maneira sustentável.

Enquanto está sendo produzido o documento da Polícia Federal, o órgão está se utilizando do Caderno de Logística do Plano Diretor de Logística Sustentável - PDLS, elaborado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI.

A Secretaria Nacional de Políticas Penais informou como desafios: promover a destinação ecologicamente correta dos resíduos não recicláveis; realização do estudo qualitativo e quantitativo dos resíduos; adquirir, até 2027, a partir de especificações prévias das unidades responsáveis, pelo menos, 50% dos itens de material permanente com critérios de sustentabilidade; diminuir em 10% o consumo de água e materiais de expediente; e reduzir a utilização de papel e copos descartáveis em 50%.

Portanto, o enfoque das unidades desta Pasta é a implantação das ações dos Planos de Logística Sustentável – PLS, visando atender aos normativos que abrangem as práticas sustentáveis na administração pública.



MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

A Secretaria-Executiva adotou várias medidas para inclusão dos PcDs, garantindo a acessibilidade de suas instalações, das quais se destacam: revisão dos espaços físicos em atendimento às normas de acessibilidade vigentes; instalação de um elevador tipo plataforma elevatória que atende tanto aos usuários de acessibilidade como para o uso de pessoas com mobilidade reduzida; instalação de corrimões no Palácio da Justiça conforme os normativos técnicos do Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal e Normas Técnicas de Engenharia e Arquitetura; adaptações físicas das edificações, como construção de rampas em calçadas, troca de fechaduras, sinalização e instalação de corrimãos; e inclusão de cláusulas contratuais para o atendimento de políticas afirmativas e de acessibilidade nos contratos de aquisição, bens e serviços.

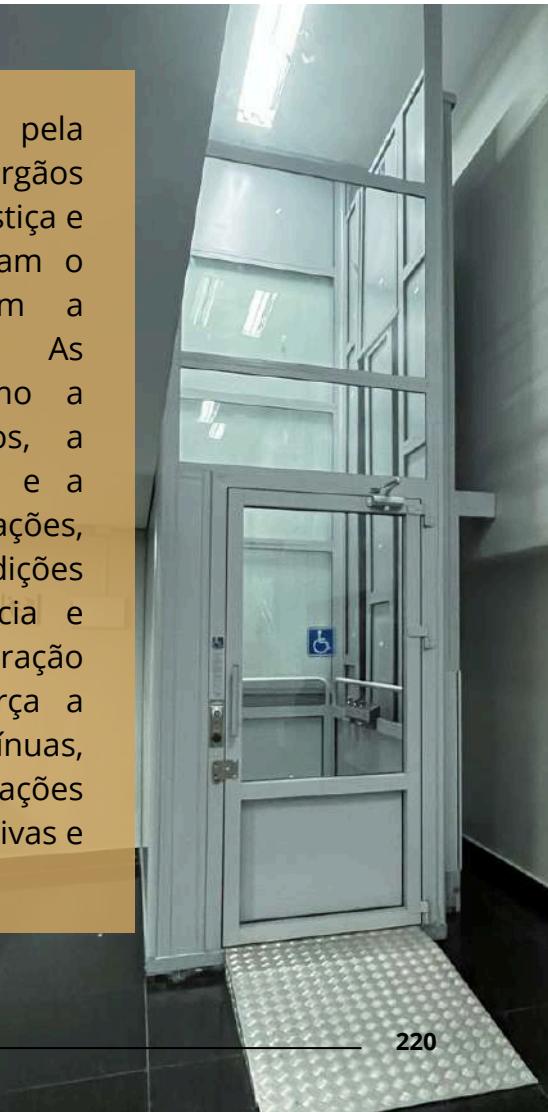
Além disso, o MJSP contou com o apoio da sociedade civil para a realização dos estudos sobre as condições de acessibilidade das suas edificações. De forma colaborativa, o Instituto Malaquias, entidade benficiante de Planaltina-DF, visitou todas as edificações com o intuito de avaliar os critérios de acessibilidade dos edifícios e auxiliar o Ministério nos estudos que geraram as demandas de manutenção.

As edificações da Polícia Federal foram projetadas, reformadas e readequadas de modo a garantir o acesso às pessoas com mobilidade reduzida ou pessoas com deficiência, nos termos

do artigo 11 da Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

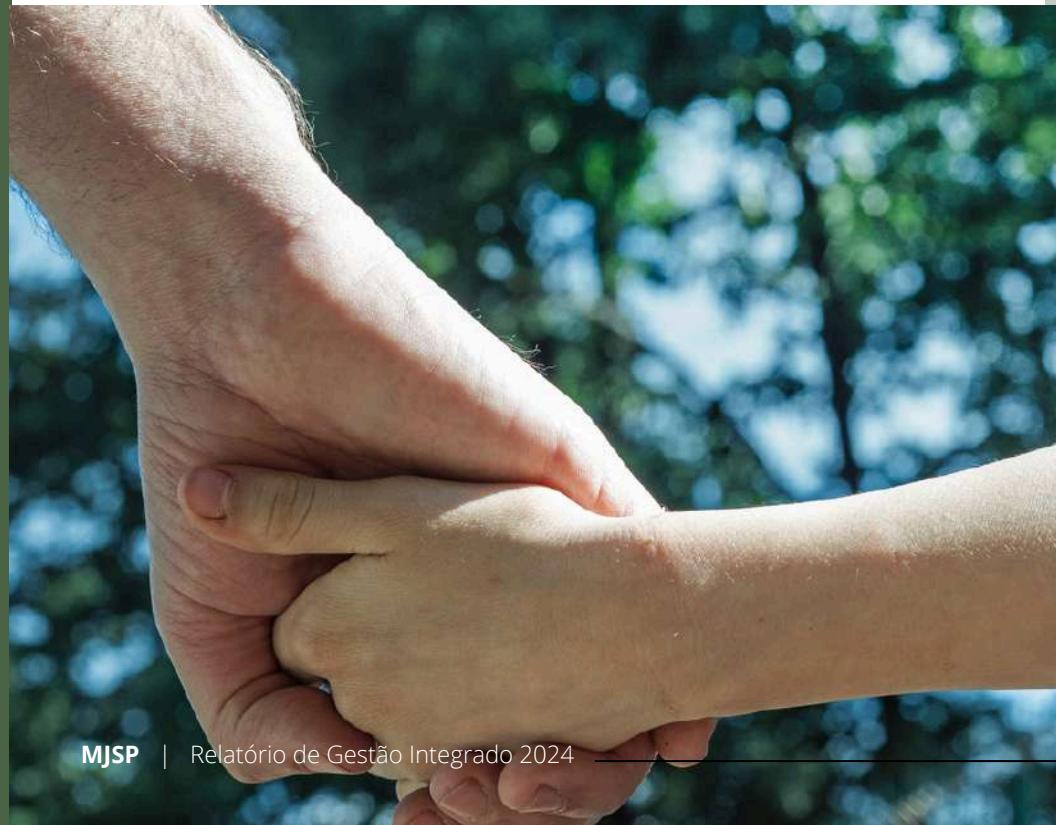
A Polícia Rodoviária Federal, conta hoje com 403 imóveis total ou parcialmente acessíveis, o que representa 65% dos imóveis. Atualmente, está em análise as formas de acessibilidades frente a todas as diversidades, por isso a forma de avaliação também está sofrendo alterações, entretanto o projeto está em andamento.

Assim, iniciativas adotadas pela Secretaria-Executiva e pelos órgãos vinculados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública demonstram o compromisso contínuo com a inclusão e acessibilidade. As adequações realizadas, como a revisão dos espaços físicos, a instalação de equipamentos e a adaptação das edificações, asseguram melhores condições para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. A colaboração com a sociedade civil reforça a busca por melhorias contínuas, garantindo que as instalações atendam às exigências normativas e promovam a inclusão.



VII- RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade social desenvolvida no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP reflete o compromisso da instituição com a inclusão, equidade e bem-estar social. Por meio de diversas iniciativas, busca promover a inclusão social, a diversidade, a conduta ética, a transparência, o acesso à justiça e a proteção dos direitos humanos, tanto para seus servidores quanto para a sociedade em geral. As ações desenvolvidas abrangem áreas como diversidade, transparência, ética, bem-estar dos servidores e segurança digital, consolidando o MJSP como um agente de transformação social.



Por meio de suas unidades, o MJSP desenvolveu diversas iniciativas para fortalecer a inclusão social e a diversidade. A Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen reforçou seu compromisso com a equidade ao instituir o Comitê de Diversidades, incentivando o respeito às diversidades na cultura organizacional, com foco em eixos como raça, etnia, população LGBTQIA+, gênero, diversidade geracional e pessoas com deficiência. Também participou ativamente da formulação do Plano Juventude Negra Viva, visando reduzir vulnerabilidades da juventude negra e a violência letal alicerçada no racismo estrutural.

A Assessoria de Participação Social e Diversidade – ASPAD, por sua vez, realizou diversas ações voltadas à diversidade e à inclusão, promovendo eventos sobre igualdade racial e participação social. Além disso, atuou na formulação de planos setoriais de enfrentamento ao assédio e discriminação, fortalecendo o compromisso do MJSP com um ambiente de trabalho mais justo e inclusivo.

A Polícia Rodoviária Federal - PRF também tem contribuído para a promoção da responsabilidade social do órgão por meio do programa "PRF Amiga dos Autistas", voltado à inclusão e igualdade de oportunidades para pessoas com autismo. O programa tem como finalidade principal, qualificar os policiais rodoviários federais para lidar com colegas autistas ou com servidores que tenham diagnóstico de autismo na família, além de fornecer meios para uma

abordagem mais preparada e humanizada nas rodovias de todo o país. Destaca-se também o "PRF Eles por Elas", programa voltado ao combate à violência de gênero; e o projeto "PRF Parceira dos Povos Indígenas", que visa a inclusão e proteção dessas comunidades. Também implementou medidas contra o perfilamento racial em abordagens policiais, reforçando seu compromisso com a equidade e os direitos humanos.

Por meio da Secretaria de Acesso à Justiça - SAJU, o MJSP desenvolveu iniciativas para fortalecer a democratização dos direitos e o acesso à justiça. Entre elas, destaca-se o lançamento da Cartilha de Direitos e Acesso à Justiça para entregadores, clientes e estabelecimentos, em parceria com o iFood e a organização Black Sisters in Law, promovendo a conscientização sobre direitos fundamentais.



Encontro do Ministro Ricardo Lewandowski com lideranças indígenas

Outro projeto relevante foi o Programa de Acesso à Justiça em Conflitos Socioambientais, que realizou missões e oficinas para povos e comunidades tradicionais, além de ações voltadas ao atendimento de povos indígenas e à demarcação de terras.

Ressalta-se, ademais que foi realizado o evento "Direitos Humanos, Acesso à Justiça e Justiça Criminal", com o objetivo de debater os desafios do acesso a direitos por populações vulnerabilizadas no País.



Evento Direitos Humanos, Acesso à Justiça e Justiça Criminal

Outra iniciativa voltada à responsabilidade social junto aos mais vulneráveis é a construção de Centros Comunitários pela Vida - Convive, espaço adequado à oferta de serviços assistenciais, voltado à prevenção da violência e da redução da criminalidade no âmbito municipal, por meio da geração de oportunidades e inclusão social em territórios vulneráveis e em outras áreas de desconexão social.

Destaca-se ainda, o lançamento do programa "CRIA - Prevenção e Cidadania" da Secretaria Nacional de Política sobre Drogas e Gestão de Ativos - Senad, voltado à prevenção do uso problemático de drogas, violências e desfechos negativos associados, buscando fortalecer comunidades e promover a coesão social e a criação dos Centros de Acesso a Direitos e Inserção Social - CAIS, que representa um passo significativo na assistência a pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão social.

Com o objetivo de combater o assédio e à discriminação no órgão, a Assessoria Especial de Controle Interno - AEI, implementou ações e campanhas educativas visando a promoção de um ambiente de trabalho mais justo e ético. As Campanhas da Comissão de Ética do MJSP abordaram temas como comunicação não violenta, diversidade e prevenção da violência contra a mulher em ambiente digital.

Considerando que a sustentabilidade social é um pilar essencial na gestão de pessoas, o MJSP tem envidado esforços na implementação de diversas iniciativas internas pautadas pela promoção do bem-estar, inclusão e desenvolvimento dos servidores, fomentando um ambiente institucional mais justo e acolhedor, tais como:

- **Programa Rosa dos Ventos**, voltado a prevenir o adoecimento mental e o suicídio entre seus servidores. Além disso, desempenhou papel essencial na Mobilização Nacional de Identificação de Pessoas Desaparecidas, coletando amostras genéticas e registrando casos para auxiliar famílias afetadas.
- **Projeto Papo de Mulher**: roda de conversa sobre gênero e direitos das mulheres. O projeto promove debates sobre temas relevantes como “Interseccionalidade de Gênero e Raça”, “Liderança Feminina”, “Mulheres no Poder”, “Eles por Elas”, “Misoginia” e “Violência contra a Mulher em Ambiente Digital”.
- **Espaço do Servidor**: ambiente dedicado ao descanso do servidor. A iniciativa busca proporcionar mais acolhimento e qualidade de vida no local de trabalho.



- **Calendário de Eventos de Gestão de Pessoas**: palestras sobre saúde mental, igualdade racial e prevenção ao assédio. Busca fomentar o bem-estar social dos servidores e colaboradores por meio de eventos e palestras realizadas em parceria com outras unidades do Ministério e órgãos externos. Entre os temas abordados, destacam-se “Justiça e Promoção da Igualdade Racial”, “Autocuidado e Valorização da Vida”, “Saúde Mental”, “Viver Bem Aposentado” e “Prevenção, Acolhimento e Ações em Caso de Assédio Moral e Sexual no Serviço Público”.

- **Programa Movimenta MJSP**: incentivo ao voluntariado e atividades físicas. Oferece diversas modalidades de atividades, tais como: Teatro, Fit Dance, Dançaterapia, Taekwondo, Muay Thai e Jiu-Jitsu. O programa atende cerca de 150 servidores e colaboradores, promovendo bem-estar físico e mental no ambiente de trabalho.



- **Natal Solidário do MJSP:** campanha voltada à arrecadação de doações para cooperativas de catadores de recicláveis que prestam ou prestaram serviço ao Ministério nos últimos dois anos. Em 2024, a iniciativa beneficiou 138 famílias e 154 crianças, reforçando o compromisso do MJSP com a solidariedade e inclusão social.



Natal solidário MJSP

- **Espaço para Consultas Online:** espaço voltado à realização de atendimento médico on-line no âmbito do Ministério. Com agendamento prévio, o espaço oferece um ambiente adequado para essas consultas, garantindo privacidade e bem-estar.

Por meio dos programas e iniciativas voltadas à qualidade de vida no ambiente de trabalho, o MJSP tem buscado fomentar uma cultura organizacional baseada na inclusão, equidade, diversidade e valorização profissional.

Outro aspecto em que o MJSP tem se destacado é o compromisso com a transparéncia e o acesso à informação, pilares fundamentais para a responsabilidade social do órgão. A disponibilização de dados sobre os resultados institucionais, reforça a prestação de contas e permite à sociedade acompanhar a aplicação dos recursos. Além disso, a elaboração do novo Plano de Dados Abertos (PDA 2024-2026) amplia ainda mais o acesso da população a informações públicas, promovendo um ambiente de maior controle social e participação cidadã.

Em sintonia com esse compromisso, em setembro de 2024, foi lançada a plataforma "Segurança Transparente", que visa dar maior agilidade e transparéncia aos serviços prestados à população por meio do uso dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. Essa iniciativa fortalece a confiança da sociedade na gestão pública e reafirma a importância da transparéncia como princípio essencial para uma administração eficiente e responsável.

Nesse contexto, a PRF alcançou a liderança no Painel de Transparência Ativa, evidenciando seu compromisso com a prestação de contas e o fortalecimento do controle social. O reconhecimento decorre da conformidade integral com a Lei de Acesso à Informação (LAI) e da implementação de práticas inovadoras que ampliaram o acesso da sociedade a dados e informações relevantes. Essa conquista reafirma o papel da PRF como referência em transparência, promovendo uma gestão mais aberta, acessível e alinhada aos princípios da administração pública eficiente e responsável.

Por meio da Secretaria de Direitos Digitais – SEDIGI, o MJSP tem se destacado na formulação e implementação de estratégias voltadas à promoção e proteção dos direitos no ambiente digital, tornando-o mais seguro e acessível, especialmente para grupos vulneráveis. Essas ações são fundamentadas em princípios de inovação responsável, liberdade de pensamento e respeito aos direitos fundamentais, garantindo que o avanço tecnológico seja aliado da inclusão e da dignidade humana, reforçando o compromisso do órgão com a transparência, a equidade e o fortalecimento da cidadania.

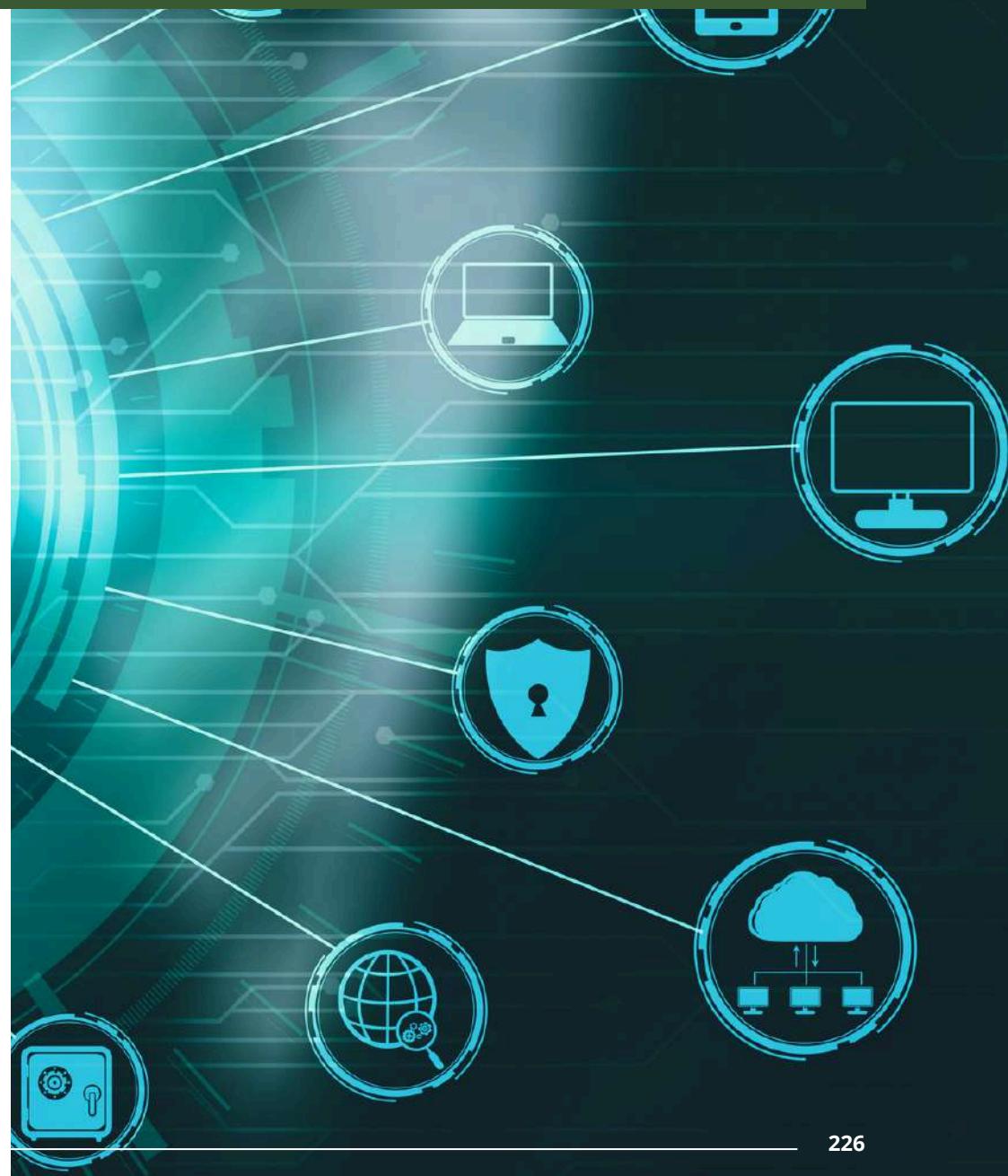
Dessa forma, a responsabilidade social do MJSP se consolida por meio de uma gestão transparente, ética, inclusiva e comprometida com a proteção dos direitos fundamentais, reafirmando seu papel na construção de uma sociedade mais justa, participativa e democrática. Com iniciativas que fortalecem a cidadania e o controle social, o MJSP segue aprimorando suas práticas para atender às demandas da população com eficiência, ética e compromisso com o bem comum.



VIII - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O modelo de governança de tecnologia da informação e comunicação do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, Polícia Federal – PF, Polícia Rodoviária Federal – PRF e Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, tem como principais instâncias o Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação e Comunicação do MJSP, o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação da PRF e o Comitê de Governança em Telemática da PF, responsáveis por deliberar sobre a execução das estratégias de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, revisão periódica do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC, acompanhamento de projetos, processos e indicadores, aprovação de planos, políticas, normas e procedimentos de TIC.

As áreas de TIC do MJSP, PF e PRF seguem uma série de normativos que visam manter a conformidade legal da gestão de tecnologia da informação: regulamentos e guias elaborados pelo Governo Federal, Órgãos de Controle e Ministério da Gestão e Inovação, como, por exemplo, a Portaria do MJSP n.º 2, de 28 de janeiro de 2022, Lei n.º 14.133 de 2021 e as Instruções Normativas IN-01, de 2019 -ME, IN-05, de 2017 - MP, IN-94, de 2022 - MGI, o Decreto n.º 10.332, de 28 de abril de 2020 (alterado pelos Decretos n.º 10.996, de 2022 e n.º 11.260, de 2022), que orientam fluxos de contratações e uma gama de procedimentos de TIC que subsidiam a qualidade em sua gestão.



MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TIC

Os dados apresentados a seguir demonstram os valores empenhados em despesas de TIC (em milhões de reais) no âmbito do MJSP (Administração Direta, Fundo de Defesa de Direitos Difusos, Fundo Penitenciário Nacional, Fundo Nacional de Segurança Pública e Fundo Nacional Antidrogas, excluindo-se o CADE e a FUNAI, por realizarem relatórios próprios), PF, PRF e ANPD no que tange ao indicador do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, que identifica os gastos de TI por natureza de despesa.

ÓRGÃO	VALORES EMPENHADOS (em milhões R\$)					
	2023			2024		
	Custeio	Investimento	Total	Custeio	Investimento	Total
MJSP	54.989.724,14	12.382.342,00	67.372.066,14	53.373.958,67	4.093.649,00	57.467.607,67
ANPD	129.261,00	-	129.261,00	2.876.599,56	807.874,14	3.684.473,70
PRF	95.999.885,95	18.469.946,83	114.469.832,78	90.059.373,65	3.184.381,58	93.243.755,23
PF	117.540.555	56.521.165	174.061.720	91.405.224,30	152.376.867,30	243.782.091,60
Total Geral	268.530.165,09	87.373.453,83	355.903.618,92	237.715.156,18	157.278.390,44	398.177.928,20

Fonte: Dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira em 24/01/2025

CONTRATAÇÕES DE RECURSOS DE TIC (VIGENTES EM 2024)

Entre as contratações relevantes referentes à Tecnologia da Informação – TI, destacam-se as de desenvolvimento e sustentação de sistemas, suporte de infraestrutura e serviços de fábrica de softwares, subscrição de softwares e sistemas, atendimento aos usuários e fornecimento de equipamentos.

UNIDADE	CONTRATADO	DESCRIÇÃO	VALOR
MJSP	GREEN4T SOLUÇÕES DE TI LTDA	Manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura de Sala-Cofre localizada no Centro Integrado de Comando e Controle - CICCN.	R\$ 891.049,62
MJSP	AMÉRICA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E ELETRO-ELETRÔNICOS LTDA	Serviços de suporte para manutenção de storage (EMC e NetApp).	R\$ 25.200,00
MJSP	SIMPRESS COMÉRCIO LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	Serviços de outsourcing de impressão.	R\$ 1.006.511,76
MJSP	CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.	Serviço de Service Desk, atendimento de 1º, 2º e 3º níveis e suporte à Infraestrutura de TIC.	R\$ 10.692.432,65
MJSP	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	Créditos Universais de Nuvem Oracle - Oracle Cloud Universal Credits.	R\$ 2.062.329,02
MJSP	CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	Serviço de Service Desk, atendimento de 1º, 2º e 3º níveis e suporte à Infraestrutura de TIC.	R\$ 10.422.406,23
MJSP	SERPRO	Serviços especializados em tecnologia da informação e de gerenciamento de conexões à rede Infovia Brasília.	R\$ 1.474.923,30
MJSP	TELTEC SOLUTIONS LTDA	Aquisição de switches core e equipamentos para Balanceamento de tráfego de aplicações, segurança e inspeção de tráfego SSL.	R\$ 6.869.885,92
MJSP	TELTEC SOLUTIONS LTDA	Solução de segurança e balanceamento de carga (Ambiente Virtual) para 36 meses.	R\$ 1.325.079,00

Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica	Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional	Conformidade e Eficiência da Gestão	Resultados e Desempenho da Gestão	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
---	--	-------------------------------------	-----------------------------------	--

UNIDADE	CONTRATADO	DESCRIÇÃO	VALOR
MJSP	SERPRO	Certificados Digitais ICP Brasil.	R\$ 126.064,86
MJSP	BRASOFTWARE INFORMÁTICA LTDA	Licenciamento Microsoft.	R\$ 14.247.893,62
MJSP	LANLINK SOLUÇÕES E COMERCIALIZAÇÃO EM INFORMÁTICA S/A	Créditos Universais de Nuvem Azure.	R\$ 8.047.248,02
MJSP	GREEN4T SOLUÇÕES DE TI LTDA	Manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura de Sala-Cofre localizada no MJSP.	R\$ 891.049,62
MJSP	ACTIVEWEB TECHNOLOGIES INFORMATICA LTDA	Certificado Wildcard *.consumidor.gov.br	R\$ 1.380,00
MJSP	CLARO S.A.	Serviço de Telefonia Fixa Comutada - STFC.	R\$ 134.290,69
MJSP	TIM S.A.	Serviço de Telefonia Móvel Pessoal - SMP.	R\$ 328.764,84
MJSP	ALFA TELECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA EM REDE LTDA	Serviços de infraestrutura Física para implantação da Infovia.	571.369,15 Garantia
MJSP	LENOVO COMERCIAL E DISTRIBUIÇÃO LTDA	Aquisição de Desktops.	1.938.150,00 Garantia
MJSP	DATEN TECNOLOGIA LTDA	Aquisição de Notebooks.	R\$ 4.162.008,00
MJSP	TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS SA TELEBRAS	Serviços de Telecomunicações (Link de Comunicação).	R\$ 6.337.544,00

UNIDADE	CONTRATADO	DESCRÍÇÃO	VALOR
MJSP	TELTEC SOLUTIONS LTDA	Aquisição de Switches e Solução de wifi.	R\$ 6.869.885,92 Garantia
MJSP	MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA	Licenciamento de Ferramentas Autodesk.	1.018.812,00
MJSP	POSITIVO TECNOLOGIA S/A	Aquisição de Desktop Ultracompacto Tipo II - Padrão.	R\$ 3.436.200,00
MJSP	GLOBAL SEC. TECNOLOGIA & INFORMACAO LTDA	Fornecimento de solução de firewall	R\$ 4.836.000,00
MJSP	MICROSOFT INFORMATICA LTDA	Suporte Especializado e de Missão Crítica CIN e CÓRTEX.	R\$ 6.892.253,36
MJSP	ABSOLUT TECHNOLOGIES PROJETOS E CONSULTORIA LTDA	Suporte de TV para salas de videoconferência 32 a 65".	R\$ 91.996,00
MJSP	XP ON CONSULTORIA LTDA	Endpoint para salas de videoconferência Tipo 2 (Sala média).	R\$ 91.996,00
MJSP	UNIFY - SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	Endpoint para salas de videoconferência TIpo 3 (Sala grande).	R\$ 189.900,00
MJSP	UNIFY - SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	Endpoint para salas de videoconferência TIpo 1 (Sala pequena) e Tipo 3.	R\$ 693.150,00
MJSP	XP ON CONSULTORIA LTDA	Endpoint para salas de videoconferência Tipo 2 (Sala média).	R\$ 574.975,00

Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica	Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional	Conformidade e Eficiência da Gestão	Resultados e Desempenho da Gestão	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
---	--	-------------------------------------	-----------------------------------	--

UNIDADE	CONTRATADO	DESCRIÇÃO	VALOR
MJSP	PTLS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA E ASSESSORIA TÉCNICA LTDA	Endpoint para salas de videoconferência Tipo 4 (auditório).	R\$ 183.992,00
MJSP	XP ON CONSULTORIA LTDA	Endpoint para salas de videoconferência Tipo 2 (Sala média).	R\$ 183.992,00
MJSP	XP ON CONSULTORIA LTDA	Serviço de Integração SIP/H 323.	R\$ 94.850,00
MJSP	Universidade de Brasília - (UNB)	Termo Aditivo alterando o Plano de Trabalho e publicação de novo edital para processo seletivo do Termo de Execução Descentralizada - TED, Mestrado Profissional em Engenharia Elétrica, na área de concentração Segurança Cibernética, linha de pesquisa Ciência e Engenharia de Dados.	R\$ 1.080.107,98
MJSP	GARTNER DO BRASIL SERVIÇOS DE PESQUISAS LTDA	Licenças anuais para acesso a bases de conhecimento de pesquisas de mercado em Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, aconselhamento imparcial em TIC, serviços de análise especializados em TIC e serviços complementares de apoio à consulta, à interpretação e à aplicação das informações contidas nas referidas bases.	R\$ 1.525.657,89
MJSP	Teltec Solutions Ltda	Licenças de software para avaliação de vulnerabilidades em ativos de tecnologia da informação e serviço técnico especializado.	R\$ 2.297.999,76
MJSP	GEN3 TI, serviços, produtos e negócios EIRELI	Licenças de software para avaliação de vulnerabilidades em aplicações web e serviço técnico especializado.	R\$ 376.020,00
MJSP	ISH Tecnologia S/A (SOC/Blue Team)	Serviço de Centro de Operações de Segurança - Security Operations Center - SOC - e Serviço de tratamento e resposta aos incidentes cibernéticos - (CSIRT - Blue Team).	R\$ 2.297.999,76

Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica	Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional	Conformidade e Eficiência da Gestão	Resultados e Desempenho da Gestão	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
---	--	-------------------------------------	-----------------------------------	--

UNIDADE	CONTRATADO	DESCRIÇÃO	VALOR
MJSP	RESOURCE TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA	Prestação de serviços, desenvolvimento, manutenção, sustentação, testes e controle de qualidade de software, por alocação de perfil profissional de TI vinculado ao alcance de resultados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, sob demanda, com vistas a executar atividades de projeto, construção, testes, implantação, evolução, manutenção, sustentação e garantia de qualidade relacionadas ao ciclo de vida de software, adotando-se práticas ágeis.	R\$ 33.975.600,00
MJSP	M.I. MONTREAL INFORMATICA S.A	Prestação de serviços, desenvolvimento, manutenção, sustentação, testes e controle de qualidade de software, por alocação de perfil profissional de TI vinculado ao alcance de resultados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, sob demanda, com vistas a executar atividades de projeto, construção, testes, implantação, evolução, manutenção, sustentação e garantia de qualidade relacionadas ao ciclo de vida de software, adotando-se práticas ágeis.	R\$ 2.383.128,00
MJSP	DELTAPOINT CONSULTORIA E TREINAMENTO EIRELI	Contratação de serviços de mensuração, aferição e validação dos quantitativos de pontos de função, na modalidade fábrica de métricas.	R\$ 1.516.789,18
MJSP	DAT Soluções em tecnologia LTDA	Serviços de manutenção e suporte técnico para os equipamentos de infraestrutura de armazenamento de dados do Ministério da Justiça - MJ, 24x7x365 (24 horas por dia, 7 dias por semana e 365 dias por ano)	R\$ 186.960,00
MJSP	3CORP Technology Infraestrutura de Telecom LTDA	Fornecimento de aparelhos telefônicos da marca ALCATEL.	R\$ 1.695.127,50

Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica	Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional	Conformidade e Eficiência da Gestão	Resultados e Desempenho da Gestão	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
---	--	-------------------------------------	-----------------------------------	--

UNIDADE	CONTRATADO	DESCRIÇÃO	VALOR
MJSP	3CORP Technology Infraestrutura de Telecom LTDA	Contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva, atualizações periódicas da solução de telefonia fixa IP.	R\$ 747.600,50
MJSP	DATEN Tecnologia LTDA	Aquisição de estações de trabalho (desktops) e equipamentos móveis (notebooks) de ALTO DESEMPENHO.	R\$ 431.400,00
MJSP	Resource Tecnologia e Informatica LTDA	Prestação de serviços, desenvolvimento, manutenção, sustentação, testes e controle de qualidade de software, por alocação de perfil profissional de TI vinculado ao alcance de resultados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, sob demanda.	R\$ 33.975.600,00
MJSP	M.I Montreal Informática LTDA	Prestação de serviços, desenvolvimento, manutenção, sustentação, testes e controle de qualidade de software, por alocação de perfil profissional de TI vinculado ao alcance de resultados, sem dedicação exclusiva de mão de obra, sob demanda.	R\$ 2.383.128,00
MJSP	Teltec Solutions Ltda	Contratação de solução de ativos de rede e balanceamento de carga para os Data Centers, incluindo serviços especializados, aquisição de equipamento e softwares.	R\$ 3.975.237,00 Garantia
MJSP	Teltec Solutions Ltda	Contratação de solução de rede sem fio e ativos de rede, incluindo a aquisição de equipamentos como Access Point e Switches.	R\$ 5.001.330,00
ANPD	Controladora WI-FI e Serviços de Instalação de Controladora WI-FI	Fornecimento e instalação de solução de infraestrutura de rede sem fio com tecnologia versão 6 (Wi-Fi 6).	R\$ 35.380,00
ANPD	INFOVIA	Renovação de Contrato 02, de 2023 referente ao acesso a infovia e serviços agregados.	R\$ 1.156.032,00
ANPD	LICENÇAS DE SISTEMAS OPERACIONAIS (SERVIDORES E OFFICE) - SGBD	Contratação de licenças de Sistema Operacional de Servidores de Rede e de Serviços de Segurança para Ambientes Híbridos.	R\$ 1.099.450,94
ANPD	LICENÇAS DE SOFTWARES DE DESIGN GRÁFICO	Contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de licenças de softwares de Design Gráfico, com direito de atualização e suporte.	R\$ 523.700,00

Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica	Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional	Conformidade e Eficiência da Gestão	Resultados e Desempenho da Gestão	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
---	--	-------------------------------------	-----------------------------------	--

UNIDADE	CONTRATADO	DESCRIÇÃO	VALOR
ANPD	OUTSOURCING DE IMPRESSÃO	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de impressão (outsourcing).	R\$ 60.588,72
ANPD	PONTOS DE ACESSO – ACCESS POINTS (APs) E LICENÇA DE PONTO DE ACESSO PARA SERVIDOR	Aquisição de equipamentos de infraestrutura de Rede Wi-fi.	R\$ 132.960,00
ANPD	SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA IP	Contratação de serviços comum de telefonia corporativa, com central telefônica com a tecnologia de voz sobre IP - voip, incluindo-se a interconexão com a rede de telefonia pública comutada - PSTN, de modo a prover a fruição do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC (fixo-fixo e fixo-móvel), nas modalidades Local e Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI a ser executado de forma contínua.	R\$ 169.797,60
ANPD	SWITCHES DE DISTRIBUIÇÃO DE REDE E TRANSCEIVER	Contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação para eventual aquisição de elementos ativos de rede de comunicação de dados, compostos por switches, sistema de segurança unificado, interfaces GBIC, pontos de acesso e equipamento de telefonia voip, para integrar a infraestrutura de comunicação de dados das unidades da ANPD.	R\$ 472.350,00
ANPD	VIDEOCONFERÊNCIA	Contratação de serviços de instalação e montagem de equipamentos audiovisuais e de videoconferência.	R\$ 15.200,00
ANPD	BRASOFTWARE INFORMÁTICA LTDA	Subscrição de licenças de uso de softwares, Microsoft Office 365 - contrato 02, de 2023.	R\$ 2.167.542,00
PRF	ALGAR TI CONSULTORIA S.A	Supporte a Infraestrutura de TI.	R\$ 5.881.309,68
PRF	LOGIKS CONSULTORIA E SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	Supporte a Ambientes de BI.	R\$ 6.743.442,94
PRF	CRP TECNOLOGIA S.A.	Fábrica de Software.	R\$ 6.387.038,44

Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica	Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional	Conformidade e Eficiência da Gestão	Resultados e Desempenho da Gestão	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
---	--	-------------------------------------	-----------------------------------	--

UNIDADE	CONTRATADO	DESCRIÇÃO	VALOR
PRF	BASIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A	Fábrica de Testes e Qualidade de Software.	R\$ 884.187,50
PRF	DELTAPONT CONSULTORIA E TREINAMENTOS EIRELI ME	Deltapoint consultoria e treinamentos eireli me.	R\$ 445.709,26
PRF	IBRTEC - INSTITUTO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	Serviços de Engenharia para Rádio Comunicação.	R\$ 1.284.250,85
PRF	ILHA SERVICE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA*	Mão de obra para gerenciamento de projetos.	R\$ 3.853.244,17
PRF	GARTNER DO BRASIL SERVICOS DE PESQUISAS LTDA.	Serviço de Aconselhamento independente e imparcial de TI.	R\$ 646.603,44
PRF	RJR SERVICOS DE INFORMATICA	Solução integrada de colaboração e comunicação corporativa da Polícia Rodoviária Federal.	R\$ 7.791.613,97
PRF	ALLTECH - SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA	Antivírus com licenciamento perpétuo, treinamento, suporte técnico, garantia e atualização.	R\$ 2.886.017,98
PRF	GEN3 TECNOLOGIA DA INFORMACAO, SERVICOS, PRODUTOS E NEGOCIOS EIRELI.	Solução de segurança e serviço técnico especializado para análise e testes de segurança nos sistemas.	R\$ 4.460.191,32
PRF	LOGIKS CONSULTORIA E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	Prestação de serviços técnicos especializados de Suporte à Análise e Gerenciamento de Dados na Área de Tecnologia da Informação para a Polícia Rodoviária Federal.	R\$ 9.607.699,92

Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica	Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional	Conformidade e Eficiência da Gestão	Resultados e Desempenho da Gestão	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
---	--	-------------------------------------	-----------------------------------	--

UNIDADE	CONTRATADO	DESCRIÇÃO	VALOR
PF	TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA	Contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de solução para extração e análise de dados a partir de plataformas eletrônicas portáteis (smartphones, tablets, aparelhos de GPS, cartões de memória, drones, entre outros), extração e análise de dispositivos macos, análise de vínculos, gestão centralizada das ferramentas e serviços computacionais em nuvem (cloud) capaz de acessar, extrair, coletar, processar e auxiliar na análise de informações armazenadas remotamente em sites e aplicativos em nuvem, com suporte e atualização tecnológica por 36 meses, nas condições estabelecidas no termo de referência.	R\$ 120.790.799,98
PF	GLOBALWEB OUTSOURCING DO BRASIL S.A.	Contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de serviço de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software, nas condições estabelecidas no termo de referência.	R\$ 69.657.500,00
PF	DECISION SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA	Trata-se de aquisição de duas soluções de armazenamento de objetos, uma para ser instalada no datacenter da dti (site central) e outra no cpd do edifício sede da polícia federal; aquisição de uma solução de armazenamento nas para fins de substituir o parque atual de storages; serviços de instalação e implantação de todas as soluções de armazenamento; migração dos dados existentes nos storages atuais para as novas soluções; serviço de operação assistida para repasse de conhecimento; e serviço de suporte especializado para apoio na implantação de projetos, nos termos das tabelas abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, nas condições estabelecidas no termo de referência.	R\$ 56.040.825,95
PF	STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S.A.	Contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de serviço de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software, nas condições estabelecidas no termo de referência.	R\$ 55.885.500,00
PF	IAFIS SYSTEMS DO BRASIL LTDA	Contratação de empresa para implantação de solução de sistema automatizado de identificação biométrica – abis, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.	R\$ 39.970.101,46
PF	RESOURCE TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA.	Contratação de serviço envolvendo desenvolvimento e sustentação, de forma remota e presencial, utilizando metodologias ágeis e de acordo com os padrões de desenvolvimento e qualidade correspondentes à especialização exigida para o serviço.	R\$ 21.736.650,00

Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica	Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional	Conformidade e Eficiência da Gestão	Resultados e Desempenho da Gestão	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
---	--	-------------------------------------	-----------------------------------	--

UNIDADE	CONTRATADO	DESCRIÇÃO	VALOR
PF	STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S.A.	Contratação de serviço envolvendo desenvolvimento e sustentação de sistemas informatizados, de forma remota e presencial, utilizando metodologias ágeis e de acordo com os padrões de desempenho e qualidade correspondentes à especialização exigida para o serviço, que serão prestados nas condições estabelecidas no termo de referência anexo do edital.	R\$ 21.436.500,00
PF	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	Contratação de serviços de solução oracle exadata destinada a conter os bancos de dados oracle das aplicações mais críticas da polícia federal. Gen2 exadata cloud at customer infrastructure – x10m, oracle paas and iaas universal credits e oracle standard system installation.	R\$ 19.790.329,91
PF	CENTRAL IT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A	O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos continuados na área de tecnologia da informação e comunicação de central de atendimento remoto e presencial aos usuários na modalidade service desk, bem como suporte, sustentação e operação dos serviços e da infraestrutura de TIC da DTI/PR.	R\$ 14.792.197,18
PF	TELTEC SOLUTIONS LTDA	O objeto do presente instrumento é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de rede sem fio de comunicação de dados corporativa da polícia federal, compreendendo equipamentos de pontos de acesso (access points – aps), controladores wlan (wireless lan), softwares de monitoramento e gerenciamento e licenças, com garantia de 60 meses, conforme as especificações, condições, quantitativos e exigências constantes no termo de referência e seus anexos.	R\$ 13.517.369,00
PF	CAST INFORMATICA S/A	Contratação de empresa para fornecimento de serviço técnico especializado – outros serviços de gerenciamento de tic (apoio às atividades de gestão e governança de dados, envolvendo análise, modelagem, administração de dados e soluções de big data).	R\$ 13.054.440,00
PF	DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA	Contratação por inexigibilidade de empresa especializada para prestação de serviços de suporte, manutenção preventiva e corretiva, em hardware e software, incluindo fornecimento e substituição de peças para os equipamentos de storage do datacenter da diretoria de tecnologia da informação e inovação da polícia federal com parâmetro em parcelas fixas mensais, a serem executados de forma continuada pelo período de 30 meses e em conformidade com as especificações contidas em projeto básico – pb.	R\$ 8.891.486,79

Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica	Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional	Conformidade e Eficiência da Gestão	Resultados e Desempenho da Gestão	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
---	--	-------------------------------------	-----------------------------------	--

UNIDADE	CONTRATADO	DESCRIÇÃO	VALOR
PF	TOCCATO TECNOLOGIA EM SISTEMAS LTDA	Contratação de licenças anuais dos softwares qlik sense enterprise core based site, qlik sense enterprise client managed professional, qlik data integration platform rdbms source, além de suporte técnico e atualizações dos softwares com licença perpétua qlik sense enterprise cpu core based site, nprinting server para qlik sense, geoanalytics local server e ainda suporte técnico especializado em bi (sob demanda) para sustentação e consultoria na tecnologia qlik, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no termo de referência.	R\$ 8.645.201,25
PF	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de banco de dados oracle em nuvem privada, que serão prestados nas condições estabelecidas no projeto básico e seus anexos.	R\$ 7.904.993,32
PF	AKIYAMA S.A. - INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E SISTEMAS	O objeto do presente instrumento é a aquisição de solução de leitura e verificação de autenticidade de documentos de viagem que atendam de forma ampla às necessidades das unidades da polícia federal em todo o Brasil, visando a disponibilização de equipamentos modernos aos colaboradores do serviço de controle migratório, que serão prestados nas condições estabelecidas no termo de referência, anexo do edital.	R\$ 6.945.740,67

PRINCIPAIS INICIATIVAS E RESULTADOS NA ÁREA DE TIC, POR CADEIA DE VALOR

INICIATIVAS	CADEIA DE VALOR	RESULTADOS, BENEFÍCIOS OU IMPACTOS
Participação no Comitê Gestor do Projeto Celular Seguro do MJSP	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP	Maior transparência e eficácia na solução de problemas, bem como participação nas discussões e decisões relacionadas ao Projeto Celular Seguro; aumento da rede de parceiros do projeto Celular Seguro; acompanhamento da evolução dos números de adesão e das entregas do projeto.

INICIATIVAS	CADEIA DE VALOR	RESULTADOS, BENEFÍCIOS OU IMPACTOS
Participação no Comitê Gestor da Carteira de Identidade Nacional do MJSP	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	Maior transparência e eficácia na solução de problemas, bem como participação nas discussões e decisões relacionadas ao projeto da Carteira de Identidade Nacional.
Participação na Câmara Executiva Federal de Identificação do Cidadão (CEFIC) e atuação em seus Grupos de Trabalho	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	Maior participação nas discussões e decisões relacionadas ao projeto da Carteira de Identidade Nacional, com os demais órgãos integrantes da Câmara-Executiva Federal de Identificação do Cidadão - Cefic, (Decreto n.º 11.797, de 27 de novembro de 2023).
Formalização do Termo Aditivo ao TED – Mestrado da UnB	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	Aprimoramento e atualização na formação profissional de 11 servidores. Início das aulas: 14 de outubro, de 2024.
Capacitação de servidores de TIC do MJSP em APEX	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	Capacitação de 15 servidores na Ferramenta Oracle Application Express - APEX.
Capacitação de servidores do MJSP em ferramentas Microsoft	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	Capacitação de servidores no conjunto de treinamentos "Produtividade e Segurança no Trabalho em Equipe": <ul style="list-style-type: none"> • Microsoft Teams (82 servidores) • OneDrive e Office (72 servidores) • Outlook (70 servidores) • Planner, To-Do, List (68 servidores) • Power BI (55 servidores)

INICIATIVAS	CADEIA DE VALOR	RESULTADOS, BENEFÍCIOS OU IMPACTOS
Realização de evento interno para disseminação de conhecimento em Inteligência Artificial	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	Realização do evento em dezembro de 2024, com apresentação de palestra e relato de experiência de implementação de IA em outros órgãos públicos.
Realização do evento interno para democratização da TI	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	Realização de evento em novembro de 2024 sobre o desenvolvimento descentralizado de TIC proferida pelo Gartner.
Apoio técnico para implantação de soluções com recursos de automação e IA	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	Apoio na implementação de projetos envolvendo recursos de inteligência artificial, como o projeto de integração de recursos de IA ao sistema MigranteWeb, da Senajus, visando maior agilidade no exame de solicitações de migração laboral.
Contratação de serviços de Outsourcing de Impressão	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	Contratação realizada em fevereiro de 2024, com vigência inicial de 24 meses. Até maio de 2025 será substituído todo o parque de impressoras por equipamentos mais novos e modernos, com capacidade de autenticação dos usuários pelo crachá Radio Frequency Identification - RFID.
Contratação de subscrição de licenças do Sistema Operacional Red Hat Enterprise Linux, Ferramenta Red Hat Runtimes e Suporte Especializado	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	Contratação das subscrições do Sistema Operacional Red Hat Enterprise Linux e da Ferramenta Red Hat Runtimes, além do Suporte Especializado para os softwares da empresa Red Hat utilizados pelo MJSP.
Contratação de subscrição de subscrição da plataforma Elastic Cloud Enterprise e Suporte Especializado	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	Contratação e implantação da solução Elastic Cloud Enterprise, cujo propósito é a indexação em larga escala de dados textuais, como logs e datasets diversos.
Contratação de suporte de central telefônica	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	Contratação para manutenção dos serviços de suporte à central telefônica do MJSP. Início da prestação dos serviços em setembro de 2024.
Contratação de novos terminais telefônicos	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	Aquisição de novos terminais telefônicos para uso institucional, com maior capacidade de processamento e com interfaces de rede mais rápidas e adequadas a infraestrutura de rede local do MJSP. Equipamentos entregues em dezembro de 2024.
Aquisição de computadores de alto desempenho	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	Contratação de 100 novos desktops de alto desempenho, para usuários com demanda de alta performance para aplicações gráficas, edição de conteúdo audiovisual e Business Intelligence - BI.

INICIATIVAS	CADEIA DE VALOR	RESULTADOS, BENEFÍCIOS OU IMPACTOS
Entrega de novas estações de trabalho (desktops)	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	Atualização tecnológica do parque de equipamentos do MJSP. Foram instaladas 900 novas estações de trabalho para servidores e colaboradores da instituição.
Implantação da nova solução de Firewall	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	Implantação de nova solução de Firewall corporativa do MJSP, incluindo os equipamentos implantados nas unidades remotas, como a sede da Senappen, localizada no Edifício MultiBrasil Corporate, e todas as unidades do Sistema Penitenciário Federal. Foi iniciada ainda a implantação da infraestrutura de SDWAN, para tráfego privado de dados por meio da rede pública (internet), como alternativa ao uso exclusivo de links WAN contratados de provedores de serviços de telecomunicações.
Implantação da Infovia em todas as unidades do MJSP localizadas no Distrito Federal	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	Finalização do processo de implantação de conectividade via Infovia para todas as unidades descentralizadas do MJSP, localizadas no Distrito Federal, incluindo a nova sede da Senappen, as bases da Força Nacional de Segurança Pública localizadas no Cruzeiro e no Gama, e a Penitenciária Federal de Brasília.
Manutenção do certificado NBR 15.247 das salas cofre do MJSP	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	Foi executada auditoria no ano de 2024 com testes de verificação e validação pelo INMETRO dos requisitos de manutenção do certificado NBR 15.247, tendo sido aprovada a renovação por mais 12 meses.
Apoio técnico para a Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	Foi mantido o apoio técnico para a Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, durante todo o ano de 2024, em áreas como o provimento de infraestrutura para aplicações do órgão, como SEI e PGD, atividades relativas ao suporte técnico de usuários de TIC, serviços de impressão, apoio em segurança da informação, dentre outras atividades.
Novas Nuvens Cronos	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	Disponibilização de novas redes Cronos para as forças de Inteligência da Segurança Pública, por meio da reorganização do armazenamento dos storages dos datacenters do MJSP.
Implantação da nova versão do SEI (4.1)	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	Atualização da versão do SEI e dos módulos do sistema para a última versão disponibilizada pelo desenvolvimento (4.1). Modernização da plataforma, com a entrega de várias novas funcionalidades.

INICIATIVAS	CADEIA DE VALOR	RESULTADOS, BENEFÍCIOS OU IMPACTOS
Ações para equacionamento de custos de computação em nuvem	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	Atividade de gestão de custos (Financial Operations - FinOps), visando o controle dos custos de serviços de computação em nuvem.
Publicação da Estratégia de Uso de Softwares e de Serviços de Computação em Nuvem	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	Definição da estratégia de uso de softwares e de serviços de computação em nuvem, em conformidade com as previsões existentes na Instrução Normativa n.º 5.950, de 2023.
Implementação do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI)	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	Implementação de melhores práticas em matéria de privacidade e segurança da informação, em atendimento à Política Nacional de Segurança da Informação (PNSI – Decreto n.º 9.637, de 26 de dezembro de 2018), ao "CAPÍTULO VII – DA SEGURANÇA E DAS BOAS PRÁTICAS" da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018) e outros normativos vigentes sobre o tema de privacidade, proteção de dados pessoais e segurança da informação.
Re pactuação do Plano de Transformação Digital	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	Re pactuação do Plano de Transformação Digital, com objetivo de implementar ações relacionadas à Estratégia Federal de Governo Digital - EFGD - na Administração Pública Federal, conforme estabelecido no Decreto n.º 12.198, 24 de setembro de 2024.
Elaboração e aprovação do PDTIC MJSP 2024-2027	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	O novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do MJSP, para os anos de 2024-2027, foi aprovado pelo Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação e Comunicação - CGDSIC.
Plataforma OBID	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP	Plataforma sustentada e monitorada, atualizada diariamente para subsidiar os gestores.
Plataforma CórTEX	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP	Plataforma sustentada e monitorada, atualizada diariamente para subsidiar os gestores.
Construção e sustentação de Painéis BI	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP	Disponibilização e sustentação de diversos painéis de BI (mais de 50) para monitoramento das unidades de negócio com destaque para: <ul style="list-style-type: none"> • Indicadores do sistema Competências; • Cortex front-end; • Consumidor.gov; • SINDEC Nacional; • Painel OBID; • Painel Carteira de Identidade Nacional; e • Painel Celular Seguro.

INICIATIVAS	CADEIA DE VALOR	RESULTADOS, BENEFÍCIOS OU IMPACTOS
Atendimentos de suporte a usuários para processos de cargas de dados (Extract, transform, load - ETL), sustentação de painéis de BI e novos projetos, gestão de licenças de Power BI, configuração de ambientes analíticos	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	Foram registrados e atendidos mais de uma centena de SATIs, apenas entre junho e dezembro de 2024.
Execução de projetos de Dados e Analíticos	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	Foram registradas e executadas mais de 160 atividades, voltadas para os diversos projetos: Painel do Observatório Brasileiro de Informações Sobre Drogas - OBID, Application Programming Interface - APIs de Cartórios, carga de dados do bCPF e do Banco Nacional de Boletins de Ocorrência, extração de dados de imagens Fingerprint, além da configuração do novo ambiente do projeto CórTEX.
Execução de projetos relacionados à Governança de Dados e Informações	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	Catalogação de Bases e Metadados. Entrega do Manual dos Agentes de Curadoria de Dados, validado pelo Comitê de Governança de Dados e Informações do MJSP.
Planejamento Inicial do Programa de Desenvolvimento da Governança de Dados, Informação e Inovação - (PDGDI)	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	Concluído o planejamento inicial do Plano de Gestão do Desempenho Individual - PDGDI, com o objetivo de Desenvolver atuação efetiva, segura e transversal da Coordenação Geral de Dados/CID (Escritório de Governança de Dados- EGD, conforme previsões da Política de Governança de Dados e Sistemas de Informação do MJSP, com plena atenção às demandas prioritárias e dinâmicas para assessoramento institucional dos agentes de curadoria e desenvolvimento de produtos de dados.
Modelagem administrativa e técnica de processo de acesso às bases de dados	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	Elaborado mapeamento detalhado do processo com formulários eletrônicos abrangentes para resguardar a privacidade e segurança de dados a serem formalizados via SEI.
Análise dos Acordos de Cooperação Técnica (ACT) do Programa BRASIL MAIS e catalogação dos Termos de Adesão (TAs) com captação de bases de dados	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	Foram analisados 205 ACTs, de um total de 650 processos catalogados. Foram catalogados 88 TAs ao Programa BRASIL MAIS, com captação de 647 bases de dados.
Portal de Governança de Dados	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	Concluída a estruturação do Portal de Governança de Dados, que será o centro de comunicação entre a STI e os Curadores de Dados.

INICIATIVAS	CADEIA DE VALOR	RESULTADOS, BENEFÍCIOS OU IMPACTOS
Implantação de novo contrato de Fábrica de Software	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	Contratação de fábrica de software em maio/2024. Como resultado teremos a manutenção, suporte e evolução de regras de negócio de sistemas legados, bem como o desenvolvimento de novos produtos de software e apoio à área de dados, conforme previsto no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC.
Retomada do projeto de desenvolvimento do Celular Seguro	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	Atualização da solução tecnológica Celular Seguro, que permite aos cidadãos comunicar de forma eficiente e ágil as ocorrências de roubos e furtos de celulares.
Retomada do projeto de desenvolvimento do aplicativo para validação de QR Code e gerenciamento da Carteira de Identidade Nacional	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	Concluída versão funcional de aplicativo da Carteira de Identidade Nacional - CIN, para aumentar a segurança na identificação do cidadão. Obs.: o lançamento do app foi adiado para 2025.
Retomada do projeto de desenvolvimento do GCRIM - Gestão de Criminalística	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	O GCRIM é um sistema que tem como objetivo servir como um facilitador para todo o processo na gestão da perícia, desde a fase de solicitação da perícia, até a emissão do laudo. O sistema poderá ser utilizado pelas polícias técnicas no âmbito federal e estadual.
Retomada do projeto de desenvolvimento do ComprasSusp	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	O ComprasSusp tem como objetivo planejar, executar e gerenciar as contratações de bens e serviços dos integrantes do SUSP. Contempla desde a identificação da demanda até a entrega do bem ou serviço.
Retomada do projeto de desenvolvimento do CNPD - Desaparecidos	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	O CNPD tem o objetivo de reunir e centralizar as informações relativas a pessoas desaparecidas e localizadas, desde o registro do desaparecimento até a sua localização, de maneira que catalogue a investigação, o cruzamento com bases de dados genéticas, multi-biométricas, de alertas e de instituições como a saúde, assistência social, direitos humanos e outras afins ao tema.
Retomada do projeto de desenvolvimento do SEMOB	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	Sistema Eletrônico de Gestão e Mobilização de Efetivo - SEMOB. A principal função deste sistema é realizar a gestão do efetivo vinculado às atividades desenvolvidas pela Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública do MJSP.

INICIATIVAS	CADEIA DE VALOR	RESULTADOS, BENEFÍCIOS OU IMPACTOS
Retomada do projeto de desenvolvimento do SIGAP 2.0	Governança, Gestão e Suporte STI/SE/MJSP.	O Sistema de Gestão de Ativos Aprendidos - SIGAP, visa fornecer, em tempo real, a exata localização e identificação dos ativos e envio dessas informações ao Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD, por meio de cadastro dos ativos ou integração de dados com locais de armazenamento.
Retomada do projeto de desenvolvimento do SIAPEN	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	O Sistema de Administração Penitenciária - SIAPEN, tem por escopo a tomada de decisão da Secretaria Nacional de Políticas Penais – Senappen.
Retomada do projeto de desenvolvimento do Sistema de Expulsão - SISEXP	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	O Sistema de Expulsão - SISEXP, visa administrar os processos de expulsão, com o objetivo de modernizar o processamento de expedientes de decretação e revogação de expulsão, bem como a utilização de uma mesma plataforma por todos os agentes governamentais envolvidos, a fim de permitir maior celeridade, eficiência e segurança da informação.
Retomada do projeto de desenvolvimento do EAD SENASP	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	Os cursos ofertados pela Rede Gestão de Ensino - Senasp, tem por objetivo a qualificação e capacitação profissional dos profissionais de Segurança Pública de todo o território Nacional.
Retomada do projeto de desenvolvimento do Data-Naturalização	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	O Data-Naturalização tem como objetivo centralizar as informações relativas aos registros de naturalização de brasileiro, como emissão de certidão de naturalização (positiva e negativa), solicitações de averbação, retificação e naturalização.
Retomada do projeto de evolução do SISDEPEN	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	O Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional - SISDEPEN, foi criado para atender a Lei n.º 12.714, de 2012, que dispõe sobre o sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança aplicadas aos custodiados do sistema penal brasileiro.
Retomada do projeto de evolução da Identidade Funcional - Web e Mobile	Governança, Gestão e Suporte - STI/SE/MJSP.	O IDENTIDADE FUNCIONAL permitirá criar um documento único de identidade funcional (físico e digital) para os profissionais da área de segurança pública e de defesa social. A principal função deste sistema é fazer o gerenciamento das identidades funcionais.

Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica	Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional	Conformidade e Eficiência da Gestão	Resultados e Desempenho da Gestão	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
---	--	-------------------------------------	-----------------------------------	--

INICIATIVAS	CADEIA DE VALOR	RESULTADOS, BENEFÍCIOS OU IMPACTOS
Elaboração e Aprovação do PDTIC – ANPD	Governança, Gestão e Suporte - CGTI/ANPD.	Segundo o Plano de Dados de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC - da ANPD foi aprovado, vigência 2025 a 2028.
Onze novas contratações iniciadas	Governança, Gestão e Suporte - CGTI/ANPD.	Planejamento de onze contratações para subsidiar a independência administrativa da ANPD e criar infraestrutura própria capaz de suportar os serviços na ANPD, conforme Portaria Conjunta MJSP/ANPD N.º 9, de 2024.
Iniciação ao projeto de implantação do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI)	Governança, Gestão e Suporte - CGTI/ANPD.	A implementação do PPSI na ANPD é crucial para garantir a proteção das informações, fortalecer a segurança institucional e, atende às exigências regulatórias com eficiência.
Suporte direto aos usuários da ANPD em parceria com o time de Service Desk do MJSP	Governança, Gestão e Suporte - CGTI/ANPD.	Contribui para a resolução ágil de problemas e assegurando a continuidade das operações institucionais.
Atuação na administração e suporte aos servidores próprios on-premise doados pelo MJSP	Governança, Gestão e Suporte - CGTI/ANPD.	Fortalece a infraestrutura tecnológica da ANPD.
Gestão de configuração – Integração de Serviços com o MJSP	Governança, Gestão e Suporte - CGTI/ANPD.	Implantação de práticas avançadas de gerenciamento de ativos tecnológicos, otimizando os recursos de TI.
Mapeamento da Infraestrutura	Governança, Gestão e Suporte - CGTI/ANPD.	Realização de um levantamento minucioso e detalhado da infraestrutura de TI existente, visando identificar e organizar os componentes tecnológicos disponíveis.
Implantação do Domínio	Governança, Gestão e Suporte - CGTI/ANPD.	Configuração inicial e parametrização para viabilizar a operação autônoma, bem como a integração de serviços essenciais.
Auto PRF	Governança, Gestão e Suporte - DTIC/PRF/MJSP.	Implantação em produção do módulo CTB do novo sistema de processamento de infrações.

Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica	Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional	Conformidade e Eficiência da Gestão	Resultados e Desempenho da Gestão	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
---	--	-------------------------------------	-----------------------------------	--

INICIATIVAS	CADEIA DE VALOR	RESULTADOS, BENEFÍCIOS OU IMPACTOS
Homologação do Talonário Eletrônico	Governança, Gestão e Suporte - DTIC/ PRF/MJSP.	Garantia da conformidade dos aspectos legais, com emissão de laudo técnico a fim de realizar a homologação do Talão Eletrônico do Auto PRF junto à Secretaria Nacional de Trânsito - SENATRAN.
Sistemas Móveis	Governança, Gestão e Suporte - DTIC/ PRF/MJSP.	Evolução do aplicativo para integração com o novo sistema de processamento de infrações Auto PRF, além de implantação de novas funcionalidades e melhorias técnicas.
APP Mercosul	Governança, Gestão e Suporte - DTIC/ PRF/MJSP.	Publicação nas lojas de aplicativos iOS e Android do Guia para Circulação de Veículos no Brasil (APP Mercosul), direcionado a condutores do Mercosul e países associados.
APP Mapear	Governança, Gestão e Suporte - DTIC/ PRF/MJSP.	Implementação e publicação da nova versão multiplataforma do aplicativo de mapeamento de pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes às margens das rodovias federais.
Processo Licitatório de Fábrica de Software	Governança, Gestão e Suporte - DTIC/ PRF/MJSP.	Construção de artefatos para edital de nova contratação de fábrica de software ajustada às necessidades da PRF.
Contratação de fábrica de software	Governança, Gestão e Suporte DTIC/ PRF/MJSP.	Contratação de nova fábrica de software a partir da licitação unificada da SGD/MGI.
Esteira DevOps	Governança, Gestão e Suporte - DTIC/ PRF/MJSP.	Implantação de pipelines de CI/CD para diversas aplicações.
Solução integrada de colaboração e comunicação corporativa da Polícia Rodoviária Federal	Governança, Gestão e Suporte - DTIC/ PRF/MJSP.	Melhoria da segurança de ambientes que utilizam sistema operacional do fabricante Microsoft e de diversos outros ambientes suportados pelas soluções implantadas.

INICIATIVAS	CADEIA DE VALOR	RESULTADOS, BENEFÍCIOS OU IMPACTOS
Implantação de Gerenciamento de Mudança	Governança, Gestão e Suporte - DTIC/ PRF/MJSP.	Possibilita maior agilidade e controle das demandas de TIC. Organização da gestão de mudanças. Tornar efetivo o atendimento das demandas mais complexas.
Desenvolvimento de serviços para utilização em aplicações internas.	Governança, Gestão e Suporte - DTIC/ PRF/MJSP.	Desenvolvimento/Reestruturação de 31 serviços. Destacando os Serviços: Consultas Avançadas, Desaparecidos, Boletim de Ocorrências Policiais -BOP - Sinesp, e SISDEPEN.
Novo Portal de APIs de Serviços	Governança, Gestão e Suporte - DTIC/ PRF/MJSP.	Estruturação de um ambiente a fim de otimizar os procedimentos de gestão de APIs/Serviços em uma estrutura on-premise - WSO2.
Observatório de Dados 2.0	Governança, Gestão e Suporte - DTIC/ PRF/MJSP.	Entrega de Painel Analítico para a Sociedade com visões das áreas: Acidentes, Criminalidade e Infrações de Trânsito.
Governança de Dados - DMBOK	Governança, Gestão e Suporte - DTIC/ PRF/MJSP.	Implementação de um conjunto de boas práticas na governança de dados mantida pelo Instituto DAMA - DMBOK. Entrega da Esteira de Dados contemplando a implementação de 3 tecnologias dando visibilidade do ciclo de vida de um dado dentro da PRF.
Projeto Mapear	Governança, Gestão e Suporte - DTIC/ PRF/MJSP.	Desenvolvimento de painel analítico com visões de pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes às margens das rodovias federais.
Projeto Genoma 2.0	Governança, Gestão e Suporte - DTIC/ PRF/MJSP.	Evolução do contexto analítico - Projeto Genoma a fim de contemplar uma maior periodicidade de dados. Entrega de novo contexto analítico com visibilidade de dados dos últimos 10 anos.
Segurança Cibernética Nacional - CIS Control	Governança, Gestão e Suporte - DTIC/ PRF/MJSP.	Implantação de controles de defesa cibernética previstos no Center for Internet Security – https://www.cisecurity.org/controls/v8/ . Implementação de 32 novos controles.

Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica	Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional	Conformidade e Eficiência da Gestão	Resultados e Desempenho da Gestão	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
---	--	-------------------------------------	-----------------------------------	--

INICIATIVAS	CADEIA DE VALOR	RESULTADOS, BENEFÍCIOS OU IMPACTOS
Gerenciamento de Vulnerabilidades	Governança, Gestão e Suporte - DTIC/ PRF/MJSP.	Identificação e mitigação de vulnerabilidades críticas em ativos de informação da PRF.
Adequação/Implementação de Controles LGPD	Governança, Gestão e Suporte - DTIC/ PRF/MJSP.	Elaboração de Relatórios de Impacto na Proteção de Dados Pessoais nos Sistemas da PRF.
Realização de Pentest	Governança, Gestão e Suporte - DTIC/ PRF/MJSP.	Realização de testes de invasão a fim de identificar vulnerabilidades críticas em sistemas expostos para a Internet.
CyberSecurity News	Governança, Gestão e Suporte - DTIC/ PRF/MJSP.	Elaboração e disseminação semanal de conteúdo visando demonstrar a importância da segurança da informação nas atividades de trabalho e no escopo pessoal.
Revisão/Confecção de Normativos Segurança Cibernética	Governança, Gestão e Suporte - DTIC/ PRF/MJSP.	Revisão de normativos e elaboração de novos a fim de estar compliance com normas de segurança da informação e comunicação.
Dados Analíticos 3.0 – Gestão Estratégica	Governança, Gestão e Suporte - DTIC/ PRF/MJSP.	Desenvolvimento de um conjunto de painéis analíticos (35) com mais de 100 visões distintas a fim de apoiar o nível estratégico, tático e operacional da PRF.
Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC)	Governança, Gestão e Suporte - DTIC/ PRF/MJSP.	1. Alinhamento com a Visão e Objetivos da Organização; 2. Melhoria no planejamento e gestão de recursos; 3. Eficiência e Eficácia Operacional; 4. Transparência e melhoria da comunicação interna e externa; 5. Capacitação e desenvolvimento de competências.
Elaboração do Manual de Fiscalização e Gestão de Contratos/Contratações	Governança, Gestão e Suporte - DTIC/ PRF/MJSP.	Elaboração de um Manual de Fiscalização e Gestão de Contratos e Contratações, com o objetivo de mapear os fluxos adequados dessas atividades, garantindo o respeito às legislações relacionadas.

Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica	Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional	Conformidade e Eficiência da Gestão	Resultados e Desempenho da Gestão	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
---	--	-------------------------------------	-----------------------------------	--

INICIATIVAS	CADEIA DE VALOR	RESULTADOS, BENEFÍCIOS OU IMPACTOS
Revisão do Plano de Desenvolvimento de Pessoas	Governança, Gestão e Suporte - DTIC/ PRF/MJSP.	Revisão do Plano de Desenvolvimento de Pessoas da PRF, com a inclusão de cursos e competências para 2024.
Implantação da Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas - MDS 2.0	Governança, Gestão e Suporte - DTIC/ PRF/MJSP.	Instrumento é um recurso fundamental para todos os profissionais e interessados no campo do desenvolvimento de software no âmbito da PRF, oferecendo um guia abrangente e detalhado sobre as melhores práticas e processos utilizados na criação de soluções tecnológicas eficazes. Por meio dessa revista é possível compreender conceitos básicos; padrões de trabalho; papéis e responsabilidades; processo gerencial; paradigmas a serem utilizados na construção da solução de tecnologia; anexos; padrões técnicos de aplicações, infraestrutura, segurança da informação, e ciência de dados.
ENATIC - Encontro Nacional da Tecnologia da Informação e Comunicação	Governança, Gestão e Suporte - DTIC/ PRF/MJSP.	O Encontro tem como objetivo promover o debate e o compartilhamento de conhecimento, por meio de trilhas de aprendizado, oficinas e palestras, focando nas últimas inovações no campo da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Seu escopo abrange uma ampla variedade de temas sobre o impacto da TIC na sociedade, explorando como ela pode contribuir para potencializar os resultados institucionais e os indicadores estratégicos da PRF. O evento reúne profissionais, acadêmicos, líderes empresariais, gestores públicos e especialistas para discutir as principais tendências, desafios, inovações e políticas públicas do setor.
CGTIC - Curso de Gestão em Tecnologia da Informação e Comunicação	Governança, Gestão e Suporte - DTIC/ PRF/MJSP.	Curso com o objetivo de formar profissionais capacitados para atuar de forma estratégica e eficiente na gestão de recursos tecnológicos e de comunicação dentro das organizações. Seu escopo abrange o desenvolvimento de habilidades que combinam conhecimentos de gestão, tecnologia, comunicação, visando otimizar processos, reduzir custos, promover a transformação digital e tornar a TIC PRF cada vez mais profissional, contribuindo para potencializar os resultados institucionais.
Aquisição de servidores baseados em GPU	Governança, Gestão e Suporte - DTI/PF.	Servidores com múltiplas placas gráficas (GPU) para processamento de texto, áudio e imagem. O equipamento visa processar texto, áudio e imagem utilizando técnicas de Deep Learning no parque tecnológico da DTI, compreendendo o fornecimento, instalação e configuração, bem como o suporte técnico.
Implantação do sistema GPOL (Gerenciador de Procedimentos Operacionais)	Governança, Gestão e Suporte - DTI/PF.	Sistema de cadastramento e gestão de deflagrações de operações de polícia judiciária no âmbito da PF.
Contratação da ferramenta Elasticsearch	Governança, Gestão e Suporte - DTI/PF.	Assinada ARP para contratação de ferramenta para indexação de dados estruturados e não estruturados, contemplando treinamentos de capacitação técnica para o uso da ferramenta contratada e fornecimento de suporte especializado.

INICIATIVAS	CADEIA DE VALOR	RESULTADOS, BENEFÍCIOS OU IMPACTOS
Ampliação da capacidade de banco de dados ORACLE EXADATA	Governança, Gestão e Suporte - DTI/PF.	Contratação para expansão do serviço de banco de dados de sistemas hospedados na DTI.
Contratação de solução integrada de Análise de Vínculos (search-in-a-box)	Governança, Gestão e Suporte - DTI/PF.	Contratação de atualização e expansão de solução integrada IBM i2 para busca inteligente em contextos, indexação e ontologias, tratamento e análise de dados com recursos avançados para análise de vínculos, bem como serviço de suporte especializado e customizações sob demanda.
Aquisição de storage de objetos para o datacenter da DTI/PF	Governança, Gestão e Suporte - DTI/PF.	Serviço de armazenamento de objetos projetado para grandes quantidades de dados não estruturados, como arquivos de vídeo, imagens, documentos e outros arquivos, que visam à escalabilidade, durabilidade e disponibilidade do armazenamento e acessíveis por Application Programming Interfaces/Interface de Programação de Aplicativos - API .
Contratação do serviço de rede Wan MPLS	Governança, Gestão e Suporte - DTI/PF.	Garantir a continuidade do negócio após o término da vigência do atual contrato WAN IP/MPLS – rede de longa distância - promovendo maior disponibilidade e capacidade de tráfego à rede WAN da PF.
Contratação do serviço de transmissão de dados API-PNR	Governança, Gestão e Suporte - DTI/PF.	Contratação de serviço de transmissão de dados das Informações Antecipadas sobre Passageiros - API, e do Registro de Identificação de Passageiros - PNR para a Polícia Federal de todos os voos comerciais internacionais dos operadores aéreos atuantes no Brasil, compreendendo ainda no fornecimento de ferramenta de gestão dos dados transmitidos. Portanto, quando se combina API com PNR, sugere-se que as informações antecipadas do passageiro estão vinculadas ou incluídas no registro de nome de passageiro. Essa integração é crucial para os sistemas de viagem modernos, permitindo que as autoridades verifiquem e validem as informações do passageiro antecipadamente para aprimorar as medidas de segurança.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

SECRETARIA-EXECUTIVA

Execução e Acompanhamento do Projeto de Segurança da Informação e Privacidade na carteira de projetos estratégicos do MJSP, que prevê a realização de ações abrangendo:

- Interligação de Sala Cofre no Centro Integrado de Comando e Controle Nacional - CICCN;
- Capacitação e Certificação de servidores em Segurança da Informação;
- Implementação do Programa de Privacidade e Segurança da Informação - PPSI;
- Realização de campanhas de conscientização de Segurança da Informação e Comunicação;
- Elaboração de normativos de Segurança da Informação e Comunicação; e
- Gestão e tratamento de vulnerabilidades em sistemas web e de ativos de rede.

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

- Planejamento e execução de campanhas de conscientização dos usuários em segurança da informação;
- Ampliação de Solução Avançada de Proteção: Endpoint Protection, Anti-APT, XDR;
- Documentação e revisão de Políticas de Segurança da Informação - POSIN, Gestão de Vulnerabilidades, Gestão de Acesso à Internet, VPN, Firewall, Nuvem, Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes;
- Implementação de Processos de Gestão de Vulnerabilidades de Sistemas e Ativos de Segurança;
- Implementação de Novos Controles previstos no framework CIS Control; Programa de Privacidade e Segurança da Informação - PPSI (MGI/SGD); e a
- Elaboração de Relatórios de Impacto na Proteção de Dados Pessoais - RPDs.

POLÍCIA FEDERAL

- Aprovação da Nova Política de Segurança Cibernética da Polícia Federal pelo Comitê Gestor da Polícia Federal - CGPF; e
- Aprovação do Documento de Estratégia de Uso de Software e de Serviços de Computação em Nuvem da PF pelo Comitê Gestor da Polícia Federal - CGPF.

ANPD

- Portarias Conjuntas do MJSP/ANPD, n.º 7 de 22 de dezembro de 2023, n.º 9 de 26 de junho de 2024 e n.º 11, de 26 de dezembro de 2024;
- Reuniões do Comitê de Governança Digital para definir prioridades;
- Nomeação do Gestor de Segurança da Informação;
- Elaboração e aprovação do Plano Diretor de TIC (2025-2028) da ANPD, contemplando soluções de Segurança da Informação; e a
- Capacitação de 1 servidor no curso de pós-graduação em privacidade e segurança da informação disponibilizado pela UNB em parceria com o MGI.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES

O aumento dos ataques cibernéticos exige o fortalecimento da segurança da informação, mas a limitação de pessoal e a alta rotatividade dificultam a governança de TIC. Para enfrentar esses desafios, estão sendo adotadas medidas como a implantação de um Security Operation Center - SOC, o fortalecimento da gestão de pessoas e a modernização das infraestruturas tecnológicas, visando maior eficiência e segurança digital, conforme descrições detalhadas abaixo:

Pessoal

STI/SE/MJSP:

Dentre os desafios enfrentados pela STI, destacam-se a grande quantidade de atividades e contratos sob sua responsabilidade, aliado à limitação de pessoal nas equipes. Além disso, a alta rotatividade dos servidores na área de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, representa um fator que pode impactar na continuidade dos serviços prestados. A área de Segurança da Informação enfrenta também o desafio de ampliar sua capacidade operacional devido à insuficiência de recursos humanos dedicados, especialmente com o aumento das demandas regulatórias, como a implementação de controles previstos na LGPD e no Programa de Privacidade e Segurança da Informação - PPSI, bem como a crescente complexidade das ameaças cibernéticas.

Para mitigar esse problema, é necessário ampliar as ações do Plano de Desenvolvimento de Pessoas, com o objetivo de oferecer treinamentos contínuos, qualificação e capacitação.

Ademais, é essencial expandir o Programa de Gestão e Desempenho, a fim de tornar a STI mais atrativa para novos servidores e manter os que já integram a equipe. Para isso, é importante planejar ações em conjunto com a Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (CGGP), para identificar soluções que possam aumentar o efetivo da STI e, assim, atender à crescente demanda de atividades e responsabilidades de forma mais eficiente.

CGTI/ANPD:

Por ser o órgão regulador responsável pela proteção de dados no Brasil, a ANPD precisa ser referência em segurança da informação, servindo como exemplo de boas práticas no setor. Embora a equipe atual seja altamente capacitada, sua dimensão reduzida limita a atuação em todas as frentes necessárias para garantir uma gestão abrangente em segurança da informação. Por esse motivo, uma das principais ações planejadas para 2025 é a contratação de uma empresa especializada na implantação e operação de um Security Operation Center - SOC. Essa iniciativa permitirá que os servidores da ANPD concentrem seus esforços em decisões estratégicas, fortalecendo ainda mais a governança e a eficiência na proteção dos dados pessoais no país.

A Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI, ainda não possui quadro próprio. Para atender à crescente demanda por soluções de TIC na ANPD, é fundamental a

adoção de iniciativas voltadas à manutenção da equipe atual e à formação de um quadro próprio, garantindo maior continuidade e longevidade dos serviços prestados pelos servidores na entidade.

Destaca-se ainda a dificuldade em atrair servidores com perfis especializados em infraestrutura, segurança e governança, áreas que são fundamentais para o bom desempenho da tecnologia da informação e a insuficiência de pessoal dedicado da área de TIC para o tema de contratações de soluções, um setor que exige constante atualização para atender às novas demandas. Além disso cita-se a deficiência na estrutura de cargos e gratificações voltadas à área de TI uma vez que a CGTI conta atualmente apenas com uma Coordenação-Geral de TI, uma Coordenação de Infraestrutura e Segurança e uma Divisão de Sistemas, sem contar com áreas essenciais, como a Governança de TI, que são necessárias para uma gestão mais eficiente e estratégica.



DTIC/PRF:

- Falta de funções e estrutura organizacional compatível com os desafios das áreas de TI da PRF;
- Dificuldade de retenção de corpo técnico; e a
- Falta de capacitação técnica na área de Segurança da Informação.

DTI/PF:

- Inexistência de carreira de TIC no órgão, o que gera insuficiência de pessoal nas áreas técnicas de TIC (Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTI - e núcleos de TIC descentralizados); e a
- Dificuldade no planejamento de médio e longo prazo junto às áreas requisitantes.

Governança de TIC e Segurança da Informação

STI/SE/MJSP:

Dentre os desafios, destaca-se o alto nível de complexidade técnica de alguns processos de contratação. Nesse sentido faz-se necessário promover maior cooperação entre as áreas finalísticas e STI, para aprimorar a governança de TIC, atendendo às necessidades e ações de TIC conforme os critérios de priorização estabelecidos.

Além disso, é fundamental melhorar a gestão de custos de TIC, manter a execução do Programa de Segurança da Informação e Privacidade, e promover a conscientização sobre segurança da informação.

CGTI/ANPD:

A ANPD segue amadurecendo, focando nesta fase em estabelecer e implementar seus processos de governança e segurança da informação. A criação do Comitê de Segurança da Informação - CSIN, representará um marco estratégico para a ANPD, fortalecendo a governança em segurança da informação e promovendo uma cultura organizacional voltada

Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica	Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional	Conformidade e Eficiência da Gestão	Resultados e Desempenho da Gestão	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
---	--	-------------------------------------	-----------------------------------	--

à proteção de dados e à mitigação de riscos. Esse comitê será fundamental para direcionar políticas, implementar controles e supervisionar medidas que garantam a integridade, a confidencialidade e a disponibilidade das informações no contexto da missão da ANPD.

A partir do novo PDTIC (2025-2028), existe o desafio de um planejamento mais longo, prevendo pontos de controle, implementação de métricas maduras, microplanejamento e contratações para suportar as entregas previstas, principalmente no que tange aos projetos estratégicos.

Além disso, é essencial prover infraestrutura necessária para completa independência tecnológica e administrativa junto ao MJSP, permitindo gerenciamento, controle, desenvolvimento por parte das equipes de TIC da ANPD e amadurecer as rotinas para as contratações voltadas à área de TI, tendo em vista a grande quantidade prevista no novo PDTIC, para que as áreas finalísticas da ANPD possam ter seus processos digitalizados para atender os Objetivos Estratégicos do órgão, principalmente na provisão de canais para acesso da população.

DTIC/PRF:

Os principais desafios incluem a dificuldade na gestão de vulnerabilidades considerando legado de aplicações e o alto grau de complexidade na infraestrutura de TIC. Como próximas ações vislumbra-se a contratação de Central de Operações de Segurança - SOC e a ampliação de soluções de proteção virtual (virtual patching).

Além disso, faz-se necessária a revisão/implantação de metodologia de desenvolvimento de sistemas e a atualização do Catálogo de Serviços DTIC visando garantir que os serviços atendam às necessidades atuais.

A revisão da Metodologia de Gestão de Projetos e a promoção de capacitação para os servidores por meio do Curso de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação - CGTIC da PRF também são ações importantes para aprimorar a execução das iniciativas.

Outro ação é aprimoramento dos conhecimentos sobre novas tecnologias e avanços do mercado de TI por meio do Encontro Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação - ENATIC da PRF.

DTI/PF:

As ações previstas incluem a implantação da nova Política de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação da Polícia Federal, de método de revisão e monitoramento para acompanhamento do PDTIC e a proposição da Política de Provimento de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação da Polícia Federal.

Dados

STI/SE/MJSP:

As próximas ações incluem aprimorar os processos de governança de dados, abrangendo curadoria, compartilhamento, gestão de dados mestres e integração de dados, para garantir uma gestão mais eficiente e estruturada

Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica	Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional	Conformidade e Eficiência da Gestão	Resultados e Desempenho da Gestão	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
---	--	-------------------------------------	-----------------------------------	--

das informações e aprimorar a gestão do conhecimento em dados, com a catalogação de metadados de bases de dados e APIs (Application Programming Interfaces).

Outras ações envolvem o desenvolvimento de competências em análise e ciência de dados, por meio de capacitações correspondentes e a implantação do Programa de Desenvolvimento da Governança de Dados, Informação e Inovação – PDGDI, visando consolidar a governança de dados e promover a inovação dentro da organização.

CGTI/ANPD:

A Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, está em fase inicial na implementação de ações voltadas para a gestão e governança de dados, uma atividade recente e estratégica para a Instituição. As iniciativas em andamento incluem:

- Preparação de Servidores para Business Intelligence - BI: início de esforços voltados para capacitação instrucional dos servidores, visando preparar a força de trabalho para a implementação e uso de ferramentas de BI;
- Aplicação de Políticas de Retenção e Gerenciamento de Dados no Ambiente M365: desenvolvimento de políticas para retenção e gerenciamento de dados no ambiente Microsoft 365, conforme as melhores práticas de governança e proteção de dados;
- Estudo para Inclusão no Programa de Dados Abertos do Governo: realização de estudos preliminares visando a futura inclusão e disponibilização de bases de dados da ANPD no Programa de Dados Abertos, alinhando-se às diretrizes de transparência e acesso à informação do Governo Federal;

- Necessidade de Designação de Pessoal Especializado: Atualmente, a ANPD não dispõe de pessoal exclusivo para atividades de gestão e governança de dados. Entretanto, a designação de uma Gratificação Temporária do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação - GSISP - de Dados e Gestão da Informação poderá atender temporariamente a essa demanda, possibilitando avanços iniciais na área; e o
- Planejamento para Consolidação e Criação do Catálogo de Dados: ações iniciais para planejar a criação e consolidação de um catálogo de dados da ANPD, com o objetivo de centralizar e organizar as informações institucionais, promovendo eficiência na gestão e governança de dados.

DTIC/PRF:

As próximas ações incluem a implementação de um conjunto de boas práticas previstas no DMBOK (DAMA), com foco em aprimorar a gestão de dados e a implantação de uma esteira de dados para otimizar o processamento e fluxo das informações. Além disso envolve a capacitação do efetivo no ambiente analítico e o desenvolvimento de ações com uso de Inteligência Artificial.

DTI/PF:

As próximas ações incluem a difusão do Catálogo de Dados Corporativos da PF, do Painel de Gestão de Dados da PF e da Plataforma de Gestão de Processos de Dados da PF, visando aprimorar a gestão e o controle das informações. Além disso, envolvem a evolução do Sistema de Controle de Acessos a Dados da PF e a fomentação da cultura de dados por meio de

capacitações em business intelligence (BI), com o intuito de fortalecer o uso estratégico das informações dentro da PF.

Sistemas e Infraestrutura

STI/SE/MJSP:

As próximas ações e desafios incluem a expansão e atualização tecnológica dos datacenters do MJSP, com o objetivo de suportar mais serviços e garantir maior disponibilidade e a expansão do uso de serviços de computação em nuvem para atender novos projetos e iniciativas do MJSP, como o uso de recursos de Inteligência Artificial.

Outros desafios são a modernização dos serviços de suporte ao usuário e à infraestrutura de TIC, com ênfase no aumento da qualidade e a implantação do projeto de desenvolvimento descentralizado, que visa expandir o desenvolvimento de aplicações pelas áreas de negócio.

CGTI/ANPD:

As próximas ações e desafios envolvem a ausência de infraestrutura própria da ANPD, o que resulta na dependência de recursos fornecidos pelo MJSP. Há uma necessidade urgente de implementação de bases tecnológicas autônomas que garantam eficiência operacional e segurança da informação. Além disso, está em andamento a transição planejada do atual sistema de Programa de Gestão e Desempenho - PGD para um novo sistema, aderente à atual Instrução Normativa que disciplina o PGD, denominado Plataforma de Trabalho Remoto e Visão Sistêmica - PETRVS,

com o objetivo de proporcionar maior flexibilidade e controle sobre as funcionalidades e requisitos específicos da gestão interna.

A CGTI encontra-se em fase de execução de processos para a contratação de infraestrutura de TI, essencial para consolidar a base tecnológica necessária ao suporte das atividades institucionais e operacionais da ANPD. Além disso, a CGTI tem desempenhado um papel proativo no apoio e acompanhamento de iniciativas voltadas ao mapeamento dos fluxos de processos das áreas finalísticas, visando, posteriormente, realizar levantamentos detalhados dos requisitos necessários para o desenvolvimento e a implementação de soluções tecnológicas adequadas.

DTIC/PRF:

As próximas ações incluem:

- Centralização de domínio único nacional para estações Windows via GCPW;
- Reestruturação das bases de dados - SGBDs; 6. Prospecção e Implantação da Nova Topologia do balanceador de carga;
- Migração dos Sistemas para o novo orquestrador de Kubernetes;
- Unificação dos Wildfly 8 e 10 para o Wildfly 12;
- Centralização do VOIP Nacional;
- Projeto de Gestão de Identidades;
- Criação de Fluxos da Divisão de Infraestrutura e Serviços de TIC - DISTI;
- Implementação de Backup e Disaster Recovery da PRF;
- Migração de usuário de autenticação local de servidor

Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica	Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional	Conformidade e Eficiência da Gestão	Resultados e Desempenho da Gestão	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
---	--	-------------------------------------	-----------------------------------	--

Linux para LDAP;

- Renovação e ampliação da proteção de firewalls nas Regionais;
- Contratação de link para backup em SP;
- Desafio de modernizar o datacenter sem impacto nos sistemas;
- Implantação de ferramenta de observabilidade no ambiente para identificar gargalos e problemas;
- Implantar ferramenta de centralização e indexação de logs de auditoria;
- Ampliação de solução de Wi-Fi nacional;
- Expandir a capacidade de storage do datacenter nacional;
- Aprimoramento dos requisitos de segurança e privacidade dos sistemas;
- Implantação de recursos de acessibilidade nas aplicações;
- Sensibilização as áreas de negócio sobre a necessidade de maior engajamento dos gestores negociais junto às áreas técnicas;
- Aprimoramento o modelo de contratação e execução para os serviços de desenvolvimento, manutenção, sustentação e testes de software;
- Ampliação a utilização de novas tecnologias e ferramentas (nuvem, IA, low-code/no-code);
- Difusão e aprimorar a cultura DevSecOps;
- Conscientização das demais áreas sobre os riscos de iniciativas de Shadow TI;
- Expansão das ações de descontinuidade de sistemas legados; e
- Aumento da maturidade da gestão dos sistemas.

DTI/PF:

- As próximas ações incluem expandir a capacidade do parque tecnológico da PF em termos de processamento, armazenamento, garantir a disponibilidade de redes de comunicação, aumentar a maturidade do gerenciamento de serviços de TIC, implantar contrato de serviço de desenvolvimento, manutenção e sustentação de softwares utilizando framework SAFe e promover capacitações em desenvolvimento de sistemas em plataforma low code.

Inovação e Integração

STI/SE/MJSP:

As próximas ações e desafios envolvem aumentar a integração com as áreas negociais do MJSP, possibilitando um atendimento mais célere das demandas de TIC, além de definir o uso de ferramentas e metodologias para a pesquisa de soluções emergentes e inovação. Também é necessário enfrentar a falta de efetivo para consolidar a área de inovação, capacitar servidores nas ferramentas e técnicas de gestão da inovação e ampliar a rede de integração nos temas relevantes de TIC.

CGTI/ANPD:

Atualmente, a Coordenação está concentrando seus esforços nos processos de contratação e na implementação de uma infraestrutura própria, com o objetivo de fortalecer a autonomia administrativa da ANPD, incluindo sua área de Tecnologia da Informação. Parte desse foco está na modernização e no aprimoramento do parque tecnológico da

Autoridade, garantindo a base necessária para sustentar suas operações e demandas crescentes. Assim que essa estrutura fundamental estiver plenamente operacional, serão planejadas e executadas ações voltadas para inovação e maior integração, possibilitando o avanço estratégico e o alinhamento às melhores práticas do setor.

DTIC/PRF/MJSP:

As próximas ações incluem a integração da Conectividade Móvel com o Rádio Digital PRF (SmartPtt) e a ampliação dos Acordos de Cooperação Técnica, visando o intercâmbio de dados nas áreas de Segurança Viária e Combate à Criminalidade.

Digitalização de Serviços

CGTI/ANPD:

A elaboração do Plano de Transformação Digital - PTD, referente ao período de (2025-2026), visa estabelecer as ações estratégicas de Transformação Digital voltadas para o atendimento ao cidadão, em parceria com a plataforma GOV.BR. Este plano será desenvolvido em conjunto com a repactuação e a prestação de contas das iniciativas previstas no PTD de 2024.

O PDTIC (2025-2028) prevê desenvolvimento/aquisição de sistemas diversos como foco de transformar processos e serviços manuais em digitais, acelerando entregas e análises, oferecendo segurança e disponibilidade.

DTIC/PRF:

As próximas ações incluem o prosseguimento na adequação dos serviços disponibilizados aos operadores da PRF e aos cidadãos, além do desenvolvimento de novas soluções alinhadas ao Plano de Transformação Digital da PRF.

DTI/PF:

Continuidade das ações previstas no Plano de Transformação Digital da PF.



CAPÍTULO 4

RESULTADO E DESEMPENHO DA GESTÃO

Relatório de Gestão Integrado
MJSP 2024

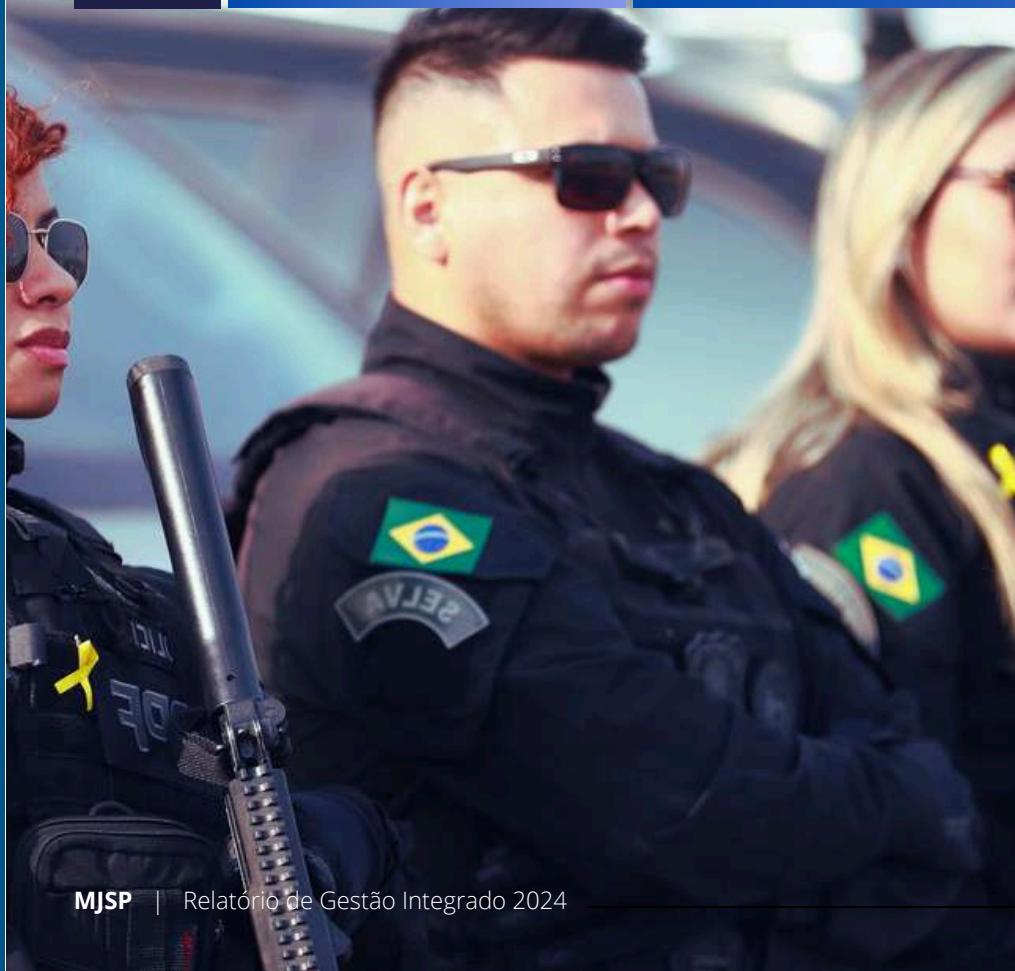
O presente capítulo tem por objetivo apresentar os principais resultados do Ministério da Justiça e Segurança Pública frente aos objetivos estratégicos e às prioridades da gestão, ao longo do ano de 2024.

Nesse sentido, a avaliação abrange as ações estratégicas implementadas, os resultados dos principais indicadores e projetos previstos no Planejamento Estratégico, vinculados à Cadeia de Valor do Ministério, onde são agrupados os macroprocessos e processos que resultam nas entregas para a sociedade.

Além disso, em atendimento às orientações previstas no Guia para Elaboração, na forma de Relatório de Gestão Integrado, publicado pelo Tribunal de Contas da União, são destacados, ao longo do documento, as dificuldades encontradas para o alcance dos objetivos, bem como os desafios e novas diretrizes para o próximo ano.



PRINCIPAIS RESULTADOS DAS UNIDADES FINALÍSTICAS NO ÂMBITO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

1**OBJETIVO
ESTRATÉGICO****PROMOVER A SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ E HUMANIZADA, COM
ESPECIAL ATENÇÃO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE**

A segurança pública no Brasil é fundamentada pela Constituição Federal de 1988, estabelecendo-se como dever do Estado e responsabilidade de todos, com foco na preservação da ordem pública e na proteção de pessoas e patrimônios. Esta concepção deve observar princípios como legalidade, impessoalidade e moralidade, assegurando uma abordagem ética, eficiente e integrativa. Nesse contexto, a segurança pública é essencial para o exercício da cidadania e está intrinsecamente ligada à qualidade de vida da população, demandando uma atuação cooperativa entre diferentes esferas governamentais.

A evolução social e cultural, acompanhada de mudanças nas relações entre Estado e sociedade civil, tem impulsionado a adoção de um paradigma de segurança pública cidadã. Esse conceito busca compreender a violência como um fenômeno multidimensional, que exige políticas públicas baseadas na proteção de direitos básicos e no respeito à dignidade humana.

Assim, estratégias adaptadas às realidades locais, com enfoque no multiculturalismo e na diversidade social, tornam-se indispensáveis para a promoção de um ambiente seguro e inclusivo.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública desempenha papel central ao implementar ações que priorizam a prevenção, o enfrentamento ao crime e o atendimento humanizado, especialmente em áreas vulneráveis. Para tanto, a Pasta adota critérios técnico-científicos e investe em tecnologias e capacitações, orientando suas políticas para garantir direitos fundamentais e promover uma segurança pública eficiente, cidadã e humanizada, em alinhamento com os princípios de uma sociedade democrática.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

PROMOVER A SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ E HUMANIZADA, COM ESPECIAL ATENÇÃO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE



CADEIAS VINCULADAS AO OBJETIVO ESTRATÉGICO

Gestão da Política Integrada de Segurança Pública

Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão

CUSTO TOTAL DOS MACROPROCESSOS

Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública

R\$ 2.636.022.641,21

Proteção dos Direitos do Cidadão

R\$ 5.807.179,91

Gestão do Conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais

R\$ 353.532.294,63



ENTREGAS À SOCIEDADE

Proteção e Segurança da Sociedade

Garantia de Direitos do Cidadão, do Migrante e do Refugiado

Em alinhamento com as diretrizes do objetivo estratégico “Promover a segurança pública cidadã e humanizada, com especial atenção a pessoas em situação de vulnerabilidade”, foram estabelecidos indicadores para mensurar e avaliar os resultados esperados. Na sequência, serão apresentados os resultados gerais obtidos, evidenciando os avanços em relação às metas estabelecidas.

Nos últimos anos, o Ministério da Justiça e Segurança Pública tem se empenhado em construir uma política de segurança pública mais cidadã, baseada na conjugação entre repressão qualificada e ações preventivas. Esse modelo busca não apenas combater o crime e a violência, mas também atuar nas causas estruturais que os alimentam, como desigualdade social, exclusão e falta de oportunidades, promovendo uma cultura de paz por meio da segurança pública cidadã e da resolução pacífica de conflitos.

Para isso, foram implementadas ações que priorizaram a prevenção da violência, por meio de investimentos em tecnologia, infraestrutura, capacitação do efetivo policial e implementação de programas visando garantir a proteção dos cidadãos.



Destaca-se, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci Juventude, projeto de prevenção às violências associadas ao mercado ilegal de drogas com foco em juventudes, que atualmente atende jovens no Rio de Janeiro e em Salvador. A iniciativa promove a elevação da escolaridade, formação profissionalizante, proteção social e inclusão produtiva para reduzir a violência e prevenir o uso de drogas. O Programa, que faz parte do escopo do Pronasci II, teve investimento inicial de R\$ 22 milhões pelo Governo Federal em 2024, sendo prevista a entrada de 2.000 adolescentes e jovens no Rio de Janeiro e Salvador, já tendo sido firmados Termos de Execução Descentralizada - TEDs para fins de expansão do Programa para os estados do Amazonas e Pernambuco e para o Distrito Federal.



Pronasci Juventude - (Bahia) - Foto: Raíssa Dantas.



Pronasci Juventude - (Rio de Janeiro) - Foto: João Pedro Pereira/DPRJ.

No âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci II, que visa reduzir a violência e fortalecer a segurança pública em áreas prioritárias do Brasil, destaca-se também o Bolsa-Formação, que disponibilizou mais de 63 mil vagas para capacitação de policiais militares, civis, bombeiros, peritos criminais e guardas municipais, promovendo a qualificação contínua desses profissionais. Além disso, houve a doação de 1,62 mil veículos, dos quais 693 foram para apoiar as ações do Pronasci II, com o objetivo de fortalecer as capacidades institucionais dos municípios, incluindo as Patrulhas Maria da Penha voltadas à proteção de mulheres vítimas de violência.

Outra iniciativa relevante no Programa são os Centros Comunitário pela Vida - Convive, integrante do eixo de Infraestrutura Social e Inclusiva do Novo PAC. O projeto visa à construção de espaços multifuncionais em territórios vulneráveis, os quais buscam a prevenção da violência e a redução da criminalidade no âmbito municipal, com a promoção da cidadania, cultura de paz, geração de oportunidades e inclusão social.



Lançamento dos Centros Comunitários pela Vida (CONVIVE).

Com um investimento global de R\$ 482,7 milhões, os equipamentos públicos contarão com estruturas modernas, como salas de atendimento assistencial, saúde e psicológico, módulo de ensino com salas de aula e salas multifuncionais, auditório, biblioteca, piscina semiolímpica, quadra poliesportiva, campo de futebol society, vestiários inclusivos e outras áreas funcionais.

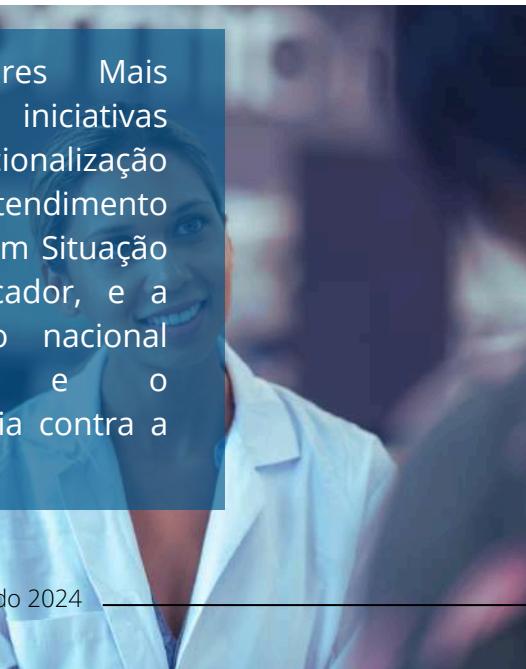
Serão implantados em 30 municípios de 24 Estados, dos quais 17 são capitais. Os 30 entes selecionados fazem parte do rol de 163 municípios prioritários do Pronasci, que conjuntamente concentram 50% dos homicídios do País. O início das obras de construção dos Centros Comunitários pela Vida - Convive, está previsto para 2025.

Ainda por meio do Pronasci II, foi realizada a segunda edição do curso de Formação de Multiplicadores - Polícia Antirracista, atendendo discentes das polícias civil e militar de 23 unidades federativas, que serão replicadores em cursos de formação locais e agentes ativos do combate ao racismo, preconceito e discriminação em suas instituições. A medida impacta as

corporações policiais gerando uma mudança no ambiente interno das polícias, promovendo uma cultura de maior equidade, além do incentivo ao exercício de uma atividade policial mais qualificada e comprometida com a promoção dos direitos humanos.

Com vistas ao enfrentamento à violência contra mulheres, as Casas da Mulher Brasileira são equipamentos públicos de atendimento humanizado, operando 24 horas por dia, voltados ao acolhimento de mulheres em situação de vulnerabilidade. O espaço oferece apoio psicossocial, elaboração de planos personalizados e encaminhamento para cursos presenciais e online, promovendo a autonomia econômica das usuárias. Em 2024, no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica entre o MJSP e o Ministério das Mulheres, a estruturação das Casas da Mulher Brasileira passou por reformulações para tornar o processo mais eficiente e ampliar seu alcance. Inicialmente, estava prevista a implementação de três unidades em 2024, mas a redefinição das responsabilidades institucionais levou à adoção de um novo modelo de execução. O MJSP transferiu recursos ao Ministério das Mulheres por meio de um Termo de Execução Descentralizada - TED, que possibilitará a aquisição, produção ou construção de 17 unidades.

No Programa Mulheres Mais Seguras, as principais iniciativas foram a criação e institucionalização do Curso Nacional de Atendimento às Mulheres e Meninas em Situação de Violência – Multiplicador, e a realização do encontro nacional “Segurança Pública e o Enfrentamento à Violência contra a Mulher”.



O encontro reuniu 109 profissionais da segurança pública femininas, incluindo policiais civis, policiais militares, peritos oficiais e guardas civis municipais, todos atuantes na prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres. A capacitação de profissionais do Sistema Único de Segurança Pública - Susp, é uma prioridade com cursos especializados para melhorar o atendimento às mulheres em situação de violência. Em 2024, foram capacitados mais de 32 mil profissionais do Susp na temática.

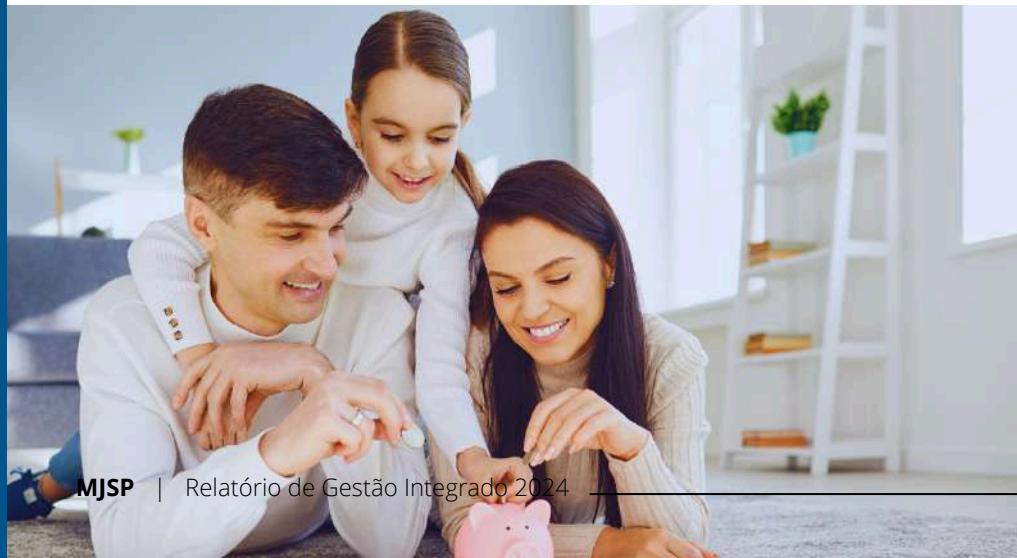
Além das capacitações e eventos, houve a realização de uma reunião técnica voltada à atualização das Normas Técnicas das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher - DEAMs com o objetivo de aprimorar os procedimentos operacionais e garantir atendimentos mais humanizados e eficazes às mulheres em situação de violência.

Operações como Atria e Shamar têm demonstrado grande eficácia. Com investimento superior a R\$ 1,6 milhão de reais em 2024, a Operação Atria alcançou resultados expressivos, como a realização de mais de 119 mil diligências, a instauração de mais de 38 mil inquéritos, a conclusão de mais de 32 mil investigações e o envio de mais de 34 mil denúncias ao Disque 180. Paralelamente, a Operação Shamar também gerou impactos significativos, com mais de 230 mil diligências realizadas, mais de 31 mil inquéritos instaurados, mais de 25 mil inquéritos concluídos e o envio de mais de 11 mil denúncias ao Disque 180, que é um serviço de atendimento e denúncia de violência contra a mulher.

No que diz respeito aos recursos orçamentários, em 2024, o Governo Federal empenhou, por meio do Fundo Nacional de Segurança Pública, mais de R\$ 1,2 bilhão em favor dos Estados e Distrito Federal para a segurança pública.

Desse montante, já foram efetivamente destinados R\$ 908 milhões para estratégias de desenvolvimento de soluções digitais e de interoperabilidade entre sistemas de segurança, incentivo à implementação de câmeras corporais, policiamento comunitário em áreas de alta concentração de crimes, reforço do policiamento, capacitação de servidores, enfrentamento a organizações criminosas, redução da letalidade policial e apreensão de armas de fogo e munições, entre outras, dos quais R\$ 40,8 milhões se referem à suplementação dos planos de aplicação relativos ao exercício de 2023.

Além disso, houve a alocação de mais de R\$ 108 milhões para melhorar a qualidade de vida, reduzir riscos de morte e preservar a saúde física e mental dos profissionais de segurança pública, e de mais de R\$ 108 milhões para ações de enfrentamento da violência contra a mulher.



Visando promover a transparência e segurança nas operações e garantir a proteção tanto dos policiais quanto dos cidadãos abordados, além de estimular interações mais respeitosas, o MJSP está implementando câmeras corporais. Essa iniciativa é reforçada por um conjunto de diretrizes técnicas e normativas, que orientam o uso adequado das câmeras, fortalecendo a confiança pública nas instituições de segurança. Com essas diretrizes, busca-se legitimar ainda mais as ações policiais, proteger os profissionais, aumentar a sensação de segurança e ampliar a transparência nas operações.

Em 2024 o MJSP publicou a Portaria n.º 648, de 2024, estabelecendo as diretrizes sobre o uso de câmeras corporais por integrantes dos órgãos de segurança pública, convergindo com a meta n.º 1 do Plano, que impactará na redução da letalidade e violência contra jovens negros do País. Também inseriu em seu Planejamento Estratégico projeto voltado para a implementação do uso de câmeras corporais pelas suas polícias. Foi lançado o Edital n.º 30, de 2024 destinando R\$ 102 milhões para a implementação ou ampliação de câmeras corporais e infraestrutura associada, para atuação das Polícias Militares dos estados e do Distrito Federal.



Situações de calamidade ambiental, como enchentes, deslizamentos e secas extremas, afetam milhares de pessoas no Brasil, muitas das quais se encontram em situação de vulnerabilidade social. Nessas circunstâncias, garantir assistência jurídica eficaz é essencial para assegurar a reparação de danos, o acesso a benefícios emergenciais e a proteção de direitos fundamentais, incluindo moradia, saúde e segurança. Da mesma forma, a violência no campo representa um desafio histórico e persistente, marcado por conflitos fundiários, ameaças a comunidades tradicionais e agressões contra lideranças que defendem direitos territoriais e ambientais.

Nesse sentido, o Ministério tem implementado iniciativas para fortalecer a resposta do sistema de justiça nessas frentes. Em 2024, foram realizadas ações no âmbito da “Aula inaugural do curso Mudança Climática, Desastres e Garantia dos Direitos dos Atingidos e Seleção para curso de extensão Mudança Climática, Desastres e Garantia de Direitos da População Atingida”. Estão contemplados no projeto 28 pesquisadores bolsistas para atuação junto a população atingida pelo desastre climático no município de São Sebastião/SP.

Em resposta às enchentes no Rio Grande do Sul, o Governo Federal enviou agentes da Força Nacional de Segurança Pública - FNSP, para apoiar as vítimas, com foco em ações de resgate, segurança e apoio logístico. Essa mobilização teve por objetivo ampliar a capacidade de resposta nas áreas afetadas, garantindo assistência imediata e coordenada às populações atingidas, além de reforçar as operações de resgate e proteção das comunidades vulneráveis.



Ainda no âmbito da segurança pública cidadã, o Ministério tem adotado medidas para reduzir a litigiosidade no país, promovendo a mediação de conflitos, por meio de ações voltadas a diagnosticar, prevenir e intervir em situações de tensão, visando garantir a paz e o bem-estar nos territórios. Além disso, tem articulado e implementado políticas de proteção para vítimas de violência e testemunhas ameaçadas, incluindo crianças, adolescentes, mães, ativistas e defensores de direitos humanos.

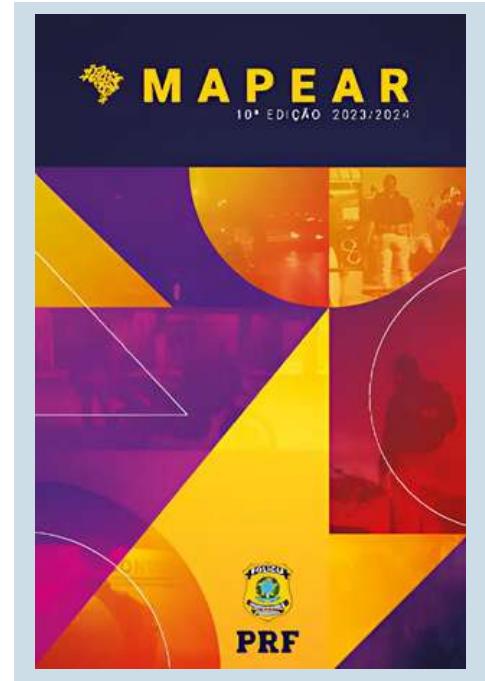
Em 2024, foi firmado um Termo de Execução Descentralizada - TED com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA e o Movimento Sem Terra – MST, para execução do curso de Defensoras Populares para as Trabalhadoras Rurais Camponesas, no contexto do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI II, para o empoderamento social e redução da violência às mulheres de 70 mulheres do campo, com investimento de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).



Assinatura do Termo de Execução Descentralizada com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará e o Movimento Sem Terra – MST.

Com o intuito de realizar o levantamento dos pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes às margens das rodovias federais, em 2024 a Polícia Rodoviária Federal - PRF desenvolveu o Projeto Mapear (2023/2024), em todo o país. O projeto, realizado em conjunto com a Childhood Brasil, organização brasileira sem fins lucrativos, tem o objetivo de mapear pontos ao longo das rodovias federais e identificar se neles há potencial risco para a ocorrência de exploração sexual de meninas e meninos em condição de vulnerabilidade.

Na nova edição do projeto, foram identificados 807 pontos de maior risco, representando um aumento de 83,2% quando comparado ao biênio anterior (com 9.653 indicações). Apesar do número indicar inicialmente um grande crescimento dos pontos, na verdade, o dado reflete um acompanhamento maior da situação das estradas, por meio de um monitoramento criterioso e rotineiro.



As estatísticas incluem, entre outros locais, estabelecimentos comerciais, hotéis, motéis e postos de combustíveis às margens das rodovias federais e reúne quatro níveis de risco: baixo, médio, alto e crítico, conforme demonstrado abaixo.

Quadro comparativo dos pontos vulneráveis mapeados no biênio 2023/2024 e biênio 2021/2022

Níveis de risco	Pontos vulneráveis (2023/2024)	Pontos vulneráveis (2021/2022)
Baixo	9.077	3.906
Médio	5.237	3.232
Alto	2.566	1.878
Crítico	807	637

Fonte: PRF/MJSP

No biênio 2023/2024, o MAPEAR identificou 17.687 pontos vulneráveis. Desses, 807 foram classificados como críticos (4,6% do total) e 2.566 (14,5%) como de alto risco. Apesar do crescimento no número de pontos mapeados, a proporção de pontos críticos diminuiu de 6,6% para 4,6% e os de alto risco de 19,5% para 14,5%, refletindo o impacto positivo das ações da PRF. Os dados apresentados reforçam que, apesar do grande aumento no número de pontos vulneráveis com o aumento das regiões mapeadas, houve uma diminuição no número de pontos críticos e de alto risco quando comparado ao total de pontos mapeados, isso foi possível tendo em conta o aumento do policiamento, aliado à ampliação da base de dados.

Entre as causas para o aumento dos índices em comparação ao biênio anterior, estão: o desenvolvimento de uma nova versão do aplicativo de mapeamento, a implementação de novas metodologias para reunir as estatísticas e o foco da PRF para intensificar o trabalho de identificação dos pontos que podem representar riscos para crianças e adolescentes. O Nordeste é a região com mais pontos vulneráveis: 6.532. Na sequência estão as regiões Sudeste, com 5.041, Sul, com 2.474, Centro-Oeste, com 2.210, e Norte, com 1.430. A cartilha também identifica as unidades da federação com mais vulnerabilidade.

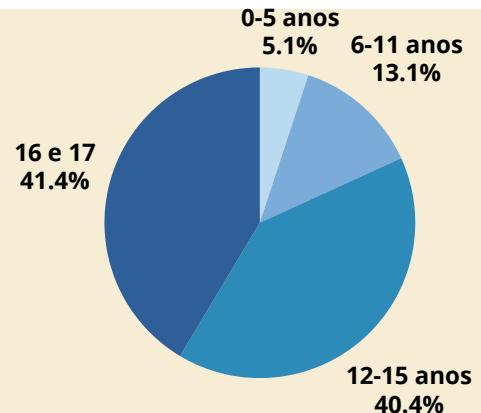
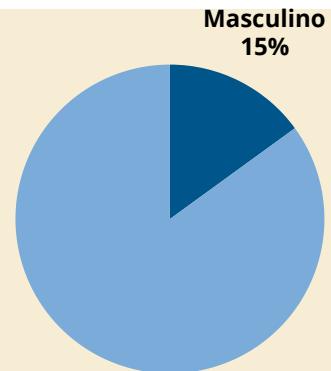
Unidade da federação	Pontos vulneráveis (2023/2024)
Minas Gerais	3.581
Piauí	2.496
Santa Catarina	1.333
Bahia	964
Rio de Janeiro	873

Fonte: PRF/MJSP

Importante ressaltar que o maior número de pontos vulneráveis está concentrado na BR-116. As equipes identificaram 2.398 locais que podem representar riscos a crianças e adolescentes. Na sequência está a BR-101, com 1.533 pontos de vulnerabilidade.

A análise dos dados de gênero e idade das vítimas resgatadas na Operação DOMIDUCA, é essencial para compreender a dinâmica desse crime e direcionar estratégias mais eficazes de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes. Os números mostram que 85% das vítimas eram do gênero feminino, o que se alinha com o Anuário de Segurança Pública de 2024, que aponta que 88,2% das vítimas de estupro de vulnerável são meninas. Essa correlação sugere uma relação significativa entre a exploração sexual e outras formas de violência sexual, como abuso e estupro de vulnerável, que muitas vezes antecedem a exploração.

Os dados etários também reforçam esse cenário preocupante: 5% das vítimas tinham até 5 anos, 13,3% estavam na faixa de 6 a 11 anos, enquanto a maioria era composta por adolescentes – 40% tinham entre 12 e 15 anos e 41,7% entre 16 e 17 anos, totalizando 81,7% dos resgates nessa faixa etária. Esses números evidenciam a vulnerabilidade crescente de adolescentes e reforçam a necessidade de políticas públicas voltadas à prevenção e proteção dessa população.



Fonte: PRF/MJSP

Projeto Mapear 2.0

118% (adiantado)

SITUAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROJETO ESTRATÉGICO
(Relação entre o concluído e o previsto)



Acesse [aqui](#) para verificar o acompanhamento completo dos indicadores e projetos do planejamento estratégico do MJSP.

A campanha “Não Espere 24h”, lançada pelo MJSP em maio de 2024 visa conscientizar a população sobre a importância da notificação imediata de desaparecimento de crianças. A ação, realizada em alusão ao Dia Internacional das Crianças Desaparecidas (25/05), busca mobilizar, sensibilizar e informar, além de ampliar a visibilidade do tema.

Dados da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas indicam que cerca de 20 mil crianças e adolescentes somem anualmente no Brasil, e aproximadamente 8 mil continuam sem paradeiro. Para reforçar as buscas, o MJSP mantém parceria com a Meta para o Alerta Amber, que amplia a divulgação de casos nas redes sociais.

#NãoEspere24h

Se uma criança desaparecer,
registre a ocorrência **imediatamente**



desaparec'dos

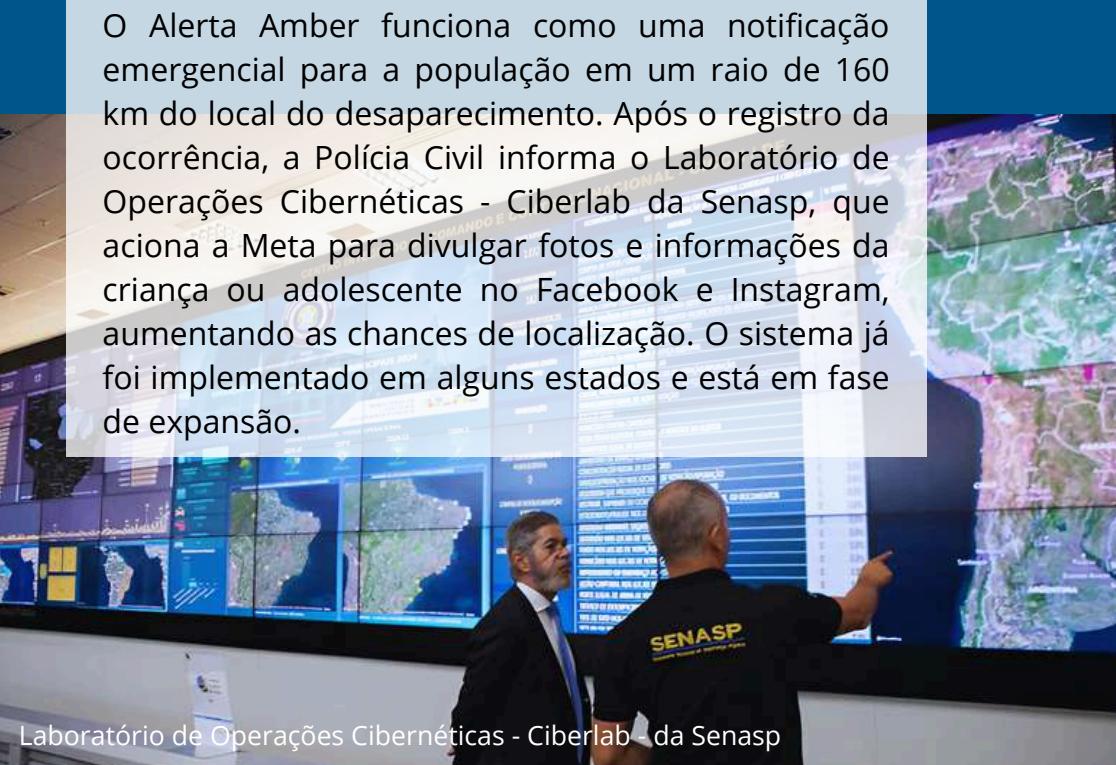
Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL
BRAZIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

A iniciativa desmistifica a crença de que é necessário aguardar 24 horas para registrar um desaparecimento, destacando que a comunicação rápida às autoridades aumenta as chances de localização. A campanha, realizada em redes sociais e com apoio de influenciadores, também alerta sobre a necessidade de informar quando a criança for encontrada, evitando a permanência do registro como desaparecido.

O Alerta Amber funciona como uma notificação emergencial para a população em um raio de 160 km do local do desaparecimento. Após o registro da ocorrência, a Polícia Civil informa o Laboratório de Operações Cibernéticas - Ciberlab da Senasp, que aciona a Meta para divulgar fotos e informações da criança ou adolescente no Facebook e Instagram, aumentando as chances de localização. O sistema já foi implementado em alguns estados e está em fase de expansão.



Laboratório de Operações Cibernéticas - Ciberlab - da Senasp

A iniciativa reforça o compromisso do MJSP com a prevenção e resposta rápida, promovendo a articulação entre órgãos de segurança e incentivando a sociedade a agir prontamente em casos de desaparecimento.

Vale destaque a Mobilização Nacional de Identificação de Pessoas Desaparecidas, promovida pela Senasp que teve como objetivo ampliar a identificação e localização de pessoas desaparecidas por meio da coleta de material genético de familiares.

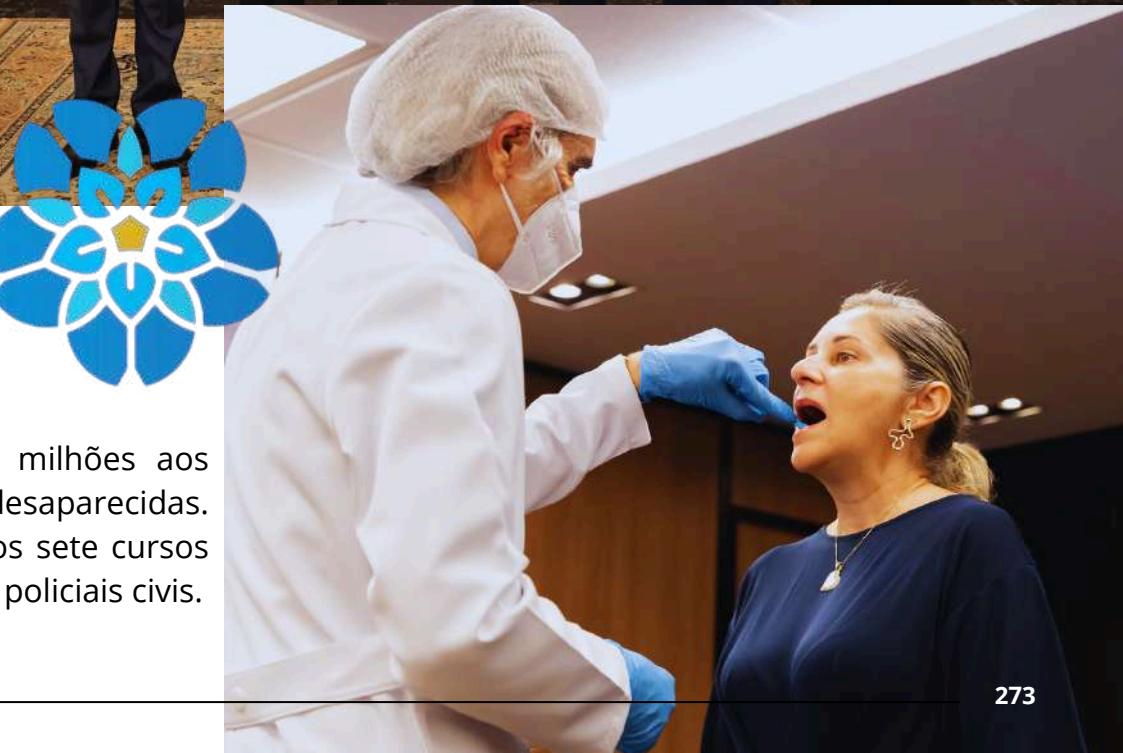
Na primeira fase da ação, realizada de 26 a 30 de agosto, foram coletadas 1.645 amostras de DNA, correspondentes a 1.292 casos de desaparecimento. As coletas ocorreram em cerca de 300 postos distribuídos por todo o Brasil, envolvendo, principalmente, filhos, pais e irmãos dos desaparecidos. O material genético será comparado com os perfis armazenados nos bancos estaduais e nacional de DNA, permitindo a identificação de possíveis coincidências e agilizando os processos de localização.

A iniciativa envolveu a atuação conjunta de órgãos estaduais e federais, garantindo maior eficiência na identificação de desaparecidos. A coleta de DNA de familiares próximos representa uma etapa essencial nesse processo, contribuindo para a obtenção de respostas às famílias. Além da mobilização nacional, esse procedimento permanece disponível ao longo de todo o ano, permitindo a continuidade das ações voltadas à elucidação desses casos.

Em 2024, destaca-se o repasse suplementar de R\$ 39 milhões aos Departamentos de Homicídios e delegacias de pessoas desaparecidas. Foram entregues 56 viaturas descaracterizadas e realizados sete cursos presenciais de Investigação de Homicídios, capacitando 285 policiais civis.



Lançamento da Mobilização Nacional de Identificação de Pessoas Desaparecidas.



PROJETOS

PROJETOS VINCULADOS AO OBJETIVO PROMOVER A SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ E HUMANIZADA, COM ESPECIAL ATENÇÃO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

8 Projetos

Câmeras policiais para uso na Polícia Rodoviária Federal

Tem por objetivo implantar câmeras corporais na Polícia Rodoviária Federal, com a finalidade de proteção legal do agente, de aumento da transparência e da responsabilidade nas operações policiais, de aumento da integridade física dos policiais e dos cidadãos abordados, de aumento da urbanidade entre os envolvidos, de redução das reclamações contra os agentes, de melhoria da qualidade das provas coletadas durante a fiscalização de infrações de trânsito, de coleta de imagens para fornecimento das provas na investigação de um crime ou na suspeita de crime e de coleta de imagens para fornecimento das provas na identificação e na responsabilização dos acidentes de trânsito.

Mapear 2.0.

Aprimorar o levantamento, a identificação e o registro de dados qualificados relativos a pontos vulneráveis ao risco de ocorrências de exploração sexual de crianças e adolescentes ao longo das rodovias federais de todo o país.

Câmeras corporais

Objetiva disponibilizar um conjunto de soluções técnicas, operacionais e normativas para utilização de câmeras corporais, gerando impacto na melhoria da confiança da população nas instituições de segurança pública, incremento da legitimidade das instituições perante à sociedade brasileira, maior transparência das ações policiais, proteção dos profissionais de segurança pública, ampliação da sensação de segurança, fortalecimento da integração institucional e maior aproximação entre a sociedade e as instituições policiais.

Construção ou apoio de Centros Comunitários pela Vida

Objetiva implantar os Centros Comunitários pela Vida, que visam prevenir a violência em territórios vulneráveis, por meio da difusão da cultura de paz e da geração de oportunidades, promovendo a inclusão social e a cidadania, com foco na redução da criminalidade e das desigualdades sociais.

Estruturação de equipamentos públicos voltados ao enfrentamento à violência contra mulheres

Tem por objetivo apoiar a disseminação do conceito de equipamento público estratégico, que concentra, no mesmo espaço físico, os principais serviços especializados e multidisciplinares de atendimento às mulheres em situação de violência adaptados à realidade institucional de cada local.

Programa Mulheres Mais Seguras.

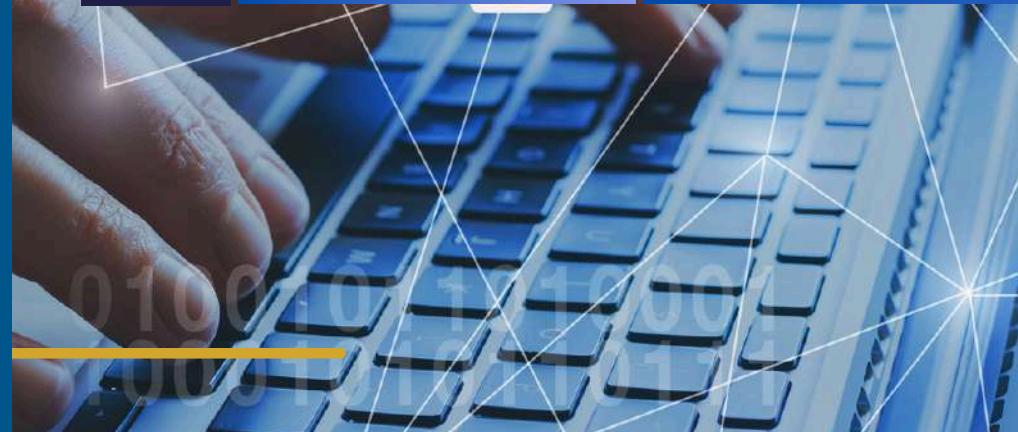
Implementar e fomentar ações de segurança pública voltadas à prevenção e ao enfrentamento às diversas violências praticadas contra mulheres e meninas.

Ampliação do acesso à justiça

Institucionalizar as bases comunitárias, as comissões de conciliação de conflitos e as clínicas de acesso à justiça como instrumentos de promoção de acesso à justiça e de defesa dos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade.

Promoção de justiça para grupos sociais vulnerabilizados

Criar iniciativas de promoção de serviços e de integração de ações institucionais para a construção de medidas de enfrentamento ao feminicídio, ao racismo e à violência institucional.

2**OBJETIVO
ESTRATÉGICO****PROMOVER O ACESSO À JUSTIÇA E PROTEGER OS DIREITOS DO
CIDADÃO, INCLUSIVE OS DIGITAIS E OS DADOS PESSOAIS**

A garantia do acesso à justiça e a proteção dos direitos do cidadão, incluindo os direitos digitais e a segurança de dados pessoais, constituem pilares fundamentais do ordenamento jurídico brasileiro. Cabe ao Estado assegurar que esses direitos sejam exercidos de forma ampla e efetiva, promovendo a democratização da justiça e a proteção dos indivíduos em diferentes contextos, especialmente os mais vulneráveis.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, tem direcionado esforços para a melhoria do sistema de justiça, com iniciativas voltadas à resolução de conflitos, fortalecimento de ambientes concorrenenciais justos e proteção dos direitos humanos. Entre as ações prioritárias estão a atenção às vítimas de tráfico de pessoas, grupos em situação de vulnerabilidade e consumidores, além da criação de diretrizes que ampliem a efetividade dos serviços prestados à sociedade.

Em um cenário de crescente transformação digital, o MJSP também tem priorizado a proteção da cidadania nos ambientes digitais, promovendo a acessibilidade e o tratamento seguro de dados pessoais. Essas ações são fundamentais para viabilizar serviços digitais que atendam às demandas da população com eficiência e segurança, reforçando o compromisso do Estado com a promoção de direitos e a justiça social.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

PROMOVER O ACESSO À JUSTIÇA E PROTEGER OS DIREITOS DO CIDADÃO, INCLUSIVE OS DIGITAIS E OS DADOS PESSOAIS



CADEIAS VINCULADAS AO OBJETIVO ESTRATÉGICO

Cooperação governamental e
Intersetorial

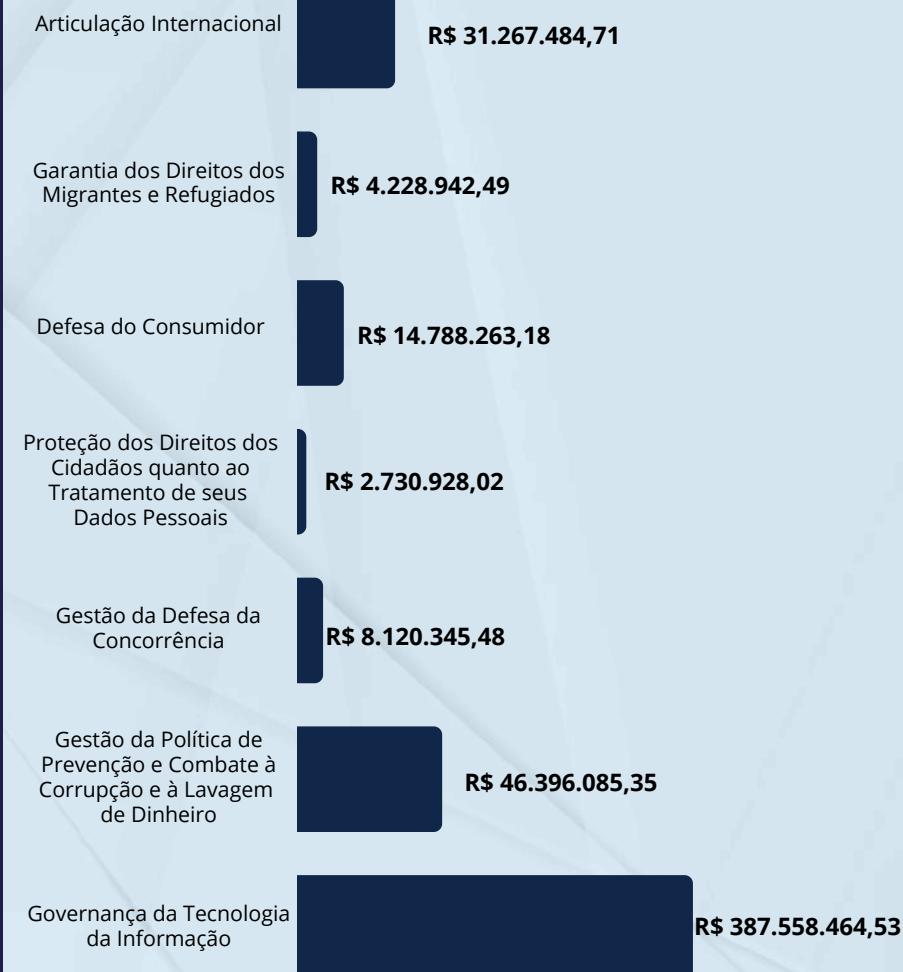
Proteção e Garantia de Direitos do
Cidadão

Defesa da Concorrência e do
Consumidor

Prevenção e Combate à Corrupção e à
Lavagem de Dinheiro

Governança Gestão e Suporte

CUSTO TOTAL DOS MACROPROCESSOS



ENTREGAS À SOCIEDADE

Participação e Suporte à Tomada de
Decisão do Governo Federal

Garantia de Direitos do Cidadão, do
Migrante e do Refugiado

Defesa do Consumidor e Ambiente
Concorrencial Saudável

Prevenção e Combate à Corrupção e
à Lavagem de Dinheiro

Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica	Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional	Conformidade e Eficiência da Gestão	Resultados e Desempenho da Gestão	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
---	--	-------------------------------------	-----------------------------------	--

Com o propósito de promover os direitos e as garantias fundamentais do cidadão, o MJSP atua no aprimoramento, modernização e democratização do acesso à justiça e cidadania dentro de suas competências. No conjunto de diversas iniciativas voltadas à proteção de direitos, destaca-se o compromisso com a preservação dos direitos do cidadão, especialmente, dos grupos em vulnerabilidade, das crianças e adolescentes, inclusive dos migrantes, refugiados, apátridas e vítimas de tráfico de pessoas.

Esse comprometimento se concretiza por meio da supervisão de procedimentos de acesso à justiça, cooperação jurídica internacional, de propositura de políticas migratórias, da coordenação de políticas destinadas a enfrentar o tráfico de pessoas e o contrabando de migrantes, da administração da classificação indicativa para obras audiovisuais; e da qualificação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs.

Na temática de tráfico de pessoas, destaca-se a publicação Decreto nº 12.121, de 30 de julho de 2024, que aprovou o IV Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas para o período de 2024 a 2028. O Plano tem como objetivos principais aprimorar a atuação dos órgãos e entidades envolvidas no combate ao tráfico, promovendo uma maior coordenação e cooperação, prevenir o crime, com foco na redução dos fatores de vulnerabilidade, garantir proteção e assistência às vítimas e fortalecer a repressão ao tráfico de pessoas. Para promover a transparência e um acompanhamento eficaz foi lançado um painel público para acompanhamento, em tempo real, das

iniciativas implementadas pelo Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – CONATRAP.

Outra iniciativa foi o lançamento, em colaboração com diversos parceiros, do I Plano de Ação em Enfrentamento ao Contrabando de Migrantes. Alinhado às diretrizes internacionais, o plano tem a finalidade melhorar a capacidade do país no enfrentamento ao contrabando de migrantes por meio do desenvolvimento e implementação de estratégias focadas na prevenção, aprimoramento da resposta e na redução dos impactos do crime.

Destaca-se ainda a publicação da Portaria Interministerial nº 46, assinada pelo MJSP e Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, estabelecendo procedimentos para a concessão de autorização de residência a migrantes vítimas de tráfico de pessoas, trabalho escravo ou violação de direitos em razão de sua condição migratória. O objetivo da norma é reforçar a proteção de migrantes em situação de vulnerabilidade, flexibilizando a documentação exigida e priorizando a tramitação dos pedidos.

Ainda dentre os esforços para enfrentar questões transnacionais relacionadas ao combate ao tráfico de pessoas e ao contrabando de migrantes que afetam milhões de pessoas em diversas partes do mundo, o Ministério envidou esforços no sentido de fortalecer a cooperação internacional por meio da assinatura de dois acordos bilaterais de grande importância: Memorando de Entendimento entre Brasil e Colômbia e Acordo de Cooperação entre o Brasil e o Estado Plurinacional da Bolívia.

No âmbito da Política Migratória, o Ministério, por meio da Secretaria Nacional de Justiça - Senajus, vem construindo uma política que tem como foco a participação social, a responsabilidade solidária entre os diversos entes federativos e o reconhecimento da população migrante como propulsora do desenvolvimento nacional.

Avançou-se na construção da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia com a realização da II Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia - II Comigrar, sob o tema “Cidadania em Movimento”.

Foram realizadas 138 conferências na etapa preparatória, divididas entre livres locais, nacionais e estaduais, além da Etapa Nacional da Conferência, na capital federal, momento em que foram priorizadas as propostas com o objetivo de guiar as políticas públicas sobre o tema para os próximos anos.

Na política migratória, o reconhecimento da condição de refugiado é essencial para assegurar direitos fundamentais, como acesso à moradia, saúde e educação, além de possibilitar a integração social e econômica dessas pessoas na sociedade brasileira. Esse reconhecimento reforça o compromisso do Brasil com os princípios humanitários e com a proteção internacional de indivíduos que fogem de perseguições e conflitos.



O ano de 2024 também foi marcado por um aumento substancial no número de solicitações de refúgio. Por meio do Sistema de Controle de Nacionais Repatriados e Estrangeiros - Sisconare, plataforma digital desenvolvida para gerenciar e acompanhar o processo de repatriação de nacionais em situação de vulnerabilidade no exterior, bem como o controle de estrangeiros em território nacional, o Brasil recebeu 68.199 novas solicitações de reconhecimento da condição de refugiado. No mesmo período foram analisados 68.976 processos, gerando decisões de mérito (deferimentos e indeferimentos) e decisões que não se debruçaram sobre o mérito das solicitações (arquivamentos e extinções). O coeficiente que relaciona a quantidade de processos analisados e as novas solicitações foi de 101%, excedendo, com boa margem, a meta estipulada.

A região com maior número de solicitações de refúgio em 2024 foi a região norte, seguida pelo sudeste e o sul, conforme quadro abaixo:

REGIÕES COM PROTOCOLOS DE SOLICITAÇÃO DE REFÚGIO

Região	Qtde de Processos	Percentual
Centro-Oeste	1.927	2,8%
Nordeste	728	1,1%
Norte	40.215	59,0%
Sudeste	17.485	25,6%
Sul	7.844	11,5%
Total Geral	68.199	100%

Fonte: Senajus/MJSP

PERCENTUAL DE PROCESSOS DE RECONHECIMENTO DA CONDIÇÃO DE REFUGIADO DECIDIDOS



Fonte: BI Planejamento Estratégico MJSP

É importante ressaltar que, solicitantes de refúgio e refugiados reconhecidos tem o direito de transitar livremente pelo país. Dessa forma, local onde se protocola a solicitação não é, necessariamente, o local onde a pessoa fixou residência.



A migração forçada é um desafio global que exige soluções humanitárias eficazes para garantir a segurança e a dignidade dos refugiados e migrantes. O Brasil tem se destacado como um dos países que implementam programas abrangentes para acolhimento e integração de populações em situação de vulnerabilidade, reforçando seu compromisso com os direitos humanos e a cooperação internacional.

O Programa de Reassentamento, Admissão e Acolhida Humanitária por Via Complementar e Patrocínio Comunitário é uma iniciativa do governo brasileiro, coordenada pela Secretaria Nacional de Justiça - Senajus, que visa oferecer soluções de acolhimento humanitário a nacionais do Afeganistão forçados a deixar seu país de origem.



Para operacionalizar o programa, a Senajus publicou o Edital de Chamamento Público n.º 01/2024, convidando organizações da sociedade civil interessadas em atuar no acolhimento de afegãos no Brasil. As entidades selecionadas são responsáveis por diversas etapas do processo, incluindo orientações pré-embarque, apoio na chegada ao país, provisão de abrigo temporário por, no mínimo, um ano e assistência para inserção nos sistemas públicos de saúde, educação e assistência social. Além disso, devem promover cursos de português e capacitação profissional, visando à plena integração dos beneficiários na sociedade brasileira.

É importante ressaltar que o Brasil se destaca como um dos poucos países que concedem visto humanitário a pessoas afetadas pela crise no Afeganistão, reforçando seu compromisso com a proteção e promoção dos direitos humanos em âmbito internacional.

Importante iniciativa humanitária do governo brasileiro em que o MJSP desempenha papel fundamental é a Operação Acolhida. Lançada em 2018 a operação visa enfrentar a crise migratória causada pelo fluxo de venezuelanos que buscam refúgio e melhores condições de vida no Brasil, garantindo acesso a direitos básicos e promovendo a interiorização – o processo de realocação voluntária dos imigrantes para outros estados brasileiros com melhores oportunidades de emprego e inclusão social.



A Operação Acolhida foi criada pela [Medida Provisória nº 820/2018](#), convertida pelo Congresso Nacional na [Lei nº 13.684/2018](#), que trata das ações de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, e institui o Comitê Federal de Assistência Emergencial regulado pelo [Decreto nº 9.970 de 2019](#).

Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra)

Visando aprimorar o monitoramento e a análise dos fluxos migratórios no Brasil, a Universidade de Brasília - UnB, em colaboração com o Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, inaugurou, em 2024, a Sala de Situação do Observatório das Migrações Internacionais - OBMigra.

A Sala de Situação do OBMigra, oferece visualizações dinâmicas de gráficos, tabelas e mapas sobre migrações internacionais e representa um marco importante na melhoria da transparência e do acesso a dados sobre migrações internacionais, contribuindo para a elaboração de políticas públicas mais informadas e para a promoção de um debate qualificado sobre o tema no Brasil.



Foi lançado também o Boletim da Migração do Brasil, uma publicação mensal que apresenta dados extraídos do DataMigra BI sobre os padrões migratórios no país.

Clique [aqui](#) e acesse os Relatórios OBMigra

Outro importante avanço na Política de Imigração do Ministério, diz respeito à busca constante para aprimorar o processo de análise e decisão sobre os pedidos de Naturalização Ordinária, Extraordinária, Provisória e Transformação de Naturalização Provisória em Definitiva para pessoas estrangeiras, refletindo um compromisso com a eficiência e celeridade no tratamento dessas solicitações. Ao buscar melhorias nesse processo, o objetivo é garantir que as análises e decisões ocorram de maneira mais rápida e eficaz, promovendo uma maior agilidade para os indivíduos estrangeiros que buscam a naturalização. Esse empenho demonstra a importância atribuída pelo Ministério à questão da imigração e à integração de estrangeiros no país, reconhecendo a relevância de um processo eficiente para a concessão de cidadania.



Dessa forma, com o lançamento do sistema “Naturalizar-se” em 2020, o sistema passou a ser o meio exclusivo de recebimento dos pedidos de naturalização, tornando os procedimentos de solicitação de Naturalização mais ágeis e simplificados. Como consequência da simplificação dos procedimentos, registrou-se alta histórica de recebimento de pedidos.

Visando cumprir os prazos de encerramento do procedimento de naturalização previsto no art. 228 do Decreto n.º 9.199, de 20 de novembro de 2017, o Ministério instituiu uma Força-Tarefa para redução do passivo processual, entre os meses de setembro de 2024 e janeiro de 2025. A referida força-tarefa contou com a mobilização de servidores de todo o Departamento de Migrações e foi determinante para revisitar entendimentos e harmonizar pareceres, bem como para reforçar as capacidades técnicas de análise, a partir de treinamentos com a equipe e abertura de canal contínuo de resolução de dúvidas.

Como resultado desses esforços, a Senajus conseguiu analisar mais de 22 mil processos de naturalização (sendo 16.432 mil dos processos recebidos em 2024 e 6.002 dos processos analisados do passivo), alcançando um percentual de atendimento de 137% da meta estabelecida para o período, que era de 78% de processos analisados.

PERCENTUAL DE PROCESSOS DE NATURALIZAÇÃO DECIDIDOS



Fonte: BI Planejamento Estratégico MJSP

PERCENTUAL DE PROCESSOS DE NATURALIZAÇÃO DECIDIDOS, POR REGIÃO (EM 2024)

Região	Percentual
Centro-Oeste	16%
Nordeste	12%
Norte	8%
Sudeste	45%
Sul	55%

Fonte: Senajus/MJSP

A autorização de residência para trabalho e investimento no Brasil, é uma permissão concedida a imigrantes que desejam permanecer no país, por prazo superior a noventa dias, com o objetivo de trabalhar ou investir. Essa autorização é regulada pela Lei de Migração (Lei n.º 13.445, de 2017), pelo Decreto n.º 9.199, de 2017 e pelas Resoluções Normativas do Conselho Nacional de Imigração, que estabelecem as condições para concessão de residência. Enquanto o visto permite a entrada regular no país, a autorização de residência permite a estadia prolongada.

A existência de normas de imigração laboral atualizadas e eficientes contribui para atrair investimento e profissionais qualificados ao Brasil. Nesse sentido, um avanço significativo na política migratória brasileira foi a publicação da Resolução n.º 50, de 2024 do Conselho Nacional de Imigração - CNIG, que regulamenta a concessão de autorização de residência para fins de trabalho a imigrantes que concluíram cursos de

graduação ou pós-graduação no Brasil. A medida facilita a inserção desses profissionais no mercado de trabalho, aproveitando a qualificação adquirida no país e contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.

A desburocratização dos processos de análise de autorização de residência aumenta a atratividade, refletindo no aquecimento da economia nacional e no crescimento de diversos setores produtivos. Em 2024, houve um aumento significativo da demanda por autorização de residência para investimento e para trabalho no Brasil. Apesar do grande volume de processos, a Senajus conseguiu ampliar o número de processos decididos, ultrapassando em 20% o número de processos decididos no ano de 2023 e em 9% a meta estabelecida para o ano.

Entre os fatores que contribuíram para o atingimento da meta, estão a revisão de procedimentos internos com vistas à agilidade e celeridade dos processos; a existência de processos e procedimentos objetivos e estruturados internamente; a capacitação dos servidores; ações de motivação e de engajamento dos servidores voltados a resultados; e, como principal fator, o apoio de servidores em regime de forçatarefa para a execução de trabalhos.

PERCENTUAL DE AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA PARA FINS LABORAIS E DE INVESTIMENTOS DECIDIDOS



Fonte: BI Planejamento Estratégico MJSP

No ano de 2024, imigrantes investiram mais de R\$ 300 milhões em imóveis no Brasil. Entre os estados brasileiros mais atrativos para esse público, o Rio de Janeiro - RJ lidera, seguido por São Paulo - SP e Santa Catarina - SC.

Foi lançado, em 2024, um guia rápido do processo de autorização de residências para investidores imobiliários, nos idiomas português, inglês, francês e espanhol, no formato da marca Brasil, para facilitar a promoção das oportunidades de negócio no País.

Frente ao compromisso com populações que, frequentemente, encontram-se excluídas do acesso à justiça e das políticas públicas necessárias para a garantia de seus direitos fundamentais, os projetos estratégicos de promoção de justiça para grupos vulneráveis e de ampliação do acesso à justiça foram modificados significativamente em 2024 para se adaptarem a essas ações, dentre as quais destacamos:

Plano Defensoria em Todos os Cantos



Projeto Mais Justiça na Amazônia Legal



Ambos os projetos e o indicador "Percentual de estados brasileiros abrangidos com projetos de fortalecimento do acesso à justiça e promoção de direitos" são monitorados no âmbito do Planejamento Estratégico 2024-2027. No ano de 2024, diante dos esforços empreendidos pelo órgão, o indicador ultrapassou a meta estabelecida para o período.

Fonte: BI Planejamento Estratégico MJSP

PERCENTUAL DE ESTADOS BRASILEIROS ABRANGIDOS COM PROJETOS DE FORTALECIMENTO DO ACESSO À JUSTIÇA E PROMOÇÃO DE DIREITOS



Fonte: BI Planejamento Estratégico MJSP

Somados a esses projetos foram concedidas cerca de 11 mil bolsas por meio de programa de extensão acadêmica com o objetivo de apoiar projetos voltados à promoção de direitos e ao acesso à justiça. Entre essas iniciativas estão as Clínicas de Acesso à Justiça, a Rede Amazônia de Acesso à Justiça, programas específicos para pessoas privadas de liberdade, clínicas de conflitos socioambientais, cursinhos populares e apoio a vítimas de violência institucional.

Acesse [aqui](#) para verificar o acompanhamento completo dos indicadores e projetos do planejamento estratégico do MJSP.



Plano Defensoria em Todos os Cantos



Trata-se de uma parceria entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública, a Defensoria Pública da União, o Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais - CONDEGE e a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos - ANADEP, que tem por objetivo expandir os serviços e o atendimento das Defensorias Públicas, garantindo acesso à Justiça aos vulneráveis.

Em 2024, foi realizado o evento de lançamento com a assinatura do Protocolo de Intenções entre os órgãos. O programa, que contou com o anúncio de um investimento de mais de R\$ 58 milhões, tem como objetivo fortalecer e expandir a atuação das defensorias públicas em regiões mais remotas e vulneráveis do País, garantindo a prestação de assistência jurídica integral e gratuita a populações em situação de vulnerabilidade.



Evento de Lançamento do Projeto e assinatura do Protocolo de Intenções.

As entregas do Protocolo de Intenções para o Plano Nacional Defensoria em Todos os Cantos, estão organizadas em três eixos: instalação de Postos de Atendimento Comunitário das Defensorias Públicas - PADEF; expansão dos serviços itinerantes de acesso à justiça; e o fortalecimento de iniciativas para grupos em situação de risco e vulnerabilidade.

Além disso, a doação de unidades móveis de direitos, como veículos 4x4 e SUVs, é uma estratégia crucial para levar os serviços itinerantes de acesso à justiça das defensorias a regiões remotas. Em 2024, após ser atingida pela tragédia climática, a Defensoria do Rio Grande do Sul recebeu 3 caminhonetes Chevrolet Trailblazer do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Além disso, como resultado da compra compartilhada conduzida pela Polícia Rodoviária Federal - PRF, referente à aquisição de unidades móveis "veículos 4x4 e SUV", deverá ser entregue em 2025 mais 7 veículos Nissan Frontier Attack 4x4 AT para o estado do Amazonas, visando auxiliar as Defensorias Públicas daquele estado.

Destaca-se a implementação de diversas ações voltadas à instalação dos Pontos de Atendimento Comunitário da Defensoria Pública - PADEF, incluindo a formação de equipe multidisciplinar e a aquisição de veículos e equipamentos de informática para ampliar o atendimento. Foram implantados PADEFs na Bahia, no Paraná e no Piauí, além da expansão do serviço no Pará. No Amazonas, é proposto um projeto de ampliação dos postos de atendimento e na Paraíba foram solicitadas as instalações de Núcleos em Containers, reforçando a estratégia nacional de descentralização do acesso à justiça.

Projeto Mais Justiça na Amazônia Legal



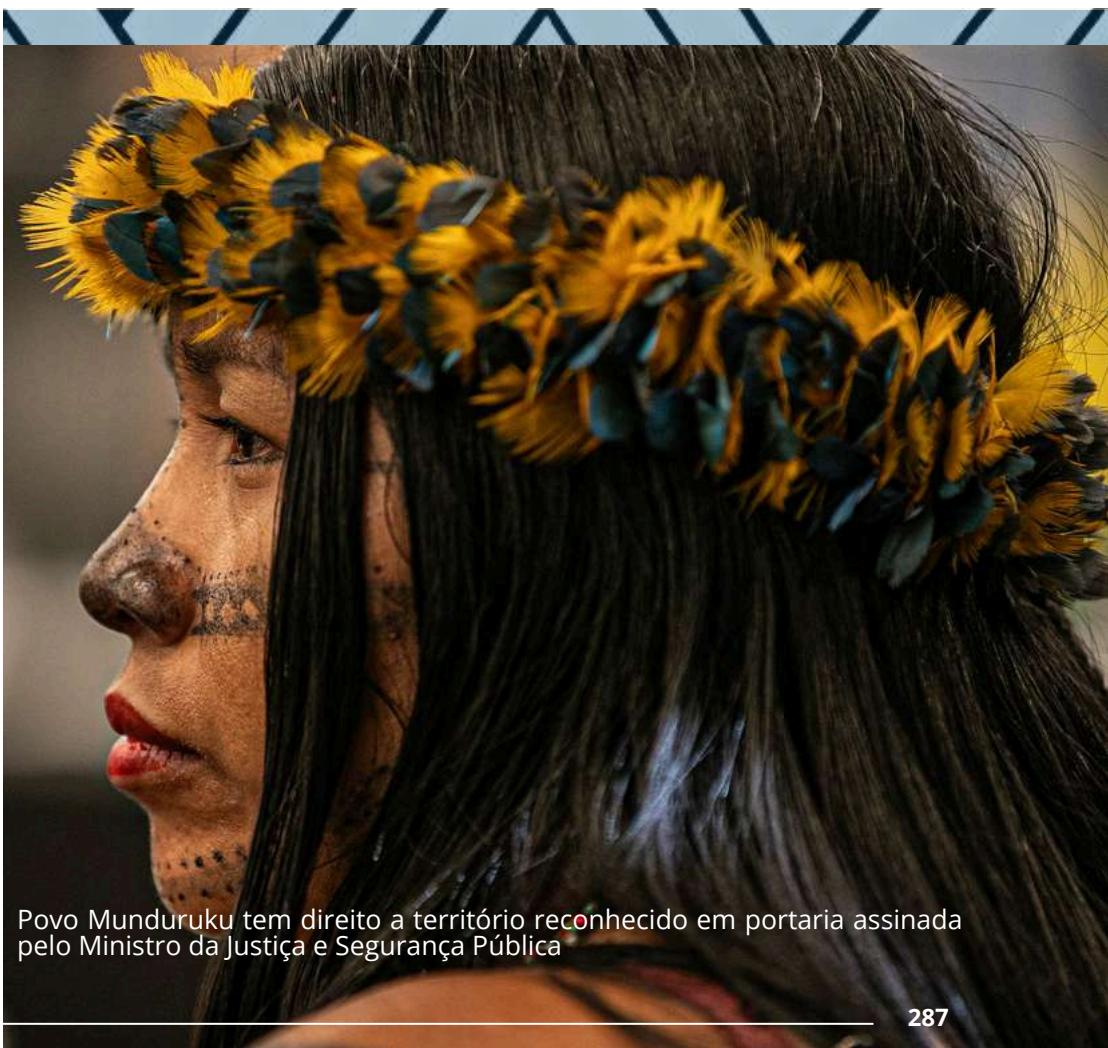
O projeto Mais Justiça na Amazônia Legal, consolida as iniciativas em andamento de fomento ao Sistema de Justiça nos Estados da Amazônia Legal em parceria com o Conselho Nacional de Justiça - CNJ para aperfeiçoamento da atuação em demandas fundiárias, ambientais e climáticas. No ano de 2024, a Secretaria de Acesso à Justiça - Saju consolidou o desenho do programa e a aprovação dos objetivos junto ao CNJ.

Nesse período, o MJSP avançou na execução dos projetos iniciados em 2023 por meio de Termos de Execução Descentralizados. Entre as iniciativas, destacam-se o lançamento do edital de Residência Jurídica na Universidade Federal do Pará e a criação do Observatório Nacional de Acesso à Justiça e Cidades, a parceria com a Universidade Federal do Maranhão para mapear conflitos territoriais no Baixo Parnaíba Maranhense e o lançamento do edital para o Curso de Especialização em Residência Jurídica em Acesso à Justiça. Além disso, houve a articulação de ações da Justiça Itinerante no Amazonas, em cooperação com o CNJ, e a concessão de bolsas de fomento à pesquisa e iniciação científica para cerca de 105 pesquisadores da Amazônia Legal.

Além desses projetos, foram ainda apoiadas ações destinadas ao aperfeiçoamento do Sistema de Justiça com vistas à construção do novo fórum da Justiça Estadual na Comarca de Calçoene, incluindo a implantação de um sistema de geração distribuída de energia fotovoltaica e à reforma da Sede do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá. Cita-se também o

lançamento da Cartilha de Direitos e Acesso à Justiça para entregadores, clientes e estabelecimentos realizado em parceria com o Ifood e a organização global de advogadas negras *Black Sisters in Law*.

Em 2024, foram adotadas diversas iniciativas para promover o acesso à justiça em conflitos socioambientais, incluindo desastres climáticos, com atenção especial à proteção dos direitos de povos e comunidades tradicionais.



Povo Munduruku tem direito a território reconhecido em portaria assinada pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública

Entre as principais ações, destacam-se as Missões e Oficinas de Acesso à Justiça para Povos e Comunidades Tradicionais, que consistem na realização de atividades em campo para escuta qualificada em áreas de conflito socioambiental. Essas iniciativas resultam da cooperação entre os poderes públicos federal, estadual e municipal, além do sistema de justiça, e visam disseminar informações sobre direitos e garantias das comunidades, especialmente em contextos de disputas socioambientais e territoriais. Além disso, contribuem para aprimorar a atuação técnica da Coordenação-Geral de Conflitos, conforme as necessidades identificadas nas diferentes regiões. No ano de 2024, foram realizadas quatro dessas atividades, sendo duas na Bahia, uma em Minas Gerais e outra no Maranhão.

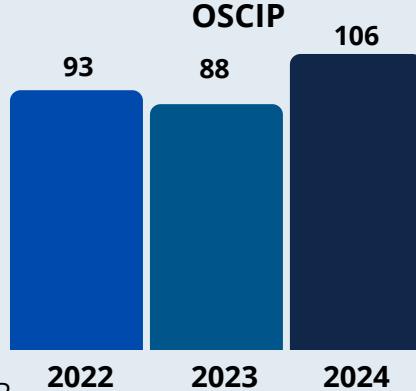
No tocante à demarcação de terras indígenas, em 2024 foram assinadas e publicadas 11 portarias declaratórias, reconhecendo o direito indígena à posse das seguintes terras: Apiaká do Pontal e Isolados, no Mato Grosso; Maró, Cobra Grande e Sawré Muybu, no Pará; e Jaraguá, Peguaoty, Djaiko-aty, Amba Porã, Pindoty-Araça-Mirim, Tapy'i/Rio Branquinho e Guaviraty, em São Paulo. Essas terras somam um total de 1.230.390 hectares, distribuídos entre a Amazônia e a Mata Atlântica, beneficiando diretamente mais de 2.500 indígenas dos povos Borari, Arapium, Jaraqui, Tapajó, Apiaká, Munduruku, Guarani, Guarani Mbya, Guarani Nhandeva e Tupi-Guarani, além de comunidades indígenas isoladas. Garantir a posse e o usufruto exclusivo dos seus territórios pelos povos indígenas é um direito garantido pela constituição brasileira e uma importante ferramenta de controle do avanço de crimes como desmatamento, grilagem, garimpo e extração ilegal de madeira.



Além das portarias declaratórias publicadas pelo MJSP, em 2024, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou os decretos de homologação da demarcação de 5 terras indígenas (Aldeia Velha, na Bahia; Cacique Fontoura, no Mato Grosso; Potiguara de Monte-Mor, na Paraíba; e Morro dos Cavalos e Toldo Imbu, ambas em Santa Catarina), somando mais de 45 mil hectares, e beneficiaram cerca de 9.000 indígenas das etnias Pataxó, Karajá, Potiguara, Kaingang, Guarani-Mbya e Nhandeva.

No ano de 2024, foram intensificadas as tratativas para fortalecer a sociedade civil por meio da viabilização de futuras parcerias entre o Estado e a Sociedade que facilitem iniciativas inovadoras. No exercício 106 entidades foram qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, um número de 16% maior que o ano anterior, e emitidas 571 certidões para entidades já qualificadas implementarem políticas públicas.

QUANTIDADE DE ENTIDADES QUALIFICADAS COMO OSCIP



Fonte: Senajus/MJSP

Sobre a cooperação jurídica internacional, em 2024 foram analisados 8.423 pedidos em matéria civil e penal, inclusive em assuntos de acesso internacional à justiça, à prestação internacional de alimentos, à visitação, à adoção e à subtração internacional de crianças e adolescentes, extradição, transferência de pessoas condenadas, transferência de execução da pena e transferência de processo criminal. Além disso, em 2024 foram finalizados os textos relativos a sete tratados internacionais, os quais foram subscritos ou assinados pelas autoridades competentes, permitindo, dessa forma, ampliar o arcabouço.

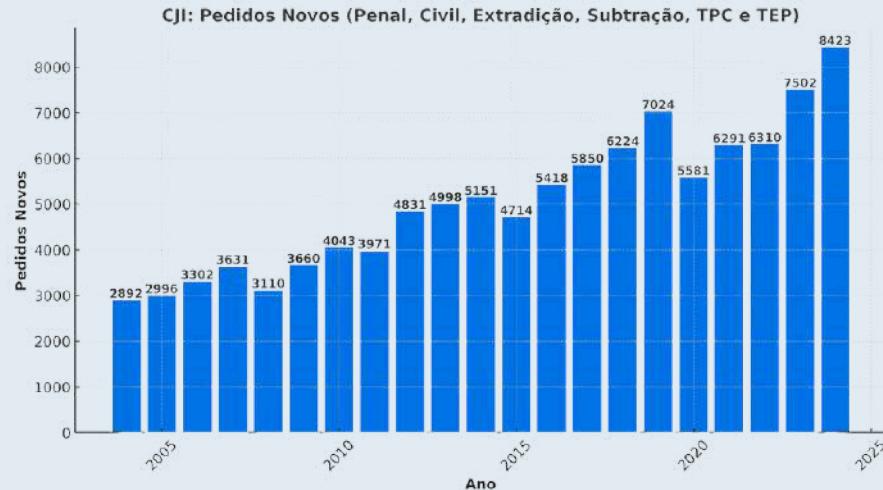
PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DOS PEDIDOS ATIVOS DILIGENCIADOS EM 2024



Fonte: BI Planejamento Estratégico MJSP

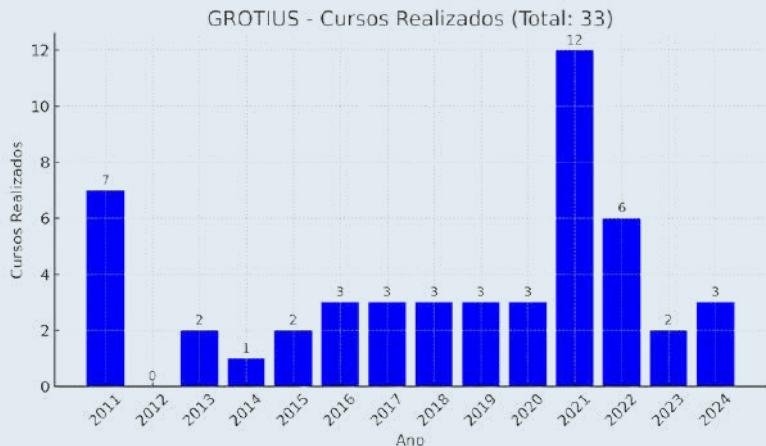
A superação da meta estipulada para 2024 foi possível a partir do esforço da Senajus em reorganizar administrativamente as áreas temáticas e atualizar os mecanismos de estatística SG – Sistema Gerencial, bem como saneamento dos pedidos de cooperação jurídica internacional. Essas ações resultaram na superação do resultado esperado.

PEDIDOS DE COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

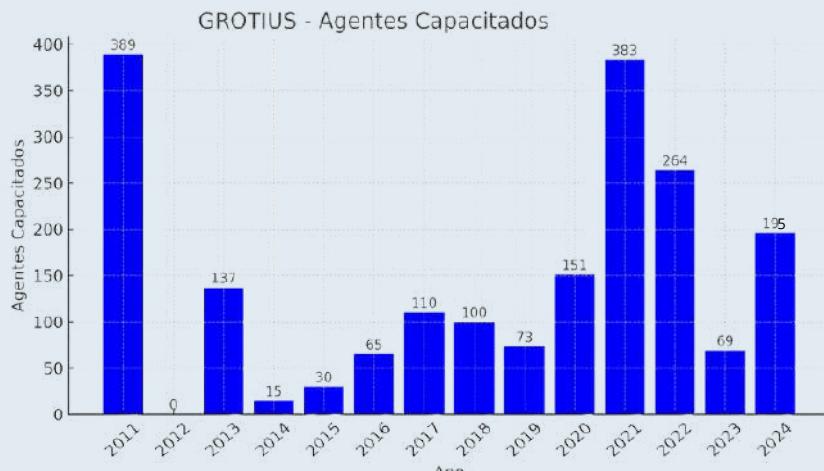


Fonte: Senajus/MJSP

CAPACITAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS NA TEMÁTICA COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL (GROTUS)



Fonte: Senajus/MJSP



Fonte: BI de Política Pública MJSP

Em suma, os principais resultados da Política de Cooperação Jurídica internacional em 2024, foram:

Análise de 8.423 pedidos de cooperação jurídica internacional;

Efetivação de 71 extradições ativas e 37 extradições passivas;

Capacitação de 195 agentes públicos na temática Cooperação Jurídica Internacional;

7 negociações de Tratados internacionais finalizadas; e

Acompanhamento e participação de foros internacionais.

Com o objetivo de fortalecer a proteção de crianças e adolescentes contra conteúdos potencialmente prejudicais ao seu desenvolvimento psíquico, o MJSP realiza ações visando atribuir, deferir ou indeferir a classificação indicativa das obras audiovisuais.

Nesse sentido, no ano de 2024, mesmo com o aumento de obras no mercado, foram realizadas mais de 8 mil análises de material audiovisual, atingindo a meta de analisar 100% das obras inscritas e realizadas 6.024 análises pelo sistema IARC.



A atuação do Ministério na temática da proteção e defesa dos direitos do consumidor também é crucial, abrangendo diversas áreas e visando combater ações abusivas de empresas que se aproveitam da boa-fé do consumidor para causar prejuízos. Essa abordagem reforça o compromisso em assegurar que os direitos dos consumidores sejam protegidos, promovendo relações comerciais justas e transparentes. O combate a práticas abusivas contribui para criar um ambiente no qual os consumidores possam confiar nas transações comerciais e exercer seus direitos de maneira plena.

Na temática, destaca-se o Consumidor.gov, principal ferramenta de composição de conflitos em matéria de consumo do país, que em 2024 completou 10 anos de existência. Trata-se de um instrumento notável, que busca facilitar a comunicação direta entre consumidores e empresas para a resolução de questões de consumo.

Nos últimos 10 anos, já foram registradas mais de 8 milhões de reclamações na plataforma, que conta com 1.520 empresas cadastradas que incluem grandes nomes dos setores de telecomunicações, bancos, aviação e saúde suplementar; a plataforma oferece aos consumidores um acesso direto a quem realmente pode resolver suas pendências.

Um dos diferenciais do Consumidor.Gov, além da acessibilidade, é a rapidez com que as empresas respondem às reclamações. Em média, as respostas são fornecidas em até 6 dias úteis, com 98% das demandas sendo respondidas dentro do prazo estipulado de 10 dias úteis. A nota média do consumidor é de 2,79, de um total de 5.

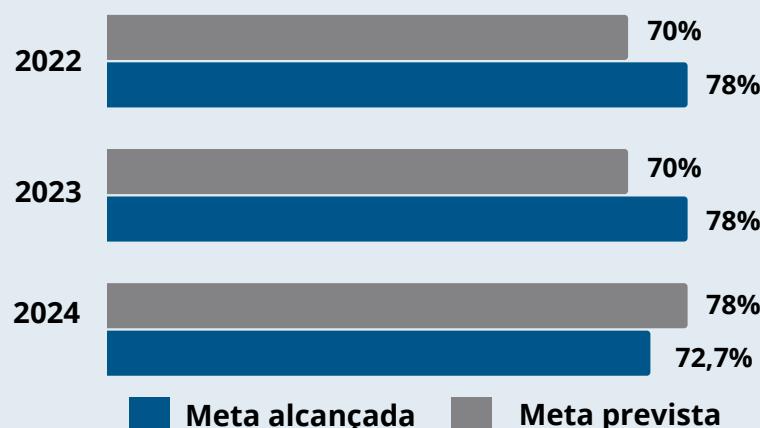
CONSUMIDOR.GOV NOS ÚLTIMOS 10 ANOS



Fonte: Senacon/MJSP

Em 2024, mais de 72% das reclamações registradas no Consumidor.gov.br foram solucionadas pelas empresas cadastradas.

ÍNDICE DE RESOLUTIVIDADE DAS DEMANDAS NA PLATAFORMA CONSUMIDOR.GOV



Fonte: BI Planejamento Estratégico MJSP

Constata-se que os estados da Região Norte, apresentam um maior índice de resolutividade de conflitos de consumo por meio da plataforma Consumidor.gov.br, evidenciando o caráter inclusivo da plataforma, que permite o acesso ao direito em regiões onde a presença física de órgãos como o Programa de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon e Juizados Especiais, é limitada.

ÍNDICE DE RESOLUTIVIDADE POR MEIO DO CONSUMIDOR.GOV POR REGIÃO

Estado	Resolutividade
Norte	75,16%
Nordeste	71,80%
Centro-Oeste	72,56%
Sudeste	70,99%
Sul	71,92%

Fonte: Senacon/MJSP

Cabe ressaltar que, durante o ano de 2024, a plataforma Consumidor.gov.br passou por dificuldades devido à descontinuidade na prestação de serviços da empresa de TI responsável pelo sistema. A transição para uma nova equipe demandou um período de curva de aprendizado, resultando em uma série de instabilidades que impactaram o funcionamento da plataforma. Tais contratemplos acabaram por prejudicar o alcance da meta estabelecida para o período.

Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica	Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional	Conformidade e Eficiência da Gestão	Resultados e Desempenho da Gestão	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
---	--	-------------------------------------	-----------------------------------	--

Considerando que a educação e a capacitação são ferramentas essenciais para fortalecer a proteção dos direitos dos consumidores e aprimorar a atuação dos servidores do sistema de defesa do consumidor, a Escola Nacional de Defesa do Consumidor - ENDC, ofereceu cursos voltados a diversas temáticas, tais como: educação financeira dos consumidores, o funcionamento do setor elétrico no Brasil, o enfrentamento ao racismo nas relações de consumo, os direitos e a defesa das mulheres nas relações de consumo, além da proteção de dados pessoais.

O Governo Federal tem realizado um trabalho constante de notificação de diversas empresas por veicular anúncios que não condizem com os produtos ou serviços oferecidos, como ações de publicidade que prometem benefícios irreais ou ocultam informações importantes para a decisão de compra.

Essas medidas de notificação contribuem para a criação de ambiente de consumo mais justo e transparente, protegendo o público de armadilhas publicitárias. Com o aumento das transações digitais, intensificou-se a orientação sobre os cuidados que os consumidores devem ter ao comprar pela Internet. As diretrizes incluem questões relacionadas à segurança dos dados, ao direito de arrependimento e à devolução de produtos, promovendo um consumo mais consciente e seguro.

Em 2024, o Governo Federal intensificou a fiscalização sobre empresas que oferecem serviços essenciais, como planos de saúde, energia elétrica e telecomunicações. Os principais focos dessas ações incluem a prevenção de reajustes abusivos e a

garantia de serviços adequados. Essa atuação visa assegurar que os consumidores tenham acesso a serviços essenciais de maneira justa e equitativa.

É importante destacar que, além da proteção do consumidor, a promoção da concorrência também se apresenta como um dos pilares essenciais para o equilíbrio das relações de consumo e o fortalecimento da economia.

Assim, em 2024, a defesa da concorrência, por meio do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade, assumiu papel de destaque no Brasil, sendo fundamental para garantir um ambiente competitivo saudável em um cenário de economia globalizada e de concorrência acirrada.

De modo geral, o Cade possui, institucionalmente, três funções: repressiva, preventiva e educativa. Isto é, a autarquia é a entidade responsável pela repressão às infrações contra a ordem econômica e pelo controle preventivo dos Atos de Concentração empresarial no Brasil. Também tem como atribuição fomentar e disseminar a cultura da livre concorrência no país.

O controle realizado pelo Cade em atos de concentração é, em regra, prévio à realização de fusões e aquisições. A avaliação prévia visa a evitar a consumação de operações que impliquem eliminação da concorrência em parte substancial de mercado relevante, que possam criar ou reforçar uma posição dominante ou que possam resultar na dominação de mercado relevante de bens ou serviço.

No que tange ao controle de concentrações, foram notificados ao Cade 712 atos de concentração - AC, sendo que o valor dessas operações superou R\$ 1 trilhão. O tempo médio geral de 22 dias foi registrado para a tramitação dos processos analisados pela Superintendência-Geral e pelo Tribunal do Cade. Para os casos de AC no rito ordinário o tempo médio foi de 99,1 dias e para os casos de AC em procedimento sumário foi de 15,1 dias.

A tabela a seguir representa os processos instaurados e julgados, conforme previsão constante da Lei n.º 12.529, de 30 de novembro de 2011, no exercício de 2024:

ATOS DE CONCENTRAÇÃO (COM TEMPO MÉDIO EM DIAS)

Quantidade Instaurados	Quantidade finalizados	Tempo médio Cade	Tempo médio ordinários	Tempo médio sumários
712	694	22	99,1	15,1

PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS INSTAURADOS

Procedimentos preparatórios instaurados	Inquéritos administrativos instaurados	Processos administrativos instaurados	Busca e apreensão
31	22	20	3

PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS INSTAURADOS

Instaurados	Finalizados
37	6

Fonte: Cade/MJSP



Em 2024, o indicador referente ao índice de eficiência das decisões, que mede o percentual de Atos de Concentração - ACs, decididos no ano em relação ao total de processos submetidos ao Cade, ficou em 97,47%, o que mostra o aprimoramento do processo de análise de atos de concentração no âmbito do Cade.

PERCENTUAL DE PROCESSOS DE ATOS DE CONCENTRAÇÃO DECIDIDOS



Fonte: BI de Política Pública MJSP

TEMPO MÉDIO DE ATO DE CONCENTRAÇÃO SUMÁRIO



Fonte: BI Planejamento Estratégico MJSP

Foram concluídos no Cade 694 processos de Ato de Concentração em 2024, sendo que os prazos médios de processos analisados pelos ritos sumário e ordinário ficaram abaixo dos propostos como metas para o ano.

Assim, a meta de permanecer em 30 dias foi amplamente superada, com o alcance de 15,1 dias, em decorrência da implantação de novos recursos tecnológicos e da capacitação das equipes.

A meta foi superada no indicador de prazo médio, resultado de um contínuo esforço da equipe técnica em realizar as análises no menor tempo possível. A quantidade recorde de notificações ao Cade no ano de 2024, sendo 64 AC somente em dezembro/2024, superou a dos últimos 4 anos, o indicador do percentual de análise de AC foi pouco abaixo do pactuado, mesmo assim superando em 13,58% a quantidade de AC analisados em 2023, mostrando o comprometimento da equipe no sentido de manter os estoques de processos sob controle.

A governança do Cade tem sido essencial para o alcance de bons resultados, pois preserva a memória institucional e mitiga os impactos da rotatividade de servidores. Além disso, foram realizados investimentos tanto em capacitação quanto em ferramentas de gestão voltadas para o desempenho, autonomia e flexibilidade. Em um cenário de maior restrição para requisições de pessoal, intensificado pelas mudanças introduzidas pela Instrução Normativa - IN, n.º 24, de 2023, houve esforços significativos para assegurar uma equipe com um quantitativo adequado de servidores, mantendo a eficiência técnica e operacional."



O controle repressivo de infrações à ordem econômica está associado ao combate a cartéis e abusos de posição dominante, condutas nocivas ao ambiente concorrencial, devendo ser investigada e punida toda e qualquer prática adotada por um agente econômico que possa causar danos à livre concorrência. A orientação e a promoção de ações de educação sobre defesa da concorrência se operacionalizam por meio do exercício da advocacia da concorrência, da promoção de cursos e eventos e da realização de audiências e consultas públicas.

Em sede de repressão a infrações à ordem econômica, a autarquia registrou importantes números. O Tribunal do Cade julgou 21 processos administrativos abrangendo os mais variados mercados, resultando em 16 condenações e 5 arquivamentos.

Foram firmados 5 Termos de Compromisso de Cessação, fator que resultou numa arrecadação acima de R\$ 3 milhões ao Fundo de Direitos Difusos - FDD.

O Fundo de Direitos Difusos - FDD, teve a arrecadação recorde de mais de R\$ 1,7 bilhões, sendo a maior arrecadação na história do Cade.



No quesito inovação, é importante destacar a ação do Cade intitulada prêmio InovaCade, que é um concurso bienal, que teve sua primeira edição em 2020. Na edição seguinte, a Portaria Cade n.º 259, de 4 de julho de 2022, instituiu o InovaCade como “iniciativa de estímulo à inovação que tem por objetivo incentivar e consolidar, no âmbito da autarquia, uma cultura focada em resultados para a sociedade por meio do reconhecimento e da valorização dos servidores públicos que atuam de forma criativa e proativa, em benefício do interesse público.” Todos os prêmios do InovaCade são voltados para as ações de capacitação internacionais (primeiro prêmio) e nacionais (segundo e terceiro prêmio).

Em 2024, foi realizada a terceira edição, cujas regras foram estabelecidas pelo Edital n.º 482, de 23 de agosto de 2024. Desde a primeira edição, o concurso conta com júri externo, formado por especialistas nas áreas de inovação, gestão pública e defesa da concorrência.

De um conjunto de 16 iniciativas inovadoras inscritas, cujas equipes representavam quase 20% do quadro de servidores da autarquia, os jurados premiaram as seguintes iniciativas:

1º Prêmio		Questionário Digital
2º Prêmio		Programa de Avaliação de Desempenho 360º das Lideranças do Cade
3º Prêmio		Guia V+, Guia de Análise de Atos de Concentração Não Horizontais

Visando zelar pelo direito constitucional à proteção dos dados pessoais, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, autarquia de natureza especial vinculada ao MJSP, tem buscado regulamentar e implementar a sua Agenda Regulatória, instrumento estratégico de planejamento, que reúne as ações regulatórias prioritárias, buscando promover publicidade, previsibilidade, transparência e eficiência nas atividades da autarquia, além de garantir maior segurança jurídica aos agentes regulados.



A atuação da ANPD é baseada no modelo de regulação responsiva, que prioriza a utilização de medidas orientativas e preventivas, visando conduzir os agentes regulados à conformidade com a legislação e regulamentações infralegais. Quando tais medidas preventivas e orientativas não são suficientes para garantir a adequação dos agentes de tratamento de dados pessoais, a ANPD pode recorrer a instrumentos sancionatórios, como multas e advertências.

No âmbito da ANPD, o fortalecimento do ambiente regulatório de proteção de dados pessoais no Brasil está calcada em três pilares:

- **a)** Arcabouço normativo robusto, com normas claras para os administrados, que é a base do indicador escolhido;
- **b)** Atuação repressiva consolidada, com capacidade de processamento das supostas infrações e apresentação de soluções eficientes; e
- **c)** Cultura de proteção de dados pessoais difundida.

Para atingir esse objetivo, uma das estratégias adotadas é a publicação de documentos e regulamentos que esclareçam a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, para os cidadãos e as entidades que utilizam em suas atividades dados pessoais. Dessa forma, o conhecimento produzido pela ANPD é compartilhado, e o ambiente regulatório é fortalecido. Os temas prioritários da ANPD para a produção desses documentos são detalhados em sua Agenda Regulatória, que ainda descreve a fase (ano) em que estes temas serão abordados.

No ano de 2024, um dos destaques da ANPD foi a implementação do Sistema de Requerimento, uma ferramenta que possibilita o fortalecimento dos direitos dos titulares em relação à proteção de dados pessoais.

O referido sistema permite, com eficiência e acessibilidade, especialmente pela integração com a plataforma Gov.br, o recebimento de denúncias referentes a violações da LGPD e de petições de titulares para o exercício de direitos perante os controladores. Neste ano, foram recebidas 3.044 (três mil e quarenta e quatro) denúncias e 985 (novecentas e oitenta e cinco) petições de titulares, o que representa um aumento de 354% em relação aos números de requerimentos recebidos em 2023. Esse volume de solicitações oferece à Autoridade uma visão abrangente das áreas de maior preocupação e das infrações mais comuns, o que permite identificar tendências, ajustar as estratégias de fiscalização e garantir uma aplicação mais eficaz da legislação de proteção de dados.

Na Agenda Regulatória para o biênio 2025-2026, aprovada pela Resolução CD/ANPD n.º 23, de 2024, estão discriminados os temas prioritários, organizados por fases correspondentes à previsão do início dos respectivos processos regulatórios. Acrescente-se que, desde a concepção da Agenda até a publicação das normas ou documentos relativos aos temas nela elencados, são observados ritos e fluxos inerentes ao procedimento para a edição das soluções regulatórias pertinentes que impactam no tempo de elaboração.

Cabe ressaltar que, a ANPD adota diversas formas de garantia da participação social em seus processos de trabalho. No que diz respeito às Consultas à Sociedade no processo regulatório, a ANPD utiliza-se da Consulta Pública e da Audiência Pública, conforme preceituado pela LGPD, permitindo que a sociedade civil, agentes de tratamento, e outras partes interessadas possam contribuir ativamente na construção e no aprimoramento das regras que regem o tratamento de dados pessoais no país. Além disso, conforme previsto na [Portaria n.º 16, de 8 de julho de 2021](#), que aprova o processo de regulamentação no âmbito da Autoridade, existe também o instrumento de Consulta à Sociedade na forma de Tomada de Subsídios, um processo fundamental de coleta e análise de informações relevantes, dados, pesquisas e opiniões que servem para embasar as decisões da ANPD. Em 2024, foram realizadas 6 tomadas de subsídios.

O ano de 2024 também marcou o fortalecimento da governança, com ações que impactaram positivamente a estrutura internada ANPD, bem como trouxeram benefícios diretos ao cidadão, como a redução de custos e erros, maior celeridade processual e transparéncia. Assim, ao promover uma governança voltada à conformidade, transparéncia e eficiência, assegura-se que os atos e processos que impactam os titulares de dados e as organizações tenham maior segurança jurídica, atendam ao interesse público, reforçando o compromisso da ANPD com a proteção de dados pessoais no Brasil.

Em consonância com o PPA 2024-2027, foi aprovado em 2024 o Planejamento Estratégico da ANPD para o período 2024-2027. Além disso, também passou a compor o Planejamento Estratégico do MJSP, que acompanha as ações da ANPD por meio do indicador “Publicações dos itens previstos na agenda regulatória sobre proteção de dados pessoais”, também previsto no PPA.

No ano de 2024, a ANPD realizou 4 publicações dos itens previstos na Agência Regulatória, ultrapassando a meta prevista para o período que era de 2 publicações.



A superação da meta se deu pelo fato de que os documentos publicados se referem a temas que já haviam sido previstos na Agenda Regulatória 2021-2022 e que vinham sendo tratados internamente desde então.

PUBLICAÇÕES

Qtde.	Agenda Regulatória	Publicação
1	Item 7	Guia orientativo: Hipóteses legais de tratamentos de dados pessoais - Legítimo.
2	Item 3	Regulamento de Comunicação de Incidente de Segurança, aprovado pela Resolução CD/ANPD nº 15, de 24 de abril de 2024, referente ao item.
3	Item 6	Regulamento sobre a atuação do encarregado pelo tratamento de dados pessoais, aprovado pela Resolução CD/ANPD nº 18, de 16 de julho de 2024.
4	Item 4	Regulamento de Transferência Internacional de Dados e o conteúdo das cláusulas padrão contratuais, aprovado pela Resolução CD/ANPD nº 19, de 23 de agosto de 2024.

Fonte: ANPD/MJSP

Visando assegurar a ordem jurídica e os direitos e garantias fundamentais na Internet, em um cenário de acelerada transformação digital, o MJSP, por meio da Secretaria de Direitos Digitais - Sedigi, unidade que atualmente ocupa a presidência do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade - CNPD, tem avançado em pautas relevantes e em temas que estão na fronteira das discussões de políticas públicas em todo o mundo.

Na temática voltada à proteção de crianças e adolescentes foram envidados esforços no sentido de viabilizar a assinatura da Carta de Intenções para construção da Estratégia Brasileira de Proteção a Crianças e Adolescentes contra Violência, Drogas e Crime, firmada entre o MJSP e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes - UNODC. A iniciativa está organizada em eixos temáticos liderados por diferentes Secretarias do MJSP. Destaca-se também participação do órgão na formulação da Política Nacional de Proteção no Ambiente Digital no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda e da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, além de integrar o Grupo de Trabalho para construção de um Fluxo Nacional de Atendimento, Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil - Conaeti.

Para discutir a criação de um ambiente digital mais seguro e responsável, especialmente para crianças e adolescentes, a Sedigi promoveu, em 2024, um encontro com influenciadores digitais, especialistas em diversas áreas e representantes de plataformas como YouTube, TikTok e Discord. O evento,

realizado em parceria com as Redes Sociais, teve como objetivo principal promover práticas de educação midiática, segurança digital e controle parental, fortalecendo ações voltadas para a proteção infantojuvenil no ambiente virtual.

Outra importante iniciativa foi a participação no processo de construção do "Guia Sobre Uso de Dispositivos Digitais", documento oficial do governo federal com recomendações sobre o tema e base para ações futuras. O Guia foi cuidadosamente baseado em evidências científicas e melhores práticas internacionais e envolveu consulta pública, grupo de trabalho de especialistas, como também a escuta de adolescentes.



Encontro com influenciadores digitais no Ministério da Justiça e Segurança Pública - registro da apresentação do Ministro Ricardo Lewandowski.

Além disso, em 2024, o MJSP, por meio da Sedigi, passou a integrar o Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas - SNAVE, iniciativa do governo federal que visa prevenir e combater à violência em ambientes escolares, contribuindo, juntamente com os demais ministérios, no mapeamento, prevenção e resposta à violência em ambiente educacional.

Buscando apoiar no enfrentamento ao extremismo violento no ambiente digital, foi firmado Acordo de Cooperação com a Fundação Pan-Americana para o Desenvolvimento - PADF, que deverá subsidiar o Ministério, autoridades policiais federais e locais e agentes da justiça criminal no Brasil, com uma compreensão profunda dos fatores que impulsionam o extremismo violento com motivações raciais e étnicas, bem como com ferramentas para identificar, prevenir, investigar e responder a esta forma de violência.

Além disso, destaca-se a participação do Ministério em importantes eventos voltados ao tema da proteção de crianças e adolescentes, tais como:

- Treinamento sobre detecção e prevenção de ataques em massa em escolas, realizado pelo MJSP, em parceria com o governo dos Estados Unidos.
- Conferência Ministerial Global sobre o Fim da Violência contra as Crianças, realizada em Bogotá, Colômbia, em parceria com o governo da Suécia, a Organização Mundial da Saúde - OMS, o Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef, e a Representante Especial do Secretário-Geral da ONU que atua pela eliminação da violência contra às crianças.
- Conferência da Aliança Global We Protect: “Criando um mundo digital mais seguro, livre de exploração sexual infantil e abuso para as gerações futuras”, que tratou de temas referentes à cooperação policial internacional, aos novos riscos derivados de tecnologias emergentes e à participação de crianças e adolescentes nas políticas públicas e políticas de resposta.
- Encontro Nacional dos Encarregados da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, iniciativa da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública – Enap.

Outro importante projeto de iniciativa do MJSP foi a consolidação do Programa Celular Seguro, lançado em dezembro de 2023. A iniciativa foi uma resposta estratégica ao problema de roubo e furto de dispositivos móveis no Brasil.

O aplicativo tem como objetivo reduzir a ocorrência desses crimes e aprimorar a segurança da população, proporcionando aos cidadãos uma plataforma eficaz para relatar os incidentes e bloquear, de forma imediata, tanto o aparelho quanto os aplicativos parceiros vinculados ao Programa, prevenindo o uso indevido dos dados pessoais.

Em 2024, o MJSP expandiu as ações iniciadas com o lançamento do Celular Seguro, fortalecendo parcerias estratégicas com entidades como a Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, a Federação de Bancos - Febraban, instituições financeiras e entidades privadas. Essas parcerias foram fundamentais para a eficácia do Programa, garantindo que a proteção dos dispositivos e aplicativos seja realizada de forma imediata e segura após o aviso do usuário.

Desde o lançamento do Programa, em 2023, até dezembro de 2024, as bases de dados do aplicativo registraram mais de 2,3 milhões de usuários, cerca de 1,9 milhões de telefones cadastrados, em torno de 46 mil alertas para proteção contra roubo, 32 mil por furto e 16,3 mil por perda.



Com relação à segurança dos dados, destaca-se projeto Carteira de Identidade Nacional - CIN, novo documento de identificação, disponível em formato físico ou digital, que integra os dados de identificação do cidadão de forma segura e estabelece um fluxo nacional em tempo real para todos os órgãos de identificação.

A governança da expedição da Carteira de Identidade Nacional – CIN, junto aos Estados e ao Distrito Federal é exercida pela Câmara-Executiva Federal de Identificação do Cidadão - CEFIC. No âmbito do MJSP, foi instituído um Comitê Gestor do Projeto, coordenado pela Secretaria de Direitos Digitais - Sedigi.

A Portaria MJSP n.º 736, de 23 de agosto de 2024, prevê a utilização de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP transferidos aos Estados e Distrito Federal para emissão da Carteira de Identificação Nacional – CIN.

A CIN tem um papel estratégico no aprimoramento dos serviços públicos focados no cidadão e na segurança dos dados, contribuindo para a redução de fraudes e promovendo a integridade dos dados de identificação. Tudo em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.

Em 2024 foram registrados mais de 17 milhões de emissões de CIN, sendo a previsão de meta acumulada no triênio 2024-2026 de 130 milhões de CIN emitidas.



PROJETOS

PROJETOS VINCULADOS AO OBJETIVO PROMOVER O ACESSO À JUSTIÇA E PROTEGER OS DIREITOS DO CIDADÃO, INCLUSIVE OS DIGITAIS E OS DADOS PESSOAIS

5 Projetos

Celular seguro

Reducir e inibir a incidência de roubos, perdas e furtos de dispositivos móveis em todo o Brasil, fortalecendo a segurança e o bem-estar da população em geral.

Dinamização da plataforma Consumidor.gov.br com foco na desjudicialização

Reducir os litígios judicializados por meio do uso da plataforma Consumidor.gov.br, e aperfeiçoar métodos auto compositivos.

Implementação da Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia - PNMRA

Implementar a Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia, com a finalidade de coordenar e articular ações descentralizadas, intersetoriais e participativas para garantir a defesa e o gozo dos direitos da população migrante, refugiada e apátrida, em regime de cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e com a participação de organizações da sociedade civil, de organismos internacionais e de entidades privadas.

Disponibilização do sistema Recall.gov.br

Promover o aprimoramento da gestão dos procedimentos de recall (campanhas de chamamento) no Brasil, que visam à correção de produtos inseguros inseridos no mercado de consumo, com a implementação do Sistema Recall.gov.br. Busca-se reduzir a burocracia e tornar intuitivos o fornecimento e a obtenção de informações a respeito dos recalls de produtos oferecidos ao consumidor no âmbito dos diversos agentes (públicos e privados) que operam no Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

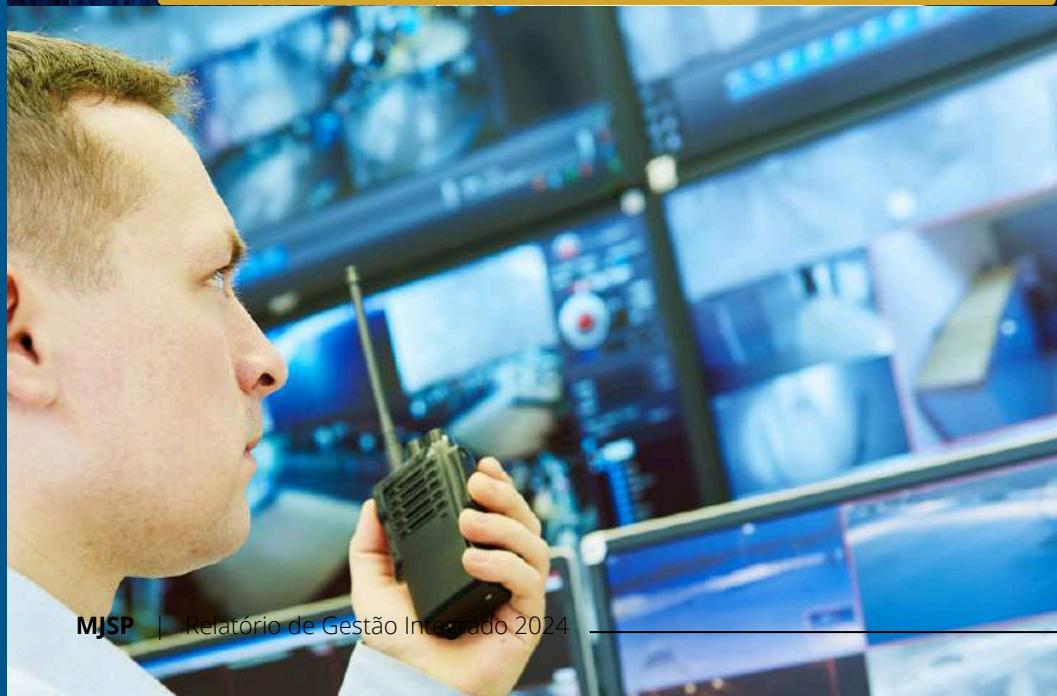
Fortalecimento da autoridade central para a cooperação jurídica internacional.

Fortalecer o papel do Ministério da Justiça e Segurança Pública como autoridade central para a cooperação jurídica internacional em matéria penal e cível, inclusive em assuntos de prestação internacional de alimentos, de acesso internacional à justiça, de adoção e subtração internacional de crianças e adolescentes, de extradição, de transferência de pessoas condenadas, de transferência da execução da pena e de recuperação de ativos.

3

OBJETIVO ESTRATÉGICO

FORTALECER A PREVENÇÃO E O ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE



O enfrentamento à criminalidade tem se tornado um desafio crescente para as instituições de segurança pública, em razão da especialização e diversificação dos crimes, além da atuação crescente de organizações criminosas transnacionais. Estas organizações se apresentam cada vez mais complexas, utilizando tecnologias avançadas e grande poder econômico, expandindo suas atividades para além do território nacional, o que exige uma resposta mais estratégica e integrada do Estado.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, tem priorizado a redução da criminalidade, com foco na melhoria da qualidade de vida da população. A atuação do MJSP visa promover uma redução efetiva da violência, por meio da implementação de políticas públicas voltadas para a prevenção e o enfrentamento da criminalidade, considerando as demandas sociais por mais segurança.

Dentre as ações do Ministério, destaca-se o fortalecimento da inteligência cibernética e das investigações criminais, visando desarticular organizações criminosas. Além disso, o MJSP tem buscado promover a integração entre os diferentes órgãos de segurança pública, facilitando a troca de informações e a cooperação mútua.

Essas iniciativas abrangem o combate a crimes diversos, como tráfico de drogas, crimes financeiros, ambientais, cibernéticos e fronteiriços, buscando realizar mudanças estruturais no combate ao crime organizado.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

FORTALECER A PREVENÇÃO E O ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE



CADEIAS VINCULADAS AO OBJETIVO ESTRATÉGICO

Gestão da Política Integrada de Segurança Pública

Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

CUSTO TOTAL DOS MACROPROCESSOS

Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública	R\$ 2.636.022.641,21
Gestão de Investigações e Operações em Segurança Pública	R\$ 4.097.731.982,86
Gestão de Segurança Viária	R\$ 1.393.747.174,21
Gestão da Política de Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro	R\$ 46.396.085,35
Gestão do Conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais	R\$ 353.532.294,63



ENTREGAS À SOCIEDADE

Proteção e Segurança da Sociedade

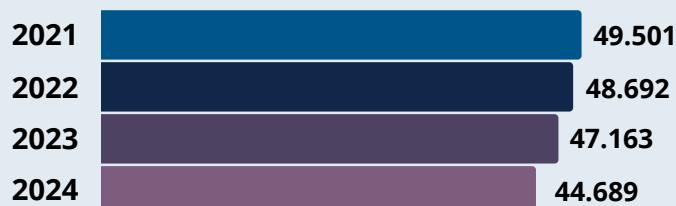
Prevenção e Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

A preocupação do Ministério no que diz respeito à criminalidade e à violência se reflete na urgência governamental para enfrentar esses desafios. Nesse contexto, está sendo implementada uma estratégia abrangente que visa não somente diminuir os índices de criminalidade, mas também abordar as causas sociais que alimentam a violência, promovendo uma cultura de paz por meio da segurança pública cidadã e da resolução pacífica de conflitos.

Para isso, estão sendo realizados investimentos em tecnologia, infraestrutura, capacitação do efetivo policial e implementação de programas de prevenção com o objetivo de garantir a proteção dos cidadãos.

Analizando os resultados alcançados, é possível observar uma tendência de queda das taxas relacionadas às Mortes Violentas Intencionais - MVI, de acordo com dados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e Segurança Pública - Sinesp/MJSP, que agregam os crimes de homicídio doloso, feminicídio, latrocínio, mortes decorrentes de intervenção policial e lesão corporal seguida de morte. Isso se traduz em uma redução de 5,2% em 2024 quando comparado com o ano anterior.

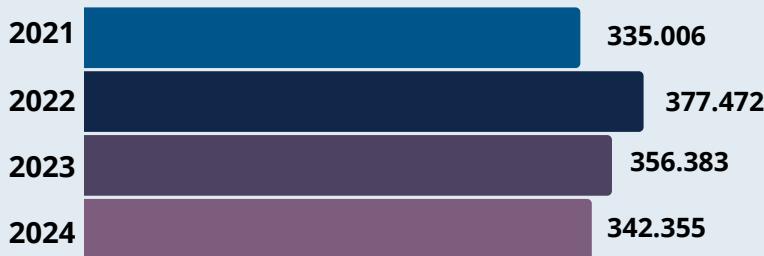
COMPARATIVO MVI (NÚMERO DE MORTES POR ANO)



Fonte: Sinesp - dados extraídos em 31/03/2025

Outros índices, como furto e roubo de veículos, também apresentam tendência de queda, em torno de 3,94% em 2024, quando comparado com o ano de 2023.

COMPARATIVO OCORRÊNCIAS DE ROUBOS OU FURTOS DE CARRO (POR ANO)



Fonte: Sinesp - dados extraídos em 31/03/2025

A redução dos índices de criminalidade no país é resultado de uma série de fatores, incluindo o fortalecimento da integração entre as forças de segurança pública, o aumento dos investimentos em tecnologia e inteligência policial e a implementação de operações coordenadas contra o crime organizado. Além disso, medidas como a ampliação do monitoramento de fronteiras, o endurecimento do combate ao tráfico de drogas e armas, e a cooperação entre estados e municípios têm contribuído para a queda dos índices de violência. O fortalecimento das políticas de prevenção social, como programas de ressocialização e investimentos em educação e oportunidades para jovens em situação de vulnerabilidade, também são apontados como elementos essenciais na estratégia de redução da criminalidade.

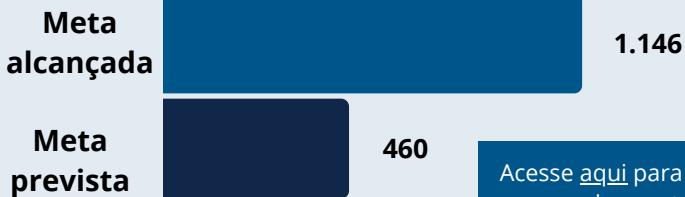
Visando fortalecer os órgãos de segurança pública do país, em 2024, foi realizada a doação de bens para Estados e municípios, como armas, munições, drones e veículos, ultrapassando o valor de R\$ 464 milhões.

No que tange ao uso de armamentos e munições por parte de civis, a atuação governamental resultou em avanços significativos. Em 2024 foram registradas pelo MJSP a apreensão de mais de 9 mil armas de fogo e mais de 404 mil munições, além da entrega voluntária de mais de 10 mil armas de fogo.

O incremento da integração e cooperação dos órgãos de segurança pública foi outro aspecto priorizado, o que resultou, em 2024, em 1.146 ações integradas entre as instituições de segurança pública no combate às organizações criminosas, superando a meta de 460 ações estabelecida para 2024 no Planejamento Estratégico, reforçando o compromisso do

Ministério com a segurança pública e a proteção das populações vulneráveis.

AÇÕES INTEGRADAS ENTRE INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA COM FOCO NO ENFRENTAMENTO ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS



Fonte: BI Planejamento Estratégico MJSP

Acesse [aqui](#) para verificar o acompanhamento completo dos indicadores e projetos do planejamento estratégico do MJSP.

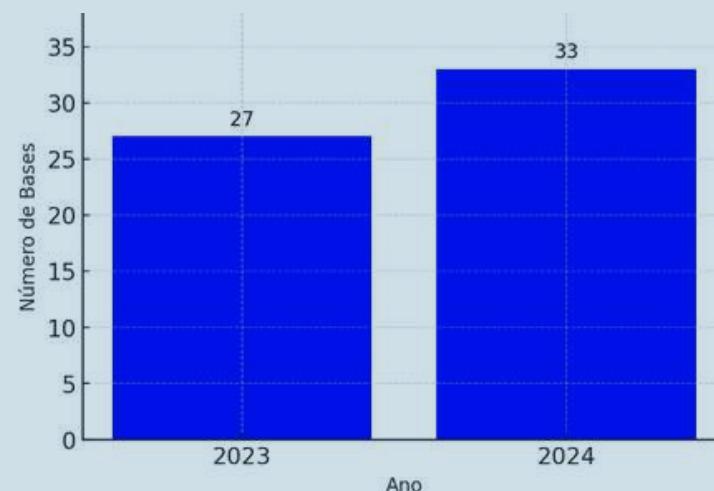


No combate ao crime organizado e à Corrupção deu-se continuidade ao Plano de Enfrentamento à Criminalidade Violenta, com ações coordenadas pelos Grupos de Investigações Sensíveis - GISE e pelas Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado - FICCO, iniciativa de âmbito nacional para atuação uniforme e conjunta de combate a crimes como: tráfico de drogas, de armas, assaltos e homicídios praticados por organizações criminosas, entre outros. O trabalho é integrado por órgãos de segurança pública federais (vinculados ao MJSP) e órgãos de segurança pública estaduais.

Em 2024, 6 novas bases FICCO, nos Estados do Maranhão, Pará, Bahia (Ilhéus), Distrito Federal, Mato Grosso do Sul e Amazonas, iniciaram suas atividades mediante assinatura de Acordos de Cooperação Técnica. A meta de criação bases FICCO em todos os Estados da Federação foi atingida, permitindo uma maior integração com outras forças de segurança.

Também foram deflagradas 222 operações pelas FICCO, com o cumprimento de 1.032 mandados de prisão e 1.097 mandados de busca e apreensão e foram cumpridas medidas cautelares com a finalidade de descapitalizar organizações criminosas no valor total de mais de R\$ 380 milhões.

AMPLIAÇÃO DAS BASES FICCO



Fonte: PF/MJSP

DADOS GERAIS REFERENTES AO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO FICCO (EM2024)

	Valor total medidas cautelares 388.208.947,33		Total de prisões FICCO 1.032	
	Operações com Deflagração 222		Prisões temporárias expedidas 204	
	Operações em Andamento 137		Prisões preventivas expedidas 828	
	Busca e Apreensão 1.907	Fonte: PF/MJSP		

Dentre as principais operações, pode-se destacar:

- **Operação Catrapo II (GISE-MT):** Investigação envolvendo os Crimes de tráfico internacional de drogas e lavagem de dinheiro. Foram cumpridos 13 mandados de busca e 15 de sequestro de bens em 6 Estados e na Bélgica, com identificação de R\$ 100 milhões em bens. Na primeira fase, 2,1 toneladas de cocaína foram apreendidas;
- **Operação CashBack (GISE-RJ):** Investigação envolvendo os crimes de tráfico interestadual de drogas e lavagem de dinheiro. Foram cumpridos 32 mandados em quatro estados, com apreensão de veículos, R\$ 20 mil e relógios de luxo. O grupo movimentou R\$ 15 milhões em 2021;
- **Operação Narcopesca (GISE-RS):** Crimes de tráfico internacional de drogas e lavagem de dinheiro. Foram cumpridos cinco mandados de prisão e cinco de busca, com sequestro de 13 imóveis, 11 veículos e nove embarcações, além de bloqueio de R\$ 273 milhões;
- **Operação Viking (GISE-PR):** Crime de tráfico. Foram cumpridos 38 mandados de busca e nove de prisão em 4 Estados e na Espanha, com sequestro de bens de alto valor; e
- **Operação Terra Fértil (GISE-UDI-MT):** Crimes de tráfico internacional de drogas e lavagem de dinheiro. Foram cumpridos 80 mandados de busca e 9 de prisão em 7 Estados, com sequestro de bens adquiridos de forma ilícita. O grupo enviava cocaína para cartéis nas Américas.





Nesse contexto, destaca-se também a atuação da Polícia Rodoviária Federal, que interceptou mais de 55 mil flagrantes nas rodovias federais, realizando apreensões recordes, incluindo 65 milhões de maços de cigarros, 553 mil cigarros eletrônicos, 452 mil litros de combustíveis, 3,5 mil toneladas de alimentos, 258 mil eletrônicos e 74 mil medicamentos. Foram apreendidas também mais de 859 mil comprimidos de anfetaminas e 134 fuzis, contribuindo significativamente para a redução da circulação de armas e entorpecentes.

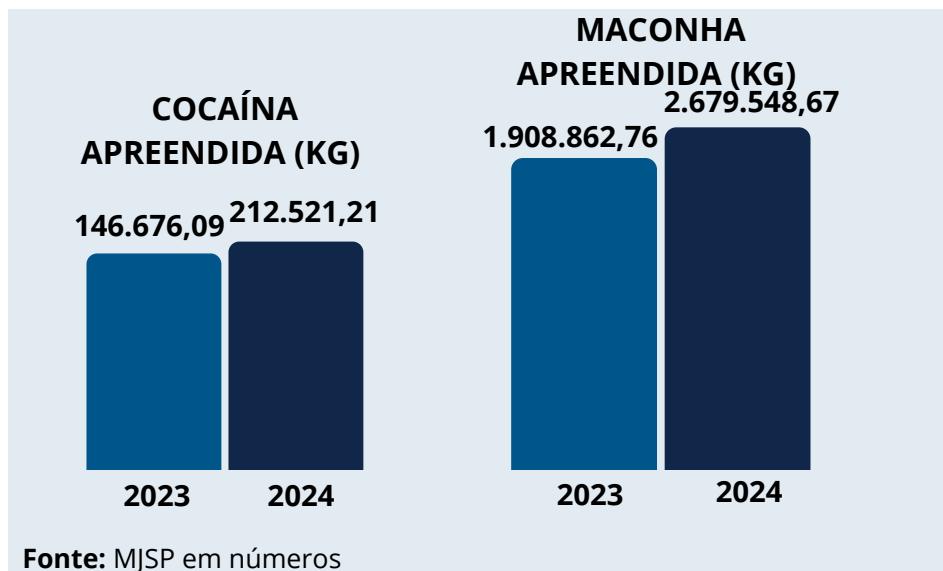
Em cooperação com as Forças Armadas, foram erradicadas plantações de cocaína e maconha e destruídos laboratórios clandestinos de refino de cocaína e produção de drogas sintéticas. A Operação Nova Aliança, erradicou mais de 2 toneladas de maconha na fronteira com o Paraguai. Já por meio de operações conjuntas com a Força Aérea Brasileira, foram identificadas e interceptadas aeronaves que entraram irregularmente no espaço aéreo, resultando na apreensão de 3,1 toneladas de cocaína e 2,2 toneladas de skunk.



No que diz respeito às áreas fronteiriças, a Polícia Federal - PF deflagrou 402 operações focadas principalmente no combate ao tráfico de drogas, ao contrabando, aos crimes de pedofilia, ambientais, tráfico de pessoas e contra o patrimônio, com a cumprimento de 420 mandados de prisão e 2.170 mandados de busca e apreensão.

Com relação à coordenação entre o Governo Federal e os Estados, destaca-se a Operação Protetor das Divisas e Fronteiras, resultando na apreensão de mais de 1,3 mil armas, 32,7 toneladas de cocaína, 453,7 toneladas de maconha e 85 mil munições.

Como consequência da atuação tem-se o aumento de mais de 9% no número de apreensões de maconha e de mais de 5% na apreensão de cocaína no país em 2024, em comparação com o ano anterior.



Destaca-se também, a Operação Corisco Turbo realizada pela PF, que identificou a remessa ilegal de R\$ 1,6 bilhão ao exterior e a entrada de mais de 500 mil telefones contrabandeados nos últimos cinco anos.



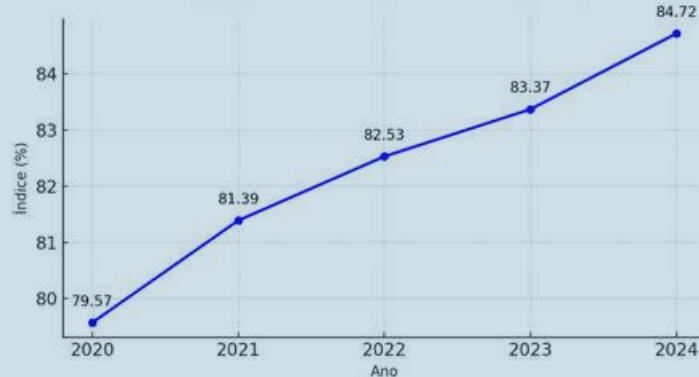
Operação Corisco Turbo

A atuação estratégica da Polícia Federal - PF, aliada à modernização de processos, investimentos em tecnologia e cooperação internacional, resultou em melhorias expressivas nos indicadores de eficiência e eficácia no combate ao crime organizado, à corrupção e aos crimes cibernéticos, entre outros.

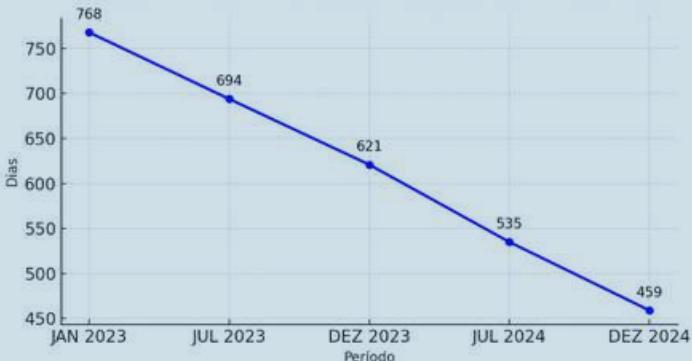
Em 2024, a busca contínua pelo aumento do índice de solução de inquérito, conjugado com a diminuição do tempo médio de duração dos inquéritos em andamento, apresentou-se como resposta da PF às demandas da sociedade, traduzida pelo binômio eficiência e celeridade. Diante disso, a instituição alcançou um índice de solução de inquéritos policiais - IPLs de 84,72%, mantendo a performance crescente desde 2020 e superando a meta estabelecida para 2024 no PPA (2024-2027).

O tempo médio de tramitação dos IPLs em andamento foi reduzido para 459 dias, uma queda de 31,4% em relação aos dois anos anteriores. Esses resultados foram possíveis graças à adoção de estratégias como a modernização do sistema de gestão de polícia judiciária - ePol, o uso intensivo de ferramentas de Business Intelligence - BI e a implementação de alertas correacionais para monitoramento contínuo dos casos.

EVOLUÇÃO - ÍNDICE DE SOLUÇÃO DOS INQUÉRITOS



TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO DOS INQUÉRITOS POLICIAIS EM ANDAMENTO (EM DIAS)



Fonte: PF/MJSP

Importa ressaltar que o combate ao tráfico de drogas é um desafio complexo, que exige estratégias eficazes para descapitalizar as organizações criminosas. A apreensão da droga, combinada ao bloqueio de ativos financeiros, enfraquece significativamente essas estruturas. Entre os desafios estão a logística sofisticada dos criminosos, a necessidade de cooperação internacional e a integração interinstitucional, além de garantir a segurança dos policiais.

Ainda no âmbito do combate ao crime, foi formalizado o Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos - CIRA, uma iniciativa voltada para a recuperação de ativos oriundos de ilícitos fiscais, com a participação de representantes do Ministério Público Federal, Receita Federal do Brasil, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Polícia Federal. O CIRA Federal busca fortalecer a defesa dos interesses econômicos e tributários da União, promovendo a recuperação de ativos e o combate a fraudes fiscais e começará suas operações em 2025, inspirado por comitês estaduais como o da Bahia. Suas ações incluem capacitação de membros, identificação de grandes devedores, planejamento de ações preventivas e repressivas e encaminhamento de medidas judiciais.

Ressalta-se o lançamento do Sistema de Investigação de Dados Fiscais e Patrimoniais - SINFI, ferramenta avançada, voltada a analisar informações fiscais e patrimoniais obtidas pela Receita Federal. Integrado a um aplicativo de Business Intelligence - BI, o SINFI organiza e estrutura dados, facilitando sua interpretação em investigações policiais e combatendo crimes financeiros e corrupção.

Outro projeto que merece destaque é o Prometheus, ferramenta que introduziu uma metodologia inovadora para tratar casos estrategicamente, priorizando a identificação de organizações criminosas e delitos de maior relevância. Estruturado em três etapas (registro de dados, análise e correlação de casos, e tomada de decisão), o projeto utiliza tecnologias avançadas de informação e análise de dados.

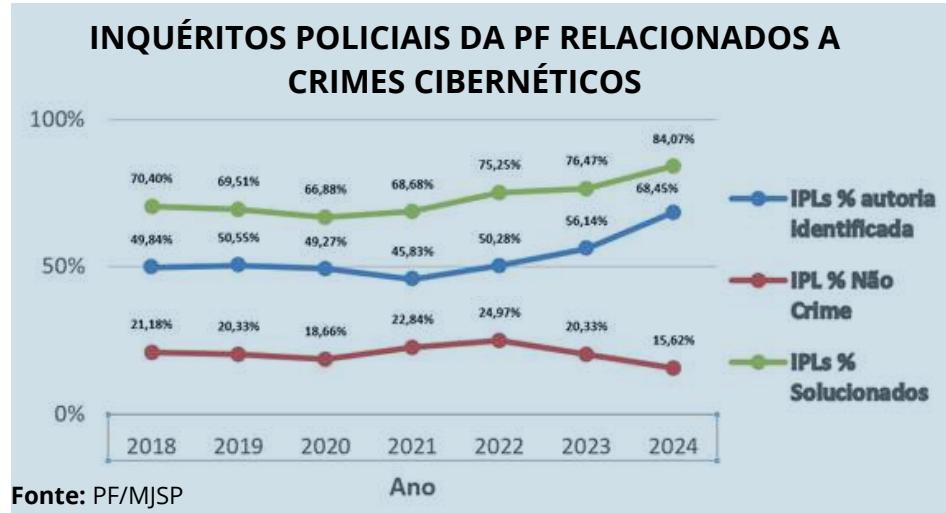


Desde sua implementação, o Prometheus expandiu seu alcance, inicialmente focando em falsificação de moeda e depois em outros crimes massivos. Os resultados operacionais mostram a efetividade do Prometheus, com 15.318 casos registrados entre 2023 e 2024, representando 17% dos inquéritos da PF. O projeto também foi responsável por 65 operações policiais nesse período. A modernização contínua do Prometheus reflete o compromisso da PF em aprimorar suas investigações e combater o crime organizado de forma mais eficaz.

Destaca-se, ainda, o desempenho da PF no rastreamento e captura de foragidos, visando dar cumprimento a mandados de prisão e planejar e executar os procedimentos investigativos necessários para o cumprimento de mandados de prisão recebidos de outras unidades da PF.

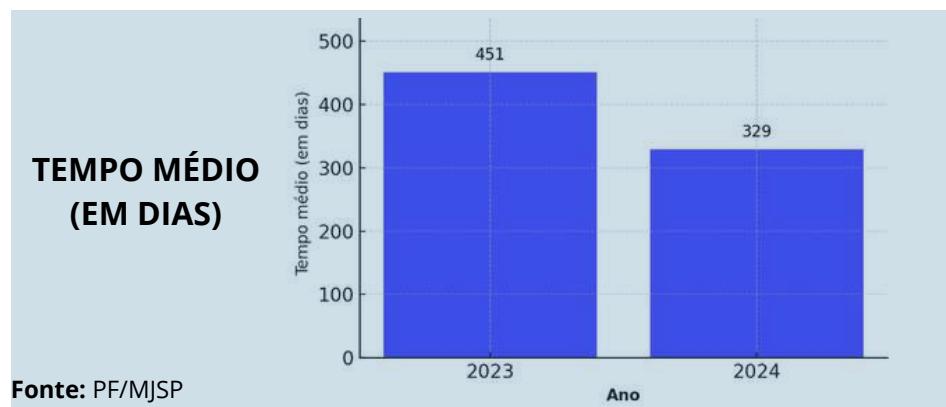


No combate a crimes cibernéticos, observou-se uma expressiva quantidade de deflagração de operações de combate a esses crimes, representando cerca de 37% do total de operações da PF:



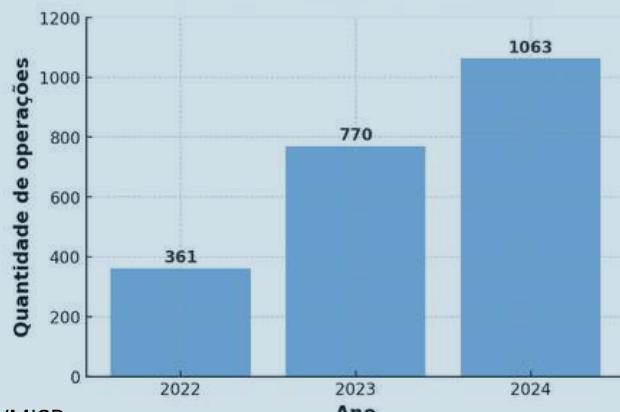
Cerca de 84,07% do total de inquéritos policiais sobre crimes cibernéticos relatados foram solucionados. Houve aumento de 84,29% no número de inquéritos policiais solucionados e acréscimo de 104,30% no número de autorias identificadas em relação ao ano anterior.

Da mesma forma, o tempo médio de duração dos inquéritos foi reduzido em 27,05% em relação ao ano anterior, conforme gráfico abaixo:



É importante destacar o aumento de 38,05% na quantidade de Operações de Crimes Cibernéticos deflagradas: 1.003 operações de combate a crimes cibernéticos relacionados a abuso sexual infantojuvenil; 40 operações de combate a fraudes bancárias eletrônicas; 15 operações de combate a crimes de alta tecnologia; 5 operações com área de atribuição pendente de classificação.

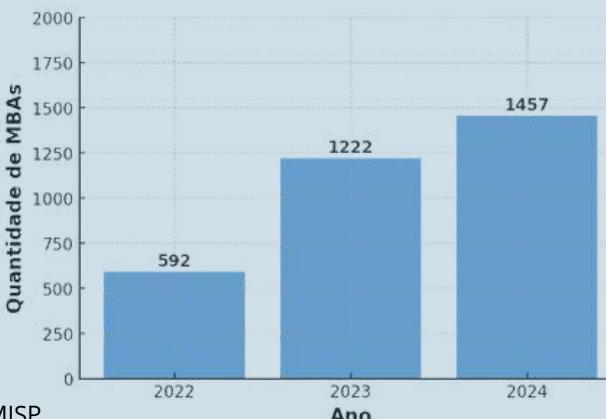
Evolução das Operações por Ano



Fonte: PF/MJSP

Também aumentou em 19,23%, a quantidade de mandados de busca e apreensão - MBA, cumpridos relativos a operações de crimes cibernéticos; 1.124 MBAs cumpridos em operações de combate a crimes cibernéticos relacionados a abuso sexual infantojuvenil; 243 MBAs cumpridos em operações de combate a fraudes bancárias eletrônicas; 85 MBAs cumpridos em operações de combate a crimes de alta tecnologia; 5 MBAs cumpridos em operações com área de atribuição pendente de classificação.

Evolução da Quantidade de MBAs por Ano



Fonte: PF/MJSP

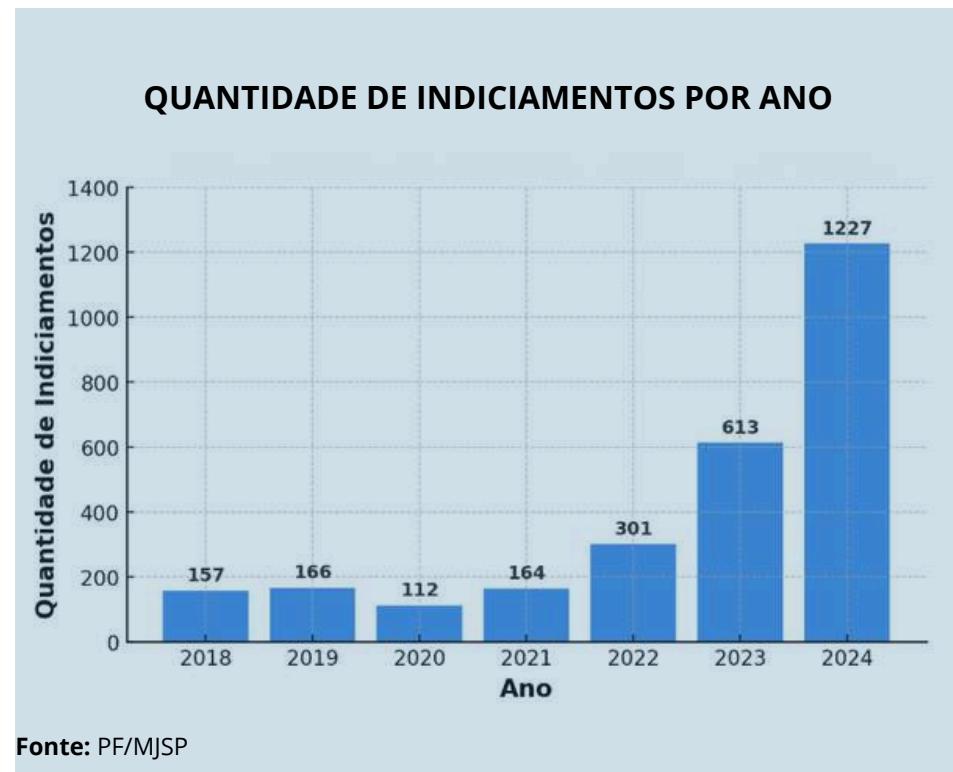
Quanto às prisões relativas a crimes cibernéticos, verificou-se um aumento de 76,65%, tendo sido realizadas 504 prisões relativas a combate a crimes cibernéticos relacionados a abuso sexual infantojuvenil, 71 prisões relativas a combate a fraudes bancárias eletrônicas, 32 prisões relativas a combate a crimes de alta tecnologia, 1 prisão relativa a combate a crimes cibernéticos de ódio; 5 prisões com área de atribuição pendente de classificação.

Quantidade de Prisões



Fonte: PF/MJSP

Verificou-se, ainda, um aumento de 100,16% na quantidade de indiciamentos efetuados em investigações de crimes cibernéticos em relação ao ano anterior; 930 indiciados relativos a combate a crimes cibernéticos relacionados a abuso sexual infantojuvenil, 139 indiciados relativos a combate a fraudes bancárias eletrônicas, 60 indiciados relativos a combate a crimes de alta tecnologia, 15 indiciados relativos a combate a crimes cibernéticos de ódio e 83 indiciados com área de atribuição pendente de classificação.



A Senasp também atuou no âmbito do combate à exploração sexual de crianças e adolescente no ambiente cibernetico, por meio de seis operações integradas:

- **Operação Cyberbullying 01:** Visa prevenir crimes como induzimento à automutilação, cyberbullying, incitação ao crime, corrupção de menores e atuação de organizações criminosas;
- **Operação Redenção:** Combate ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes na internet.
- **Operação Athene:** Reprime crimes de abuso sexual infantojuvenil praticados por meio de mídias sociais.
- **Operação BAD VIBES III:** Combate crimes de abuso e exploração sexual infantojuvenil cometidos por meio de aplicativos de mensageria.
- **Operação REDIRECT:** Combate à pirataria online, protegendo consumidores vulneráveis a malware e garantindo um ambiente digital seguro e livre de ameaças.
- **Operação Banhammer:** Repressão a crimes contra a dignidade sexual e indução à automutilação de crianças e adolescentes em ambientes virtuais.

Essas operações resultaram no cumprimento de mais de cinquenta mandados de busca e apreensão de material com conteúdo de abuso e exploração sexual infantojuvenil na internet, levando à prisão em flagrante de diversos infratores.

Destaca-se também as Operações Caminhos Seguros (maio de 2024) e Escola Segura, uma ação articulada e proativa para combater a violência nas instituições de ensino. Além disso, o projeto Amber Alert Brasil visa à emissão, atualização e cancelamento de alertas rápidos nas redes sociais da plataforma META (Instagram e Facebook) por 24 horas, em um raio de aproximadamente 160 km, para casos de desaparecimento de crianças e adolescentes ocorridos até 72 horas, em situação de risco iminente de lesão corporal grave ou morte.

OPERAÇÃO CAMINHOS SEGUROS 2024 RESULTADOS

342.771

DILIGÊNCIAS POLICIAIS



414

MBAS CUMPRIDOS



95

CRIANÇAS E ADOLESCENTES RESGATADOS (ESCA*)



2.898

DENÚNCIAS APURADAS



89

LOCAIS DE ESCA* CONFIRMADOS



16.944

LOCAIS FISCALIZADOS



*Exploração Sexual de Criança e Adolescente - ESCA

Fonte: Senasp/MJSP

No âmbito da Cooperação Internacional em Segurança Pública, destaca-se a atuação integrada do Brasil com diversas agências e organizações globais para combater crimes transnacionais. Nesse contexto, a Interpol - Organização Internacional de Polícia Criminal é um dos principais parceiros estratégicos da PF, permitindo o compartilhamento de informações, a execução de operações conjuntas e a localização de foragidos em escala mundial.

Em 2024, a Interpol publicou 530 difusões vermelhas, destacando a importância da colaboração global na captura de criminosos procurados. Essas difusões são essenciais para alertar as autoridades de diferentes países sobre indivíduos que representam uma ameaça significativa à segurança pública. Foram mais de 200 prisões de foragidos da justiça brasileira no exterior e mais de 50 prisões de foragidos internacionais no território nacional, que redundaram em aproximadamente 90 extradições ativas e 40 passivas para fins de extradição.



A Polícia Federal também atuou fortemente na fiscalização de empresas de segurança privada. Atualmente, existem 1.164 empresas orgânicas e 2.892 empresas especializadas sob controle e fiscalização da PF, tendo sido publicados 6.601 alvarás de autorização para funcionamento de empresas, compra de armas e munições e exercício de novas atividades. Ademais, promoveu-se, em conjunto com suas unidades tecnicamente subordinadas, 25.761 fiscalizações em empresas de segurança privada e instituições bancárias, aplicou 2.044 multas, publicou 2.446 portarias punitivas e elaborou 2.430 pareceres punitivos.

No âmbito dessas finalizações, a PF promoveu 3 operações:

- **Operação Segurança Legal VIII:** teve por objetivo encerrar a atividade clandestina de empresas que executavam segurança privada ilegalmente, sem autorização da PF. Cerca de 500 estabelecimentos, entre casas noturnas, comércios, condomínios e outros foram fiscalizados, tendo sido formalizados 250 autos de encerramento, apreendidas 8 armas de fogo e lavrados 3 autos de prisão em flagrante, um deles com a prisão de três policiais que atuavam irregularmente como seguranças privados;



Operação Segurança Legal VIII.

- **Operação Formação Legal III:** teve como objetivo fiscalizar 264 das 321 escolas de formação de profissional de segurança privada existentes no país, tendo sido lavrados 30 Autos de Constatação de Infração - ACI.



Operação Formação Legal III.

- **Operação Rastreio:** voltada a fiscalizar empresas de transporte de valores localizadas nas cidades de: Manaus; Rio Branco; Fortaleza; Recife; Salvador; Maringá; Joinville; Belém e São Luís. Foram constatadas diversas irregularidades e lavrados os respectivos Autos de Constatação de Infração - ACI.



Operação Rastreio.

Em 2024, o MJSP também desempenhou papel fundamental na proteção e gestão dos territórios indígenas, refletindo um compromisso contínuo com a justiça social e a preservação ambiental. Com a destinação de crédito extraordinário para financiar as ações necessárias à proteção e assistência da comunidade Yanomami, as operações de polícia ostensiva visaram desmantelar as atividades ilegais na região, com a destruição de equipamentos, maquinários e insumos utilizados nas operações de garimpagem. Essas operações também resultaram na apreensão de materiais ilícitos e na coleta de provas que serviram tanto para a instauração de novos Inquéritos Policiais quanto para o avanço de investigações já em andamento.

A Operação Yanomami II realizou uma série de ações estratégicas com o objetivo de combater atividades ilegais e proteger a população Yanomami. Durante esse período, foram realizadas abordagens a 85 caminhões, uma edificação, 37 embarcações, 137 motos, 29 ônibus, 4.241 pessoas e 1.978 veículos. No apoio às operações, foram executadas 27 ações aéreas e 3.560 ações de policiamento.

Destaca-se também a Operação Omawe II como uma ação específica de combate ao garimpo ilegal, que resultou na apreensão de, aproximadamente, 2,1 mil toneladas de minério, 16,3 toneladas de cassiterita, 832 metros cúbicos de madeira, além de 27 armas de fogo e 5 aeronaves.

Para 2025, as ações de combate aos crimes ambientais e conexos na Terra Indígena Yanomami objetivam intensificar o enfrentamento a atividades ilegais na região.

Dentre essas operações realizadas em 2024, destacam-se:

Operação BuruBuru, que teve como objetivo a desarticulação de parte da logística pelo garimpo na Terra Indígena Yanomami;

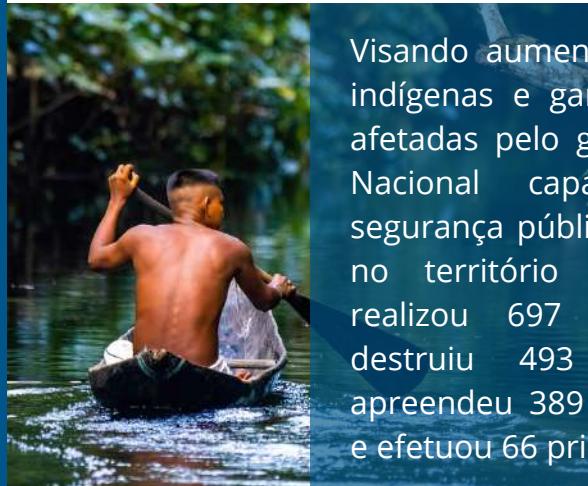
Operação Sisaque, que desarticulou uma organização criminosa suspeita de exportar toneladas de ouro de origem ilegal;

Operação Ouropel, tendo como foco empresas suspeitas pela prática do comércio ilegal de quase R\$ 10 bilhões em ouro extraído da Amazônia Legal por meio da prática de "esquentamento" de mais de uma tonelada de ouro com Permissões de Lavra;

Operação Hermes, que teve como objetivo desarticular organização criminosa voltada a crimes ambientais e mineração ilegal de ouro na Amazônia e estados do Sul e Sudeste;

Operação Green Justice, objeto de cooperação entre Brasil, Colômbia e Peru, contando com o apoio do Emirados Árabes Unidos – EAU, com atuação na região de tríplice fronteira entre os respectivos países e na região do Vale do Javari, tendo como objetivo o combate a crimes ambientais.

A Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp, por meio da Força Nacional, também desempenha um papel importante, conduzindo 140 operações em 2024, e apreendendo aproximadamente 12 toneladas de drogas, muitas vezes associadas ao financiamento de atividades ilegais nas regiões indígenas.



Visando aumentar a proteção dos povos indígenas e garantir a ordem nas áreas afetadas pelo garimpo, em 2024 a Força Nacional capacitou profissionais de segurança pública para atuar diretamente no território Yanomami. Além disso, realizou 697 fiscalizações ambientais, destruiu 493 acampamentos ilegais, apreendeu 389 animais contrabandeados e efetuou 66 prisões em flagrante.

Nesse sentido, o Ministério tem atuado na desintrusão das terras Yanomami, bem como em outros territórios indígenas. Essas desocupações são conduzidas no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF, n.º 709, de 2023, expedida pelo Supremo Tribunal Federal, que determinou a retirada de invasores das terras indígenas. A desintrusão na Terra Trincheira Bacajá já foi concluída e está em fase de monitoramento e elaboração de um plano de sustentabilidade. Atualmente, as desintrusões continuam nas terras Yanomami, Munduruku e Karipuna.

No contexto ambiental, cita-se o Plano Amas que visa combater os diferentes crimes que acontecem na Amazônia por meio da adequação e focalização de políticas públicas e ações do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério da Defesa, às especificidades da Região, contribuindo assim para a redução da taxa de desmatamento ilegal e do número de crimes ambientais e conexos, na região de atuação do plano.

O Plano prevê investimento total de R\$ 1,2 bilhão. A parceria entre MJSP e BNDES para enfrentar o desmatamento ilegal na Amazônia é marcada pelo ineditismo, uma vez que o AMAS é o primeiro projeto custeado pelo Fundo Amazônia com objetivo de desmantelar a nova dinâmica de crimes ambientais na região. A primeira parcela foi no valor de R\$ 318 milhões, distribuída da seguinte forma: R\$ 197.999.251,00 em 2024, R\$ 68.119.523,00 em 2025 e R\$ 52.404.600,39 em 2026.



Estima-se que a máxima eficiência dos resultados propostos no Plano AMAS, como a redução dos crimes ambientais e o fortalecimento da presença do Estado na Amazônia Legal, serão alcançados por meio da materialização de investimentos e a implementação coordenada dos Planos Operacionais, sob a coordenação do CCPI-Amazônia, para assegurar que as ações sejam conduzidas de forma integrada, com monitoramento contínuo e ajustes estratégicos para assegurar o sucesso das operações.

As ações realizadas pelo Ministério para fins de combate ao desmatamento ilegal na Amazônia contribuíram para a redução de 45,77% (2022-2024) de área desmatada na Amazônia Legal (dado retirado do SigaCrim em 27/12/2024).

REDUÇÃO DO DESMATEAMENTO ILEGAL NA AMAZÔNIA LEGAL BRASILEIRA



Fonte: PPA/MJSP

O indicador avalia a redução do desmatamento na Amazônia Legal, sendo desejável a obtenção de valores inferiores. Para o ano de 2024, a meta estabelecida foi de, no máximo, 9.280 km². O resultado alcançado foi de 6.288 km², demonstrando um desempenho superior ao previsto.

O Programa Brasil M.A.I.S. - Meio Ambiente Integrado e Seguro também colabora para uma nova perspectiva de combate aos crimes ambientais. A capacidade de monitorar grandes áreas geográficas de forma contínua e precisa, juntamente com a geração de alertas e relatórios analíticos, permite uma transformação na abordagem do problema, aumentando significativamente a eficácia das operações de repressão aos crimes ambientais e de fiscalização e proteção do meio ambiente.

Até o final do exercício de 2024 eram fornecidas imagens diárias de satélites de alta resolução para 569 instituições públicas, incluindo 209 órgãos de segurança pública, com 20.875 usuários. Sendo cerca de 180 satélites planet cobrindo diariamente o Brasil, resultando em 8,5 milhões de km² de área monitorada e fotografada por dia.

Para o combate à incêndios florestais o MJSP destinou mais de R\$ 48 milhões para apoiar as forças de segurança dos Estados do AC, AM, AP, GO, MA, MS, MT, PA, PB, RO, RR, SE e TO no âmbito da Operação Protetor dos Biomas. Essa operação atua no combate a incêndios e a situações climáticas extremas. Esse valor representa um aumento de mais de 400% em comparação a 2023.

No auge das queimadas pelo país, a Força Nacional foi mobilizada para vinte municípios prioritários distribuídos por sete estados. Foram mobilizados cerca de 500 profissionais – entre bombeiros, policiais militares, peritos e técnicos – e utilizadas aproximadamente 150 viaturas, reforçando a presença do governo federal em regiões vulneráveis.

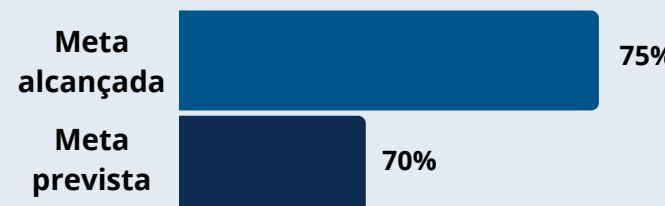
Outro pilar essencial para o enfrentamento à criminalidade é o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. Nesse sentido, o MJSP tem realizado importante trabalho para aumentar a efetividade e a institucionalização de políticas públicas no combate a esses crimes, meio da articulação, coordenação e organização dos diversos atores envolvidos nessa temática.

No âmbito da Política Pública de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro desenvolvida pelo MJSP, destacam-se as ações de articulação institucional e capacitação de servidores públicos nos seguintes foros: Conselho Nacional de Recuperação de Ativos - Conara; Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - ENCCLA; Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro - Rede-Lab; Programa Nacional de Capacitação e Treinamento de Recuperação de Ativos, Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - PNLD.

A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - ENCCLA é outra ferramenta importante de combate a esses crimes, apresentando-se como a principal rede de articulação institucional brasileira para o arranjo, discussões, formulação e concretização de políticas públicas e soluções de enfrentamento à corrupção e à lavagem de dinheiro. A ENCCLA Reúne órgãos e entidades públicas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário - das esferas federal, estadual e, em alguns casos, municipal; além de Ministérios Públicos para a formulação de políticas públicas e soluções voltadas ao combate aos crimes de combate à corrupção e lavagem de dinheiro.

Visando fortalecer a Rede, o MJSP possui como meta do objetivo específico do PPA o aumento no percentual de órgãos e entidades que participam das atividades promovidas pelas redes de articulação para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, considerando o número total de órgãos e entidades que integram as redes. O resultado da referida meta no ano de 2024 foi de 75%, ultrapassando em 5% a meta estabelecida para o período.

PERCENTUAL DE ÓRGÃOS E ENTIDADES QUE PARTICIPAM DAS ATIVIDADES PROMOVIDAS PELAS REDES DE ARTICULAÇÃO PARA O COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO, CONSIDERANDO O NÚMERO TOTAL DE ÓRGÃOS E ENTIDADES QUE INTEGRAM AS REDES



Fonte: PPA/MJSP



Ainda no ano de 2024 foi realizada a 22ª edição consecutiva da Reunião Plenária da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - ENCCLA 2025. Estiveram presentes representantes de 67 órgãos e entidades dos três Poderes da República, Ministério Público, além das entidades membros da ENCCLA e entidades convidadas, com 145 participantes. Ao final, foram aprovados os resultados das Ações da ENCCLA 2024 e as 10 Ações da ENCCLA que serão desenvolvidas ao longo do ano de 2025.



Abertura da XXII Reunião Plenária da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro-ENCCLA 2025

Destaca-se também a criação da Política Nacional de Recuperação de Ativos, que está em curso, e será um marco essencial no combate ao crime organizado, à corrupção e à lavagem de dinheiro. Ao promover a descapitalização de organizações criminosas, essa política contribuirá para desestimular as práticas ilícitas, retornando para os cofres públicos os valores provenientes de atividades criminosas e impulsionando o desenvolvimento do país. Com a instituição

do Conselho Nacional de Recuperação de Ativos - Conara e da Rede Nacional de Recuperação de Ativos – Recupera, o Ministério fortalece a articulação entre os órgãos do Executivo, Judiciário e Ministério Público. A nova política orientará os processos de identificação, apreensão, administração, alienação e destinação de bens, consolidando um esforço nacional vital para a integridade e segurança pública.

No tocante ao Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro- PNLD, iniciativa de articulação institucional para capacitar agentes públicos de todo o Brasil e disseminar a cultura de prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, destaca-se a realização de 13 cursos, apenas no ano de 2024, permitindo a capacitação de 1.406 agentes públicos na temática. Ressalta-se também a realização dos cursos em diferentes modalidades, inclusive avançada, onde temas específicos são aprofundados, aprofundando os conhecimentos e a qualificação dos agentes públicos:

Capacitação Básica
Fornece uma visão geral das normas legais e das práticas de prevenção e detecção de irregularidades

Capacitação Avançada
Oferece treinamentos aprofundados sobre temas relevantes, com o intuito de expandir a compreensão das complexidades envolvidas.

Fomento à Publicação
Estimula a disseminação de conhecimento e boas práticas, por meio da elaboração e divulgação de materiais informativos.

PROJETOS

PROJETOS VINCULADOS AO OBJETIVO FORTALECER A PREVENÇÃO E O ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE

12 Projetos

ABIS - NACIONAL

Implementar uma solução de abrangência nacional, com o fim de estabelecer ações para viabilizar a unificação e a padronização das informações relativas às identificações civis e criminais dos órgãos de segurança pública dos Estados, do Distrito Federal e da Polícia Federal, possibilitando maior eficiência na identificação do cidadão, de modo a contribuir para a segurança de suas relações com o Governo e para o enriquecimento do corpo probatório, bem como para a redução do índice de criminalidade.

Brasil M.A.I.S. - Meio Ambiente Integrado e Seguro

Melhorar a eficiência e a eficácia do Estado na prevenção, na repressão e na elucidação de crimes e de desastres ambientais em todo o território nacional, por meio de geotecnologia aplicada (Meio Ambiente Integrado e Seguro com o módulo Monitoramento e consciência situacional por sensoriamento remoto).

Aprimoramento de técnicas de investigação com criptoativos

Promover o aprimoramento da capacidade de identificar casos que envolvam o uso de criptomoedas em contexto criminoso, a adequada investigação e recuperação de ativos, bem como a adoção de uma iniciativa estruturada e sistematizada, a fim de garantir que sejam disponibilizados ao efetivo policial meios e informações necessários para a condução de investigações sobre o tema, e para a condução de estudos que agreguem valor à atividade policial.

InovaCiber

Fortalecer e intensificar o combate a crimes cibernéticos no Brasil, por meio da inovação de metodologia e de ferramentas de investigação policial, bem como do fortalecimento da cooperação policial em nível nacional e internacional.

Laboratório Nacional de Isóto Forenses - LANIF

Implementar o Laboratório Nacional de Isótopos Forenses, em cooperação entre a Polícia Federal e instituições de pesquisa parceiras, com o objetivo de desenvolver e sistematizar o conhecimento técnico-científico, a partir da elaboração de protocolos de coleta e de padronização de análises de amostras criminais para a aplicação da metodologia isotópica em casos forenses, com o estabelecimento de um laboratório colaborativo interinstitucional e multiusuário dentro da estrutura organizacional do Instituto Nacional de Criminalística.

Programa Ouro Alvo - POA

Desenvolver métodos de exames periciais para aprofundar e sistematizar o conhecimento técnico-científico sobre o ouro irregular apreendido em operações pela polícia judiciária, fruto de usurpação, trabalho escravo, crimes ambientais e objeto de lavagem de dinheiro, visando fornecer subsídios na orientação proativa às equipes de investigação da Polícia Federal que atuam no combate às ilícitudes na cadeia do ouro ilegal em todo o território nacional, com ênfase nas regiões fronteiriças e Amazônica.

Prometheus

Modificar o procedimento preliminar à instauração de inquérito policial, prevendo a adoção do princípio da racionalidade, por meio da análise das ocorrências criminais, para que seja possível deliberar, em profundidade, sobre a viabilidade, a oportunidade e a necessidade de instauração de inquérito policial, tendo como base parâmetros estabelecidos institucionalmente entre Polícia Federal, Ministério Público Federal e órgãos parceiros.

Reestruturação da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro - REDE-LAB

Fortalecer a Rede-Lab, mediante disponibilização de tecnologias, de banco de dados e de qualificação adequados, visando aumentar a eficiência dos laboratórios na execução dos procedimentos de análises e de tratamento de dados relacionados à lavagem de dinheiro e aos crimes conexos, além de promover a articulação entre as unidades da rede.

Mapa da Segurança Pública

Elaborar o Mapa da Segurança Pública, contribuindo para a promoção da transparência e para a melhoria da qualidade dos dados, com a produção do conhecimento, o incentivo da avaliação de políticas públicas e a promoção do debate de novos temas acerca da segurança pública.

Programa Nacional de Enfrentamento às Organizações Criminosas - ENFOC

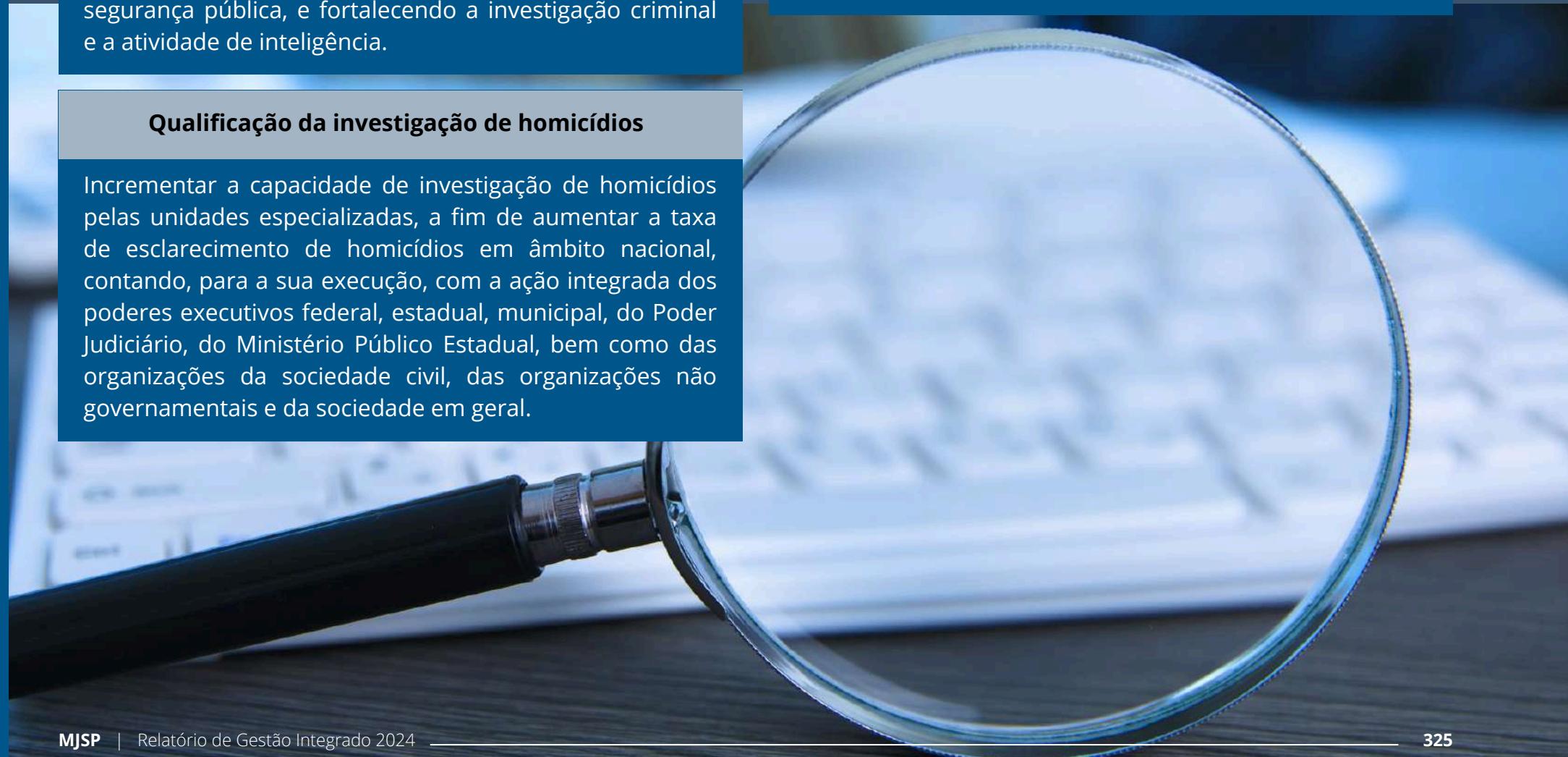
Proteger a sociedade, por meio da desarticulação do crime organizado e da visão sistémica das Organizações Criminosas - Orcrims, mediante a integração institucional e informacional das redes de enfrentamento às Orcrims, valorizando os recursos humanos das instituições de segurança pública, e fortalecendo a investigação criminal e a atividade de inteligência.

Qualificação da investigação de homicídios

Incrementar a capacidade de investigação de homicídios pelas unidades especializadas, a fim de aumentar a taxa de esclarecimento de homicídios em âmbito nacional, contando, para a sua execução, com a ação integrada dos poderes executivos federal, estadual, municipal, do Poder Judiciário, do Ministério Público Estadual, bem como das organizações da sociedade civil, das organizações não governamentais e da sociedade em geral.

Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos

Integrar operacionalmente todas as unidades federativas na Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos, para a identificação de perfis genéticos de indivíduos previstos em Lei, o exame de vestígios pendentes em carteira e a inserção de todos os perfis elegíveis nos bancos de dados.



4**OBJETIVO
ESTRATÉGICO****PROMOVER UMA EXECUÇÃO PENAL JUSTA, QUE VIABILIZE A REINTEGRAÇÃO
SOCIAL E A INATIVIDADE DAS LIDERANÇAS CRIMINOSAS**

O Brasil, com uma das maiores população carcerária do mundo, enfrenta desafios significativos em seu sistema prisional, o que impacta tanto a reintegração social das pessoas privadas de liberdade quanto a eficácia do processo de responsabilização. A sobrecarga do sistema penal contribui para a reincidência criminal, afeta as condições de trabalho dos profissionais do sistema e prejudica a sociedade em geral. Diante desse cenário, é imprescindível promover uma execução penal justa que contemple a resolução de conflitos por meios restaurativos, com foco na reintegração social e na manutenção dos laços familiares e sociais.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, tem direcionado esforços para aprimorar o sistema prisional, com estratégias que incluem o enfrentamento da superlotação e a melhoria das alternativas penais. A atuação do MJSP busca qualificar a gestão das alternativas penais nos estados, proporcionando soluções eficazes para a reintegração social e para a redução da reincidência. Além disso, o Ministério tem investido em ações de inteligência penitenciária e intercâmbio de informações para combater o crime organizado dentro das unidades prisionais.

A promoção da cidadania para as pessoas privadas de liberdade também é uma prioridade do MJSP, com atenção à saúde, assistência social, jurídica, religiosa e ao apoio a grupos vulneráveis. O objetivo também é proporcionar condições adequadas para a reintegração social, por meio de programas de trabalho e educação. Essas ações buscam fortalecer o processo de ressocialização, restaurar vínculos familiares e comunitários e, assim, contribuir para a redução da reincidência criminal, favorecendo a construção de uma cultura de paz e segurança.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

PROMOVER UMA EXECUÇÃO PENAL JUSTA, QUE VIABILIZE A REINTEGRAÇÃO SOCIAL E A INATIVIDADE DAS LIDERANÇAS CRIMINOSAS



CADEIAS VINCULADAS AO OBJETIVO ESTRATÉGICO

Gestão da Política Integrada de Segurança Pública

Proteção e Garantia de Direitos do Cidadão

CUSTO TOTAL DOS MACROPROCESSOS

Coordenação Estratégica de Integração, Inteligência e Operações em Segurança Pública	R\$ 2.636.022.641,21
Garantia dos Direitos da População Prisional	R\$ 266.761.509,74
Gestão do Conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais	R\$ 353.532.294,63



ENTREGAS À SOCIEDADE

Proteção e Segurança da Sociedade

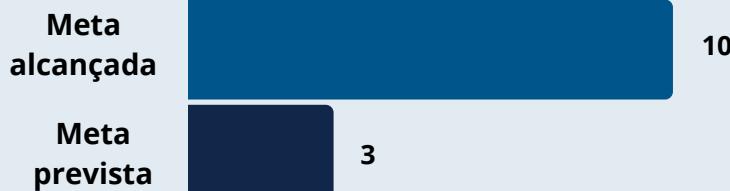
Garantia de Direitos do Cidadão, do Migrante e do Refugiado

Em alinhamento com as diretrizes do objetivo estratégico “Promover uma execução penal justa, que viabilize a reintegração social e a inatividade das lideranças criminosas”, foram estabelecidos indicadores para mensurar e avaliar os resultados esperados. Na sequência, serão apresentados os resultados gerais obtidos, evidenciando os avanços em relação às metas estabelecidas.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, alcançou resultados significativos em 2024 no âmbito do objetivo estratégico de promover uma execução penal justa, que viabilize a reintegração social das pessoas privadas de liberdade e a inatividade das lideranças criminosas. As ações empreendidas refletiram um compromisso robusto com a segurança pública e a humanização do sistema penitenciário, destacando-se em diversas frentes.

A Força Penal Nacional - FPN, realizou dez operações ao longo do ano, superando a meta inicial de três ações. Essas operações têm como objetivo restabelecer a ordem e a segurança em unidades prisionais, proteger a integridade de internos e servidores, isolar lideranças criminosas e assegurar direitos fundamentais à população carcerária. Além disso são realizadas ações de assistências jurídicas, e ações de cidadania que visam prestar assistências à população carcerária tais como documentação pessoal básica e levantamento de perfil. No âmbito dessas operações foram capacitados mais de 3,3 mil servidores penais em estados como Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, ampliando a capacidade técnica e operacional das equipes envolvidas na gestão do sistema penitenciário.

OPERAÇÕES REALIZADAS PELA FORÇA PENAL NACIONAL



Fonte: BI Planejamento Estratégico MJSP



No tocante ao Percentual de Pessoas Privadas de Liberdade Matriculadas em Educação Formal, a meta estabelecida previa que 22% da população prisional estivesse matriculada em educação formal no período, além da realização de 1.200.000 participações em práticas sociais educativas. No primeiro semestre de 2024, o percentual de pessoas privadas de liberdade matriculadas em educação escolar atingiu 17,93%, ficando aquém do objetivo projetado. Não obstante, os dados do segundo semestre ainda estão sendo coletados junto aos estados. No tocante às atividades de educação não escolar, o total de 1.536.318 atividades superou a meta de 1.200.000.

Dentro das matrículas realizadas foram registradas 119.055 pessoas privadas de liberdade matriculadas em cursos formais, desde a alfabetização até o ensino superior. Dentre elas, 19.098 estão em alfabetização, 57.442 no ensino fundamental, 37.485 no ensino médio e 3.467 no ensino superior. Além disso, 1.563 pessoas participam de cursos técnicos de longa duração. Esses números refletem um esforço contínuo para ampliar o acesso à educação, mesmo diante de dificuldades como a limitação da infraestrutura e a necessidade de turmas reduzidas para garantir maior atenção individualizada.



*Considerando que os Estados ainda estão em processo de fechamento dos resultados, os números informados poderão sofrer alterações posteriormente. Caso ocorra, o presente relatório será devidamente retificado e disponibilizado na página de Transparéncia e Prestação de Contas do MJSP. Os resultados aqui informados são referentes ao período de janeiro a junho de 2024.

Na área laboral, 171.657 pessoas privadas de liberdade participaram de atividades de trabalho, superando a meta de 166.000, além do acompanhamento de 43 convênios do Programa de Capacitação Profissional e Implantação de Oficinas Permanentes - PROCAP. Projetos como o Cidade Digna e o Dignidade Menstrual foram ampliados, viabilizando a instalação de 63 oficinas de fabricação de blocos de concreto e 23 oficinas para produção de absorventes descartáveis. Além disso, 45 oficinas de corte e costura, 74 de serralheria e 111 de marcenaria foram implementadas contribuindo para a qualificação profissional e a produção de bens de utilidade social.

PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE QUE PARTICIPAM DE ATIVIDADES LABORAIS



Fonte: BI Planejamento Estratégico MJSP*

Os fatores que contribuíram para a superação do resultado foi a aprovação e execução de Planos Estaduais de Trabalho alinhados à Política Nacional de Trabalho no Âmbito do Sistema Prisional - PNAT; a eficiência nos processos de doação e na execução de convênios, que garantiram agilidade na entrega de equipamentos e na instalação das oficinas e a articulação com os estados para identificar demandas locais e potencializar as ações de trabalho prisional.

A implementação de oficinas específicas, como as de fabricação de blocos de concreto e absorventes descartáveis, promoveu inovações na abordagem do trabalho prisional. Essas oficinas não apenas capacitam as pessoas privadas de liberdade, mas também produzem bens de grande utilidade para a sociedade e para o próprio sistema prisional.

Os maiores desafios foram a necessidade de alinhar as especificidades regionais dos estados às diretrizes nacionais, garantindo um plano de trabalho uniforme e eficaz; as limitações estruturais em algumas unidades prisionais, que exigem adaptações para receber as oficinas, e a necessidade sensibilização de gestores estaduais para priorizar a execução de convênios e a instalação de oficinas.

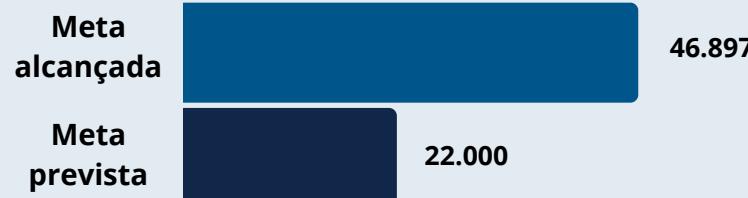


Workshop para implementação das oficinas do Projeto Dignidade Menstrual.



A Política Nacional de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional, obteve resultados expressivos com um grande número de serviços especializados em funcionamento e 46.897 pessoas atendidas, conforme o Formulário de Levantamento Semestral dos Dados realizado pela Senappen, superando a meta inicial 22.000 pessoas. Esses avanços foram viabilizados, principalmente, pela publicação do Decreto n.º 11.843, de 21 de dezembro de 2023, que regulamenta a assistência à pessoa egressa e institui a Política Nacional de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional, maiores investimentos destinados à pauta da atenção à pessoa egressa do sistema e pelo fortalecimento do Projeto Alvorada.

PESSOAS ATENDIDAS PELOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ATENÇÃO À PESSOA EGRESSA DO SISTEMA PRISIONAL



Fonte: BI Planejamento Estratégico MJSP

Importa consignar que houve desafios enfrentados. A coleta e sistematização de dados nos estados têm sido dificultada pela falta de um sistema informatizado para coleta e para a consolidação semestral das informações. Atualmente, a coleta é realizada via formulário eletrônico. Ademais, há desafios relacionados à ampliação da capilaridade da política nos entes federativos, dadas as necessidades rotineiras de tratativas articuladas e direcionadas em busca de engajamento de atores estratégicos e com as ações para fomento da política nacional.

**Considerando que os Estados ainda estão em processo de fechamento dos resultados, os números informados poderão sofrer alterações posteriormente. Caso ocorra, o presente relatório será devidamente retificado e disponibilizado na página de Transparência e Prestação de Contas do MJSP. Os resultados aqui informados são referentes ao período de janeiro a junho de 2024.*

As Centrais Integradas de Alternativas Penais atenderam 155.660 pessoas no primeiro semestre de 2024, já ultrapassando a meta anual de 100.000. Os dados do segundo semestre ainda estão sendo coletados junto aos estados.

PESSOAS EM ALTERNATIVAS PENais DIVERSAS DA PRISÃO ATENDIDAS COM SERVIÇOS OFERECIDOS PELAS CENTRAIS INTEGRADAS DE ALTERNATIVAS PENais



Fonte: BI Planejamento Estratégico MJSP*

Ressalta-se que o MJSP investiu na ampliação das centrais e na estruturação de equipes multidisciplinares, garantindo um suporte mais qualificado aos beneficiários de alternativas penais. No âmbito da monitoração eletrônica, R\$ 11,5 milhões foram destinados à contratação de equipes e à aquisição de equipamentos, fortalecendo a Política Nacional de Monitoração Eletrônica de Pessoas em estados estratégicos como Bahia, Ceará e Minas Gerais.

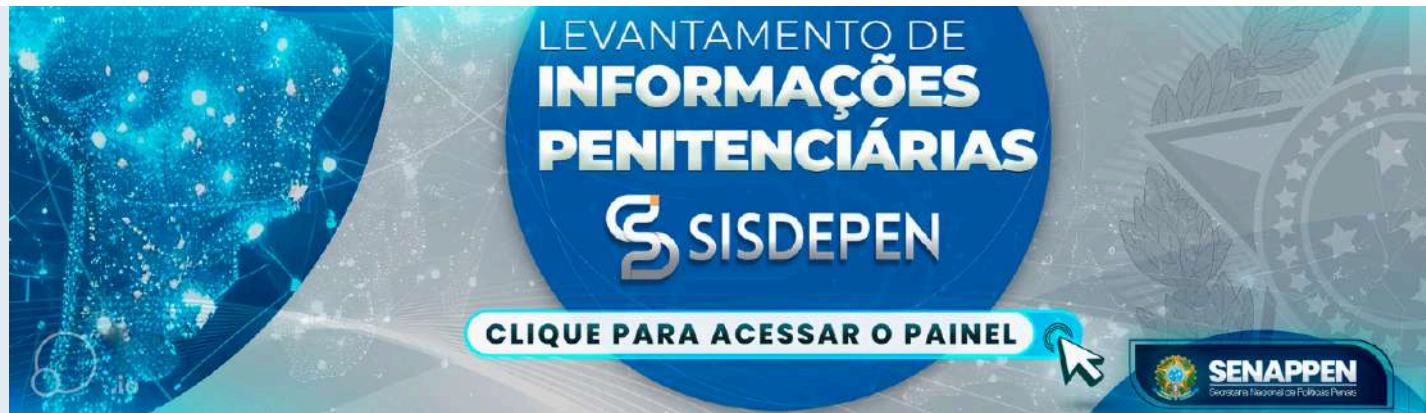
Houve também a suplementação de convênios, com o intuito de apoiar o custeio de equipamentos de monitoração eletrônica, além de viabilizar a contratação e/ou ampliação das equipes multidisciplinares para os serviços de monitoração. Para essas ações, foram investidos R\$ 8.117.224,00 (oito milhões, cento e dezessete mil, duzentos e vinte e quatro reais).

O investimento orçamentário para criar equipes técnicas especializadas é muito importante; no entanto, com o entendimento de que ele não pode ser apenas financeiro, mas também metodológico, foi instituído, através da Portaria Senappen n.º 406, de 14 de outubro de 2024, um Grupo de Trabalho - GT, composto por profissionais representantes das categorias de magistrados, defensores, promotores de justiça, advogados, psicólogos, assistentes sociais, policiais penais, entre outras, com a responsabilidade de colaborar para a elaboração do Guia com vistas a orientar o trabalho das equipes multidisciplinares, além de outras produções correlatas da Política Nacional de Monitoração Eletrônica de Pessoas.

No campo da inovação tecnológica, o Projeto Ômega avançou na modernização dos sistemas de segurança em unidades prisionais federais, com vistas à implementação de videomonitoramento inteligente, reconhecimento facial e tecnologias antidrones para garantir maior eficiência na gestão de segurança, prevenção de riscos e combate ao crime organizado.

A primeira fase do projeto, em andamento, prioriza a implementação da plataforma de inteligência por vídeo, com integração de câmeras de monitoramento, bodycams e outros sistemas. As fases subsequentes abrangem desde o monitoramento ampliado até o controle de acesso e a detecção de intrusões, culminando na proteção de instalações críticas.

O projeto SISDEPEN individuos possui o objetivo de integrar, consolidar e padronizar informações de pessoas penalmente condenadas em uma base de dados nacional, agilizando consultas, beneficiando a administração penitenciária, atividades jurídicas, policiais, de inteligência e a sociedade. O sistema já integra bases de dados em 18 estados (AC, BA, CE, DF, GO, MS, PA, PB, PE, PI, PR, RN, RS, SC, SP, SPF, TO, RO), consolidando informações de pessoas condenadas e melhorando a eficiência da gestão. Ainda enfrenta-se desafios no processo de operacionalização em cada estado visto que cada ente subnacional apresenta características próprias que impactam o trabalho, seja pela estrutura de T.I., seja pela disponibilidade de pessoal especializado ou pelas limitações de infraestrutura técnica local.



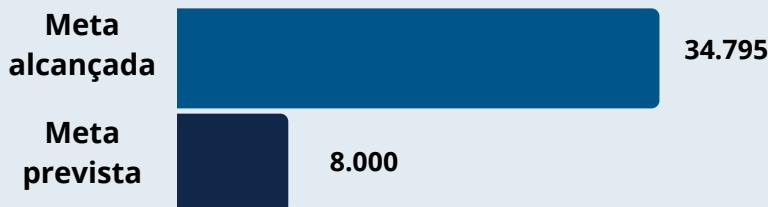
As operações para fortalecer a segurança nas unidades também foram destaque. Foram conduzidas também operações de grande porte, denominadas Mute III, V e VI, para combater a comunicação proibida dentro das unidades prisionais. Durante as fases da Operação Mute, realizadas em 2024, 13,1 mil policiais penais participaram da revista de 11,6 mil celas e houve apreensão de 2,9 mil celulares, contribuindo para o controle da segurança interna dos presídios.

Além disso, a participação da Senappen em 305 operações das Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado - FICCO, reforçou o enfrentamento a facções criminosas, desarticulando redes de comando e promovendo maior controle do sistema.



No que se refere à capacitação de servidores, 34.795 vagas foram preenchidas em cursos e treinamentos, superando amplamente a meta de 8.000. As formações abordaram temas inovadores como justiça restaurativa, diversidade na execução penal e gestão educacional, promovendo maior qualificação técnica e humanização das práticas no sistema prisional.

VAGAS PREENCHIDAS EM CAPACITAÇÕES DISPONIBILIZADAS AOS SERVIDORES DA EXECUÇÃO PENAL



Fonte: BI Planejamento Estratégico MJSP

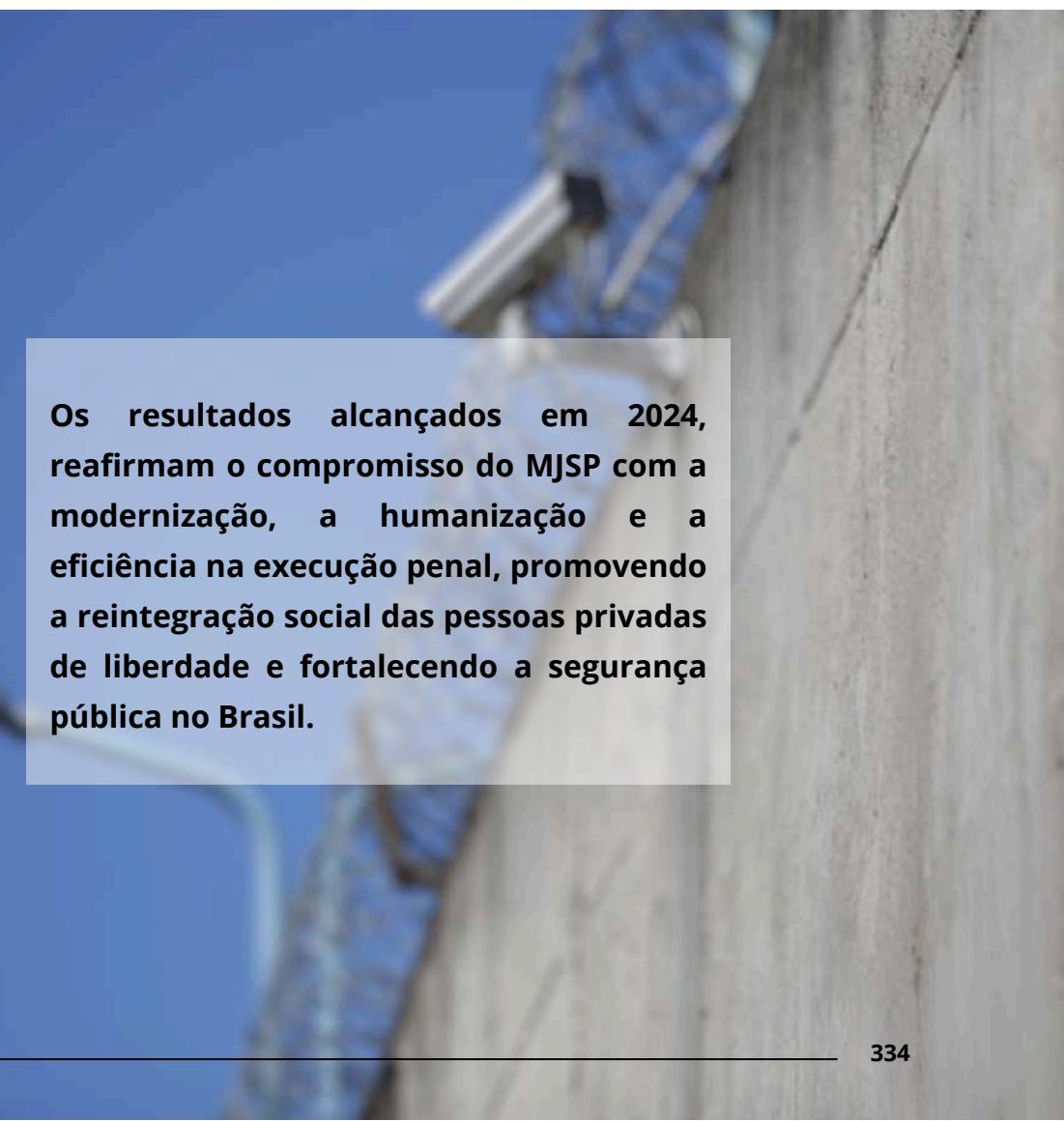
Em 2024, com o objetivo de fortalecer os direitos humanos no ambiente prisional e assegurar a dignidade dos indivíduos em privação de liberdade, o MJSP, por meio da Senappen, participou da elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento ao Estado de Coisas Inconstitucional nas Prisões Brasileiras. Nomeado "Pena Justa", o plano foi submetido ao Supremo Tribunal Federal - STF em atendimento à determinação da Corte no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF 347, que reconheceu a violação sistemática de direitos fundamentais da população carcerária. Estruturado em quatro eixos temáticos, o plano aborda: (i) controle da entrada e gestão de vagas no sistema prisional; (ii) melhoria da ambência, dos serviços prestados e da infraestrutura das unidades prisionais; (iii) processos de saída da prisão e reintegração social dos detentos; e (iv) políticas para prevenir a reincidência do estado de coisas inconstitucional.

A Política de Fortalecimento do Sistema Penal busca estabelecer mecanismos e estratégias para fortalecimento e aperfeiçoamento do sistema prisional, fornecendo condições adequadas para cumprimento de penas, dos protocolos de segurança e de inteligência penal, do enfrentamento à criminalidade organizada, da atuação integrada, assim como da qualificação profissional de seus servidores. Uma das metas inclui o cumprimento de 100% das decisões judiciais para inclusão de presos no Sistema Penitenciário Federal, cuja qual foi atingida. Foram proferidas 95 decisões de inclusões de presos no SPF e todas cumpridas em tempo hábil,

Com relação à geração de vagas no sistema penitenciário nacional, a meta de gerar 5.000 vagas prisionais anuais foi superada. De acordo com levantamentos realizados junto às unidades da federação, foram geradas, no ano de 2024, 6.103 (seis mil, cento e três) vagas nos sistemas prisionais estaduais. O fator que contribuiu para superação da meta foi a conclusão de obras de unidades prisionais, com maior número de vagas, nos estados de Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Piauí, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

Os principais desafios enfrentados na geração de vagas prisionais dizem respeito aos altos custos na construção civil que tiveram um impacto significativo, aos desafios enfrentados pelas unidades federativas na elaboração de projetos e documentos técnicos de engenharia e à complexidade nos processos de licitação e execução das obras prisionais. Como inovação implementada pela Senappen, destaca-se a revisão dos manuais de análise dos pleitos de construções e reformas

para o sistema penitenciário, por meio do Fundo Penitenciário Nacional - Funpen, conforme recomendações da Controladoria-Geral da União, permitindo a delimitação dos papéis da Senappen e das unidades da federação e facilitando e agilizando o processo de análise de conformidade visando o início das obras.



Os resultados alcançados em 2024, reafirmam o compromisso do MJSP com a modernização, a humanização e a eficiência na execução penal, promovendo a reintegração social das pessoas privadas de liberdade e fortalecendo a segurança pública no Brasil.

PROJETOS

PROJETOS VINCULADOS AO OBJETIVO PROMOVER UMA EXECUÇÃO PENAL JUSTA, QUE VIABILIZE A REINTEGRAÇÃO SOCIAL E A INATIVIDADE DAS LIDERANÇAS CRIMINOSAS

4 Projetos

Muralhas do Sistema Penitenciário Federal

Construir muralhas para o aprimoramento e para o reforço da segurança perimetral de penitenciárias federais.

Ômega

Implementar a plataforma integrada de monitoramento e de inteligência, utilizando tecnologias avançadas com o objetivo de aumentar significativamente a segurança, a eficiência e a inovação dentro do Sistema Penitenciário Federal, garantindo um ambiente mais seguro e controlado para os detentos e para os policiais

Oficinas de trabalho prisional

Proporcionar às pessoas privadas de liberdade, do sistema prisional, a (re)alocação no mercado de trabalho, a obtenção de renda e a qualificação profissional, com foco na sua reintegração social.

SISDEPEN Indivíduos

Integrar as bases de dados dos sistemas de gestão penitenciária das unidades federativas em repositório central.



5**OBJETIVO
ESTRATÉGICO****FORTALECER A SEGURANÇA VIÁRIA E A MOBILIDADE NAS RODOVIAS FEDERAIS**

A violência no trânsito brasileiro representa um desafio significativo para a segurança pública e a saúde, gerando altos custos para o país. O Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, atua em mais de 71 mil quilômetros de rodovias e estradas federais, com o objetivo de melhorar a segurança viária em todos os estados e nas áreas de interesse da União. As ações do MJSP visam tanto a prevenção de fatalidades quanto a garantia de uma circulação segura e eficiente de pessoas e bens nas rodovias federais.

Para alcançar esses objetivos, o MJSP adota uma abordagem de policiamento ostensivo nas rodovias, com foco na prevenção e monitoramento contínuo. Além da segurança, busca-se assegurar o direito de ir e vir, facilitando a mobilidade e contribuindo para a normalidade operacional da logística em vias federais. O fortalecimento da segurança viária envolve também a implementação de soluções inteligentes e de qualidade, que atendem às demandas de segurança pública e melhoram a eficiência dos serviços prestados.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

FORTALECER A SEGURANÇA VIÁRIA E A MOBILIDADE NAS RODOVIAS FEDERAIS



CADEIAS VINCULADAS AO OBJETIVO ESTRATÉGICO

Gestão da Política Integrada de
Segurança Pública

CUSTO TOTAL DOS MACROPROCESSOS

Gestão de
Segurança Viária

R\$ 1.393.747.174,21

Gestão do Conhecimento em
Segurança Pública e
Valorização de Profissionais

R\$ 353.532.294,63

Gestão de Investigações e
Operações em Segurança
Pública

R\$ 4.097.731.982,86

ENTREGAS À SOCIEDADE

Proteção e Segurança da Sociedade

Em alinhamento com as diretrizes do objetivo estratégico “Fortalecer a segurança viária e a mobilidade nas rodovias federais”, foram estabelecidos indicadores para mensurar e avaliar os resultados esperados, conforme ilustrado no infográfico a seguir. Na sequência, serão apresentados os resultados gerais obtidos, evidenciando os avanços em relação às metas estabelecidas.

Com uma abordagem integrada e preventiva, o MJSP priorizou em 2024 a implementação de ações e programas voltados à redução de sinistros graves e à taxa de mortalidade nas rodovias, alinhados às metas estabelecidas pela ONU para 2030. Essas iniciativas visam promover mudanças culturais sustentáveis e resultados de médio e longo prazo, consolidando um trânsito mais seguro e humano no Brasil.

Entre as ações estruturantes, destaca-se o lançamento do Prêmio Anual de Segurança Viária, que reconhece boas práticas no setor, incentivando a inovação e o compromisso com a segurança no trânsito. A aprovação de um projeto no Fundo das Nações Unidas para a Segurança Viária garantiu recursos para programas educativos e operacionais. Além disso, foi implementado o Projeto Trânsito Compartilhado, uma iniciativa que promove a conscientização e a integração entre motoristas, pedestres e ciclistas, reforçando o papel de cada um na construção de um trânsito mais seguro.



Projeto Trânsito Compartilhado.



Prêmio Anual de Segurança Viária.

A criação do Centro Nacional de Estudos em Segurança Viária - CNESV, marcou um avanço importante na pesquisa e capacitação de profissionais. Esse centro atua como referência para estudos técnicos, formação de policiais rodoviários e desenvolvimento de políticas públicas baseadas em evidências. A PRF também consolidou sua presença em instâncias internacionais, como o Conselho Nacional de Trânsito e os subgrupos do Mercosul, fortalecendo a cooperação e o alinhamento às melhores práticas globais.



Diagnóstico de Pontos Críticos de Acidentalidade (OTEDIAG).

No campo do diagnóstico e educação, a PRF, em parceria com o Dnit e concessionárias, realizou o Diagnóstico de Pontos Críticos de Acidentalidade - OTEDIAG, identificando áreas de alto risco e propondo intervenções estratégicas. Simultaneamente, foram desenvolvidas plataformas digitais para capacitação de policiais em educação para o trânsito, ampliando o alcance de ações educativas. Outro destaque foi o Diagnóstico da Cobertura de Serviços de Atendimento e Socorro nas Rodovias, que identificou lacunas no atendimento a emergências, orientando melhorias na assistência aos usuários das rodovias.



Operação Rodovida.

As operações de campo desempenharam um papel crucial em 2024, com destaque para a Operação Rodovida 2024/2025 e a Operação Nacional de Segurança Viária, que mobilizaram recursos humanos e tecnológicos para reduzir acidentes durante períodos de alta circulação, como feriados prolongados. Os Comandos de Saúde nas Rodovias, voltados à conscientização de motoristas profissionais sobre saúde e segurança, reforçaram a importância da prevenção no combate à violência no trânsito.

No que se refere à taxa de mortalidade em acidentes de trânsito nas rodovias federais, a PRF adotou medidas concretas para reduzir os índices, incluindo a publicação do Manual de Gestão em Segurança Viária, a ampliação do Projeto Trânsito Compartilhado e a realização de operações temáticas de diagnóstico de pontos críticos. O fortalecimento da capacitação dos policiais rodoviários federais e a intensificação das operações de fiscalização também contribuíram para a mitigação dos riscos e para a promoção de um trânsito mais seguro.



Em 2024, a PRF atuou em operações emergenciais para mitigar impactos de interdições em rodovias federais, garantindo maior fluidez e segurança no tráfego. A Operação Emergencial Rio Grande do Sul foi desencadeada em resposta à catástrofe ambiental na região, com o reforço das equipes locais da PRF. A atuação permitiu minimizar os efeitos das enchentes no deslocamento de bens e pessoas, além de viabilizar resgates e auxílio emergencial às vítimas. Da mesma forma, a Operação Dia do Índio, no Mato Grosso, foi essencial para o restabelecimento do fluxo de veículos em rodovias bloqueadas por manifestações, assegurando a livre circulação e a ordem pública.

Como resultado dessas ações, o Tempo Médio de Interdições em Rodovias Federais foi reduzido significativamente, atingindo 24,45 horas, bem abaixo da meta de 58,48 horas. Essa redução de aproximadamente 58% evidencia a eficiência das medidas adotadas, incluindo resposta rápida, melhoria na gestão de ocorrências e investimentos em infraestrutura. O desempenho reforça o compromisso da PRF com a segurança viária, reduzindo os impactos das interdições para a população e o transporte de cargas.

TEMPO MÉDIO DE INTERDIÇÕES EM RODOVIAS FEDERAIS

Meta alcançada	24,45 horas
Meta prevista	58,48 horas

Fonte: BI Planejamento Estratégico MJSP

Ainda em 2024, o Governo Federal intensificou ações de combate a ilícitos na região fronteiriça do território nacional. As ações da Polícia Rodoviária Federal - PRF, resultaram na apreensão de 30 milhões de maços de cigarro, 90 mil litros de combustíveis e mais de mil toneladas em produtos alimentícios, além de 400 mil unidades de eletrônicos e 27 mil unidades de medicamentos, todos frutos de contrabando e/ou descaminho. Durante a Cúpula do G20, a Polícia Rodoviária Federal realizou aproximadamente 1500 escoltas de dignitários com batedores, na Operação Ponta de Lança II.



Nas rodovias federais, o Governo tem atuado na prevenção e no combate ao desmatamento e incêndios no País. Por meio da Operação Queimadas Zero da Polícia Rodoviária Federal - PRF, são monitorados os trechos mais críticos ou vulneráveis a incêndios, reforçando o policiamento e a fiscalização nessas áreas em apoio a órgãos e instituições responsáveis pelo combate aos incêndios.

Outras frentes de proteção e recuperação da biodiversidade estão desenvolvendo ações para contenção de crises ambientais com foco no combate ao desmatamento e à emissão de poluentes, como as Operações Arco Verde, Adblue e Bons Ventos, todas da PRF. Como resultado, em 2024, no âmbito das rodovias federais, foram apreendidos mais de 24 mil metros cúbicos de madeira ilegal e 1,9 mil toneladas de minérios e minerais. Já em relação à fauna, foram aproximadamente 9 mil animais exóticos e silvestres, além de mais de 1.600 animais domésticos apreendidos.

O período também exigiu superação de desafios históricos. Entre 2018 e 2022, políticas insuficientes e o sucateamento da estrutura legislativa e operacional comprometeram os avanços no setor. Em resposta, as metas de 2024 buscaram recuperar os progressos perdidos, alinhando-se às diretrizes da 3ª Conferência Global sobre Segurança no Trânsito (ONU, Estocolmo). A revisão de normativos relacionados ao controle de velocidade foi uma das recomendações implementadas para reduzir a sinistralidade, além de integrar fiscalização, infraestrutura e educação como pilares essenciais para fortalecer a segurança viária.

Esses avanços refletem o compromisso do MJSP com a modernização e a eficiência no gerenciamento da segurança viária. A atuação integrada entre diagnóstico, educação e operações resultou em melhorias significativas na proteção de vidas, na mobilidade e na promoção de uma cultura de paz no trânsito brasileiro.

PROJETOS

PROJETOS VINCULADOS AO OBJETIVO FORTALECER A SEGURANÇA VIÁRIA E A MOBILIDADE NAS RODOVIAS FEDERAIS

2 Projetos

Aeromédico

Tem por objetivo implantar bases de atendimento aeromédico para oferecer à sociedade um serviço especializado, tempestivo e integrado de atendimento pré-hospitalar aeromóvel e de resgate às vítimas de acidentes e demais urgências/emergências em rodovias federais e em áreas de interesse da União e dos Estados.

Projeto Nacional de Segurança Viária - PNSV

Objetiva implementar o novo modelo de gestão da Segurança Viária, baseado no Plano de Ação da Década da ONU e no Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito - PNATRANS, que visa ao direcionamento das atividades de policiamento e às ações de integração e cooperação interinstitucional, apresentando propostas de atividades operacionais e medidas de gestão operacional nos trechos críticos em acidentes graves nas rodovias federais.

6**OBJETIVO
ESTRATÉGICO****PROMOVER A VALORIZAÇÃO E A QUALIDADE DE VIDA DOS
PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA**

O Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, tem como prioridade a valorização dos profissionais de segurança pública, implementando ações que vão além da atuação laboral e buscam atender às suas necessidades biopsicossociais. Essas iniciativas visam melhorar as condições de saúde e qualidade de vida, com um olhar humanizado, de modo a assegurar que os profissionais desempenhem suas funções com o máximo de eficiência e segurança, beneficiando tanto os servidores quanto a sociedade como um todo.

Em alinhamento com as diretrizes do objetivo estratégico “Promover a valorização e a qualidade de vida dos profissionais de segurança pública”, foram estabelecidos indicadores para mensurar e avaliar os resultados esperados. Na sequência, serão apresentados os resultados gerais obtidos, evidenciando os avanços em relação às metas estabelecidas.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

PROMOVER A VALORIZAÇÃO E A QUALIDADE DE VIDA DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

CADEIAS VINCULADAS AO OBJETIVO ESTRATÉGICO

Gestão da Política Integrada de Segurança Pública

CUSTO TOTAL DOS MACROPROCESSOS

Gestão do Conhecimento em Segurança Pública e Valorização de Profissionais

R\$ 353.532.294,63

ENTREGAS À SOCIEDADE

Proteção e Segurança da Sociedade

No âmbito da Política Nacional de Segurança Pública, o MJSP tem implementado ações voltadas à promoção da qualidade de vida e valorização dos profissionais de segurança. Diante dos desafios enfrentados por esses servidores, diversas iniciativas foram desenvolvidas, abrangendo desde suporte psicossocial até a oferta de capacitação profissional.

Em 2024, o Bolsa Formação, parte do PRONASCI, concedeu 51.179 bolsas a profissionais de segurança pública, como policiais, bombeiros e guardas municipais. O programa oferece incentivo financeiro para qualificação em direitos humanos, uso proporcional da força e policiamento comunitário, fortalecendo o preparo técnico e a relação com a população. Além de valorizar os agentes, a iniciativa contribui para a inclusão social e aprimora as políticas de segurança pública no Brasil.



Outra importante ação é o Projeto Escuta Susp, criado para oferecer atendimento psicológico online aos profissionais de segurança, incluindo policiais civis, militares, bombeiros e peritos criminais. Desenvolvido em parceria com universidades federais e com um investimento superior a R\$ 6 milhões, o programa já foi implementado nos estados de Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe e Maranhão. O projeto visa fortalecer a saúde mental dos agentes, mitigando riscos como depressão, síndrome de Burnout e baixa motivação profissional.

Desde seu lançamento, o Escuta Susp registrou uma demanda significativamente acima das projeções iniciais, evidenciando a necessidade de ampliação do serviço para outras regiões. A meta estipulada para 2024 era de 500 atendimentos, porém, o programa já alcançou 610 profissionais de segurança pública, além de 4.145 teleconsultas, superando as expectativas e demonstrando sua relevância para a categoria.



PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA ATENDIDOS POR ASSISTÊNCIA PSICOLÓGICA



Fonte: BI Planejamento Estratégico MJSP

Acesse [aqui](#) para verificar o acompanhamento completo dos indicadores e projetos do planejamento estratégico do MJSP.

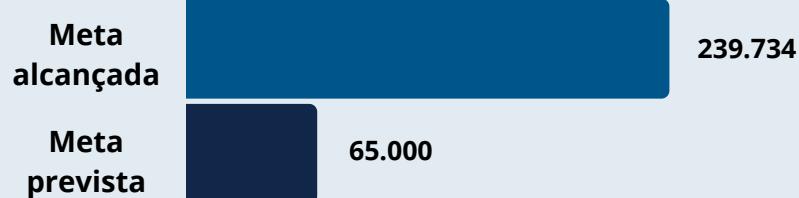
Em alinhamento com essa política, o MJSP tem fortalecido a Rede Pró-Vida, que mobiliza Instituições de Segurança Pública - ISP de todo o país para implementar estratégias de prevenção e promoção da saúde mental. Criada pela Lei n.º 13.675, de 2018, a Rede identifica fatores de risco e propõe soluções para melhorar as condições de trabalho dos agentes. Em 2024, foi realizado o 4º Encontro Técnico do Programa Pró-Vida, reunindo gestores de diferentes instituições para troca de experiências e boas práticas na área de saúde ocupacional.



Em termos de desafios, um dos indicadores mais sensíveis é o registro de suicídios entre profissionais de segurança pública, que atingiu 138 casos em 2024. O Governo Federal tem adotado medidas para mitigar esse problema por meio do financiamento de ações com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, conforme previsto na Lei n.º 13.756, de 2018. A estratégia contempla protocolos psicoterapêuticos específicos, incluindo acolhimento, psicoterapia e intervenções voltadas ao comportamento suicida, consolidando um modelo de prevenção e suporte mais eficiente.

Outro pilar importante para a valorização é a qualificação dos profissionais de segurança pública. Em 2024, mais de 239 mil profissionais foram capacitados, superando em 268% a meta inicialmente estipulada, de 65.000 mil para o período. Informa-se, ainda, que está em andamento a modernização da Rede EaD Senasp, incluindo a revisão pedagógica e a reestruturação dos cursos oferecidos. Atualmente, dos 106 cursos disponíveis, 34 foram reformulados e reintroduzidos na plataforma, garantindo um conteúdo atualizado e alinhado às demandas contemporâneas da segurança pública.

PROFISSIONAIS DO SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA CAPACITADOS



Fonte: BI Planejamento Estratégico MJSP

No que se refere à política habitacional para profissionais de segurança pública, o Programa Habite Seguro encontra-se em fase de reavaliação. Criado para facilitar o acesso à casa própria por meio de crédito imobiliário diferenciado, o programa beneficiou, em 2024, 116 profissionais. Entre os desafios enfrentados, destaca-se a necessidade de ajustes legislativos para ampliar sua efetividade. Como solução, foram elaboradas propostas de alteração na Lei n.º 13.312, de 2022 e no Decreto n.º 10.793.



Em resumo, as iniciativas do MJSP para valorização dos profissionais de segurança pública avançaram significativamente em 2024, apesar de desafios operacionais e institucionais. Os programas de suporte psicossocial, capacitação e habitação demonstram o compromisso do Governo Federal com o bem-estar desses agentes, reconhecendo que a qualidade de vida dos profissionais impacta diretamente a eficácia da segurança pública no país. A continuidade das políticas implementadas e a resolução dos desafios identificados serão fundamentais para ampliar os resultados e fortalecer a atuação desses servidores nos próximos anos.

PROJETO

PROJETO VINCULADO AO OBJETIVO PROMOVER A VALORIZAÇÃO E A QUALIDADE DE VIDA DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

1 Projeto

Fortalecimento do Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional - SIEVAP

Aprimorar os processos educacionais nas modalidades presencial e à distância, no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Pública, por meio da infraestrutura e da formação profissional.



7

OBJETIVO
ESTRATÉGICO**PROMOVER A GESTÃO TRANSVERSAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A
REDUÇÃO DO IMPACTO SOCIAL DO ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS**

O uso de drogas e suas consequências adversas é um tema de relevante preocupação mundial, dado o número de usuários existentes e seu impacto sobre os indivíduos e a sociedade. Para enfrentar as raízes dessa problemática é necessária uma política de drogas centrada nas pessoas, no acesso a direitos e em evidências científicas sólidas com foco especial em grupos em situação de vulnerabilidade.

Neste viés, o Ministério atua na implementação de uma gestão transversal das políticas públicas sobre drogas, com foco na redução das desigualdades e no acesso a direitos. As ações incluem a prevenção ao uso de drogas, o combate à violência e à desarticulação das organizações criminosas do narcotráfico, além de uma atuação repressiva qualificada. A gestão também visa mitigar os efeitos do tráfico de drogas na população e promover a reintegração social das pessoas afetadas pelo uso dessas substâncias.

Em alinhamento com as diretrizes do objetivo estratégico “Promover a gestão transversal das políticas públicas para a redução do impacto social do álcool e outras drogas”, foram estabelecidos indicadores para mensurar e avaliar os resultados esperados. Na sequência, serão apresentados os resultados gerais obtidos, evidenciando os avanços em relação às metas estabelecidas.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

PROMOVER A GESTÃO TRANSVERSAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A REDUÇÃO DO IMPACTO SOCIAL DO ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS



CADEIAS VINCULADAS AO OBJETIVO ESTRATÉGICO

Gestão de Ativos e da Política sobre Drogas

CUSTO TOTAL DOS MACROPROCESSOS

Gestão e Articulação da Política sobre Drogas

R\$ 29.062.396,26



ENTREGAS À SOCIEDADE

Gestão Efetiva e Eficiente de Recursos Apreendidos do Crime para Financiamento de Políticas Públicas

Com foco no fortalecimento de ações de prevenção do uso e do uso problemático de drogas, em 2024, foi desenvolvido o “Programa Gente – No Centro da Política sobre Drogas”, que tem como objetivo promover ações territoriais de prevenção ao uso de drogas, bem como articular serviços e formação de profissionais para o fortalecimento e integração da política pública sobre drogas no País.

Além do Acesso a Direitos, o programa tem como ações a construção do panorama situacional das políticas sobre drogas no Brasil e a qualificação de profissionais das políticas de segurança pública, saúde e assistência social para abordagem a populações vulnerabilizadas.

Para atender às dimensões territoriais, foram contratadas 27 assessorias técnicas para atuar em todos os Estados e no Distrito Federal, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz. O objetivo dessas assessorias é fortalecer a implementação da política sobre drogas a nível local, promovendo uma maior integração entre os diversos setores e instituições envolvidas.

A primeira fase de elaboração do panorama, realizado em nível das gestões das políticas e conselhos, resultou na elaboração de relatórios sobre os Conselhos, órgãos gestores e fundos. Além disso, em 2024, as assessorias técnicas territoriais iniciaram a elaboração dos planos de ação e incidências nas 27 unidades federativas.

Dentro da iniciativa também foram capacitados gestores e profissionais para atuação junto a populações vulneráveis, e realizadas oficinas de escuta com guardas municipais para mapear boas práticas e subsidiar a produção de materiais informativos, visando a disseminação de orientações sobre o uso de álcool e outras drogas entre esses grupos.



Oficina de Preparação do Plano Político Pedagógico de formação de Guardas Municipais.

Com vistas à reinserção social, a implementação de Centros de Acesso à Direitos e Inclusão Social - CAIS é um dos compromissos assumidos no Plano Ruas Visíveis - Pelo direito ao futuro da população em situação de rua, resposta do Governo Federal à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF 976, que se destaca como uma resposta inovadora e humanitária para atender populações vulnerabilizadas.

Inspirados em experiências nacionais e internacionais de atenção integral a pessoas com demandas relacionadas ao uso de substâncias e exclusão social, os CAIS configuram-se em espaços de atendimento gratuito a usuários de drogas conduzidos por equipes multidisciplinares de profissionais da saúde, da assistência

social, do direito e de outras áreas relacionadas ao acesso à cidadania.

Nas comunidades indígenas, a implementação de unidades piloto em Tabatinga-AM e Dourados-MS, com previsão para início das atividades no primeiro semestre de 2025, representa um marco no atendimento intersetorial, priorizando o acesso a direitos fundamentais, redução de danos e fortalecimento comunitário.



Roda de conversa com jovens indígenas Kaiowá e Terena, Reserva Indígena de Dourados (MS), setembro de 2024.

O caráter inovador do CAIS Povos Indígenas reside na sua abordagem sistêmica, que conecta a proteção social com a redução de danos e o fortalecimento da resiliência comunitária. Ao invés de soluções isoladas, o projeto promove estratégias que enfrentem as vulnerabilidades associadas ao narcotráfico, especialmente para os jovens e mulheres indígenas.

Dentre as ações realizadas no âmbito da Estratégia Povos Indígenas na Política sobre Drogas, instituída pelo Decreto n.º 11.511, de 2023, que busca responder ao impacto do narcotráfico e crimes socioambientais na vida dos povos indígenas no Brasil, com atenção especial às áreas de fronteira e região amazônica, cita-se:

- As escutas promovidas com povos indígenas em diversas localidades com o objetivo de aprimoramento das políticas e ações estratégicas para este público;
- A celebração de Termos de Fomento com organizações indígenas e indigenistas para o desenvolvimento de projetos em Terras localizadas nos estados do Acre, Pará, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, junto aos povos Huni Kuin - AC, Guarani M'bya e Nhandeva - SP e PR, Kaingang (SC) e Xikrin - PA;
- A atuação no projeto DPU nas Fronteiras, que visa prover atendimento jurídico integral às populações fronteiriças, com foco especial em mulheres e pessoas indígenas em situação de vulnerabilidade privadas de liberdade em razão da Lei de Drogas;
- O apoio ao Instituto Amazônico do Mercúrio - IAMER, desenvolvido em parceria com a SAJU, voltado ao enfrentamento dos impactos socioambientais da contaminação por mercúrio na Amazônia com vistas também à mitigação dos efeitos do mercúrio em populações vulnerabilizadas, como povos indígenas e povos e comunidades tradicionais. Ao aliar dados técnicos de alta precisão com estratégias práticas de mitigação, o projeto contribui significativamente para a redução das

vulnerabilidades associadas ao garimpo ilegal e ao narcotráfico, além de fomentar soluções para a preservação ambiental e a saúde pública na Amazônia.

O desenvolvimento dos projetos oportunizam o fortalecimento da organização social dos povos indígenas, com atividades para o desenvolvimento alternativo sustentável e estratégias de enfrentamento ao uso problemático de álcool e outras drogas em territórios impactados pelo narcotráfico.

Em 2024, o número de projetos da sociedade civil relacionados à política sobre drogas apoiados superou significativamente a meta estabelecida. Enquanto a previsão inicial era de 10 projetos, foram 21 iniciativas apoiadas, representando um aumento de 110% em relação à meta estipulada. Esse resultado demonstra o fortalecimento das parcerias com a sociedade civil e a ampliação das ações voltadas à prevenção, tratamento e reinserção social.

PROJETOS DA SOCIEDADE CIVIL RELACIONADOS À POLÍTICA SOBRE DROGAS APOIADOS



Fonte: BI Planejamento Estratégico MJSP

Acesse [aqui](#) para verificar o acompanhamento completo dos indicadores e projetos do planejamento estratégico do MJSP.

No âmbito internacional, além da participação em reuniões bilaterais com diversos países e organismos internacionais para trocas de experiências e ações conjuntas, destaca-se também a expressiva participação em foros internacionais sobre políticas de drogas, segurança pública e justiça criminal, como a participação na 16ª Conferência das Partes para a Convenção sobre Diversidade Biológica - COP-16, tendo sido iniciadas tratativas para a construção de um projeto de cooperação trilateral Brasil - Colômbia - Alemanha para promover a troca de experiências no campo da política de drogas, com foco no desenvolvimento local inclusivo, especialmente em comunidades afetadas por economias ilícitas.

Destaca-se também a parceria firmada, por meio do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes - Unodc, para desenvolver estratégia que visa eliminar a violência contra crianças e adolescentes e instituir a Iniciativa Champs - Serviços de Prevenção Ampliada para com Crianças e Adolescentes. A estratégia concentra-se na luta contra formas graves de violência que diretamente afetam o pleno respeito, cumprimento e proteção dos direitos da criança. Além disso, aborda formas institucionais e estruturais de violência, como a privação desnecessária de liberdade e o uso de abordagens punitivas para crianças em contato com o sistema de justiça, reconhecendo a prevalência dessas práticas em contextos em que as crianças são frequentemente expostas ao crime e à violência.



Assinatura da Estratégia pela Eliminação de todas as formas de violência contra crianças e adolescentes.

Em 2024, foi lançado ainda o Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário - Cdesc, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Pnud e o Unodc, para apoiar políticas públicas inovadoras e baseadas em evidências. O foco incluiu a Amazônia, com uma pesquisa sobre o tráfico de drogas e seus impactos ambientais em comunidades indígenas.

PROJETO CENTRO DE ESTUDOS SOBRE DROGAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL COMUNITÁRIO – CDESC

86,15% (satisfatório)

SITUAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROJETO ESTRATÉGICO
(Relação entre o concluído e o previsto)

Fonte: BI Planejamento Estratégico MJSP

No contexto da agenda ambiental, as próximas publicações do Cdesc, previstas para 2025, terão como foco o tráfico de drogas nos rios amazônicos, os danos que essas atividades ilícitas causam ao meio ambiente e suas conexões com a mudança climática. Destaca-se também o projeto de Desenvolvimento Social Comunitário no âmbito da política de drogas na Amazônia Legal com foco na prevenção ao aliciamento de comunidades pelo narcotráfico e na oferta de alternativas para o desenvolvimento local. O projeto pretende promover a inclusão social, gerar renda e ampliar o acesso a serviços públicos em territórios vulneráveis, tendo como base um diagnóstico realizado ao longo de 2024, em parceria com comunidades indígenas, instituições governamentais e organizações da sociedade civil, e como referência de experiências promissoras internacionais de desenvolvimento alternativo na política de drogas.

Em 2024, as estratégias de política sobre drogas voltadas a grupos vulneráveis tiveram um impacto expressivo, alcançando 165 territórios.

TERRITÓRIOS IMPACTADOS COM AS ESTRATÉGIAS DE POLÍTICA SOBRE DROGAS PARA GRUPOS VULNERÁVEIS



Fonte: BI Planejamento Estratégico MJSP

O Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas - Obid, foi reestruturado em 2024, com a coleta de dados sobre o uso de substâncias, saúde e segurança pública. Esse Observatório será essencial para monitorar e avaliar as políticas públicas sobre drogas no Brasil. Em 2024, foi realizado um Workshop Nacional sobre Observatórios de Drogas e o Subsistema de Alerta Rápido - SAR, uma ferramenta para monitoramento de novas ameaças relacionadas a drogas.

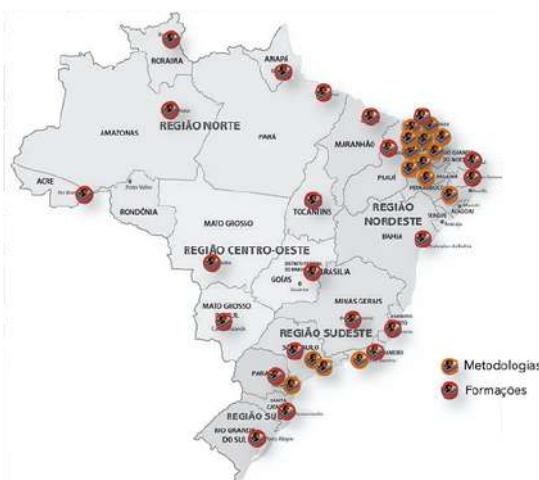
Para o ano de 2025, está prevista a instituição de uma rede de observatórios regionais, constituída por meio de edital de fomento para apoio ao Obid. Para expansão do SAR, pretende-se promover a articulação com serviços de segurança que atuam nas fronteiras, uma vez que a identificação de novas substâncias ilegais e novas ameaças poderão ser feitas com mais eficiência e agilidade a partir de uma melhor integração entre o SAR e esses agentes especializados.



Workshop Nacional sobre Observatórios de Drogas e o Subsistema de Alerta Rápido (SAR).

Além disso, o Plenário do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas aprovou, em setembro de 2024, as diretrizes e metodologia para o novo Plano Nacional de Políticas sobre Drogas e para a nova Política Nacional sobre Drogas, estabelecendo como objetivos as ações estratégicas, metas e indicadores para a consecução dos objetivos da Política Nacional sobre Drogas; os ciclos de implementação, monitoramento e avaliação; o estabelecimento de estratégias de governança e de gerenciamento de risco; a orientação dos entes federados quanto ao diagnóstico prévio e a elaboração dos planos regionais. Em 2025, serão desenvolvidas as consultas públicas e a construção dos instrumentos de forma participativa e coordenada.

Dentre os avanços realizados, destaca-se o lançamento do Programa CRIA: Prevenção e Cidadania, que envolve a oferta de metodologias escolares e comunitárias para prevenir o uso de substâncias e promover uma cultura de paz, alcançando 14 municípios, conforme figura n.º 1 abaixo, e impactando mais de 66 mil crianças e 67 mil famílias na fase inicial. A disseminação das metodologias ocorrerá em três fases: uma primeira abrangendo 30 municípios, uma segunda em que este quantitativo é ampliado para 62 municípios por meio da transferência de tecnologia para equipes técnicas estaduais, e uma final em que se espera alcançar os 163 municípios com os maiores índices de mortes por causas violentas no país.



Fonte: Senad

Municípios alcançados em 2024 com processos formativos relativos à implementação de metodologias de prevenção do uso de álcool e outras drogas e a currículos de prevenção para gestores.



Complementando essa ação, em 2024 foi atualizada e reformulada a Plataforma Integrada de Prevenção Ampliada - PIPA, visando promover maior acessibilidade e integração de públicos diversos, disseminando conhecimento científico e ferramentas práticas para ações. A atuação também se dá por meio de um conjunto de ações de articulação das redes de serviços, oferta de atenção, cuidado e reparação, fomento da proteção social e medidas de ampliação de acesso a direitos e à justiça, voltado para pessoas que usam drogas, pessoas em conflito com a lei de drogas e pessoas que são atingidas pela violência do crime organizado e do seu enfrentamento bélico, atendendo especialmente indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social.

Com o objetivo de aperfeiçoar a aplicação da Lei de Drogas e qualificar as instituições de segurança pública e o sistema de justiça, foram realizadas diversas capacitações e estabelecidas parcerias. Por meio dos projetos Minerva e Mercúrio, vários profissionais foram treinados, incluindo peritos criminais, agentes de segurança pública e profissionais que atuam no Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas - Sisnad.

O Projeto Minerva tem como foco na formação de peritos criminais de diversos estados que atuam em laboratórios de química e toxicologia forense. Em 2024, 96 peritos foram capacitados com cursos em áreas como Química Analítica, Novas Substâncias Psicoativas e Análises Toxicológicas, além de capacitação inédita sobre os requisitos para laboratórios de ensaio e calibração (ISO/IEC 17025).

O Projeto Mercúrio, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, ofereceu cursos como o Leiloa+, que capacita profissionais para a condução de leilões, e o COMPASSO, voltado para servidores do Sisnad. O curso Fortalecimento da Atuação dos Conselheiros Tutelares e Lideranças Comunitárias também foi realizado, capacitando profissionais que atuam no atendimento a crianças e adolescentes relacionados à política sobre drogas.

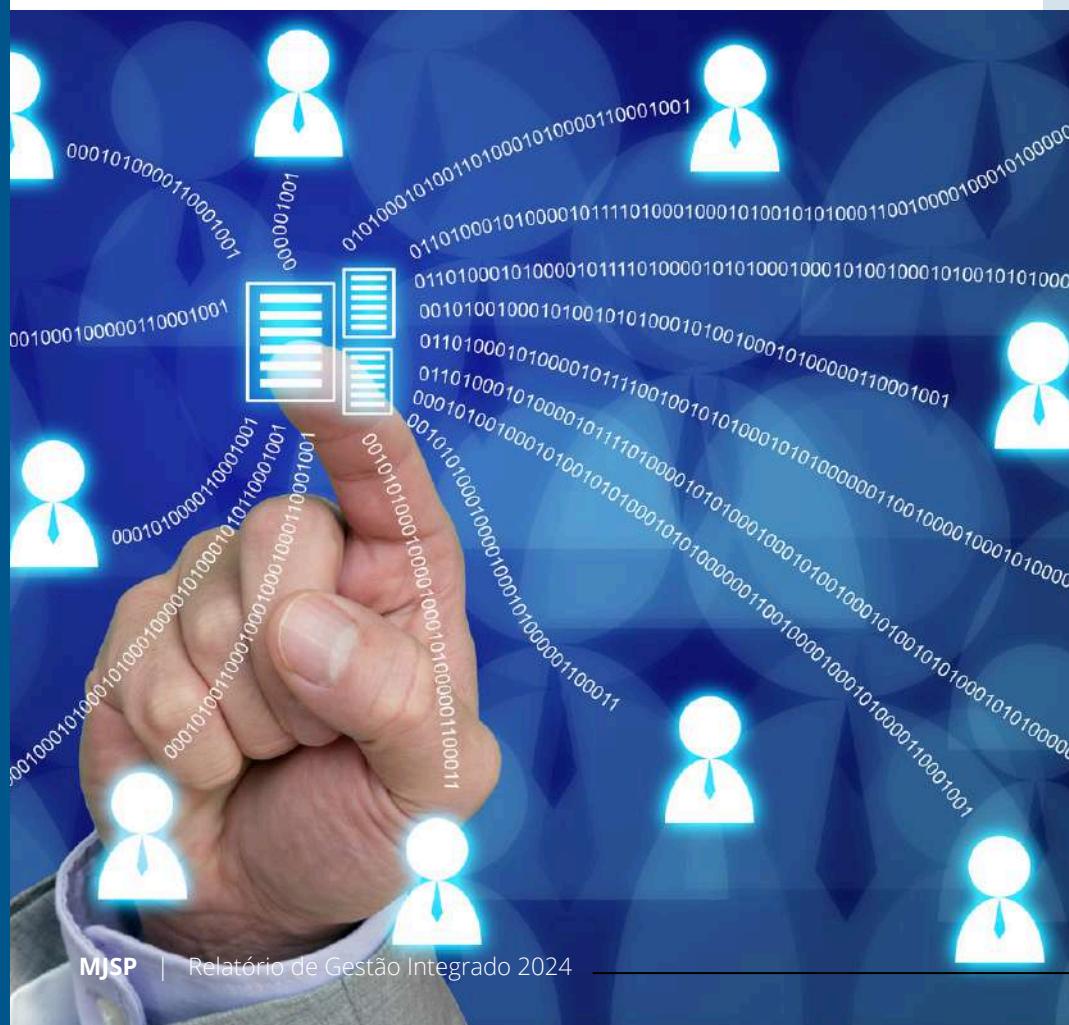
Além disso, a Senad promoveu a Formação para Gestores Estaduais sobre Diretrizes Nacionais para Políticas de Drogas, que abordou temas como direitos humanos e serviços penais. A ação atingiu gestores Estaduais das 27 Unidades Federativas. Em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, foi lançado um projeto focado em capacitar profissionais do sistema socioeducativo e áreas correlatas (saúde, justiça, assistência social) visando atender adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Outra capacitação realizada foi o curso para conselheiros tutelares e lideranças comunitárias, oferecido em parceria com a UFSC, que alcançou 3.098 participantes e 2.129 aprovados, destacando-se pela formação de profissionais, conselheiros tutelares e demais profissionais do SISNAD, para trabalhar com crianças e adolescentes na interface com a política sobre drogas e na perspectiva da garantia dos direitos humanos.

Dentre os investimentos em pesquisas e estudos para fortalecer políticas públicas sobre drogas baseadas em evidências científicas, em 2024, destaca-se a pesquisa sobre o comércio eletrônico de bebidas alcoólicas em São Paulo, desenvolvida pelo Centro de Estudos sobre Tabaco e Saúde da Fundação Oswaldo Cruz - CETAB/FIOCRUZ, que analisou estratégias comerciais e lacunas regulatórias. Outra pesquisa relevante é a parceria com o Hospital de Clínicas de Porto Alegre, focada na redução dos impactos do consumo de álcool, com debates sobre álcool e taxação, saúde, trânsito e publicidade previstos para 2025.



Apesar dos avanços, desafios significativos foram enfrentados. A estigmatização das populações atendidas, as dificuldades de articulação entre redes de serviço e a insuficiência de recursos para expandir ações preventivas e de assistência são entraves que demandam atenção contínua. Adicionalmente, a complexidade de coordenar políticas em territórios vulneráveis, como a região amazônica e áreas de fronteira, requer maior integração institucional e esforços para enfrentar o narcotráfico e seus impactos socioambientais.



Para o futuro, a Senad planeja intensificar o fortalecimento de metodologias preventivas baseadas em evidências, expandir programas como referência nacional em políticas integradas. Assim, para o ano de 2025 estão planejadas várias ações, incluindo a expansão das metodologias de prevenção com a ampliação do alcance do Programa Cria para novos Municípios. Também se busca o fortalecimento do Cais, com o lançamento de editais para selecionar novas organizações a fim de implementar o modelo dos Centros de Acesso a Direitos em parceria com Estados e Municípios.

Ademais, o Projeto Gente irá concluir o Panorama Nacional da Política sobre Drogas em todo o território nacional, por meio de planos de ação customizados em conformidade com os cenários de possibilidades e demandas locais. Para a expansão do Pronasci Juventude, também pretende-se lançar Edital para a rede de Institutos Federais, em parceria com instituições federais de ensino superior. Para o próximo ano, o Obid terá seu escopo ampliado, com o fortalecimento de parcerias regionais e promoção de ações relacionadas ao eixo "Fomento", com realização de chamamento público para investimento em observatórios estaduais.

Está previsto, também, o lançamento da segunda edição do Edital de Chamamento Público com o objetivo de fomentar iniciativas da sociedade civil dedicadas a intervir nos efeitos da política sobre drogas da população negra e periférica com foco em ações de prevenção, reinserção social, desenvolvimento alternativo, formação e acesso a direitos.

PROJETOS

PROJETOS VINCULADOS AO OBJETIVO PROMOVER A GESTÃO TRANSVERSAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A REDUÇÃO DO IMPACTO SOCIAL DO ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

2 Projetos

Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário - CDESC

Desenvolver e dar subsídios para a formulação de políticas públicas amparadas no conceito de desenvolvimento social comunitário – compreendendo os conceitos de desenvolvimento territorial e de desenvolvimento alternativo rural e urbano – aplicados ao cenário brasileiro da política sobre drogas, e priorizando a interface dessa política com as comunidades e grupos mais socialmente vulnerabilizados.

Implantação da Estratégia Nacional de Acesso a Direitos para Mulheres na Política sobre Drogas

Implementar a Estratégia Nacional de Acesso a Direitos para Mulheres na Política sobre Drogas, em parceria com a sociedade civil, e alinhada aos objetivos de políticas públicas antirracistas, de promoção da equidade de gênero, da garantia dos direitos humanos e da proteção social a grupos mais afetados pela exclusão social, com especial atenção às mulheres negras e indígenas, em âmbito interministerial.



8**OBJETIVO
ESTRATÉGICO****APRIMORAR O PROCESSO DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E SUA EFETIVA
APLICAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

A atuação dos órgãos de segurança pública no combate ao tráfico de drogas tem gerado um impacto significativo na redução do poder econômico dos traficantes, principalmente por meio da apreensão de bens ilícitos. Estes bens ficam sob a custódia da União até sua destinação, e o processo de gestão desses ativos tem sido aprimorado nos últimos anos. A articulação entre as diversas entidades responsáveis, juntamente com a reformulação de procedimentos e a adoção de rotinas eletrônicas, tem promovido maior celeridade, redução dos custos de custódia e desvalorização dos ativos, além de aumentar a receita com a alienação desses bens.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, tem concentrado esforços no aprimoramento da gestão de bens apreendidos, com foco na destinação para políticas públicas relacionadas ao enfrentamento do tráfico e ao tratamento de dependentes químicos. Esse processo visa a reintegração de recursos para investimentos em segurança e na prevenção ao uso de drogas. A descapitalização das organizações criminosas, ao enfraquecer suas trocas de recursos ilícitos, tem se mostrado uma estratégia eficaz não apenas no combate ao tráfico, mas também no fortalecimento da estrutura do Estado, com a reintegração de ativos por meio de sua administração ou alienação.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

APRIMORAR O PROCESSO DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E SUA EFETIVA APLICAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS



CADEIAS VINCULADAS AO OBJETIVO ESTRATÉGICO

Gestão de Ativos e
da Política sobre Drogas

CUSTO TOTAL DOS MACROPROCESSOS

Gestão de Ativos e
Efetivação da
Arrecadação

R\$ 4.372.645,65



ENTREGAS À SOCIEDADE

Gestão Efetiva e Eficiente de
Recursos Apreendidos do Crime
para Financiamento de Políticas
Públicas

Em alinhamento com as diretrizes do objetivo estratégico “Aprimorar o processo de recuperação de ativos e sua efetiva aplicação em políticas públicas”, foram estabelecidos indicadores para mensurar e avaliar os resultados esperados. Na sequência, serão apresentados os resultados gerais obtidos, evidenciando os avanços em relação às metas estabelecidas.



O Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, por meio da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - Senad, alcançou avanços significativos em 2024 no aprimoramento do processo de recuperação de ativos e sua efetiva aplicação em políticas públicas. As ações desenvolvidas pela Senad tiveram como foco a desarticulação financeira de organizações criminosas, o reaparelhamento das forças de segurança e a modernização da gestão de bens apreendidos, consolidando-se como uma referência no enfrentamento ao tráfico de drogas e crimes relacionados.

No âmbito da desarticulação financeira, a Senad formalizou oito novas parcerias estratégicas em 2024, totalizando um repasse de R\$ 11.299.745,43 para estados e Distrito Federal, Polícia Federal - PF e Polícia Rodoviária Federal - PRF. Essas iniciativas incluem a modernização do Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro - LAB-LD, no Rio de Janeiro, que aprimora as investigações de ativos financeiros ocultos ligados ao tráfico de drogas, e a capacitação do Batalhão de Policiamento com Cães da Polícia Militar do Distrito Federal, fortalecendo as operações no combate ao tráfico de drogas e crimes conexos. Outras ações destacadas incluem o monitoramento intensivo de veículos nas fronteiras realizado pela PRF e o reaparelhamento das forças de segurança em Rondônia e Mato Grosso do Sul, com investimentos em infraestrutura tecnológica e exames periciais voltados à identificação de entorpecentes.

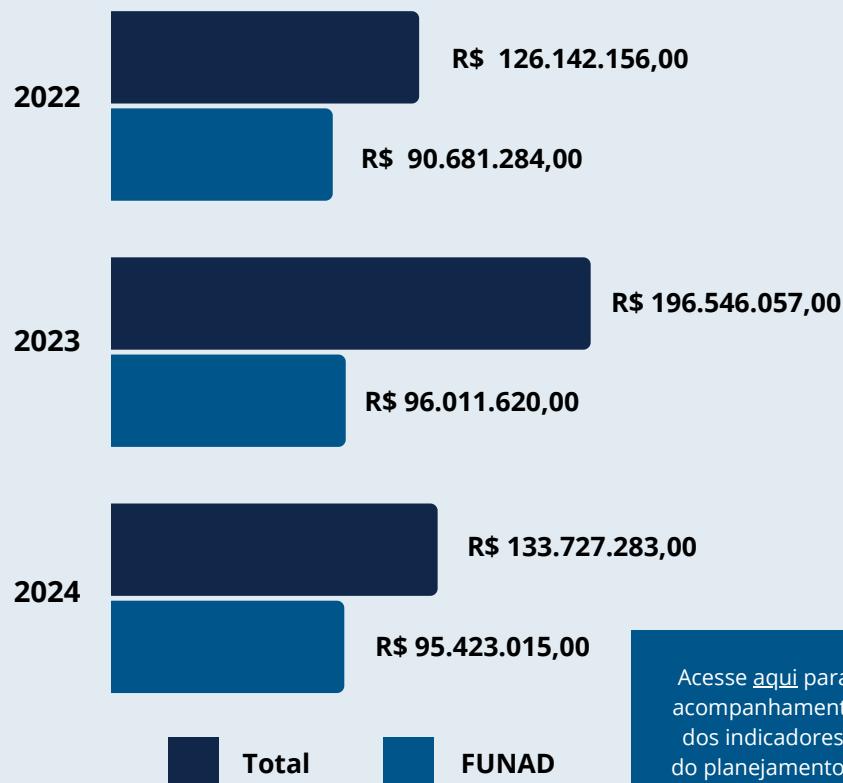
Recursos também foram descentralizados para aquisição de equipamentos estratégicos, como 15 veículos adaptados para transporte de cães farejadores, 47 drones e veículos operacionais para reforçar as investigações de campo. Além das novas parcerias, a Senad acompanhou a execução de 26 convênios firmados anteriormente, garantindo a continuidade e eficácia dos projetos em andamento.



Na gestão de ativos vinculados ao Fundo Nacional Antidrogas - Funad, a arrecadação total foi de R\$ 133.748.643 em 459 leilões, sendo R\$ 95.455.015 provenientes de crimes relacionados ao tráfico de drogas. Verifica-se a manutenção do valor destinado ao Funad em níveis consistentes, mesmo em um ano de menor volume geral de arrecadação.

Entre as ações em desenvolvimento para aprimoramento do modelo de gestão de ativos, destacam-se a revisão da portaria sobre destinação, a elaboração de um novo Manual de Avaliação e Alienação de Ativos e a regulamentação dos leilões por meio de um decreto específico, promovendo maior transparência e eficiência.

VALORES ARRECADADOS



Fonte: Senad/MJSP

Acesse [aqui](#) para verificar o acompanhamento completo dos indicadores e projetos do planejamento estratégico do MJSP.

RECEITA DA GESTÃO DE ATIVOS



Fonte: BI Planejamento Estratégico MJSP

Ressalta-se, também, que a quantidade de ativos alienados, incorporados ou doados em 2024 foi de 5.098, superando em 27% a meta prevista.

ATIVOS ALIENADOS, INCORPORADOS OU DOADOS



Fonte: BI Planejamento Estratégico MJSP

Em termos de inovação, a SENAD iniciou o aprimoramento do Sistema Informatizado de Gestão de Ativos Apreendidos - SIGAP 2.0, com previsão de conclusão em 2025. Parcerias estratégicas foram estabelecidas para ampliar a eficiência da gestão de ativos, como a colaboração com a Agência Nacional de Mineração para otimizar a administração de bens minerais e com a Green Eletron, visando destinações ambientalmente responsáveis para equipamentos eletrônicos. Além disso, foi proposta no âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - ENCCLA a criação de diretrizes para custódia e alienação de criptomoedas, um tema emergente e desafiador.



Apesar dos avanços, desafios importantes foram enfrentados, como dificuldades na implementação de sistemas de TI devido à limitação de infraestrutura e à dependência de parceiros externos. Além disso, a gestão de categorias específicas de ativos, como criptomoedas e bens minerais, exigiu maior articulação e inovação.

Os resultados obtidos em 2024, reafirmam o compromisso do MJSP com a modernização e eficiência na recuperação de ativos e sua aplicação em políticas públicas. Para 2025, a Senad planeja expandir parcerias, aprimorar processos e consolidar sua atuação, fortalecendo a segurança pública e o enfrentamento ao tráfico de drogas no Brasil.

A capacitação e o alinhamento institucional também receberam atenção especial em 2024. A Senad lançou a Cartilha de Gestão Antecipada de Bens Apreendidos e de Alienação de Ativos em Massa - Operação "Limpa Pátio" e participou de workshops com o Poder Judiciário, fortalecendo a integração com juízes e outros atores do sistema de justiça. O programa de leilões foi enriquecido pelo curso Leiloa+, oferecido a mais de mil profissionais, promovendo maior qualificação técnica no setor.

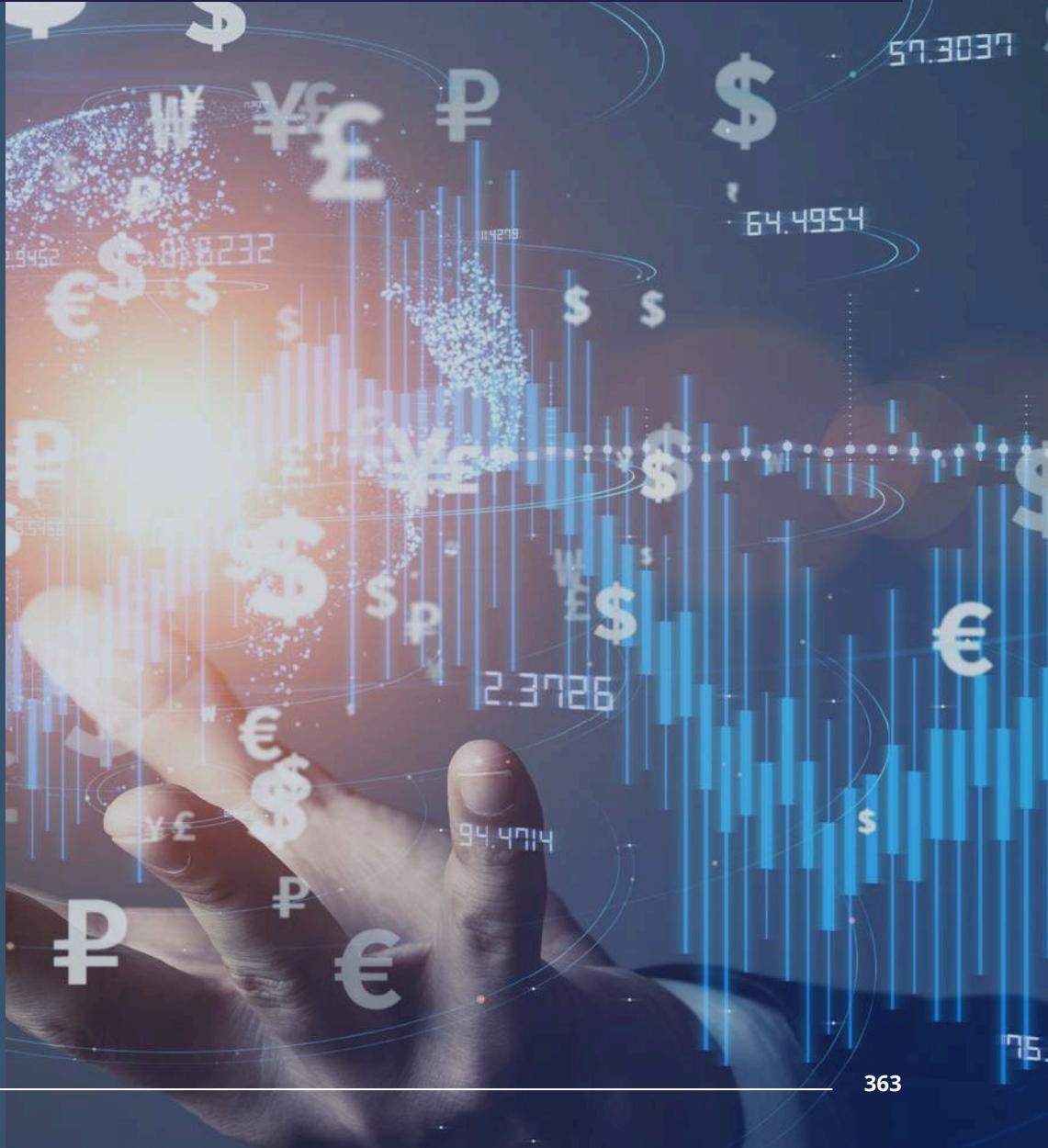
PROJETO

PROJETO VINCULADO AO OBJETIVO APRIMORAR O PROCESSO DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E SUA EFETIVA APLICAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

1 Projeto

Sistema Informatizado de Gestão de Ativos Apreendidos SIGAP 2.0

Objetiva permitir o gerenciamento efetivo de seus recursos, centralizando as informações da gestão de ativos apreendidos, provenientes do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Polícia Federal, das polícias estaduais e de outros órgãos que compõem o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, constituídos por peças judiciais e documentos diversos, para a instrução dos procedimentos administrativos de capitalização do Fundo Nacional Antidrogas, por meio de leilões ou de destinação de bens in natura, compreendendo indicação, cessão, custódia e doação de bens, conforme legislação de regência.



CAPÍTULO 5

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

Relatório de Gestão Integrado
MJSP 2024

PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis - DCONs do MJSP foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, do Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, do Decreto n.º 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Lei n.º 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000. Foram observadas, ademais, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica do Setor Público - NBCTSP, do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP — 10ª edição e o Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI; sendo, os dois últimos normativos, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

As DCONs são extraídas a partir das informações constantes no SIAFI, e têm como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do órgão 30000 – MJSP.

As estruturas e a composição das DCONs, conforme o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, são compostas por:

- Balanço Patrimonial – BP;
- Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP;
- Balanço Orçamentário – BO;
- Balanço Financeiro – BF;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL; e
- Notas Explicativas – NEs.

Cumpre destacar que as informações prestadas pela Pasta, para fins de consolidação do Relatório de Gestão Integrado referente ao exercício de 2024, foram elaboradas em observância à Decisão Normativa TCU n.º 198, de 23 de março de 2022.



RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Serão apresentados, a seguir, os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MJSP, considerando-se as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira devem ser convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Atualmente, não existem saldos em moeda estrangeira no MJSP.

Caixa e equivalentes de caixa

Representam dinheiro em caixa na conta única, demais depósitos bancários e aplicação de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, fundamentada no princípio da unidade de tesouraria, conforme art. 1º e 2º do Decreto n.º 93.872, de 1986, é mantida no Banco Central do Brasil e concentra todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive do fundo e da fundação. No MJSP, ela é representada pela Conta Única Recursos Tesouro Nacional.

Créditos a curto prazo

Abrange os direitos a receber a curto prazo relacionados, no MJSP, com dívida ativa não tributária. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original. Atualmente são constituídos ajustes para perdas dos créditos somente na unidade mais relevante: o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade (Nota 02). Compreendem, ainda, outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com:

- adiantamentos da folha de pagamento dos servidores;
- créditos por dano ao patrimônio;
- créditos a receber decorrentes de infrações; e
- adiantamentos de repasse por termos de execução descentralizada.

Estoques

Os estoques são avaliados e mensurados da seguinte forma:

- nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e
- nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo, principalmente com:

- dívida ativa não tributária;
- créditos a receber decorrentes de infração; e
- crédito por dano ao patrimônio.

Os valores são analisados e mensurados pelo valor original, sem a inclusão das atualizações e correções monetárias, conforme as taxas especificadas nas respectivas operações. Nesse sentido, os ajustes para perdas em créditos a longo prazo, realizados apenas na unidade mais relevante, o Cade (Nota 03), representam a perda estimada pelo não recebimento de valores do ativo, por inadimplência de terceiros e outras que tem o cálculo de sua estimativa de valor recuperável na metodologia baseada no histórico de recebimentos passados, conforme item 6 da Macrofunção STN 02.03.42 – Ajuste para Perdas Estimadas.

Imobilizado

O imobilizado é constituído pelos bens móveis e imóveis. Inicialmente, esses bens são reconhecidos com base no valor de aquisição, construção ou produção e, posteriormente, estão sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), além de redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos ocorridos após a aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Caso não resultem em benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.



Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e a exaustão corresponde ao custo do ativo imobilizado, abrangendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método utilizado para apuração desses encargos é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data em que o bem for colocado em uso. No entanto, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês forem relevantes, admite-se, em caráter excepcional, o cálculo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis

As informações sobre a depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, administrado pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG n.º 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I - Atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II - Reavaliados, aqueles nos quais:

- seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; e
- seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis pertencentes à União, autarquias e fundações públicas federais é apurado de forma mensal e automatizada pelo sistema, levando em consideração o valor depreciável da acessão. Para esse cálculo é utilizado o Método da Parábola de Kuentze, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil dos bens imóveis é determinada com base em um laudo de avaliação específico ou, na ausência deste, por critérios predefinidos pela SPU, considerando a natureza e as características dos bens. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é fixado pela STN e comunicado à SPU.

No que diz respeito aos prazos de validade dos registros de avaliação dos bens imóveis registrados no SPIUnet, adota-se o prazo de 5 anos, contados a partir da data de avaliação do imóvel, para que uma nova reavaliação seja realizada, conforme disposto na Instrução Normativa SPU/ME n.º 67, de 20 de setembro de 2022 e na Portaria Conjunta STN/SPU n.º 10, de 04 de julho de 2023.

Intangível

Refere-se a bens incorpóreos, tais como softwares, marcas, direitos e patentes industriais. No MJSP, os bens intangíveis incluem os softwares utilizados para a manutenção da atividade pública ou com fins relacionados a essa finalidade. Estes bens são mensurados ou avaliados com base no seu valor de aquisição ou de produção.

Em razão de limitações no sistema de gestão patrimonial, dos órgãos vinculados ao MJSP, somente na PF e no Cade os saldos da conta de amortização acumulada quando têm vida útil definida) são deduzidos.

Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- empréstimos e financiamentos;

- fornecedores e contas a pagar;
- obrigações fiscais;
- transferências fiscais;
- provisões; e
- demais obrigações.

APURAÇÃO DO RESULTADO

No modelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

1**Patrimonial**

A confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas - VPAs e das Variações Patrimoniais Diminutivas - VPDs implica a apuração do resultado patrimonial. As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da

restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP.

2**Orçamentário**

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei n.º 4.320, de 1964. Desse modo, compõem o exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit ou déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

3**Financeiro**

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

SÉRGIO RODRIGUES

Contador do MJSP

CRC n.º 021.289/O-9

A presente declaração refere-se à conformidade contábil das demonstrações financeiras consolidadas e as respectivas notas explicativas do Ministério da Justiça e Segurança Pública encerradas em 31 de dezembro de 2024, fundamentada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil, que integra o Manual SIAFI.

Nesse sentido, certifico que as Demonstrações Contábeis, composta pelo Balanço Patrimonial, a Demonstração de Variações Patrimoniais, a Demonstração de Fluxo de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, o Balanço Orçamentário, e Balanço Financeiro, bem como suas respectivas notas explicativas – refletem, em todos os aspectos relevantes, a posição orçamentária, financeira e patrimonial do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em conformidade com os preceitos da Lei n.º 4.320, de 1964, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e com o Manual SIAFI, ressalvando-se, contudo, as seguintes questões:

Bens Móveis

A gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública é realizada por meio do Sistema Integrado de Administração de Serviços - Siads, com exceção dos bens administrados pelos órgãos Polícia Federal - PF e

Polícia Rodoviária Federal - PRF. Todavia, identificam-se desafios no que se refere à ausência de reavaliação desses bens, assim como à harmonização dos saldos contábeis com a real situação dos ativos controlados pelas respectivas unidades.

Atualmente, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade e a PF possuem registros de reavaliação de bens móveis e algumas unidades, como a Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, possuem rotinas específicas voltadas à aquisição de bens destinados a doações e distribuições. Ademais, órgãos como o Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD, a PF, a PRF e a Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen recebem ativos oriundos da alienação de bens apreendidos ou perdidos, conforme estabelecido na legislação vigente ou por determinação judicial.

Bens Imóveis

Conforme verificado no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União - SPIUnet, constatou-se que 35,55% do total de bens imóveis sob gestão do MJSP (equivalente a 300 unidades), apresentam laudos de avaliação com prazos expirados, o que representa um montante de R\$ 586.603 mil pendente de reavaliação.

Dada a expressividade desse quantitativo, não é possível mensurar, com precisão, o impacto dessa defasagem nas demonstrações contábeis, podendo comprometer a fidedignidade da representação monetária desses ativos no Balanço Patrimonial.

Brasília - DF, 31 de dezembro de 2024

GESTÃO CONTÁBIL

Atuação da Coordenação-Geral de Contabilidade do MJSP

A Coordenação-Geral de Contabilidade – CGCONTAB, que integra o Sistema de Contabilidade Federal – SCF como Unidade Setorial de Contabilidade, atuou alinhada ao órgão central do Sistema, a Secretaria do Tesouro Nacional - STN do Ministério da Fazenda - MF, prestando assistência, orientação e apoio técnicos aos ordenadores de despesas e responsáveis por bens, direitos e obrigações do MJSP.

Visando garantir um aprimoramento contínuo na apresentação das Demonstrações Contábeis - DCONs, adota-se uma abordagem voltada à melhoria constante nas seguintes características das informações: representação fidedigna, conteúdo relevante, comprehensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade.

Estrutura Administrativa e de Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial

É relevante destacar que a composição do órgão MJSP no SIAFI não corresponde, necessariamente, a estrutura organizacional estabelecida pelo Decreto n.º 11.348, de 1º de janeiro de 2023, com as alterações introduzidas pelo Decreto n.º 11.759, de 30 de outubro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental do MJSP.

Sua organização é configurada com base na estruturação de unidades administrativas que possuem autonomia para a gestão de seus respectivos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais, com o propósito de otimizar a execução das atividades de suporte, manutenção e implementação das políticas públicas voltadas à sociedade. Cada órgão é identificado por um código específico no SIAFI, conforme indicado no quadro a seguir:

COMPOSIÇÃO NO SIAFI NO MJSP	
ÓRGÃO SUPERIOR MJSP	
MJSP 30000	Secretaria Executiva-SE Secretaria Nacional de Segurança Pública-Senasp Secretaria Nacional de Justiça - Senajus Secretaria de Acesso à Justiça - Saju Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon Secretaria Nacional de Políticas Penais - Senappen (1)
30108	Polícia Federal - PF (1)(3)
30802	Polícia Rodoviária Federal - PRF
30905	Fundo de Defesa de Direitos Difusos - FDD (4)
30911	Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP (5)
30907	Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN (1)(6)
30912	Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD (7)
30211	Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE(1)(2)
30212	Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD (2)

(1) Unidades organizacionais vinculadas ao MJSP que possuem seccional de contabilidade ou contador responsável.

(2) Autarquia sob Regime Especial – entidade da administração pública federal indireta.

(3) A PF possui sob sua gestão FUNPOL.

(4) O FDD tem seus recursos geridos pela SENACON.

(5) O FNSP é gerido pela SENASP.

(6) O FUNPEN é gerido pela SENAPPEN.

(7) O FUNAD é gerido pela SENAD

Registro Mensal da Conformidade Contábil

A conformidade das DCONs do MJSP com as normas em vigor é assegurada pelos procedimentos de Conformidade Contábil, que envolvem certificação dos demonstrativos contábeis gerados no SIAFI, com base na análise dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Esse processo segue as diretrizes estabelecidas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP – 10ª edição, pelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, pela Conformidade de Registro de Gestão e pelo Manual SIAFI.

Por meio da Conformidade Contábil, o Ministério elabora relatórios mensais de conformidade, com o propósito de mitigar riscos e fortalecer o controle e a supervisão das informações contábeis de suas unidades gestoras. Esses relatórios registram as inconsistências e erros identificados nas informações contábeis das unidades, detalhando os grupos de contas analisados, indicando sua adequação à legislação vigente e evidenciando eventuais falhas, distorções e alertas.

No exercício de 2024, foram emitidos 594 relatórios, abrangendo 51 Unidades Gestoras Executoras - UGs acompanhadas diretamente no SIAFI.

Atendimento e Apoio Técnico às Unidades Gestoras

Ao longo de todo o exercício financeiro, foi prestado, de forma contínua e permanente, atendimento e suporte técnico às Unidades Gestoras - UGs responsáveis pela execução das despesas no âmbito do MJSP, assegurando a pronta resolução

das demandas de natureza contábil ao longo do ano. Esse suporte foi viabilizado, sobretudo, por meio de contato telefônico, mensagens via sistema SIAFI, comunicações eletrônicas por e-mail e trâmites processuais no SEI.



No ano de 2024, a setorial contábil, prestou atendimento e suporte técnico a **107 Unidades Gestoras Executoras - UGs** de despesa pública, distribuídas da seguinte forma:

- **8** pertencentes ao núcleo central do MJSP;
- **35** à Polícia Rodoviária Federal;
- **35** à Polícia Federal;
- **2** à Autoridade Nacional de Proteção de Dados;
- **15** à Secretaria Nacional de Políticas Penais;
- **6** à Secretaria Nacional de Segurança Pública;
- **2** à Secretaria Nacional do Consumidor;
- **1** à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos, e;
- **1** ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Ainda em 2024, foram enviadas 402 mensagens através do sistema SIAFI, contendo alertas e orientações direcionadas às Unidades Gestoras.

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

Com fundamento no processo de Conformidade Contábil, são elaboradas trimestralmente as Notas Explicativas - NEs às Demonstrações Contábeis - DCONs do MJSP. As NEs integram as DCONs, sendo inseridas no SiafiWeb e complementam as Demonstrações do Órgão ao abordar aspectos relativos à composição e aos critérios de mensuração dos elementos patrimoniais. Isso inclui informações sobre contas a pagar, execução contratual, bens imobilizados, despesas com pessoal, entre outros.

As informações provenientes dessas notas são utilizadas na consolidação do Balanço Geral da União - BGU, pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, caracterizando-se como instrumentos essenciais tanto para a tomada de decisões pelos gestores quanto para a efetiva operacionalização do controle social.

Quatro Notas Explicativas foram elaboradas em 2024, sendo a primeira referente ao exercício encerrado de 2023 e as demais, relativas ao primeiro, segundo e terceiro trimestres de 2024.



As informações detalhadas das demonstrações contábeis e notas explicativas podem ser acessadas também por meio do link: [Clique aqui](#)

Habilitação de usuários nos Sistemas Estruturantes

No âmbito do Ministério, a Coordenação-Geral de Contabilidade - CGCONTAB, da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento da Secretaria-Executiva, é unidade responsável por realizar o atendimento envolvendo concessão de acesso aos sistemas estruturantes:

- **Obrasgov.br** - Cadastro Integrado de Projetos de Investimento do Governo Federal – CIPI, é um registro público centralizado de informações de projetos de investimento em infraestrutura, custeados com recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal;
- **Cadin** - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público, um banco de dados que registra nomes de pessoas e empresas que têm dívidas com o setor público;
- **Comprasgov.br** – Portal de Compras do Governo Federal, sistema que permite a aquisição de bens e serviços por meio de processos eletrônicos;
- **Contratosgov.br** - É uma solução que possibilita aos órgãos e entidades da administração pública federal, realizar a gestão orçamentária e contratual, além de divulgar as informações de contratos, em atendimento à nova lei de licitações e contratos (Lei n.º 14.133, de 2021);
- **Reuse.gov** - É um sistema que confere publicidade às ofertas de bens móveis e serviços para a administração pública, disponibilizados pelos próprios órgãos de governo ou oferecidos por particulares ou empresas (Doaçõesgov.br);

Visão Geral Organizacional e Governança Estratégica	Integridade, Ética, Gestão de Riscos, Controles Internos e Atuação Correcional	Conformidade e Eficiência da Gestão	Resultados e Desempenho da Gestão	Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
---	--	-------------------------------------	-----------------------------------	--

- **SENHA-REDE** – É o sistema de segurança, responsável pelo acesso e navegação dos diversos sistemas do Governo Federal (Hod Serpro);
- **SIADS** - Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (Operacional e Web), destinado a informatizar e a operacionalizar o gerenciamento e controle dos estoques de bens móveis, permanentes e de consumo, de bens intangíveis e frota de veículos;
- **SIASG** - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Subsistemas: Sistema de Estudos Técnico Preliminares-ETP, Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PGC, Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF);
- **SIAFI** - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Operacional, Web), que registra, acompanha e controla a execução orçamentária, financeira e patrimonial do governo;
- **HE/SIAFI** - Sistema de Homologação Externa;
- **STA/SIAFI** - Sistema de Transferência de Arquivos;
- **Tesouro Gerencial – TG/SIAFI** - é um sistema que permite consultar a execução orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal, baseado no SIAFI, constituindo-se em uma ferramenta de produção de relatórios gerenciais; e
- **Transferegov.br** - Ferramenta integrada e centralizada, com dados abertos de transferências de recursos da União com os seguintes subsistemas: cadastros-CAD, Transferências Discricionárias e Legais - TDL, Transferências Especiais-TE, Termo de Execução

Descentralizada-TED e Transferências Fundo a Fundo-TFF).

Informa-se que no ano de 2024, foram realizados 13.988 atendimentos referentes a habilitações de usuários e cadastradores de unidade nos sistemas estruturantes do Governo Federal. O recebimento e resposta às demandas se dão prioritariamente via processos no sistema SEI. É realizado também o atendimento às demandas de órgãos subordinados que possuem cadastradores parciais e locais por e-mail e pelo Microsoft Teams, quais sejam: CADE, ANPD, PF e PRF.

Tomada de Contas Especial

Destaca-se que, no âmbito do MJSP, a CGCONTAB desempenha papel fundamental nos processos de Tomada de Contas Especiais - TCE, realizando o registro dos responsáveis pelos débitos apurados, verificando o cálculo dos valores e promovendo a baixa contábil por meio do recebimento ou cancelamento da dívida.

No ano de 2024, foram efetuados 80 registros contábeis relacionados aos processos de TCE, abrangendo o reconhecimento de valores relativos à apuração do dano ao erário pelos agentes identificados como responsáveis na instauração da TCE, bem como os valores a serem recebidos após o julgamento do TCU, além da baixa contábil decorrente do recebimento ou cancelamento da dívida.

Por fim, ressalta-se que a apuração dos valores dos débitos, sobre os quais incidem atualização monetária, multa e juros de mora, é realizada por meio do Sistema de Atualização de Débitos do TCU.

LISTA DE SIGLAS

ABIS - Sistemas automatizados de identificação biométrica

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

ABTS - Auto Bomba Tanque e Salvamento

AC - Atos de Concentração

ACI - Autos de Constatação de Infração

ACNUR - Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

ACO - Ação Civil Ordinária

ACT - Acordos de Cooperação Técnica

ADASA - Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal

ADPF - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

AECI - Assessoria Especial de Controle Interno

AGRAE - Assessoria de Gestão de Riscos e Assuntos Estratégicos

AGU - Advocacia-Geral da União

AISPs - Agências de Inteligência e Segurança Pública

AMAS - Plano Amazônia Mais Segura

AMIA - Associação Mutual Israelita Argentina

AN - Arquivo Nacional

ANADEP - Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

ANP - Academia Nacional de Polícia

ANPD - Autoridade Nacional de Proteção de Dados

ANPP - Academia Nacional da Polícia Penal

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

APEX - Oracle Application Express

APF - Administração Pública Federal

API - Application Programming Interfaces/Interface de Programação de Aplicativos

API - Informações Antecipadas sobre Passageiros

APs - Access Points

ASCOM - Assessoria de Comunicação

ASINT - Assessoria Especial Internacional

ASPAD - Assessoria de Participação Social e Diversidade

BF - Balanço Financeiro

BGU - Balanço Geral da União

BI - Business Intelligence

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNT - Banco Nacional de Talentos

BO - Balanço Orçamentário

BP - Balanço Patrimonial

BRASIL M.A.I.S. - Meio Ambiente Integrado e Seguro

BSC - Balance Scorecard

CAAPH - Curso de Atualização e Atendimento Pré-Hospitalar

CAAS - Central de acolhimento/acompanhamento em saúde

CACs - Colecionador, Atirador e Caçador

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

Cadin - Cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal

CAF - Cooperação Andina de Fomente

CAFIT - Curso Avançado em Fiscalização de Trânsito

CAGEP - Curso de Administração e Gestão Processual de Pessoal

CAIS - Centros de Acesso a Direitos e Inovação Social

CAP - Curso de Atualização Profissional

CAPMF - Curso de Aperfeiçoamento Pedagógico da Matriz de Formação

CATI - Coordenação de Análise Técnica e Integridade

CBEC - Curso Básico de Enfrentamento ao Crime;

CBOC - Curso Básico de Operações Correcionais

CCE - Cargos em Comissão Executiva

CCIN - Coordenação de Controle Interno

CCPI - Centro de Cooperação Policial Internacional

CCVO - Curso de Condução Veicular Operacional

Cdesc - Centro de Estudos sobre Drogas e Desenvolvimento Social Comunitário

CDGEST - Curso de Desenvolvimento em Gestão Estratégica

CDH - Curso de Direitos Humanos

CEFIC - Câmara Executiva Federal de Identificação

CELAC - Comunidade de Estados Latino-Americanos e caribenhos

CEPI - Comissão Executiva do Programa de Integridade

CF - Constituição Federal

CFC - Conselho Federal de Contabilidade
CFDD - Conselho Federal Gestor do Fundo De Defesa Dos Direitos Difusos
CFI - Curso de Formação de Instrutores
CFMT - Curso de Formação de Motociclista
CGA - Comitê de Governança Administrativa
CGAE - Coordenação-Geral de Arquitetura e Engenharia
CGCI - Coordenação-Geral de Controle Interno
CGCONTAB - Coordenação-Geral de Contabilidade
CGDI - Comitê de Governança de Dados e Sistemas de Informação
CGDS - Coordenação-Geral de Gestão Documental e Serviços Gerais
CGDSIC - Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação e Comunicação
CGE - Comitê de Governança Estratégica
CGFNSP - Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública
CGGE - Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional
CGGP - Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
CGL - Coordenação-Geral de Licitações e Contratos
CGTIC - Curso de Gestão em Tecnologia da Informação e Comunicação
CGU - Controladoria-Geral da União
CHAMPS - Serviços de Prevenção Ampliada para Crianças e Adolescentes
CHI - Curso de Habilitação de Instrutores
Ciberlab - Laboratório de Operações Cibernéticas
CICC - Comitê Interministerial de Combate à Corrupção
CICCN - Centro Integrado de Comando e Controle
CIDH - Corte Interamericana de Direitos Humanos
CIG - Comitê Interministerial de Governança
CIN - Carteira Nacional de Identificação
CIPI - Cadastro Integrado de Projetos de Investimento do Governo Federal
CIRA - Comitê Interministerial de Recuperação de Ativos
CISV - Curso Internacional de Segurança Viária
CLASI - Comitê Latino-Americano de Segurança Pública
CMRI - Comissão Mista de Reavaliação de Informação
CNCP - Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos Contra a Propriedade Intelectual
CNEC - Curso para Gestores de Educação Corporativa

CNESV - Centro Nacional de Estudos em Segurança Viária
CNIg - Conselho Nacional de Imigração
CNJ - Conselho Nacional de Justiça
CNPCP - Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
CNPD - Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade
CNSP - Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social
COEsp - Curso de Operações Especiais
COGER - Corregedoria-Geral
Comigrar - Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia
Comprasgov.br - Portal de Compras do Governo Federal
ComprasSUSP - Programa de Compras Eficientes para o Sistema Único de Segurança Pública
Conad - Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas
Conaeti - Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
Conara - Conselho Nacional de Recuperação de Ativos
Conare - Comitê Nacional Para os Refugiados
CONATRAP - Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
CONDEGE - Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos-Gerais
CONJUR - Consultoria Jurídica
COPOLAND - Cooperação entre América Latina, Caribe e União Europeia sobre Política de Drogas
COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission
CPAD - Curso de Processo Administrativo Disciplinar
CPGF - Cartão de Pagamento do Governo Federal
CPI - Curso de Procedimentos de Inteligência
CPNU - Concurso Público Nacional Unificado
CPPAF - Curso de Piloto Policial de Aeronave de Asa Fica
CRNM - Carteiras de Registro Nacional Migratório
CSIN - Comitê de Segurança da Informação
CSIRT - Serviço de tratamento e resposta aos incidentes cibernéticos
CSPCCO - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado
CTAP - Curso de Técnicas de Autoproteção
CTB - Código de Trânsito Brasileiro
CT-CGE - Comissão Técnica do Comitê de Governança Estratégica

CTICC - Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção
CVE/EaD - Curso de Condutores de Veículos de Emergência;
DCE - Dispositivo de Condução de Energia
DCONs - Demonstrações Contábeis
DCPLAM - Divisão de Custos, Planejamento e Monitoramento
DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional
DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa
DFNSP - Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública
DFT - Dimensionamento da Força de Trabalho
DISTI - Divisão de Infraestrutura e Serviços de TIC
DITEC-PF - Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal
DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DOU - Diário Oficial da União
DPF-OPE-AP - Delegacia de Polícia Federal no Oiapoque-AP
DPRNM - Documentos Provisórios de Registro Nacional Migratório
DPU - Defensoria Pública da União
DSUSP - Diretoria do Sistema Único de Segurança Pública
DW - Data Warehouse
EaD - Ensino à Distância
EAU - Emirados Árabes Unidos
EB250 - Estratégia Brasil 2050
EC - Emendas Constitucionais
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
EFGD - Estratégia Federal do Governo Digital
EFI - Educação Física Institucional
EGD - Escritório de Governança de Dados
EL PAcCTO 2.0 - (Europe Latin America Programme of Assistance against Transnational Organized Crime)
EMP - Exames Complementares
ENAP - Escola Nacional de Administração Pública
ENATIC - Encontro Nacional da Tecnologia da Informação e Comunicação
Enccla - Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro
Enfoc - Programa Nacional de Enfrentamento às Organizações Criminosas
ESCA - Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
ESG - Environmental, Social and Governance

ETP - Estudos Técnicos Preliminares
Europol - Agência da União Europeia para a Cooperação Policial
FCE - Função Comissionada Executiva
FDD - Fundo de Defesa de Direitos Difusos
FIB - Focused Ion Beam
FICCO - Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado
Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz
FNSP - Fundo Nacional de Segurança Pública
FPN - Força Penal Nacional
FUNAD - Fundo Nacional Antidrogas
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
Funapol – Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal
FUNPEN - Fundo Penitenciário Nacional
GAEP - Grupo de Ações Especiais Penitenciárias
GCRIM - Gestão Criminalística
GDACE - Gratificação de Desempenho de Cargos Específicos
GDAPEN - Gratificação de Desempenho de Atividade de Assistência Especializada do Departamento Penitenciário Nacional
GDATPF - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa da Polícia Federal
GDATPRF - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa da Polícia Rodoviária Federal
GDM - Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas
GDPGPE - Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
GEAAPGPE - Gratificação Específica de Atividades Auxiliares do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
GEAP - Grupo Executivo de Assistência Patronal
GISE - Grupos de Investigações Sensíveis
GM - Gabinete do Ministro
GND - Grupo de Natureza de Despesa Governo Federal;
GPOL - Gerenciador de Procedimentos Operacionais
Grotius - Programa Nacional de Difusão de Cooperação Jurídica Internacional
GT - Grupo de Trabalho

HE/SIAFI - Sistema de Homologação Externa
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
iESGo - Índice de Governança e Sustentabilidade
IFPA - Instituto Federal do Pará
IFR - Indenização de Flexibilização de Repouso Remunerado
IMPO - Aquisição de Munição Química
IN - Instruções Normativas
INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
IntegrijUSP - Programa de Integridade do Ministério da Justiça e Segurança Pública
INTERPOL - Organização Internacional de Polícia Criminal/International Criminal Police Organization
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPLs - Inquéritos Policiais
LAI - Lei de Acesso à Informação
LANIF - Laboratório Nacional de Isótopos Forenses
LDI - Longa Distância Internacional
LDN - Local e Longa Distância Nacional
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LFF - Lanchas de fiscalização fluvial
LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados
LOA - Lei Orçamentária Anual
LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal
MBA - Mandados de busca e apreensão
MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MEC - Ministério da Educação
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
MF - Ministério da Fazenda
MGI - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
MJSP - Ministério da Justiça e Segurança Pública
MPO - Ministério do Planejamento e Orçamento
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
MVI - Mortes violentas intencionais
NBCTSP - Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica do Setor Público
NCMEC - National Center for Missing and Exploited Children

NEs - Notas Explicativas
NUPs - Números Únicos de Protocolo
OBID - Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas
OBMigra - Observatório das Migrações Internacionais
OEA - Organização dos Estados Americanos
OE's - Organizações Estrangeiras
OIM - Organização Internacional para as Migrações
ONU - Organização das Nações Unidas
ORCRIMS - Organizações Criminosas
OSCIP's - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
OTEDIAG - Operação Temática de Diagnóstico de Pontos Críticos de Acidentalidade
OUV - Ouvidoria-Geral
OuvJus - Rede de Ouvidorias
PAC - Plano Anual de Contratações/Programa de Aceleração do Crescimento
Padef - Postos de Atendimento Comunitário das Defensorias Públicas
PADF - Fundação Pan-Americana para o Desenvolvimento
PCA - Plano de Contratações Anual
PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PCC - Plano de Classificação de Cargos;
PCCCom - Plano de Contratações Compartilhadas
PDA - Plano de Dados Abertos
PDLS - Plano Diretor de Logística Sustentável
PDP - Plano de Desenvolvimento de Pessoas
PDTIC - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PECFP - Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal
PECPRF - Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal
PEP - Painel Estatístico de Pessoal
PETRVS - Plataforma de Trabalho Remoto e Visão Sistêmica
PF - Polícia Federal
PFPEAD - Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação
PGC - Planejamento e Gerenciamento de Contratações
PGD - Programa de Gestão e Desempenho

PGDS - Política de Governança de Dados e Sistemas de Informação
PGPE - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
PGRCI - Política de Gestão de Riscos e Controles Internos
PLANAD - Plano Nacional de Políticas sobre Drogas
PLANDEC - Plano Nacional de Consumo e Cidadania
PLDO - Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias
PLOA - Projeto de Lei de Orçamento Anual
PLS - Planos de Logística Sustentável
PMI - Project Management Institute
PNAT - Política Nacional de Trabalho no Âmbito do Sistema Prisional
PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas
PNDP - Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas
PNLD - Programa Nacional de Capacitação e Treinamento de Recuperação de Ativos, Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro
PNMRA - Política Nacional de Migração, Refúgio e Apatridia
PNR - Registro de Identificação de Passageiros
PNSPDS - Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social
PNSV - Projeto Nacional de Segurança Viária
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POA - Programa Ouro Alvo
POP/TIC - Protocolo Operativo Padrão de Atendimento às Vítimas Brasileiras do Tráfico Internacional de Pessoas
POSIC - Política de Segurança da Informação e Comunicação
POSIN - Políticas de Segurança da Informação
PPA - Plano Plurianual
PPA - Programa de Preparação para a Aposentadoria
PPCIA - Plano de Prevenção, Combate a Incêndio e Abandono
PPSI - Programa de Privacidade e Segurança da Informação
PPT - Pro Tempore
PQVT - Programa de Qualidade de vida no trabalho
PR - Presidência da República
PRF - Polícia Rodoviária Nacional
PROCON - Programa de Proteção e Defesa do Consumidor
Proeduc - Programa de Incentivo Educacional
Pronasci - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

ProVIDA-PRF - Programa Vida PRF
PRs - Pareceres Referenciais
PS - Patrulha da Saúde
PSSM - Curso de Primeiros Socorros em Saúde Mental
PSTN - Interconexão com a rede pública comutada
PTD - Plano de Transformação Digital
RAP - Restos a Pagar
REDE-LAB - Reestruturação da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro
RFID - Radio Frequency Identification
RGA - Receita da Gestão de Ativos
RIPDs - Relatórios de Impacto na Proteção de Dados Pessoais
RMIS - Reunião dos Ministros do Interior e da Segurança do Mercosul
RMJ - Reunião de Ministros da Justiça
SAA - Subsecretaria de Administração
SAJU - Secretaria de Acesso à Justiça
SAL - Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos
SAMIP - Serviço de Assistência Materno Infantil e Puericultura
SAR - Subsistema de Alerta Rápido
Saúde PRF - Política de Atenção à Saúde Integral dos servidores da Polícia Rodoviária Federal
SCF - Sistema de Contabilidade Federal
SE - Secretaria Executiva
SEDIGI - Secretaria de Direitos Digitais
SEGEN - Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública
SEGES - Secretaria de Gestão
SEMOB - Sistema Eletrônico de Gestão e Mobilização de Efetivo
SENACON - Secretaria Nacional do Consumidor
SENAD - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos
SENAJUS - Secretaria Nacional de Justiça
SENAPPEN - Secretaria Nacional de Políticas Penais
SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública
SENATRAN - Secretaria Nacional de Trânsito
SENHA-REDE - Sistema de segurança, responsável pelo acesso e navegação dos diversos sistemas do Governo Federal

SEOPI - Secretaria de Operações Integradas
SETIC/RO - Superintendência Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado de Rondônia
SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados
SGF - Sistema de Gestão de Frota
SGIn - Sistemas de Governança Internos
SG-MJSP - Sistema de Governança do Ministério da Justiça e Segurança Pública
SGP - Secretaria de Gestão de Pessoas e Desempenho Pessoal
SGP - Sistema de Gestão Patrimonial
SIADS - Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIADS - Sistema Integrado de Gestão Patrimonial
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Siape - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais e Subsistemas
SIC - Serviço de Informação ao Cidadão
SIC - Sistema de Informações de Custos do Governo Federal
Sicaf - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal
SIEVAP - Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional
SIGAP - Sistema Informatizado de Gestão de Ativos Apreendidos
SINESP - Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas
SINFI - Sistema de Investigação de Dados Fiscais e Patrimoniais
SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
SIPEC - Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal
Sisconare - Sistema de Controle de Nacionais Repatriados e Estrangeiros
SISCOR - Sistema de Correição do Poder Executivo federal
SISDEPEN - Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional
SISEXP - Sistema de Expulsão
Sismigra - Sistema de Registro Migratório
SisOuv - Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal
SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SMP - Serviço de Telefonia Móvel Pessoal
SNAVE - Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas

SNDC - Sistema Nacional de Defesa do Consumidor
SOC - Serviço de Centro de Operações de Segurança - Security Operations Center
SPIUnet - Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União
SPO - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
SPRF - Sede da Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal
SPRF-BA - Superintendência Regional da Bahia
SPRF-CE - Sede da Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal do Ceará
SPRF-GO - Sede da Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal de Goiás
SPRF-MA - Sede da Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal de Maranhão
SPRF-MT - Sede da Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal do Mato Grosso
SPRF-RJ - Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Estado do Rio de Janeiro
SPRF-RN - Superintendência Regional do Rio Grande do Norte;
SPRF-RS - Sede da Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal do Rio Grande do Sul
SPRF-SP - Superintendência Regional de São Paulo;
SPU - Secretaria de Patrimônio da União
SR - Superintendência Regional
SRI — Secretaria de Relações Institucionais
SRP - Sistema de Registro de Preços
SR-PF-AM - Superintendência da Polícia Federal em Amazonas
SR-PF-MS - Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul
SRPF-RO - Superintendência Regional de Polícia Federal em Rondônia
SR-TO - Superintendência Regional do Tocantins;
STA/SIAFI - Sistema de Transferência de Arquivos
STF - Supremo Tribunal Federal
STFC - Serviço de Telefonia Fixa Comutada
STI - Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
SUSP - Sistema Único de Segurança Pública
TAF - Teste de Aptidão Física

TCE - Tomada de Contas Especiais

TCU - Tribunal de Contas da União

TDL - Transferências Discricionárias e Legais

TE - Transferências Especiais

TED - Termos de Execução Descentralizada

TFF - Transferências Fundo a Fundo

TG/SIAFI - Tesouro Gerencial

TI - Tecnologia da Informação

TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação

UE - União Europeia

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFSB - Universidade Federal do Sul da Bahia

UFSJ - Universidade de São João del Rei

UGs - Unidades Gestoras Executoras

UnB - Universidade de Brasília

Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNODC - Organização das Nações Unidas sobre a Violência contra as Crianças e contra a Drogas e o Crime

VOIP - Central telefônica com tecnologia de voz sobre IP

VPAs - Variações Patrimoniais Aumentativas

VPDs - Variações Patrimoniais Diminutivas



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Esplanada dos Ministérios, Bl. T
Palácio da Justiça, Edifício Sede
CEP 70064-900 | Brasília-DF
61 2025-3000

www.gov.br/mj